

7ª

**JORNADA DE
INICIAÇÃO
CIENTÍFICA**

"O Universo da Pesquisa:
questionamentos e aplicações"

ANAIS DA VII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO

Trabalhos apresentados na Jornada de Iniciação Científica da Faculdade São Lourenço, na 7ª edição do evento, realizado anualmente na Instituição.

378
S518a

VII Jornada Científica da Faculdade de São Lourenço
Anais da VII Jornada Científica da Faculdade de São Lourenço /
Coordenação de Rafaela Ferreira França. - - Amparo : Faculdade de São
Lourenço, 2022.

Anual.

Disponível em: < <http://portal.unisepe.com.br/saolourenco/anais-unifia/>>.

1. Educação Superior. 2. Anais – Faculdade de São Lourenço. 3.
Educação Superior - Anais. I. França, Rafaela Ferreira, coord. II.Título.

Catálogo na fonte

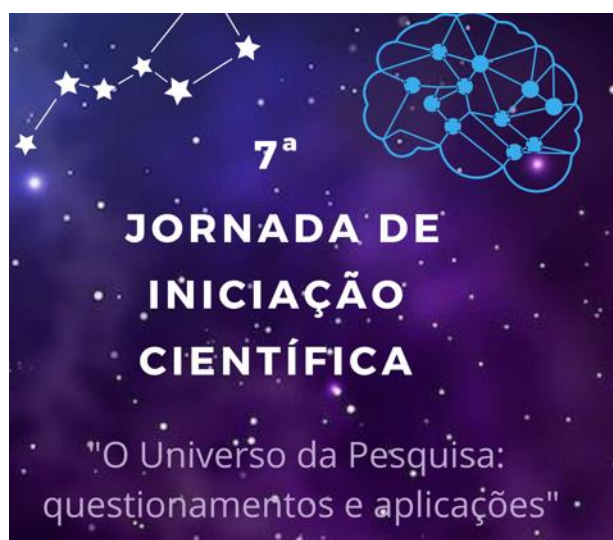
Bibliotecária responsável: Fernanda Pereira de Castro - CRB-6/2175

APRESENTAÇÃO

A Faculdade de São Lourenço, através de seu Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica, promove anualmente a Jornada de Iniciação Científica. Este evento tem como objetivo apresentar estudos desenvolvidos por acadêmicos de diversas áreas, promovendo a integração e destacando a pesquisa científica como um dos elementos fundamentais para o futuro e atualização profissional.

Quando em 1927, o padre George Henri Lemâitre propôs uma teoria que depois foi chamada de “teoria do Big Bang”, poucos apostariam que um telescópio lançado menos de 100 anos depois teria o objetivo de observar o universo longínquo, formado após um dado momento ocorrido teoricamente há mais 13 bilhões de anos. As imagens captadas pelo telescópio James Webb despertaram uma série de questionamentos, inclusive a respeito dos modelos matemáticos cientificamente aceitos na astronomia atualmente. E sob essa ótica, o tema escolhido para a sétima edição da jornada científica foi “O universo da pesquisa: questionamentos e aplicações”, a fim de ressaltar que a ciência é um universo aberto à questionamentos, estudos e novas descobertas. A pesquisa é ainda um berço potencial para o desenvolvimento de práticas e tecnologias que possam trazer aperfeiçoamento e novas aplicações nas diversas áreas do conhecimento.

O objetivo da Faculdade de São Lourenço é despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais, consoante a uma nova mentalidade na produção dos saberes e do papel das instituições de ensino no desenvolvimento da sociedade.



EXPEDIENTE

MANTENEDORA

Diretor Presidente

Guilherme Bernardes Filho

FACULDADE DE SÃO LOURENÇO

Direção

Vanessa Tavares Vale

Coordenação Administrativa

Helisângela Fernandes de Menezes

Coordenação

Cristiany Reis Costa F. Pinto

Sérgio Ribeiro Barbosa

Camilla Gonçalves Barbosa

Juliano Lopes Venâncio

Bruna Lucas Briskiewicz

Nei Domiciano da Silva

Roberto Silva de Souza

Renato Augusto de Alcantara Philippini

Vera Lúcia de M. R. de Souza

Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica

Rafaela Ferreira França

Tecnologia da Informação

Juliano Lopes Venâncio

Planejamento e Organização

Rafaela Ferreira França

Apoio Editorial

Fernanda Pereira de Castro

TRABALHOS PREMIADOS

Área	Título do Trabalho	Acadêmicos	Orientadores
Administração	Metaverso, você está preparado para isso?	Amanda do Vale Almeida; Darrane da Silva Martins; Debora Mira Pelegrini; Dhulya Evelyn Ramos Mariano; Jovana Costa Campos	Nei Domiciano Silva
Análise, Desenvolvimento de Sistemas	Aplicação da robótica na construção de instrumentos musicais	Laís Azevedo M. K. ; Dayane Santos F. ; Breno Carvalho, S. ; Tiago Souza C. ; Clebe Martins, J.r; Gabriel Severino S. ; Rafael Ribeiro, S. A.	Aldyr Nunes C. A. , Juliano Venâncio, L.
Biomedicina	Criolipólise: uma visão sistemática e científica de sua técnica e aplicação	Tânia Cristina Ribeiro Noronha; Ribeiro, Helena; Amanda de Paula;	Rafaela Ferreira França
Biomedicina	Uso de testes genéticos para triagem e diagnóstico de câncer de mama	Daniella Lopes Rezende, Juan Pablo Azevedo Ribeiro	Fabiano Uba, Raíssa de Fátima Pimentel Mello
Ciências Contábeis	O Impacto dos acontecimentos no custo final da cesta básica	Aline de Faria Souza, Isabela Pivato de Souza Arantes, Tauane Maciel Rezende	Pedro Alberto Chaib de Sousa Bernardes , Nei Domiciano Silva
Ciências Contábeis	Uma Análise específica do microempreendedor individual (mei) diante da situação de pandemia: quais os riscos em manter-se empreendedor?	Igor José dos Santos, Jaqueline Diniz da Silva, Fernanda Faria de Almeida Rojas Gutieres, Alex Sandro Dias Costa	Lívio Agnew Bacci, Nei Domiciano da Silva
Direito	Caso Chico picadinho-o direito de liberdade do interditado versus a segurança social	Iasmine Milene Porto Carneiro;	Renato Augusto de Alcântara Philippini
Direito	Crime de violência institucional-modificações na lei de abuso de autoridade trazidas pela lei nº 14321/22	Amanda Mendes dos Santos	Renato Augusto de Alcântara Philippini
Educação Física	Projeto faz atleta-motivos para a prática de natação por jovens esportistas	Bianca dos Reis; Bianca Silva; Gabriel Carvalho	Leticia Cruz
Educação Física	Percepção de mulheres praticantes de corrida sobre o impacto do ciclo menstrual no desempenho esportivo	Aline Cristina Assis dos Santos, Alessandra Aparecida Assis Silva, Camila Araújo da Silva, Rayssa da Conceição dos Santos ,Matheus Andrade Paiva,	Bruna Lucas Briskiewicz, Leticia Maria Cunha da Cruz

Enfermagem	Extrato de Psidium Guajava e de Eugenia Uniflora na cicatrização de lesões do pé diabético	Gustavo Dos Santos Carraro	Rafaela Ferreira França Therezia Raffoul Domingos Teles
Enfermagem	O Pré natal como medida profilática contra violência obstétrica	Bianca Carvalho, Fernanda Fonseca , Maria Inez Nicolau	Therezia Teles , Cristiany Pinto
Fisioterapia	Lesões mais comuns no <i>crosstraining</i> em atletas amadores do Sul de Minas	Camilla Sales; Maria Luiza Rodrigues; Dhiéssika Cândido; Camille Assis; Hygor Emanuel	Sergio Ribeiro Barbosa; Bianca Lefosse
Fisioterapia	Avaliação da incapacidade por dor lombar em estudantes de uma instituição de ensino superior	Nathália Mansur, Pedro Diniz	Bruna Lucas Briskiewicz
Nutrição	Associação entre comer emocional e ansiedade: uso de mindful eating e comer intuitivo para tratá-las e auxiliar na perda de peso	Maria Eduarda Gonçalves Moraes	Larissa Perroni Bustamante Pinto
Nutrição	Associação entre o acompanhamento nutricional e renda entre praticantes de musculação de uma academia no Sul de Minas	Endie Alcantara, José Lucas Souza	Bruna Lucas Briskiewicz
Psicologia	Indicadores para mulheres-principais aspectos envolvidos nos relacionamentos abusivos	Nicolle Garcia Piva	Flávia Luciano Santos
Psicologia	A Importância da preparação psicológica para a aposentadoria na manutenção da saúde mental	Lais Mota Rodrigues	Flávia Luciano Santos

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO	14
METAVERSO: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?.....	15
DESEMPREGO NO PERÍODO PÓS PANDEMIA NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS.....	25
EMPREENDEDORISMO E MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL).....	27
EMPREENDEDORISMO NA PANDEMIA.....	28
GESTÃO E ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO: AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE GESTÃO PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	31
O AUMENTO E A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAFÉS ESPECIAIS.	35
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS.....	38
APLICAÇÃO DA ROBÓTICA NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS.....	39
BIOMEDICINA	44
A TECNOLOGIA DA BIOIMPRESSÃO 3D	45
ANÁLISE COMPARATIVA DO EXAME DE HEMOGLOBINA GLICADA NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO DIABETES MELLITUS.....	50
AS CONSEQUÊNCIAS QUE A COVID-19 CAUSA EM PESSOAS COM OBESIDADE	56
ASPECTOS FISIOPATOLÓGICOS BIOLÓGICOS ASSOCIADOS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO - AUTISTA (TEA).....	60
CRIOLIPÓLISE: UMA VISÃO SISTEMÁTICA E CIENTÍFICA DE SUA TÉCNICA E APLICAÇÃO	62
ESTUDO DAS INTERAÇÕES ENTRE A COCAÍNA E OS ANESTÉSICOS.....	69
O IMPACTO DA ENDOMETRIOSE NO DIA A DIA DAS MULHERES	73
O USO DA AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO AUXILIAR AO TRANSTORNO DE ANSIEDADE	84
PERSPECTIVA DO USO DE CÉLULAS-TRONCO NO REJUVENESCIMENTO FACIAL, CORPORAL E CAPILAR	89
USO DE TESTES GENÉTICOS PARA TRIAGEM E DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA .	94
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	101
INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA DE INVESTIMENTOS.....	102
O IMPACTO DOS ACONTECIMENTOS NO CUSTO FINAL DA CESTA BÁSICA	114

SALÁRIO: QUAL O SALÁRIO IDEAL PARA SE VIVER BEM EM SÃO LOURENÇO?	117
UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DIANTE DA SITUAÇÃO DE PANDEMIA: QUAIS OS RISCOS EM MANTER-SE EMPREENDEDOR?	121
DIREITO	124
A (IM)POSSIBILIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE PREPARADA POR EQUIPE JORNALÍSTICA	125
A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS VÍTIMAS TRANSEXUAIS	127
A CONSTITUCIONALIDADE DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS EM LICITAÇÕES.....	129
A CRIMINOLOGIA E O CORINGA DE TODD PHILLIPS.....	132
A IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL QUANDO DA EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO	134
A IN(CONSTITUCIONALIDADE) DO ABORTO NO BRASIL- UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS CASOS	135
A TRIÁDE DE MACDOLNALD: COMPORTAMENTOS QUE PODEM PREDIZER QUEM SERÁ UM ASSASSINO.....	138
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA EM RELAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	140
ALIENAÇÃO PARENTAL AOS OLHOS DA JUSTIÇA BRASILEIRA	143
AS PRERROGATIVAS DO PODER PÚBLICO EM JUÍZO FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE PROCESSUAL, RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E ISONOMIA	147
ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: ANÁLISE DE IDENTIFICAÇÃO DO ASSÉDIO.....	151
ATIVISMO JUDICIAL E O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO: OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO	155
CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, <i>PROFILING</i> E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTIMICA: a necessária adequação legislativa como efetivação da proteção dos <i>ciberconsumidores</i> na era digital atual	157
CASO CHICO PICADINHO: O DIREITO DE LIBERDADE DO INTERDITADO VERSUS A SEGURANÇA SOCIAL	160
CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS	162
CONFLITOS NO DIVÓRCIO: A EFETIVIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA COMO FATOR DE REDUÇÃO	164

CRIME DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: MODIFICAÇÕES NA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE TRAZIDAS PELA LEI Nº 14321/22.....	167
DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA GUARDA COMPARTILHADA NA TUTELA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO POR CASAIS DIVORCIADOS	169
DESAFIOS DO FEDERALISMO BRASILEIRO	172
DIREITO CANÔNICO: HIPÓTESES DE NULIDADE DO MATRIMÔNIO	174
GARANTISMO PENAL	176
HOMEM-ARANHA, HERÓI OU VILÃO?: ANÁLISE DAS FAKE NEWS PUBLICADAS NO CLARIM DIÁRIO SOB A ÓTICA DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	180
INVALIDADE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DO ESPELHAMENTO DO WHATSAPP WEB: ANÁLISE DO RHC Nº 99.735/SC	182
MAUS-TRATOS INFANTIS E ENVOLVIMENTO CRIMINAL DE ADULTOS: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DA RELAÇÃO ENTRE O ABUSO NA INFÂNCIA E A RELAÇÃO COM A PERPETRAÇÃO DE VIOLÊNCIA E CRIMES NA IDADE ADULTA.....	184
MEDIDAS PROTETIVAS: UMA ANÁLISE DA (IN) EFICÁCIA DA LEI Nº 11.340/06 COMO FORMA DE INIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	186
NECROPSIA FORENSE SOB A ÓTICA DO PROCESSO PENAL	188
O AUMENTO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO PERÍODO DA PANDEMIA	189
O CONFISCO A LUZ DA LEI 13.964/2019	190
O SURGIMENTO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS ESPÉCIES.....	193
OS “7 PRISIONEIRO” E A ESCRAVIDÃO MODERNA	194
PENA DE MORTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL	196
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO ENFRENTAMENTO À VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL SOB O OLHAR DOS DIREITOS HUMANOS	198
TRANSFUSÃO DE SANGUE EM PACIENTES SENDO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.....	201
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: O PAPEL DA MEDICINA E DO DIREITO COMO INSTRUMENTOS PARA O COMBATE	205
EDUCAÇÃO FÍSICA	211
CAPACIDADES E HABILIDADES FÍSICAS COMO FATORES DETERMINANTES NO PROCESSO DE DETECÇÃO E SELEÇÃO DE JOGADORES PRÉ-PÚBERES E PÚBERES PARA TIMES DE FUTEBOL PROFISSIONAL: UM ESTUDO PILOTO	212

COMPARAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSAS SEDENTÁRIAS E PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO NA REGIÃO DO SUL DE MINAS GERAIS.....	216
LESÃO MULTILIGAMENTAR DE JOELHO: O CASO BRUNO HENRIQUE	221
PERCEPÇÃO DE MULHERES PRATICANTES DE CORRIDA SOBRE O IMPACTO DO CICLO MENSTRUAL NO DESEMPENHO ESPORTIVO	225
PRINCIPAIS REQUISITOS PROCURADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE UM <i>PERSONAL TRAINER</i> : UM ESTUDO PILOTO.....	232
PROJETO FAZ ATLETA: MOTIVOS PARA A PRÁTICA DE NATAÇÃO POR JOVENS ESPORTISTAS.....	238
ENFERMAGEM	245
A AUTONOMIA DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DO PARTO DOMICILAR PLANEJADO	245
A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À GESTANTE ACOMETIDA PELA COVID-19	248
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA PESSOA IDOSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	252
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO ACOMPANHAMENTO DO PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO BÁSICA.....	261
ACOLHIMENTO DE ENFERMAGEM EM CASOS DE TENTATIVA DE AUTOEXTERMÍNIO... ..	266
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO LGBTQIA+.....	270
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE RENAL CRÔNICO: UMA ABORDAGEM HUMANIZADA	274
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO PRÉ TERMO APÓS MÃE CONFIRMADA PARA COVID-19.....	285
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DOMICILIAR ÀS FAMÍLIAS COM PACIENTES PORTADORES DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP)	291
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BUSCA PRECOCE DE SINAIS E SINTOMAS DE AUTISMO EM CRIANÇAS NO AMBIENTE DA ATENÇÃO BÁSICA.....	294
CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP) EM PACIENTES INTERNADOS EM UTI	295
EFICÁCIA DO CUIDADO E DO CURATIVO NA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO CATETERISMO VENOSO CENTRAL.....	299

EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERANTE AS TRÊS PANDEMIAS DA MODERNIDADE: PESTE NEGRA, GRIPE ESPANHOLA E COVID 19	301
EXTRATO DE PSIDIUM GUAJAVA E DE EUGENIA UNIFLORA NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES DO PÉ DIABÉTICO	304
IMPORTÂNCIA DA IMUNIZAÇÃO.....	310
O EMPONDERAR-SE DA ENFERMAGEM FRENTE ÀS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO BÁSICA.....	314
O PRÉ NATAL COMO MEDIDA PROFILÁTICA CONTRA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA.....	322
OS AGENTES ESTRESSORES E A GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS ENFERMEIROS DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DE COVID-19	326
SÍNDROME DE BURNOUT: UM DESAFIOS CONSTANTE PARA O PROFISSIONAL DE SAÚDE	331
FISIOTERAPIA.....	333
AVALIAÇÃO DA INCAPACIDADE POR DOR LOMBAR EM ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	334
AVALIAÇÃO DE FORÇA DE MEMBROS SUPERIORES EM IDOSOS DA MICRORREGIÃO DE SÃO LOURENÇO	339
FISIOTERAPIA NA SAÚDE DA MULHER: INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM GESTANTES E DISFUNÇÕES DO ASSOALHO PÉLVICO	343
DIFICULDADES NO TRATAMENTO DE LESÕES EM JOGADORES AMADORES DE FUTEBOL DE CAMPO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO (MG).....	347
INCIDÊNCIAS DE LESÕES NO BASQUETE AMADOR DO SUL DE MINAS.....	351
LESÕES MAIS COMUNS NO <i>CROSSTRaining</i> EM ATLETAS AMADORES DO SUL DE MINAS	354
PREVALÊNCIA DE POSSÍVEIS RISCOS DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM CORREDORES AMADORES COMPETITIVOS DE RUA DE SÃO LOURENÇO-MG.....	358
NUTRIÇÃO	361
A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO COMPORTAMENTO E NOS HÁBITOS ALIMENTARES DAS CRIANÇAS.....	362
ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL EM PACIENTES ONCOLÓGICOS COM CAQUEXIA .	365
ADESÃO DE DIETAS RESTRITIVAS ENTRE TRÊS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA FACULDADE SÃO LOURENÇO, 2022	369

ASSOCIAÇÃO ENTRE COMER EMOCIONAL E ANSIEDADE: USO DE MINDFUL EATING E COMER INTUITIVO PARA TRATÁ-LAS E AUXILIAR NA PERDA DE PESO.....	372
ASSOCIAÇÃO ENTRE O ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL E RENDA ENTRE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DE UMA ACADEMIA NO SUL DE MINAS.....	375
AVALIAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DURANTE UMA AÇÃO EM SAÚDE.....	379
CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO ADULTA DE SÃO LOURENÇO-MG, 2022	382
CONSUMO DE ALIMENTOS IN NATURA E PERFIL SOCIOECONÔMICO ENTRE USUÁRIOS DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM SÃO LOURENÇO-MINAS GERAIS, 2022	386
FITOTERÁPICOS: METÓDOS ALTERNATIVOS PARA TRATAMENTO NA ANSIEDADE	392
FÓRMULAS ENTERAIS FORNECIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS EM UMA CIDADE DO SUL DE MINAS	396
HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA ASSOCIADA AO ESTADO NUTRICIONAL ENTRE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS	400
IMPACTOS DA SELETIVIDADE ALIMENTAR EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	405
INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL	409
OBESIDADE INFANTIL	414
TERAPIA NUTRICIONAL NO ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS.....	418
USO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO DA DOENÇA CELÍACA.....	423
PSICOLOGIA	427
A IMPORTÂNCIA DA PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A APOSENTADORIA NA MANUTENÇÃO DA SAÚDE MENTAL.....	428
A OBRA DE PROUST À LUZ DA PSICANÁLISE	432
ANSIEDADE EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UBS	438
DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E SAÚDE MENTAL: ABORDANDO SUBTIPOS DA ADICÇÃO DE TECNOLOGIA	440
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM COMPARATIVO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A APLICABILIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR.....	446
INDICADORES PARA MULHERES: PRINCIPAIS ASPECTOS ENVOLVIDOS NOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.....	449

O ABUSO DE PSICOFÁRMACOS EM PSICOPATOLOGIAS UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA.....	455
TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO: SUA IMPORTÂNCIA COMO DIAGNÓSTICO E AS CONSEQUENCIAS PARA O AMBIENTE FÍSICO/SOCIAL.....	466
VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: AS RELAÇÕES ENTRE O BULLYING E O BAIXO RENDIMENTO ESCOLAR.....	473



ADMINISTRAÇÃO

METAVERSO: VOCÊ ESTÁ PREPARADO?

Almeida, Amanda do Vale; Martins Darrane da Silva; Pelegrini, Debora Mira; Mariano, Dhulya Evelyn Ramos;
Campos, Jovana Costa; Nei Dominiciano.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido, recentemente, acerca de Metaverso, diante dessa, esse trabalho articula os temas principais através de pesquisas e entrevistas voltadas a essa nova tecnologia. Parte do princípio de que o mesmo auxilia nas áreas da saúde, gestão e agricultura, mas tem tomado proporções maiores e se adequando ao novo cenário. Os benefícios são incontáveis como por exemplo as cirurgias no metaverso, agricultura 4.0, reuniões online nas empresas. O protótipo do metaverso é apresentado como uma alternativa viável para a proximidade de coisas e pessoas. Mas como um todo existem os malefícios, como a falta de contato físico e os problemas de saúde mental e de visão que surgem com o avanço dessa tecnologia.

Palavras-chave: Metaverso; tecnologia; saúde mental; avanço

1. Metaverso

O Metaverso é um conceito de Universo Online que combina com diversos ambientes virtuais, o metaverso apareceu pela primeira vez em 1992 com o escritor norte-americano Neal Stephenson. Em sua novela Snow Crash descreveu uma espécie de espaço virtual coletivo compatível e convergente com a realidade. O objetivo do metaverso é acabar com as barreiras físicas e que pessoas do mundo inteiro se encontrem ao menos sair de casa, porque existem pessoas que moram quilômetros de distância e isso facilitaria muito. Existem muitos exemplos de metaversos um deles são, o jogo Fortnite juntamente com a cantora Ariana Grande foi uma experiência bacana aos jogadores que chegaram a um ponto do jogo que poderiam participar com seus avatares de uma apresentação da cantora e interagirem como se todos estivessem presentes nos cenários dos jogos.

Hoje, o metaverso têm muitas formas - realidade virtual, realidade aumentada, MMORPG, mundos em 2D de alta definição ou pixelizado, e majoritariamente são acessados por meio de telas em dispositivos como desktops, laptops, consoles, telefones e tablets. Embora alguns jogos ou ambientes digitais já tenham um visual e uma estética impressionantes, navegar no metaverso

através de uma tela ainda mantém a experiência dos usuários muito distantes do grau de imersão imaginado em seu conceito original.



(Disponível em Money Times)

1.1 Metaverso Saúde

O departamento da saúde vêm passando por muitos desafios nos últimos tempos e isso fez com que novas mudanças fossem implementadas, o metaverso é uma nova era que vem chegando para ajudar nesses desafios.

O metaverso vem chegando para revolucionar essa área, que é vista por muitas pessoas como o limite em que a internet já conseguiu chegar.

A medicina será o novo aliado do metaverso, podendo as pessoas fazerem consultas sem sair do conforto de sua casa, usando um óculos de realidade virtual em que poderá ver o avatar do médico em sua frente. E todos os seus dados já estarão salvos no programa. O paciente já terá uma lista pré-escrita com o estado da sua saúde e tudo mais.

Dessa forma a área da saúde terá um grande desenvolvimento, não sendo somente uma consulta mas sim uma análise dos dados.

“O metaverso parece ser algo futurista e distante, mas está ganhando corpo hoje”, explica Rich Birhanzel, líder global para o setor de saúde na Accenture. “Visualizamos as oportunidades que ele pode oferecer a fim de aprimorar como as pessoas gerenciam seus dados de saúde, interagem com organizações de saúde e o modo como essas organizações apoiam as pessoas em suas jornadas de saúde e bem-estar. As empresas de saúde que começarem a investir estrategicamente na construção de uma base de tecnologia digital de alto desempenho agora

ajudarão a moldar o futuro do setor – aumentando os níveis de acesso, experiências, confiança e resultados com foco nas pessoas.”

O Metaverso pode ser útil em diversos setores da saúde, como:

Cirurgias:

As cirurgias no metaverso, vêm a ser os médicos realizando a cirurgia com o uso do óculos de realidade virtual, podendo assim ter a visibilidade de um avatar que o orientará durante o processo. Há pouco tempo atrás foi feito um teste por pesquisadores do Sabará Hospital Infantil, em São Paulo, que contaram com a ajuda da doutora Geex, que os orientou durante uma Neurocirurgia de biópsia de um tumor cerebral por endoscopia.



Disponível em : g1.globo.com (04/10/2022)

Emagrecimento:

O tratamento para a obesidade pode variar de acordo com o seu grau. Mas de forma geral, mudanças de hábitos alimentares aliadas a exercícios físicos podem proporcionar a perda de gordura corporal. Nesse sentido, o metaverso pode ser o recurso que os médicos usaram para tornar os resultados mais visíveis aos olhos dos pacientes.

Fisioterapia:

Vida mais longa, doenças crônicas e a necessidade de limitar as hospitalizações e outros remédios da instituição têm sido um grande benefício para a fisioterapia e a medicina de reabilitação. Se os fisioterapeutas eliminarem os obstáculos relacionados ao custo e ao acesso no metaverso, eles aumentarão a eficácia e a eficiência.

Saúde Mental:

O metaverso tentará combinar uma forma de fazer uma conexão com os dados e a internet, tornando assim o metaverso um ambiente mais aconchegante.

Portanto tudo isso não acontecerá do dia para a noite, e inicialmente tão simples, já que é preciso proteção de dados e acesso universal.

O Metaverso terá que garantir a segurança dos dados de todos os usuários.

Para o segmento de saúde, é esperado que permaneça em grande parte tradicional por muitas décadas, isso transformará vários paradigmas e modelos de negócios. O Metaverso na saúde será uma ótima ferramenta para aprender, capacitar e fornecer experiências de sucesso na gestão da saúde e na jornada de tratamento para pacientes, médicos e provedores de saúde.

1.2 Metaverso Agricultura

Nos últimos anos presenciamos uma verdadeira crescente na utilização da Internet. Milhões de pessoas, mesmo em lugares mais distantes, podem contar com o acesso a internet, isso contribuiu para um desenvolvimento para as pessoas que moram distantes dos centros urbanos.

No ano de 1999, foi criado o Programa Nacional de Eletrificação Rural "Luz no Campo", que foi considerado um grande avanço tecnológico na época por produtores rurais mas hoje já se fala em metaverso na agricultura, a rotina da produção e as relações de trabalho nas zonas rurais, certamente mudaram graças a mecanização.

Com a constante necessidade de levar alimento à população mundial, e ao barateamento desse processo, o uso de tecnologia é indispensável no campo.

Para os Pesquisadores Maigon Pontuschka e Luís Carlos Petry*, o trabalho Pirarucu-Gente é um projeto de pesquisa e divulgação voltado para assessoria, capacitação e mudança social. visando assessorar agricultores, pescadores artesanais e piscicultores da região denominada Território Central da cidadania de Rondônia no uso de práticas de manejo sustentável para as empresas produtoras, beneficiadoras e comercializadoras de forma a garantir sua autonomia e seus meios de subsistência. Com o auxílio do metaverso que será utilizado como ferramenta de trabalho e divulgação de boas práticas.

O Metaverso pode trazer informações e ensinar de forma intuitiva e prática que ajudará para fins de inclusão digital, como um simples controle gestão ou financeiro até outros fatores como por exemplo a Oportunidade ingressar colaboradores no mesmo ambiente virtual em diferentes partes do estado, algumas com mais de 400 quilômetros de distância criando assim uma comunidade virtual.

Segundo a Hagrihub mesmo diante de uma pandemia que assola o mundo, o setor agrícola não para. Além disso, representa 30% do PIB do Brasil, e essas aplicações tecnológicas têm muito a ver com esse movimento. Assim como o mercado se prepara para a evolução e inovação, os profissionais precisam da mesma atenção. Afinal, a transformação digital que impulsiona nossa indústria está acontecendo para pessoas e profissionais de áreas com formações acadêmicas diferentes, mas com o mesmo objetivo comum: conectar soluções e aprimorar processos.



Disponível em:

<https://hydrairrigacoes.com.br/noticias/plataforma-digital-permite-gestao-da-lavoura-pelo-celular>

1.3 Metaverso empresas

O metaverso não é de outro mundo, nem um bicho papão: é apenas uma extensão da realidade, unindo no mesmo lugar experiências já bastante difundidas como realidade virtual, realidade aumentada, teleconferência e uso da internet para uma comunicação em tempo real.

Assim como o rádio, o televisor e depois o computador expandiram nossas capacidades de comunicação e interação, agora o metaverso se apresenta como a próxima fronteira da interação humana, onde poderemos trabalhar, criar, construir, interagir e conviver com pessoas, apesar da distância física.

Empresas brasileiras estão usando o metaverso com o objetivo de se aproximar de cliente e dar maior visibilidade a seus produtos, como renner, lacta e itaú já realizam ações nesse ambiente.

Para Vicente Martin, professor da ESPM, as marcas veem o espaço como oportunidade de investir em publicidade, mas trata-se de uma ferramenta acessível apenas para companhias de maior porte. É o caso da renner, que tem investido em seu posicionamento digital e, em 2021, foi a primeira varejista de moda brasileira a entrar no fortnite, um dos dez jogos mais populares do mundo, chamado renner play, o projeto constituiu na criação de um mapa imersivo no game com a reprodução de uma loja da marca. QR codes direcionam o público para o e-commerce da rede.

Com o auxílio de lives simultâneas de gamer, a ação alcançou 5 milhões de pessoas no lançamento, já neste ano, a empresa também foi a primeira varejista do país a fazer um desfile totalmente digital, que podia ser assistido como o uso de óculos de realidade virtual. A experiência ocorreu durante o evento de lançamento da sua coleção outono-inverno de 2022.

Na experiência imersiva, os convidados puderam ver, com detalhe que incluíam a textura dos tecidos, o desfile de peças em 3D



(Peça de moda digital do estúdio acci)

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Estudiosos estimam que no período entre 5 e 10 anos a maioria das pessoas já tenham acesso e o metaverso já será uma realidade. Segundo números da Fleishmanhillard, no Brasil, cerca de cinco milhões de pessoas já utilizam alguma versão dessa tecnologia e 49% das pessoas estão dispostas a ter algum tipo de interação com ela.

Tendo em vista que a revolução que esse universo virtual irá causar na vida das pessoas está cada vez mais próxima de ocorrer, surgem diversos questionamentos acerca de possíveis consequências que ela pode trazer no que tange a saúde mental e os padrões de comportamento da população. Por essa razão, durante a pesquisa, foi realizada uma entrevista com o médico psiquiatra Dr. L. F. C. para discutir o tema e entender sua opinião sobre o assunto. Para ele, o metaverso é uma tecnologia que visa replicar o mundo real, mas com os comandos de seu usuário, fazendo com que ele tenha mais controle sobre essa realidade.

Ao ser questionado se o metaverso ajuda ou afeta a saúde mental de seus usuários, o profissional explica que “pode ajudar na questão da sociabilidade, a pessoa passa a entender que é capaz de socializar e de manter uma conversa”, porém, também pode afetar a partir do momento que ela começa a acreditar que apenas o mundo virtual é suficiente e que não necessita de interação social para progredir e por isso passa a se isolar, o que gera dificuldades de posicionamento e adequação, um outro ponto, é que o indivíduo acredite que determinados comportamentos que ele tem no mundo virtual são plausíveis também no mundo real. Além disso,

ressalta que o contato físico é de extrema importância para o desenvolvimento humano, visto que é em sociedade que se entende os direitos e deveres em determinadas situações e é a partir desse contato que o indivíduo se molda com a influência de pensamentos e atitudes de outros.

Hoje, o uso excessivo da tecnologia, principalmente as redes sociais, tem contribuído para o aumento dos níveis de estresse e ansiedade, uma vez que gera uma cobrança excessiva, pois muitas vezes, baseado no que é postado, acredita-se que a vida de outra pessoa é a ideal, causando um sentimento de inferioridade, todavia nem tudo o que é publicado condiz com a realidade. No caso do metaverso, o usuário pode criar um mundo imaginário que ele não tem condições de alcançar no mundo real, deixando-o cada vez mais afastado da realidade.

Para o psiquiatra, o uso demorado da tecnologia pode ser considerado uma compulsão quando o paciente troca qualquer tipo de interação ou qualquer tipo de prazer que ele tinha anteriormente (...) passando a viver em razão de 'alimentar' essa compulsão" podendo vir a se tornar um vício.

O Dr. L. conta que, futuramente, pretende implantar o metaverso com seus pacientes e que a clínica onde atua já adquiriu a tecnologia 3D, mas ainda estão estudando a melhor forma de implantar e a forma que os pacientes irão receber tal recurso, já que acarretará um aumento nos custos. Um exemplo de utilização que ele apresenta é no tratamento de fobias: quando o paciente estiver mais estável com a utilização de medicamentos, a realidade 3D pode ser introduzida "para que o paciente possa adentrar a esses medos que possui de maneira controlada e segura, para que interagindo com o medo e nessa exposição ele perca o medo do que o levou a ficar doente", já que o medo é importante para nos alertar em situações de perigo, mas não pode ser limitante.

Para finalizar, o médico diz que suas expectativas sobre o metaverso em um futuro próximo são grandes, porque existem várias tecnologias sendo desenvolvidas, como a farmacogenética, e outras ferramentas que auxiliam no tratamento do paciente. E acredita que cada vez mais o metaverso fará parte da vida das pessoas, trazendo benefícios, desde que a tecnologia seja sempre usada moderadamente e com cautela devido aos malefícios já citados.

CONCLUSÃO:

Podemos concluir que o Metaverso é a realidade atual, o acesso das pessoas a essa tecnologia vem crescendo de forma acelerada. Com as diversas necessidades do mundo é preciso se adaptar e buscar sempre a inovação.

O metaverso vem para auxiliar principalmente na saúde, agricultura e na gestão, mas tem a tendência de atuar em todas as demais áreas.

Existem muitos benefícios por trás dessa nova tecnologia, mas como tudo, também existe o lado negativo, como a falta de interação entre as pessoas, compulsões e violação da privacidade. Que as pessoas saibam usar esse mecanismo a favor do bem e da nação e que nunca se esqueçam que são as pessoas que usam a tecnologia e não ela que nos usa.

REFERÊNCIAS:

JOBIM, O que é o metaverso e como ele funciona. Disponível em

<https://cointelegraph.com.br/explained/what-is-the-metaverse> (Acessado em 18/10/2022)

MIRANDA, Exemplos da aplicação do metaverso. Disponível em

<https://www.contabeis.com.br/noticias/52575/metaverso-exemplos-e-aplicacao-no-empresendedorismo/#:~:text=Exemplos%20da%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do%20metaverso&text=O%20Second%20Life%2C%20lan%C3%A7ado%20em,e%20podem%20ir%20a%20eventos.> (Acessado em 18/10/2022)

FANTÁSTICO. Fantástico acompanha simulação de cirurgia no metaverso em hospital de SP. Disponível em <https://g1.globo.com/google/amp/fantastico/noticia/2022/08/02/fantastico-acompanha-simulacao-de-cirurgia-no-metaverso-em-hospital-de-sp-entenda-como-funciona.ghtml> acesso em 04 de out de 2022.

SANTANA, Wesley. Dasa usa metaverso para planejar cirurgias e melhorar eficiência médica.

Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/amp/Empresa/noticia/2022/08/dasa-usa-metaverso-para-planejar-cirurgias-e-melhorar-eficiencia-medica.html> acesso em 04 de out de 2022.

GHERGICH. Como o metaverso pode ser útil para a saúde.

Disponível em <<https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/06/como-o-metaverso-pode-ser-util-para-a-saude/?> > acesso em 04 de out de 2022.

MEYER. Preste atenção no metaverso, enfim empresas tradicionais precisam ter presença no metaverso?

Disponível em

<<https://digital.sebraers.com.br/blog/preste-atencao-no-metaverso/>> (acesso em 18 de out de 2022)

LUCCA. Metaverso é foco de empresas que buscam se *aproximar* de clientes. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2022/07/metaverso-e-foco-de-empresas-que-buscam-se-aproximar-de-clientes.shtml>> (acesso em 18 de out de 2022)

INATEL. Como o metaverso irá revolucionar a vida das pessoas. Disponível em:

<https://inatel.br/blog/tecnologia/290-como-o-metaverso-ira-revolucionar-a-vida-das-pessoas#:~:text=Por%20meio%20do%20metaverso%2C%20as,onde%20%C3%A9%20presidente%20para%20Meta>. Acesso em: 28 de set de 2022.

PONTUSCHKA, Maigon; PETRY, Luís Carlos. Metaversos, construção de conhecimento e mudança social: o caso “Projeto Pirarucu-Gente”. **X SBGames-Salvador-BA**, 2011.

HAGRIHUB. A revolução da agricultura inteligente. Disponível em : https://agrihub.com.br/a-revolucao-da-agricultura-inteligente-e-do-profissional/?gclid=Cj0KCQiAvqGcBhCJARIsAFQ5ke4zDJrJM9npeX9AA4CfApoaco_kXfaA5SOas_dT6lkfOpz9l8wP6UlqaAr6JEALw_wcB. Acesso em 25 de nov de 2022.

DESEMPREGO NO PERÍODO PÓS PANDEMIA NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS

Albuquerque, P.E.C; Dias, B.T.P; Neri, B.J.P; Santos, A.C.A; Fonseca, P.H.C; Carvalho, L.A; Moreira, S.B.M; Santos, A.J.L . Silva, N.D.

Introdução

A questão sobre desemprego gera várias discussões nos dias atuais, ainda mais depois de uma pandemia que impactou fortemente na economia do mundo todo, trazendo consequências graves para a população mundial. Em larga escala, suas consequências diretas e indiretas são a desmoralização dos trabalhadores, o desperdício dos meios de produção, o enfraquecimento dos sindicatos e a sobrecarga dos programas de seguridade social. Com a paralisação do comércio para evitar que o vírus se disseminasse, as indústrias e outras áreas de serviço também sofreram uma pausa, necessária, porém catastrófica.

Materiais e métodos

Está é uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa. A investigação descritiva permite, ainda, a descrição de fatos e fenômenos a respeito de realidade específica. Durante o processo adotou-se ainda a pesquisa bibliográfica utilizando artigos e livros que sustentam a pesquisa do tema ora estudado.

Resultados e discussão

Após realizarmos uma pesquisa em nossa comunidade, feita através do GOOGLE FORMS e divulgada através das redes sociais dos autores. Com os resultados obtidos podemos verificar que quase 50% da amostra respondeu que está mais difícil conseguir um emprego depois da pandemia, por outro lado, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, divulgada sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de desemprego reduziu em 22 estados no 2 trimestre de 2022, em comparação com o trimestre anterior. Nos outros cinco estados houve estabilidade. Isso mostra que, como nossa pesquisa teve um público de 70% de pessoas com idade entre 18 e 34 anos e levando em consideração que foi entrevistada uma amostra da população em uma região específica do sul de Minas, pode haver divergências em vários lugares e em outras faixas etárias. A Pesquisa do IBGE nos traz excelentes dados com relação a uma área maior de abrangência, sendo assim, em nossa pesquisa, podemos observar melhor uma população mais específica.

Conclusão / Considerações finais

Com as informações obtidas através do estudo sobre o tema, esse trabalho nos possibilita a ter uma visão geral da taxa de pessoas empregadas/desempregadas na região do sul de Minas Gerais. Um fato interessante é que um número considerável de pessoas não tomou providência efetiva para conseguir trabalho e acredita que no período pós pandemia ficou mais difícil conseguir emprego.

Referências

Gil, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS, Átila. "Desemprego"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/o-desemprego-mundial.htm>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

BELANDI, Caio. Desemprego tem queda em 22 estados no 2º trimestre de 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34643-desemprego-tem-queda-em-22-estados-no-2-trimestre-de-2022#:~:text=Os%20dados%20s%C3%A3o%20da%20Pesquisa,significativa%20da%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o>.

EMPREENDEDORISMO E MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL)

Autores: Vital, A.; Sousa, A.J.; Ferrer, E.; Fonseca, G.; Luz, R.; Cassio, S.

Orientadores : Bernardes, P.; Domiciano, N.

Faculdade de São Lourenço.

O empreendedorismo tem se constituído em uma alternativa viável e interessante para o desenvolvimento econômico, na medida em que distribui renda a partir de pequenos negócios e oportuniza a ascensão social e econômica a uma ampla fatia da população. Desta forma, este trabalho tem por objetivo central apresentar conceitos sobre empreendedorismo e apresentar aos leitores os benefícios de se tornar um empreendedor formalizado. O fato de ter uma visão empreendedora trata-se de enxergar além do que os outros vislumbram, encontrando as melhores condições para se destacar. Muitos observam o mercado, porém não enxergam essas oportunidades. Apenas quem apresenta uma visão empreendedora consegue ver potencial em espaços onde os demais acreditam estarem perdidos. É esse panorama que distingue o empreendedor dos outros no âmbito em que ele atua. E é isso que faz com que o profissional ganhe destaque na multidão além de espaço perante os concorrentes. A metodologia utilizada para a elaboração do artigo apresentado foi constituída por três etapas: a primeira, uma pesquisa bibliográfica, a segunda, uma pesquisa de abordagem qualitativa e a uma pesquisa de campo, aplicada através de um questionário semiestruturado. Através do ato de um indivíduo querer inovar, se lançar no mercado, denomina-se essa pessoa como sendo uma empreendedora e a partir dessa ação que ela promove é desempenhado o empreendedorismo. Para que o Empreendedor não fique com seu negócio de maneira informal, tem-se o MEI (Microempreendedor Individual), que tem como objetivo a formalização dos negócios. Atualmente seu cadastro é feito de forma online pelo Portal do Empreendedor (gov.br), e além disso apresenta também algumas vantagens. Portanto, é isso que procuramos demonstrar, essa relação imposta entre o Empreendedor e o Microempreendedor Individual (MEI), desde seu processo de ter vontade para embarcar no empreendedorismo até a sua formalização por meio do MEI.

EMPREENDEDORISMO NA PANDEMIA

SILVA, Bruna. CIPRIANO, Gleice. GONÇALVES, Kaleber. DIAS, Ketley. SILVA, Luis Fernando. DOMICIANO, Nei.

Introdução

A pandemia do novo coronavírus teve um grande impacto nas empresas. Apesar de ter maior flexibilidade as pequenas empresas enfrentaram uma forte crise. Para se adaptar a esses tempos incertos, foi preciso reencenar, adaptar e planejar dentro desse cenário de incertezas que exigiu diversas ações do empreendedor. Eles devem conhecer a empresa muito bem e gerenciar o negócio de forma eficaz. Estes são os princípios básicos, mas na prática, muitas pessoas com negócios não o fazem. Isso está relacionado à necessidade de desenvolver o comportamento empreendedor, incluindo muitas características. Para Leite (2022), o termo bastante utilizado no mundo dos negócios, empreendedorismo nada mais é que o ato de empreender – por em execução, fazer, realizar. Pode se começar uma empresa, um projeto no trabalho, uma ação no bairro: o importante é ter uma ideia e trabalhar para fazer acontecer.

Não tem como explicar o que é empreendedorismo sem falar da pessoa que empreende. Para alguns, pode até parecer uma posição de glamour, cheia de pompa e de reconhecimento fácil, mas a realidade é quase sempre bem diferente. De acordo com a pesquisa Desafios dos Empreendedores Brasileiros, ser empreendedor – ou empreendedora – é ter um objetivo e trabalhar para alcançá-lo, mas encontrar diversos desafios no caminho. Os mais comuns estão relacionados com gestão de pessoas, gestão financeira, questões jurídicas, inovação, marketing e vendas.

Com base no exposto acima, este trabalho tem por escopo principal de identificar o potencial empreendedor durante o período da pandemia do COVID 19.

Materiais e métodos

Esta pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica Gil (2008) garante que é uma pesquisa organizada a partir de conteúdos publicados. A revisão de bibliografia foi feita de forma online através de sites de pesquisas, como por exemplo: o Google. Deste modo, foram explorados contextos de autores que estudam o tema. A partir disso, foram abordados diversos conhecimentos baseados em 13 monografias, artigos científicos, dissertações, teses, vídeos, entre outros assuntos importantes para este trabalho. Como principal instrumento metodológico para

realização da pesquisa qualitativa, utilizaremos o survey. Onde será aplicado, através da plataforma do Google Forms, um questionário contendo perguntas referentes o aumento do empreendedorismo durante a pandemia do Covid-19. As questões terão como foco, se a pessoa tem algum conhecimento sobre "o que é empreendedorismo", se as taxas de empreendedorismo aumentaram ou diminuíram durante a pandemia do Covid-19 e se o empreendedorismo foi uma solução para ganhar uma renda extra durante essa crise mundial. O questionário será enviado para grupos de todas as faixas etárias das regiões do Sul de Minas Gerais. Em suma, podemos observar que a maioria das pessoas perdeu seus empregos durante a Pandemia do Covid-19, com isso tiveram que se adaptar e ir a busca do empreendedorismo por necessidade, para buscar uma nova forma de fonte de renda.

Resultados e discussão

Diante dos resultados obtidos, o formulário apresenta um campo mais maduro visto que uma quantidade significativa dos estudos disponíveis no empreendedorismo investigando seus benefícios e limitações. A pesquisa abrange o total de 68 pessoas entre elas 82,4% das pessoas sabem o que é empreendedorismo, 55,9% de pessoas buscaram formas de empreender na pandemia do covid-19, 61,8% das pessoas perderam suas fontes de renda durante a pandemia, na opinião 76,5% das pessoas a taxa de empreendedorismo diminuiu no período de pandemia, 82,4% das pessoas conhece pessoas que se tornaram empreendedores na pandemia. A pesquisa gira em torno da população mineira. Entre os principais resultados estão o fato de que a grande maioria das pessoas que responderam esta pesquisa foram prejudicados na pandemia, sendo assim obrigados a buscarem formas de empreender durante este período difícil.

Conclusão / Considerações finais

O desenvolvimento dessa pesquisa, serviu para tirarmos o aprendizado de que apesar de termos sofrido uma grave pandemia, também serviu de incentivo para as pessoas empreenderem. Para demonstrar que houve esse crescimento, realizamos uma pesquisa onde mostra a porcentagem de homens e mulheres que foram afetadas ou não pelo coronavírus e se começaram a empreender nesse período.

E analisando as informações citadas nesse artigo, podemos chegar a conclusão que, existem problemas nesse aumento descontrolado de empreendedorismo, pois nem todos o fazem de

maneira correta, assim a curto prazo podem ter sido uma solução, porém a um longo prazo poderá se tornar um problema. Nesse sentido, são necessários projetos para ensinar aos empreendedores inexperientes. Assim, evitando que essas pessoas entrem em situações que causem mais danos do que o cenário que ela estava antes de começar. Por fim, encerra-se reconhecendo, instruindo e sustentando a ideia da importância do conhecimento em empreender um negócio, e como isso foi fundamental para todas as pessoas que perderam seus empregos em uma grande crise mundial que foi a pandemia do Covid-19, onde o empreendedorismo por consequência de uma necessidade foi uma forma de gerar um dinheiro para seu sustento.

Referências

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

LEITE, Victor. O que é Empreendedorismo? Quais os tipos e quem pode empreender? Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em: 18/10/2022.

BORGES, A. F; LIMA, J. B; BRITO, M. J. Fundamentos da Pesquisa em Empreendedorismo: Aspectos Conceituais, Teóricos, Ontológicos e Epistemológicos. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 41, 2017, São Paulo. Anais... Rio de Janeiro: Anpad, 2017.

Os 5 Maiores Desafios dos Empreendedores. Disponível em: <https://endeavor.org.br/ambiente/5-desafios-empreendedores-pesquisa/>. Acesso em 18/10/2022.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SILVA, Dionísio da. De onde vêm as palavras. São Paulo: Mandarim, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GESTÃO E ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO: AS CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE GESTÃO PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TEIXEIRA, Allan Rafael. NETO, João Pedro dos Santos. SANTOS, Leonardo Fonseca dos SANTOS, Leonardo Salviano. REINO, Luís Otávio Bartolomei. SILVA, Thauan de Andrade Palma. SILVA, Nei Domicino da.

INTRODUÇÃO

A gestão de riscos surge, atualmente, como uma maneira de antecipar e evitar ameaças para as instituições financeiras, minimizando ou eliminando as possíveis perdas monetárias. Contudo, estas instituições podem fazer uso da gestão de riscos para identificar não apenas potenciais ameaças, mas também grandes oportunidades que influenciarão positivamente todo o seu cenário financeiro. Por essa razão, é imprescindível que cada entidade faça uso da gestão de riscos, estando um passo à frente das inúmeras eventualidades, sejam elas positivas ou negativas. Desta forma, a instituição estará preparada para atuar frente a situações que fujam da normalidade.

Tendo como base o atual cenário financeiro enfrentado por diversos bancos comerciais, os quais se encontram próximos, ou até mesmo já em estado de inadimplência, delineou-se como objetivo desta pesquisa o estudo acerca da gestão de riscos de crédito, buscando apresentar os problemas gerados para as instituições que não utilizam uma boa gestão de riscos de crédito em seu dia-a-dia. Ao longo da pesquisa serão apresentados alguns dos modelos de risco de crédito mais eficientes, aprofundando-se na sua utilização, além de expor os resultados obtidos a partir de sua aplicação. Além disso, será traçado um estudo acerca das mais importantes ferramentas utilizadas na gestão de riscos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de risco vem sendo definido frequentemente como a probabilidade que algo possui de dar errado, ou até mesmo, como um sinal de perigo. Levando este pensamento em consideração, é possível traçarmos uma ligação com Bernstein (1997, p. 8), que afirma que “a palavra risco deriva do italiano antigo *risicare*, que significa ‘ousar’. Neste sentido, o risco é uma opção, e não um destino”. Por outro lado, autores como Gastineau e Kritzman (1999, p. 341) definem o risco como sendo, “em conceito mais amplo, exposição a mudanças incertas; e mais restritamente, exposição a mudanças adversas.”

A noção de risco está associada a três componentes importantes: causa, evento e impacto. Cada uma delas têm ou possui pelo menos um fator impulsionador do seu acontecimento. São três características necessárias para que um risco seja gerenciável: impacto, incerteza e tempo. O impacto será sobre o ganho ou prejuízo financeiro, do risco que evidencia a organização. A incerteza está atrelada a uma possibilidade de um contratempo, no qual, parcialmente, não é reconhecida, porém inferior a 100%. Entretanto, é importante para o alcance dos objetivos da empresa. O terceiro componente abrange o tempo de exposição ao risco, que indica que o risco possui um começo de tempo limitado para que possa ser gerenciável.

A análise do risco de crédito é uma grande estratégia utilizada para manter o seu negócio longe da inadimplência. Nada mais é do que a avaliação da capacidade que uma pessoa física ou jurídica detém para pegar de volta um crédito uma vez obtido, ou, em outras palavras, deixar de honrar com o pagamento da dívida adquirida.

ASSAF NETO e SILVA (1997), definem operação de crédito como o compromisso do tomador do financiamento de quitar a dívida junto ao provedor dos recursos. A incerteza quanto à veracidade do compromisso tem levado os bancos a elaborarem modelos mais sofisticados para estimar a chance de não pagamento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão bibliográfica de literatura, com diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos on-line). Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados. Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática.

Para Gil (2008), esta pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio desta pesquisa pôde se verificar que para as instituições financeiras que não estão atentas a importância de uma gestão de riscos, há consequências, como por exemplo, conceder créditos para uma pessoa que não tem condições de pagar, o que, muitas das vezes, obriga a

empresa a arcar com esse crédito até que haja o pagamento dessa dívida, que em algumas vezes não são pagas e a empresa é obrigada a arcar com esse prejuízo. Consequências essas que acabam ocorrendo também para os devedores, como a penhora de bens, se possuído pelo devedor, para que a empresa não tenha um prejuízo muito grande. Ressalta-se o uso de algumas ferramentas para concessão desses créditos como: Credit Scoring, Credit Credrisk+ e o modelo KMV entre outras ferramentas de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se através deste estudo que o controle de riscos de crédito, são fundamentais para resguardar a empresa de perigos e falhas, e desta forma, eliminar ou reduzir perdas financeiras, bem com maximizar o aproveitamento das oportunidades positivas, ganhos e geração de valor.

Nesse sentido, além de analisar e estudar a avaliação de risco, a organização precisa pensar nos métodos que auxiliam nas operações, que atribui pontuações variáveis de decisões de crédito de um proponente, mediante a aplicação de técnicas estatísticas, bem como o Credit Scoring, Credrisk+, modelo KMV, esses modelos atribuem na hora das empresas conceder créditos aos seus clientes.

Portanto, é essencial que a empresas faça o uso da avaliação, para que tenha um controle do crédito concedido, e venha a ter menos prejuízo, e deste modo possibilitar que a empresa tenha uma boa gestão sobre o risco de crédito, sendo que os bons pagadores acabam pagando pelos inadimplentes, deste modo faz com que a empresa tenha uma boa gestão sobre o risco de crédito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Análise de risco de crédito: qual a melhor forma de fazer. Decisão Sistemas, 2022. Disponível em: <https://decisaosistemas.com.br/analise-de-risco-de-credito/#:~:text=A%20an%C3%A1lise%20de%20risco%20de,de%20pagar%20o%20valor%20tomado.>

Análise e concessão de crédito a clientes: como estruturar um processo eficiente. Serasa Experian, 2022. Disponível em: <https://empresas.serasaexperian.com.br/blog/analise-e-concessao-de-credito/>

ASSAF NETO, A; SILVA; C. A. T. Administração do capital de giro. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CHAIA, Alexandre Jorge. Modelos de Gestão do Risco de Crédito e sua Aplicabilidade ao Mercado Brasileiro. Universidade de São Paulo, junho de 2003. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21012004-224716/publico/Modelos_de_Credito.pdf

DA FREIRIA, Juliana Carvalho. Gestão de Riscos Corporativos (ERM). Protiviti, 2022. Disponível em: https://www.protiviti.com.br/servicos/gestao-de-riscos/gestao-de-riscos-corporativos-erm/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=protiviti-riscos-e-compliance&utm_id=pesquisa&utm_term=gestao-de-riscos&gclid=EAlaIqObChMlrp-FoNzH-gIVbBZMCh0eIQbIEAAYASAAEgK02vD_BwE

Gestão de riscos: Saiba porque sua empresa deve fazer esse gerenciamento. PontoTel, 2021. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/gestao-de-riscos/>

Gestão do Incumprimento. Plano Nacional de Formação Financeira: Todos Contam, 2022. Disponível em: <https://www.todoscontam.pt/gestao-do-incumprimento>

Gestão do Incumprimento. Portal do Cliente Bancário, 2022. Disponível em: <https://cliente bancario.bportugal.pt/pt-pt/gestao-do-incumprimento>

Incumprimento de crédito. Banco Finantia, 2022. Disponível em: <https://www.finantia.com/pt/incumprimento-de-credito/>

Incumprimento de crédito. Santander, 2022. Disponível em: <https://www.santander.pt/incumprimento-credito>

Informação sobre o incumprimento de contratos de crédito e a rede extrajudicial de apoio. Banco do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/atend/lisboa/dwn/InfoIncumprimento.pdf>

RABELLO, Guilherme. Gestão de riscos: o que é e as melhores formas de implementá-la. Siteware, 2022. Disponível em: <https://www.siteware.com.br/gestao-estrategica/o-que-e-gestao-de-riscos/>

Risco de Crédito: como funciona, e quais critérios para análise. Neoway, 2022. Disponível em: <https://blog.neoway.com.br/risco-de-credito>

O AUMENTO E A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAFÉS ESPECIAIS.

ARANTES, Analice ; COLI, Gustavo; VENTURELLI , Enzo; SILVA, Erika; SILVA, Giovana ; SILVA, Nei

Introdução

Café especial não é um adjetivo para alguns tipos de cafés , mas sim uma definição técnica para bebida de alta qualidade pelo mundo afora. Engana-se quem pensa que o consumo de tal no Brasil se limita ao simples fato de ingerir a bebida. Café vai muito além do que vemos, ainda mais quando o assunto é café especial. Para um café ser considerado especial, ele deve obter no mínimo 80 pontos na escala de classificação da atual Specialty Coffee Association – SCA e isso equivale a um café de bebida mole, de acordo com a Instrução Normativa. O que diferencia o café especial para um café ser considerado de alta qualidade, não é apenas a bebida, mas também as condições em que os grãos foram produzidos. A determinação de um café especial vai além das características sensoriais da bebida, englobando também aspectos sociais, culturais e ambientais. Diante disso, diferentes regiões originam a bebida com diferentes características, por isso há peculiaridades regionais. É o caso quando falam em Cafés do Cerrado Mineiro e os Cafés da Alta Mogiana. São mais de 60 tipos de café e, no Brasil, as mais conhecidas são a Arábica e a Canephora. O café Arábica possui mais açúcares naturais, por isso tem um sabor mais adocicado, gosto suave e ligeiramente ácido. Em contrapartida, o Robusta é amargo e mais marcante no paladar, ideal para blends de mercado, onde são usados para dar volume e corpo, segundo cup-tasters, que são profissionais responsáveis por avaliar o café.

Materiais e métodos

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se principalmente em livros e artigos de profissionais renomados no mercado do café. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para Severino (2007),

a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo: [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de

contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Resultados e discussão

O brasileiro prioriza o aroma para identificar o café com mais qualidade. » A São Paulo Coffee Hub atua também na promoção de conhecimento sobre a bebida, realizando pesquisas com apoio da Associação Brasileira da Indústria de Café e de outras empresas, além de trabalhar com influenciadores focados em café para que se comuniquem melhor com o mercado. Em uma de suas pesquisas, identificou três perfis de público consumidor de café no Brasil. «O primeiro é o que consome os tradicionais e extra-fortes, que ainda não se atentou para os cafés de qualidade. O segundo grupo reúne os entusiastas, que conhecem cafés de qualidade superior, gourmet ou especiais, e consomem em diversas situações cotidianas, por vezes alternando entre diversos tipos. O terceiro são os especialistas, mais restritivos, que só admitem os cafés de mais qualidade», explica a sócia da São Paulo Coffee Hub.

Conclusão / Considerações finais

Constata-se que o consumo de café especial no Brasil, apresenta alto padrão de qualidade e seu consumo vem aumentando cada dia, tendo mudanças históricas na cafeicultura brasileira, sendo assim, os consumidores optam por um café de melhor qualidade.

Como resposta a essa nova demanda de consumidores, os cafeicultores encontram uma nova oportunidade para explorar novos mercados do café, o do café especial, mas para isso deve-se fazer uma mudança desde o manejo do café, até o marketing do produto.

Referências

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. Brasil se destaca na produção de cafés especiais. Out. 2018. Disponível em: <<http://abic.com.br/brasil-se-destacana-producao-de-cafes-especiais/>>. Acesso em: Junho de 2020.

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. Consumo de Café no Brasil aumenta 4,80% e chega a 21 milhões de sacas. Fev. 2019. Disponível em: <http://consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/consumo/Press_release_consumo_final_vs_04_02_19.pdf>. Acesso em: 12 de set de 2022.

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. Consumo interno de café mantém crescimento em 2017. Out. 2017. Disponível em: < <https://www.abic.com.br/estatisticas/indicadores-da-industria/indicadores-da-industria-de-cafe-2017/>>. Acesso em: 18 de out de 2022

ALVES, J. Qualidade do café brasileiro. Patos de Minas: Universidade Federal de Uberlândia, 2019. 99p. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25554>>. Acesso em: Outubro de 2020.

Arábica x Robusta: descubra as diferenças entre esses dois tipos de café

[https://blog.grancoffee.com.br/arabica-x-robusta-descubra-as-diferencas-entre-esses-dois-tipos-de-](https://blog.grancoffee.com.br/arabica-x-robusta-descubra-as-diferencas-entre-esses-dois-tipos-de-cafe/#:~:text=O%20caf%C3%A9%20Ar%C3%A1bica%20possui%20mais,caf%C3%A9%20mais%20forte%20e%20intenso)

[cafe/#:~:text=O%20caf%C3%A9%20Ar%C3%A1bica%20possui%20mais,caf%C3%A9%20mais%20forte%20e%20intenso](https://blog.grancoffee.com.br/arabica-x-robusta-descubra-as-diferencas-entre-esses-dois-tipos-de-cafe/#:~:text=O%20caf%C3%A9%20Ar%C3%A1bica%20possui%20mais,caf%C3%A9%20mais%20forte%20e%20intenso) Acesso em : 15 de out de 2022

BOAVENTURA, P.S.M.; ABDALLA, C.C.; ARAÚJO, C.L.; ARAKELIAN, J.S. Cocriação de valor na cadeia do café especial: o movimento da terceira onda do café. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 58, n.3, p. 254-266, 2018.

CARDO, Fábio ; Consumo de café de alta qualidade cresce no Brasil. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/foodtech/consumo-de-cafe-de-alta-qualidade-cresce-no-brasil/> Acesso em: 10 de out de 2022

COCATO, Larissa ; D'ARC, Joana Caroline ;O que torna um café especial? Saiba quais são os parâmetros analisados. Disponível em:

<https://rehagro.com.br/blog/o-que-torna-um-cafe-especial/#:~:text=Para%20um%20caf%C3%A9%20ser%20considerado,11%20de%20junho%20de%202003> Acesso em : 29 de set de 2022

GUIMARÃES, E.R.; CASTRO, L.G.J.; ANDRADE, H.C.C. A terceira onda do café em Minas Gerais. Organizações Rurais & Agroindustriais, v.18, n.3, p.214-227, 2016.

GANAN, Juliana ; Por trás da sua Xícara / Juliana Ganan - São Paulo: Ed. Da Autora 2022. P. 143

GANAN, Juliana ; Por trás da sua Xícara / Juliana Ganan - São Paulo: Ed. Da Autora 2022. P. 144

GUIMARÃES, E.R.; CASTRO, L.G.J.; ANDRADE, H.C.C. A terceira onda do café em Minas Gerais. Organizações Rurais & Agroindustriais, v.18, n.3, p.214-227, 2016.

MIETH, Guido ;Consumo de café no Brasil cresce 1,7% em 2021

<https://www.google.com/amp/s/forbes.com.br/forbesagro/2022/04/consumo-de-cafe-no-brasil-cresce-17-em-2021/%3famp> Acesso em : 20 de set de 2022

ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

APLICAÇÃO DA ROBÓTICA NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

Azevedo, M. K. Laís; Santos, F. Dayane; Carvalho, S. Breno; Souza, C. Tiago; Martins, J. Cleber; Severino, S. Gabriel; Ribeiro, S. A. Rafael

Orientadores: Nunes, C. A. Aldyr, Venâncio, L. Juliano

Introdução

Observa-se que a tecnologia possui um papel importante na atualidade quando se trata de avanços científicos e a busca por uma melhor qualidade de vida e trabalho. Nesse contexto, a robótica e a eletrônica são áreas que trazem a conexão entre a programação com as necessidades do mercado de trabalho. Constata-se que a substituição do trabalho manual pela utilização de máquinas e robôs nas empresas geram benefícios e competitividade para as mesmas; uma vez que as máquinas suportam uma alta carga de tarefas e horários, promovendo assim uma maior produtividade e lucros.

A proposta desse trabalho é construir um instrumento musical com a utilização de frutas e a eletrônica visando a inclusão social, uma vez que, instrumentos musicais possuem alto valor e não são acessíveis para todas as pessoas.

O objetivo principal desse projeto é ressaltar a importância da robótica e mostrar como ela torna possível a criação e desenvolvimento de sistemas com baixo custo e acessíveis para a sociedade. Além de demonstrar a aplicabilidade da peça principal da área: o Arduino.

Materiais e métodos

O projeto consiste na montagem de um teclado musical com os seguintes materiais: 1 Arduino Leonardo – plataforma de prototipagem eletrônica Open Source –; 1 Protoboard – placa de ensaio com furos e conexões condutoras para a montagem de circuitos elétricos –; 6 Resistores Elétricos de 1Ω (1/4W) – dispositivos utilizados na eletrônica com a finalidade de transformar energia elétrica em energia térmica por meio do efeito Joule ou limitar a corrente elétrica em um circuito –; além de fios jumpers – pequenos condutores para conectar dois pontos de um circuito eletrônico.

Além dos materiais citados, também foi utilizado bananas que funcionarão como as teclas do teclado. O papel das bananas é conduzir energia. Dessa forma, pode ser substituída por qualquer objeto que conduza o mínimo de eletricidade.

A metodologia adotada no projeto trata de caráter qualitativo do tipo experimental através de experimentos realizados no laboratório e do tipo bibliográfica, por meio da utilização de livros e artigos.

Resultados e discussão

A elaboração desse projeto que visa a inclusão social, principalmente de pessoas com menor poder financeiro contou com uma pesquisa prévia acerca do assunto.

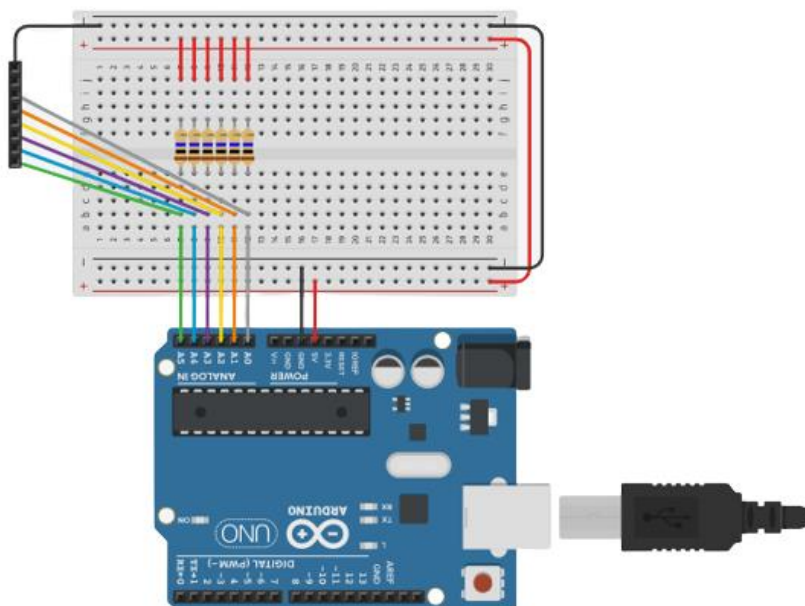
A ideia inicial do trabalho era apontar as inúmeras possibilidades da robótica e da eletrônica, uma vez que são meios muito presentes na realidade, mas que ainda podem ser pouco conhecidos pelas pessoas. Trazer a aplicabilidade dessas duas áreas é essencial para o entendimento do público da importância da constante pesquisa e de desenvolvimento das áreas.

Entretanto, durante as pesquisas notou-se que a usabilidade e o baixo custo do Arduino poderia servir como um agente da inclusão social. Dessa forma, houve a decisão de focar em um projeto de baixo custo, atrativo para o público, e que substituísse um produto de alto custo, mantendo uma boa qualidade. Após a escolha do projeto, foram feitas pesquisas acerca dos materiais necessários e suas respectivas funções.

Na primeira etapa, foi acordada a utilização do Arduino Leonardo, que é uma plataforma de prototipagem com um custo baixo. Essa plataforma é usada em inúmeros projetos grandes, como por exemplo: sistemas de fechadura por senha, sensores de umidade do solo, robôs com autobalanceamento, leitores de umidade e temperatura. Em seguida foi escolhida a utilização da banana como condutora de energia por se tratar de um produto barato e diferente de um teclado comum. Além disso, houve pesquisas sobre os itens mais técnicos (Protoboard, resistores e fios jumpers) e suas funcionalidades.

Na segunda etapa foi realizada pesquisas a respeito da montagem, funcionamento e execução do projeto. Por meio de pesquisas no livro Arduino Básico, escrito pelo autor Michael McRoberts, e no canal do Youtube Manual do Mundo, apresentado pelo Iberê Thenório, foram desenvolvidas as habilidades e conhecimentos necessários para a execução do projeto.

Figura 1. Circuito do Piano de Bananas no TinkerCad



Fonte: <https://www.tinkercad.com/things/3QXMbborLdv>

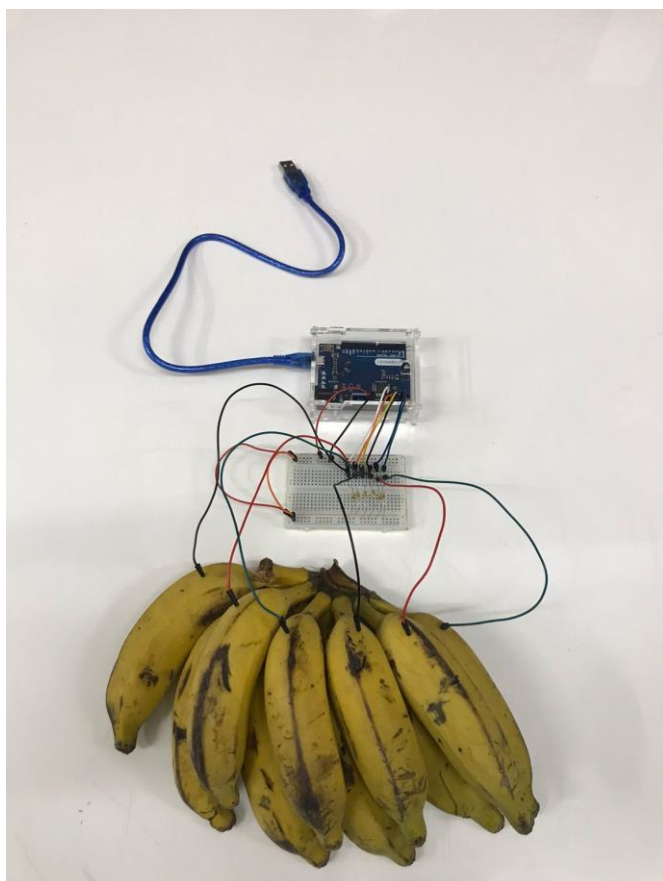
Nessa perspectiva, o Arduino serve como controlador de informação, ele perceberá as ações realizadas nos demais itens e vai interferir no processo de acordo com a programação realizada. Essa programação foi desenvolvida nas linguagens de programação C e C++ e executada dentro do Arduino IDE – software usado para escrever e fazer upload de programas em placas compatíveis com Arduino.

A Protoboard, os resistores, e os fios trazem o funcionamento elétrico ao sistema. Todos os impulsos eletrônicos passam e são tratados por esses itens. Já as bananas são os condutores de energia, como explicado anteriormente.

O funcionamento do sistema, desde que tudo estiver conectado corretamente ocorrerá de forma simples. A banana, condutor de energia, quando tocada irá variar de resistência que será percebida pela placa Arduino. Assim, de acordo com o que foi programado, o Arduino irá emitir sinal para a saída de som, que, por sua vez, emitirá uma nota musical. Essas notas musicais

podem ser alteradas nos códigos, ou seja, é possível alterar a frequência e a duração de cada nota, fazendo com que a fruta funcione como um instrumento musical.

Figura 2: Piano de Bananas



Fonte: Própria

Conclusão / Considerações finais

Compreende-se que a eletrônica e a robótica são assuntos essenciais para o desenvolvimento científico. Além de incentivar a criatividade e o despertar do raciocínio lógico.

Conclui-se que a realização do projeto, além de ter proporcionado novos conhecimentos da área para os participantes, cumpriu com o objetivo inicial de mostrar a aplicação da Robótica com a Eletrônica de uma forma acessível, criativa e com baixo custo.

Referências

MCROBERTS, M. Arduino Básico.

<https://www.google.com.br/books/edition/Arduino_B%C3%A1sico_2%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o/EqOoBwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover>. Acesso em: 10 out. 2022.

THENÓRIO, I. Piano de bananas: faça o seu!

<<https://www.youtube.com/watch?v=gTU9NunYVnM>>. Acesso em: 06 out. 2022.



BIOMEDICINA

A TECNOLOGIA DA BIOIMPRESSÃO 3D

Thezolim, Fernando Augusto Duarte Oliveira, Silveira, Ricardo Frederico Pinto

Introdução

É perceptível o avanço de pesquisas para o desenvolvimento de tecidos e órgãos bioimpressos (DO É et al., 2020). Tecidos e órgãos atualmente já são fabricados em laboratórios e a indústria vem apresentando diversas investidas para tornar a fabricação desses bioprodutos economicamente viável em escala industrial (VAZ, 2020). A impressora 3D tem viabilizado não só a elaboração de novas abordagens terapêuticas, mas também a dinamização de procedimentos cirúrgicos, garantindo, dessa forma, um melhor prognóstico a muitos pacientes e um incremento na qualidade de vida (MATOZINHOS et al., 2017). A impressão 3D foi descrita pela primeira vez em 1986 por Charles W Hull (MURPHY; ATALA, 2014). O presente trabalho tem como objetivo abordar os aspectos centrais, as técnicas mais utilizadas e o conceito da bioimpressão 3D.

Materiais e métodos

O estudo é fundamentado em pesquisa bibliográfica através de artigos e publicações científicas de referência na área. A coleta foi realizada nas bases eletrônicas Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e PubMed (NCBI - *National Center for Biotechnology Information*).

Resultados e discussão

A bioimpressão é definida como a utilização de células, ou outros produtos biológicos, na impressão por adição de camadas, de modo a produzir uma estrutura mais complexa, a exemplo da engenharia de tecidos e órgãos (VANELLI et al., 2020). Conforme explica Ozbolat e Yin Yu (2013), a bioimpressão é o processo em que as células vivas são precisamente impressas em certo.

Minguella Torra (2021) explica que nas últimas três décadas, a bioimpressão 3D se estabeleceu como uma das tecnologias revolucionárias que serão essenciais para o futuro de nossa sociedade. Fontes (2020) diz que a bioimpressão é uma solução promissora para o mundo frente à crescente escassez de órgãos para transplante, bem como para testes farmacêuticos em animais e suas conseqüentes discussões éticas.

A bioimpressão 3D é baseada em três abordagens centrais: biomimética, automontagem autônoma e blocos de construção de mini tecidos (MURPHY; ATALA, 2014).

Biomimética

A biomimética é uma nova ciência que estuda os modelos da natureza para resolver os problemas humanos (BENYUS, 2007). Sua aplicação em bioimpressão 3D envolve a fabricação de reprodutores idênticos dos componentes celulares e extracelulares de um tecido ou órgão (INGBER et al., 2006).

Automontagem autônoma

Outra abordagem para replicação biológica de tecidos é usar o desenvolvimento de órgãos embrionários como guia (MURPHY; ATALA, 2014). As estratégias baseadas em células geralmente manipulam um ou vários tipos de células, para formar os componentes essenciais do tecido necessário (STEER, 2004).

Mini tecidos

O objetivo final da tecnologia de impressão de órgãos é fabricar órgãos humanos vivos funcionais vascularizados em 3D adequados para implantação clínica (MIRONOV et al., 2008). De acordo com Oliveira (2017), diz que a bioimpressão é considerada uma fonte promissora no desenvolvimento celular, e na produção de mini-órgãos, válvulas, cartilagens que futuramente poderão ser utilizados na terapia para transplantes em animais e humanos.

Principais tecnologias em bioimpressão 3D

Bioimpressão a jato de tinta

A impressão a jato de tinta é uma técnica de impressão sem contato que reproduz informações de padrão digital em um substrato com pequenas gotas de tinta (MOHEBI; EVANS, 2002). Nakamura et al. (2008), afirma que a tecnologia a jato de tinta é uma tecnologia para construir tecidos biológicos 3D projetados com micro a macroestruturas, manipulando diferentes tipos de células vivas.

Bioimpressão por extrusão

A bioimpressão baseada em extrusão é amplamente utilizada em engenharia de tecidos e medicina regenerativa para criar construções ou andaimes incorporados a células (NAGIEH; CHEN, 2021). A bioimpressão por extrusão tem perspectivas interessantes na fabricação de construções de tecidos para reparar ou substituir tecidos e órgãos danificados ou doentes (PATI et al., 2015).

Bioimpressão assistida por laser

A bioimpressão assistida por laser (LAB) é uma tecnologia emergente e promissora que é reproduzível com alta precisão que pode ser usada para fabricar andaimes complexos de bioengenharia que imitam tecidos e órgãos (VENTURA, 2021). Guillotin et al. (2013), afirma que a bioimpressão assistida por laser dá aos engenheiros de tecidos controle sobre a densidade celular e a organização de construções de tecidos 3D, o LAB promete muito para a fabricação de tecidos vivos com funcionalidade fisiológica.

Conclusão

A bioimpressão 3D é uma área relativamente nova que envolve esforços de diversas áreas de pesquisa. Visto que há uma grande potencialidade para a reconstrução e criação de tecidos e órgãos para o transplante e implante em seres humanos o campo da medicina regenerativa é um dos que mais se beneficia com os avanços destas pesquisas.

Referências

BENYUS, Janine M. Biomimética: inovação inspirada pela natureza. Editora Cultrix, 2007.

DO É, Gutiele Do Nascimento et al. Bioimpressão 3D de tecidos e órgãos: uma prospecção tecnológica. Cadernos de Prospecção, v. 13, n. 5, p. 1383-1383, 2020.

FONTES, Anna Beatriz; MARCOMINI, Raphael Fortes. 3D Bioprinting: a review of materials, processes and bioink properties. The Journal of Engineering and Exact Sciences, v. 6, n. 5, p. 0617-0639, 2020.

GUILLOTIN, Bertrand et al. Laser-assisted bioprinting for tissue engineering. In: Biofabrication. Publisher William Andrew, 2013. p. 95-118.

Ingber, D.E. et al. Tissue engineering and developmental biology: going biomimetic. *Tissue Eng.* 12, 3265–3283 (2006).

MATOZINHOS, Isabela Penido et al. Impressão 3D: Inovações no campo da medicina. *Revista Interdisciplinar Ciências Médicas*, v. 1, n. 1, p. 143-162, 2017.

MINGUELLA TORRA, Maria. Construcció d'una bioimpressora 3D. 2021.

Mironov V, Kasyanov V, Drake C, Markwald RR. Organ printing: promises and challenges. *Regen Med.* 2008; 3:93-103.

MOHEBI, Mohammad Masoud; EVANS, Julian RG. A drop-on-demand ink-jet printer for combinatorial libraries and functionally graded ceramics. *Journal of combinatorial chemistry*, v. 4, n. 4, p. 267-274, 2002.

MURPHY, Sean V.; ATALA, Antonio. 3D bioprinting of tissues and organs. *Biotechnology of nature*, v. 32, no. 8, p. 773-785, 2014.

NAGHIEH, Saman; CHEN, Xiongbiao. Printability—A key issue in extrusion-based bioprinting. *Journal of Pharmaceutical Analysis*, vol. 11, no. 5, p. 564-579, 2021.

NAKAMURA, M. et al. 3D microfabrication by inkjet 3D biofabrication for 3D tissue engineering. In: 2008 International Symposium on Micro-NanoMechatronics and Human Sciences. IEEE, 2008. p. 451-456.

OLIVEIRA, Naila A. et al. Bioimpressão e produção de mini-órgãos com células tronco. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, v. 37, p. 1032-1039, 2017.

OZBOLAT, Ibrahim T.; PENG, Weijie; OZBOLAT, Veli. Application areas of 3D bioprinting. *Drug Discovery Today*, v. 21, no. 8, p. 1257-1271, 2016.

Ozbolat, I. T.; Yin Yu. Bioprinting Toward Organ Fabrication: Challenges and Future Trends. *IEEE Transactions on Biomedical Engineering*, v. 60, n. 3, p. 691–699, mar. 2013.

PATI, Falguni et al. Extrusion bioprinting. In: *Fundamentals of 3D biofabrication and translation*. Academic Press, 2015. p. 123-152.

STEER, Dylan L.; NIGAM, Sanjay K. Developmental approaches to kidney tissue engineering. American Journal of Physiology-Renal Physiology, 2004.

VANELLI, Cristiano Mariano; MABA, Isabella Karoline. Bioimpressão: uma abordagem em saúde para impressão 3D. Revista Saúde e Desenvolvimento, v. 14, n. 17, 2020.

VAZ, Guilherme. Estudo sistemático sobre o cenário da tecnologia de bioimpressão 3D. 2020.

VENTURA, Reiza Dolendo. An overview of laser-assisted bioprinting (LAB) in tissue engineering applications. Medical lasers; Engineering, Basic Research and Clinical Application, v. 10, no. 2, p. 76-81, 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DO EXAME DE HEMOGLOBINA GLICADA NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO DIABETES MELLITUS

Souza, Jussara Catarina Lino de; Santos, Kamila Aparecida dos; Azevedo, Fabiano Uba

Introdução

As Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) representam um dos principais desafios da saúde pública, pois elas se tornaram as principais causas de morte no Brasil e no mundo. O Diabetes Mellitus é uma das DCNT mais frequente no mundo (BERTONHI; DIAS, 2018). Diabetes Mellitus (DM) não é uma doença propriamente dita, pois trata-se de uma síndrome, onde possui um conjunto de distúrbios metabólicos e que tem em comum a hiperglicemia. Isso ocorre por conta de uma deficiência na ação da insulina, ou pela deficiência na produção da mesma (MARQUES, 2018).

Segundo dados da Federação Internacional de Diabetes (2021), mais de 15 milhões de adultos no Brasil, entre 20 e 79 anos, vivem com o Diabetes, sendo que 1 a cada 10 adultos brasileiros são afetados. Este número deverá aumentar para 24 milhões de adultos até 2045. Uma das classificações existentes é o DM tipo 2, geralmente caracterizado pela resistência da insulina, sendo o tipo mais comum de Diabetes, representando cerca de 90% de todos os casos.

Geralmente, os sintomas que estão relacionados ao DM são: sede excessiva, micção frequente, perda ponderal, entre outros, podendo ser representados mais no Diabetes tipo 1. O Diabetes do tipo 1 está normalmente relacionado por uma deficiência absoluta ou relativa da insulina, ou seja, o pâncreas acaba não produzindo insulina, fazendo com que o organismo não seja capaz de utilizar o açúcar no sangue. Os pacientes mais acometidos por esse tipo de DM, são as crianças e adolescentes, ou não-obesos (FARIA; MENDOZA, 2010).

O diagnóstico precoce do Diabetes Mellitus possibilita uma ação rápida para evitar complicações crônicas, como as doenças cardiovasculares, cegueira, insuficiência renal e amputações de membros inferiores (RENZ, 2018). Existem exames que são utilizados no diagnóstico do Diabetes Mellitus, como a glicemia em jejum, a curva glicêmica ou TOTG (Teste Oral de Tolerância a Glicose) e a hemoglobina glicada, que é fundamental na monitoração de pacientes diabéticos, porém, hoje, vem sendo utilizado também, junto com outros exames, para se ter um diagnóstico mais preciso de pacientes não-diabéticos e que possuem uma alteração nos níveis glicêmicos

(FARIA; MENDOZA, 2010). Portanto, o objetivo do presente estudo é caracterizar o que é Diabetes Mellitus e seu acometimento em relação ao organismo, fazendo uma análise comparativa do uso da dosagem da Hemoglobina Glicada como parâmetro de diagnóstico em pacientes com glicemia média alta e na monitoração de pacientes já diagnosticados com Diabetes Mellitus.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, do tipo revisão de literatura, para qual foi realizado uma análise sobre o exame de Hemoglobina Glicada como critério de Diagnóstico do DM. As palavras-chave utilizadas para a busca de resultado deste estudo foram: diabetes mellitus, diabetes tipo 2, diagnóstico e hemoglobina glicada.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos em língua portuguesa, publicados entre os anos de 2010 a 2021, nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e órgãos importantes como Sociedade Brasileira de Diabetes, American Diabetes Association e Federação Internacional de Diabetes.

Resultados

A hiperglicemia, que é o aumento da glicose na corrente sanguínea, é muito prejudicial ao organismo, de forma aguda ou crônica, a mesma acarreta vários distúrbios. Esses distúrbios metabólicos que ocorrem no Diabetes Mellitus, acontecem devido à falta de insulina ou a incapacidade de sua funcionalidade. A síndrome metabólica pode ser classificada em alguns tipos, o Diabetes Mellitus tipo 1 (DMT1) tem maior incidência em indivíduos com menos de 30 anos de idade, porém pode acometer qualquer faixa etária. É dividido em classe: o tipo 1A, que ocorre devido à um processo autoimune que acarreta destruição das células beta do pâncreas, levando a incapacidade do organismo de produzir insulina; e o tipo 1B ou forma idiopática (MARQUES, 2008).

A forma mais comum de DM, é o tipo 2 (DMT2) acometendo cerca de 90% dos indivíduos diabéticos, causando a deficiência da secreção de insulina ou de sua ação, essas alterações em torno da insulina podem resultar em um aumento da produção hepática de glicose. O surgimento

desse tipo está relacionado a fatores genéticos e ambientais, sendo o estilo de vida um fator preponderante para o seu desencadeamento (MARQUES, 2008).

Quando a hiperglicemia é diagnosticada na gravidez, temos a diabetes gestacional (DMG), que pode ter gravidade variada e risco tanto para mãe quanto para o feto, e geralmente ocorre no segundo ou terceiro trimestre. Um dos fatores de risco que acarreta o desenvolvimento do DMG é o ganho excessivo de peso durante a gestação. Mesmo que o problema seja resolvido no período pós-parto, em grande parte dos casos, ele reaparece algum tempo depois (MARQUES, 2008).

Devido a quantidade de pessoas com diagnóstico confirmado para o diabetes mellitus e as complicações graves que ele pode acarretar, o problema já é considerado de escala mundial (SÁ; NAVAS; ALVES, 2014).

O diagnóstico do diabetes pode ser feito pela realização dos exames de glicemia de jejum, TOTG (duas dosagens) e hemoglobina glicada, o último, muito solicitado para o acompanhamento dos pacientes já confirmados com a doença (SÁ; NAVAS; ALVES, 2014).

Dando enfoque para o exame que dá título ao presente artigo, a hemoglobina é uma proteína presente nos glóbulos vermelhos capaz de carregar o ferro, e pode se associar com a glicose, dando origem a hemoglobina glicada, que é uma fração específica chamada HbA1C. Essa ligação ocorre de uma reação não-enzimática definida como glicação, onde possui duas fases, a primeira fase é denominada base de Schiff e é reversível e a segunda fase é irreversível e gera o composto A1C (SUMITA; ANDRIOLO, 2008).

Quanto maior a concentração de açúcar acoplado, maior a concentração de glicose no sangue. Sendo assim, conclui-se que o exame permite avaliar a glicemia nos últimos três meses, e não em períodos isolados (SÁ; NAVAS; ALVES, 2014). O valor do nível de HbA1c no sangue considerado normal em adultos é 5,7%, como estabelecido pela Sociedade Brasileira de Diabetes (2021).

Algumas patologias existentes possuem a capacidade de interferir nos resultados da hemoglobina glicada, podendo aumentar ou diminuir os níveis de HbA1C. Por exemplo, a anemia hemolítica, hemoglobinopatias, comprometimento da medula óssea, algumas deficiências nutricionais; como vitaminas B6 e B12, mieloma múltiplos e diversas outras doenças. No caso de

presença de hemoglobina carbamylada (ligação com a ureia) em pacientes com deficiência renal, ou deficiência nutricional de ferro e até mesmo presença de hemoglobina acetilada em pacientes que recebem doses elevadas de ácido acetilsalicílico, pode ocorrer o aumento da sobrevivência das hemácias, acarretando uma falsa elevação dos valores de A1c (NETTO, et al. 2009).

Além de ser considerada como padrão-ouro para controle do diabetes, refletindo a glicose plasmática média dos últimos 2-3 meses, a hemoglobina glicada recentemente foi certificada como exame diagnóstico de DM e de pré-diabetes (SOUZA et al., 2012).

Segundo as Diretrizes Oficiais da Sociedade Brasileira do Diabetes (2021) o exame de Hemoglobina Glicada não é usado somente para que se tenha um monitoramento dos níveis de A1c em pacientes portadores de Diabetes Mellitus, mas passou a ser um parâmetro essencial para o diagnóstico de pacientes não-diabéticos, e que tenha uma hiperglicemia, junto com outros exames importantes, como a glicemia em jejum ou a curva glicêmica.

A Associação Americana de Diabetes (ADA) afirma que quanto menor o nível de escolaridade e informação maior a tendência ao desenvolvimento da doença. É importante ter conhecimento do nível de escolaridade das pessoas com DM, pois através desse levantamento são planejadas estratégias de educação para o cuidado (MARQUES, 2008).

Discussão

A Hemoglobina Glicada é um exame extremamente útil, pois serve para avaliar o estado da glicemia nos últimos dois a três meses, sendo eficaz no monitoramento dos pacientes já diagnosticados com DM. Os níveis de A1c acima de 7% indicam que os pacientes diabéticos podem ter um risco maior de complicações como doenças renais crônicas, cardiovasculares, entre outras. Para um bom controle do DM é necessário manter os valores de A1C abaixo de 7%. Contudo muitos artigos relatam que esse exame não é indicado para o diagnóstico da doença, pois dentre as conclusões dos autores, considera-se que a A1C não é um teste sensível e nem específico para detectar a glicemia média alterada. E também, o exame em questão não é indicado para alguns pacientes, como por exemplo, as gestantes, pois os níveis de A1C são mais baixos quando comparados com mulheres não gestantes.

Entretanto em 2010, a American Diabetes Association (ADA) incluiu o exame de Hemoglobina Glicada (A1c) como critério de diagnóstico para a Diabetes Mellitus. Nos últimos anos, o uso da Hemoglobina Glicada passou a ser cada vez mais utilizada como parâmetro de diagnóstico da Diabetes Mellitus, passando a ser tão confiável quanto a glicemia em jejum, tendo a vantagem de não precisar ser coletada em jejum. Para o diagnóstico conclusivo da DM, o paciente precisa realizar dois exames de A1C, em dias diferentes, com resultados acima de 6,5%.

Conclusão / Considerações finais

Pode-se dizer que a prevalência de Diabetes Mellitus está aumentando e as complicações que acometem o organismo dos pacientes são cada vez mais preocupantes. O presente estudo contribui para o avanço do conhecimento em Diabetes Mellitus e sobre o parâmetro de diagnóstico utilizado. Além disso, permite fazer uma comparativa de artigos que relatam que o exame de Hemoglobina Glicada não é utilizado como critério de diagnóstico do DM, de artigos que dizem que esse exame é útil para se ter um diagnóstico da doença.

O exame de Hemoglobina Glicada desempenha um excelente papel no tratamento de pacientes já diagnosticados com DM, porém é também bastante útil e confiável para se ter um diagnóstico da doença em pacientes com a glicemia média alta. No entanto, não é recomendado em diagnóstico do Diabetes Gestacional.

Referências

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Diabetes. 2017. Disponível em: <https://diabetes.org/>. Acesso em: 02 setembro de 2022.

BERTONHI, Laura Gonçalves; DIAS, Juliana Chioda Ribeiro. Diabetes mellitus tipo 2: aspectos clínicos, tratamento e conduta dietoterápica. Revista Ciências Nutricionais Online, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2018.

FARIA, Andressa Magda; MENDOZA, Tania Regina Tozetto. A importância da HEMOGLOBINA GLICADA NA monitorização glicêmica em pacientes portadores de diabetes. Revista de Pesquisa e Inovação Farmacêutica, v. 2, n. 1, 2010.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIABETES. Sobre o Diabetes. 2021. Disponível em: <https://www.idf.org/aboutdiabetes/type-1-diabetes.html>. Acesso em: 07 abril 2022.

MARQUES, Isabela de Cassia. Diabetes mellitus: principais aspectos e diagnóstico através da dosagem de hemoglobina glicada. Monografia (Graduação: Ensino Superior). 55p. Ouro Preto. UFOP, 2018.

NETTO, Augusto Pimazoni et al. Atualização sobre hemoglobina glicada (HbA1c) para avaliação do controle glicêmico e para o diagnóstico do diabetes: aspectos clínicos e laboratoriais. *Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial*. v. 45, n. 1, p. 31-48, fev 2009.

RENZ, Paula Breitenbach. Hemoglobina Glicada (HbA1c) no Diabetes Mellitus Gestacional. Tese (Doutorado em Ciências Médicas: Endocrinologia). 118p. Porto Alegre, 2018.

SÁ, Rodrigo Cimino; NAVAS, Edna Aparecida Ferraz de Araújo; ALVES, Silvio Rubens. Diabetes Mellitus: Avaliação e controle através da glicemia em jejum e hemoglobina glicada. *Revista Univap*. v. 20, n. 35, julho de 2014.

Sociedade Brasileira de Diabetes. Sobre o diabetes. 2021. Disponível em: <https://diabetesplay.com.br/channel/dr-responde/>. Acesso em: 05 maio 2022.

SOUZA, Camila Furtado de et al. Pré-diabetes: diagnóstico, avaliação de complicações crônicas e tratamento. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v.56, n. 5, 2012.

SUMITA, Nairo Massakazu; ANDRIOLO, Adagmar. Importância da hemoglobina glicada no controle do diabetes mellitus e na avaliação de risco das complicações crônicas. *J. Bras. Patol. Med. Lab*, v.44, n.3, p.169-174, 2008.

AS CONSEQUÊNCIAS QUE A COVID-19 CAUSA EM PESSOAS COM OBESIDADE

Faria, Milena Noronha; Carreiro, Sarah Moreira Albino; França, Rafaela Ferreira.

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e que podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. Portanto, com sua rápida disseminação e seu comportamento instável, a COVID-19 tornou-se uma pandemia e uma grande emergência para a saúde pública, com mais de quatro milhões de contaminados ao redor do mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A infecção humana por SARS-CoV-2, pode levar a distintas manifestações que incluem desde o estado assintomático até doença respiratória aguda, evoluindo para pneumonia que pode ser irreversível e levar à morte, em geral, na maioria dos indivíduos imunocompetentes, a COVID-19 é leve ou assintomática, no entanto, estudos como o realizado em Wuhan, na China, demonstram a associação entre a obesidade, idade avançada e comorbidades crônicas pré-existentes com as apresentações mais graves (BANSAL, GUBBI, MUNIYAPPA, 2020).

Diante disso este presente estudo tem o objetivo de mostrar as consequências que a COVID-19 pode causar em pessoas com sobrepeso, bases fisiológicas que podem estabelecer nexo entre pior prognóstico da COVID-19 em pacientes obesos, além de mostrar os mecanismos relacionados a obesidade.

Materiais e métodos

Estudo qualitativo, descritivo baseado em uma revisão de literatura, onde os meios de pesquisas foram: SCIELO, Google Acadêmico e CAPES, com artigos publicados nos anos de 2020 à 2022.

Resultados e discussão

A obesidade é doença crônica, caracterizada pelo acúmulo de gordura corporal e pode ser diagnosticada pelo índice de massa corporal. Está associada a diversas doenças, como hipertensão,

diabetes, doenças vasculares e entre outros. Sabe-se que a obesidade é um dos fatores agravantes para as complicações de COVID-19.

Segundo os estudos a obesidade é o segundo maior fator de risco para a COVID-19, ficando apenas atrás da idade, pois está relacionada a diversas patologias. Segundo médicos o excesso de peso causa um estado de inflamação crônica no corpo afetando o funcionamento das células e de suas superfícies, o que interrompe sua função natural de barreira protetora, facilitando o ataque de vírus, como coronavírus.

Além disso pessoas que sofrem de obesidade severa podem ter os pulmões afetados, impedindo da pessoa respirar normalmente ou até mesmo sofrer de apneia de sono e problema de oxigenação, sendo assim pessoas obesas quando pegam a COVID-19 tendem a sofrer mais e também a ficar internados e intubados por mais tempo.

Ainda mais, estudos mostraram que o coronavírus sequestra a ação de um receptor específico da parte externa das células, presente em órgãos como pulmões e o coração, esse receptor conhecido como ECA2 (Enzima Conversora Angiotensina 2), está associado a produção de uma substância importante para regular a pressão do sangue, a Angiotensina, porém o nível dessa enzima é aumentado em pacientes com hipertensão e diabetes, o que facilitaria a entrada e a infecção do coronavírus.

Além disso o excesso de glicose circulante prejudica a capacidade de resposta das células T, além de provocar nas células imunes aumento do estresse oxidativo levando a piora na liberação de citocinas por estas células, a hiperglicemia também está relacionada a menor capacidade de resposta imune e reduzida atividade fagocítica e polimorfonuclear dos linfócitos (AMADEU; SCHUMAKER; GRASSIOLLI, 2020).

Portanto um desequilíbrio nas adipocinas, resultando em uma relação leptina/adiponectina elevada, está relacionada ao aumento da resistência à insulina, a superexpressão de citocinas pró-inflamatórias, como leptina e interleucina 6 (IL-6), pode causar estresse oxidativo e disfunção endotelial, a literatura recente mostra que os níveis de IL-6, que é também parcialmente derivado de tecido adiposo, são elevados em pacientes com COVID-19 com obesidade e doenças respiratórias graves com insuficiência respiratória admitidos na UTI, possivelmente, isso pode desempenhar um papel na "tempestade de citocinas" descrita em pacientes com COVID-19,

tornando assim os pacientes com obesidade mais propensos a desenvolver insuficiência respiratória (CUMMINGS , 2020, ZELST , 2020).

Conclusão / Considerações finais

A obesidade é caracterizada pelo acúmulo de excesso de gordura no organismo, e está associada a diversas patologias, além de ser fator de risco para câncer, doenças cardiovasculares e diabetes, também é um dos fatores de riscos para as complicações de Covid-19.

Diante disso, fica evidente que a obesidade é um fator de risco para complicações de COVID-19, sendo assim é importante que os profissionais de saúde orientam e conscientizam as pessoas sobre o que a obesidade causa e as doenças relacionada à ela, para que possam fazer um tratamento adequado, juntamente com um nutricionista, para não somente evitar os risco da COVID-19, como também outras doenças.

Referências

FOLHA INFORMATIVA SOBRE COVID-19. Opas-Organização Pan- Americana da Saúde, 2020.

Disponível em: <
<https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20a,na%20Rep%C3%BAblica%20Popular%20da%20China.>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BANSAL, R., GUBBI, S., MUNIYAPPA, R. Metabólico Síndrome e COVID 19: Endocrinologia-Imune-Vascular Interações Shapes Clinical Course. Endocrinologia, vol. 161, n. 10, São Paulo 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18887/15185>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

AMADEU, Thainan; SCHUMAKER; Bruna; GRASSIOLLI; Sabrina. Obesidade, comorbidades e covid19: uma breve revisão de literatura. Varia Scientia, Ciências e Saúde, v. 6, n. 1, p. 72-82, 2020. Disponível em: <
<https://e-revista.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/25403/16033>> Acesso em: 12 de agosto de 2022.

CUMMINGS, Matthew.j. Epidemiologia, curso clínico e resultados de adultos gravemente doentes com covid-19 em nova york: um estudo prospectivo de coorte. v. 395, n. 10239, p. 1763-1770, 2020. Disponível em: <[Epidemiology, clinical course, and outcomes of critically ill adults with COVID-19 in New York City: a prospective cohort study - PubMed \(nih.gov\)](#)>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.

ZELST, Catherine. Análises da adiposidade abdominal e síndrome metabólica como fatores de risco para problemas respiratório no Covid-19. v.7 ,n.1,p.000792, 2020. Disponível em: <[Analyses of abdominal adiposity and metabolic syndrome as risk factors for respiratory distress in COVID-19 | BMJ Open Respiratory Research](#)>. Acesso em :18 de agosto de 2020.

ASPECTOS FISIOPATOLÓGICOS BIOLÓGICOS ASSOCIADOS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO - AUTISTA (TEA)

Soares, Alfredo Cesar Oliveira, França, Rafaela Ferreira

O transtorno do espectro autista são transtornos do neurodesenvolvimento, que apresentam algumas características complexas; apresenta-se na primeira infância e afeta as áreas de socialização e comunicação, associados a comportamentos restritos e repetitivos. Indivíduos com TEA, geralmente, apresentam muitas comorbidades, como Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), Esquizofrenia, Epilepsia, Transtornos Motores (TM), Transtorno do Sono (TS), Problemas Gastrointestinais e Deficiência Intelectual. Ao mesmo tempo, observa-se que há uma proximidade de algumas características em comum, de indivíduos com sinais de Psicopatia, como áreas de socialização e repetitivos comprometidos, a frieza diante de algumas situações, o não desenvolvimento correto da parte frontal do cerebelo. Causa certa dificuldade de expressar sinais de arrependimento Além disso, os estudos na área de genética também mostram que outros casos de TEA, ou outras condições neurológicas e/ou psiquiátricas numa mesma família, aumentam o risco para o TEA. Para uma investigação clínica mais precisa, é sugerido que sejam feitas avaliações, além do ambiente da clínica, em casa e na escola, em ambos os casos, tanto de TEA quanto de Psicopatia. o TEA pode ser muito semelhante a outros transtornos psiquiátricos, com uma sobreposição comum de sintomas. Essa sobreposição pode ser atribuída a mecanismos moleculares comuns subjacentes, ou seja, apesar de os transtornos do neurodesenvolvimento serem clinicamente diferentes, é possível encontrarmos genes relacionados ao TEA, ou variantes genéticas associadas, que estão diretamente ligados com outros transtornos do neurodesenvolvimento, ou até mesmo com outras doenças, tais como doenças congênitas do coração, transtornos metabólicos, Epilepsia, DI, TOC, Transtorno Bipolar, Esquizofrenia e Depressão Diante disso, houve o interesse de desenvolver essa iniciação científica.

Materiais e métodos

Utilizado pesquisas de leitura em Jornal, literatura médica na internet; trabalhos já realizados por profissionais que teriam a mesma dúvida, observando características muito próximas em ambos os casos.

Resultados e discussão

Os dados ficam cada vez mais claros à medida em que vários estudos de associação genômica ampla (GWAS - do inglês Genome- Wide Association Study) identificaram os mesmos loci gênicos significativos, independentemente do transtorno, e uma série de estudos de associações GWAS produziram resultados significativos, revelando uma sobreposição de fenótipos entre Autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento, que inclui o sequenciamento completo do Exoma e o sequenciamento completo do Genoma, um número cada vez maior de genes está sendo identificado na etiologia do TEA bem como em outros transtornos do neurodesenvolvimento. Esses novos genes têm ajudado a se estabelecer novas síndromes monogênicas e a descrever os autismos idiopáticas. Estudos recentes mostram que a contribuição genética no TEA é estimada em torno de 97%, sendo a herdabilidade responsável por cerca de 81%, sugerindo, mais uma vez, que o risco genético é preponderante. Sendo a Psicopatia, um transtorno de neurodesenvolvimento.

Conclusão / Considerações finais

Mesmo sendo estudados há mais de 100 anos, a ciência ainda encontra barreiras para se entender e estabelecer associações causais entre fatores ambientais e transtornos neurológicos e psiquiátricos, uma vez que os estudos mostram uma falta de consistência, temporalidade e especificidade nos dados. Para se entender o real papel do ambiente nessa relação, é necessário que se faça pesquisas mais robustas para que se resolvam inconsistências na literatura disponível sobre TEA e fatores ambientais, bem como os outros transtornos neurológicos e psiquiátricos.

Referências

- ALLEN, J. et al. Early Postnatal Exposure to Ultrafine Particulate Matter Air Pollution: Persistent Ventriculomegaly, Neurochemical Disruption, and Glial Activation Preferentially in Male Mice. *Environmental Health Perspectives*, v. 122, n. 4, p. 939-945, 2014.
- APA, American Psychiatry Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM-5*. 5th.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.
- ASPERGER, H. 'Autistic psychopathy' in childhood. In: U. Frith (Ed.), *Autism and Asperger Syndrome*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 37-92, 1991.
- BAI, D. et al. Association of Genetic and Environmental Factors with Autism In A 5-Country Cohort. *JAMA Psychiatry*, 2019.
- BAIELI, S. et al. Autism and Phenylketonuria. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 33, n. 2, 2003.

CRIOLIPÓLISE: UMA VISÃO SISTEMÁTICA E CIENTÍFICA DE SUA TÉCNICA E APLICAÇÃO

Noronha, Tânia Cristina Ribeiro; Ribeiro, Helena; Paula, Amanda de; Rafaela

Introdução

Nos últimos anos, o contorno corporal não invasivo emergiu como uma área cada vez mais popular e crescente de medicina cosmética. A pressão crescente para atender aos padrões de figuras corporais idealizadas e um desejo por ótima saúde tornaram esses novos tratamentos um valioso auxiliar nas medidas de estilo de vida, como dieta e exercícios. O contorno corporal é definido como modificação do corpo aparência por meio de mudanças no tamanho ou na forma. (Mazzoni, 2019.)

Criada em 2005 pela Zeltiq Aesthetics, Inc. (Pleasanton, CA), a Criolipólise vem se tornando um dos recursos mais eficazes para o tratamento de gordura subcutânea localizada em vários países. (Borges, 2014)

Para Borges, 2014, entende-se como criolipólise o "resfriamento" localizado do tecido adiposo subcutâneo de forma não invasiva, com temperaturas em torno de -5 a -15 °C (medidas externamente), causando paniculite fria localizada, morte adipocitária por apoptose e, conseqüentemente, diminuição do contingente adiposo subcutâneo localizado.

Segundo Meyer, 2018, diferentes observações clínicas têm mostrado que o tecido adiposo é sensível ao frio, promovendo o desenvolvimento de respostas de inflamação, apoptose e conseqüentemente redução da adiposidade localizada. A premissa de que o tecido adiposo é a celular formação mais suscetível ao resfriamento quando comparada a outras células promoveu interessante no estudo de diferentes técnicas de resfriamento para a redução de adiposidade localizada.

Já para Atiyeh, 2020, (...)no entanto, não é claro se as evidências disponíveis até o momento sobre sua eficácia justifica o marketing agressivo e extenso e generalizado aplicação por muitos profissionais sem indicações ou objetivos do tratamento.

O presente trabalho tem como objetivo principal revisar de forma sistemática a mais atual literatura cerca da criolipólise, suas análises técnicas e efeitos terapêuticos. Além de reunir e aprofundar

estudos sobre a literatura atualizada, norteando o trabalho dos profissionais da área da estética que já trabalhem ou pretendam trabalhar com a técnica da criolipólise.

Materiais e métodos

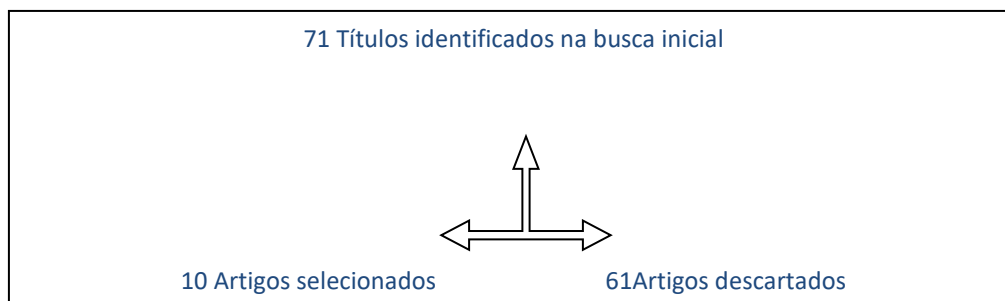
Este é um estudo de revisão literária desenvolvido a partir da mais atualizada literatura disponível com explanação sobre a criolipólise, associação de técnica e seus efeitos terapêuticos.

A seleção dos artigos selecionados para a pesquisa, foi realizado através dos bancos nacionais e internacionais de dados das bases Google acadêmico, Scielo e PubMed, para trabalho publicados de 2017 a 2022, a coleta foi efetuada no período de maio a setembro.

A pesquisa tomou como base dados relacionados ao tema, assim como associação de técnicas, aspectos fisiológicos e parâmetros. Foram excluídos alguns artigos com títulos repetidos, permanecendo estudos mais atualizados sobre o mesmo tema e fontes pouco expressivas.

Dentro dos estudos realizados foram expostos em tabela, contendo as seguintes informações: autor/ano, título, metodologia e resultados encontrados.

Fluxograma da metodologia utilizada na seleção dos artigos



Autores	Título	Metodologia	Resultados
BRAZ, Ana Elisa Martins ET AL.,2017	Efeito da criolipólise na região abdominal	Estudo experimental: Foram selecionadas 3 voluntárias do sexo feminino, com idade de 25 à 35 anos, com gordura localizada na região abdominal, que não realizavam terapia hormonal e nem controle da alimentação.	Os resultados apontaram para uma redução da circunferência abdominal de todas as voluntárias sem que houvesse peso do peso e mudança no IMC.
Falster et al.,	Efeitos da criolipólise na	Analisar os efeitos da criolipólise na espessura da gordura do abdômen inferior	Não foi encontrada diferença significativa na redução da camada

(2019)	espessura de gordura do abdômen inferior de mulheres saudáveis e satisfação do paciente: um estudo controlado randomizado	de mulheres saudáveis e a satisfação das pacientes por 50 minutos, - 10°C. Grupo de intervenção: grupo criolipólise e Grupo de controle: resultado avaliado após 3 meses da aplicação.	subcutânea entre os grupos.
Hwang et al., (2020)	Cryolipolysis-induced abdominal fat change: Splitbody trials. PLoS One.	Verificar se única sessão de criolipólise unilateral pode alterar o tecido adiposo visceral e subcutâneo da região de abdome em um período de 12 semanas, obedecendo o tempo de 60 minutos, à -7°C GI: lado esquerdo do abdome. GC: lado direito do abdome. Avaliado após 3 meses	Foi possível observar a redução do tecido adiposo visceral em um período de 12 semanas, melhora na atividade metabólica.
KILMER, et al, 2017	Prototype coolCup Cryolipolysis applicator with over 40% reduced treatment time demonstrates safety and efficacy with greater patient preference.	Estudo de corte prospectiva, de intervenção, tratamento bilateral com aplicador de placa de resfriamento. Cada voluntário recebeu uma aplicação em flancos, à -10°C por 60 minutos (CoolCore) ou ciclo de resfriamento à -11°C por 35 minutos também por aplicador a vácuo de copo (Cool Cup). As características foram respeitadas entre a faixa etária de 22 a 65 anos, ambos do mesmo sexo, com flancos visíveis, recebendo as mesmas informações, dentre elas a manutenção do peso, evitar mudanças importantes na alimentação ou na rotina de exercícios físico, sendo acompanhados por 12 semanas após o tratamento.	Verificou-se a eficácia entre o tratamento padrão CoolCore e o CoolCup. Nenhuma evidencia significativa foi encontrada para demonstrar a eficácia entre os dois tratamentos e tipos de aplicadores.Foi possível evidenciar que 85% dos pacientes preferiram a CoolCup por ter menor tempo de aplicação e por proporcionar maior conforto na aplicação.

<p>MAIA, Valquiria Regina da Costa. 2018.</p>	<p>Comparação de protocolos biomédicos para a redução da adiposidade abdominal feminina utilizando a criolipólise.</p>	<p>Dissertação: participaram dos estudos 53 mulheres de 20 a 25 anos.</p> <p>Grupo 1: tempo de 45 minutos e temperatura de -5°C;</p> <p>Grupo 2: tempo de 70 minutos e temperatura de -8°C;</p> <p>Grupo 3: tempo de 45 minutos e temperatura de -5° C;</p> <p>Grupo 4: tempo de 70 minutos e temperatura de - 8°C.</p> <p>No período de 60 dias após a aplicação da criolipólise.</p>	<p>Todos os grupos apresentaram redução da gordura localizada, onde o número mais expressivo foi nos grupos 2 e 4, presumindo que tanto maior o tempo de aplicação os resultados são mais expressivos.</p>
<p>MEYER, Patricia Froes ET AL.,2017.</p>	<p>Effects of cryolipolysis on abdominal adiposity of women.</p>	<p>Estudo experimental: sem grupo controle, ente 15 mulheres com idade entre 25 e 50 anos, com pré e pós avaliação do tratamento através de uma única aplicação na região abdominal inferior, com temperatura de -7° C; potencia da sucção de 30 KPa e tempo de aplicação de 60 minutos.</p>	<p>A análise de fotogrametria mostrou que a criolipólise afetou efetivamente nos resultados dos sujeitos em estudos.</p>
<p>Meyer, Patrícia Froes et al., (2018)</p>	<p>Criolipólise: seleção de pacientes e considerações especiais</p>	<p>Promover estudos sobre os critérios a serem considerados para a seleção dos pacientes candidatos à criolipólise e avaliação do seu perfil quanto aos dados antropométricos, idade, característica da pele, sensibilidade cutânea e patologias de risco para esse tipo de tratamento.</p>	<p>Os estudos apontam que a criolipólise não é indicada para obesos, quanto à idade não menciona idade limite para mais ou para menos, havendo relato em procedimento realizado em adolescentes de 13 anos até idosos de 65 anos. Já em relação as características da pele mostrou-se um procedimento seguro para qualquer tipo. Apontou também a preocupação de anamnese mais detalhada. As patologias destacadas foram pessoas com</p>

			frio-sensíveis, síndrome de Raynaud, doença baseada na crioglobulina, urticária ao frio, veias varicosas graves, doença reumatóide positiva, síndrome de Sjogren, lúpus, vasculite, reumatóide artrite, hepatite C.
NASCIMENTO, Daianne Pereira et al., 2019.	Avaliação da criolipólise como terapia para a redução da adiposidade abdominal.	Relato de caso: utilizando temperaturas entre -5°C a -10°C, e pesquisa buscou através de questionários elaborados pelos pesquisadores verificar a eficácia da técnica.	Houve uma grande porcentagem de sucesso com apenas uma única sessão de criolipólise entre os pacientes em análise.
SILVA, Cíntia Moraes da. 2018.	Percepção de clientes submetidas à técnica de Criolipólise na tratamento da adiposidade na região abdominal.	Estudo exploratório de abordagem qualitativa constituído por quinze mulheres entre 20 a 40 anos que já realizaram o procedimento de criolipólise em região abdominal.	As pacientes submetidas às sessões de criolipólise confirmaram a eficácia total ou parcial do tratamento na redução da gordura localizada, ressaltando a importância de alimentação equilibrada e prática de exercícios físicos para a manutenção dos resultados.
W. Grant Stevens, et AL.; 2021	Evidências moleculares e histológicas que detalham a melhora da pele observada clinicamente após Criolipólise	Investigar os mecanismos que desencadeiam alterações dérmicas usando métodos moleculares e imunohistoquímicos.	A análise da expressão gênica destacou uma regulação positiva gradual do mRNA do colágeno genes.

Resultados e discussão

A técnica de criolipólise é considerada uma aplicação simples, segura e não invasiva, no entanto, precisa de estudos mais aprofundados por causar alguns efeitos colaterais e complicações, que muitas das vezes são pequenos e desaparecem espontaneamente, como: eritema cutâneo, edema, rigidez, dor e distúrbios sensoriais.

Os pacientes que desejam perder gordura localizada com um único procedimento, mas a segurança deve ser validada. Existem vários relatos de complicações após tratamento de criolipólise. Houve casos de eritema, prurido, edema, sensibilidade alterada, hematomas, petéquias, coceira e dor nos primeiros minutos do tratamento, onde foram rapidamente resolvidos, não havendo a descontinuação do tratamento pelas pacientes. Esses efeitos são semelhantes aos relatados no estudo de Falster et al., (2019).

Assim como W. Grant Stevens, 2021, destaca como grande diferencial nos resultados de retração do tecido e a estimulação do colágeno, promovendo não só a diminuição da gordura localizada assim como também a melhora visível da flacidez.

Ressaltamos também nos estudos de Silva (2018) onde aponta para um resultado satisfatório a real necessidade de associar boas práticas de saúde, como uma alimentação equilibrada e práticas de atividade física, não somente para um resultado imediato e sim efetivo e duradouro. É um grande despertar aos estudos de Hwang (2020), onde aponta a redução também da gordura visceral e melhora na atividade metabólica provendo não só melhora na estética, mas sim em aspectos atribuídos a saúde e prevenção de doenças.

Para Nascimento (2019) e Maia (2018) foi esclarecedor atribuir temperatura média, segura e eficaz no tratamento, assim como também intervalo de tempo entre a aplicação, aspectos tão discutidos e trazidos como foco nos resultados da presente técnica.

Conclusão / Considerações finais

O presente trabalho possibilitou uma análise mais minuciosa a cerca da técnica da criolipólise e sua ação no organismo. Tratamento popularmente conhecido por promover congelamento, através de equipamento de criolipólise, que utilizada de forma controlada temperaturas baixas sob o tecido

adiposo que deseja reduzir, teve sua eficácia comprovada e ainda garantindo a integridade e menores riscos à saúde.

Possibilitou um detalhamento sobre tempos de aplicação, número e intervalo das sessões, a importância da seleção dos candidatos e contra indicações, assim como a necessidades de boas práticas de saúde para um resultado mais eficaz e duradouro, facilitando o conhecimento da técnica a profissionais e futuros pacientes procuram os benefícios e resultados da criolipólise.

Referências

BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. Fundamentos de criolipólise. *Fisioterapia Ser*, v.9, n. 4, p. 219-24, 2014.

BRAZ, Ana Elisa Martins et AL. Efeito da criolipólise na região abdominal. *Fisioterapia Brasil*, v. 18, p. 339-344, 2017.

Falster M, Schardong J, Santos DP, Machado BC, Peres A, Rosa PV, Plentz RDM. Efeitos da criolipólise na espessura de gordura do abdômen inferior de mulheres saudáveis e satisfação do paciente: um estudo controlado randomizado. *Ver Bras Fisio*. 2019.

Hwang IC, Kim KK, Lee KR. Cryolipolysis- induced abdominal fat change: Splitbody trials. *PLoS One*. 2020;

KILMER, SL. Prototype CoolCup cryolipolysis applicator with over 40% reduced treatment time demonstrates equivalent safety and efficacy with greater patient preference. *Lasers Surg Med*. 2017;49(1):63–68. doi:10.1002/lsm.22550.

MAIA, Valquiria Regina da Costa. Comparação de protocolos biomédico para a redução da adiposidade abdominal feminina utilizando a criolipólise. 2018.

MEYER, Patricia Froes et al. Effects of cryolipolysis on abdominal adiposity of women. *CryoLetters*, v. 38, n. 5, p. 379-386, 2017.

NASCIMENTO, Dianne Pereira et al. Avaliação da criolipólise como terapêutica para a redução da adiposidade abdominal. *AMAZÔNIA: SCIENCE & HEALTH*, v. 7, n. 1, p. 93-104, 2019.

ESTUDO DAS INTERAÇÕES ENTRE A COCAÍNA E OS ANESTÉSICOS.

Santos, Amanda Rodrigues dos; Pimenta, Karina Ribeiro; França, Rafaela.

Introdução

É importante destacar que a ocorrência de pacientes dependentes de drogas está aumentando cada vez mais cedo e em todas as camadas sociais. A cocaína é um alcaloide encontrado na planta *Erythroxylon coca* e é uma das substâncias ilícitas mais comuns por diversos fatores como a facilidade da forma de consumo, a facilidade de acesso, a diminuição do custo e a enganosa percepção de que seu uso não traz graves implicações, por isso seu uso se tornou um problema constante em hospitais que atendem emergências (LUFT; MENDES, 2007).

Esses pacientes usuários de cocaína muitas vezes não são identificados na avaliação pré-operatória por se tratar de uma cirurgia de emergência ou por falta de informação. Ao longo do procedimento anestésico são usadas várias medicações que atuam no sistema nervoso central e interagem com diferentes substâncias como a cocaína (FERREIRA. et al, 2017).

Dessa maneira, as anestésias tanto regionais quanto a geral são um grande desafio para esses pacientes e, portanto, a compreensão através de uma pesquisa bibliográfica e documental das consequências neurofisiológicas, farmacológicas e principalmente fisiopatológicas do uso da cocaína pode auxiliar no cuidado desses pacientes e reduzir a morbimortalidade (CORRÊA. et al, 2014).

O presente estudo tem como finalidade identificar e compreender os tipos de reações manifestadas pelos pacientes que são usuários de cocaína em interação com os anestésicos, revisando seus estudos e descrevendo as implicações perioperatórias frequentes.

Materiais e métodos

Para que se alcance os objetivos propostos no trabalho, este estudo apresenta seus resultados por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica através da análise de artigos científicos relacionados ao tema, selecionados a partir de consultas na internet. Após a exclusão de duplicatas, restará apenas trabalhos potencialmente relevantes.

Deste modo, o procedimento a ser utilizado foi um estudo descritivo, com abordagem qualitativa. As palavras-chaves utilizadas para este estudo foram: cocaína, anestésias, anestésicos, crack e usuários de cocaína.

Resultados e discussão

A cocaína é uma droga ilícita psicoativa pertencente à família dos alcaloides, que se obtém das folhas das plantas de coca (*Erythroxylon coca*), podendo ser administrada por via inalatória, intravenosa, intranasal e, mais raramente, por via oral (CRUZ; GUEDES, 2013).

A substância age no bloqueio da receptação de dopamina no sistema mesolímbico-mesocortical, denominado sistema de recompensa do Sistema Nervoso Central, o que causa um quadro de euforia e desejo de novas experiências com a substância. Apesar de sua ação ser preferencialmente dopaminérgica, a substância também bloqueia a recaptação de serotonina e noradrenalina. O fenômeno permite que esses neurotransmissores tenham maior tempo de ação na sinapse ocorra uma mensagem de maior estimulação, o que gera um efeito sinérgico (ALVES; RIBEIRO; CASTRO, 2011).

Segundo Ferreira et al. (2017), os efeitos da cocaína podem ser classificados em:

Efeitos imediatos:

Duram de 30 a 40 minutos, pode levar o indivíduo a um estado de euforia, sensação de poder, agressividade, perda do apetite, delírios, excitação física e mental. No organismo suas reações implicam em taquicardia, hiperglicemia, aumento na frequência dos batimentos cardíacos, dentes anestesiados, tremores e midríase (dilatação da pupila).

Efeitos com grande dose:

Quando consumida em grande quantidade, podem levar a depressão neuronal, convulsão, paranoia, taquicardia, mãos e pés adormecidos e até a morte por overdose.

Efeitos tóxicos agudos:

Podem ocorrer tanto no uso único e em dose baixa, quanto no uso contínuo e em doses mais altas, que podem ter como consequências a trombose coronária com enfarte do miocárdio,

trombose cerebral com acidente vascular cerebral (AVC), necrose cerebral, insuficiência cardíaca, hipertermia com coagulação disseminada potencialmente fatal e outros.

Efeitos do consumidor crônico:

A cocaína tem um efeito de tolerância muito rápido e quando utilizada em longo prazo, para se obter os efeitos esperados, o indivíduo tem que consumir doses cada vez maiores e com um intervalo de tempo mais curto, ocasionando assim hemorragias cerebrais e uma morte constante de neurônios, levando a uma perda das funções superiores. O que provoca perda de memória, perda de capacidade analítica, destruição do septo nasal, síncope, cefaleias e outros.

No caso de usuários de cocaína é contraindicado o uso de vasoconstritores com aminas simpatomiméticas, já que seus efeitos são semelhantes aos efeitos da droga, como por exemplo, aumento da frequência cardíaca e da força de contração (SANTAELLA, 2011).

Quando esse tipo de anestésico é utilizado e injetado acidentalmente no interior dos vasos sanguíneos, pode interagir com certas drogas e causar reações adversas graves. Nesse caso, a cocaína pode interagir com a amina simpatomimética contida na solução anestésica e resultar em complicações cardiovasculares (SANTOS et al., 2018).

Considerações finais

Diante das informações obtidas, é possível concluir que é difícil prever como a cocaína irá interagir com fármacos que atuam nos sistemas nervoso central e cardiovascular, e a presença de pacientes usuários dessa droga no centro cirúrgico é cada vez mais frequente.

Portanto, é importante listar alguns problemas no manejo desses dependentes considerados convenientes de serem evitados.

A compreensão e identificação precoce das complicações são essenciais a fim de atingir mais resolubilidade terapêutica. Tanto a anestesia local quanto a geral apresentam riscos significativos.

Referências

ALVES, H. N. P; RIBEIRO, M; CASTRO, D. S. Cocaína e Crack. In: CORDEIRO, D. C; DIEHL, A; LARANJEIRA, R. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. 2. ed. Porto

Alegre: ArtMed, 2011. Cap. 15, p. 170-179. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Ribeiro-De-Araujo/publication/283173068_Cocaina_e_crack/links/562d973e08ae22b17034c52c/Cocaina-e-crack.pdf. Acesso em: 13 out 2022.

CORRÊA, C. H. et al. Anestesia no paciente usuário de crack e cocaína. Revista Médica de Minas Gerais. v. 24, n. 3, p. 14-19, 2014. Disponível em: <https://www.uniad.org.br/wp-content/uploads/2014/08/v24s3a04.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

CRUZ, R. A; GUEDES, M. do C. S. Cocaína: Aspectos toxicológico e analítico. Revista Eletrônica FACP. v. 2, n. 4, Dez, 2013. Disponível em: <http://fACP.com.br/revista/index.php/reFACP/article/download/19/pdf>. Acesso em: 13 out 2022.

FERREIRA, B. A. de M. et al. O uso e abuso da cocaína: Efeitos neurofisiológicos. Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde. Alagoas: Editora Universitária Tiradentes. v. 4, n. 2, p. 359-370, Nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitbiosauade/article/view/4572/2629>. Acesso em: 13 out 2022.

LUFT, A; MENDES, F. F. Anestesia no Paciente Usuário de Cocaína. Revista Brasileira de Anestesiologia. v. 57, n. 3, Maio-Jun, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rba/a/Hcc85kJz4hLtkvRXCwNFrSK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

SANTAELLA, G. M. Soluções anestésicas locais: uma revisão de literatura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia). 61p. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101174/Gustavo%20Machado%20Santaella.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out 2022.

SANTOS, S. G. C et al. Anestesia em pacientes usuários de cocaína. 2018. Disponível em: <http://www.fepeg2018.unimontes.br/anais/download/723613a5-e298-4632-9c90-a8eb7d11662e>. Acesso em: 13 out 2022.

O IMPACTO DA ENDOMETRIOSE NO DIA A DIA DAS MULHERES

Mendes, Cristiane, França, Rafaela

Introdução

A Endometriose, também conhecida como a doença da mulher moderna, é uma patologia, estrogênio-dependente inflamatória, pouco conhecida, que afeta pelo menos 70 milhões de mulheres ao redor do mundo, com a incidência de 10 a 15 % em mulheres na idade reprodutiva, e é caracterizada pelo crescimento ou aparecimento anormal de células endometriais fora da cavidade uterina (endométrio ectópico) de teor benigno, com a formação de tecidos fibróticos (aderência/focos), podendo ser encontrada em várias partes e regiões do corpo. Sendo mais susceptível na região abdominal e pélvica. Sendo uma das doenças de maiores incidências a internação hospitalares por fatores ginecológicos nos EUA.

É diagnosticada principalmente em mulheres de idade reprodutiva, traz consequências como dores crônicas e infertilidade. Não se sabe ainda a causa desta doença, existem somente sugestões sobre sua origem, com grande relação hormonal, imunológica e genética. Já o seu tratamento farmacológico é difícil, além de ser de alto custo e poucas mulheres possuem seu acesso, ele baseia-se somente no alívio dos sintomas e não no tratamento da doença, necessitando nos casos mais profundos ou nos que não possuíram melhora dos sintomas, a cirurgia para ressecção dos focos, ou a histerectomia total.

Diante disso, foi feita uma pesquisa de campo pelo Google Forms envolvendo 438 mulheres que apresentam cólica menstrual forte e suspeitam do diagnóstico ou que já possuem o diagnóstico confirmado da doença, para ser possível quantificar o impacto negativo dessa doença no dia a dia dessas mulheres.

Materiais e métodos

Foram feitas revisões literárias dos artigos e livros científicos sobre várias abordagens da endometriose, sendo estes encontrados na referência deste trabalho, além de ser incluído dados científicos a partir dessas revisões literárias.

Mostrando a necessidade de aumento de pesquisas na área, com incentivos para novos marcadores bioquímicos para diagnóstico da doença, tratamento, e até mesmo prevenção. Assim

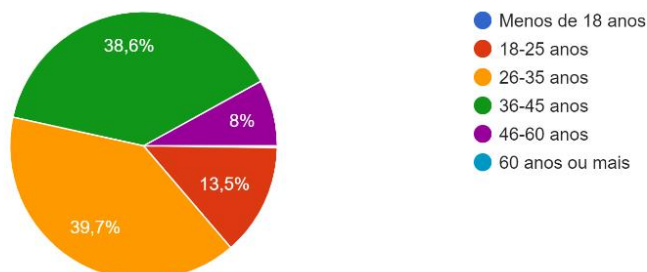
como estudos para saber da qualidade de vida das portadoras, através do google formulários em grupos nas redes sociais.

Resultados e discussão

Após feita a pesquisa com o google formulários com 438 respostas de mulheres com cólicas menstruais fortes ou diagnóstico confirmado de endometriose, podemos obter os seguintes resultados:

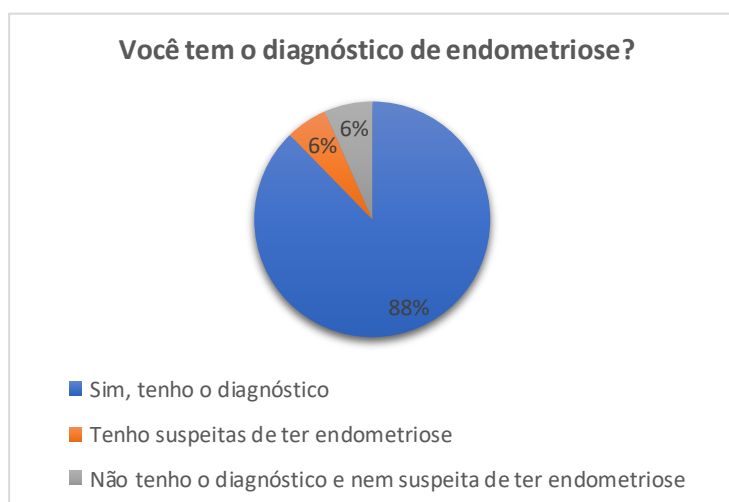
Sua idade está entre:

438 respostas



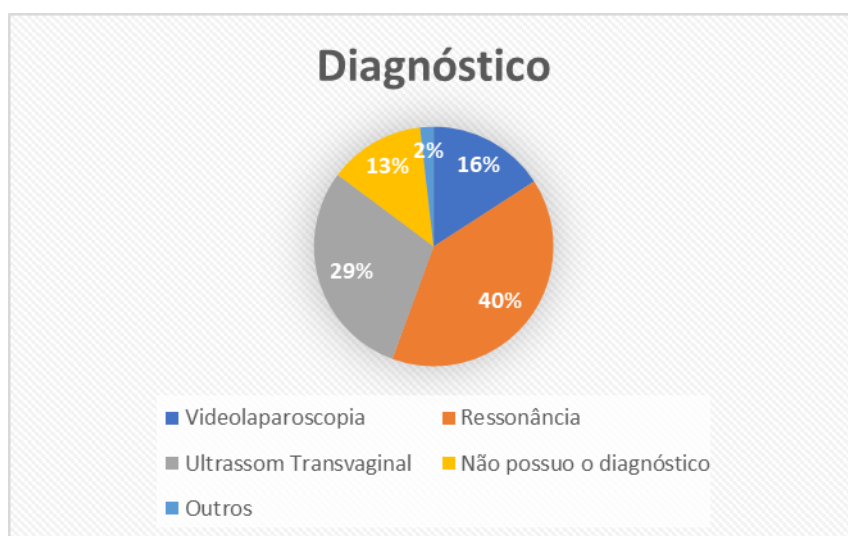
Quadro 1: Divisão da Faixa Etária das Entrevistadas

A média da faixa etária das entrevistadas foi de mulheres entre 26 a 35 anos, que relataram que sua menarca (1º menstruação) ocorreu na média de idades entre os 9 até os 13 anos de idade.



Quadro 2: Número de entrevistadas que possuem o diagnóstico da doença

A quantidade de mulheres entrevistadas que possuem o diagnóstico da endometriose confirmado, foi em torno de 88%, equivalente a 386 respostas para esse grupo, já as mulheres que possuem somente a suspeita da doença está entorno de 6%, sendo de 26 mulheres. Já no grupo controle, que são as mulheres que não possuem nem o diagnóstico e nem a suspeita de endometriose é referente a 6%, sendo 26 mulheres.



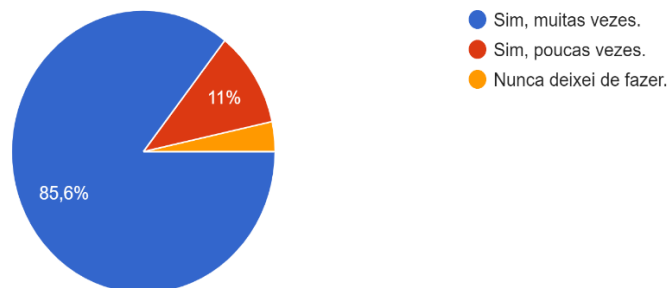
Quadro 3: Como essas portadoras tiveram o diagnóstico confirmado?

Se ocorre a suspeita dessa doença, os principais exames indicados pelos médicos são a ressonância magnética e o ultrassom transvaginal com preparo intestinal, sendo muito eficiente em casos mais avançados da doença, e menos preciso para portadoras com doença inicial ou leve, ou seja, quanto maior é a extensão da doença, mais fácil será o seu diagnóstico.

Conforme estudo brasileiro, existe uma média para o diagnóstico correto, entorno de 4 anos para as mulheres que apresentam infertilidade e 7,4 anos para as que apresentam dor crônica. Sendo um tempo muito alto, em vista de que, essa doença pode trazer impactos no cotidiano das portadoras. Além de que, após possuírem o diagnóstico correto, a doença já está em um nível avançado, necessitando de intervenções cirúrgicas para a melhora dos sintomas, pois só com o tratamento clínico não trará a devida melhora.

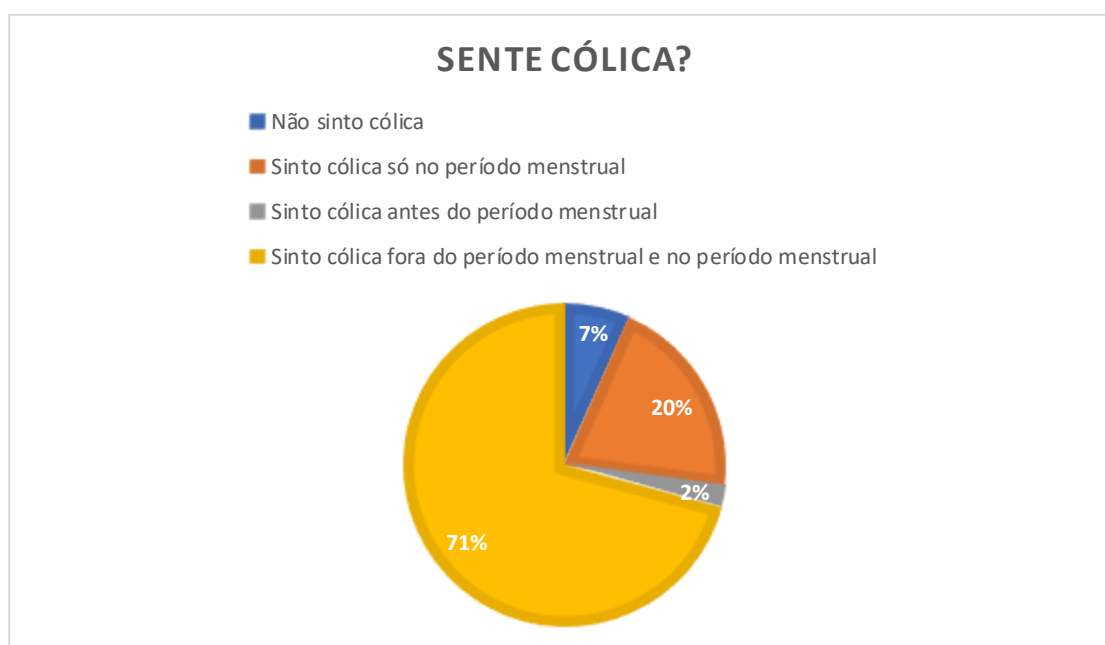
• Você já deixou de fazer alguma atividade do dia a dia por causa de cólicas?

438 respostas



Quadro 4: O impacto da doença no dia a dia das portadoras.

Conforme relatado pelas entrevistadas, cerca de 85,6% (375) delas já deixaram de fazer várias atividades do dia a dia por causa de cólicas menstruais, impactando a vida social, no trabalho, nos estudos e no lazer. Cerca de 3,4% (15) das entrevistadas disseram que nunca deixaram de fazer atividades por conta de cólicas menstruais.

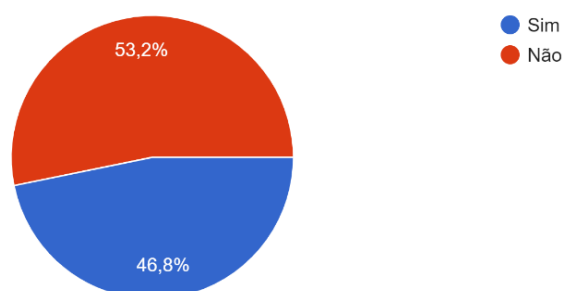


Quadro 5: Frequência da cólica das entrevistadas.

Cerca 71% (303) das entrevistadas também disseram que sentem cólicas fora do período menstrual e no período menstrual, relatando que muitas das vezes possuem dores durante todo o mês, sem a melhora dos sintomas com o tratamento e antiespasmódicos normais, necessitando o uso de medicações mais fortes ou internações hospitalares para melhora da dor. Somente 7% (31) das entrevistadas informaram que não sentem nenhuma cólica.

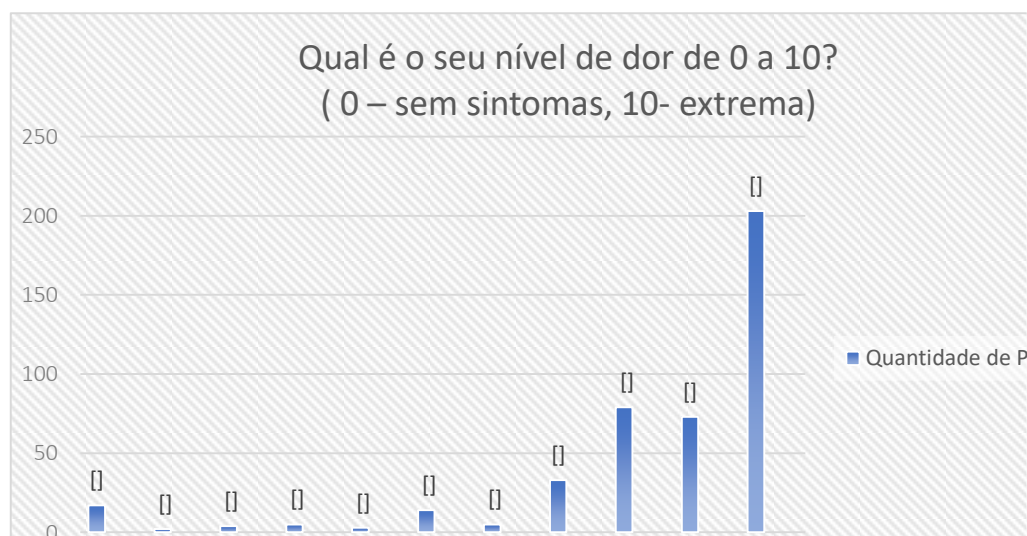
• Você já precisou se internar no hospital por conta de cólicas menstruais?

438 respostas



Quadro 6: Internação hospitalares.

De acordo com a dor incapacitante que a endometriose trás, cerca de 46,8% das entrevistadas precisaram ser internadas no hospital para ter uma melhora dos sintomas das dores causadas pela endometriose.



Quadro 7: Níveis da dor.

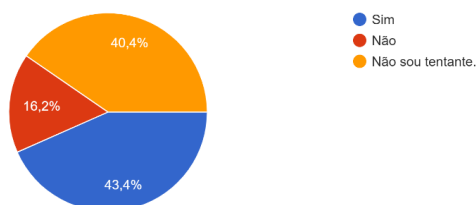
Já os níveis das dores relatados por elas, de 0 a 10 seguindo pela escala de dor, 0 sendo sem sintomas e 10 sendo extrema, cerca de 203 entrevistadas relatam um nível 10, e 17 entrevistadas relatam um nível 0. Podendo então considerar um enorme impacto na vida dessas portadoras, afetando extremamente a qualidade de vida.

Já os principais sintomas listados pelas portadoras foram:

Sintomas:	
Não possuem sintomas:	0,9% (4)
Cólica menstrual:	89,3% (391)
Sangue nas Fezes:	27,6% (121)
Sangue na urina:	10% (44)
Dores Lombares:	85,2 (373)
Alterações de humor:	82,2% (360)
Fadiga:	73,7% (323)
Dores nas relações sexuais:	62,3% (273)
Outros sintomas:	15% (75)
Total de respostas: 438	

Quadro 8: Principais sintomas.

• Você possui dificuldade para engravidar?
 438 respostas



Quadro 9 Principais sintomas.

Já em relação a dificuldades de engravidar, cerca de 43,4% (248) das entrevistadas possuem dificuldades de engravidar por conta da doença. Trazendo impactos psicológicos e problemas no relacionamento matrimonial, tendo em vista que não conseguem gerar ou engravidar.

E para a melhora desses sintomas as entrevistadas fizeram os seguintes tratamentos:

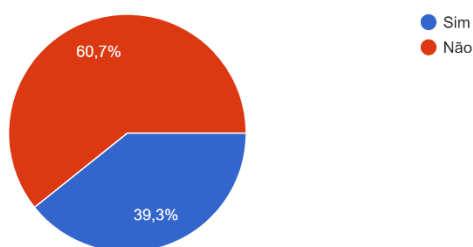
Você faz ou já fez o tratamento para a endometriose de qual forma?	
NDA (Nenhuma das alternativas)	18,4% (81)
Anticoncepcional Continuo	65,9% (292)
DIU (Dispositivo Intrauterino)	11,4% (50)
Videolaparoscopia	27,3% (120)
Inibidores de Aromatase	0,9% (4)
Chip Hormonal	2,0% (9)
Zoladex (Análogos GnRH)	13,2% (58)
Acunputura	8% (35)
Fitoterápicos	10,7% (47)
Ozonioterapia	1,1% (5)
Outros	4,6% (23)
Total de respostas: 438	

Quadro 10: Tratamentos feitos para endometriose.

Em casos onde o tratamento por via oral não foi eficaz, ou em casos onde a doença estava em graus mais elevados é necessário que a portadora da doença faça cirurgia para a melhora dos sintomas.

• Você já operou de endometriose?

438 respostas



Quadro 11: Já precisou operar de endometriose?

Cerca de 39,3% das entrevistadas, já tiveram que passar por um processo cirúrgico para ou melhorar os sintomas ou retirar os focos da doença para poderem ter uma melhora significativa da qualidade de vida.

Porém em muitos dos casos dessas portadoras entrevistadas, necessitaram fazer mais de uma cirurgia para melhora dos sintomas:

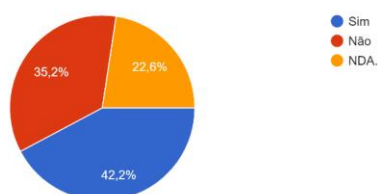
Se você já operou de endometriose, operou quantas vezes?	
1 vez	47
2 vezes	35
3 vezes ou mais	32
Total de respostas: 114	

Quadro 12: Quantas vezes foi necessário operar da doença?

Em alguns casos relatados, algumas portadoras da doença, necessitaram operar mais de 7 vezes para terem melhora significativas dos sintomas, mostrando então a importância de um tratamento multidisciplinar, com profissionais especializados, para trazer uma melhora significativa para a vida dessas entrevistadas e de seus familiares.

Conclusão / Considerações finais

Sentiu melhora com o tratamento?
438 respostas



Quadro 13: Obteve melhora com o tratamento?

Cerca de 35,2% das entrevistadas não sentiram melhora dos sintomas da endometriose com os determinados tratamentos feitos acima. Tendo então, a necessidade de desenvolvimento de novas medicações ou técnicas para melhor trazer uma qualidade de vida para essas portadoras.

Como também a necessidade de novos marcadores bioquímicos e métodos diagnósticos para possibilitar um diagnóstico mais rápido e preciso, aumentando as chances de encontrar a doença em estágios menos avançados, podendo então, ter uma melhor resposta para o tratamento.

Referências

AMARAL, Patrícia Pires. Aspectos diagnósticos e terapêuticos da endometriose. Repositório Faema, 2017. Disponível em:

(<http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/1228/1/AMARAL%2c%20P.%20-%20ASPECTOS%20DIAGN%2c%20ESTICOS%20E%20TERAP%2c%20UTICOS%20DA%20ENDOMETRIOSE.pdf>). Acesso em: 23/08/2020

ANNICCHINO, Giuliana. et al. Is there an Increased risk for unfavorable obstetric outcomes in women with endometriosis? An evaluation of evidences. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, São Paulo- SP, volume 42, nº4, 200-210, 2020. Disponível em:
(<https://www.scielo.br/pdf/rbgo/v42n4/1806-9339-rbgo-42-04-0200.pdf>). Acesso em: 03/09/2020

BELLELIS, Patrick. et al. Fatores ambientais e endometriose: um ponto de vista. Scielo, 2014. Disponível em:
(https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032014001000433&script=sci_arttext). Acesso em: 24/08/2020

BENTO, Paulo Alexandre de Sousa São; MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Quando os olhos não veem o que as mulheres sentem: a dor nas narrativas de mulheres com endometriose. Scielo,

2018. Disponível em: (<https://www.scielo.org/article/physics/2018.v28n3/e280309/>). Acesso em: 24/08/2020

BONFIM, Michele Saray; GUTIRREZ, Denise Machado Duran. Endometriose: Repercussões na vida profissional, social e sexual das mulheres. BIUS- Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, 2020. Disponível em: (<file:///C:/Users/acer/Downloads/7505-Texto%20do%20artigo-20629-1-10-20200520.pdf>). Acesso em: 02/09/2020

ESKENAZI, Brenda; WARNER, Marcela L. Epidemiology of Endometriosis. ScienceDirect, 1997. Disponível em: (<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0889854505703028>). Acesso em: 21/08/2020

KRATKA, Patrícia Camargos. O enigma da endometriose. Repositório Uniceub. Disponível em: (<https://repositorio.uniceub.br/js+pui/bitstream/123456789/2496/2/9863817.pdf>). Acesso em: 24/08/2020

MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó. Endometriose: do diagnóstico ao tratamento. Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde, volume 3, nº2, 2014. Disponível em: (<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/809/pdf>). Acesso em: 25/08/2020

MORAIS, Jynani Pichara. et al. Considerations about the use of ozone therapy (O3) in the treatment of endometriosis. Research, Society and Development, volume 9, nº 9, 2020. Disponível em: (<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7616>). Acesso em: 03/08/2020

NÁCUL, Andrea Prestes; SPRITZER, Poli Mara. Aspectos do diagnóstico e tratamento da endometriose. Scielo, 2010. Disponível em: (https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032010000600008&script=sci_arttext). Acesso em: 21/08/2020

NNOAHAM, Kelechi E. et al. Impact of endometriosis on quality of life and work productivity: a multicenter study across ten countries. ScienceDirect, 2011. Disponível em: (<http+s://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0015028211008764>). Acesso em 22/08/2020

NAVARRO, Paula Andrea de Albuquerque Salles. et al. Tratamento da endometriose. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 28(10): 612-23. 2006 Disponível em: (<http://psicologariusneriacarmo.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Tratamento-da-endometriose.pdf>). Acesso em: 23/08/2020

OLIVEIRA, Flávia da Silva. et al. Endometriose e Gestação. Existe impacto no desfecho gestacional? . Revista de Patologia do Tocantins, volume 7, nº2, 2020. Disponível em:

(<https://sistemas.uff.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/7478/17150>). Acesso em: 03/09/2020

PODGAEC, Sérgio. et al. Endometriose: Protocolos Febrasgo, nº32, 2018. Disponível em: (<http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/Protocolo-Endometriose.pdf>). Acesso em: 23/08/2020

RAMOS, Érica Luiza de Abreu. et al. Mulheres convivendo com endometriose: percepções sobre a doença. Ciência & Saúde, volume 11, nº3, 190-197. 2018. Disponível em: (<file:///C:/Users/acer/Downloads/28681-Texto%20do%20artigo-134520-2-10-20181018.pdf>) Acesso em: 23/08/2020

RIBEIRO, Dora Sousa. Etiopatogenia da Endometriose- Estado da Arte. Universidade de Coimbra, Estudo Geral, 2017. Disponível em: (<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/82254>). Acesso em: 22/08/2020

SANTOS, Djanilson Barbosa. et al. Uma abordagem integrada da endometriose. Bahia: Editora UFRB, 2012. Disponível em : (<http://www.repositorio.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/772/1/uma%20abordagem%20integrada%20da%20endometriose%281%29.pdf>). Acesso em:22/08/2020

SCHOR, Eduardo. et al. Endometriose: Modelo Experimental em Ratas. Scielo, 1999. Disponível em: (https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72031999000500006&script=sci_arttext). Acesso em: 21/08/2020

SOUSA, Fernanda Ferreira. et al. Efeito da auriculoterapia na dor e função sexual de mulheres com dismenorrea primária. Scielo, 2020. Disponível em: (https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2595-31922020005004206&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 02/09/2020

VERRAEEST, Xénia Pires de Matos. Novas abordagens cirúrgicas no diagnóstico e tratamento da endometriose. Repositório aberto da universidade do porto, 2018. Disponível em: (<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/114544/2/279763.pdf>). Acesso em: 24/08/2020

YELA, Daniela Angerame. et al. Quality of life in women with deep endometriosis: A cross-sectional study. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Campinas-SP, volume 42, nº2, 90-95, 2020. Disponível em: (<https://www.scielo.br/pdf/rbgo/v42n2/1806-9339-rbgo-42-02-0090.pdf>). Acesso em: 03/09/2020

O USO DA AURICULOTERAPIA NO TRATAMENTO AUXILIAR AO TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Silveira, Letícia Santos, Estevão, Ludmila Aparecida Silva.

Orientador: Vale, Bruno Tavares.

Introdução

Na atualidade a ansiedade esta entre as principais enfermidades existentes, apresentando estado de angustia, preocupação, medo e inquietude, causando alguns entravés á saúde, reduzindo a qualidade de vida dos indivíduos (GOYATA *et al*, 2016).

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), no primeiro ano de pandemia do Covid-19, o índice de ansiedade teve aumento de 25% na população mundial. O TAG (transtorno da ansiedade generalizada) é um distúrbio onde o excesso de preocupações e apreensão, de maneira rotineira e de difícil controle; acompanhado por no mínimo três sintomas entre irritabilidade, cansaço, inquietação, tensão muscular, dificuldade de concentração e dificuldade de sono. Não existe uma idade pré-estabelecida, pode acometer de crianças até idosos, mas em geral, mulheres são mais afetadas que os homens (DRAUZIO, 2020; OMS, 2022).

O Brasil lidera o números de casos de ansiedade em uma esfera mundial, com cerca de 18,6 milhões de brasileiros, aproximadamente 10% da população segundo a OMS, 2019. Os sintomas apresentados por pacientes diagnosticados com TAG são comumente tremores, rigidez muscular, falta de ar, sudorese, mãos frias e úmidas e boca seca. Em casos mais graves os sintomas podem ocasionar a alteração da hipertensão arterial, má circulação, constipação, alterações sanguíneas, e problemas de pele (BATISTA, OLIVEIRA, 2005).

Os meios convencionais para o tratamento de ansiedade normalmente são feitos com fármacos que com o passar do tempo geram dependência e efeitos colaterais indesejáveis. Sabe-se que, segundo a OMS, a acupuntura tem se destacado como forma complementar de tratamento para diversas patologias inclusive o TAG (ZATESKO; SILVA, 2016).

Para a medicina tradicional chinesa a ansiedade é entendida como uma desarmonia da mente, podendo ser excesso ou falta da energia "QI" ou na alteração do fluxo sanguíneo "XUE". A filosofia chinesa diz que o coração abriga a mente consequentemente os distúrbios relacionados à mente

são resultados de uma desarmonia ou desequilíbrio do coração como é o caso da ansiedade (CENT 2022).

Destaca se entre as vertentes da acupuntura, a auriculoterapia, que tem o pavilhão auricular como um segmento do corpo com pontos de acupuntura relacionados a todos os órgãos e partes do corpo, que quando estimulados geram respostas neuromoduladoras nos locais correspondentes. (JALES, et al., 2019). A auriculoterapia tem baixo custo, sendo assim uma técnica muito acessível e de fácil aplicação, não apresenta efeitos colaterais indesejáveis, é realizada com agulhas e sementes de mostarda que são fixadas com micropore em pontos específicos auriculares (RONZANI, 2021).

Os efeitos analgésicos da acupuntura e auriculoterapia atuam na liberação de substâncias endógenas no mecanismo da analgesia através da estimulação de pontos específicos no corpo, usando diferentes maneiras como agulhamento e a moxabustão, a modo a garantir o alívio de dor e sensação de bem estar, além de efeitos neurológicos e neuroendocrinológicos (KUREBAYASH *et al.*, 2009).

A auriculoterapia estimula através de mecanismo de reflexo áreas do cérebro a liberar ou produzir diversas substâncias que agem no organismo. A pressão mecânica em pontos estratégicos da orelha tem a finalidade de promover o equilíbrio do corpo de forma geral (FLORENCIO, 2018).

O objetivo do trabalho foi analisar através de referências bibliográficas o uso da auriculoterapia no transtorno de ansiedade, identificando quais benefícios atribuídos e verificar os pontos usados.

Materiais e métodos

Este estudo é definido como uma revisão bibliográfica sistemática através de livros, periódicos, dissertações, teses e publicações científicas de referência na área, que trazem evidências científicas da utilização da acupuntura no tratamento auxiliar no transtorno de ansiedade.

A coleta foi realizada nas bases eletrônicas Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*), Google Acadêmico e outras bases disponíveis online e gratuita .

Os descritores utilizados foram: “acupuntura”, “práticas integrativas”, “tratamento” e “ansiedade”.

Discussão

Como o número de pacientes diagnosticados com o transtorno de ansiedade vem crescendo, métodos que não causam dependência e que tenham poucos efeitos colaterais são procurados. As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são comumente usadas nesse caso. No entanto, a indicação primária como tratamento para o TAG é iniciado por fármacos tradicionais, bem como terapia, mas, se ainda sim, o paciente persistir com os sintomas, inicia-se então a auriculoterapia que se mostra efetiva no tratamento auxiliar, e se destaca por ser uma técnica minimamente invasiva, segura, de baixo custo, que demanda pouco tempo para a aplicação e poucas contraindicações.

Conclusão

Considerando que houve um aumento dos índices de ansiedade no mundo, e que distúrbios patológicos físicos ou mentais podem-se desenvolver através de desequilíbrios entre yin e yang, o uso de práticas alternativas para saúde foi aprovado pelo Ministério da Saúde através de portarias regulamentadas. Sendo o uso de auriculoterapia cada vez mais recomendada pelo OMS (Organização Mundial de Saúde) e utilizado por profissionais de saúde, como tratamento ou prevenção de diversas enfermidades, como por exemplo, a ansiedade, pois segundo a medicina tradicional chinesa, o pavilhão auricular possui áreas de estímulos reflexos, onde cada ponto representa um órgão/localidade do corpo que deve ser estimulada para obter êxito no processo. Os pontos mais utilizados para tratamento de ansiedade são os Shenmen, Simpático, Subcórtex, Coração, Ansiedade e Supra-renal.

Existem vários métodos de estímulo a esses pontos, mas, atualmente o mais recomendado e utilizado é o de sementes de mostardas em fita microporos, pois apresenta menos risco de infecção no local. Sendo assim, como pontos e métodos eficazes para o tratamento da ansiedade, considera-se a auriculoterapia como um tratamento alternativo, visando que o mesmo apresenta menor risco de efeitos colaterais do que os fármacos atualmente disponíveis.

Referências

BATISTA, Marcos; OLIVEIRA, Sandra. Sintomas de ansiedade mais comuns em adolescentes. PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, v.6, n.2, p.43-50, 2005. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v6n2/v6n2a06.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

CENT. A acupuntura como terapia complementar no tratamento dos sintomas do estresse, 2022©. Disponível em <<https://www.cetn.com.br/artigos/a-acupuntura-como-terapia-complementar-no-tratamento-dos-sintomas-do-estresse/>>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

DRAUZIO. Você tem algum distúrbio de ansiedade, 2020. Disponível em <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/voce-tem-algum-disturbio-de-ansiedade-artigo/>> . Acesso em 27 de setembro de 2022.

FLORENCIO, Marianne *et al.* Eficácia da auriculoterapia no tratamento da ansiedade: relato de experiência. Revista Encontros Universitários da UFC. v.13, n.1.2018. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/34597>>. Acesso em 05 de Setembro de 2022.

GOYATA, Sueli et AL. Efeitos da acupuntura no tratamento da ansiedade: revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem. v.69, n.3, p.602-609, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/nFTpYKy5K4GY9JRXZ7FvcRc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 03 de junho de 2022.

KUREBAYASHI, Leonice *et al.* Enfermidades tratadas e tratáveis pela acupuntura segundo percepção de enfermeiras. RevEscEnferm USP. v.43, n.4, p.930-936, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/bGVCBj8P4bhxN4SWYDbP5tc/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em 02 de abril de 2022.

JALES, Renata *et al.* Auriculoterapia no cuidado da ansiedade e depressão. Revista de enfermagem UFPE on line, 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/240783/32901>> . Acesso em 26 de setembro de 2022.

OMS. Saúde mental e covid-19: evidências iniciais do impacto da pandemia, 2022. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1> . Acesso em 27 de setembro de 2022.

RONZANI, José. Avaliação da auriculoterapia no controle da ansiedade. Repositorio Unesc. 2021. Disponível em <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/9233/1/Jos%c3%a9%Aldanir%20Ronzani.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

ZATESKO, Patrícia; SILVA, Rejane. Eficácia da Acupuntura no Tratamento de Ansiedade e Estresse Psicológico. Revista Bras Terap e Saúde. v.6, n.2, p.07-12, 2016. Disponível em <<file:///C:/Users/LET%C3%8DCIA/Downloads/RBTS-6-2-2.pdf>>. Acesso em 26 de setembro de 2022.

PERSPECTIVA DO USO DE CÉLULAS-TRONCO NO REJUVENESCIMENTO FACIAL, CORPORAL E CAPILAR

Prado, Aline Teles; Prates, Luana Marques Neves; Azevedo, Fabiano Uba

Introdução

As células- troncos(CT) são usadas na terapia celular regenerativa por causa das suas características principais: alto poder de diferenciação, plasticidade e renovação (MORAES, 2021). Permitido legalmente para fins de pesquisas, as células- troncos adultas, estão à frente no quesito de eficácia e em questões como o autotransplante diminuindo a rejeição do organismo (SILVA,2019). As células-tronco adultas(CTa) são denominadas multipotentes e podem ser extraídas de distintos tipos de tecido como medula óssea, cordão umbilical, encéfalo, epitélio, polpa dentária e o tecido adiposo (MORAES, 2021).

No tecido adiposo subcutâneo encontra-se uma fonte de obtenção expressiva de células troncos mesenquimais (MORAES, 2021).As células-tronco mesenquimais são células multipotentes com a capacidade de reparação muito alto ao se diferenciarem, essa plasticidade permite a manutenção de todos os tecidos do organismo, tornando-as forte potencial nas perspectivas clínicas da terapia celular (MONTEIRO et al; 2010).

O propósito deste trabalho de revisão de literatura é unir as devidas informações a dispor na literatura científica sobre os aspectos gerais sobre as células-troncos, o uso das células-troncos adultas na estética e suas aplicações em medicina regenerativa, com ênfase no rejuvenescimento facial, corporal e capilar.

Materiais e métodos

O trabalho foi elaborado através de análise de revisão de literatura que utilizou artigos e publicações científicas de referência da área. Através das bases de dados Pubmed, SciELO, Google Acadêmico e Science. Foram incluídos artigos e teses em português e inglês e excluídos artigos e teses não disponíveis na íntegra. O estudo inclui desde aspectos gerais sobre células troncos, e suas aplicações em casos experimentais, com ênfase no rejuvenescimento facial, corporal e capilar.

Resultados e discussão

As principais características das células- troncos (CT) são a competência de ampla replicação e automanutenção dentro de um organismo, tornando-a flexível (LOEFFLER ,1997). As classificações dos tipos de células- tronco se dividem em sua capacidade de diferenciação e conforme o tecido de origem (MORAES, 2021). A distinção entre as células troncos pode ocorrer de acordo com sua origem, as células-tronco embrionárias são células pluripotentes com auto-renovação constante (GARGETT, 2004). Enquanto, as células-tronco adultas possuem a característica de ser indiferenciada ,clonogênica e auto regenerativas. Isso a permite repor células maduras desgastadas ou regenerando o tecido devido alguma lesão, sendo a mais indicada para o uso em terapia celular (FERNANDES, 2017).

As células-tronco mesenquimais possuem um destaque em sua comunidade de células multipotentes aptas a diferenciar-se em outro tipo de grupo celular distinto em um processo de reparação. Com a sua localização em regiões perivasculares integralmente nos tecidos adultos, em menor quantidade, incluindo o tecido adiposo entre outras regiões. As células-troncos mesenquimais fornecem expectativas clínicas propícias para terapia celular (MONTEIRO et al; 2010).

O tecido adiposo é uma fonte de células-troncos adultas e células-troncos mesenquimais (MORAES, 2021).A obtenção de células-tronco presente no tecido adiposo por lipoaspiração é menos invasiva, e demonstra mais quantidade de material que a medula óssea(MO),Por conta de ser um procedimento menos invasivo e reprodutível comparado a MO, transformando a técnica atrativa para pesquisador e técnicos (GOMES,2011).

Uso de células-troncos adultas em tratamento de ríides facial

As células-troncos adultas mesenquimais derivadas do tecido adiposo, foram usadas para uma pesquisa de estudo clínico qualitativo e prospectivo, com associação ao ácido hialurônico para obter resultados no preenchimento cutâneo das ríides na região nasolabial. A pesquisa foi feita em dois grupos diferentes, o objetivo era fazer um experimento onde o primeiro grupo a aplicação seria somente o ácido hialurônico , o segundo grupo somente células - troncos mesenquimais e o terceiro grupo uma associação do ácido hialurônico com células troncos mesenquimais (SILVA et al; 2009).

Na pesquisa foi utilizado o ácido hialurônico polissacarídeo natural encontrado na matriz celular do tecido conjuntivo. Todas aplicações foram realizadas nos sulcos nasogenianos. O resultado do primeiro grupo demonstrou o efeito de preenchimento instantâneo, a durabilidade do procedimento variou entre paciente, porém em uma delas teve total absorção em 12 meses. No segundo grupo, apesar de gerar melhorias leves no tônus da região nasolabial, não houve preenchimento de sulcos profundos, mantendo-se por 10 meses. No terceiro grupo, a associação acarretou um efeito imediato do ácido hialurônico com o efeito em longo prazo das célula-tronco mesenquimais, trazendo resultados satisfatório quanto ao tônus da pele e o preenchimento do sulco, não houve nenhuma regressão das pacientes acompanhadas até um ano (SILVA et al; 2009).

Uso de células-troncos em tratamento capilar

O secretoma de células-tronco mesenquimais possuem fatores de crescimento, citocinas e quimiocinas que atuam em várias funções biológicas, tal como o crescimento do folículo piloso (SILVA et al; 2017).

A pesquisa consiste em avaliar a ação do secretoma das células-troncos mesenquimais humanas na manutenção e regeneração do folículo piloso em modelo murino. A metodologia inclui a cultura das células-tronco, pesquisas derivadas da derme humana, a preparação do secretoma das células-tronco mesenquimais, quantificação de proteínas totais de secretoma de pelo método BCA(Bicinchocicic Acid Assay, do inglês) e por fim o experimento *in vivo* em modelo murino (SILVA et al; 2017).

O resultado constatou perante uma análise macroscópica, uma área maior de crescimento nos animais tratados com secretoma de células-tronco mesenquimais. No quesito de comprimento dos pelos, houve um aumento de 1,14x de comprimento do pelo no grupo secretoma quando comparada ao veículo e também 1,4x quando comparado ao grupo controle. O secretoma apresentou resultados significativamente positivos, promovendo o crescimento de pelo em tamanho e quantidade. Em comparação ao fármaco minoxidil, que possui efeitos colaterais adversos. A perspectiva é que o secretoma se transforme em um novo promotor de crescimento capilar (SILVA et al; 2017).

O uso de células-tronco em tratamento corporal

Conforme os autores da pesquisa, os antecedentes da lipoinjeção apresentavam um futuro promissor, porém seus efeitos colaterais eram muito grandes, como a imprevisibilidade e baixa taxa de sobrevivência do enxerto devido necrose parcial. Com base nisso, esta pesquisa foi desenvolvida através da técnica de lipo transferência assistida por células (CAL), que consiste no uso de células-tronco estromais derivadas do tecido adiposo (ASCs) em combinação da lipoinjeção. Ocorre um processo em que se converte a gordura aspirada relativamente pobre em ASC em gordura rica em ASC. A pesquisa demonstrou um resultado em 40 pacientes que se submeteram aos testes para o aumento da mama (YOSHIMURA et al; 2008).

O resultado da pesquisa demonstrou que o volume final da mama aumentou de 100 a 200 ml após a injeção de 270 ml em média de gordura. A atrofia pós-operatória da gordura injetada foi mínima e não se alterou consideravelmente após 2 meses. A formação de cisto ou microcalcificações foi detectada em quatro pacientes. Em geral, a maioria das pacientes submetidas à pesquisa gostaram da aparência natural e o aumento suave dos seios. Em conclusão, ainda é necessário mais pesquisas na área, porém o CAL provou que é eficaz e segura para o aumento de tecidos moles e superior à lipoinjeção convencional (YOSHIMURA et al; 2008).

Conclusão / Considerações finais

As células-tronco apresentam diversos usos para terapia celular, em específico a células-tronco adultas, aderido em muitos protocolos de pesquisa de campo, promovendo inovação na área da estética. Aliadas a medicina regenerativa, são capazes de trazer ao campo da estética novos protocolos, que promovem o rejuvenescimento com menos efeitos colaterais e maior durabilidade que as substâncias presentes atualmente para essa finalidade.

Ainda em processos de pesquisa, as células-tronco apresentam resultados satisfatórios e promissores para tratamentos de variados tipos na estética facial, corporal e capilar. O intuito deste trabalho de revisão literária é abordar artigos de pesquisas que trazem a evolução do uso de células-tronco para fins estéticos e compreender os conceitos básicos sobre células-tronco.

Referências

FERNANDES, T. R. L. Terapia Celular utilizando células-tronco adultas [revisão]. Sabios-Revista de Saúde e Biologia, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 84–94, 2017.

GARGETT, CE. Stem cells in gynaecology. *Australian and Zealand Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 2004; 44: 380-386.

GOMES,, RS (2011). Perspectivas de uso de células-tronco em Cirurgia Plástica. *Revista Brasileira de Cirurgia Plástica (Impresso)* , 26 (1), 151–159.

LOEFFLER M, et al. Clonality and Life Cycles of Intestinal Crypts Explained by a State Dependent Stochastic Model of Epithelial Stem Cell Organization. *Journal of Theoretical Biology*, 1997.

MONTEIRO, Betânia Souza; ARGOLO NETO, Napoleão Martins; DEL CARLO, Ricardo Junqueira. Células-tronco mesenquimais. *Ciência Rural*, v. 40, p. 238-245, 2010.

MORAES, Amanda Silva De, et al. Perspectivas do uso de células-tronco na cirurgia plástica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde* , vol. 13, n.º 4, abril de 2021, p. e 6756.

SILVA CC, Baptista LS, Carias RBV, Menezes Neto HC, Borojevic R. Cultura autóloga de células-tronco mesenquimais de tecido adiposo para o tratamento de ríides faciais. *Rev Col Bras Cir.* [periódico na Internet] 2009; 36(4). Disponível em URL: <http://www.scielo.br/rcbc>

SILVA, Maiara Marques da; FAGUNDES ,Adriane Cristina; HECK,Diana;JEREMIAS,Talita da Silva. Ação Do Secretoma de células-tronco Mesenquimais na manutenção do folículo piloso em modelo murino. *CONIC SEMESP* , 17º Edição, 2017.

YOSHIMURA, K., Sato, K., Aoi, N., Kurita, M., Hirohi, T., & Harii, K. (2008). Lipotransferência assistida por células para aumento cosmético de mama: Uso de suporte de células-tronco/estromais derivadas do tecido adiposo. *Cirurgia Plástica Estética* , 32 (1), 48–55. <https://doi.org/10.1007/s00266-007-9019-4>

USO DE TESTES GENÉTICOS PARA TRIAGEM E DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA

Rezende, Daniella Lopes, Ribeiro, Juan Pablo, Azevedo, Fabiano Uba, Mello, Raíssa de Fátima Pimentel

Introdução

A palavra câncer foi utilizada pela primeira vez por Hipócrates, com o intuito de denominar uma massa em formato de caranguejo cravada sob a pele. O câncer é o principal problema de saúde pública no mundo e já está entre as quatro principais causas de morte prematura na maioria dos países. No Brasil, estima-se que entre 2020 a 2022, ocorrerão 625 mil casos novos de câncer, sendo o câncer de pele (tipo não melanoma) o mais comum, seguido pelos cânceres de mama e próstata (INCA, 2020).

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (2022), o câncer não tem uma causa única, sendo, normalmente, resultado de uma combinação de fatores, daí a referência como “doença multifatorial”. Causas internas e externas podem ser elencadas, sendo os fatores externos correspondentes a maiorias casos de neoplasias. Dentre os fatores externos, destacam-se os produtos químicos, alimentos processados, exposição à radiação, sedentarismo, alcoolismo, dentre outros. Por outro lado, os fatores internos são, em maioria, hereditários e estão ligadas à capacidade do organismo de se defender das agressões externas, tais como predisposição genética e sistema imune comprometido.

O câncer de mama é o câncer de maior incidência entre mulheres, sendo este classificado pelo crescimento descontrolado de células da mama. O seu desenvolvimento está ligado a um conjunto de fatores, podendo ser externos e/ou internos. No que diz respeito aos fatores internos, destaca-se a predisposição genética, intimamente relacionada à presença de mutações em genes específicos (INCA, 2021). Neste caso, a pesquisa de mutações em tais genes vêm sendo estimulada para pacientes de risco para neoplasias, especialmente nos casos de síndromes de suscetibilidade hereditária (MELLO, 2020).

Atualmente existem diversas estratégias de rastreamento das mutações em genes, envolvendo testes de sequenciamento genético de nova geração (NGS). Tais testes devem ser solicitados em conformidade com a avaliação individual de cada paciente, podendo beneficiá-los através de estratégias de vigilância e redução de risco de câncer, como a mastectomia. A presença de mutações permite ainda o aconselhamento genético aos familiares, ação de extrema importância,

embora pouco conhecida e compreendida pela população, em geral (HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, 2020).

Considerando a incidência elevada do câncer de mama entre mulheres e agressividade das mutações patogênicas em oncogenes, assim como a variedade e importância dos testes genéticos intimamente conectados ao aconselhamento genético, o presente trabalho tem por objetivo abordar os principais testes genéticos utilizados por pacientes diagnosticados com câncer de mama, bem como suas especificidades.

Materiais e métodos

Este estudo embasa-se em uma revisão de literatura narrativa, desenvolvida com base em artigos científicos e publicações de referência na área. Foram utilizados os recursos do Google Acadêmico, plataforma Scielo (Scientific Electronic Library Online) e em outras bases online para a pesquisa dos referidos artigos e publicações. A busca por palavras chaves como: câncer de mama, hereditariedade, BRCA1, BRCA2, entre outras, permitiu ser efetuada uma seleção entre os artigos de maior impacto e relevância com o tema proposto, nos quais foram coletadas as informações de interesse para a revisão.

Resultados e discussão

Apesar de vários genes relacionarem-se com o desenvolvimento de câncer de mama, destacam-se os genes BRCA 1 e BRCA 2 que atuam reparando o DNA. Aconselhamento e rastreamento são duas estratégias importantes na detecção do câncer de mama. Os testes de Nova Geração são os mais utilizados, sendo o sequenciamento de genes específicos, mais indicado para histórico familiar conhecido e o painel comercial por sequenciamento de exoma indicado quando se tem especificidade de genes afetados. Resultados positivos não são diagnósticos completos de câncer de mama, mas sim um diagnóstico de pré-disposição ao desenvolvimento de câncer de mama. Hábitos de vida influenciam diretamente no desenvolvimento do tumor, mesmo os tumores de aspectos hereditários. Embora testes genéticos sejam importantes para a detecção de câncer de mama, eles ainda não possuem acessibilidade pela rede pública de saúde (SUS), mas sua inclusão em planos de saúde particulares já é uma realidade. Almeja-se uma rede de apoio, onde famílias afetadas pelo câncer de mama possam se beneficiar das estratégias genéticas através do SUS (Sistema Único de Saúde).

Conclusão / Considerações finais

Os genes que possuem maior relevância no câncer de mama são os genes BRCA 1 e BRCA. Após a suspeita de câncer de mama de origem hereditária aconselha-se que o paciente e seu núcleo familiar se submetam a estratégias genéticas de investigação, em específico o rastreamento e o aconselhamento genético. A escolha do melhor teste genético fica a critério do profissional responsável pelo acompanhamento, mas, indica-se os testes de nova geração (NGS) do tipo painel por sequenciamento completo do exoma ou sequenciamento de genes específicos. Faz-se necessário também um acompanhamento de profissionais de outras áreas como educador físico e nutricionista com vista a modificar os hábitos de vida do paciente e influenciar diretamente na regressão do tumor. Sendo assim os testes genéticos possuem alta relevância para o diagnóstico precoce e para o tratamento personalizado de paciente afetado por câncer de mama.

Referências

ABEN-ATHARET, Cintia *et al.* Conhecimento de enfermeiros sobre genética e genômica aplicado ao câncer de mama. REME – Revista Mineira de Enfermagem. v.25:e-1370, 2021. Disponível em <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1580>>. Acesso em 18 de maio de 2022.

BARROS, Veronica. Monitoramento da taxa de mortalidade por câncer de mama no Brasil. 2021. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33585/1/MonitoramentoTaxaMortalidade.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

BEEP SAÚDE. Sequenciamento do exoma completo: o que é esse exame e por que é tão importante, 2021. Disponível em <<https://beepsaude.com.br/sequenciamento-exoma-completo/>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

BRITO, Morgane *et al.* A citologia mamária na detecção precoce do câncer de mama: uma revisão. Revista Espaço Ciência & Saúde. v.7, n. 2, p. 20-34, 2019. Disponível em <<https://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/saude/article/download/252/166/1166>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

CANCRO NA FAMÍLIA. Identificação do gene BRCA1 no braço longo do cromossomo 17. c2013. Altura: 430 pixels. Largura: 251 pixels. 7,83 Kb. Formato PNG. Disponível em <

<https://www.cancronafamilia.org/pt/cancro-da-mama/risk-family/hereditary-cancer/brca-genes/brca1-risk/> > . Acesso em 04 de julho de 2022.

CANCRO NA FAMÍLIA. Identificação do gene BRCA2 no braço curto do cromossomo 13. c2013. Altura: 549 pixels. Largura: 268 pixels. 12,8 Kb. Formato PNG. Disponível em <<https://www.cancronafamilia.org/pt/cancro-da-mama/risk-family/hereditary-cancer/brca-genes/brca2-risk/>> . Acesso em 04 de junho de 2022.

CASSALI, Geovane *et al.* Microarrays em câncer de mama. Revista Prática Hospitalar. v. 9, n. 51, p. 106-108, 2007. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5345/1/mat%2016.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

COELHO, Aline *et al.* Predisposição hereditária ao câncer de mama e sua relação com os genes BRCA1 e BRCA2: revisão da literatura. RBAC. v.50, n.1, p17-21, 2018. Disponível em <<http://www.rbac.org.br/wp-content/uploads/2018/06/RBAC-vol-50-1-2018-ref-615.pdf>> . Acesso em 02 de abril de 2022.

COSTA, Laise *et al.* Fatores de risco relacionados ao câncer de mama e a importância da detecção precoce para a saúde da mulher. Revista Eletrônica Acervo Científico. v.31, p.1-8, 2021. Disponível em <<https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/8174>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

DB MOLECULAR. Painéis de sequenciamento de nova geração (NGS). 2019. Disponível em <<https://www.dbmolecular.com.br/artigo/paineis-de-sequenciamento-de-nova-geracao-ngs-entenda-suas-aplicacoes-e-vantagens>>. Acesso em 16 de agosto de 2022.

DIAS, Lana; PIRES, Janaina. Aconselhamento genético no câncer de mama. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. v.14, n.8, p.05-13, 2020. Disponível em <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/aconselhamento-genetico>>. Acesso em 18 de maio de 2022.

FELIX, Gabriela *et al.* Germline mutations in *BRCA1*, *BRCA2*, *CHEK2* and *TP53* in patients at high-risk for HBOC: characterizing a Northeast Brazilian Population. Revista Human Genome Variation.v.1, p. 1402, 2014. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4785545/>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

GENEONE. Exoma Completo: Sobre o exame e as doenças genéticas associadas, 2020. Disponível em <<https://geneone.com.br/blog/exoma-completo/>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

GODONE, Roberta. Identificação de marcadores moleculares para diagnóstico, predição e prognóstico de câncer de mama. Attena Repositório digital UFPE. 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32876>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

HERMES PARDINI. MLPA Testes moleculares. 2020. Disponível em <<https://www.mypardini.com.br/wp-content/uploads/2020/04/mlpa.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Testes BRCA1 e BRCA2. c2020 Disponível em <<https://www.einstein.br/especialidades/oncologia/exames-tratamentos/testes-brca1-brca2>>. Acesso em 02 de abril de 2022.

INCA. Estatísticas de câncer, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/o-que-cause-o-cancer#:~:text=O%20c%C3%A2ncer%20n%C3%A3o%20tem%20uma,in%C3%ADcio%20ao%20surgimento%20do%20c%C3%A2ncer>>. Acesso em 04 de junho de 2022.

MELLO, Giselle. Rastreamento de câncer de mama. 2020. Disponível em <<https://www.fleury.com.br/medico/artigos-cientificos/rastreamento-de-cancer-de-mama>>. Acesso em 02 de abril de 2022.

ONCOGUIA. Aconselhamento e Testes Genéticos para risco de Câncer de Mama. 2020. Disponível em <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/aconselhamento-e-testes-geneticos-para-risco-de-cancer-de-mama/13795/1128/#:~:text=A%20maioria%20dos%20m%C3%A9dicos%20concorda,c%C3%A2ncer%20de%20mama%20triplo%20negativo>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

ONCOGUIA. Como detectar o câncer de mama hereditário e a importância dos testes genéticos. 2020. Disponível em <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/como-detectar-o-cancer-de-mama-hereditario-e-a-importancia-dos-testes-geneticos/13908/1128/>>. Acesso em 02 de abril de 2022;

ONCOGUIA. Mutações no BRCA. 2020. Disponível em <<http://www.oncoguia.org.br/conteudo/mutacoes-no-brca/13921/1227/>> . Acesso em 04 de junho de 2022.

ONCOGUIA. Pelo menos 66 mil homens serão diagnosticados com câncer de próstata neste ano. 2021. Disponível em <http://www.oncoguia.org.br/conteudo/pelo-menos-66-mil-homens-serao-diagnosticados-com-cancer-de-prostata-neste-ano/15069/7/>. Acesso em 29 de Agosto de 2022.

PEREIRA, Thatiana *et al.* Mutação nos genes brca 1 e 2 e os riscos para câncer de mama. Revista Caderno de Medicina. v. 2, n. 2, p.63-70, 2019. Disponível em <<https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/1397/609>>. Acesso em 18 de maio de 2022.

PORTAL DE BOAS PRÁTICAS. Principais Questões sobre Aconselhamento Genético. 2022. Disponível em <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-aconselhamento-genetico/>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

PORTAL HOSPITAIS BRASIL. Novo Rol da ANS amplia acesso da população a exames genéticos. 2021. Disponível em <<https://portalhospitaisbrasil.com.br/novo-rol-da-ans-amplia-acesso-da-populacao-a-exames-geneticos/>> . Acesso em 04 de junho de 2022.

RIBEIRO, Paulo *et al.* Mutação RAD51D e o câncer de mama: relato de caso e achados de literatura. Revista Eletrônica Acervo Científico. 2021. Disponível em <<https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/5985/3849>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

SAFADY, Nagela. NGS: O que é seqüenciamento de nova geração. 2019. Disponível em <<https://blog.varsomics.com/ngs/>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

SEGAL, Sandra *et al.* Genética e câncer de mama. Revista HCPA. v.21, n. 2, p. 191-197, 2001. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/163838>> . Acesso em 28 de maio de 2022.

SILVA, Andressa *et al.* Reação em cadeia da polimerase – PCR. 2016. Revista Científica Unilago. Disponível em <<http://unilago.edu.br/revista/edicaoatual/Sumario/2016/downloads/31.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2022.

SOUSA, Maisa *et al.* Diagnóstico de câncer de mama por exames genéticos: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of health Review*. v.3, n. 2, p. 1786-1797, 2020. Disponível em <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/7637/6630>>. Acesso em 18 de maio de 2022.

WONS, Leticia. Aconselhamento genético em câncer. Revisão de casos atendidos em uma única instituição. *Acervo Digital UFPR*. 2017. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66010>>. Acesso em 04 de junho de 2022.



CIÊNCIAS CONTÁBEIS

INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA DE INVESTIMENTOS

MACIEL Aline Camila, OLIVEIRA Filipe, ALVES, João Pedro, FABIANO Lilian.
SILVA, Adriano José Siqueira, SILVA, Nei Domiciano.

1. Introdução

A busca da obtenção de segurança financeira ao longo do tempo é um dos principais motivadores para as pessoas se preocuparem em investir seus recursos financeiros.

Em decorrência da instabilidade da economia do país, a proporção de pessoas em busca de priorizar a segurança financeira tornar-se ainda maior. Porém, a falta de conhecimento sobre o assunto pode resultar em escolhas erradas e podendo gerar um grande prejuízo.

Pelo fato da segurança financeira ser tão relevante em tempos de instabilidade e mudanças, o tema deste artigo torna-se de interesse social.

Assim, através deste artigo, os estudantes do 8º período de Ciências Contábeis da Faculdade São Lourenço, do grupo UNISEPE buscam soluções para investimentos mal aplicados.

Para ter fundamentação teórica nessa pesquisa, estudou-se e avaliou-se alguns assuntos como: Técnicas de Análise de Investimentos, Risco x Retorno, Valor Futuro x Valor Presente, dentro outros temas.

Este trabalho tem como objetivo geral a Análise de Investimento como dito anteriormente, para que se consiga apurar a forma mais "inteligente" de aplicar um investimento, com retornos maiores e menos riscos. Alguns objetivos específicos como analisar a diferença entre as rendas variáveis x rendas fixas, entre outros.

Através desses métodos e pesquisas, ao decorrer do artigo, encontram-se soluções para as questões levantadas durante o processo.

2. Referencial teórico e prático.

2.1. Renda Fixa

É fundamental que o investidor identifique seu perfil e essencialmente qual o nível está disposto a investir e correr, o melhor investimento é aquele que se adéqua melhor a seus objetivos, obviamente considerando fatores relevantes como risco. Essa análise auxilia qual de três perfis é

o adequado, conservador, moderado ou agressivo. De acordo com Cesar Bergo, sócio-consultor da Corretora OpenInvest, é fundamental identificar o perfil do investidor, conservador, moderado ou agressivo, para saber qual o tipo de carteira é mais adequado. Os mais conservadores preferem investimentos mais seguros, enquanto os agressivos aceitam mais riscos, explica.

Desse modo, nas aplicações financeiras, devem-se observar quais os riscos e retornos deseja obter, quem não está disposto a investir com riscos maiores opta pelo investimento que possui um rendimento baixo e maior segurança, diferente do perfil agressivo que quanto maior o risco, maior probabilidade de retorno, rendimento.

Renda fixa é o investimento que ao adquirir já se obtém as informações de retorno estimado no período que o dinheiro ficará aplicado; e, em decorrência, nesta categoria os riscos tendem a ser baixos, ou seja, não haverá mudança na taxa de juros durante o período.

Na renda fixa as aplicações mais adquiridas são poupança, tesouro direto, LCI/LCA, CDB/CBI.

2.1.1. Poupança

A poupança é o investimento mais conhecido e utilizado na renda fixa, visto que tem uma forma prática e segura e é isenta do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física), contudo o dinheiro precisa ficar aplicado ao menos 30 dias para começar a render e sua rentabilidade é definido através da taxa Selic.

2.1.2. Tesouro direto

É um programa do Governo Federal que o investidor adquire títulos da dívida pública, ou seja, empresta dinheiro ao Governo por um período e ao final resgata esse valor com rendimento, sua liquidez é diária, desse modo, a partir do primeiro dia útil o investidor poderá resgatar o dinheiro, porém quanto mais tempo o dinheiro ficar investido, maior será o rendimento.

2.1.3. LCI/LCA

LCI (Letras de Crédito Imobiliário) e LCA (Letras de Crédito Agronegócio) é um investimento que banco emite títulos para captar recursos e destinar créditos aos setores imobiliários e agronegócio, o investidor por sua vez aplica o dinheiro nesses títulos com rentabilidade ao final do resgate, de

acordo com site Santander.com.br “o valor mínimo para aplicação e a rentabilidade varia de acordo com cada instituição financeira e contam com a isenção de IRPF”.

2.1.4. CDB/CDI

As instituições financeiras utilizam do CDB (Certificado de depósito bancário) para financiar as atividades do banco, desse modo o investidor aplica e define no momento da contratação o prazo, sendo que quanto maior o tempo, sua rentabilidade se tornará mais atrativa. O CDI (Certificado de depósito interbancário) segue a mesma linha do CDB diferenciando apenas pelo fato que o CDI as instituições financeiras emitem títulos para transferir recursos para outras instituições financeiras, ou seja, elas emprestam dinheiro a outro banco com determinada taxa de juros, essa aplicação ocorre somente no mercado interbancário.

2.2. Renda Variável

Com instrumentos que vão muito além das ações, a renda variável é uma opção para quem quer aumentar os ganhos e participar da história das empresas. Em linhas gerais, investimentos de renda variável são aqueles cujo retorno é imprevisível no momento do investimento. O valor varia conforme as condições do mercado e, conseqüentemente, a remuneração que as aplicações oferecem segue esse mesmo princípio.

É o oposto dos investimentos de renda fixa. Nesse caso, o cálculo da remuneração é previamente definido e conhecido desde o momento da aplicação. Basta pensar no funcionamento dos títulos públicos negociados no Tesouro Direto. Ao comprar um título de inflação, o investidor sabe desde o início que receberá uma taxa de juros anual mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ao longo dos anos.

2.2.1. Bolsa de valores e criptomoedas

A bolsa de valores é o **mercado onde as empresas e os investidores negociam ações**. É comum ver em filmes mais antigos um salão com muitas pessoas falando no telefone, com pilhas e mais pilhas de papéis em cima da mesa, o que não representa mais a realidade.

Atualmente não é mais necessário se locomover ou telefonar para uma corretora para comprar uma ação, você pode fazer isso com o seu celular.

O que são Criptomoedas?

Genericamente, uma criptomoeda é um tipo de dinheiro – como outras moedas com as quais convivemos cotidianamente – com a diferença de ser totalmente digital. Além disso, ela não é emitida por nenhum governo (como é o caso do real ou do dólar, por exemplo).

As criptomoedas podem ser usadas com as mesmas finalidades do dinheiro físico em si. As três principais funções são servir como meio de troca, facilitando as transações comerciais; reserva de valor, para a preservação do poder de compra no futuro; e ainda como unidade de conta, quando os produtos são precificados e o cálculo econômico é realizado em função dela.

2.2.2. Ações

Negociadas na bolsa de valores, as ações são a menor parcela do capital de uma empresa. Quem compra ações se torna sócio da companhia e, por isso, compartilha os lucros que ela obtém. É a maneira mais conhecida de investir em renda variável.

Há duas formas de lucrar investindo em ações. A primeira é com a distribuição de dividendos, que são uma parte do lucro que as empresas distribuem aos acionistas. Pelo menos 25% dos ganhos devem ser destinados ao pagamento de proventos.

As ações são investimentos de renda variável, o que pode gerar desde lucros a prejuízos. Além disso, existem dois tipos de ações: Ordinárias (ON), onde os acionistas possuem direito de voto em assembleias da empresa e a Preferencial (PN), que não possuem direito ao voto, mas possuem preferência no recebimento de dividendos. (Dicionário Financeiro, 2020, p. 1)

2.2.3. Imóveis

Um fundo imobiliário reúne investidores interessados em aplicar em conjunto no mercado imobiliário. O mais comum é que o dinheiro seja usado na construção ou na aquisição de imóveis, depois locados ou arrendados. Os ganhos dessas operações são divididos entre os participantes, na proporção em que cada um aplicou. Os FIs podem ter as cotas negociadas no pregão da B3.

Conforme Multimarcas (2020, p. 1), “o investimento direto em imóveis é a modalidade mais convencional e a mais conhecida do mercado. Trata-se do formato em que o investidor simplesmente adquire um imóvel com o propósito de rentabilizá-lo de alguma forma”.

Integrado a esse tipo de investimento, existe a possibilidade de: comprar um imóvel e locá-lo para obter o aluguel; comprar na planta para revender; gestão ativa (onde compra o imóvel, realiza uma reforma e vende a um valor maior); e também a compra e venda de terrenos, onde há a valorização no médio/longo prazo.

2.2.4. Fundo de investimento imobiliário

De acordo com o Dicionário Financeiro (2020, p. 1), “a Bolsa de Valores é um mercado onde se concentram as compras e vendas de ações e títulos que são disponibilizados por empresas de capital aberto”.

Para realizar operações na bolsa de valores é necessário abrir uma conta em uma corretora de valores para intermediar os aportes. Integradas à bolsa de valores, existem vários tipos de compra de ativos; um destes podendo ser por meio de ações empresariais, ou por meio de cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII).

Bona (2019, p. 1) diz que, o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) é caracterizado pela reunião de investidores que formam uma sociedade com o objetivo de comprar ou construir algum tipo específico de imóvel. Logo, ao investir em um FII você se torna proprietário de pequena parte de um ou de vários prédios que compõem aquele fundo.

Segundo a Easynvest (2019, p. 1), Fundos Imobiliários são um tipo de Fundo de Investimento que aplicam em empreendimentos imobiliários, como shoppings, hospitais e prédios comerciais ou ativos relacionados, como CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Ao adquirir cotas de FIIs você se torna um dos “donos” desse imóvel, recebendo os aluguéis como lucro.

Os fundos imobiliários, de forma resumida, são compras de pequenas partes de imóveis, que se recebe mensalmente os aluguéis dos estabelecimentos, gerando uma renda mensal conforme os lucros da instituição.

Segundo Clear, (2020, p. 2)

[...] o boletim de fundos imobiliários da B3 confirmou que o número de investidores pessoa física em fundos imobiliários atingiu a marca histórica de 1 milhão de investidores em agosto/2020 (crescimento de 6,0% no mês e 60% desde o começo do ano), mostrando cada vez maior interesse nessa classe de ativo de renda variável.

2.2.5. Câmbio

O investimento em câmbio envolve aplicações baseadas em moedas. Esse tipo de produto costuma ser considerado como uma opção para diversificar a carteira e, principalmente, para proteger o patrimônio das oscilações da economia brasileira.

Há muitas formas de fazer isso. Existem, por exemplo, fundos cambiais, que mantêm pelo menos 80% do patrimônio investido em ativos relacionados a moedas. Seu principal fator de risco é a flutuação de preço de moedas estrangeiras ou a variação do cupom cambial (taxa de juros em dólares no Brasil).

2.2.6. ETFs

Exchange Traded Funds é o nome completo dos ETFs, também conhecidos como “fundos de índices”. Eles são fundos que replicam a composição de índices financeiros – como o Ibovespa ou o IBrX – e têm as cotas negociadas no pregão da bolsa, como as ações. Seu objetivo é oferecer aos investidores uma alternativa para investir em carteiras praticamente idênticas às principais referências do mercado.

2.2.7. Opções

Uma opção representa o direito de comprar ou vender uma ação (ou outro ativo) em uma data futura específica e por um preço preestabelecido. É como se fosse um contrato, classificado como “derivativo”, já que o preço da opção deriva do preço do ativo a que ela se refere. Trata-se de um mercado grande e muito dinâmico.

2.2.8. Futuros

Esses contratos são negociados no pregão da B3. Assim como os futuros de dólar, que podem ser usados para investir em câmbio, eles são acordos de compra ou venda de ativos variados, a um preço fechado, em uma data futura. Na bolsa brasileira, existem futuros de milho, café, soja, boi gordo, Ibovespa e até S&P 500, um dos principais índices de ações do mercado americano. Os futuros são uma maneira bastante comum de investir em commodities. Justamente por isso, uma das suas características é o fato de os contratos serem todos padronizados, de modo que todos os investidores negociem os derivativos com as mesmas condições.

Uma particularidade dos contratos futuros é a existência de ajustes diários. Significa que, diariamente, a bolsa apura os lucros e prejuízos de cada posição (comprada ou vendida) nos derivativos. Assim, o investidor que adquiriu um determinado futuro e teve perdas em um dia precisa realizar um depósito para compensar. O contrário também acontece.

2.2.9. Vantagens e desvantagens de investir em Renda Variável

A principal vantagem de investir em renda variável é a possibilidade de obter um retorno maior que o da renda fixa. Isso acontece quando o humor do mercado está favorável e as empresas emissoras das ações e dos outros instrumentos crescem e avançam nos seus segmentos.

A contrapartida é o risco mais alto. Na renda variável, não existe qualquer tipo de garantia de que o melhor cenário acontecerá, ao passo que, na renda fixa, as condições de remuneração são claramente estabelecidas desde o início. Os mercados de renda variável também oscilam bastante. Pense na bolsa de valores: um dia, o Ibovespa sobe, no outro, cai. É assim o tempo todo. Portanto, é necessário estar com os nervos preparados para lidar com a instabilidade do mercado constantemente. Por outro lado, existe uma variedade grande de ativos no mercado de renda variável. Assim, é possível investir em produtos e segmentos que atendam especificamente os objetivos de cada investidor. Se alguém acredita que as empresas de varejo se sairão bem em determinado período, consegue comprar ações de companhia da área com relativa facilidade. Se, por outro lado, gosta do setor elétrico mas não quer ter tanto trabalho com o acompanhamento dos papéis, pode encontrar fundos de ações focados nesse segmento.

3. Metodologia

Realizou-se um levantamento bibliográfico de literatura, com diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos on-line). Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados. Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática.

Para Gil (2008), esta pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

4. Análise e discussão dos resultados

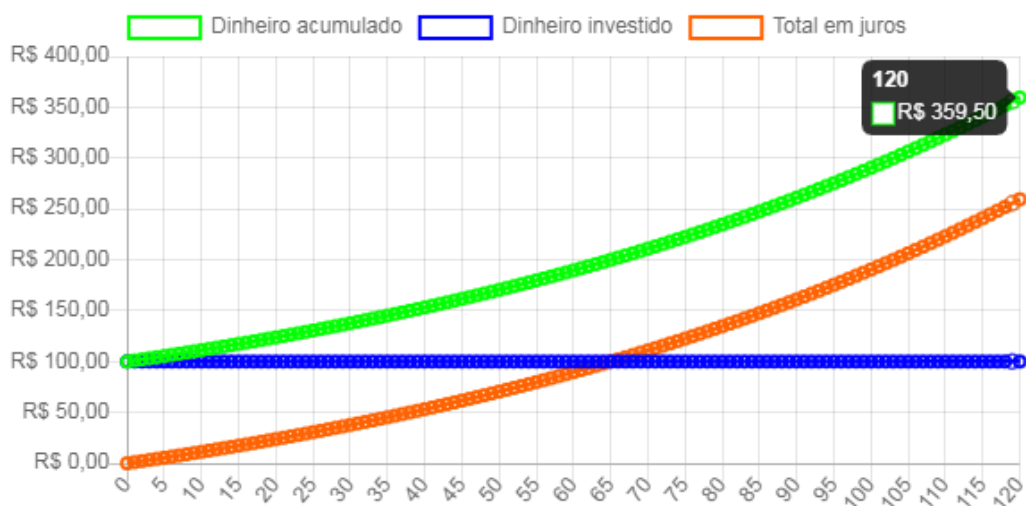
Com o auxílio de uma calculadora de juros compostos, vamos calcular o rendimento de alguns investimentos a partir de características diferentes.

4.1. Rendimento de Título de Renda Fixa

Segundo o site riconnect.rico.com.vc, muito conhecido nesse meio, o rendimento bruto mínimo que normalmente um investidor de renda fixa espera é de 100% do CDI. O valor do CDI hoje é de 13,65% ao ano.

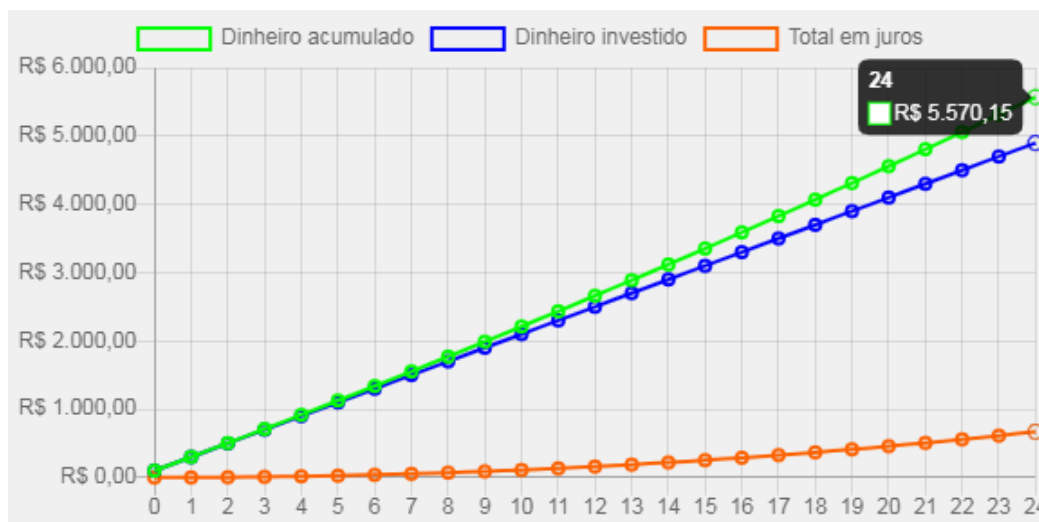
Exemplo 1.1: Suponhamos que investimos R\$ 100,00 e deixamos rendendo por 10 anos, porém, todo ganho em juros foi sendo sacado ao final de cada rendimento, ou seja, foi sacado 13,65 ao ano, no final do período obtivemos um ganho de 136,50

Exemplo 1.2: Agora suponhamos que investimos R\$ 100,00 e deixamos rendendo por 10 anos, onde o rendimento anual foi reinvestido.



No nosso primeiro ano, nossos R\$ 100 reais renderam 13,65%, gerando um ganho de R\$ 13,65, onde essa quantia foi reinvestida, ao final do 2 ano, ao invés de termos um ganho total de R\$ 27,30, obtivemos R\$ 29,16, pois o ganho do período passado também rendeu juros. Ao final de todo o período, foi constatado o total líquido de R\$ 359,50, onde o ganho de juros foi de R\$ 259,50, muito diferente dos R\$ 136,50 do exemplo passado, obtendo um ganho de quase 260%.

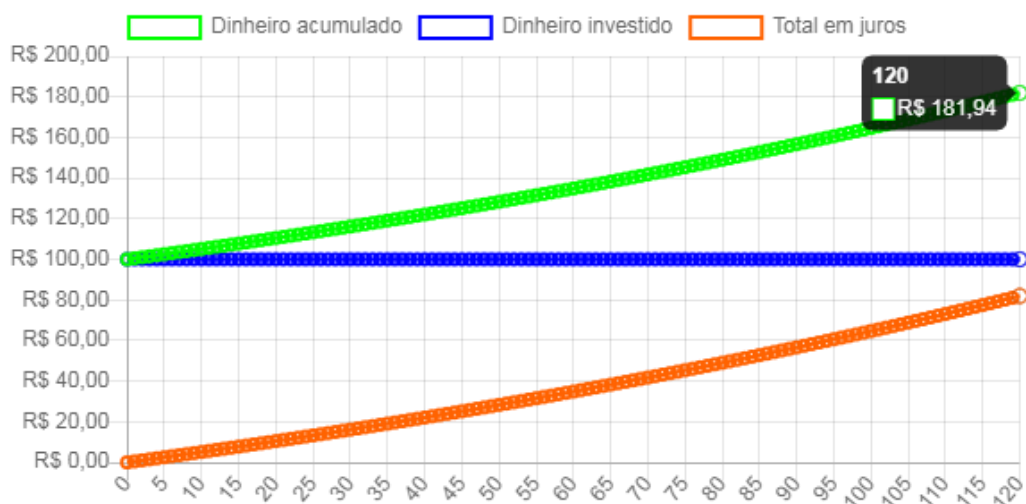
Exemplo 1.3: Seguindo um exemplo mais prático, suponhamos que nosso investimento inicial sejam os mesmos R\$ 100,00, porém, dessa vez, realizaremos investimentos mensais de R\$ 200,00 em um período menor, de 24 meses:



Ao final dos 2 anos, foi obtido o total líquido de R\$ 5.570,15, onde R\$ R\$ 4.900,00 foi o nosso investimento total e R\$ 670,15 nosso ganho em juros. Nesse exemplo percebe-se que mesmo realizando um investimento mais alto, obtivemos um resultado menor, pois o ganho em juros não teve tempo substancial de render a si mesmo.

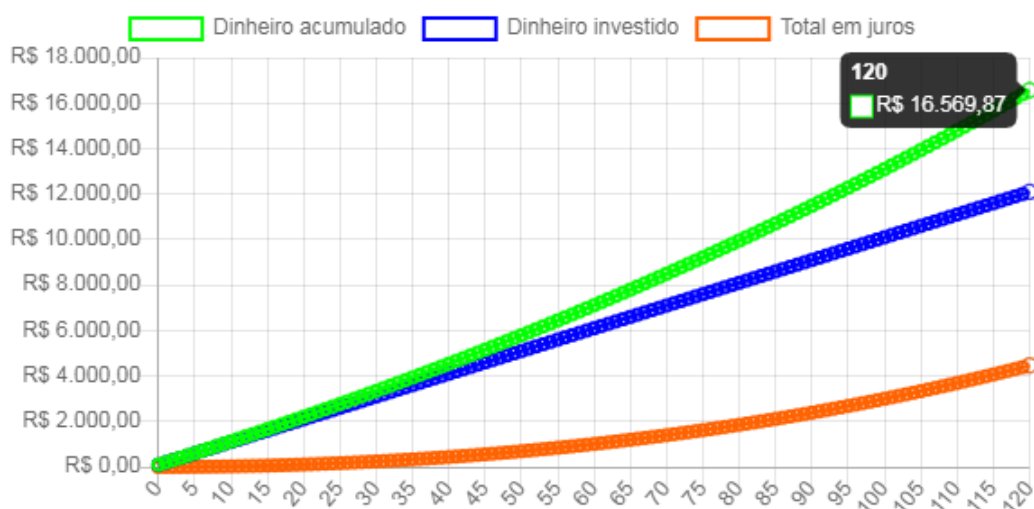
4.2. Remuneração dos Depósitos de Poupança

Exemplo 2.1: Levando em consideração que a remuneração dos depósitos anual é de 6,17% em 2022, suponhamos que poupamos R\$ 100,00 e deixamos rendendo por 10 anos, ao final do período obtivemos o seguinte resultado:



Percebe-se que o saldo inicial aumentou 81,94% ao longo de 120 meses.

Exemplo 2.2: Agora vamos usar o mesmo exemplo, mas acrescentando R\$ 100,00 por mês durante todo o período:



Foram investidos R\$ 12.100,00 e obtidos R\$ 4.469,87 em juros, gerando um total líquido de R\$ 16.569,87, onde o saldo inicial aumentou em 137%, porém o total investido foi 12.000% maior que o exemplo anterior. Percebe-se então que os rendimentos dos investimentos mais recentes não tiveram tempo de render a si mesmos, mesmo caso do exemplo 1.3.

4.3. Rendimento de Título de Renda Variável

Renda variável é uma classificação de investimentos nos quais a rentabilidade não é conhecida no momento da compra ou aplicação. Ou seja: você não tem uma taxa de juros predefinida ou uma forma de cálculo dos rendimentos, e pode ter resultados positivos ou negativos com o investimento. Porém, é possível conquistar resultados por meio da distribuição de proventos. Entre os principais tipos estão dividendos, juros sobre capital próprio, bonificação ou direitos de subscrição, embora a frequência de pagamento dos dividendos não seja o principal critério observado por analistas na hora de recomendar uma ação para uma estratégia de renda passiva.

Determinar quando uma ação vai distribuir dividendos pode ser uma tarefa com um grau de imprecisão, pois não existe uma regra que fixe as datas exatas dos pagamentos. Além disso, os dividendos dependem de a companhia obter lucro contábil em um determinado trimestre.

5. Conclusão

Ao final verificou-se que não existe receita mágica para o mundo dos investimentos, porém, que o segredo é deixar o rendimento render. Já ouviu aquela frase “tempo é dinheiro”? Ela é mais do que verdadeira. Investidores de sucesso não poupam já pensando em gastar, poupam pensando em acumular Ativos que lhe geram mais e mais riquezas.

O dinheiro só acentua o padrão que está em sua mente. Se seu padrão for gastar tudo que ganha, provavelmente um aumento nos seus ganhos só acarretará mais gastos. O que falta na educação não é saber como ganhar mais dinheiro e sim como gastá-lo. E, nesse quesito, investidores de sucesso são especialistas.

O investidor iniciante está sempre em busca do melhor investimento. O que é errado, pois quando um investimento rende muito, seu risco é muito maior, e quando ele rende pouco, seu risco naturalmente é menor. Logo não existe investimento com retorno alto e risco baixo. Isso é utópico.

Nesse sentido, verificou-se que o melhor modelo de investimento a ser aplicado, é aquele que se encaixa mais com a realidade do investidor. Sendo necessárias análises mais complexas de cada indivíduo.

Recomenda-se, desse modo, a realização de novos estudos para a identificação das necessidades de cada investidor e ampliação deste vasto estudo. Bem como, também, de mais incentivos à busca pela educação financeira, para que todos possam ter finanças saudáveis.

Referências

CASTRO, Mariana Letícia Andrade Spadácio de, RAGASSI, Ana Beatriz, VIEIRA, Lucimar Sasso. COMO JOVENS PODEM REALIZAR INVESTIMENTOS INTELIGENTES. Disponível em:

Equipe Santander. O que são LCI e LCA? Disponível em:

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

InfoMoney. Criptomoedas: Um guia para dar os primeiros passos com as moedas digitais. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/criptomoedas/>> Acesso em 20 out. 2022.

InfoMoney. O que é Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e quais investimentos são assegurados? Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/fgc>> Acesso em 20 out. 2022.

InfoMoney. Renda Variável: guia completo para conhecer e investir. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/renda-variavel/>> Acesso em 20 out. 2022.

InfoMoney. Tesouro Direto: guia completo para investir em títulos públicos. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/tesouro-direto/>> Acesso em 20 out. 2022. Banco do Brasil S/A. Como funciona a poupança. Disponível em: <<https://bb.com.br/uci/poupanca.html>> Acesso em 20 out. 2022.

< <https://www.santander.com.br/blog/o-que-sao-lci-lca>> Acesso em 20 out. 2022.

<<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/investimentos-inteligentes>> Acesso em 20 out. 2022.

O IMPACTO DOS ACONTECIMENTOS NO CUSTO FINAL DA CESTA BÁSICA

Souza, Aline de Faria, Arantes, Isabela Pivato de Souza, Rezende, Tauane Maciel, Bernardes, Pedro Alberto Chaib de Sousa, Silva, Nei Domiciano

Introdução

Na atualidade temos uma alta relevante nos preços de diversos produtos, dentre eles destaca-se o aumento dos produtos da cesta básica. A variação de preço é determinada por uma infinidade de fatores, incluindo a influência da inflação que de maneira geral desencadeia um desequilíbrio na economia afetando o poder de compra das famílias assalariadas.

Outro fator relevante para entender o acelerado aumento nos preços da cesta básica foi o aumento no preço do petróleo, causado pela diminuição na oferta das commodities por sanções impostas à Rússia, em razão da guerra na Ucrânia, com isso o valor do diesel aumentou os custos dos fretes (rodoviários, ferroviários e marítimos) acarretando o aumento no preço dos produtos finais da cesta básica.

Diante dos fatos levantados nosso objetivo foi de captar os dados que nos confirmam a alta nos preços das cestas básicas em consequência as duas causas principais: inflação e aumento do diesel que influencia no custo dos alimentos que a compõe.

Materiais e métodos

O presente estudo é de natureza aplicada pois busca a solução de problemas que acontecem na vida real, nas indústrias e sociedade em geral, mas fora da academia. Exploratória quanto ao seu objetivo, uma vez que realiza um estudo para a familiarizar o pesquisador com o objeto que está sendo investigado. Além disso, a forma de abordagem é quantitativa e o método de pesquisa selecionado foi a pesquisa documental (MELLO e TURRIONI, 2012).

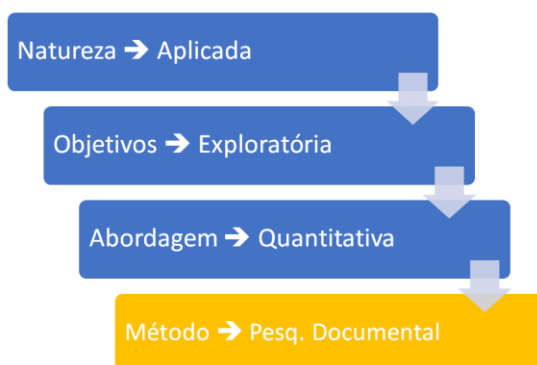


Figura 1 - Classificação da pesquisa.

Fonte: Adaptado MELLO e TURRIONI (2022)

Resultados e discussão

A pesquisa identificou que a razão na alta dos preços reside em fatores como, disparo no preço do petróleo durante a guerra na Ucrânia acarretando aumento do preço do diesel e gasolina, já que a Rússia é o terceiro maior produtor de petróleo no mundo.

Diante desse disparo houve elevação também nos custos dos fretes que também influenciou no aumento no preço dos produtos finais, contudo obteve-se o resultado de que não é o comerciante que define o preço dos seus produtos e sim o resultado de um acontecimento do passado ou presente e a oferta e demanda destinada naquele produto.

E como estratégia para conter a situação do aumento do diesel e da gasolina foi verificado que no Brasil o foco principal tem sido mudar a incidência de impostos sobre os combustíveis, mas foi sancionado também projetos que preveem a cobrança de uma só vez do ICMS e a redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS para o diesel.

Esses acontecimentos comprometeram cerca de 59,68% do rendimento do trabalhador assalariado para aquisição dos alimentos básicos para se sustentar durante o mês. Essa variação de preço dos alimentos gera um grande peso na economia de uma família.

Evidenciou-se com este estudo que, uma família assalariada é impactada pelos custos dos produtos, revelando se é possível sobreviver apenas com um salário mínimo, já que é constante as alterações e os aumentos dos preços de produtos e serviços de necessidades básicas.

Este levantamento permitiu concluir que seria necessário, entre outros fatores, alterar o mecanismo de distribuição de renda e consequentemente aumentar o poder de compra das classes trabalhadoras que seria fundamental para que o comprometimento relatado não tivesse tanto impacto na renda familiar

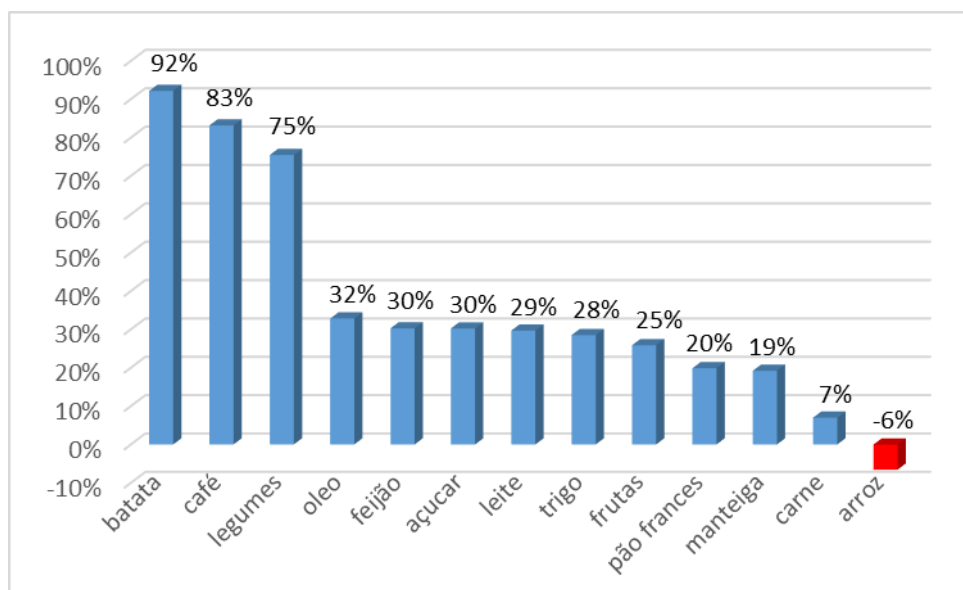


Figura 2 - Variação dos Itens da cesta básica nos últimos 12 meses

Fonte: Adaptado DIEESE (2022)

Conclusão / Considerações finais

Conclui-se que, diante do cenário atual, o salário mínimo se encontra muito abaixo do que realmente seria necessário para custear as necessidades básicas e manter um padrão de vida digno a essa classe trabalhadora. Conforme preconiza a constituição federal.

A relevância desta pesquisa ultrapassa os saberes acadêmicos, pois envolve fatores sociais e econômicos que requer do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento local e regional, proporcionando aos cidadãos bem-estar e perspectivas de conforto, comodidade e satisfação.

Referências

TURRIONI, J. B; MELLO, C. H. P. Metodologia da Pesquisa em Engenharia de Produção. Itajubá: UNIFEI, 2012.

Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. DIEESE, 2016. Disponível em: <metodologiaCestaBasica.pdf (dieese.org.br)>

“Entenda Os Fatores Que Pressionam a Inflação No Brasil E No Mundo.” Agência Brasil, 26 Jan. 2022, Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/entenda-os-fatores-que-pressionam-inflacao-no-Brasil-e-no-mundo.>

SALÁRIO: QUAL O SALÁRIO IDEAL PARA SE VIVER BEM EM SÃO LOURENÇO?

Santos, Ana Lúcia Luiz dos, Leal, Bruna Melo, Nascimento, Eliane Rocha do, Abdenor, Jessica Elias da Silva, Almeida, Livia Forastieri Torres, Silva, Luiz Guilherme Xavier, Alves, Marina Viana, Santos, Raiani Aparecida Pereira dos, Silva, Nei Domiciano da (Orientador)

Introdução

Salário ou remuneração é o conjunto de vantagens habitualmente atribuídas aos empregados, em contrapartida de serviços prestados ao empregador, em quantia suficiente para satisfazer as necessidades próprias e da família, será que o salário mínimo atual realmente satisfaz as necessidades das famílias brasileiras, ou algum dia já satisfez. Salário mínimo segundo Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (de 1943), artigo 76 é:

“Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”.

A Medida Provisória nº 1.091/2021, de 30 de dezembro de 2021, reajustou o valor do salário mínimo para R\$ 1.212,00 a partir de 1º de janeiro de 2022, em nossas pesquisas 41,07% pessoas recebem mais de dois salários mínimos, e 37,5% recebem um salário mínimo, 53,57% dos pesquisados alegou que seu salário atual não atende todas as necessidades de sua família. Então mesmo que a maioria dos pesquisados receba mais de um salário mínimo, ainda assim, não é o suficiente para suprir todas as necessidades dos brasileiros.

Materiais e métodos

Está é uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa. Na visão de Gil (2006), a descrição das características de determinada população ou fenômeno é o objetivo principal dos estudos descritivos, assim como estabelecer relações entre as variáveis. Técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários utilizados, é sua principal característica. Os autores recorreram ao FormsApp para a coleta dos dados e posterior interpretação.

Com a abordagem descritiva permitiu-se a apresentação das características da população pesquisada, levando a relacioná-la com a realidade particular dos sujeitos da pesquisa.

A investigação descritiva permite, ainda, a descrição de fatos e fenômenos a respeito de realidade

específica. Durante o processo adotou-se ainda a pesquisa bibliográfica utilizando artigos e livros que sustentam a pesquisa do tema ora estudado.

Resultados e discussão

Gráfico 1: o salário atual atente as necessidades básicas?

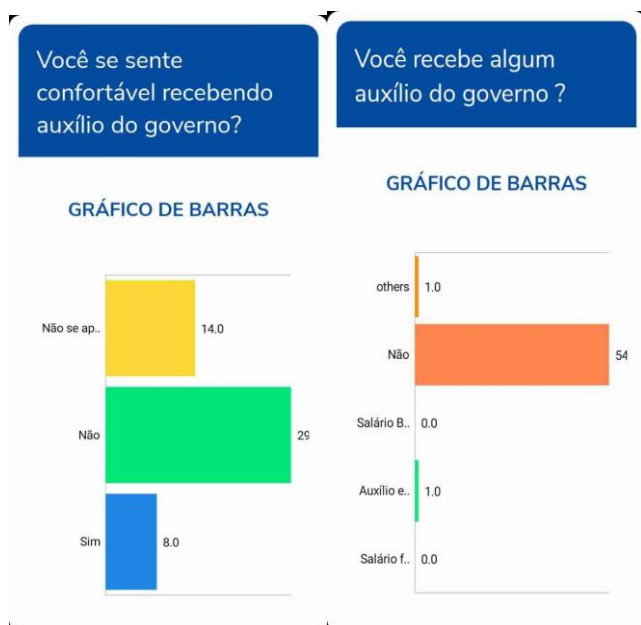


Levando em consideração o cenário atual do país, percebemos como a desigualdade é grande e a parcela da população que recebe um salário mínimo ou valor aproximado não consegue obter conforto para si e sua família. Em nossas pesquisas constatamos que somente 21,4% dos entrevistados tem um salário que atende as necessidades básicas de sua família.

Buscamos comprovar assim a necessidade de um ajuste maior no valor do salário mínimo, para garantir a população seus direitos como, saúde, alimentação, moradia, lazer, cultura, entre outros. Assim auxiliando a população a alcançar a dignidade e a preservação de sua integridade.

Quando perguntados se recebem algum auxílio do governo, a maior parte dos participantes responde que não, conforme apresentado no gráfico abaixo (96,43%). Porém a parcela que recebe o auxílio, respondeu em sua maioria que não se sente confortável recebendo auxílios dos governos. Os auxílios são necessários para que muitas pessoas consigam cumprir com as necessidades básicas de sua família, aumentam seu poder de compra, ajuda na circulação de dinheiro no país, fazendo a economia girar, porém os resultados de nossa pesquisa demonstram a

desconforto da população e o desejo poder sustentar sua família, oferecer conforto e dignidade com seu trabalho, sem depender de auxílios para viver.



Com cálculos básicos percebemos que fica em aproximadamente R\$1.000,00 o aluguel em São Lourenço, alimentação básica entre R\$ 800,00, considerando uma opção de lazer a cada 15 dias de aproximadamente R\$150,00, Água e Luz em torno de R\$300,00, totaliza-se R\$ 2.250,00. sem contabilizar saúde, educação, comunicação, transporte, vestuário entre outros.

Conclusão

A realização deste trabalho possibilitou aos autores adquirirem maior compreensão sobre o tema de pesquisa proposto, além do conhecimento e percepção sobre a realidade das famílias de São Lourenço e a necessidade de mudanças que lhes ofereçam o mínimo necessário para uma sobrevivência digna.

Pode-se evidenciar que o salário mínimo atual praticado nesta região, não atende satisfatoriamente as necessidades do cidadão, não lhe garantindo o básico preconizado para a tão esperada qualidade de vida.

A relevância desta pesquisa ultrapassa os saberes acadêmicos, pois envolve fatores sociais e econômicos que requer do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem o

desenvolvimento local e regional, proporcionando aos cidadãos bem estar e perspectivas de conforto, comodidade e satisfação.

Referências;

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Da Republica Federativa Do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Grafico, 1988.

JASKULSKI, Anderson Oltramari; A Estabilização Econômica Do Plano Real E O Desenvolvimento Econômico Do Período; Porto Alegre, 2010.

JEHNIFER, Jaíne; O Que É Poder De Compra E Como Funciona? Disponível em; <https://investidorsardinha.r7.com/aprender/o-que-e-poder-de-compra/>. Acesso em 31/08/2022.

MESQUITA, Ana Julia Diniz, Salário Mínimo: Um Instrumento De Combate À Desigualdade; Varginha, 2019.

OLIVEIRA, Ranielle; Salário mínimo: Valor atual e histórico – 1994 a 2022. Disponível em; <https://www.mobills.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em 10/10/2022.

PIRES, Thalita; Inflação De Alimentos Corrói O Poder De Compra Do Auxilio Brasil De R\$ 600; disponível em; <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/26/inflacao-de-alimentos-corroi-poder-de-compra-do-auxilio-brasil-de-r-600>; acesso em 01/09/2022.

Por G1; Petrobras Sobe Preço Da Gasolina Pela 4ª Vez No Ano; Diesel Tem 3ª Alta, Disponível Em; <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/18/petrobras-sobe-mais-uma-vez-os-precos-da-gasolina-e-do-diesel.ghtml>, acesso em 18/10/2022.

Por R7; Em Três Anos, Cesta Básica Fica 48% Mais Cara E Itens Sobem Até 153%, Disponível Em; <https://noticias.r7.com/economia/em-tres-anos-cesta-basica-fica-48-mais-cara-e-itens-sobem-ate-153-28062022>, acesso em 10/10/2022.

UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DIANTE DA SITUAÇÃO DE PANDEMIA: QUAIS OS RISCOS EM MANTER-SE EMPREENDEDOR?

SANTOS, Igor José dos, SILVA, Jaqueline Diniz da, GUTIERES, Fernanda Faria de Almeida Rojas, COSTA, Alex Sandro Dias BACCI, Lívio Agnew, SILVA, Nei Domiciano da

Introdução

Com o decorrente abalo do setor econômico, surgiram incertezas e muitos questionamentos em relação ao futuro, principalmente no que diz respeito aos riscos de se manter como empreendedor: realmente seria rentável dar continuidade aos negócios? Ou seria mais vantajoso caminhar para o fim? Dúvidas como essas foram constantes e, ressalta-se que o propósito deste artigo é estudar e analisar os efeitos do novo cenário para os empreendedores de uma região mineira.

Empresários renomados como Henry Ford e Bill Gates, começaram seus empreendimentos praticamente do zero, foram além da criação de empresas. Eles transformaram a tecnologia, o modo de fazer negócio e a própria sociedade (MAXIMIANO, 2006, p. 2).

Materiais e métodos

Esta pesquisa é classificada como quantitativa de caráter exploratório. Os conceitos abordados foram baseados em materiais já publicados, sendo estes: livros, sites, revistas, artigos e anais científicos. Aplicou-se um formulário criado através do "Google Forms", com o intuito de captar informações referentes a realidade vivenciada pelos Microempreendedores durante a pandemia.

.Resultados e discussão

Gráfico 1: Vantagens do MEI

Quais dessas vantagens é a mais significativa para você em ser MEI?
33 respostas

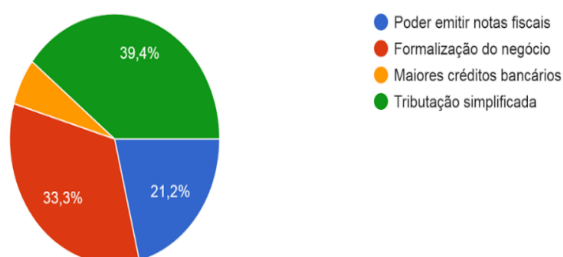
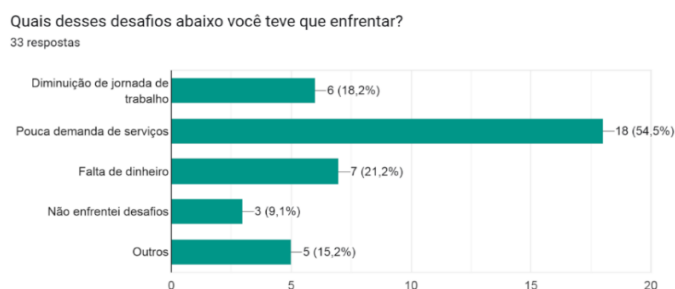


Gráfico 2: Desafios Enfrentados



Analisando os fatores benéficos, a tributação simplificada foi significativa (39,4%) como sendo a principal vantagem, visto que os tributos apresentam uma grande carga para outros regimes tributários, e, conseqüentemente, o MEI é uma opção mais acessível. Ao contribuir com os tributos e emitir suas notas fiscais, o empreendedor, de certa forma, mantém-se formalizado, tornando-se transparente em relação as suas obrigações, sendo este o desejo de 33,3% dos entrevistados. Ainda sobre as vantagens, 6,1% relatam facilidade na captação de recursos através de créditos bancários, pois o mesmo apresenta melhores condições e valores disponibilizados em relação a uma pessoa física.

Quando questionados sobre os desafios enfrentados, foram listadas algumas possíveis dificuldades. Entre elas, a (queda) demanda de serviços se destaca (54,5%), seguida da diminuição da jornada de trabalho (18,2%), deduzindo, portanto, que a redução de horas trabalhadas foi consequência da baixa procura pelos serviços. Outro fator importante é o capital, pois é através deste que é possível realizar investimentos e arcar com as responsabilidades do dia a dia da organização e, neste contexto, sete dos entrevistados alegaram ter encontrado dificuldades com o financeiro, havendo então baixa quantidade de capital, impossibilitando o crescimento do empreendimento. Salienta-se, ainda, que apenas três pessoas (9,1%) não enfrentaram nenhum desafio, em oposição ao cenário.

Conclusão / Considerações finais

As informações obtidas foram relevantes, atingindo os objetivos estabelecidos e, com a coleta de dados concluiu-se que os empreendedores utilizaram de diferentes mecanismos para inovar,

evoluir e conseqüentemente suportar as barreiras e obstáculos que surgiram no decorrer do tempo, buscando condições melhores de vida para alcançar a realização pessoal e profissional.

Portanto, empreender é uma arte e, conforme o observado nesta análise, os trabalhadores, de forma consciente, controlada e racional agiram para reverter a situação de crise e conseguir sobreviver diante das dificuldades. Não existe uma regra específica para empreender, mas o que não pode ser deixado de lado é a busca pelo conhecimento, pois este é a base para ampliar o negócio e tornar-se bem-sucedido.

Referências

Maximiano, Antônio Cesar Amaru. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios / Antônio Cesar Amaru Maximiano. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MEI. 2018. Disponível em: <<https://antigo.redesim.gov.br/servicos/constitua-sua-pj/conheca-os-tipos-de-pessoa-juridica/mei>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

Histórico da pandemia de COVID-19. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 20 set. 2022.

Dornelas, José Carlos Assis, 1971- Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso / José Carlos Assis Dornelas. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. — 7ª reimpressão.



DIREITO

A (IM)POSSIBILIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE PREPARADA POR EQUIPE JORNALÍSTICA

Ingrid Mendes Carli, Prof. Me. Leandro Abdalla Ferrer.

INTRODUÇÃO

A prisão em flagrante encontra-se prevista no artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal. Também é encontrada no artigo 301 do Código de Processo Penal, o qual dispõe que esta poderá ser executada tanto pela autoridade policial e seus agentes, quanto por qualquer pessoa do povo a quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Para Brasileiro (2011, p. 177), "a expressão "flagrante" deriva do latim "flagrare" (queimar), e "flagrans", "flagrantis" (ardente, brilhante, resplandecente), que no léxico, significa acalorado, evidente, notório, visível, manifesto".

Desta forma, faz-se necessário analisarmos as hipóteses de prisão em flagrante, dispostas no artigo 302 do Código de Processo Penal:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I – está cometendo a infração penal;

II – acaba de cometê-la;

III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;

IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração (Decreto Lei 3.689 de 03 de outubro de 1941).

Assim, são taxadas as hipóteses de flagrante, previstas no Código de Processo Penal:

tem início com o fogo ardendo (está cometendo a infração penal – inciso I), passa para uma diminuição da chama (acaba de cometê-la – inciso II), depois para a perseguição direcionada para a fumaça deixada pela infração penal (inciso III) e, por último, termina com o encontro das cinzas ocasionadas pela infração penal (é encontrado logo depois – inciso IV).(RANGEL, 2009, p. 620)

Em suma, o flagrante simplifica e facilita o procedimento penal acerca da culpabilidade do agente, pois torna-se claro o nexa causal entre a conduta do agente e o resultado, dispensando maiores provas e inquéritos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho objetiva apresentar uma visão distinta da atual adotada pelo legislador quanto à admissibilidade do Flagrante preparado no âmbito do jornalismo. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e a documental, utilizando-se de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes, além de doutrinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho busca discutir sobre a possibilidade de prisão em flagrante preparada por equipe jornalística. A conclusão ainda está em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, será feita uma abordagem apresentando a problemática a respeito do marco entre jornalismo investigativo e a instigação a prática delituosa, procedendo à análise jurisprudencial e doutrinária.

Bem como a relevância que o caso em questão teria, caso o flagrante preparado por equipe jornalística, fosse admitido pela legislação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 06 out. 2022.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Juspodivm, 2016.

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS VÍTIMAS TRANSEXUAIS

Ribeiro, Ana Carolina Silva

Ferrer, Leandro Abdalla

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a análise da possibilidade de as mulheres transexuais figurarem no polo passivo da Lei Maria da Penha. Em uma primeira análise, buscar-se-á a conceituação de gênero e sexo, sendo trazidas as diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero. Em um segundo momento, elaborar-se-á um estudo acerca da transexualidade, o qual será observada como o transexual é visto perante a Organização Mundial da Saúde, o direito e a psicologia. Posteriormente, elaborar-se-á uma análise sobre violência de gênero conjuntamente à evolução e as características da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). No capítulo derradeiro, aprofundar-se-á na referida lei, quando será analisada sua flexibilidade e extensão à população transexual, finalizando com jurisprudências e posicionamentos referente à possibilidade de abrangência às vítimas transexuais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a produção do trabalho consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, utilizando livros, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisas estatísticas, legislações vigentes e jurisprudência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi verificada a existência duas correntes doutrinárias acerca da aplicação da Lei Maria da Penha aos transexuais. A corrente conservadora afirma que não seria possível a aplicação da lei, tendo em vista que os transexuais não preenchem os requisitos de vulnerabilidade e de ser mulher. Já a corrente moderna, defende ser permitida a aplicação à mulher transexual desde que os requisitos de motivação de gênero, relação afetiva e vulnerabilidade sejam preenchidos. No que tange a aplicação da lei quanto ao gênero feminino tramita no Congresso Nacional um projeto de lei (PLS nº 191/2017) que visa a alteração do art. 2º da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – a fim de assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de análises jurisprudenciais de vários tribunais, concluiu-se a que a aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência

doméstica, deixou de ser uma mera possibilidade, passando a se tornar uma realidade. Não obstante as decisões judiciais que asseguram a aplicação da Lei 11.340/2006 em caso de violência em face dos transgêneros, ainda é possível verificar a necessidade de ampliação do alcance da específica lei, visando proteger não apenas as mulheres nascidas com o sexo feminino, mas também àquelas que se identificam como sendo do gênero feminino.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Tatiana Barreira. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**: análise da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). 2ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico. 2017. p. 107.

BRASIL. **Lei nº 11.340** de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm > Acesso em: 10 de out. 2022.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** – Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) comentado artigo por artigo. 3 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais. 2011.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado Federal nº 191/2017. Altera a Lei Maria da Penha, para estabelecer que independe da identidade de gênero a garantia de direitos à mulher**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129598> > Acesso em: 10 de out. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Recurso em Sentido nº 20171610076127**. Relator: George Lopes. Julgamento: 05/04/2018. 1ª Turma Criminal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-df/569318431/inteiro-teor-569318465> > Acesso em: 10 de out. 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Habeas Corpus nº 1.0000.09.513119-9/000**. Relator: Júlio Cezar Gutierrez. Julgamento: 24/02/2010. 4ª Câmara Criminal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-mg/940077232/inteiro-teor-940077453> > Acesso em: 10 out. 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial 1977124-SP**. Relator: Rogério Schietti Cruz. Julgamento: 05/04/2022. Sexta Turma. Unanimidade. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/1473961621/inteiro-teor-1473961657>. Acesso em: 12 out. 2022.

A CONSTITUCIONALIDADE DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS EM LICITAÇÕES

Daniel Noronha Silva, Geraldo Luiz Viana

Faculdade de São Lourenço

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a constitucionalidade das exigências técnicas das empresas, pela Administração Pública. Pondo-se a analisar os quesitos exigidos, os fundamentos dos quesitos e a lógica da exigência da capacidade técnica das empresas.

Analisar e ponderar os pontos em que se sopesam na balança constitucional, o desenvolvimento do mercado nacional e a garantia do cumprimento das obrigações contraídas com a Administração Pública.

Analisar a qualificação dos agentes administrativos incumbidos do ônus da justiça mercantil, considerando os mais diversos e espantosos produtos fornecidos para a Administração Pública com suas peculiaridades, sem que hajadesigualdade na competitividade dos processos licitatórios.

METODOLOGIA

A metodologia empregada foi o posicionamento de juristas renomados na área do direito administrativo, posicionamentos dos Tribunais de Contas, bem como o observado nos mais diversos processos licitatórios transpassados.

RESULTADOS

Tem-se que, o mercado varejista no Brasil ainda depende de leis e regulamentações infralegais na área de contratações públicas, pois como se depreende, o poder estatal em sua maioria, é posto nas mãos de pessoas que ainda não dominam por completo as leis e princípios norteadores da constituição, e dos objetivos constitucionais do desenvolvimento nacional. As Administrações Públicas Municipais, por seu alto número de atos praticados, na maioria das vezes, não conseguem qualificar adequadamente os servidores desta área, deixando-os a mercê das inúmeras impugnações de empresas que buscam manipular as brechas da lei para obter vantagens econômicas.



Fonte: RHS licitações

DISCUSSÃO



Fonte: <https://analistadelicitacoes.com.br/atestado-de-capacidade-tecnica/>

Em que se pauta a exigência de documentação que comprove a capacidade técnica de uma empresa em cumprir com a obrigação contraída com Administração Pública?

Nesta discussão, para dirimir as controvérsias, os mais diversos autores de doutrinas administrativas se pautam na interpretação principal do art. 37, XXI da Constituição Federal da República.

Norteadas as exigências desta documentação esta também as leis de licitações, que trazem consigo as exigências a serem feitas para contratações complexas e para as não complexas.

Contudo há exigências que além de analisar o cumprimento da obrigação abarcam, sob alegação

dos interessados, outros direitos. A estes direitos é dado ouvidos pela administração a se fazer exigências que selecionam empresas do mercado. Outras exigências porem, elimina sem piedade empresas que nunca estiveram em contato com a administração pública. A este contexto é questionado, até que ponto as exigências são constitucionais?

CONCLUSÃO

Não há dúvidas que o sistema de contratação por licitações é o melhor existente, contudo, sua fragilidade fica evidente no que toca a falta de normatização para as exigências técnicas. A brecha legal destacada torna o desenvolvimento de micro empresas e EPPs ou desprovidas de conhecimento, mais difíceis, não podendo comparar com negócios feitos com outras pessoas jurídicas e físicas.

REFERÊNCIAS

Justen Filho. Marçal Justen Filho. Curso de Direito Administrativo. 9ª ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo-SP. 2013.

Direito Administrativo. Maria Sylvia Zanella Di Pietro. 23 ed. São Paulo: Atlas. 2010.

Curso de Direito Administrativo. Celso Bandeira de Mello. 32ª ed. Malheiros Editora.2015.

A CRIMINOLOGIA E O CORINGA DE TODD PHILLIPS

O estudo do filme sob a ótica das teorias criminológicas

Castro, Rodrigo Ferreira de Oliveira; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

O filme de 2019, *Coringa*, mostra a transformação do personagem principal, Arthur Fleck, de um membro oprimido da sociedade para o famoso personagem dos quadrinhos e do cinema: o Coringa. Os detalhes do filme implicam que a transição de Arthur para o Palhaço Príncipe do Crime é em grande parte atribuída à maneira como a sociedade o trata. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho, a ser apresentado na forma de artigo científico, é demonstrar algumas teorias criminológicas sobre a interpretação dos comportamentos criminosos no filme o Coringa. Mais especificamente, num primeiro momento, se objetiva apontar a correlação entre a ficção e os estudos criminológicos. Na sequência, se busca analisar as características do personagem Coringa, dramatizadas no filme de 2019 para, mais adiante, analisar a obra sob a ótica de teorias criminológicas que tratam das relações entre infância e criminalidade e, também, que exploram as relações entre o crime e ambiente social.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para tal esforço consiste em pesquisa qualitativa baseada em revisão de material bibliográfico referente ao tema proposto.

Resultados e discussão

Arthur Fleck, é um indivíduo solitário e desprezado pela sociedade que sonha em tornar-se comediante de *stand up*. Vive com sua mãe, que é física e mentalmente debilitada, de quem se dedica a cuidar, ganhando a vida atuando como palhaço em Gotham City, “[...] uma cidade sombria e perversa, marcada pela desigualdade e à beira de um caos social e político” (TESSICINI, 2019, p. 2).

Ao longo de sua trajetória, o personagem de Fleck se depara com os obstáculos de uma vida cíclica: casa-trabalho-casa-trabalho (MAURICIO, 2020). Ainda que diante de uma rotina marcada por tristezas, cicatrizes e descontentamento, Arthur Fleck, inicialmente, é apenas um homem comum com seus problemas (MACHADO; VILLA, 2020).

No entanto, em determinado momento, ocorre um momento de inflexão, em que o personagem passa “[...] de vítima a algoz, de oprimido a opressor” (MACHADO; VILLA, 2020, p. 327)

Neste ponto, a obra cinematográfica ficcional converge para o estudo da Criminologia, que busca entender e explicar o crime e o comportamento criminoso por meio da observação e da pesquisa empírica, debatendo questões tais como as relações entre infância e criminalidade e, também, entre crime e ambiente social em que vive o sujeito.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de pesquisa em andamento, cujas conclusões serão apresentadas na forma de artigo científico como requisito parcial para a conclusão do bacharelado em Direito.

Referências

MACHADO, Bruno Amaral; VILLA, Lucas. Aporias criminológicas: “Coringa” e a desconstrução do binário herói/vilão. *Opinião Jurídica*, Medellín, v. 20, n. 41, p. 315-343, jun. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302021000100315&lng=en&nrm=iso Acesso em: 02 set. 2022.

MAURICIO, Daiane de Souza Alves. ENTRE A TRISTEZA E A HERMÉTICA: UM OLHAR PARA A TRAJETÓRIA DO (SOR)RISO DO PERSONAGEM ARTHUR FLECK NO FILME CORINGA (2019). *Revista Linguagem, Ensino e Educação*, Criciúma, v. 5, n. 2, p. 104-114, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/lendu/article/view/6423> Acesso em: 02 set. 2022.

TESSICINI, Priscilla. Coringa (resenha). *Self: Revista do Instituto Junguiano de São Paulo*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 1–7, 2019. Disponível em: <https://self.ijusp.org.br/self/article/view/105>. Acesso em: 02 set. 2022.

A IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL QUANDO DA EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir a (Im)possibilidade de realizar inventário extrajudicial quando da existência de testamento. Para tanto, aborda a tendência à extrajudicialização no Direito de Família; discute a Lei nº 11.441/2007 como marco na extrajudicialização de procedimentos comuns nas varas de famílias e sucessões; e discute a realização de inventário extrajudicial na existência de testamento como um procedimento passível de desjudicialização *De Lege Referenda*. Para tanto, como metodologia, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica fundamentada em livros e legislações com o objetivo de conhecer as ideias e pensamentos de estudiosos sobre os procedimentos extrajudiciais no Direito de Família e Sucessões como forma de enfraquecer a cultura do litígio e reforçar o acesso à justiça pela extrajudicialização tendo em vista que o monopólio judicial tem se mostrado insuficiente para o atendimento da grande quantidade de demandas que dia após dia batem às suas portas.

Palavras-chave: Inventário. Testamento. Extrajudicialização. Direito de Família.

A IN(CONSTITUCIONALIDADE) DO ABORTO NO BRASIL- UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS CASOS

SEBASTIÃO, Anna Victória; MAGALHÃES, Guilherme; CARVALHO, Miriã; CARMO, Pedro
FERRER, Leandro

INTRODUÇÃO

O Código Penal Brasileiro prescreve que é crime cometer o aborto, nos casos provocado pela gestante ou com seu consentimento (Art.124, CP) e provocado por terceiro, com (Art.126,CP) ou sem (Art.125,CP) o consentimento da gestante. Ocorre que, com fulcro no artigo 128 do Código Penal não se pode punir o Aborto Necessário e Aborto resultante de Estupro. Também de acordo com a resolução do STF, ADPF 54/DF, tem-se a permissão para realização do Aborto nos casos de Feto Anencéfalo. A escolha desta tese é fundamentada no pressuposto de que o aborto é um tema cercado de tabus. Assim, o presente trabalho partiu da necessidade de se entender por que um tema tão debatido desde a Grécia Antiga, ainda hoje é tão pouco comentado, o que coopera para que muitas mulheres realizem o aborto clandestinamente, uma vez que os caos legais são restritos. Dessa forma, observa-se a extrema importância de uma sociedade consciente acerca de que o aborto é uma prática de alto risco, se realizada fora dos parâmetros legais. O objetivo geral deste trabalho delinea-se na In(constitucionalidade) do Aborto no Brasil. Por conseguinte, o objetivo específico traz o conceito de aborto, os casos legais e ilegais da prática no Brasil, faz uma análise acerca da possibilidade de inclusão de novos casos, nos quais a prática do aborto seria permitida por lei, além de identificar quais são eles.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a produção do trabalho consiste em pesquisa baseada em fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, utilizando livros, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisas estatísticas, legislações vigentes e jurisprudência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1- Processos por Aborto

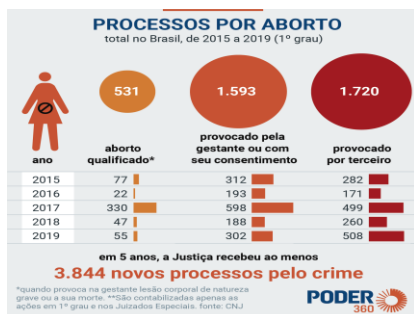


Figura 2- Mulheres atendidas pelo SUS



Fonte: Poder 360, 2022.

Fonte: Redação da RBA, 2022.

Observa-se nas imagens acima que a maioria dos processos de aborto são cometidos por terceiros. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) cerca de 55 milhões de abortos ocorreram no mundo, entre 2010 e 2014, e 45% destes foram inseguros. A cada dois dias, uma mulher morre vítima de aborto inseguro no Brasil. Todos os anos, ocorrem 1 milhão de abortos clandestinos. São 250 mil internações no SUS (Sistema Único de Saúde) e R\$ 142 milhões gastos por causa de complicações pós-aborto. Logo, verifica-se que é de suma importância uma pesquisa aprofundada sobre a (In)constitucionalidade do Aborto no Brasil.

Figura 3: Pesquisa de Campo



Esta pesquisa foi realizada entre os dias 18 de abril a 02 de maio de 2022 sobre a (In)constitucionalidade do Aborto no Brasil: Uma análise sobre a possibilidade de inclusão de novos casos. Foram disponibilizadas aos participantes as seguintes informações acerca da prática do Aborto no Brasil: "**CASOS LEGAIS**: artigo 128 do CP: *não se pune o aborto praticado por médico: **ABORTO NECESSÁRIO** I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; **ABORTO NO CASO DE GRAVIDEZ RESULTANTE DE ESTUPRO** II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.* O Supremo Tribunal Federal, na arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 54, julgou **procedente o abortamento nos casos de anencefalia**, reconhecendo direito de escolha da gestante, que poderá optar em realizar o abortamento ou não, sendo necessário apenas laudo médico simples."

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, após uma análise mais aprofundada acerca do *aborto* no Brasil e a possibilidade de permissão e inserção de novos casos à legislação vigente, conclui-se que muito ainda deve ser questionado acerca desta prática no país. Aliás, depreende-se a importância de uma vida ser gerada com segurança e dignidade, em contra partida, à conscientização da população sobre os riscos do aborto clandestino que leva várias mulheres a óbito todos os anos no país.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Flávio Monteiro de. Direito penal, parte especial. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54. Distrito Federal. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 12 de abril de 2012. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- FRANCO, Alberto Silva et. al. Código Penal e sua interpretação, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007;
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 10.ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2010.

A TRIÁDE DE MACDONALD: COMPORTAMENTOS QUE PODEM PREDIZER QUEM SERÁ UM ASSASSINO

Rodrigues, Stéphanhy Beatriz dos Santos; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

Psicólogos forenses e criminologistas tentam há décadas descobrir traços comportamentais que ajudem a prever se alguém se tornará um futuro matador em série. Ideia por trás disso é que, se for possível identificar tais indivíduos ainda na infância, pode ser possível impedir, meio de terapia, tratamento e reabilitação que estes alcancem o pico da criminalidade na idade adulta. Dentro deste contexto, a Triáde de Macdonald, também conhecida como Triáde Sociopata ou Triáde Homicida, consiste em um modelo proposto pelo psiquiatra forense John Marshall MacDonal que se baseia na ideia de que os sociopatas apresentam três traços em comum: a crueldade contra animais, sobretudo os de estimação; piromania (atração pelo fogo e pela produção de incêndios); e a enurese (urinar na cama). Assim, sendo, o objetivo do presente trabalho é analisar a Triáde de Macdonald e explicá-la à luz da moderna Criminologia, apresentando como exemplos alguns casos notórios de criminosos sociopatas.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais.

Resultados e discussão

Na década de 1960 Macdonald originalmente desenvolveu sua teoria com cinco comportamentos: histórico de grave abuso parental; extrema sedução materna; piromania; crueldade contra animais e enurese, mas ao longo de anos de estudo, a teoria ficou reduzida aos três últimos (MACDONALD, 1963). Macdonald indica de crianças que são humilhadas por outros por longos períodos de tempo por parte de adultos mais velhos ou autoritários, contra os quais não podem retaliar, expressam suas frustrações em animais para descarregar sua raiva em algo mais fraco e indefeso (SANTORO, 2022). Já em relação à piromania, Macdonald indica que ser uma manifestação física da raiva interna e da falta de controle; iniciado um incêndio, algumas crianças têm uma conexão inconsciente com a destruição e falta de controle causada pelo fogo. Por fim a enurese que ocorre continuamente após os cinco anos é um sinal de que a criança está

cronicamente estressada ou ansiosa e que faz com que ela se sinta envergonhada, o que alimenta sentimentos de ódio e agressão (PRADO, 2018).

Depois que Macdonald destacou esses três comportamentos e os rotulou como os “principais preditores de comportamento violento em série”, psicólogos e criminologistas passaram a trabalhar para entender o fenômeno sendo, ainda atualmente, objeto de discussão acadêmica.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

MACDONALD, John M. **The theat to kill**. 2010. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicine, University Of Otago, Dunedin, 2010. Disponível em: <https://ourarchive.otago.ac.nz/bitstream/handle/10523/8354/MacdonaldJohnM1966MD.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2022.

PRADO, Vitória Campos. **Serial Killer**: reflexão da psicanálise e da criminologia. 2018. Disponível em: <https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2018/trabalho-1000000811.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

SANTORO, Clarice. **Triade psicopatológica**: verdade ou lenda?. 2022. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/triade-psicopatologica/>. Acesso em: 13 out. 2022.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA EM RELAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Amaral, Alexssandra, Amaral, Rony

Introdução

O presente trabalho se dedica a tratar do instituto do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), sob a égide dos princípios processuais previstos na Constituição Federal. A partir do movimento do constitucionalismo, fenômeno que atingiu aos ordenamentos jurídicos de forma global, sobretudo, no Brasil, onde cada vez mais os princípios tomam força normativa, a análise dos institutos jurídicos passa por uma filtragem que não escapa aos princípios constitucionais.

Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, foi desenvolvida pesquisa acadêmica, a qual teve por metodologia a bibliográfica, adotando-se fontes como doutrinas e a legislação nacional.

Palavras-chave: Acordo. Não persecução. Penal. Processo. Princípios.

Resultado

O ANPP pode parecer bom em um primeiro, afinal, sua consequência prática é a de que o processo penal não será iniciado e, com isso, o investigado se vê livre de eventual condenação penal. No entanto, mesmo diante dos benefícios ofertados, não se pode perder de vista que a CF/88 impõe direitos fundamentais a serem garantidos em qualquer procedimento, como a presunção de inocência, a não autoincriminação, o devido processo legal, os quais devem ser assegurados mesmo em uma tratativa aparentemente benéfica.

A partir desta premissa é que vêm surgindo as diversas discussões que permeiam o instituto do ANPP e sua aplicabilidade, as quais passam a ser objeto de estudo desta monografia.

Discussão

O trabalho tem por escopo a tratativa do instituto despenalizador do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), o qual passou a ser expressamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro a partir das reformas trazidas pela lei nº 13.964/2019, mais conhecida por "Pacote Anticrime".

Para tanto, os itens a seguir se desdobram a definir seu conceito, procedimento e, por fim, quais os requisitos atualmente exigidos para a sua aplicação.

Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal. (BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689/1941).

Por fim, pode-se então conceituar o ANPP como sendo um mecanismo da justiça penal negociada, que visa promover um acordo entre o Ministério Público, órgão titular das ações penais públicas, para com o infrator, antes mesmo de que seja instaurada uma nova demanda de natureza penal, promovendo soluções diversas daquelas tradicionalmente previstas, a exemplo do cárcere, difundindo a ideia de uma reaproximação da política criminal ao processo penal, por meio da adequação deste à realidade criminal do país.

Conclusão

Para tanto, deve ser observado o procedimento e os requisitos que permitam a sua aplicação, dentre eles: a) subsidiariedade - só há falar em aplicação do ANPP quando os demais institutos despenalizadores se demonstrarem incabíveis ou inviáveis; b) infração penal com pena máxima em abstrato menor do que 4 (quatro) anos de reclusão - a ideia é estender o institutos aos crimes não considerados de maior gravidade; c) ausência de violência ou grave ameaça - não se verifica proporcionalidade em oferecer um meio despenalizador para crimes que envolva agressão física ou moral contra a pessoa, sendo afastado diante de tal circunstância; d) confissão formal e circunstanciada - não basta desejar as benesses do instituto, mas também deve-se ter em conta que este pressupõe a confissão do crime, bem como de todas as suas circunstâncias; e) não incidência do benefício em crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar contra a mulher - bem agiu o legislador ao resguardar por maior segurança às mulheres, diante da realidade criminal do país que, em muito, assola estas vítimas;

Note-se que, ao longo dos estudos foram destacados maiores detalhes quanto aos requisitos e procedimentos, tendo sido destacados no parágrafo anterior aqueles que parecem ter mais destaque na doutrina e na jurisprudência, tendo em vista serem os mais debatidos.

Por fim, o último capítulo tratou da relação do ANPP para com os princípios constitucionais da presunção de inocência, da não autoincriminação e do devido processo legal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689/1941 CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 24ª edição. São Paulo, Editora Saraiva, 2017 VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. A origem romana dos artigos 217º e 218º do Código Civil português: a declaração negocial tácita eo valor do silêncio como meio declarativo.(Belém-Pará, 2016). FUNDAMENTOS ROMANÍSTICOS DEL DERECHO CONTEMPORÁNEO, p. 697-704, 2021.

MILHOMEM, Leonardo Dantas; SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIADA COMO RESPOSTA PENAL ALTERNATIVA. Revista de Processo| vol, v. 318, n. 2021, p. 51-74, 2021.

ALIENAÇÃO PARENTAL AOS OLHOS DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Silva, Andresa Maciel, Livio A. Bacci

Introdução

Essa pesquisa aborda o tema referente a Alienação Parental aos olhos da legislação, doutrina e jurisprudência brasileira, tendo em vista que a alienação parental é situação cada vez mais corriqueira na vida da família e sociedade brasileira, o que demonstra a necessidade de se buscar formas de 'diagnóstico' e as medidas cabíveis e efetivas para solução do problema e atenuação de suas consequências na vida dos envolvidos.

A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o entendimento da sociedade em relação a alienação parental e suas consequências jurídicas e emocionais, pois o assunto se torna cada vez mais corriqueiro na vida da sociedade contemporânea.

Valenciano (2015) relata que o termo alienação parental foi criado na década de 1985 pelo professor de psiquiatria clínica da Universidade da Columbia, Richard Gardner, como "Síndrome da Alienação Parental" ou até mesmo "Implantação de Falsas Memórias", são termos usados para se referir ao distúrbio no qual a criança ou adolescente sofre, de forma contínua quando seus genitores se separam, e um deles, normalmente aquele que tem a guardada criança, passa a usá-la para romper os laços afetivos com o ex-cônjuge, trazendo assim para aquela, fortes sentimentos de ansiedade, temor, frustração e rejeição em relação ao outro genitor alienado.

A Síndrome de Alienação Parental –SAP, chamada por alguns de "implantação de falsas memórias", é o termo usado pelo psiquiatra Richard Gardner, em 1985, para definir o processo que consiste o condicionamento da criança ou adolescente, pela mãe ou pai, a romper os laços afetivos com o outro genitor, criando uma imagem destrutiva deste, causando ao menor dano psíquicos irreversíveis, com trágicas consequências. (GARDNER, 2002, p.45) Para esse estudo foi adotada pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica.

Os objetivos propostos para guiar essa pesquisa foram: analisar os efeitos jurídicos e sociais que a Alienação Parental acarreta na sociedade e na justiça brasileira, com a finalidade de identificar os direitos e deveres dos genitores, e do menor envolvido, consequências e prejuízos às partes envolvidas; demonstrar a ampliação do conceito Família na atualidade e seu respaldo na Constituição Federal do Brasil; definir conceito de Alienação Parental e diferenciá-la de Síndrome da Alienação Parental (SAP) a fim de abordar as consequências psicológicas e emocionais na

criança ou adolescente que de algum modo foi influenciada a repudiar um dos genitores sem uma razão justificada.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais.

Resultados e discussão

O termo *alienação* parental foi criado na década de 1985 pelo professor de psiquiatria clínica da Universidade da Columbia, Richard Gardner, com o nome de "Síndrome da Alienação Parental" ou "Implantação de Falsas Memórias". Esses termos eram usados para se referir ao distúrbio sofrido pela criança ou adolescente quando seus genitores se separam e um deles, normalmente aquele que tem a guarda da criança, passa a usá-la para romper os laços afetivos com o ex-cônjuge, trazendo assim para aquela, fortes sentimentos de ansiedade, temor, frustração e rejeição em relação ao outro genitor alienado. A criança é induzida ou programada a repugnar o outro genitor, gerando uma grande confusão e contradições de sentimentos, levando a destruição do vínculo afetivo (VALENCIANO,2015).

Neste mesmo sentido Dias(2011, p.463)dispõe:

A alienação parental nada mais é do que 'uma lavagem cerebral' feita pelo guardião, de modo a comprometer a imagem do outro genitor, narrando maliciosamente fatos que não ocorreram ou não aconteceram conforme a descrição feita pelo alienador.

Essa "lavagem cerebral", como Dias deixa claro em sua fala, tem o propósito de destruir boas lembranças e persuadir os filhos a confiarem apenas numa versão dos fatos.

Na mesma sucessão de pensamento de Dias, Duarte (2009, p. 54)declara:

É importante lembrar que, por um lado, o genitor alienador, ao abusar do poder parental, o genitor alienador busca persuadir os filhos a acreditar em suas crenças e opiniões. Ao conseguir impressioná-los, leva-os a se sentirem amedrontados na presença ou não do guardião.

Valenciano (2015) relata que os casos mais frequentes de alienação parental, e assim mais fáceis de serem identificados, ocorrem nos processos judiciais litigiosos envolvendo a guarda ou visita dos filhos. Quando há o rompimento da vida conjugal, normalmente em situação de litígio, essa situação pode gerar em um dos genitores sentimentos de mágoa, rancor, abandono e, em consequência, uma vontade de tentar punir e prejudicar o ex. Assim, tenta de algum modo o ferir em um processo de desmoralização e descrédito perante o filho.

Na observação de Madaleno (2013 p.44-81):

A alienação é obtida por meio de um trabalho incessante, muitas vezes sutil e silencioso, por parte do genitor alienador, trabalho que requer tempo, e esta é uma estratégia de alienação, o efeito perverso da alienação parental decorre do ato inconsciente de rejeição da criança ao progenitor alienado, provocando irrecuperáveis prejuízos às relações de contato e de convivência do filho alienado com seu genitor visitante.

Diante das citações dos estudiosos Valenciano e Madaleno, conclui-se que o prejuízo ao indivíduo menor não é avaliado pelo alienador, apenas seu intuito de ferir o outro genitor ou obter de forma errônea a confiança do filho.

Em nosso ordenamento jurídico a Lei Federal nº. 12.318/2010, no caput do artigo 2º, define com clareza e objetividade a Alienação Parental:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Como se pode verificar, o legislador definiu como alienador aquele que pratica os atos da alienação parental, podendo ser por um dos genitores, ou mesmo pelos avós da criança ou adolescente, ou até mesmo por terceiros tutores.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados.

Referências

VALENCIANO, Bruno de Almeida. ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA SÍNDROME. Monografia apresentada ao Departamento do Curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis -IMESA e à Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA.2015. Disponível em:

<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111401692.pdf>>. Acesso em: 20abr. 2020.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D.M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. Síndrome da alienação Parental. O que é isso? In: Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos.Org.APASE Associação de Pais e Mães separados. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. Artigo do livro: Atualidades do Direito de Família e Sucessões.São Paulo: Datadez, 2009.

MADALENO, Rolf. Síndrome da Alienação Parental. Rio de Janeiro: Gen Forense, 2013.

AS PRERROGATIVAS DO PODER PÚBLICO EM JUÍZO FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE PROCESSUAL, RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E ISONOMIA

Souza, Thainara Aparecida, Vianna, Geraldo Luiz

Introdução

O presente estudo tem como foco principal abordar as prerrogativas e possíveis privilégios do poder público em juízo, frente aos princípios processuais da efetividade, razoável duração do processo e isonomia. Inúmeros são os dispositivos que tratam das prerrogativas do Poder Público em juízo em face do particular, como, por exemplo, prazos em dobros para manifestações, reexame necessário, efeitos da revelia, além do regime de precatórios.

Deste modo, discutir sobre tais prerrogativas frente aos princípios processuais justifica-se para identificar se essas são em determinadas situações, utilizadas inadequadamente, de modo a configurar vantagens desnecessárias ao ente público, o que traz insegurança jurídica, ferindo o Princípio da Isonomia, bem como atrasando o rito processual, o que fere também, o Princípio da Efetividade processual e razoável duração do processo, que é um direito fundamental do indivíduo. O tema em questão, portanto, se mostra de extrema relevância, uma vez que contribui para a efetividade e prestação jurisdicional que reflete também, na isonomia do processo.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as prerrogativas do Poder Público em Juízo e identificar possíveis privilégios. Para alcançar o objetivo geral do estudo, foram traçados objetivos específicos, tais como conceituar Poder Público em Juízo, Definir Princípio da Efetividade Processual, isonomia e da razoável duração do processo, identificar as prerrogativas do Poder Público quando parte na relação processual e analisá-las diante dos mencionados princípios.

Materiais e Métodos

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada, de caráter exploratório. A pesquisa também utilizará do método descritivo, que visa não só relacionar as variáveis de análise central, mas também apresentar subsídios de informação que possam servir de diretrizes para ações de transformação da realidade.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica. Como fontes de pesquisa, a fim de colher o referencial teórico, serão utilizados livros, artigos e sites, que estão relacionados ao tema.

Resultados e discussão

Embora apareça no Código de Processo Civil de 2015, a expressão Fazenda Pública não possui um conceito pelo ordenamento jurídico brasileiro, sua definição encontra-se na doutrina. Sendo assim, o termo Fazenda Pública é utilizado para se referir a atuação do Estado em juízo, o que se dá o entendimento da sua personificação. O presente trabalho analisa, de uma forma geral, a relação da personificação do Estado frente ao particular.

O ordenamento jurídico é composto de princípios, sendo eles um alicerce do sistema jurídico, pois são deles que se extraem a melhor compreensão das normas jurídicas. Todavia, embora possua caráter de norma jurídica, sua imperatividade e obrigatoriedade parecem estar de lado quando se trata da Fazenda Pública.

Diversas são as prerrogativas concedidas à Fazenda, dentre elas os prazos dobrados para manifestações nos autos, o reexame necessário, ou seja, uma espécie de “revisão obrigatória” das decisões em seu desfavor, a não aplicação da revelia, não se aplicando, portanto, a presunção de que os fatos alegados pelo particular, autor da ação, são considerados verdadeiros, quando ausentes a manifestação do ente público. Além disso, o regime de precatórios também é mais uma das prerrogativas da fazenda pública, haja vista que o particular apenas possui a certeza do valor a ser pago, todavia a total incerteza quanto ao momento de seu pagamento.

As referidas prerrogativas justificam-se pelo princípio da supremacia do interesse público, pois estes visam o interesse da coletividade, o bem comum, devendo, portanto, ser preservado e ter preferência face ao interesse particular. O grande problema é que nem sempre a Fazenda pública atua no real sentido do interesse da coletividade, também chamado de interesse público primário, mas sim para interesse do próprio ente, denominado, interesse público secundário.

Partindo desse pressuposto, são violados princípios constitucionais como o princípio da isonomia, na medida que o particular acaba por ficar em uma posição de desvantagem face ao ente estatal,

aparentemente ferindo a efetividade da tutela jurisdicional pretendida, bem como a razoável duração do processo, uma vez que há uma demora exacerbada no andamento processual e consequentemente na solução das lides que envolvem a Fazenda Pública.

Conclusão / Considerações finais

Conforme apresentado anteriormente, as prerrogativas da Fazenda Pública em juízo são de extrema necessidade quando visam a defesa de interesse público primário, fazendo-se valer do Princípio da Supremacia do Interesse Público. Entretanto, tornam-se incompatíveis e desnecessárias quando o interesse deixa de ser o coletivo, e passa a ser do próprio ente, ou seja, interesse secundário. Logo, as prerrogativas da Fazenda Pública em juízo são consideradas privilégios frente ao particular, violando, ao menos em tese, o direito constitucional à efetividade e razoável duração do processo.

Por fim, conclui-se que as prerrogativas da Fazenda Pública são imprescindíveis quando de fato é utilizada para efetivamente defender o interesse coletivo. Contudo, tais prerrogativas desigualam as armas no âmbito processual jurídico frente ao particular, que por sua vez pode ter prejuízos, quando inobservados os já mencionados Princípios da Efetividade, Razoável Duração do Processo e, também, da Isonomia.

A solução proposta para este problema seria, portanto, a revisão legislativa para excluir os privilégios processuais subjetivos da Fazenda Pública em juízo, sem uma necessidade concreta, trazendo um tratamento mais isonômico e, consequentemente, contribuindo para a efetividade e razoável duração do processo.

Referências

BRASIL. LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa. Disponível em: L8429 (planalto.gov.br). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Lei Federal Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: L10406compilada (planalto.gov.br). Acesso em: 31 ago. 2022.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 17. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2020.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil. 55. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42. Ed. São Paulo: Malheiros, 2015

MELLO, Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 27. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: ANÁLISE DE IDENTIFICAÇÃO DO ASSÉDIO

Tamires Silva Sanchez, Lívio Agnew Bacci

Introdução

A presente pesquisa visa analisar a atual situação de assédio moral no ambiente de trabalho, com foco entre hierárquicos ou até mesmo entre colegas de trabalho.

Assédio é o termo utilizado para designar toda conduta que cause constrangimento psicológico ou físico à pessoa.

Caracteriza-se o assédio moral por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que tenta contra a dignidade psíquica do trabalhador, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o mesmo a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tenha por efeito excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada e no exercício de suas funções.

A modalidade do assédio proveniente da hierarquia, como assédio vertical descendente, ou seja, procedimentos abusivos de um superior para com um subordinado. A subordinação hierárquica pode induzir o superior a tirar partido de seu poder abusivo, tendo o prazer em submeter o subordinado a sua vontade.

Vários fatores levam as vítimas a sujeitarem ao assédio no ambiente de trabalho, sendo alguns deles, a qualificação profissional, a hipossuficiência financeira da classe trabalhadora, alto índice desemprego entre outros.

Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) apontam que, somente em 2021, foram ajuizados, na Justiça do Trabalho, mais de 52 mil casos relacionados a assédio moral em todo o país, nos anos de 2.020 e 2.021, a redução de casos novos em geral, pode estar relacionada à pandemia. O Tribunal Superior do Trabalho em conjunto com o Núcleo da Saúde, através de cartilhas, vídeos e palestras vem chamando a atenção para a importância de ações a desmotivar condutas abusivas e danosas à dignidade e integridade das pessoas no seu ambiente de trabalho.

O objetivo do trabalho é analisar o índice de ocorrências no Brasil, as causas que levam ao cometimento de tal violência, as consequências a vida pessoal e profissional do trabalhador e as consequências jurídicas para com o agressor e o amparo a vítima.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes além de jurisprudências.

Resultados e discussão

O assédio vertical descendente, aquele proveniente de seu hierárquico, qualificado como condutas abusivas, constrangedoras e humilhantes, acarretando prejuízo psíquico muitas das vezes irreparáveis.

É possível identificar condutas de assédio moral interpessoal cometidas por hierárquico, a qual o poder judiciário já tem reconhecido.

Entre variadas situações identifica-se a conduta de impor tarefas inúteis ou impossíveis de se realizar, rigor excessivo, críticas e xingamentos públicos, ameaças, isolamento, inatividade, divulgação de problemas pessoais ou de doença, informação da vida íntima do empregado, ironias, sarcasmos, coações públicas, difamação, exposição ao ridículo, palavras ou gestos que oprime, diminui, atos em que a vítima passa a sentir culpabilidade ou merecedora de tal ofensa, entre outras.

Recentemente no Brasil o Deputado Federal André Janones foi denunciado por seu ex assessor Fabrício Ferreira, pela prática de assédio moral para com seus assessores, utilizando-se da mídia apresentou printe de conversas do WhatsApp de Janones com seus subordinados, nessas conversas identifica-se situação de assédio moral por parte do acusado, cometendo graves ofensas, desprezo, tortura psicológica para com seus assessores.

As duras e pesadas palavras utilizadas pelo hierárquico para se comunicar com seu subordinado pode acarretar sérios danos psicológicos e traumas muitas das vezes irreversíveis, a maioria dos casos a vítima assediada necessita de tratamentos terapêuticos e uso de medicamentos com objetivo de recompor o equilíbrio emocional da vítima.

Apesar de não existir lei específica de âmbito nacional tratando de assédio moral no trabalho há um conjunto de normas que sustenta a ilicitude da conduta.

O Código Penal não prevê uma tipificação específica para esse tipo de prática. Contudo, autoriza que a conduta do agressor se encaixe nos chamados crimes contra a honra, tais como a difamação e injúria, e até mesmo constrangimento ilegal e ameaça.

A Carta Magna em seu artigo 1º, inciso III, menciona a dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos do Estado.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana.

Ainda na referida Carta acrescenta no artigo 5º, inciso III, repudia a tortura, o tratamento desumano ou degradante.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Há um Projeto de Lei (PL) Nº 4.742/2021 em andamento que tipifica o assédio moral no trabalho como crime, estabelecendo pena de detenção de um a dois anos, além de multa.

A prática do assédio moral gera dano moral, obrigando o agressor repará-lo, geralmente por meio de pagamento de uma indenização, não há um valor predeterminado para a reparação do dano moral, tendo em vista que o juiz deverá determinar a quantia devida, de acordo com o caso concreto, mantendo a razoabilidade, ou seja, balanceando a proporção existente entre o dano suportado pela vítima e as responsabilidades do agressor. De qualquer forma o valor da indenização deve ser suficiente para repreender o agressor e servir como exemplo para evitar novas ocorrências desse tipo.

As vítimas de assédio moral no trabalho podem procura o Departamento de Recursos Humanos do Órgão (o sindicato da categoria), registrar boletim de ocorrência na delegacia ou nas Superintendências Regionais do Trabalho, é importante que a vítima denuncie, conseqüentemente uma forma de desmotivação a praticar a violência por agressores.

Conclusão / Considerações finais

O trabalho encontra-se ainda na fase de desenvolvimento, buscando a maior efetividade na análise do caso com objetivo de discorrer sobre eventuais conseqüências dos atos emanados pelo Tribunal. As conclusões serão apresentadas em forma de artigo científico.

Referências

CALVO, ADRIANA. Manual de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 6ª Edição, Ano 2022. E-book. Acesso em 17 de out. de 2022.

MODESTO, CELINA. Em 2021, Justiça do Trabalho registrou mais de 52 mil casos de assédio moral no Brasil. TRT-13 promove campanha sobre assédio moral e sexual durante mês de maio. <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/em-2021-justica-do-trabalho-registrou-mais-de-52-mil-casos-de-assedio-moral-no-brasil>. Acesso em 17 de out. de 2022.

NASCIMENTO, SÔNIA A. C. MASCARO. O assédio moral no ambiente do trabalho. Disponível em: <www.jus.com.br>. Acesso em 18 de out. de 2022.

TST, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO. Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral. Pare e Repare. Por um ambiente de trabalho mais positivo. <https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>. Acesso em 16 de out. de 2022.

ATIVISMO JUDICIAL E O ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO: OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO

Gabriel José Esteves Maciel, Ana Claudia Moreira Philippini

Introdução

O objetivo da pesquisa é analisar o ativismo judicial sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro. Buscando-se apresentar as noções gerais de ativismo e judicialização, bem como os limites de atuação do Poder Judiciário.

Pois, o constitucionalismo brasileiro, seguindo uma tendência mundial, passou-se a ser caracterizado pelo papel que o Poder Judiciário desempenha na definição de controvérsias sociais e políticas. Nesse diapasão, a atuação dos juízes e tribunais passam a ser compreendidas de duas formas: judicialização da política e ativismo judicial.

Para entender esse fenomeno que envolve a articulação entre os três órgãos do Estado, é mister distinguir essa duplice faceta que se visualiza nas mais interferências do Judiciário na sociedade contemporânea.

Por Judicialização entende-se a transferência de poder aos juizes e tribunais, os quais passam a decidir, não apenas com base naquele modelo positivista, compretido apenas com a segurança juridica a partir da observância da regra juridica e da excepcionalidade dos principios; mas através de uma nova ideologia fundada na alteração da linguagem, na ponderação dos valores, na argumentação, na participação social e, para as teorias mais avançadas, na filosofia do direito. É uma consequencia natural do constitucionalismo contemporâneo (MOREIRA, 2009, p.445).

O Ativismo Judicial, por sua vez, decorre de ação proativa dos órgãos do Poder Judiciário, voltados à ampla interpretação das normas constitucionais, com expansão de seu alcance e sentido. Buca-se a maxima extensão da normatividade constitucional, amplia o poder conferido ao Judiciário, tornando-se possível a concretização dos valores e fins constitucionais. No ativismo, há exercício deliberado de vontade política.

Materiais e métodos

A metodologia adotada é a revisão bibliográfica em livros, artigos e trabalhos acadêmicos. Utiliza-se, ainda, a pesquisa documental e jurisprudencial.

Resultados e discussão

A pesquisa encontra-se na fase da escrita e embasamento teórico, porém já pode-se compreender a definição dos termos: Ativismo e Judicialização. Ao diferenciar esses dois modos de atuação do Judiciário, é possível compreender que existem limites à atuação jurisdicional, o que é de suma importância para não caminharmos a uma Juristocracia e sim continuar e/ou aproximarmos a um Estado Democrático de Direito, no qual os direitos devem ser efetivados pelos representantes do povo, Legislativo e Executivo. E as decisões e ações desses poderes devem ser respeitadas pelo Judiciário, principalmente pela Corte Suprema. Quando houver violação da constituição, seja por ação ou omissão, o Judiciário deve então agir, mas desde que provocado.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem melhor apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

ARAUJO, Eugenio Rosa de. A Judicialização da Política e o Ativismo Judicial: Distinção, Causas e Perspectivas. Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 39-53, 20 ago. 2018

BARROSO, Luis Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. Do positivismo ao neoconstitucionalismo. 20 anos da Constituição Brasileira. Coordenação Eduardo Ribeiro Moreira e Márcio Pugliesi. São Paulo: Saraiva, p. 440-454, 2009.

STRECK, Lenio Luiz; TASSINARI, Clarissa; LEPPER, Adriano Obach. O problema do ativismo judicial: uma análise do caso ms3326. Revista Brasileira de Políticas Públicas, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 53-61, 6 jun. 2015. Mensal. Centro de Ensino Unificado de Brasília.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA, PROFILING E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: a necessária adequação legislativa como efetivação da proteção dos *ciberconsumidores* na era digital atual

FERNANDES, Dayra Carneiro BASSI, Livio Agnew

Introdução

O cenário amplamente virtual no qual o mundo se insere nos dias de hoje, fruto dos saltos tecnológicos apresentados dia após dia, denotam um grande avanço à sociedade em geral. Entretanto, em meio a todas as facilidades que a Inteligência Artificial e o *Big Data* oferecem, encontram-se, igualmente, questões que se apresentam nocivas aos indivíduos. O uso maciço e indiscriminado da informação a fim de se obter melhor performance e maior lucro pelas empresas tem incitado o debate acerca da discriminação algorítmica advinda da prática do *profiling*, que não apenas viola a autodeterminação informacional e privacidade dos *ciberconsumidores* como também destoa do arcabouço principiológico do direito consumeirista. É nesse sentido, portanto, que o presente artigo se propõe a analisar a prática da perfilização, popularmente conhecida como *profiling*, e o potencial discriminatório nela contido, de modo a evidenciar que uma regulamentação jurídica mais robusta apta a dar o devido respaldo aos *ciberconsumidores*, embora latente, se faz premente na era digital da atualidade. Num primeiro momento, serão abordados os conceitos de capitalismo de vigilância e perfilização, caminhando, na sequência, para uma breve análise do Código do Consumidor pátrio e para a demonstração da discriminação por algoritmos que o *profiling* pode ensejar para, mais adiante, apontar as lacunas existentes na Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e a necessidade de sua superação.

Materiais e métodos

A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa por meio de revisão de material bibliográfico referente ao tema proposto.

Resultados e discussão

A nova era capitalista que tem se instalado, qual seja, Capitalismo de Vigilância, é tratada por Castells (1999) como sendo aquela em que, diante da virtualidade do mundo contemporâneo, tem como ingrediente principal a informação. Assim, os algoritmos, que funcionam como verdadeiras ferramentas desse novo modelo capitalista, têm encontrado campo fértil de atuação no que diz respeito à criação de perfis de consumo para alavancar lucros de empresas.

A essa prática é dado o nome de *profiling*, a qual, segundo Hildebrandt apud Zanatta (2019, p. 05), caracteriza-se como “um processo de descoberta de conhecimento em bases de dados, na qual a mineração de dados (*data mining*) é parte” e se utiliza de “máquinas pré-programadas para recuperar correlações inesperadas em massas de dados agregados em grandes bancos de dados”. O *profiling*, então, é usado não apenas para descobrir, mas conhecer, em escala massiva e de forma aprofundada, os dados dos *ciberconsumidores*, quase como uma overdose de informações a respeito de seus movimentos, interações, hábitos, preferências, etc. (HILDEBRANDT apud ZANATTA, 2019).

Segundo Bioni (2019), isso tem repercutido de forma significativa na esfera pessoal do indivíduo. É uma das consequências mais gravosas da perfilização talvez esteja na discriminação para a qual ela pode contribuir ao traçar padrões de comportamento para classificar os indivíduos a partir de categorias pré-estabelecidas, muitas vezes enquadrando-os em um grupo do qual tenha sido traçado um perfil com conotações negativas (RODOTÁ, 2008).

Desse modo, considerando que o Código do Consumidor estabelece, logo em seu art. 4º, que tem por objetivo “o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, [...] a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações” (BRASIL, 1990), a utilização dos algoritmos para gerenciamento e tratamentos de dados com a intenção de traçar perfis de consumo, enquadrando-os em determinadas categoriais que, mais tarde, servirão de parâmetro para permissão/negação de determinado serviço, denuncia a existência de lacunas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a esse respeito. Não obstante o art. 5º do referido texto normativo tenha cuidado de conceitos como dados pessoais, dados pessoais sensíveis, tratamento, titular, controlador, operador, encarregado, anonimização, consentimento, bloqueio, consentimento, transferência internacional, relatório de impacto à proteção de dados, nada trouxe expressamente acerca de perfilização (ZANATTA, 2019).

Com vistas a garantir os princípios de proteção ao *ciberconsumidores*, sobretudo o da autodeterminação informacional decorrente da própria privacidade, a superação dessa lacuna torna-se imperiosa, principalmente ao se considerar a condição de hipossuficiência relacional de que são dotados esses indivíduos, a salvaguarda a liberdade de escolha, igualdade nas contratações, proteção contra a publicidade abusiva, métodos comerciais coercitivos ou

desleais que o CDC lhes confere (BRASIL, 1990) e mais, o próprio princípio basilar da República: a dignidade da pessoa humana.

Nesse passo, uma *comunicação normativa* entre Constituição Federal, LGPD e CDC que sirva de instrumento eficaz de prevenção/redução dessa prática -que se denota quase que coercitiva-, torna-se urgente, uma vez que a tecnologia tenderá cada vez mais a alavancar seus mecanismos a fim de alcançar performances mais inteligentes, no que reside, portanto, a necessidade de um arcabouço legislativo capaz de acompanhar, na mesma toada, a concretização da tutela dos direitos consumeiristas.

Conclusão

Trata-se de pesquisa em andamento, cujas conclusões serão apresentadas na forma de artigo científico como requisito parcial para a conclusão do bacharelado em Direito.

Referências

BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 10 out. 2022.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz&Terra, 1999.

RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ZANATTA, Rafael. Perfilização, Discriminação e Direitos: do Código de Defesa do Consumidor à Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/3234m6amgh0o1y1/2019.%20Rafael%20Zanatta.%20Perfilizac%20%20C3%A3o%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20e%20direitos.pdf?dl=0> Acesso em: 10 out. 2022.

CASO CHICO PICADINHO: O DIREITO DE LIBERDADE DO INTERDITADO VERSUS A SEGURANÇA SOCIAL

Carneiro, Iasmine Milene Porto Carneiro; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

Em 1966, Francisco Costa da Rocha matou e esquartejou o corpo da bailarina austríaca Margareth Suida. Condenado a 18 anos de reclusão pela prática de homicídio qualificado, Francisco fica oito anos preso. Em 1976, dois anos e cinco meses depois de ter conseguido a liberdade, mata Angela Silva, uma prostituta de 34 anos, utilizando-se de idêntico e cruel *modus operandi*, fato que o fez ficar conhecido pelo apelido de “Chico Picadinho”. Condenado a 22 anos e seis meses de reclusão, teve a punibilidade extinta em junho de 1998; no entanto, permanece ainda sob a custódia do Estado, por força de decisão em processo de interdição. O presente artigo, fundado em pesquisa bibliográfica, busca realizar uma articulação entre estudo de caso Chico Picadinho e a forma como o sistema punitivo brasileiro cuida do psicopata homicida, tendo como objetivo específico analisar a decisão judicial do Tribunal de Justiça de São Paulo que entendeu que a interdição de doente mental com patologia gravíssima não consiste em pena perpétua.

No ordenamento jurídico pátrio não existe uma lei específica ao tratamento jurídico dado dos aos psicopatas, o que torna este tema de grande relevância. Diante de tal contexto, no trabalho em forma de artigo científico, já concluído foi primeiramente abordado o conceito de doença mental e seus reflexos no âmbito penal. Na sequência, foram apresentadas as consequências e as medidas de segurança que são impostas ao indivíduo considerado inimputável. Por fim, foram apresentadas a vida, os crimes cometidos e as prisões de Francisco Costa Rocha, conhecido como Chico Picadinho.

Palavras-chave: Psicopatia. Pena perpétua. Direito de liberdade. Segurança Social. Caso Chico Picadinho.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes além de jurisprudências.

Resultados e discussão

Doenças mentais, se diagnosticadas, sujeitam o réu a medidas tanto na esfera processual quanto na penal que levam ao mesmo resultado, ou seja, à internação.

No âmbito penal, doença mental pode ser definida como:

É toda manifestação nosológica, de cunho orgânico, funcional ou psíquico, episódica ou crônica, que pode, eventualmente, ter como efeito a situação de incapacidade psicológica do agente de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (Führer, 2000, p. 55).

No mesmo sentido, Capez (2022) define as doenças mentais, na esfera criminal, como sendo a perturbação mental ou psíquica que, de qualquer modo, tem a capacidade de eliminar ou afetar a aptidão do agente de entender o caráter ilícito do fato e de se autodeterminar de acordo com esse entendimento. Uma vez que tenha sido diagnosticada doença mental capaz de afetar de forma total ou parcial a capacidade psicológica do agente, este não pode ser considerado culpável (CUNHA, 2022).

Conclusão / Considerações finais

O presente trabalho buscou abordar as divergências entre a prática judiciária e a doutrina no que diz respeito ao tratamento dispensado ao criminoso psicopata, sendo abordado um caso específico onde o inimputável ainda se encontra em cumprimento de medida de segurança. Concluiu-se ser nítida a inexistência de lei específica para o tema em questão de modo que, na lacuna legal, em casos tais como o de Chico Picadinho, no conflito de direitos individuais do custodiado e a segurança social, o Judiciário tem optado por favorecer este último.

Referências

- CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 26ª Edição, volume 1, São Paulo. Editora Saraiva, 2022
- CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: parte geral. Salvador, Jurispodium, 2022.
- FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Tratado de inimputabilidade no Direito Penal. São Paulo, Editora Malheiros, 2000.

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Toledo, Joyce Pereira; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

O caso da favela Nova Brasília se refere às chacinas ocorridas durante operações policiais na comunidade de Nova Brasília, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1994 e 8 de maio de 1995. No total, foram 26 pessoas vítimas de homicídio e três mulheres vítimas de violência sexual. As ações e omissões do Estado brasileiro foram submetidas à Corte Interamericana de Direitos Humanos, ocasionando em condenação no dia 16 de fevereiro de 2017. Neste contexto, o objetivo principal do presente trabalho, a ser apresentado na forma de artigo científico, é demonstrar as violações de direitos humanos ocorridas no caso, analisar a sentença proferida pela Corte e por fim, as implicações da referida sentença em seu cumprimento, que tem como finalidade a garantia de “não repetição” dos crimes cometidos pela força policial brasileira.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes além de jurisprudências.

Resultados e discussão

O caso de Nova Brasília, fora submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, por se referir “[...] às falhas e à demora na investigação e punição dos responsáveis pelas supostas “execuções extrajudiciais de 26 pessoas” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 3)

Pondera-se que as “[...] mortes foram justificadas pelas autoridades policiais mediante o levantamento de “atas de resistência à prisão”. Alega-se também que, na incursão de 18 de outubro de 1994, três mulheres, duas delas menores, teriam sido vítimas de tortura e atos de violência sexual por parte de agentes policiais. Finalmente, se alega que a investigação dos fatos mencionados teria sido realizada supostamente com o objetivo de estigmatizar e revitimizar as pessoas falecidas, pois o foco teria sido dirigido à sua culpabilidade e não à verificação da legitimidade do uso da força.” (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2017, p. 3)

Nessa vertente, a Corte IDH está acompanhando o cumprimento da sentença imposta ao Brasil, e uma forma de verificar foi realizando audiência pública em 20 de agosto de 2021, conduzida pela presidente da Corte, juíza Elisabeth Odio Benito. Durante a audiência, “[...] o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, afirmou que a recorrência de eventos análogos ao caso da Favela Nova Brasília, como o ocorrido na comunidade do Jacarezinho, impõe ao Judiciário brasileiro delinear políticas que coíbam a prática de atos arbitrários por parte de agentes das forças de segurança pública e que contemplem medidas de combate ao racismo estrutural.” (MELO; HERCULANO, 2021)

E, por fim “[...] mostra-se necessária a criação de um órgão pericial independente em relação à Polícia Civil. Isto, tendo em vista que um dos principais problemas concernentes à violência policial em incursões da polícia civil é que a própria Polícia Civil conduz as investigações dos casos em que se supõe que um de seus membros é autor de violações de direitos humanos.” (GUEDES, 2022)

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2017. Caso favela Nova Brasília vs. Brasil. Sentença de 16 de fevereiro de 2017. Exceções preliminares, Mérito, Reparações e Custas. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

GUEDES, Luiza da Rocha. Criação de órgão pericial autônomo à luz do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-ago-01/luiza-guedes-favela-brasilia-vs-brasil>. Acesso em: 11 out. 2022.

MELO, J.; HERCULANO, L., C. Conselho Nacional de Justiça. Caso Favela Nova Brasília: CNJ apresenta à Corte IDH balanço sobre cumprimento de sentença. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/caso-favela-nova-brasilia-cnj-apresenta-a-corte-idh-balanco-sobre-cumprimento-de-sentenca/#:~:text=O%20caso%20se%20refere%20%C3%A0s,foram%20v%C3%ADtimas%20de%20viol%C3%A2ncia%20sexual..> Acesso em: 11 out. 2022.

CONFLITOS NO DIVÓRCIO: A EFETIVIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA COMO FATOR DE REDUÇÃO

Isaías de Lima Júnior, Marcos Antônio Pinto Teixeira

Introdução

Ainda nos dias de hoje, há muito que se falar na presença de conflitos inerentes ao divórcio, os quais podem ocorrer por diversos motivos, atrelando-se muitas vezes a questões patrimoniais, mas relacionando-se também com o exercício da guarda dos filhos, e com as questões emocionais e sentimentais intrínsecas aos genitores. Nesse sentido, a guarda compartilhada se apresenta como uma possível solução na busca pela diminuição dos conflitos, em especial, quando os genitores detentores da guarda unilateral fomentam a alienação parental, que pode ocorrer em qualquer ambiente, contudo, quando compartilhada a guarda, tal fato tende a não ser tão marcante.

O compartilhamento da guarda se dá através de uma divisão equilibrada de tempo entre ambos os genitores, visando a pacificação, e uma maior participação dos pais na vida de seus filhos, tendo por base o princípio do melhor interesse do menor, presente no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual determina o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar aos menores direitos essenciais, dentre os quais, destaca-se a convivência familiar, além de protegê-los de quaisquer danos físicos e morais (BRASIL, 1988).

Nesse raciocínio, vale também mencionar que, atualmente, se faz crescente o número de crianças sob a condição de guarda de ambos os pais, motivo pelo qual se verifica justificada a pertinência da presente investigação.

Isto posto, o presente trabalho objetiva primordialmente analisar a capacidade da guarda compartilhada em dirimir os conflitos inerentes ao divórcio, em outras palavras, visa investigar se a aplicação de tal modalidade nos casos concretos tem ou não o condão de diminuir os conflitos entre os genitores, objetivando suplementarmente, esclarecer conceitos relevantes para a compreensão dessa importante modalidade de guarda.

Metodologia

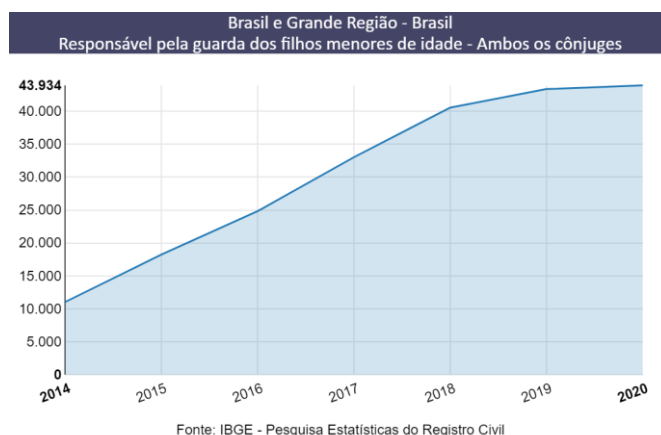
A metodologia adotada é a de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de livros, legislações vigentes, doutrinas, e amparado pelo levantamento de dados estatísticos fornecidos pelo IBGE.

Resultados e discussão

Frente a presença das divergências e conflitos de muitos pais que enfrentam dissoluções de seus relacionamentos conjugais, surge progressivamente no Brasil, o instituto da guarda compartilhada, na tentativa de apaziguar as relações, vindo a se revelar, com o passar do tempo, como sendo modalidade de guarda de excelsas virtudes, tornando-se a regra de aplicação no ordenamento pátrio.

É possível compreender que, a guarda compartilhada tem como um de seus efeitos, a médio prazo, o de transformar o pensamento dos genitores que enfrentam a dissolução, verificando-se uma verdadeira mudança de raciocínio, na qual os pensamentos de insatisfação e desconfiança diminuem, ou seja, ajuda na reconstrução da confiança, que muito provavelmente um dia existiu nessa relação. Sendo assim, compartilhar a guarda dos filhos cria uma abertura para que se possa restabelecer uma relação benéfica, e saudável para todos, beneficiando principalmente os filhos (ROSA, 2016).

A corroborar com esse entendimento, se faz oportuno analisar os mais recentes dados estatísticos do Registro Civil fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais informam a quantidade de casos nos últimos anos em que fora determinada a responsabilidade de guarda dos filhos menores para ambos os cônjuges, dentro dos divórcios concedidos em 1ª instância:



A partir dos dados fornecidos, depreende-se que de uma forma geral, nos últimos anos, a quantidade de casos nos quais os filhos menores se encontram sob o regime do compartilhamento da guarda por ambos os pais é crescente no Brasil, o que pode vir a ser interpretado como um sinal positivo, visto que, se o instituto da guarda compartilhada não tivesse eficiência em apaziguar as relações, sua aderência não seria tão flagrante e prolongada no Direito Brasileiro, revelando-se tal estatística como verdadeiro indício de eficácia dessa medida.

Considerações finais

Compreende-se que, se faz crescente a aplicação do instituto da guarda compartilhada, o qual atende, além de outras vantagens, uma especial, que é o melhor interesse do menor, ao garantir ao mesmo o seu direito a convivência familiar, previsto na Constituição Federal, evitando o distanciamento dos pais para com filhos, permitindo com que os genitores tomem decisões concernentes aos seus filhos em comum de maneira conjunta, semelhantemente a como era quando residiam juntos, sempre visando a aplicação dos direitos destes, e a manutenção dos laços de afetividade, conseqüentemente reduzindo os conflitos no divórcio.

Referências

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25. jul. 2022

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Divórcios concedidos em 1ª instância a casais com filhos menores de idade, e Número de filhos menores de idade dos casais envolvidos, por número de filhos menores de idade, responsáveis pela guarda dos filhos e lugar da ação do processo. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5936>. Acesso em 29. set. 2022.

ROSA, Conrado Paulino. Nova Lei da Guarda Compartilhada. São Paulo: Saraiva, 2015.

CRIME DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: MODIFICAÇÕES NA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE TRAZIDAS PELA LEI Nº 14321/22

Santos, Amanda Mendes dos; Philipini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

No ano de 2022 entrou em vigor a Lei nº 14.321, que inseriu o crime de violência institucional no corpo da Lei nº 13.869 de 2019 (Lei de Abuso de Autoridade). A alteração legislativa teve origem no Projeto de Lei nº 5.096/20 inspirado em notório caso de revitimização ocorrido no ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, envolvendo a *promoter* Mariana Ferrer. Durante o julgamento da ação penal em que figurava como vítima, Mariana teve sua dignidade sexual menosprezada pelos agentes públicos que atuaram no caso. Com a criação do novo tipo penal de violência institucional, previsto no art. 15-A da Lei de Abuso de Autoridade, se pretende coibir quaisquer atos comissivos ou omissivos praticados por agentes públicos que prejudiquem o atendimento às vítimas e às testemunhas. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho, ainda em desenvolvimento, a ser apresentado na forma de artigo científico, é analisar as implicações jurídicas da alteração sofrida pela Lei de Abuso de Autoridade com a inclusão do novo tipo penal.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes além de jurisprudências.

Resultados e discussão

O tema Abuso de Autoridade foi disciplinado em constituições brasileiras pretéritas, donde se percebe que se trata de questão relevante. Em 1824 com a promulgação da Constituição do Império, destaca-se a responsabilização de ministros por abuso de poder, bem como trazia a responsabilidade de todos os juizes de direito e oficiais de justiça pelos abusos de poder ou prevaricações que cometessem no exercício de suas funções. A Constituição Brasileira de 1891, por sua vez, trouxe, em seu artigo 72, a norma que: "É permitido a quem quer que seja representar, mediante petição, aos Poderes Públicos, denunciar abusos das autoridades e promover a responsabilidade de "culpados"(BRASIL, 1891). Já na Constituição Federal de 1934 vislumbra-se no artigo 175 que o Presidente da República seria responsabilizado civil ou

criminalmente pelos abusos que viessem a cometer (BRASIL, 1934). A Constituição de 1937 abordava o abuso de autoridade no que dizia respeito aos funcionários públicos conforme vemos em seu artigo 158: "Os funcionários públicos são responsáveis solidariamente com a Fazenda nacional, estadual ou municipal por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício dos seus cargos" (BRASIL, 1937). Destaca-se, ainda no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 4.898 de 1965 apontava que qualquer atentado à liberdade de locomoção, à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo de correspondência, à liberdade de consciência e crença, dentre outros feitos, era considerado abuso de autoridade por parte de quem os praticasse. A atual Constituição aborda fundamentos referentes ao abuso de autoridade que foram sendo estabelecidos e ao longo dos anos. Portanto, ainda se fazia necessário uma nova lei que abordasse o tema do abuso de autoridade dentro na nova sistemática constitucional. Nesse sentido, somente em 2019 a Lei nº 13.869 veio tratar sobre o tema dentro dos princípios estabelecidos na Constituição de 1988. No ano de 2022, por sua vez, ocorreu promulgação da Lei nº 14.321, que incluiu o artigo 15-A à Lei de Abuso de Autoridade trazendo a tipificação do crime de violência institucional.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 04 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 04 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 04 ago. 2022.

DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA GUARDA COMPARTILHADA NA TUTELA DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO POR CASAIS DIVORCIADOS

Amaral, Nicoli ,Phillippini, Renato.

Introdução

O objeto deste trabalho reside na discussão acerca do direito à guarda dos animais de estimação de casais em processo de divórcio, quando não há consenso sobre a questão. Esta proposta de estudo objetiva conhecer melhor como o judiciário tem tratado, e solucionado, este tipo de lide, considerando que há atualmente pouca literatura jurídica sobre o tema. Este trabalho buscou no Direito de Família a sua área de concentração, permeando pelos Direito Civil e Constitucional de modo a traçar uma análise da questão da guarda dos animais de estimação, quando da separação do casal que os abriga.

Metodologia

A metodologia utilizada no presente trabalho, se baseia no método analítico como forma de averiguação, da mesma maneira como método bibliográfico e verificação de julgados.

Palavras-Chave: Divórcio, Guarda Compartilhada, Animais de Estimação

Discussão

Observa-se atualmente um crescente número de casais que adotam animais de estimação e, conseqüentemente, criam intensos laços afetivos com eles, e, diante da ausência de um regramento jurídico expresso, atinente à guarda de animais de estimação pós-separação conjugal, vislumbra-se a possibilidade de se aplicar as regras da guarda e alimentos dos filhos menores. Analisar, portanto, a questão da guarda dos animais de estimação por casais divorciados passa, sobre a ótica jurídica, por considerar o animal como um ser que tem de direitos, sem ignorar o vínculo entre eles e seus donos, pressupondo a guarda e das visitas compartilhadas. O vínculo entre os animais domésticos e seus donos é fato que configura relevante valor emocional, de modo que o estudo busca na relação afetiva entre os cônjuges e o animal, não apenas a uma relação de um bem material, mas de afeto e carinho, que criam direitos e garantias.

Resultado

O status jurídico dos animais não humanos no Brasil: O atual ordenamento jurídico ainda considera os animais como objetos ou coisas que se compra, vende ou doa, assemelhando-os à propriedade. Conforme regulamenta o artigo 82 do Código Civil Brasileiro, os animais são objetos de direito e neste sentido o artigo estabelece que “são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da sua substância ou destinação econômico-social (BRASIL. CÓDIGO CIVIL, 2002).

Na conceituação de bens móveis, impõe-se a destinação para efeitos legais dos que assim se considera por natureza”. (NADER, 2013, p. 281) Os animais se incluem nesta classificação e são considerados bens móveis por natureza (semoventes). Segundo Gonçalves, “semovente são os suscetíveis de movimento próprio e independente. Como os animais movem-se de um local para outro por força e vontade própria, recebem o mesmo tratamento jurídico dispensado aos bens móveis propriamente ditos” (GONÇALVES, 2017, p. 298).

Dessa análise percebe-se que os animais são considerados objetos de propriedade, e portanto não destinatários de direitos legais.

Conclusão

Quando não houver acordo entre os cônjuges-tutores, o Poder Judiciário não pode abster-se de decidir o caso, mas deve levar em consideração o interesse e bem-estar do animal, e não a mera vontade das partes ou o título de propriedade.

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido até a regulamentação dessa questão, já é fato o crescente aumento as lides autônomas, ou apensadas aos processos de divórcio que envolve o destino de animais domésticos, processos estes que, pela falta de um ordenamento específico tem gerado dificuldades ao judiciário para solucioná-los. A intenção é vislumbrar a necessidade de que haja meios para resolver esse litígio da melhor maneira tanto para as partes quanto para o animal envolvido.

Referências

BARBOSA, Kleusa Ribeiro. Novos conflitos na família: a dissolução do vínculo e a guarda dos animais de estimação. 2015. Disponível em: <https://kleusaribeiro.com.br/>

jusbrasil.com.br/artigos/213168247/novos-conflitos-na-familia-a-dissolucao-dovinculo-e-a-guarda-dos-animais-de-estimacao. Acesso em: 14 dezembro 2020; BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 set. 2020; BRASIL. Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010. Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emenda_constitucional_66.htm> Acesso em 05 set. 2020.

DESAFIOS DO FEDERALISMO BRASILEIRO

Ferreira, Rafael dos Santos, Agnew, Livio

Introdução

A presente Monografia traz os principais desafios e entraves do modelo Federativo brasileiro. Transitando primeiramente, pelo conceito de Estado e em seguida pelos contextos históricos que levaram surgimento do Federalismo, passando brevemente pelos eventos da Inglaterra, e a promulgação de a sua Carta Magna, o documento estabelecia alguns princípios básicos que impunham restrições significativas à autoridade do rei. E o seu processo tardio de Colonização da América do Norte.

Passaremos pelos fatos históricos que levaram a declaração de Independência das Treze Colônias. E assim implementando a confederação. Logo após, a assembleia constituinte que finalizou a revolução Americana tendo como integrantes notáveis os denominados pais fundadores George Washington, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton e James Madison. Com a Constituição de 1787 dos Estados Unidos, a primeira constituição escrita da história. Dando início assim a federação.

Posteriormente, entraremos na conceituação de Estado Federal. Então, os eventos históricos que levaram ao Federalismo no Brasil, como sua independência da forma de império, e a formação de uma república. Com os entes regionais clamando por mais voz na direção do país, se instaurando assim com ideias principalmente vinda dos Estados Unidos, o modelo federativo de Estado. Em 1937, nasce o Estado Novo, sob o governo de Getúlio Vargas, dando início ao projeto de país autoritário e centralizador, e o golpe de Estado em 1964 até chegarmos à constituição de 1998 que restabelece valores democráticos.

Por fim, os principais aspectos da Constituição Republicana de 1998 em relação ao federalismo. O papel e história do município, conjuntamente com sua autonomia. E os problemas e entraves do modelo federativo brasileiro e as novas tendências no mundo contemporâneo.

Materiais e métodos

A metodologia empregada no presente trabalho é consistente em pesquisa de caráter qualitativa, que tem como base fontes bibliográficas, na utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, juntamente com a legislação vigente.

Resultados e discussão

Contextualização do surgimento do Federalismo, implementação do mesmo no Brasil, juntamente com os principais temas de discussões. Juntamente com a análise de soluções possíveis.

Conclusão / Considerações finais

A observação dos eventos que deram origem ao modelo Federativo, as tendências para a resolução dos problemas de Estado Federal brasileiro, como a Centralização de poder existente em Brasília, e os principais entraves presentes na autonomia dos entes Federais.

Referências

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. Por que as Nações Fracassam. Elsevier Editora Ltda. 2012

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Planalto.gov

DALLARI, D.A. Elementos de Teoria Geral dos Estado. 30. ed. 2011 Rio de Janeiro

STRATHERN, Paul. Locke em 90 minutos, 1997

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

TORRES, J. C. de OLIVEIRA. A formação do federalismo no Brasil. Brasília. Edições Câmara, 2017

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva. 2021.

DIREITO CANÔNICO: HIPÓTESES DE NULIDADE DO MATRIMÔNIO

Sousa, Matheus Luiz; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

O Direito Canônico é o conjunto de leis que regula a estrutura institucional da Igreja Católica Apostólica Romana, disciplinando todos os seguimentos da vida eclesiástica: sua organização, governo, ensino, culto, disciplina e práticas processuais. Em outras palavras, é o direito da Igreja Católica. O termo cânon significa medida e foi traduzido para o latim logo nos primeiros séculos da Igreja Católica para fazer referência às decisões dos concílios. Qualquer estudo do direito ocidental se torna incompleto sem a análise do Direito Canônico. Dentro de tal contexto, o objetivo do presente trabalho é examinar o Direito Canônico e apontar suas principais características. Como objetivo específico, a presente pesquisa visa a examinar o instituto da nulidade de do matrimônio conforme disciplinada pelo Código de Direito Canônico (1983).

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos, trabalhos acadêmicos e legislações da Igreja Católica.

Resultados e discussão

O Código de Direito Canônico eleva o matrimônio ao patamar de Sacramento, conforme consta no Cân.1055, 1º de acordo com o qual o homem e uma mulher manifestam desejo de constituir vida conjugal para toda a vida (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983)

Tal Sacramento possui duas propriedades, que são a unidade e indissolubilidade, conforme prevê o Cân.1056. A única possibilidade prevista de dissolução do matrimônio é a morte, conforme indica o Cân.1141: “[...] O matrimônio ratificado e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa, exceto a morte (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 199)

Contudo, o Código de Direito Canônico (2022) também expõe hipóteses de nulidade do matrimônio, que pode se resultar por três causas: Impedimento dirimente (Cân.1156); Falta de Consentimento (Cân.1159) e Falta de Forma (Cân.1160).

Alguns dos motivos mais comuns apresentados nos Tribunais na nulidade do matrimônio são aqueles que não são capazes de contrair matrimônio por causas psíquicas: “Cân.1095 - São incapazes de contrair matrimônio: [...] 3º os que não são capazes de assumir as obrigações do matrimônio, por causas de natureza psíquica (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 193)

Por outro lado outra causa que leva à nulidade é o caso das pessoas que por algum motivo, foram forçadas a contrair matrimônio, incidindo no que prevê o Cân.1103: [...] - É inválido o matrimônio contraído por violência, ou medo grave proveniente de causa externa, ainda que incutido não propositalmente, para se livrar do qual alguém seja forçado a escolher o matrimônio.” (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 193)

O processo de nulidade de matrimônio nos Tribunais Eclesiásticos de 1º instância, no Rito Ordinário, é composto das seguintes fases: apresentação e aceitação do libelo; convocação e contestação da outra parte; formulação da dúvida e nomeação dos juízes; instrução do processo; publicação dos autos e conclusão da causa (feito pelo defensor do vínculo); julgamento, sentença e comunicação às partes.

Após a comunicação da sentença, se uma das partes se sentir injustiçada, terá 15 dias para apelar da sentença junto ao Tribunal de Apelação.

Existe também o Rito breve, menos corriqueiro, no qual as causas são julgadas somente pelo Bispo Diocesano, em um processo parecido, porém mais célere.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, de forma que os resultados serão oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado pelo Papa João Paulo II. 1983. 4. ed. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em 04 ago. 2022.

GARANTISMO PENAL

GABRIEL DE SOUZA MACIEL

Introdução

A teoria do garantismo penal tem como um dos seus maiores defensores Luigi Ferrajoli, em sua obra *Direito e Razão*, que o jurista italiano busca encontrar um modelo de Estado de Direito, com destaque na legitimidade do poder de punir do Estado e proteção do indivíduo contra as arbitrariedades do poder público.

Ferrajoli desenvolve sua teoria com base em dez princípios, que podem ser observados no nosso ordenamento jurídico, são eles, princípio da legalidade, princípio da jurisdicionalidade, princípio da retributividade, princípio da culpabilidade, princípio acusatório, princípio do contraditório, princípio da necessidade, princípio da lesividade, princípio da materialidade e princípio da verificação.

A teoria de Ferrajoli influenciou todo o ordenamento jurídico brasileiro, principalmente o sistema penal, mas não de forma intocada, o garantismo no Brasil sofreu alterações e se fragmentou naquilo que os doutrinadores nomearam de Garantismo Penal Hiperbólico Monocular.

Esse novo modelo surgiu de uma visão limitada e distorcida do próprio garantismo penal, que agora foca apenas nas garantias dos que se encontram do lado oposto do poder estatal, de maneira desproporcional, por isso hiperbólico e isoladamente, assim monocular, esquecendo que as vítimas e a sociedade também devem ser protegidas, que foge muito das ideias do autor.

Esse excesso de garantias em favor dos indiciados nos inquéritos policiais e dos acusados em processos criminais, somado a falta de compromisso e preocupação com a vítima e a sociedade como um todo pelos operadores do Direito no Brasil está provocando um verdadeiro enfraquecimento ao Estado Democrático de Direito, ora, é dever do Estado a proteção ao mais fraco, aos mais vulneráveis e o direito de todas as partes envolvidas, individuais ou coletivos.

Objetivo

O objetivo da pesquisa, a ser apresentada na forma de artigo científico, é analisar a teoria do Garantismo Penal, sua influência no ordenamento jurídico brasileiro, em especial na área penal, e sua aplicação pelos operadores do Direito no Brasil.

Método

Como metodologia, para a realização desse trabalho, foi utilizada revisão bibliográfica, em livros, trabalhos, artigos, relativos a esse assunto e análise de casos concretos na Justiça Criminal.

Resultados e discussão

Convém, no primeiro momento da discussão, analisar a atuação dos legisladores, que em regra, tem observado o princípio da isonomia, conferindo tratamento igualitário à acusação e à defesa, um exemplo disso são os prazos recursais idênticos, e em caso de defensor público o prazo em dobro, cuja as condições e os volumosos processos em sua responsabilidade justificam esse tratamento, por outro lado atuam de maneira bastante distinta, dependendo do tipo de crime, aplicando maior garantias aos acusados, por exemplos, nos crimes de colarinho branco.

Apesar do cuidado que o legislador teve com a vítima, existem aqueles que exageram indevidamente o uso garantismo penal e para melhor entendermos a forma como alguns magistrados estão atuando, devemos analisar casos que ocorreram na justiça criminal no Brasil, uma delas aconteceu na Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no julgamento da Apelação Crime nº 70057362683, sendo Diogenes Vicente Hassan Ribeiro o relator:

Ementa: APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. AUTORIA DEMONSTRADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. MAJORANTE AFASTADA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONCURSO MATERIAL INVIÁVEL. MAJORANTE ESPECÍFICA. ABSOLVIÇÃO. RECEPÇÃO DOLOSA. NÃO COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. Inversão da ordem dos questionamentos. A declaração de nulidade processual em razão de violação ao artigo 212 do Código de Processo Penal depende de irrisignação tempestiva da parte, isto é, de registro de inconformidade na ata de audiência o que não ocorreu. Preliminar rejeitada. Tráfico de drogas. Circunstâncias da prisão em flagrante que demonstram, de forma inequívoca, o tráfico de drogas. Réu preso juntamente com adolescente (não localizado em juízo), após correr ao avistar a viatura de polícia. Apreensão de 96 pedras de crack (16,8g) e munições dentro da mochila que carregava, bem como de uma arma de fogo na cintura. Menor encontrado com outra arma, de mesmo calibre. Alegação de consumo pessoal inconsistente diante do contexto da apreensão, forma de acondicionamento da droga e posse concomitante de armas. Condenação mantida. Majorante do tráfico. O mero fato ocasional de o crime ter sido cometido próximo à instituição de ensino não é capaz de majorar a pena. Com respeito aos entendimentos em contrário, ou seja, de que o inciso III do artigo 40 da Lei de Drogas configura majorante objetiva, entendo que a função da majorante é conferir maior reprovabilidade à conduta delitiva de tráfico que se vale da existência das instituições elencadas pelo referido artigo, ou seja, que se beneficia do movimento ou da condição de vulnerabilidade de

sues frequentadores. Majorante afastada. Porte ilegal de arma de fogo. O uso de arma de fogo é majorante específica do crime de tráfico de drogas, não podendo ser denunciado como conduta autônoma. Concurso material que prejudica o réu, na medida em que importa duas penas somadas, e não uma exasperada, podendo ainda embasar a manutenção da prisão preventiva e agravar o regime carcerário. Porte de arma destinado à proteção pessoal em razão do comércio de entorpecentes praticado e ao guarnecimento da atividade ilícita. Corolário lógico é absolvição por atipicidade. Receptação. A arma de fogo de calibre 38, apreendida com o réu durante a prisão em flagrante, foi furtada no ano de 2010 conforme registro de ocorrência anexo. Tendo sido denunciada a conduta de receptação na modalidade dolosa, impossível presumir que se o réu tinha ciência de que o revólver fosse objeto de crime. Absolvição mantida. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESPROVIDO. RECURSO DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDO. (BRASIL, 2015)

Dessa forma, a decisão acima trata-se de uma apelação do crime de tráfico de droga com porte ilegal de arma de fogo, tendo sido afastado a majorante do crime de porte ilegal de arma, com a justificativa de que, conforme o magistrado, o porte ilegal de arma de fogo seria para a proteção pessoal em razão do comércio de entorpecentes ilícitos, assim não poderia ser usada para aumentar a pena do acusado, com devido respeito ao posicionamento acima, tal decisão, em desacordo com expressa previsão legal, em benefício do réu, não tem respaldo na teoria do jurista italiano e proporciona um desequilíbrio nas relações processuais, causa insegurança jurídica e o sentimento de impunidade.

Conclusão

Conclui-se que, no Brasil, o sistema não é uniforme, mas possui uma legislação muito diversificada, que varia bastante dependendo do tipo de infração ou do réu, sendo que, por diversas vezes, a teoria de Ferrajoli foi limitada no meio criminal, pelos operadores de direito, sendo utilizada como um modelo que favorece demasiadamente o acusado, seja no curso do inquérito policial ou do processo, ausentando-se na sua obrigação com a vítima e a sociedade como um todo.

Eis que, essa distorção do Garantismo Penal, criou-se um modelo com excesso de garantias em favor de quem, em tese, praticou um crime, elevando a máxima proteção do acusado, em detrimento dos interesses da vítima e da sociedade, produzindo um Sistema de Justiça Criminal

lento e incapaz de atingir sua função social, qual seja, a pacificação do conflito na sociedade, que não tem respaldo na teoria do Garantismo Penal de Ferrajoli.

Em suma, impõe a necessidade uma reavaliação na interpretação da teoria de Ferrajoli no Brasil, tanto pelos legisladores quanto pelos operadores do direito, para que o Direito Penal possa passar por uma reformulação, a fim de alcançar o equilíbrio entre a defesa das garantias do cidadão frente as arbitrariedades do Poder Público e a eficaz proteção dos valores e bens tutelados pelo Estado, ou seja, um Garantismo Penal Integral.

Referências

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer Sica. Alexis Couto de Brito (Colab.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FISCHER, Douglas. Garantismo penal integral (e não o garantismo hiperbólico monocular) e o princípio da proporcionalidade: breves anotações de compreensão e aproximação dos seus ideais. Revista de Doutrina da 4ª, Porto Alegre, n. 28, mar. 2009. Região

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. AC 70057362683. Relator: Diógenes Vicente Hassan Ribeiro. Porto Alegre, 16 jul. 2015.

HOMEM-ARANHA, HERÓI OU VILÃO?: ANÁLISE DAS FAKE NEWS PUBLICADAS NO CLARIM DIÁRIO SOB A ÓTICA DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Silva, Igor Gonçalves; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

A utilização de elementos da cultura popular para o fim de examinar e interpretar o direito não é um fenômeno recente. Juristas têm, desde as primeiras décadas do século XX, estudado a interação entre o direito e a literatura sendo que, mais recentemente, a interseção entre o cinema, os quadrinhos e o direito tem ganhado cada vez mais adeptos. Dentro deste contexto, o objetivo do presente estudo é, tomando como ponto de partida o personagem fictício do Homem-Aranha, discutir as implicações jurídicas da problemática das *fake news*. Especificamente, se busca, apontar o fenômeno das *fake news* na obra fictícia do Homem-Aranha, assim como definir o conceito de *fake news* e apreciar suas implicâncias sob a ótica do direito à liberdade de expressão.

Materiais e métodos

A metodologia adotada para a produção da comunicação escrita consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, com a utilização de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislação vigente e julgados.

Resultados e discussão

O Clarim Diário e seu editor, J. J. Jameson, aparecem pela primeira vez na edição de abertura da revista em quadrinhos *Amazing Spider-Man*, em 1963. Por mais de seis décadas, seja nas revistas ou nas versões para o cinema, J. J. Jameson é, certamente, o maior inimigo do Homem-Aranha. Irrracionalmente convencido que os atos heróicos do Homem-Aranha são uma forma de encobrir atividades criminosas, Jameson distorce a realidade publicando *fake news* sobre o herói escalador de paredes.

Em grande parte, as *fake news* são manchetes com conteúdos distorcidos ou mentirosos que tem como objetivo de chamar a atenção do público, atraindo o acesso aos sites, afim de inflar o número de visualizações e, por consequência, o lucro obtido com a publicidade digital. Esse tipo

de informação tem crescido e está inserida no meio social, interferindo de forma consciente ou inconsciente nas ações do ser humano (ALVES E MACIEL, 2020).

Apesar de seu destaque recente, a expressão é antiga surgiu no final do século XIX. (Silva, 2020). *Fake news* são informações falsas que se propagam entre a população, por diversos meios de comunicação, principalmente, através das redes sociais.

Foi eleita em 2017 pelo Dicionário Collins, como sendo a palavra do ano e, segundo a publicação, tem o sentido de “[...] informação falsa em alguns casos sensacionalista apresentada como um fato, publicada e disseminada na internet (BBC. 2017).

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, de forma que as conclusões serão oportunamente explicitadas quando da apresentação do artigo científico.

Referências

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet&Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 144-171, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

BBC (Brasil). **'Fake News' é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 13 out. 2022.

SILVA, Gabriele. O que são Fake News? EDUCA MAIS BRASIL, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-sao-fake-news>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

INVALIDIDADE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DO ESPELHAMENTO DO WHATSAPP WEB: ANÁLISE DO RHC Nº 99.735/SC

Fernandes, Matheus Oliveira, Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

Atualmente o aplicativo de troca de mensagens tornou-se a forma mais utilizada da comunicação entre as pessoas, ultrapassando o uso do telefone. Com o surgimento da possibilidade de usar o aplicativo simultaneamente em até quatro aparelhos conectados ao mesmo tempo, passou-se a discutir se é possível adotar as mesmas normas referente à interceptação telefônica no caso do espelhamento do *WhatsApp Web*.

Neste sentido, no ano de 2018, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) publicou o primeiro acórdão trazendo um grande impacto sobre a suposta prova obtida pelo aplicativo (BRASIL, 2018). Tratou-se de situação na qual a autoridade policial apreendeu o celular do investigado para periciá-lo no que se refere ao seu conteúdo e nos limites autorizados judicialmente, porém utilizou-se do aplicativo de comunicação *WhatsApp Web* e gerou um *QR Code* para ter acesso ao espelhamento das conversas, e a Autoridade policial passou a monitorar (e não interceptar) a comunicação temática do investigado.

Assim o objetivo do presente trabalho, a ser apresentado na forma de artigo, analisar a decisão do STJ apresentar de que modo o julgado impacta na compreensão e enfrentamento da nova realidade penal.

Materiais e métodos

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e a documental, utilizando-se de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes, além de doutrinas.

Resultados e discussão

Ao contrário da interceptação telefônica, no âmbito da qual o investigador de polícia atua como mero observador de conversas empreendidas por terceiros conforme aponta Streck (1996), no espelhamento via *WhatsApp Web* o investigador de polícia tem a concreta possibilidade de atuar como participante tanto das conversas que vêm a ser realizadas quanto das conversas que já estão registradas no aparelho celular, haja vista ter o poder, conferido pela própria plataforma

online , de interagir nos diálogos mediante envio de novas mensagens a qualquer contato presente no celular e exclusão, com total liberdade, e sem deixar vestígios, de qualquer mensagem passada, presente ou, se for o caso, futura.

O fato de eventual exclusão de mensagens enviadas (na modalidade "Apagar para mim") ou recebidas (em qualquer caso) não deixar absolutamente nenhum vestígio nem para o usuário nem para o destinatário, e o fato de tais mensagens excluídas, em razão da criptografia *end-to-end*, não ficarem armazenadas em nenhum servidor, constituem fundamentos suficientes para a conclusão de que a admissão de tal meio de obtenção de prova implicaria indevida presunção absoluta da legitimidade dos atos dos investigadores, dado que exigir contraposição idônea por parte do investigado seria equivalente a demandar-lhe produção de prova diabólica (SYDOW, 2021).

Conclusão/Considerações Finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

BRASÍLIA. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em Habeas Corpus n. No 735 – SC. A.C. da C. *et al* versus Ministério Público do Estado de Santa Catarina. 6ª Turma Criminal. Relatora: Laurita Vaz. Santa Catarina, 28 de novembro de 2018. Disponível em <<https://processo.stj.jus.br>>

STRECK, Lenio Luiz., A escuta telefônica e os direitos fundamentais: as necessárias cautelar, em enfoque jurídico, TRF 1ª Reg. n. 1, ago. 1996, p. 4

SYDOW, Spencer Curso de Direito Penal Informático. 2a ed. São Paulo: Juspodivm, 2021.

MAUS-TRATOS INFANTIS E ENVOLVIMENTO CRIMINAL DE ADULTOS: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DA RELAÇÃO ENTRE O ABUSO NA INFÂNCIA E A RELAÇÃO COM A PERPETRAÇÃO DE VIOLÊNCIA E CRIMES NA IDADE ADULTA

Matuck, Laura Ribeiro; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

A infância é um momento da vida em que o ser humano depende muito dos outros à sua volta. No entanto, nem sempre essa convivência é saudável. É farta a literatura nas áreas de ciências tais como a psicologia, a psiquiatria, a sociologia e a antropologia que relacionam os maus tratos sofridos na infância, a problemas de saúde, comportamentais, emocionais, mentais e físicos posteriores. Nesse sentido, são vários os estudos teóricos que sugerem que os abusos ou omissões físicas, psicológicas ou sexuais sofridas pela criança são fatores que levam à violência posterior contra outros. Com base na noção de que “violência gera violência”, o presente artigo se propõe a, sob a ótica da Criminologia, apresentar as teorias da etiologia do crime que relacionam o abuso infantil à violência posterior contra outros ao longo da vida. Mais especificamente, tem como objetivos específicos listar e resumir as teorias da criminologia etiológica contemporânea que se relacionam com os maus-tratos infantis.

Materiais e métodos

A metodologia adotada na presente comunicação consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais.

Resultados e discussão

Uma parte da Criminologia busca explicar a origem do crime com base em teorias biológicas. Dentre estas, algumas teorias indicam que os maus tratos sofridos na infância podem ser um fator para o comportamento desviante de determinados indivíduos. Mouta et al (2020) indica que uma destas teorias baseia-se no estudo da influência da monoamina oxidada (MAO), uma enzima que permite a metabolização dos neurotransmissores no cérebro, no comportamento antissocial: algumas pesquisas indicam que baixos níveis de monoamina oxidase associados à fatores socioambientais, como no caso de maus-tratos sofridos na infância, geram como consequência adultos com a maior tendência para a prática de atos violentos.

Alguns pesquisadores, por sua vez, também encontraram uma ligação entre o trauma craniocéfálico (TCE) e a agressividade, conforme indicam Hora e Sousa (2005); como base nesta constatação, se discute se, em lares abusivos, onde as crianças são mais propensas a sofrer lesões na cabeça, existe uma ligação causal entre o comportamento criminoso e as lesões na cabeça.

Outras teorias, ainda, buscam relacionar o comportamento criminoso no adulto a más experiências na infância, que acabam por afetar o balanço entre o superego (parte consciente da mente) e o id (parte inconsciente que quer gratificação imediata), de modo que o indivíduo passa a apresentar um id dominante e, como consequência, um julgamento moral mais fraco (OLIVEIRA, 2018).

Conclusão / Considerações finais

A presente encontra-se ainda em fase de elaboração. As conclusões serão apresentadas na forma de artigo científico.

Referências

HORA, Edilene Curvelo; SOUSA, Regina Márcia Cardoso de. Os efeitos das alterações comportamentais das vítimas de trauma craniocéfálico para o cuidador familiar. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 93-98, fev. 2005. Bimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/6NHFFyXS74vNrzy3SRFM4Wr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

MOUTA, Alba Angélica Nunes; CARVALHO, Lays Carolinne Soares de; OLIVEIRA, Eduardo Ferreira de; MARTINS, Daniela Moura Parente; MORAIS, Isadora Maria de Almeida; SOUZA, Stefen Kesse Matos de; NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa; SILVA, Augusto César Beltrão da; ALMENDRA NETO, Oswaldo Lima; BARBOZA, Danielle Lais Lopes. Percepções da violência com base na genética: a influência da monoaminoxidase A na origem de comportamentos violentos. *Research, Society And Development*, [S.L.], v. 9, n. 9, p. 1-12, 1 set. 2020. *Research, Society and Development*. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7321>. Acesso em: 12 out. 2022.

OLIVEIRA, Luzia Carmem de. A constituição do ego e superego na teoria freudiana, que lugar para a educação? In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DA FAE,, 2018, Curitiba. *Anais do II Congresso Brasileiro de Psicologia Jurídica e Forense*. Curitiba: Fae, 2018. p. 231-238. Disponível em: <https://cbpsifae.fae.edu/cbpsifae/article/viewFile/62/61>. Acesso em: 12 out. 2022.

MEDIDAS PROTETIVAS: UMA ANÁLISE DA (IN) EFICÁCIA DA LEI Nº 11.340/06 COMO FORMA DE INIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Melo, Giovana Naiara de

Ferrer, Leandro Abdalla

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa examinar a eficácia ou ineficácia das medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, como mecanismos jurídicos que surgem como uma forma de inibir a violência doméstica no Brasil. Desta forma, serão analisados dados históricos sobre a evolução do direito das mulheres, bem como dados estatísticos que mostram a realidade, em números, da violência doméstica, para assim analisar a eficácia da Lei Maria da Penha.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a produção do trabalho consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, utilizando livros, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisas estatísticas, legislações vigentes e jurisprudências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, foi discorrido sobre o contexto histórico do surgimento do direito das mulheres, bem como a promulgação de Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, que veio como instrumento para combater a violência doméstica. Como forma de auxiliar na análise da ineficácia das medidas protetivas, foram utilizados dados estatísticos de pesquisas relacionadas a violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em fase de desenvolvimento, quando no final serão analisadas as pesquisas atuais sobre a violência doméstica, e toda a evolução histórica do direito das mulheres, bem como a própria Lei 11.340/06. O presente trabalho vem constatando a ineficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm > Acesso em: 10 de out. 2022.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos, civis e políticos**: a conquista da cidadania feminina. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra mulher**. Novembro de 2021. Disponível em: [DataSenado — Portal Institucional do Senado Federal](#). Acesso em: 10 de out. 2022.

NECROPSIA FORENSE SOB A ÓTICA DO PROCESSO PENAL

Maciel, Felipe Fernandes; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

Tanatologia médico-legal é a parte da Medicina Legal que estuda a morte e o morto, assim como suas repercussões na esfera jurídico-social (FRANÇA, 2017). Por sua vez, A necropsia forense, também chamada de necropsia médico-legal, consiste em um tipo específico de exame, que é realizado por um perito oficial (médico legista), em atendimento à requisição de autoridade competente, que é feito a fim de fornecer prova técnica para a Justiça nos casos de morte violenta ou suspeita. Assim, o objetivo do presente trabalho é, analisar a necropsia forense sob a ótica do processo penal.

Materiais e métodos

A metodologia adotada na presente comunicação consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais.

Resultados e discussão

A necropsia forense se diferencia da necropsia anatomopatológica (também conhecida como anátomo-clínica ou não judicial), realizada por um médico anatomopatologista, que busca obter a causa do óbito para fins clínicos, anatomopatológico ou científico. É feita, entre outras situações, em casos de enfermidades raras, mortes sem diagnóstico clínico confiável ou, ainda, em pacientes que se submeteram a protocolos de pesquisa clínica (GROCE, 2012). A necropsia não judicial se trata de um exame facultativo e requer a autorização expressa de parentes próximos ou de seus representantes legais.

A necropsia forense se distingue, ainda, da verificação de óbito, que é uma espécie de necropsia realizada por médicos patologistas nos casos de morte não violenta ou natural de pessoa não assistida por médico ou em paciente que se encontrava em acompanhamento ambulatorial (FRANÇA, 2017)

Conclusão / Considerações finais

A presente pesquisa encontra-se ainda em fase de elaboração. As conclusões serão apresentadas oportunamente na forma de artigo científico.

Referências

CROCE, Delton. CROCE JR., Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8.ed. SP: Saraiva, 2012.

FRANÇA, G. V. **Medicina Legal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

O AUMENTO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS NO PERÍODO DA PANDEMIA

Thiago dos Santos Pereira

Livio Agnew Bacci

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o aumento dos crimes cibernéticos no período da pandemia e as perspectivas para a criminalização e combate desses delitos. Para tanto, aborda as noções gerais dos crimes virtuais na sociedade contemporânea, suas classificações, tipificação dos sujeitos e algumas práticas de ocorrência mais comuns entre os crimes virtuais; busca estabelecer uma relação entre a Covid-19 e o aumento da criminalidade virtual; e explica as perspectivas para a investigação preliminar e combate aos cibercrimes, listando os problemas com relação às provas obtidas, a interpretação das normas já existentes e a (des)necessidade de novas criminalizações. Como metodologia foi empregada a pesquisa bibliográfica valendo-se de doutrinas e legislações pertinentes à temática abordadas, permitindo concluir que a pandemia elevou a criminalidade cometida pela internet, tendo em vista que com o isolamento social, as pessoas passaram um tempo maior em casa e, conseqüentemente, um tempo maior na internet visando a lazer e compras. Do exposto conclui-se pela necessidade de se travar uma discussão acadêmica, como também despertar nos gestores públicos um maior interesse pelas instituições. É necessário também investir em publicidade para a conscientização das pessoas dos riscos aos quais estão expostas e sobre o que devem fazer para minorar as chances de serem vítimas de crimes virtuais. Por fim, recomenda-se que se invistam em pesquisas e na formação de cientistas que possam elaborar pesquisas isentas de influências políticas danosas à sociedade brasileira e busque verdadeiramente o caminho da modernização da segurança pública.

Palavras-chave: Internet. Cibercrimes. Pandemia. Reflexos.

O CONFISCO A LUZ DA LEI 13.964/2019

Amaral, Alexia, Amaral, Rony

Introdução

O presente estudo trata da importância do confisco a luz da lei 13964/2019 para o ordenamento jurídico brasileiro, dos princípios para presunção de Inocência e do ônus da prova no processo penal. Tem o objetivo de analisar o princípio da presunção da inocência e seus efeitos sobre o ônus da prova no processo penal bem como, suas finalidades; verificando, também, quais são os direitos e obrigações dos envolvidos no ônus da prova, verificando se há conflito entre o confisco alargado da forma como foi previsto e a presunção da inocência.

Metodologia

A metodologia de análise foi o analítico como meio de investigação, através da análise bibliográfica da literatura, tendo a doutrina e a legislação como fontes deste estudo sobre o confisco a luz da lei 13.964/2019.

Palavras-chave: Lei nº 13.964/2019. Presunção de Inocência. Processo Penal

Resultado

Confiscar é o ato de obter forçadamente ou com ameaça de punição em proveito do fisco (erário) ou tomar para o fisco. No sentido jurídico, o termo representa o ato de transferência coercitiva dos bens ao patrimônio do Estado. O confisco no Código Penal é tratado ora como efeito da condenação penal, ora como pena autônoma. O primeiro sentido é reservado ao tratamento dado pelos art. 91, inciso II, alíneas a e b, do Código Penal, e reproduzido na legislação especial, a exemplo do art. 7º, inciso I, Lei 9.613/1998; o segundo é reservado à hipótese de sanção prevista no art. 43, inciso II, do Código Penal.

Alterações do Pacote Anticrime: O legislador restringiu a aplicação dos regramentos incluídos pela Lei 13.964/2019 aos crimes cuja pena máxima seja superior a 6 anos de reclusão. Portanto, não cabe a decretação da perda de bens, com base no artigo 91-A do CP, em todos os delitos. A perda é decretada com fundamento na existência de produto ou proveito do crime. A ideia é alcançar bens do condenado sem exigência de comprovação de que ele decorre diretamente da atividade criminosa, o produto ou deriva dela, por conversão dos bens, o proveito.

Discussão

O trabalho aborda o princípio da presunção de inocência, o ônus da prova no processo penal. Trazendo precedentes históricos do princípio da Presunção da Inocência e no último capítulo explicando sobre o confisco a luz da lei 13.964/2019 trazendo sua elaboração e mudanças introduzidas pelo Pacote Anticrime. Concluindo, então, a lei presente se encontra numa posição de marco legal que afetará a forma como o processo penal brasileiro se desenvolve.

Conclusão

O presente estudo buscou analisar a estrutura normativa probatória do confisco alargado no processo penal brasileiro com ênfase na alegação de que ele promove a inversão do ônus da prova em desfavor do acusado. Ressalta-se que o Confisco Alargado se caracteriza como medida acentuadamente preventiva, principalmente em relação às organizações criminosas, como se vê por três pontos centrais. O primeiro é o de reforçar aquela máxima de que o crime não compensa, aumentando as desvantagens do crime e implicando severos danos a criminalidade organizada, que depende dos lucros para manter sua sobrevivência. Conclui-se que as alterações trazidas pela lei 13.964/2019, no que tange ao confisco alargado de bens tipificado no artigo 91-A do Código Penal, são de suma importância ao combate do enriquecimento ilícito. A análise realizada na elaboração do presente trabalho possibilitou a constatação de haver uma violação ao princípio da presunção de inocência, premissa consagrada pela Lei Maior. Assim, faz-se necessário verificar a conformidade do novo artigo com a constituição brasileira, visando preservar a garantia da presunção de inocência, uma vez que o confisco alargado atinge o patrimônio lícito do condenado quando provoca a inversão do ônus da prova.

Referências

ALEXY, R. Teoria dos direitos fundamentais. Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2008.

_____. Direitos fundamentais no estado constitucional democrático. Tradução: Luís Afonso Heck. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ANDRADE, F. R. Confisco Alargado. Revista Semestral da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, ano 1, v. 1, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://online.fliphtml5.com/ujhej/zmj/#p=4>. Acesso em: 29 mai. 2021.

ARAÚJO JR., J. M. Societas delinquere potest – Revisão da legislação comparada e estado atual da doutrina. In: GOMES, Luiz Flávio (Coord.). Responsabilidade da pessoa jurídica e medidas provisórias e direito penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 72-94.

O SURGIMENTO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL E SUAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

RAIMUNDO, Fábio Ribeiro de Paiva

FERRER, Leandro Abdalla

INTRODUÇÃO

A corrupção é um assunto muito comentado no Brasil, diante de tal amplitude e destaque deste tema, não possui um único conceito ou entendimento, inúmeros estudiosos possuem sua própria aceção sobre esta conduta criminosa. Em primeiro plano gravita sobre o surgimento histórico da corrupção e sua evolução no Brasil, demonstrando sua fase anterior e pós Proclamação da República. Em segundo momento, dispõe-se sobre os tipos mais comuns de corrupção no Brasil, sendo destacado suborno, propina, nepotismo, tráfico de influência e fisiologismo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada para a produção do trabalho consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, utilizando livros, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisas estatísticas, legislações vigentes e jurisprudências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Será feita uma análise do surgimento da corrupção no Brasil, bem como destrinchada suas principais espécies

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, será realizada uma abordagem apresentando o surgimento histórico da corrupção quanto a amplitude de seu tema, procedente à análise doutrinária, bem como a relevância do caso em questão, destacando os tipos mais comuns da corrupção na política brasileira.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J.M. Passado, Presente e Futuro da Corrupção Brasileira. In: AVRITZER, L; BIGNOTTO, N.; STARLING, H.M. (Orgs.) Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CONRAD, R.E. Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo, Editora da Universidade São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, L. R. A Corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, L; BIGNOTTO, N.; STARLING, H.M. (Orgs.) Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MELLO, E.C. Pernambuco no período colonial. In: AVRITZER, L; BIGNOTTO, N.; STARLING, H.M. (Orgs.) Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OS “7 PRISIONEIRO” E A ESCRAVIDÃO MODERNA

Almeida, Fabiana Andrade de, Philippini, Renato Augusto de Alcântara

Introdução

O filme “7 prisioneiros”, dirigido por Alexandre Moratto e protagonizado por Rodrigo Santoro e Christian Malheiros, conta a trajetória de alguns jovens, brasileiros e estrangeiros, que se veem trabalhando de forma ilegal, em condições sub-humanas, para uma quadrilha em um ferro-velho em São Paulo.

A obra cinematográfica não trata de um caso real específico, mas conta a história sob a perspectiva das vítimas de tráfico humano e de submissão a trabalho em condições análogas à escravidão em pleno século XXI. Seu grande mérito é chamar a atenção para uma grave forma de criminalidade que vitima milhares de pessoas anualmente no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho, tomando como ponto de partida a obra cinematográfica “7 prisioneiros”, é esclarecer a ótica penal acerca dos delitos de redução a condição análoga à de escravo e de tráfico de pessoas previstos, respectivamente, nos art. 149 e 149-A do Código Penal, assim como apontar índices atuais relativos à prática de tais crimes.

Materiais e métodos

O trabalho, a ser apresentado na forma de artigo científico, utiliza a metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, assim como em informações constantes em bases de dados oficiais e de organizações não-governamentais.

Resultados e discussão

No que tange à legislação penal, o primeiro Código Penal do Brasil independente, o Código Criminal de 1830, previa como crime, em seu artigo 179, a conduta de “[...] Reduzir à escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade” (BRASIL, 1830).

Cumprido ressaltar que, como nesse período ainda vigorava o trabalho escravo no Brasil, o Código Criminal Imperial fazia a distinção entre escravos e pessoas livres, determinando, em parte dos crimes ali previstos, que a lei penal fosse aplicada de forma diferente entre os dois grupos (SENADO FEDERAL, 2020).

Já o segundo Código Penal brasileiro, promulgado em 1890, no período da República, não trazia qualquer previsão sobre a prática de trabalho em condições análogas à de escravo (BITENCOURT, 2022).

O tema, porém, voltou a ser tratado na legislação penal brasileira com a edição do Código Penal de 1940, colocado em vigor por meio do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, cujo artigo 149 possui a seguinte redação: “Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Pena - reclusão, de dois a oito anos” (BRASIL, 1940)

Com a promulgação da Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, o artigo 149 sofreu grande alteração em seu texto e em sua estrutura. A nova redação trazida pela referida lei ampliou a abrangência do tipo penal, explicitando as diversas formas de como o crime pode ser praticado, afastando assim a ligação de trabalho análogo à escravidão única e exclusivamente à privação da liberdade do indivíduo.

Conclusão / Considerações finais

Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento, devendo os resultados serem oportunamente apresentados quando da apresentação do artigo científico.

Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.saraivaeducacao.com.br/books/785476>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal. Rio de Janeiro, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

SENADO FEDERAL. Há 190 anos, 1º Código Penal do Brasil fixou punições distintas para livres e escravos. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes-distintas-para-livres-e-escravos>. Acesso em 11 set. 2022.

PENA DE MORTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL

SILVA, Rafaella Gonçalves da; OLIVEIRA, Ana Vitória da Silva; SILVA, Diulliane Alves da; LAMIN, Heloisa Fernanda; SILVESTRE, Naamã; FERRER, Leandro Abdalla

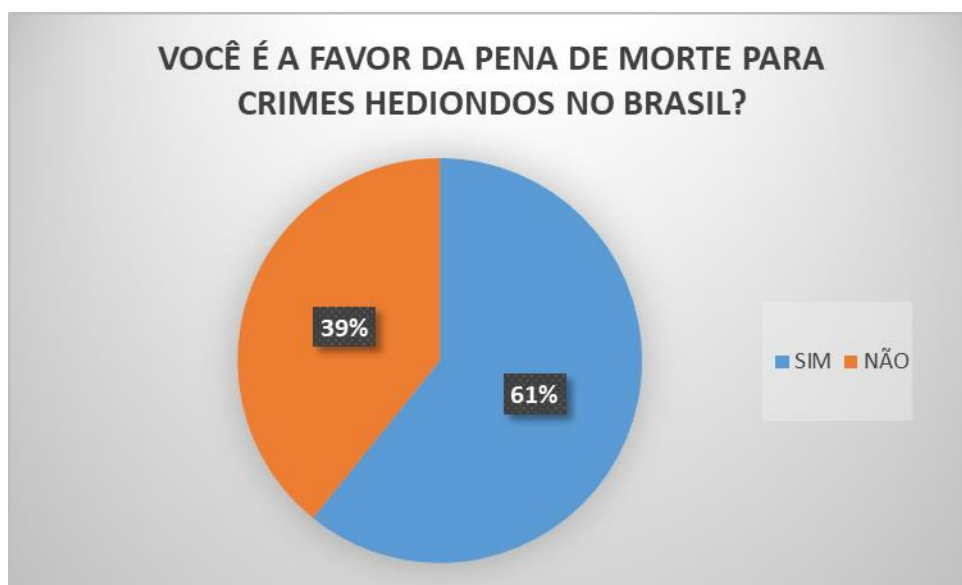
INTRODUÇÃO:

Com o aumento de casos de crimes hediondos no Brasil, torna-se necessário a busca por novos métodos para a realização do avanço social brasileiro. O projeto tem como objetivo proporcionar a sociedade, a promulgação de uma nova constituição, na qual estivesse estabelecido a Pena de Morte para crimes hediondos como punição.

MATERIAIS E MÉTODOS:

No presente trabalho foi utilizado uma pesquisa exploratória, na qual foi analisado a legislação, jurisprudência, reportagem e doutrina acerca da Pena de Morte. O principal autor foi Paulo Daher Rodrigues que contribui com sua obra "Pena de Morte. Para investigação sobre o tema determinado, foi realizado uma pesquisa de campo, na qual buscava opiniões sobre a Pena de Morte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante das pesquisas, realizadas pode-se compreender que grande parte das pessoas entrevistadas classificam a pena de morte como a ideal punição para indivíduos que efetuaram os crimes hediondos. Portanto, ainda é notório a necessidade de haver mais pesquisas e estudos diante dos casos, analisando o desempenho da sociedade brasileira ao perceber que não haverá segundas chances, mas sim uma desagradável punição.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ROCHA, E. A. Possibilidade da adoção da pena de morte através da revisão constitucional. Jus, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/55518/possibilidade-da-adocao-da-pena-de-morte-atraves-da-revisao-constitucional> <https://jus.com.br/artigos/55518/possibilidade-da-adocao-da-pena-de-morte-atraves-da-revisao-constitucional>. Acesso em: 23 mai. 2022.

RODRIGUES, P. D. Pena de Morte. DEL REY, 1996.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO ENFRENTAMENTO À VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL NO BRASIL SOB O OLHAR DOS DIREITOS HUMANOS

Lia Emanuelle de Moraes, Ana Claudia Moreira Philippini

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar e tratar sobre o Programa de Transferência de Renda no Brasil, o Bolsa Família (PBF) no âmbito do ordenamento jurídico pátrio promovendo e ampliando a proteção a todas aquelas famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza no país. Colocando em prática as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado os direitos previstos na Constituição Federal e também em âmbito global, como na Declaração Universal de Direitos Humanos, objetivando auxiliar essas famílias. Analisando a trajetória do Programa e seus impactos na vida das famílias beneficiárias, sendo este para muitos a única possibilidade de obtenção de renda em casos de necessidade extrema, a fim de avaliar a eficácia no combate à pobreza em sua dimensão estrutural e suas consequências na sociedade brasileira.

O programa foi extinto no ano de 2021 pela Lei nº 14.284/21, sendo que em seu lugar foram criados o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil.

Materiais e métodos

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e a documentada, utilizando-se de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, legislações vigentes além de doutrinas e dados científicos.

Resultados e discussão

Inicialmente estabelecido pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003). Objetivando a redução da pobreza e a inclusão social aos direitos mínimos como alimentação, saúde e educação, o programa Bolsa Família, aliado a projetos sociais e ao programa Fome Zero, foi transformado em um único planejamento em que o Estado oferece e de alguma forma protege a grande maioria que habita o país.

O programa Bolsa Família tem se afirmado como uma experiência bem sucedida devido a sua ampla cobertura e uma boa focalização muitos pontos positivos.

O programa visa não somente a simples entrega do auxílio, mas também a possibilidade de desenvolvimento do destinatário final, que são as famílias brasileiras mais pobres, para que então

seja possível o exercício das garantias mínimas constitucionais explícitas e implícitas, tendo o ser humano como objeto central do desenvolvimento, que, no curto prazo, objetiva a atenuação instantânea do grave problema estabelecido pela pobreza e extrema pobreza, o Bolsa Família objetiva a longo prazo, obter habilidades e conhecimentos de modo a produzir valor econômico por meio do receptor do projeto.

Abordando interessantes resultados do Bolsa Família em áreas e temas diversos, reunindo também reflexões sobre perspectivas e possibilidades futuras para os programas de renda condicionada.

Conclusão / Considerações finais

Com base no que tange a apresentação, é de suma importância a efetivação do Programa Bolsa Família como um direito constitucional assegurado, a intensificação de esforços para uma melhor administração do programa. Tratando-se de uma garantia de renda institucionalizada de amplo escopo para os pobres, introduzida em um país não desenvolvido e muito desigual.

Compartilhando com a sociedade a intensa reflexão produzida sobre o programa, discutindo de forma qualificada e crítica suas conquistas e desafios, no entendimento que a pobreza não reflete apenas na privação do acesso a renda monetária, mas apoiando o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de alguns direitos básicos do homem, sejam eles a alimentação, saúde e educação.

Referências

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 14284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos

10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm#art46. Acesso em: 13 out. 2022.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

LANGELLIER, Jean-Pierre. No Brasil, governo paga bolsa para quem vai à escola. In: Le Monde Diplomatique Brasil. S.L. 18 de setembro de 2008. Tradução: Jean-Yves de Neufville. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/edicao/edicao-14/>. Acesso em: 13 out. 2008.

TRANSFUSÃO DE SANGUE EM PACIENTES SENDO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Bernardes, Bianca; Maciel, Fernanda; Garcia, Mikaela; Ferrer, Leandro

Introdução

O seguinte trabalho aborda a colisão de direitos fundamentais: O Direito à vida, que está previsto na CF de 1988, artigo 5º, em oposição à liberdade religiosa, prevista na CF artigo 5º,VI.

Os testemunhas de Jeová se submetem a tratamento médico, realizado sem transfusão de sangue em razão de sua consciência religiosa.

Eles creem que os ensinamentos bíblicos os ordenam a se abster de sangue (Gênesis 9:4; Levítico 17:10; Deuteronômio 12:23; Atos 15:28,29). Segundo o texto sagrado, Deus revela que o sangue é a vida e está dádiva somente a ele pertence.

É válido ressaltar que o Poder Judiciário não pode ordenar a realização de um procedimento médico cirúrgico, sem possibilidade de transfusão sanguínea heteróloga em paciente por sua vontade, sob pena de colocarem risco a vida, ofendendo o direito fundamental assegurado constitucionalmente.

Metodologia

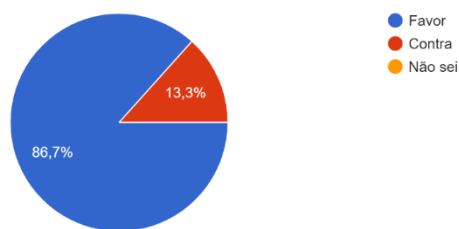
A metodologia utilizada para a produção do trabalho consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais, utilizando livros, artigos e trabalhos acadêmicos, pesquisas estatísticas, legislações vigentes e jurisprudências.

Resultados

Foi realizada uma pesquisa de campo;

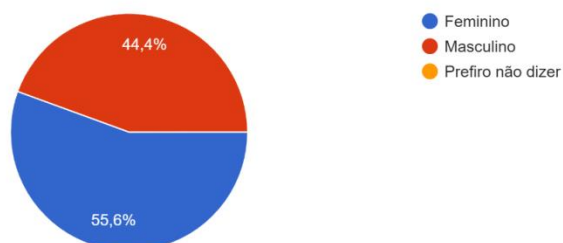
Você é a favor ou contra a transfusão de sangue em pacientes testemunhas de Jeová?

45 respostas



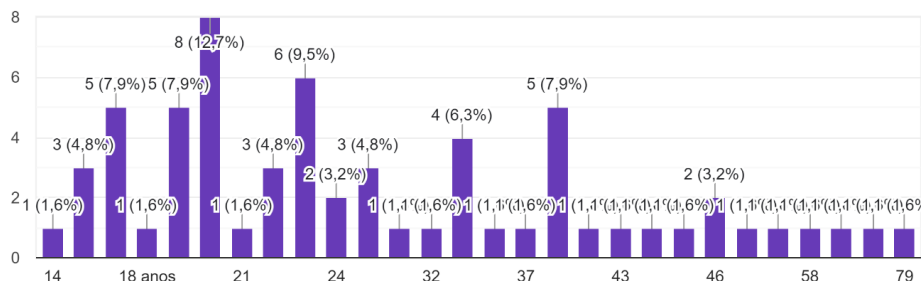
Gênero

63 respostas



Idade

63 respostas



Discussão

Todos aqueles que sejam adeptos da religião testemunha de Jeová e que se encontrarem em uma situação de necessidade de transfusão de sangue, certamente poderão recusar-se a não receber o tratamento mesmo que o mesmo esteja sob iminente risco de vida. Porém, existindo um tratamento que possa reverter o quadro clínico e essa pessoa estando em risco de vida o médico deve atuar para salvar a vida.

A medicina atual está constantemente tentando estudos e tratamentos alternativos para encarar essa situação sem danos para qualquer uma das partes.

Atualmente o princípio básico para os médicos nessa situação é o controle e tratamento da anemia e da possibilidade de sangramento intraoperatório.

A anemia é diagnosticada e tratada no pré-operatório evitando assim transfusões desnecessárias. As testemunhas de Jeová ao recusar-se a transfusão sanguínea não estão violando o direito à vida, pois eles não desejam morrer, mas querem um tratamento digno que não tenha conflito com os seus ensinamentos. O estado não pode intervir em suas crenças.

“A Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.”

Conclusão

“A religião não pode interferir em tudo, principalmente quando se trata da nossa vida. Nossa vida deve ser preservada a qualquer custo por ser nosso maior "bem", mesmo que isso signifique ir contra nossas crenças”.

“O médico deverá optar por salvar a vida do paciente, pois no sobreposamento entre os direitos constitucionais a vida e a liberdade religiosa, deve prevalecer o direito à vida!”.

“Respeitar o opinião. Afinal, quem tem que querer viver é o próprio paciente. Se ele sabe o risco e mesmo assim insiste, o médico deu a informação e a chance de se curar, mas caso ele não queira, eu respeitaria!”

“Tema constante de acaloradas discussões é a recusa a certos procedimentos médicos por motivos religiosos ou filosóficos. A fé merece respeito e todas as crenças têm seus dogmas. Para as Testemunhas de Jeová, a rejeição de tratamento com uso de sangue e derivados para si e aos filhos, seja qual for a circunstância, é ponto fundamental de seus preceitos religiosos”.

“Em respeito ao Juramento de Hipócrates feito ao concluir o curso de medicina”

“Não faria por respeito à fé do paciente”.

Referencia

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. Falsas doutrinas: seitas e religiões. 5.ed. São Paulo: Cléofas, 2004. 210 p.

BARROSO, L. R. (org.). A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BRANCO, P. G. G.; COELHO, I. M.; MENDES, G. F. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

LENZA, P. Liberdade Religiosa: Laicidade do Estado – Radicalismos e Preconceitos – Limites – Razoabilidade. São Paulo: Jornal Carta Forense, 2009. Disponível em: <<http://cartaforense.com.br/conteudo/colunas/liberdade-religiosa---laicidade-do-estado---radicalismos-e-preconceitos---limites---razoabilidade/3852>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

MORAES, A. Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NOVELINO, M. Direito Constitucional. 3. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2009.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional positivo. 25. ed. ver. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: O PAPEL DA MEDICINA E DO DIREITO COMO INSTRUMENTOS PARA O COMBATE

Guimarães, Raquel Rada, Mateus, Rony Amaral

Introdução

O parto era, até o final do século XVIII, um ritual realizado nos domicílios das parturientes com o acompanhamento e o auxílio de parteiras, mas ao final do século XIX, inicia-se um processo de mudança onde a obstetrícia tenta controlar este evento biológico; fazendo com que ele saia da esfera feminina e passe a ser compreendido como uma prática médica (PASCHE; VILELA; MARTINS, 2010; SANFELICE et al., 2014). Ao final do século XX o processo de hospitalização dos partos se intensifica, chegando a quase 90% deles sendo realizados em hospitais (RATTNER, 2009).

Paralelamente ao aumento do número de cesárias, surge-se o aumento do número de violência obstétrica (VO). A porcentagem de mulheres que tiveram seus filhos em maternidades privadas e públicas brasileiras que sofreram algum tipo de violência obstétrica é de 25% (VENTURI; GODINHO, 2013). Ao invés de serem protagonistas deste momento e receberem o devido apoio e acolhimento dos profissionais de saúde, as parturientes se veem em um cenário que desencadeia impactos negativos, físicos e mentais, na saúde da mulher.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo fazer um paralelo entre a violência obstétrica e a atuação do direito no seu combate; uma vez que se compreende a necessidade da mulher de recuperar sua autonomia no parto, assegurando conforto, bem-estar físico, bem-estar mental e segurança de forma que o parto seja visto e vivido como um momento digno de atenção, cuidado e conexão entre a mãe e o bebê.

Materiais e métodos

Para atingir o objetivo proposto, este trabalho apresenta-se como uma revisão bibliográfica onde livros, artigos científicos, publicações acadêmicas, legislações, periódicos e sites online foram utilizados como fonte de informação e dados. Ademais o trabalho divide-se em 5 seções, além da introdução. Na primeira seção será abordado o conceito de violência obstétrica, sua definição e caracterização para um melhor entendimento do termo. A segunda seção tratar-se-á sobre as

legislações referentes, trazendo as leis que já foram aprovadas e as que ainda estão em trâmites. A terceira seção refere-se à uma exposição de casos reais, com relatos de mulheres de diferentes regiões no país, de diferentes classes sociais e em diferentes períodos da gestação; de forma que exemplifique os tipos de violência obstétrica ocorridos. Na quarta seção o papel da medicina e do direito será exposto, reforçando a necessidade das duas áreas no combate à violência. E, por fim, a quinta seção corresponder-se-á as considerações finais onde, por meio de uma síntese do trabalho, corrobore-se com o objetivo e a justificativa de que a violência obstétrica é grave e necessita-se, com urgência, de melhor compreensão e de uma atuação maior por parte do direito em seu combate.

Resultados e discussão

O surgimento de movimentos sociais em defesa do nascimento humanizado e da retomada da mulher como protagonista no parto fez surgir na América Latina, em 2010, o termo violência obstétrica.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (1996), é considerada violência, toda e qualquer imposição de grau significativo que cause dor e sofrimento ao indivíduo, portanto, pode-se caracterizar a violência obstétrica como um tipo de violência de gênero, cometida contra a mulher durante a gravidez, o parto, pós-parto e em casos de abortamento (ZANARDO et al., 2017, MARQUES, 2020).

Diversas ações enquadram-se como características da violência obstétrica, sendo as cinco principais agressões: violência física, violência institucional, violência material, violência sexual, violência psicológica e verbal.

Como relatado anteriormente, não há uma definição legal no Brasil para o termo violência obstétrica. No entanto, há leis e decretos que se relacionam com o tema e que asseguram direitos às parturientes e deveres aos hospitais, maternidades e funcionários da área da saúde.

O Ministério da Saúde instituiu, em 24 de julho de 2011, a Rede Cegonha no Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio da Portaria nº 1.459 o projeto visava assegurar o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada durante todos os processos da gestação, parto e puerpério,

objetivando assistência à saúde da mulher e do bebê desde o parto até os 24 meses seguintes, de forma que a mortalidade materna e a infantil reduzisse.

Ter a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e pós parto é um direito da mulher. De acordo com a Lei nº 11.108/2005, conhecida como Lei do Acompanhante, com a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 36/2008 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e as Resoluções Normativas nº 211 e 262 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Diferentemente das leis e dos decretos apresentados anteriormente que já estão em vigor, na tabela abaixo serão apresentados os projetos de lei (PLs) que tramitam no Congresso Nacional Brasileiro sobre a referida temática.

Para exemplificar os inúmeros casos e os diferentes tipos de violência obstétrica, de forma que ressalte a necessidade das legislações, serão retratados casos reais acometidos contra mulheres em todo o Brasil.

A busca por “violência obstétrica” no google cresceu 440% em relação ao mês de novembro de 2021 após a influenciadora Shantal Verdelho utilizar suas redes sociais para falar sobre um áudio enviado à um grupo de mães onde ela relatava a violência sofrida pelo Ginecologista e obstetra Renato Kalil (Universa, 2021).

Assim como Shantal, a nutricionista Gisele Oliveira também utilizou suas redes sociais para denunciar a violência obstétrica que sofreu durante o parto de sua filha no hospital localizado em Feira de Santana. Foram inúmeras violências sofridas, desde o médico estourar sua bolsa sem seu consentimento, exames de toque excessivos, ouvir da enfermeira “cale a boca” e ser privada da companhia de seu marido.

Victoria Trujillo perdeu seu filho no 8º mês de gestação, no hospital em Cosmópolis em 2021, por causa da demora em seu atendimento. Além da demora para ser atendida, ela relata que sofreu violência por parte do médico que a assediou e a tocou de forma inapropriada.

De acordo com Salgado (2012) cerca de 70-80% das mulheres que realizaram cesárea alvejavam, desde o início da gestação, realizar parto normal, mas, em decorrência de informações

incompletas e distorcidas, elas foram coagidas a realizarem a cirurgia sem levar em consideração os malefícios desse procedimento.

Como forma de informar, instruir e tirar essa ideia de que para parir é sofrido, a OMS indica, banhos, massagens, utilização de bola, hidromassagem e algumas posições de Yoga, como práticas não farmacológicas que são capazes de reduzir naturalmente a dor e o tempo de trabalho de parto. Ademais, ressaltam a importância de apoio por parte dos profissionais, a liberdade da mulher de deambular e a presença do acompanhante escolhido como práticas que auxiliam na diminuição da tensão do trabalho de parto. (BRANDT et al., 2018).

Outra proposta trazida pela OMS em 1985 foi a presença de enfermeiros obstetras na condução de partos vaginais e a inclusão de parteiras em regiões carentes de assistência hospitalar.

A ausência de uma definição, em termos legais, para a violência obstétrica, viabiliza que práticas invasivas se mantenham, mesmo que contradizem o Código de Ética Médica que estabelece, no artigo 24, que "É vedado ao médico deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo" (CFM, 2018).

Após as informações discorridas acima, torna-se evidente que a medicina e o direito precisam alinhar suas ações para combater à violência obstétrica. Cabe ao direito assegurar uma definição legal para esta violência, assegurar que as leis e os projetos que estão em tramitação recebam maior atenção, assegurar o direito à informação para as mães e seus acompanhantes e assegurar que esses direitos sejam cumpridos. Cabe à medicina informar às parturientes sobre seus direitos, implementar cursos para aqueles profissionais que já estão atuando há anos e desconhecem as novas indicações da OMS, implementar aulas e palestras em todos os cursos de medicina e enfermagem para que os profissionais saiam de lá cientes de quais ações são consideradas violência.

Conclusão / Considerações finais

Pode-se concluir que muitos autores definem a violência obstétrica como todo tipo de violência sofrida pela mulher e também como algo recorrente em momentos distintos do atendimento à gestante, acontecendo no pré-natal, parto, pós-parto e, em alguns casos, no abortamento. A

violência pode ocorrer de forma física, através da manobra de Kristeller, de forma institucional, por meio do impedimento ao acesso à serviços do hospital, de forma material, através da cobrança indevida de planos de saúde, de forma sexual, mediante o estupro e a episiotomia e, de forma psicológica e verbal, por intermédio de chantagem, ameaças e humilhação.

Em suma, partindo da abordagem teórica e dos relatos de casos apresentados, destaca-se não somente a necessidade de uma conceituação legal de abrangência nacional, mas também uma relação mais intensificada da medicina e do direito para reduzir e criminalizar as violências. Seja por meio de fiscalização mais severa, de campanhas de impacto nacional sobre os direitos das parturientes, palestras e cursos em hospitais, postos de saúde e maternidades para atualizar e instruir todos os funcionários que atuam diretamente com as mulheres. Dessa forma, o parto vai voltar a ser vivido como uma experiência de zelo, amor, segurança física e psicológica, e principalmente, de protagonismo da mãe e do bebê.

Referências

BRANDT, Gabriela Pinheiro et al. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A VERDADEIRA DOR DO PARTO. REVISTA GESTÃO & SAÚDE, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 1, p. 19-37, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf>.

Acesso em: 8 mar. 2022.

Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018. Aprova o Código de Ética Médica. Diário Oficial da União. Brasília, p. 179, 1º nov 2018. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf>

MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 97–119, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i1.585. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Pasche, D. F., Vilela, M. E. A., & Martins, C. P. Humanização da atenção ao parto e nascimento no Brasil: pressuposto para uma nova ética na gestão e no cuidado. Revista Tempus Actas Saúde Coletiva, v. 4, n. 4, p. 105-117, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v4i4.838>

Rattner, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 13, n. 1, p. 595-602, 2009. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832009000500011>

SALGADO, Heloisa de Oliveira. A experiência da cesárea indesejada: perspectivas das mulheres sobre decisões e suas implicações no parto e nascimento. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.6.2012.tde-28012013-160810. Acesso em: 6 abr. 2022.

UNIVERSA, Mariana Gonzalez De. Após caso de Shantal, busca por 'violência obstétrica' cresce 5x no Google. UniversaUol, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/12/23/apos-caso-de-shantal-busca-por-violencia-obstetrica-cresce-5x-no-google.htm>. Acesso em: 3 ago. 2022.

UNIVERSA, Mariana Gonzalez De. Shantal criará projeto de lei contra violência obstétrica: 'Vou até o fim'. UniversaUol, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/01/24/shantal-projeto-de-lei-criminalizar-violencia-obstetrica.htm>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Venturi, Gustavo Junior; Godinho, Tatau. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Sesc/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002848884>.



EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPACIDADES E HABILIDADES FÍSICAS COMO FATORES DETERMINANTES NO PROCESSO DE DETECÇÃO E SELEÇÃO DE JOGADORES PRÉ-PÚBERES E PÚBERES PARA TIMES DE FUTEBOL PROFISSIONAL: UM ESTUDO PILOTO

Júnior, Jamir dos Santos; Paula, Taylor de Almeida; Chaib, Michel; Pereira, Leonardo Lima; Gonçalves, Halisson; Batista, Cleber Clementino; Barbosa, Sergio Ribeiro.

INTRODUÇÃO

O Futebol é uma paixão nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) em 2015, o futebol foi a principal modalidade esportiva praticada no Brasil com 15,3 milhões de pessoas ou 39,3% dos 38,8 milhões de praticantes de esportes no país. Quanto mais jovem a população, maior a representatividade do futebol, chegando a 64,5% de praticantes entre pessoas de 15 a 17 anos. Além disso, o esporte e, principalmente, o futebol, como negócio, tem evoluído muito nos últimos tempos. A indústria do esporte movimenta anualmente cerca de US\$ 250 bilhões no mundo. No Brasil, somente o futebol movimenta aproximadamente 52 bilhões de reais (EY, 2020).

Nesse cenário, ser um jogador de futebol profissional é o sonho de considerável parcela de crianças que nascem no Brasil, tendo em vista que há poucas vagas para muitos que desejam seguir essa carreira. Devido à concorrência, poucos alcançam o objetivo, sendo contabilizado que, de cada 1000 jovens interessados somente 2 ou 3 chegam aos grandes clubes profissionais e desses, somente 3% alcançam o sonho de serem jogadores famosos (BALZANO, 2008).

Parte da trajetória em se tornar um jogador profissional está relacionada com a detecção e seleção de talentos por grandes clubes de futebol. Segundo Böeme (2000) esses processos visam encontrar jovens que estão melhores preparados para uma intensa jornada de formação física. Já para Garganta, Maia e Seabra (2004), trata-se de um prognóstico a longo prazo de um sujeito que dispõe de atributos físicos e capacidades necessárias para fazer parte uma população de atletas de excelência desportiva.

Contraditoriamente, os critérios para detecção e seleção de talentos no futebol brasileiro encontram-se em base empírica e não sistematizada. A falta de alinhamento metodológico para esse processo pode trazer prejuízos no contexto de preparação e especificação e necessita ser melhor estudado (SANTOS, 2019). Neste contexto, considera-se que capacidades e habilidades

físicas assumem papel de destaque, mas também se apresentam em carência investigativa e conclusiva, assumindo-se como tal o objetivo do estudo.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo transversal observacional. Foram realizadas avaliações de capacidades e habilidades físicas com 30 atletas do sexo masculino entre 8 e 14 anos de idade praticantes de futebol em uma escola de formação esportiva localizada em São Lourenço (MG).

Foram utilizados cinco testes: A – Teste de Cooper de 12 minutos, que estimativa o VO₂ Máximo e condicionamento aeróbico; B - *Squat Jump* (teste de salto horizontal), que avalia a força explosiva dos membros inferiores; C – Teste do Quadrado, que avalia a agilidade dos atletas; D - Teste quadrado com bola, que avalia agilidade na condução de bola e coordenação motora e; E - Teste de Precisão em chutes ao gol, em busca de alvos pré-estabelecidos. Todos os testes foram realizados por acadêmicos do curso de Educação Física.

Todos os dados foram digitados e armazenados em planilha de Excel. Posteriormente, as análises estatísticas foram realizadas através do software SPSS, versão 21.0. Utilizou-se o teste T de *student* para a comparação dos grupos. Para todos os casos considerou-se um nível de significância para $p < 0.05$. Mediante faixa etária os grupos foram divididos entre pré-púberes (com 10 anos ou menos) e púberes (11 anos ou mais). Além disso, os grupos foram subdivididos entre atletas já aprovados e não aprovados em processos seletivos para clubes profissionais de futebol.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do período avaliativos consideraram-se como válido os dados de 28 atletas com idade média de 10,8 ($\pm 2,8$) anos. Dois atletas foram excluídos por não completarem a bateria de testes. Dos avaliados integralmente, 39,3% apresentavam histórico de aprovação em clubes de grande representatividade no futebol nacional.

Na análise fragmentada por idade, constatamos que nos indivíduos pré-púberes (idade média de 8,4 \pm 0,9 anos), o VO₂ máximo mostrou-se como fator importante, estando com valor diferencial entre os aprovados e não-aprovados (36,4 \pm 6,3 vs 28,1 \pm 5,8 ml/Kg/min, $p = 0,03$). Coordenação/agilidade com a bola mostrou-se também uma variável importante. Aprovados tem

melhor condução de bola em relação aos não aprovados ($10,7 \pm 0,5$ vs $13,1 \pm 2,3$ segundos, $p = 0,05$).

Já nos indivíduos mais velhos (idade média de $13,2 \pm 1,6$ anos), verificamos que o VO2 máximo também é uma variável importante. O marcador da capacidade aeróbica dos aprovados é significativamente maior do que a dos não aprovados ($48,9 \pm 4,1$ vs $39,2 \pm 7,2$ ml/Kg/min, $p = 0,01$). Verificou-se também que a velocidade/agilidade dos indivíduos com histórico de aprovação é melhor do que os não aprovados ($6,7 \pm 0,34$ vs $7,4 \pm 0,36$ segundos, $p = 0,005$). De forma similar, a habilidade de condução de bola também foi melhor nos indivíduos com histórico de aprovação ($8,8 \pm 0,4$ vs $10,2 \pm 0,8$ segundos; $p = 0,005$). Por fim, a força de membros inferiores avaliada pelo salto horizontal também esteve melhor nos indivíduos com histórico de aprovação ($2,4 \pm 0,14$ vs $2,0 \pm 0,38$ metros, $p = 0,03$).

Baseando-se nos resultados obtidos nos testes, podemos definir uma linha de trabalho direcionada especialmente pra cada capacidade física do atleta, podendo ser trabalhadas no coletivo ou individualmente. Um fator primordial a ser destacado é que cada indivíduo responde de uma maneira diferenciada e fatores biológicos e maturacionais devem sempre ser considerados. A desconsideração desses fatores, tão quanto não garantir um tempo adequado para a evolução do atleta pode resultar em abandono precoce e frustração no esporte.

CONCLUSÃO

Após testar considerável quantidade de praticantes chegou-se a conclusão da importância de habilidades e capacidades físicas no processo de seleção de atletas. Os que se mostraram fisicamente melhor preparados tiveram maior frequência em aprovação. Para próximos estudos um número maior de atletas por categoria e participantes de outros centros de treinamentos podem nos ajudar a afirmar melhor essa relação. Estudos longitudinais também são desejáveis, testando-se por exemplo se a evolução física alcançada com treinamentos periódicos nessas variáveis será capaz de aumentar a chance de seleção destes atletas.

REFERÊNCIAS

BALZANO, O. N. Projeto esporte social: uma possibilidade de inclusão dos alunos negros, atletas e oriundos de classes populares na escola privada, através do futebol. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Porto Alegre, 2008.

BÖHME, M. O treinamento a longo prazo e o processo de detecção, seleção e promoção de talentos esportivos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 21, n. 2/3, p. 4-10, 2000.

BRASIL, EY. Levantamento Financeiro dos Clubes Brasileiros 2020. Disponível em: https://www.ey.com/pt_br/media-entertainment/levantamento-financeiro-dos-clubes-brasileiros-2020. Acessado em 17 de outubro de 2022.

GARGANTA, R; MAIA, J; SEABRA, A. Seleção e promoção de “talentos” para o futebol: Uma reflexão. Treino Desportivo, n.25, p.40-45. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). FALTA de tempo e de interesse são os principais motivos para não se praticar esportes no Brasil | Agência de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15128-falta-de-tempo-e-de-interesse-sao-os-principais-motivos-para-nao-se-praticar-esportes-no-brasil>. Acessado em 10 de outubro de 2022.

SANTOS, J. Detecção, seleção e promoção de talentos no futebol: Uma revisão da literatura. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

COMPARAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSAS SEDENTÁRIAS E PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO NA REGIÃO DO SUL DE MINAS GERAIS

SALVIANO, Yago Silva, SILVA, Eduardo de Freitas, DA SILVA, Mariana Soares, DO PATROCÍNIO, Wesley Gomes, OLIVEIRA, Gabriel Fernandes, BRISKIEWICZ, Bruna Lucas; DA CRUZ, Letícia Maria Cunha.

Introdução

Nos últimos anos, a melhora na qualidade de vida tem sido um dos principais objetivos buscado por indivíduos de diversas faixas etárias, inclusive as idosas (ARAÚJO *et al.*, 2020). Com o avanço da tecnologia, da medicina e da ciência, as pessoas têm vivido cada vez mais, o que incentivou estudos das vantagens fisiológicas aos praticantes de atividades físicas, que justificam os dados da atual pirâmide etária do nosso país, permitindo comparação entre o bem-estar de mulheres idosas praticantes de exercícios físicos e idosas sedentárias (RAMOS *et al.*, 2005).

Esse envelhecimento da população se deve não só ao avanço da medicina, mas a uma série de fatores, dentre eles o exercício físico, usado como estratégia para o aumento da sobrevida e da condição física/mental na qual se vive (ARAÚJO *et al.*, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010) define qualidade de vida (QV) como: a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Uma pesquisa realizada pelo mesmo órgão no ano de 2010, revelou que pessoas a partir dos 65 anos devem dedicar ao menos 150 minutos de sua semana a exercícios com intensidade moderada, ou dedicar 75 minutos semanais a atividades mais intensas. Hábitos de sedentarismo em idosos, a longo prazo, podem causar incapacidade física e psicomotora, doenças crônicas e o aumento da taxa de mortalidade dessa classe (em um grau mais elevado que as demais classes) (DE OLIVEIRA, 2020).

Assim, essa pesquisa tem por objetivo comparar a QV de idosas sedentárias com idosas regularmente praticantes de musculação (treinamento de força ou resistência) na região do Sul de Minas Gerais.

Materiais e métodos

Participaram da pesquisa 30 idosas, maiores de 60 anos, divididas em dois grupos: praticantes de musculação (n=15) e sedentárias (n=15) das cidades de São Lourenço - MG, Varginha - MG, Jesuânia - MG, Elói Mendes - MG, Serranos - MG, Carvalhos - MG, Carmo de

Minas - MG e Cristina - MG. Foram utilizados como critério de inclusão das praticantes de musculação: 1) ter frequência mínima de treino de semanal (2x/semana) e praticar musculação a pelo menos seis meses. E como critério de inclusão para as idosas sedentárias: 1) não praticar nenhum tipo de exercício físico sistematizado a pelo menos seis meses; 2) Não possuir nenhum tipo de comorbidade grave associada que prejudique diretamente sua qualidade de vida (Ex: estar acamada, com doença crônica grave). Todas as idosas consentiram com a participação da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como instrumento de pesquisa foram utilizados o Questionário The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL-BREF) (FLECH et al., 2000) cuja versão final foi composta por 26 questões: 24 representando cada uma das facetes que compõem o WHOQOL-100, e duas que avaliam de forma geral a percepção de saúde e QV. As respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5), onde, quanto maior a pontuação, melhor a qualidade de vida. Segundo Santos (2015), o WHOQOL-BREF avalia os seguintes domínios da QV:

1. Domínio físico: dor e desconforto; energia e fadiga; sono e repouso; mobilidade; atividades da vida cotidiana; dependência de medicação ou de tratamentos; capacidade de trabalho.
2. Domínio psicológico: sentimentos positivos; pensar, aprender, memória e concentração; autoestima; imagem corporal e aparência; sentimentos negativos; espiritualidade/religião/ crenças pessoais.
3. Domínio relações sociais: relações pessoais; suporte/apoio social; atividade sexual.
4. Domínio meio ambiente: segurança física e proteção; ambiente no lar; recursos financeiros; cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade; oportunidades de adquirir novas informações e habilidades; participação em oportunidades de recreação/ lazer; ambiente físico: poluição, ruído, trânsito, clima; transporte.

E o Questionário de Critério de Classificação Econômica Brasil - (ABEP, 2020) para caracterização do perfil socioeconômico da amostra. Este instrumento utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica e realiza a soma das pontuações variando de 0 a 100. A classificação é dada por: A1 – 45 a 100 pontos; B1 – 38 a 44; B2 – 29 a 37; C1 – 23 a 28; C2– 17 a 22; D e E – 0 a 16.

O convite às voluntárias foi feito de forma direta e indireta, pessoalmente, com a via chamadas telefônicas e internet. Após este primeiro contato, as idosas foram convidadas a participarem da pesquisa, sob auxílio de um pesquisador(a) responsável para preenchimento das questões através de um formulário na plataforma *Google forms*. Ressalta-se que sempre informando o sigilo das informações e passando segurança a respeito do que seria abordado e pesquisado. Os dados coletados foram analisados por meio do pacote estatístico *Statistical Package of Social Sciences for Windows (SPSS)* versão 22.0, utilizando análise descritiva. Para cada dimensão do WHOQOL-BREFF foram calculados a média e desvio padrão.

Resultados e discussão

Em todas as dimensões da qualidade de vida, o grupo das praticantes de musculação pontuou mais que o grupo das sedentárias, confirmando a hipótese de que mulheres que praticam exercício físico possuem maior qualidade de vida do que as que não praticam nenhuma atividade. Os dados dos avaliados se encontram na Tabela 1.

Tabela 1 - Características da amostra de idosas praticantes de musculação e sedentárias na região do Sul de Minas Gerais, Brasil

Variáveis	Praticantes (n=15)	Sedentárias (n=15)
Idade (anos)	63 (6,33)	70 (8,44)
IMC (kg/m ²)	24,44 (4,73)	32,04 (5,84)
Socioeconômico	B1, B2	C1, B2
Domínio Físico (DF)	26,25 (3,47)	19,70 (4,59)
Domínio Psicológico (DP)	21,30 (2,29)	17,96 (3,51)
Domínio Social (DS)	9,27 (1,13)	8,20 (1,38)
Domínio Ambiente (DA)	28,23 (3,31)	25,59 (4,03)
Qualidade de vida Total Média (QV)	102,76 (9,80)	86,21 (14,9)

*Dados apresentados em média e desvio padrão

Segundo o estudo de Frazer, Cristense e Griffiths (2005) e de Anderson et al. (1998), o planejamento das atividades físicas são extremamente importantes para a melhoria do condicionamento físico em geral, visando o bem-estar das idosas, auxiliando na saúde psicológica e contribuindo para um modelo de vida mais saudável.

Com a pesquisa foi possível perceber que as idosas que dedicam um pouco do seu tempo ao treinamento com pesos apresentam características como condicionamento físico, coordenação

motora, maior interesse em atividades de lazer, recreação e até sensação de bem-estar em níveis mais elevados que as idosas não praticantes. Uma rotina adequada com uma alimentação balanceada, sem ingestão de bebidas alcoólicas ou consumo de drogas, também auxiliam na manutenção de uma vida mais ativa e saudável.

Vale ressaltar ainda, a diferença gritante entre os índices de IMC de idosas praticantes e sedentárias. O índice de massa corporal é uma taxa que classifica o indivíduo de acordo com sua massa corpórea, onde aqueles que possuem índice abaixo de 22 são considerados com baixo peso; entre 22 e 27, peso adequado; e aqueles com mais de 27 já estão em situação de sobrepeso. Levando isso em consideração, é possível perceber que idosas sedentárias apresentam IMC maior do que as idosas praticantes, demonstrando que a taxa de sobrepeso é maior em mulheres mais velhas que não praticam atividades físicas.

Nota-se que os exercícios físicos resistidos auxiliam na estabilidade e no fortalecimento da massa muscular, além de proteger os ossos e demais órgãos. Ressalta-se que os exercícios físicos atuam de forma intensa em diversas doenças, como por exemplo, doenças cardíacas, respiratórias, crônicas e atrofiantes. Além do mais, os exercícios físicos podem atuar também na vida social e psicológica da idosa, fazendo com que ela tenha mais disposição para executar suas tarefas do dia-a-dia sem que encontre dificuldades em seu caminho.

Conclusão / Considerações finais

De acordo com a pesquisa realizada, um dos fatores que enfatizam uma boa qualidade de vida é o nível socioeconômico. Observou-se que idosas praticantes normalmente são da classe B1 e B2, enquanto as idosas sedentárias são de classe C1 e B2. Nota-se que isso indica que as que possuem maior renda obtêm uma qualidade de vida e saúde melhor em comparação às de menor renda, tendo assim mais oportunidades de praticar atividades físicas e acesso a um acompanhamento profissional. Além disso, o grupo das idosas praticantes de musculação pontuou mais que o grupo das sedentárias, confirmando a hipótese de que mulheres idosas que praticam exercício físico possuem maior qualidade de vida do que as que não praticam nenhuma atividade.

A pesquisa foi capaz de mostrar aos profissionais de educação física, adeptos e admiradores, a importância do treino de força planejado para o envelhecimento saudável, proporcionando a melhoria do condicionamento físico, saúde psíquica e bem-estar das idosas, além do tratamento e prevenção de várias doenças, demonstrando ser uma área que agrega um grande valor à saúde da população.

Referências

- ARAÚJO, Dyenifer De Paula Ramos et al. QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO. Caderno Científico UNIFAGOC de Graduação e Pós-Graduação, v. 5, n. 1, 2021.
- BRASIL, CORTES DO CRITÉRIO. Critério de classificação econômica Brasil. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), 2008.
- DE OLIVEIRA, Daniel Vicentini. O comportamento sedentário na população idosa: hábito contrário ao envelhecimento saudável. Revista Kairós-Gerontologia, v. 23, p. 35-40, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. Qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL)-BREF . Organização Mundial da Saúde, 2004.
- RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. Revista de Saúde Pública, v. 21, p. 211-224, 1987.
- SANTOS, M. C. Principais instrumentos de avaliação da qualidade de vida de idosos no Brasil: vantagens e desvantagens na utilização. Corpoconsciência, v. 19, n. 02, p. 25-36, maio/ago. 2015.

LESÃO MULTILIGAMENTAR DE JOELHO: O CASO BRUNO HENRIQUE

Alvarenga, Thiago Ramos; Nunes, Augusto Owsiany; Borges, Gabriel Rocha; Dos Santos, Gabriel
Vieira, Valle, Thalles Sanches

Introdução

O Futebol é a modalidade mais praticada do mundo (STEINWIEN, 2005) e a articulação do joelho possui a maior incidência de lesão neste esporte (SILVA, 2018). No dia quinze de junho de 2022, o atleta do Clube de Regatas do Flamengo, Bruno Henrique, sofreu uma lesão multiligamentar no joelho e terá de se manter em tratamento fora dos campos por alguns meses (GLOBO, 2022).

A lesão compreendeu os seguintes ligamentos: Cruzado Anterior, Colateral Lateral e o Canto Posterolateral (GLOBO, 2022). Sendo esta uma grave lesão. Neste sentido, o objetivo deste estudo, é realizar uma pesquisa qualitativa elucidando pontos específicos sobre as lesões de joelho.

Materiais e métodos

Este é um estudo de caso de caráter qualitativo que foi escolhido, pois é um método que fornece dados verbais e visuais de qualidade, examinando uma situação específica e não controlada. Números menores de pessoas fazem parte da amostra que por sua vez, são detalhadamente estudadas (ANDREW, PEDERSON, MCEVOY, 2011; BELK, 2013).

Para tanto, o modelo de entrevista semi-estruturada foi realizado, tendo como padrão para as perguntas o Formulário para Avaliação de Joelho da American Orthopaedic Society SportsMedicine (AOSS). IKDC – Knee Forms. Tendo sido adaptado para este estudo.

Para o tratamento dos dados obtidos por meio da entrevista, será usada a análise de conteúdo, que consiste em identificar o que está sendo dito, para compreender ao que diz respeito (VERGARA, 2012).

A amostra deste estudo é composta por um médico ortopedista, com 42 anos de experiência clínica cirúrgica, doravante denominado como M.O. (médico ortopedista).

Resultados e discussão

As categorias estabelecidas para a análise de dados deste trabalho foram baseadas no formulário já citado e são as seguintes:

1. Cirurgia de joelho em atletas

2. Desconforto ou dor ao buscar atendimento
3. Inchaço ou rigidez do joelho ao buscar atendimento
4. Complexidade de lesão
5. Tempo de recuperação

Entrevistado	M.O.	
	A	P
Cirurgia de joelho em atletas		X
Desconforto ou dor ao buscar atendimento		X
Inchaço ou rigidez do joelho ao buscar atendimento		X
Complexidade de lesão		X
Tempo de recuperação		x

Quadro 1. Categorias presentes no discurso do entrevistado. A = ausência, P = presença

Na entrevista, foi possível identificar que ao buscar atendimento médico, os pacientes no geral sentem desconforto e algum tipo de inchaço, conforme cita o M.O.: “a dor é individual, então quando um cliente chega no consultório reclamando de dor, a gente vai analisar a dor, em um exame clínico, se tiver alguma exposição óssea é lógico que a gente já leva direto para o hospital e já faz o tratamento cirúrgico...”; e segue ao falar sobre inchaço e rigidez da articulação do joelho: “...Normalmente já tem um discreto bloqueio...”.

Mas também ressalva sobre o procedimento cirúrgico: “A gente tenta um tratamento conservador, não é toda lesão do ligamento cruzado que é uma lesão cirúrgica, dependendo da idade, da postura do cliente, seus quadríceps estão bem e tudo, a gente tem que ir passo a passo, você não pode ser agressivo, pois a gente sabe que tem médicos que só querem fazer as cirurgias”. Sobre isto Boone (2006), menciona que a lesão do ligamento cruzado anterior (LCA)

possui a maior prevalência em atletas, levando por muitas vezes a necessidade de uma cirurgia, o atleta é afastado por um período longo, o que pode levar a aparecer outras complicações.

Ao ser questionado sobre a lesão multiligamentar específica do jogador Bruno Henrique: "...essa é uma das lesões mais graves do joelho tanto é que ele já foi operado de novo..." e segue: "Quando você tem uma lesão do ligamento cruzado posterior, é uma cirurgia muito delicada e eu mando para o hospital de alta complexidade, eu não vou arriscar o cliente e o meu nome, eu sei até onde eu posso ir...". Para Brito, Soares e Rebelo (2009), em termos globais, a lesão no joelho não é a mais frequente, diferente do que acontece na área do esporte, e principalmente no futebol, sendo a lesão mais comum entre as lesões consideradas graves, com um destaque para o ligamento cruzado anterior (LCA) como um dos mais frequentemente lesionados.

Em relação ao tempo de recuperação: "...a turma fala 7 ou 8 meses mas depende muito do que o cliente faz, se ele se cuida direito..." e segue: "O paciente terá que ter respeito pelo joelho, ter apoio ao andar e a carga no joelho não pode ser imediata, têm caso de pacientes loucos que já no pós operatório tentam dar os primeiros passos sem apoio, sem nada, pode ter problema? Pode, também pode não ter, depende do caso do cliente..."; continua: "Não é que ele vá fazer a fisioterapia de movimentação no joelho, mas a parte muscular é importante para o joelho...". Indo mais a fundo, explica: "Se ele tiver um grau mínimo com uma cirurgia ótima a recuperação dele é ótima. Uma lesão que é bem frequente é o menisco, hoje em dia se ele tiver uma lesão pequena e faz uma artroscopia, em pouco tempo ele está bem, mas tem as intercorrências, aquele zagueiro do Flamengo o Rodrigo Caio, teve uma lesão basicamente simples no joelho, mas deu um processo inflamatório, deu um processo infeccioso, ele foi operado várias vezes, então você não pode determinar quando que aquilo vai ficar bem, pois depende de um monte de problemas, quando a gente opera sempre tem riscos da parte anestésica, tem riscos de infecção e tem outros problemas".

As lesões no futebol atrapalham o atleta, causando incômodos durante toda a carreira, e a depender do caso podendo até mesmo causar o fim da carreira do atleta. (BARROS e GUERRA, 2004). Por isso, é fundamental o diagnóstico correto e tratamento destas lesões para que o atleta possa retornar ao seu nível anterior à lesão. (STEINWIEN, CAMARGO, 2005).

Considerações finais

Conforme elucidado pelo Médico Ortopedista, a lesão do Bruno Henrique é considerada Grave e de alta complexidade, com tempo médio de recuperação dependente do paciente seguir as diretrizes médicas para poder retornar às atividades esportivas. Para os profissionais de Educação Física é necessário realizar a profilaxia de lesões como esta, visando o preparo físico adequado e fortalecimento das cadeias musculares específicas com objetivo de diminuir a incidência de lesões assim.

Referências

American Orthopaedic Society SportsMedicine (AOSS). IKDC – Knee Forms, 2000. Disponível em: https://www.sportsmed.org/uploads/main/files/general/AOSSM_IKDC_English_US.pdf

ANDREW, D.P.S.; PEDERSEN, P.M.; MCEVOY, C.D. Research Methods and design in sport management. United States: Human Kinetics, 2011.

BOONE J. Addressing the ACL. Ways to help prevent soccer's most dreaded injury. Soccer Journal. n.15, p.36-37, 2006.

BRITO, J.; SOARES, J.; REBELO, A.N. Prevenção de lesões do ligamento cruzado anterior em futebolistas. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v.15, n.1, p. 62-69. 2009.

GLOBO. Bruno Henrique lamenta lesão grave no Flamengo: "Segunda pior notícia da minha vida", 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2022/06/20/bruno-henrique-lamenta-lesao-grave-no-flamengo-segunda-pior-noticia-da-minha-vida.ghtml>

RODRIGUES, P.F.; SILVA, M.R. Incidências de lesões no joelho em jogadores de futebol profissional. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde, n.04, p.230-241, 2007.

SILVA, D.A.S.; SOUTO, M.D.; OLIVEIRA, A.C.C. Lesões em atletas profissional de futebol e fatores associados. Educación Física y Deportes, Revista Digital. Buenos Aires, n.121, 2008.

STEWIEN, E.T.M.; CAMARGO, O.P.A. Ocorrência de entorse e lesões de joelho em jogadores de futebol da cidade de Manaus, Amazonas. Acta Ortopédica Brasileira, v.13, p.141-146, 2005.

VERGARA, S.C. Métodos de pesquisa em administração. 5ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PERCEPÇÃO DE MULHERES PRATICANTES DE CORRIDA SOBRE O IMPACTO DO CICLO MENSTRUAL NO DESEMPENHO ESPORTIVO

DOS SANTOS, Aline Cristina Assis, SILVA, Alessandra Aparecida Assis, DA SILVA, Camila Araújo, DOS SANTOS, Rayssa da conceição, PAIVA, Matheus Andrade, BRISKIEWICZ, Bruna Lucas, DA CRUZ, Leticia Maria Cunha

Introdução

Nos últimos tempos tornou-se comum a prática de atividades ao ar livre, devido ao baixo custo e por apresentar fácil acessibilidade (SANTOS, 2021). Dentre os vários tipos de exercício físico, a corrida de rua vem atraindo cada vez mais adeptos e se tornando uma modalidade esportiva popular (SALGADO; MIKAHIL, 2006) Entre os benefícios da corrida para saúde podemos citar: melhora da concentração, alívio do estresse, redução dos sintomas de ansiedade, aumento da autoconfiança, interação social, melhora a função cardiorrespiratória, maior qualidade de vida e prevenção de doenças (SANTOS, 2021).

Nos últimos anos o número de integrantes em eventos de corrida de rua aumentou de 146 mil corredores para 724 mil, gerando um aumento de 500% entre 2004 e 2015 no Estado de São Paulo (FPA, 2016). Entre os corredores destaca-se a participação em corridas por mulheres. Influências do ciclo menstrual na resposta fisiológica das mulheres no exercício tem despertado muita atenção da comunidade científica, com foco não somente nas atletas profissionais, mas também em atletas amadoras.

Em geral o ciclo menstrual tem a duração média de 28 dias, podendo ser dividido em três fases: folicular, ovulatória e lútea. A fase folicular inicia no primeiro dia de menstruação, a fase ovulatória ocorre entre o décimo e décimo quarto dia, já a fase lútea inicia no fim da ovulação e dura até o início do fluxo menstrual (PENTEADO, 2018). Presume-se que haja variações no desempenho físico durante as diferentes fases do ciclo menstrual devido ao metabolismo e as variações de temperatura corporal. Há o aumento da progesterona na fase lútea, com nível elevado após a ovulação, aumentando a temperatura corporal basal analisada nesta fase (ZUNTINI; DE ARAÚJO; DE JESUS SOARES, 2018).

No que se refere ao exercício físico, sabe-se que os hormônios sexuais são conhecidos por regular a utilização de substratos, fadiga muscular, regulação da temperatura e resposta endócrina, podendo influenciar na performance da atleta (HASHIMOTO et al., 2014). Há também relatos na literatura apontam que a intensidade no treinamento físico pode influenciar no ciclo

menstrual, levando a mulher a ter ausência de menstruação, amenorreia. A deficiência de ferro influenciada pelo ciclo menstrual pode provocar a queda no rendimento em corredoras. Para uma prescrição de treinos adequada é importante maior conhecimento sobre a influencia do ciclo menstrual para atletas, estar atento às características de cada mulher, as diferentes fases do ciclo, a duração de cada fase e os sintomas que cada mulher apresenta, para assim garantir a qualidade dos treinos e o bem estar das atletas (PENTEADO, 2018).

Objetivo

Explorar a relação entre o ciclo menstrual e o desempenho desportivo das atletas no sentido de perceber de que forma o treino pode interferir no ciclo menstrual e quais as consequências do mesmo.

Materiais e métodos

A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2022. Para uma maior heterogeneidade amostral as participantes foram recrutados de forma *online* através das redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp* utilizando a metodologia denominada bola de neve virtual (COSTA, 2018). Foram estabelecidos contatos de forma direta (através de mensagens privativas aos perfis dos atletas) ou indireta (através de indicações de terceiros). As atletas foram convidadas a acessarem um *link* e redirecionados ao formulário na plataforma *Google forms*. Em caso de aceite, as atletas assinaram o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) virtualmente, atestando conformidade com a pesquisa.

No total foram coletados dados de 48 participantes. Entretanto, 16 atletas forma excluídas por não apresentarem requisitos básicos para participarem do estudo. Os critérios de inclusão foram: corredoras amadoras, com idade entre 18 a 40 anos, que não fizessem uso de anticoncepcional e reposição hormonal. Assim, a amostra total foi composta por 32 participantes.

Na coleta de dados foi utilizado questionário validado por três peritas na área que diziam respeito ao histórico menstrual e esportivo contendo perguntas como: idade da primeira menstruação, duração do ciclo menstrual, sintoma pré-menstrual, alterações de desempenho nas diferentes fases do ciclo (lútea, folicular e ovulatória), há quanto tempo corriam e quantas sessões de treino faziam por semana, qual maior distância já corrida, se corriam com acompanhamento e qual tipo de acompanhamento.

Os dados coletados foram analisados por meio do pacote estatístico *Statistical Package of Social Sciences for Windows* (SPSS) versão 22.0, utilizando análise descritiva, e os resultados apresentados por porcentagem de frequência de respostas.

Resultados e discussão

Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa das atletas com relação as variáveis investigadas

Estado civil	Solteira	Casada	Divorciada
	65,6%	31,3%	3,1%
	(21)	(10)	(1)
Há quanto tempo corre?	Mais de 6 meses	1 a 3 anos	Mais de 5 anos
	25%	43,8%	21,9%
	(8)	(14)	(7)
Sessões de treino de corrida por semana	3x	2x	6x
	56,3%	28,1%	6,3%
	(18)	(9)	(2)
Maior distância já corrida	21km	5km	15km
	37,5%	28,1%	21,9%
	(12)	(9)	(7)
Quantos dias de duração do ciclo menstrual (Ex: 28 dias)	28 dias	28 a 30 dias	23 a 28 dias
	34,4%	31,3	25%
	(11)	(10)	(8)
Sintomas menstrual (Nos 5 dias antecedem menstruação)	Pré- Irritabilidade	Inchaço	Desconforto nas mamas
	75%	71,9%	56,3%
	(24)	(23)	(18)
Corre com acompanhamento?	Sim	Não	
	84,4%	15,6%	
	(27)	(5)	
Qual tipo de acompanhamento	Treino com grupo de corrida	Planilha online	Treinador(a) presencial individual

	34,4% (11)	34,4% (11)	18,8% (6)
Seu Ciclo menstrual é considerado pelo seu treinador para prescrição dos treinos?	Sim 34,4% (11)	Não 65,6% (21)	
Alterações de desempenho esportivo do 14º ao 28º dia. (Fase Lútea)	Sim 65,6% (21)	Não 34,4% (11)	
O que sentiu?	Fadiga 34,4% (11)	Disposição 31,3% (10)	Falta de energia 31,3% (10)
Alterações de desempenho esportivo Do 1º ao 14º dia do ciclo menstrual (Fase folicular)	Sim 70% (22)	Não 30% (10)	
O que sentiu	Falta de energia 56,3% (18)	Fadiga 34,4% (11)	Nunca me atentei a nenhum sintoma 25% (8)
Alterações de desempenho esportivo Do 11º ao 16º dia do ciclo menstrual (Fase ovulatória)	Sim 50% (16)	Não 50% (16)	
O que sentiu	Disposição 34,4% (11)	Nunca me atentei a nenhum sintoma 34,4% (11)	Não vejo alteração 18,8% (6)

Fonte: (a autora, 2022)

O presente estudo teve como objetivo, explorar a relação entre o ciclo menstrual e o desempenho desportivo das atletas no sentido de perceber de que forma o treino pode interferir no ciclo menstrual e quais as consequências do mesmo. Com relação às variáveis investigadas podemos observar que 65,6% (21) das entrevistadas são solteiras, 31,3% (10) são casadas e 3,1% (1) é divorciada. A maioria das participantes da pesquisa é praticante de corrida de 1 a 3 anos. 56,3%(18) tem uma rotina de treinos com 3 sessões por semana, sendo a maioria ter 21 km como a maior distância já corrida. A porcentagem de mulheres com duração do ciclo menstrual de 28 dias foi de 34,4%(11), as que tem o ciclo menstrual com duração de 28 a 30 dias foi de 31,3% (10) e 25%(8) o ciclo tem duração de 23 a 28 dias.

A irritabilidade, inchaço e desconforto nas mamas são os sintomas Pré-menstruais mais relatados pelas atletas. A síndrome Pré-menstrual tem como característica sintomas que podem ser tanto físicos quanto psicológicos ou até mesmo de comportamento. (SANTOS, 2021). Cerca de 84,4% (27) das mulheres correm com acompanhamento, sendo a porcentagem de mulheres que correm com grupo de corrida e planilha online a mesma, entretanto, 65,6%(21) relataram que seu treinador não sabe seu ciclo menstrual. De acordo com (DAVID, 2008) ao longo dos anos a medicina teve grandes avanços e descobertas, possibilitando um melhor entendimento científico sobre a menstruação e dos sintomas que ela apresenta, sendo assim, se na fase lútea o treinamento é mais intenso e na fase folicular ele é mais leve, os benefícios do exercício podem ser mascarados, possibilitando que também possa haver o inverso. Por isso é indicado uma atenção maior dos treinadores ao prescreverem os exercícios, observando cada fase do ciclo menstrual para que o desempenho total da atleta seja preservado.

Quanto as alterações de desempenho esportivo, na fase lútea, 34,4% (11) das entrevistadas relataram sentir fadiga, 31,3%(10) sente disposição e 31,3%(10) sentem falta de energia. Na fase folicular a porcentagem de mulheres que sentiram falta de energia foi maior do que na fase lútea, 34,4(11) relataram sentir fadiga também na fase folicular e 25%(8) nunca se atentou a nenhum sintoma. Na fase ovulatória a porcentagem de entrevistadas que relataram sentir disposição e as que nunca se atentaram a nenhum sintoma foi à mesma e 18,8%(6) não veem alteração.

Embora hajam estudos que relatam que o desempenho no exercício variam ao longo do ciclo menstrual, existem também a mesma quantidade de estudos que concluem não haver variação (RECHICHI, DAWSON, GOODMAN, 2009; STANGHERLIN DE ALMEIDA, 2020).

Conclusão / Considerações finais

Os resultados do presente estudo mostraram que os sintomas citados nas diferentes fases do ciclo menstrual podem variar de uma atleta para outra, por exemplo, enquanto algumas atletas relataram sentir disposição, outras relataram sentir fadiga ou falta de energia na mesma fase do ciclo, sugerindo maiores investigações sobre essa temática no que diz respeito a estudos longitudinais, de comparação entre faixas etárias e avaliando variáveis hemodinâmicas, hormonais e psicológicas. Além disso, outro fato observado é que grande parte dos profissionais de educação física não questionam sobre ciclo menstrual das atletas, tende em visto a necessidade de que esse desempenho seja observado com mais cautela.

Referências

- COSTA, B. R. L. Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 7, n. 1, 2018.
- FPA - Federação Paulista de Atletismo (2016). Estatísticas Corrida de Rua 2015. Disponível em: <http://www.atletismofpa.org.br/Corrida-de-Rua/Estat%C3%ADstica-2015>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- HASHIMOTO, H. et al. Menstrual Cycle phase and carbohydrate ingestion alter immune response following endurance exercise and high intensity time trial performance test under hot conditions, *Journal of the International Society of Sports Nutrition*, 11(1):39, 2014.
- SALGADO, J. V. V.; MIKAHIL, M. P. T. C. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e de praticantes. *Conexões, Campinas*, v. 4, n. 1, p. 90-99, 2006.
- PENTEADO, Clíciane de Fátima Santana. Influência do ciclo menstrual e do uso de contraceptivos orais no desempenho aeróbio de corredoras. 2018. 63f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biomédicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018.
- SANTOS, Alyne Crizostimo dos. A influência do ciclo menstrual no desempenho físico de mulheres praticantes de treinamento resistido. 2021.
- ZUNTINI, Ana Carolina Siqueira; DE ARAÚJO, Cíntia Freitas; DE JESUS SOARES, Beatriz. A Influência Da Síndrome Pré Menstrual E Do Ciclo Menstrual No Treinamento De Corrida E Musculação. *REVISTA UNIÍTALO EM PESQUISA*. ISSN: 2236-9074, v. 8, n. 2, 2018.
- DAVID, Alexandra Martins. Estudo da incidência de síndrome pré-menstrual em atletas jovens e sua influência na resistência muscular. 2008.

Janse de Jonge X. Efeitos do ciclo menstrual no desempenho do exercício. *Medicina Esportiva*; 33 (11):833–51, 2003

RECHICHI C, DAWSON B, GOODMAN C. Desempenho atlético e o contraceptivo oral. *International Journal of Sports Physiology and Performance*, 4 (2):151–62, 2009.

STANGHERLIN DE ALMEIDA, Fernanda. *As influências do Ciclo Menstrual no Treinamento de força*. 2022.

PRINCIPAIS REQUISITOS PROCURADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE UM *PERSONAL TRAINER*: UM ESTUDO PILOTO

Junior, Carlos Alberto da Silva Alves; Cunha, Alex Júnior da; Andrade, Ruan Bonifácio de; Ferreira, Samuel Cardoso; Barbosa, Sergio Ribeiro.

INTRODUÇÃO

Manter a musculatura ativa desencadeia a produção de hormônios responsáveis pela queima de gordura, pela sensação de bem-estar e pelo aumento da síntese proteica, aspectos de grande importância ao longo do processo de envelhecimento e de tópicos gerais em saúde. Todavia, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), apenas 20% da população mundial pratica atividade física. No Brasil a musculação (17,7%) é a segunda atividade física mais praticada, atrás apenas da caminhada (33,6%) (JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL, 2019).

A musculação melhora o condicionamento cardiorrespiratório, diminui a quantidade de gordura corporal, auxilia o emagrecimento, diminui o risco de doenças crônicas, aumenta a autonomia em idosos e garante mais disposição física. O aumento da massa muscular vinculada a prática da musculação é importante por induzir a secreção de moléculas de miocinas, como a interleucina-6, a irisina e o fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF). A produção dessas moléculas explica o crosstalk e benefícios do exercício em relação ao tecido adiposo, órgãos (como o fígado), ossos e cérebro (HUH et al., 2018; LEAL; LOPES; BATISTA, 2018).

O personal trainer é um profissional da área da Educação Física focado em treinamentos individualizados e personalizados. Ele prepara e acompanha os treinos de forma a garantir que os exercícios sejam realizados de forma correta, para proporcionar um condicionamento adequado, com finalidade estética, de reabilitação, de treino ou de manutenção da saúde (TOMÁS, 2019). No contexto anteriormente citado, o personal trainer facilita que os benefícios da musculação sejam alcançados, só que para tal, presume-se que o profissional tenha características adequadas à sua atuação, como boa didática, simpatia e profissionalismo (Domingues-Filho et al., 2020).

Atualmente, o profissional extrapola as definições de prescritor de exercício e é assumido o papel de acompanhamento proximal do desenvolvimento do cliente, do domínio teórico e prático do treinamento e da interpretação de condições física, psíquicas, emocionais e sociais do cliente (Domingues-Filho et al., 2020). Essa leitura, todavia, apresenta um viés técnico-profissional e

estudos que observem os interesses do cliente em relação as qualidades do profissional ainda são poucos.

O objetivo do presente estudo é verificar quais critérios são considerados como mais importantes para uma possível contratação de personal trainer por praticantes de musculação do sul de Minas Gerais.

METODOLOGIA

O estudo desenha-se como um trabalho observacional de cunho transversal. Foram avaliados praticantes de musculação de ambos os sexos das cidades de Caxambu e Jesuânia (Sul de Minas Gerais) entre 18 a 50 anos, que toparam participar de forma voluntária da pesquisa. Os avaliados assumiam como característica nunca anteriormente terem contratado um serviço de personal trainer.

Os entrevistados foram indagados sobre sua idade, gênero, tempo de prática de musculação, nível de escolaridade e os objetivos principais relacionados com a prática da modalidade. De forma condizente com o estudo, também responderam um questionário estruturado com nove perguntas sobre possíveis critérios de relevância para a contratação de um personal trainer (adaptado de SOMBRIO, 2011). Os entrevistados deveriam responder como não importante, pouco importante, relativamente importante e muito importante para seguintes perguntas: 1 – Currículo profissional; 2 – Conhecimento técnico-específico; 3 – Postura profissional; 4 – Aparência do personal; 5 – Qualidade do atendimento inicial; 6 – Custo do serviço; 7 – Referências e indicações; 8 – Local das aulas; 9 – Realização de avaliações periódicas.

Todos os dados foram tabulados e uma análise descritiva simples foi realizada no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS versão 21).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados cinquenta indivíduos com idade média de 31,8 (\pm 9,6) anos e 27,4 (\pm 34) meses de musculação. 64% da amostra foi composta por homens, 50% com ensino médio completo e 40% com ensino superior. 62% referiram o treinamento para fins de saúde e 28% por estética. Nos critérios considerados para a contratação de um personal trainer os resultados

apontam o conhecimento técnico (90%), a boa postura profissional (94%), a qualidade do atendimento inicial (86%) e as avaliações periódicas (76%) como os mais frequentemente assinalados como muito importantes. A aparência do personal trainer (58%), o local das aulas (48%) e o custo do serviço (28%) foram as mais frequentemente assinaladas como pouco importante ou não importante (tabela 01).

Nas análises categorizadas por idade, observamos que o grupo dos mais velhos (entre 40 e 50 anos, 26% da amostra) frequentemente se mostravam mais preocupados com o currículo do profissional (84,6%) e com o nível de conhecimento técnico (100%). Para a mesma categoria a aparência do personal (84,6%) e o local das aulas (86,9%) foram mais frequentemente assinalados como de pouca ou sem importância.

Considerando os indivíduos entre 30 e 39 anos (24% da amostra) observamos que os critérios mais valorizados são o conhecimento profissional (92%), a postura do personal (100%) e a qualidade do atendimento inicial (83,3%). Essa faixa etária foi a que mais considerou o valor do serviço do profissional como variável de pouca ou nenhuma importância, além da aparência (50%) e do local de atendimento (58,3%).

Entre os indivíduos mais jovens (entre 18 e 29 anos, 50% da amostra), o conhecimento técnico (92%), a postura profissional (92%), e as avaliações periódicas (80%) foram os critérios considerados mais importantes. A aparência profissional (48%) a necessidade de referência de terceiros (24%) e o local de atendimento (28%) foram assinalados mais comumente como de pouco ou nenhuma relevância.

Os resultados apontados aqui são condizentes com outras pesquisas da literatura, como o de Almeida e Sartori (2014) e de Sombrio (2011). Todavia, para próximos estudos alguns cuidados adicionais são requeridos. O número de indivíduos por grupo etário limita a realização de análises estatísticas robustas e então, uma amostra maior precisa ser considerada. O envolvimento de outros municípios do sul de Minas pode trazer resultados mais significativos para a região. Por fim, a coleta de mais variáveis explicativas pode ser interessante (como renda) e melhorar a especificidade dos resultados.

Variável	18 até 29 anos				30 até 39 anos				40 até 50 anos				Total			
	Não é importante	Pouco importante	importante	Muito importante	Não é importante	Pouco importante	Relativamente importante	Muito importante	Não é importante	Pouco importante	Relativamente importante	Muito importante	Não é importante	Pouco importante	Relativamente importante	Muito importante
Currículo, n(%)	0 (0%)	0 (0%)	8 (32%)	17 (68%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (41,7%)	7 (58,3%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (15,4%)	11 (84,6%)	0 (0%)	0 (0%)	15 (30%)	35 (70%)
Conhecimento técnico, n(%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (8%)	23 (92%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (25%)	9 (75%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	13 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (10%)	45 (90%)
Postura profissional, n(%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (8%)	23 (92%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	12 (100%)	0 (0%)	1 (7,7%)	0 (0%)	12 (92,3%)	0 (0%)	1 (2%)	2 (4%)	47 (94%)
Aparência pessoal, n(%)	6 (24%)	6 (24%)	6 (24%)	7 (28%)	4 (33,3%)	2 (16,7%)	3 (25%)	3 (25%)	3 (23,1%)	8 (61,5%)	1 (7,7%)	1 (7,7%)	13 (26%)	16 (32%)	10 (20%)	11 (22%)
Atendimento Inicial, n(%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (16%)	21 (84%)	0 (0%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)	10 (83,3%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (7,7%)	12 (92,3%)	0 (0%)	1 (2%)	6 (12%)	43 (86%)
Custo/Valor do serviço, n(%)	0 (0%)	4 (16%)	12 (48%)	9 (36%)	2 (16,7%)	4 (33,3%)	3 (25,0%)	3 (25,0%)	2 (15,4%)	2 (15,4%)	6 (46,2%)	3 (23,1%)	4 (8%)	10 (20%)	6 (42%)	15 (30%)

Referências/ indicações, n(%)	1 (4%)	5 (20%)	7 (28%)	12 (48%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (41,7%)	7 (58,3%)	0 (0%)	1 (7,7%)	5 (38,5%)	7 (53,8%)	1 (2%)	6 (12%)	17 (34%)	26 (52%)
Local do atend., n(%)	1 (4%)	6 (24%)	11 (44%)	7 (28%)	4 (33,3%)	3 (25%)	4 (33,3%)	1 (8,3%)	8 (61,5%)	2 (15,4%)	2 (15,4%)	1 (7,7%)	13 (26%)	11 (22%)	17 (34%)	9 (18%)
Avaliações regulares, n(%)	0 (0%)	0 (0%)	5 (20%)	20 (80%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (25%)	9 (75%)	0 (0%)	1 (7,7%)	3 (23,1%)	9 (69,2%)	0 (0%)	1 (2%)	11 (22%)	38 (76%)

Tabela 01 – Percepção de fatores para a contratação de um *personal trainer*. Resultado total e fragmentado por faixa etária.

CONCLUSÃO

Analisando os dados coletados chegamos à conclusão que os fatores primordiais para contratar um *personal trainer* são, a postura do profissional e a qualidade do atendimento, além do conhecimento técnico do profissional. E que o local das aulas, valor do serviço prestado e sua aparência física não tem tanta relevância no momento da contratação. Através das estatísticas apresentadas o profissional poderá ter conhecimento das exigências profissionais que cada grupo etário solicita, se adequando profissionalmente da forma que ele seria mais aceito pelo o público alvo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F; SARTORI, R. Motivos que levariam praticantes de musculação a aderirem pelo mesmo exercício individualizado com acompanhamento do *personal trainer*. EFDesportes.com, n. 194, 2014.

DOMINGUES-FIHO, L. et al. Personal Trainer: Formação e atuação do profissional no Brasil. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, v. 14, n. 90, p. 206-13, 2020.

HUH, JY. The role of exercise-induced myokines in regulating metabolism. Archives of Pharmacal Research, v. 41, n. 1, p. 14-29, 2018.

JORNAL EDIÇÃO DO BRASIL (2019). Musculação é a segunda atividade física mais praticada por brasileiros. Disponível em: [//edicaodobrasil.com.br/2019/05/31/musculacao-e-segunda-atividade-fisica-mais-praticada-pelos-brasileiros/](http://edicaodobrasil.com.br/2019/05/31/musculacao-e-segunda-atividade-fisica-mais-praticada-pelos-brasileiros/). Acessado em 23 de outubro de 2022.

LEAL, LG; LOPES, MA; BATISTA, ML. Physical Exercise-Induced Myokines and Muscle-Adipose Tissue Crosstalk: A Review of Current Knowledge and the Implications for Health and Metabolic Diseases. Frontiers in Physiology, v. 24, n. 9, 2018.

SOMBRIO, Douglas Amboni. *Motivos de adesão e aderência a prática de exercício físico do cliente/aluno de personal trainer no município de Criciúma – SC*. 2011. 61F. Monografia (Graduação em Educação Física) Curso de Educação Física, UNESC, Criciúma, 2011.

TOMÁS, S. A (2019) importância do personal trainer. Disponível em: <https://www.vitalis.pt/artigo/a-importancia-do-personal-trainer/> Acessado em 23 de outubro de 2022.

PROJETO FAZ ATLETA: MOTIVOS PARA A PRÁTICA DE NATAÇÃO POR JOVENS ESPORTISTAS

Dos Reis, Bianca; Silva, Bianca; Carvalho, Gabriel; Cruz Letícia

Introdução

São muitas as formas e motivações que os jovens procuram atividades físicas e uma delas é a natação. A natação, considerada pela literatura como um dos desportos mais completos, é também um dos mais praticados no mundo atualmente. Essa procura se dá por diferentes fatores que vão desde opção de lazer até orientação médica, passando pela iniciação esportiva e busca por melhorias no condicionamento físico (MACHADO; RUFFEIL, 2011).

Inúmeros fatores motivam o ser humano em seu dia a dia, tanto de forma interna como de forma externa. A força de cada motivo e como seus padrões ocorrem e influenciam corrobora com o modo com que o indivíduo ingressa e permanece em qualquer atividade executada, sendo a base para o processo motivacional (ISLER, 2003).

Os motivos que podem levar os jovens a praticar esportes resultam na combinação de múltiplos atributos sociais, ambientais, e individuais que determinam a opção por modalidade específica, a persistência em sua prática e o envolvimento em treinos mais intensos na busca de alto rendimento (WEINBWRG; TENENBAUM; MCKENZIE, 2000).

Nesse contexto, o Projeto Faz Atleta, uma associação de pais e amigos da natação, localizado na cidade de São Lourenço, tem por objetivo o ensino e aperfeiçoamento da natação. Sendo assim é dado como seus principais valores o esporte como estilo de vida trabalhando com a ética, determinação, coragem, respeito ao limite do outro e ao seu próprio limite, dando sempre o direito de ir além.

Objetivo

O objetivo do estudo foi identificar os motivos para a prática da natação em uma amostra de jovens do sul de Minas Gerais competidores do Projeto Faz Atleta.

Materiais e métodos

A população referência para o estudo foi a de atletas jovens de ambos os sexos, com a idade de 12 a 17 anos participantes a prática da natação em São Lourenço – MG. Como critério de inclusão os participantes deveriam ter autorização dos pais ou responsáveis, assinando

virtualmente o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e, posteriormente, a assinatura virtual dos atletas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ter mais de 6 meses de prática de treinamento na natação e estar em plenas condições de saúde.

A coleta de dados foi realizada através de um formulário desenvolvido no Google Forms passado aos responsáveis através de um link. Para esse estudo foram aplicados dois questionários. O primeiro, sociodemográfico, contendo dados pessoais e histórico esportivo contendo as seguintes informações, quantos anos de prática esportiva, frequência de treino, nível de competição e motivação para ingressar na natação. E o segundo, *Participation Motivation Questionnaire* (PMQ), traduzido e validado transculturalmente por Guedes e Silvério-Netto (2013) com 30 itens equivalentes aos possíveis motivos que levam jovens atletas a praticarem esportes, precedidos pelo enunciado “*Eu pratico esporte para ...*”. as respostas estão divididas em oito fatores/subescalas de motivação: a) reconhecimento social; b) atividade de grupo; c) aptidão física; d) emoção; e) competição; f) competência técnica; g) afiliação; e h) diversão.

Os dados coletados foram analisados por meio do pacote estatístico *Statistical Package of Social Sciences for Windows* (SPSS) versão 22.0, utilizando análise descritiva. A fim de preservar a identidade dos atletas, cada participante recebeu um código de identificação. Esse código é composto pela letra “P” (participante) seguida do número de identificação (1...10); pela identificação do sexo (♂ para homens e ♀ para mulheres); e, por fim, a idade do participante. O código completo pode ser exemplificado como: P1, ♀, 15 anos. Para cada dimensão do PMQ foram calculados a média e desvio padrão

Resultados e discussão

A amostra foi composta por um total de 10 indivíduos, sendo 5 homens e 5 mulheres. O Índice de Massa Corporal (IMC) médio da amostra, de acordo com os critérios estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde foi de 19,7 kg/m² (DP = ±2,54). O quadro 1 apresenta as características descritivas dos participantes.

Quadro 1 – Característica descritiva da amostra por participante

Identificação	Anos de prática	Frequência de treino semanal	Compete a nível	Motivo para ingressar na natação
P1, ♂, 13 anos	+ de 5 anos	7x	Nacional	Começar a fazer um esporte
P2, ♀, 13 anos	+ de 5 anos	5x	Nacional	Aprender a nadar
P3, ♂, 13 anos	3 a 5 anos	5x	Nacional	Emagrecimento
P4, ♂, 12 anos	+ de 5 anos	5x	Estadual	Saúde
P5, ♂, 17 anos	+ de 5 anos	7x	Nacional	Outros motivos pessoais
P6, ♀, 12 anos	+ de 5 anos	5x	Nacional	Problemas respiratórios
P7, ♀, 17 anos	6 meses	1x	Municipal	Começar a fazer um esporte
P8, ♀, 14 anos	+ de 5 anos	5x	Estadual	Saúde
P9, ♀, 13 anos	+ de 5 anos	5x	Estadual	Problemas respiratórios
P10, ♂, 12 anos	3 a 5 anos	5x	Regional	Problemas respiratórios

Fonte: autores (2022)

A partir das respostas, foram encontrados achados importantes. Entre eles, a frequência de treino mais prevalente é + de 5 anos (n=7) e a frequência de treinamento semanal é de 5x (n=7) onde a maioria compete a nível nacional (n=5). Foi possível observar quais foram os motivos pra ingressar na natação, os mais apontados foram problemas respiratórios (n=3), começar a fazer um esporte (n=2) e saúde (n=2). Também foram mencionados aprender a nadar, emagrecimento e motivos pessoais.

Em relação a motivação para a prática esportiva, verificou-se que a maioria dos atletas estão motivados para a prática natação, em especial pela preocupação com a "Aptidão Física"; "Atividades em grupo" e "Competição" e menos motivados pelo "Reconhecimento social". As tabelas 1 e 2 trazem detalhes das dimensões motivacionais relatadas.

Tabela 1 - Dimensões Motivacionais e Subitens do PMQ

FATORES MOTIVACIONAIS	MÉDIA ± DESVIO PADRÃO
APTIDÃO FÍSICA	4,75 ±0,18
15. Fazer exercício físico	4,80 ±0,42
24. Estar em boas condições físicas	4,80 ±0,42
6. Manter a forma física	4,70 ±0,67
17. Ter ação	4,40 ±0,51
COMPETÊNCIA TÉCNICA	4,45 ±0,36
23. Superar limites	5,00 ±0,00
10. Aprender novas habilidades	4,45 ±0,00
1-Melhorar minhas habilidades técnicas	4,30 ±0,82
EMOÇÃO	4,20 ±0,20
13. Liberar tensões	4,40 ±0,96
4. Liberar energias	4,20 ±0,78
7. Ter emoções fortes	4,00 ±0,81
DIVERSÃO	4,40 ±0,23
29. Divertir	4,50 ±0,70
16. Ter algo para fazer	4,30 ±0,67
30. Utilizar instalações e equipamentos esportivos	4,50 ±0,97
5. Viajar	4,00 ±0,94
COMPETIÇÃO	4,65 ±0,21
26. Vencer Desafios	4,80 ±0,42
20. Competir	4,50 ±0,97
AFILIAÇÃO	4,10 ±0,28
11. Fazer novas amizades	4,10 ±1,28
2. Estar com os amigos	4,60 ±0,96

9. Satisfazer a família ou amigos	4,10 ±0,73
ATIVIDADES DE GRUPO	4,70 ±0,15
8. Trabalhar em equipe	4,80 ±0,42
18. Desenvolver espírito de equipe	4,80 ±0,42
22. Pertencer a um grupo	4,50 ±0,70
27. Satisfazer o Professor/Treinador	4,60 ±0,51
RECONHECIMENTO SOCIAL	3,90 ±0,37
12. Fazer algo em que sou bom	4,70 ±0,48
19. Sair de casa	4,00 ±0,94
21. Sentir importante	3,90 ±0,99
14. Ganhar prêmios	4,10 ±1,10
3. Ganhar dos adversários	3,60 ±0,96
25. Ser reconhecido	3,60 ±0,96
28. Ser reconhecido e ter prestígio	3,90 ±0,56

Fonte: Autores (2022).

Tabela 2 – Fatores motivacionais mais prevalentes nos atletas

DIMENSÕES MOTIVACIONAIS	MÉDIA ± DESVIO PADRÃO
Aptidão Física	4,75 ±0,18
Atividades De Grupo	4,70 ±0,15
Competição	4,65 ±0,21
Competência Técnica	4,45 ±0,36
Diversão	4,40 ±0,23
Emoção	4,20 ±0,20
Reconhecimento Social	3,90 ±0,37

Fonte: Autores (2022)

O estudo buscou identificar os fatores de motivação para a prática de esporte de acordo com sexo, idade, anos de prática, frequência de treino e nível de competição. Esta deverá permitir que

se conheçam as características motivacionais de atletas jovens e disponibilizar informações relevantes com o propósito de fomentar a prática de esportes na população jovem. Os resultados encontrados foram que a maioria dos adolescentes começaram a prática por apresentarem problemas respiratórios, alguns falaram que começaram por gostar do esporte. Sendo assim dentro do instrumento de motivação a aptidão física, fazer amigos e a competição foram alguns dos motivos nos quais os atletas fazem a prática, onde na mesma pesquisa os itens que os faziam se sentir desmotivados era o reconhecimento social. No artigo *(MOTIVOS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES EM ATLETAS JOVENS E FATORES ASSOCIADOS)* fala sobre fatores motivacionais para jovens atletas nadadores, onde foram feitos com eles pesquisas sobre o que os motiva nesse esporte e em alguns outros, batendo assim com alguns motivos quem tem em nossa pesquisa.

Conclusão / Considerações finais

Os atletas que participaram da pesquisa descobriram suas motivações para a prática do esporte citado, sendo assim avaliando o sexo, a idade, o grau de competição e a frequência de treinamento. Neste caso é notória a importância, e como atribui a prática do esporte e suas motivações, visando assim seu aprimoramento e habilidades adquiridas com o treinamento.

Assim podemos notar também o quanto é prazeroso a prática do esporte e o quanto os motiva, tanto na questão de saúde, quanto no lazer e até mesmo em nível de competição. Por fim, chama-se atenção para a necessidade de futuros estudos com delineamentos longitudinais, na tentativa de reunir subsídios para o entendimento mais efetivo quanto ao impacto de indicadores sociodemográficos e histórico de treino nos fatores de motivação para a prática de esporte em períodos específicos da carreira esportiva dos atletas.

Referências

- ISLER, G. L. *Atleta, como seus pais o motivaram para a prática esportiva. Análise das histórias de vida*, v. 113, 2003.
- GUEDES, Dartagnan Pinto. SILVÉRIO-NETTO, José Evaristo. *Participation Motivation Questionnaire: tradução e validação para uso em atletas-jovens brasileiros* Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v.27, n.1, 2013, p. 137-148.

MACHADO, B.R.; RUFFEIL, R. Natação e o Desenvolvimento em Crianças de Dois a Seis Anos de Idade. Artigo de conclusão de curso de educação física. UEPA, 2011%.

WEINBERG, R.; TENENBAUM, G.; McKENZIE, A.; JACKSON, S.; ASHEL, M.; GROVE, R.; FOGARTY, G. Motivation for youth participation in sport and physical activity: relationships to culture, self-reported activity level, and gender. International Journal of Sport Psychology, Abingdon, v. 31, p. 321-346, 2000.



ENFERMAGEM

A AUTONOMIA DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA DO PARTO DOMICILAR PLANEJADO

Chaves Drielle, Siqueira Kelly

Rohsner Jade

Introdução

O objetivo principal desse trabalho é identificar na literatura científica, as práticas de cuidado realizadas pelo enfermeiro obstetra, no parto domiciliar planejado, refletindo acerca da atuação do mesmo.

Dessa forma, o propósito desse trabalho é apontar o papel do enfermeiro obstetra na assistência planejada e a provisão e promoção da qualidade, efetividade e segurança às parturientes e ao recém nascido como tripé da humanização.

Materiais e métodos

Os materiais e métodos utilizados para elaborar este trabalho foi voltado para uma revisão da literatura existente sobre o tema, onde foram analisados diversos artigos da plataforma digital, livros e revistas dos quais foram escolhidos aqueles que mais se identificassem com o tema abordado.

Resultados e discussão

No decorrer da elaboração do trabalho abordamos alguns temas, como o papel do enfermeiro obstetra, critérios para o atendimento do parto domiciliar planejado, equipamento mínimo necessário, equipe necessária, práticas de atendimento ao pós parto, transferência materna e neonatal (quando necessário).

A enfermagem obstétrica ao implantar suas práticas nos serviços de saúde, busca seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde, colocando a dispor das parturientes, o conhecimento profissional específico e qualificado, caracterizado por ser essencialmente relacional e derivado de um saber estruturado no serviço de enfermagem.

De acordo com o que foi analisado nota-se que além da competência técnica e da organização do serviço, as enfermeiras obstétricas oferecem apoio emocional e sensibilidade diante da situação apresentada durante o trabalho de parto e o parto, detectando assim, as possíveis complicações no parto domiciliar.

Conclusão / Considerações finais

Pode-se concluir que percebeu-se uma necessidade de elaborar diretrizes para o atendimento ao parto domiciliar planejado atendido por enfermeiras obstétricas e obstetrizas, possibilitando mais autonomia ao enfermeiro no uso da prática decorrente da enfermagem, garantir os direitos das famílias que escolhem vivenciar o parto nesse ambiente, prestando a assistência de qualidade e segura, respeitando o protagonismo da mulher e sua família.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal**. Brasília – DF, 2016^a

Brüggman OM. **Resgatando a história obstétrica para vislumbrar a melodia da humanização**. In: Oliveira ME, Zampieri MFM, Brüggman OM, organizadores. A melodia da humanização: reflexões sobre o cuidado no processo do nascimento. Florianópolis(SC): Cidade Futura; 2001. p. 23-30.

CAPARROZ, S. C. **O resgate do parto natural**: contribuições de uma tecnologia apropriada. Joinville: Univille, 2003.

COREN, **Conselho Regional de Enfermagem**. Parecer técnico COREN/SC Nº 007/CT/2016. Disponível: <http://www.corensc.gov.br/wpcontent/uploads/2016/08/Atua%C3%A7%C3%A3o-do-Enfermeiro-Obst%C3%A9trico-.pdf>. Acesso: 16/06/2022.

Código de Ética e Principais Legislações para o Exercício da Enfermagem. **COREN**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. <https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Codigo-de-etica.pdf>. Acesso: 22/06/2022.

MATTOS, D. V; VANDENBERGHE, L; MARTINS, C. A; **Motivação de enfermeiros obstetras para o parto domiciliar planejado**. Revista de Enfermagem UFPE on-line. Recife, 8(4): 951-9. Publicado em: Abril 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/5580>. Acesso: 14/06/2022.

Ministério da Saúde(BR). Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília; 2004.

Ministério da Saúde (Br). **Humanização do parto e do nascimento**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014. 465p. (Caderno HumanizaSUS; v.4)

Milbrath VM, Amestoy SC, Soares DC, Siqueira HCH. Vivências maternas sobre a assistência recebida no processo de parturição. **Escola Anna Nery Rev Enferm** [online] 2010, v.14, n.3, pp. 462-467. ISSN:1414-8145. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n3/v14n3a05.pdf>, Acesso: 26/05/2022.

ODENT, Michel. O Renascimento do parto. Florianópolis: Saint Germain, 2002.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Maternidade Segura**. Assistência ao Parto Normal: um guia prático. Genebra (SUI): OMS: 1996.

RABELO, R; OLIVEIRA, L; Percepções de enfermeiras obstétricas sobre sua competência na atenção ao parto normal hospitalar. Revista Brasileira Enfermagem. USP. São Paulo, vol.44 n°.1. Publicado em: Março 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100030. Acesso: 10/05/2022.

Torres JA, Santos I, Vargens OMC. **Construindo uma concepção de tecnologia de cuidado de enfermagem obstétrica**: estudo sociopoético. Texto & Contexto Enferm [Internet]. 2008. P. 656-64. Acesso: 28/05/2022. www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/05.pdf

SILVA, A.L.S; NASCIMENTO, E.R; COELHO, E.A.C. **Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal**: Escola Anna Nery. Revista de Enfermagem, 2015.

SOUZA, S.R.R.K; GUALDA, D.M.R. **A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade pública**. Enfermagem, Florianópolis, v. 25, n. 1, mar. 2016. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-777482>. Acesso: 17/06/2022.

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À GESTANTE ACOMETIDA PELA COVID-19

Furtado, Lorena; Arantes, Sandy;

Teles, Therezia; Junior, Rodolfo

Introdução

A pandemia da infecção Covid-19, causada pelo SARS-CoV-2, emergiu no final de 2019 em Wuhan, na China e se disseminou por todos os continentes (ZHU et al., 2020). Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel fundamental na assistência à gestante acometida pela Covid-19, haja vista a realização de consultas de pré-natal e puerperal na Atenção Primária à Saúde aliadas às recomendações de medidas preventivas contra a doença e à disseminação do vírus. As principais modificações da fisiologia materna ocorrem no sistema cardiocirculatório, respiratório e gastrointestinal, além das metabólicas e hematológicas (REIS, 1993). Nesse sentido, as gestantes tornam-se mais suscetíveis a infecções e suas possíveis complicações na gestação. Ademais, devido ao risco elevado de morbimortalidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou as gestantes como grupo de risco para Covid-19 (ESTRELA et al., 2020). Diante disso, este estudo tem como objetivo abordar a atenção e o manejo da enfermagem às gestantes acometidas pelo SARS-CoV-2, bem como apresentar revisão de procedimentos bem sucedidos na evolução de gestações transcorridas conjuntamente com a Covid-19.

Materiais e métodos

Os materiais e métodos utilizados foram revisão bibliográfica sobre o tema. Sendo realizada pesquisa qualitativa em plataformas digitais de artigos e trabalhos acadêmicos em português e inglês.

Resultados e discussão

Segundo o Observatório Obstétrico Brasileiro COVID-19, em todo o ano de 2020 foram contabilizadas 460 mortes e 6.925 casos de gestantes e puérperas acometidas pela Covid-19. Enquanto em 2021 foram contabilizadas 1.496 mortes e 12.526 casos. Até Setembro de 2022 foram contabilizadas 63 mortes e 3.907 casos.

Diante disso, percebe-se que em 2021 o número de casos de mortes em gestantes e puérperas foi três vezes maior do que em 2020 e uma queda acentuada em 2022 no número de mortes. O número de casos e mortes não seguem em forma crescente em 2022, pois o número de mortes não acompanha o número de casos devido à efetividade da vacinação no país. Ademais, as

gestantes, puérperas e lactantes devem ser informadas sobre os dados de eficácia e segurança conhecidos sobre as vacinas e da ausência de alguns dados relacionados, assim como, os riscos potenciais da infecção pelo SARS-CoV-2, para que possam tomar uma decisão esclarecida. Essas mulheres, pertencentes aos grupos prioritários, que não concordarem em serem vacinadas, devem ser apoiadas em sua decisão e instruídas a manter medidas de proteção, como higiene das mãos, uso de máscaras e distanciamento social.

As manifestações clínicas da Covid-19 variam entre os indivíduos de uma população devido à influência de diversos fatores tais como a presença ou a ausência de comorbidades. Entretanto, há possíveis complicações da Covid-19 associadas ao período gestacional como a pré-eclâmpsia, infecções graves, admissão na Unidade de Terapia Intensiva, mortalidade materna, parto prematuro, maior índice de morbidade neonatal grave e maior índice de morbidade perinatal grave e mortalidade perinatal (HEALY, 2021; VILLAR et al., 2021). Nesse sentido, percebe-se a importância do acompanhamento de pré-natal na Atenção Primária à Saúde a fim de garantir uma assistência de enfermagem adequada às gestantes acometidas pela Covid-19.

De acordo com o Manual de Gestação de Alto Risco de 2022, a Covid-19 não   uma condi o clínica de identifica o de maior risco na gesta o atual. Sob essa perspectiva as gestantes acometidas pela Covid-19 não têm sua classifica o de risco alterada devido   infec o pelo SARS-CoV-2. Apenas se apresentarem alguma altera o patológica como consequência da Covid-19 que justifique a mudança na classifica o de risco, faz-se necessário encaminhar a gestante para o acompanhamento de pré-natal na Aten o Secundária simultâneo ao pré-natal na Aten o Primária com o enfermeiro e o obstetra nas gesta es de alto risco.

Em gestantes com boas condi es clínicas, sintomas leves e feto com boa vitalidade, o parto vaginal   seguro e recomendável (Febrasgo, 2020). No entanto, mediante a complica es maternas, gestantes com infec o por SARS-CoV-2 e que evoluem para um quadro grave associado a uma comorbidade têm probabilidade aumentada de passar por um parto cesariano de emergência ou um parto prematuro, o que eleva o risco de morte materna e neonatal (LI et al., 2020). Dessa forma, a assistência de enfermagem no monitoramento dos sinais vitais e do estado geral da gestante infectada pelo SARS-CoV-2   imprescindível para caso seja necessário que a equipe multidisciplinar assuma condutas clínicas em casos de intercorrências devido   Covid-19.

Conclusão / Considera es finais

Portanto, fica evidente a importância da realização do pré-natal na Atenção Básica à Saúde para a prevenção e a promoção à saúde materna-infantil no contexto da pandemia da Covid-19. Nesse viés, torna-se fundamental que o enfermeiro realize a educação em saúde sobre o uso correto dos EPI'S e das outras medidas de prevenção à Covid-19.

De acordo com os estudos analisados, evidenciou-se que as mortes de gestantes devido à complicações pela Covid-19 vêm caindo devido à efetividade da vacinação no país. Sob essa perspectiva, pode-se perceber a importância da ciência na saúde e a necessidade do profissional enfermeiro manter-se atualizado quanto aos novos estudos científicos sobre a infecção pelo SARS-CoV-2 a fim de embasar a sua prática profissional.

Referências

BRASIL. Lei Nº 14.190, de 29 de julho de 2021. Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.190-de-29-de-julho-de-2021-335402734>. Acesso: 16/09/2022

ESTRELA, FERNANDA et al. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300215, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2020.v30n2/e300215/pt>. Acesso: 28/12/2021

FESBRAGO. Protocolo de Atendimento no Parto, Puerpério e Abortamento durante a pandemia da COVID-19. Protocolo Febrasgo,2020. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/covid19/item/1028-proto-colo-de-atendimento-no-parto-puerperio-e-abortamento-durante-a-pandemia-da-covid-19>. Acesso: 15/09/2022

HEALY, C. Mary. COVID-19 in pregnant women and their newborn infants. **JAMA pediatrics**, v. 175, n. 8, p. 781-783, 2021. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/article-abstract/2779183>. Acesso: 27/12/2021

LI, Na et al. Maternal and neonatal outcomes of pregnant women with coronavirus disease 2019 (COVID-19) pneumonia: a case-control study. **Clinical infectious diseases**, v. 71, n. 16, p. 2035-

2041, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/cid/article/71/16/2035/5813589>. Acesso: 16/04/2022

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de Gestão de Alto Risco, Versão Preliminar, Brasília, 2022. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso: 11/05/2022

Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr). COVID-19 [Internet]. Espírito Santo: OOBr; 2020; Disponível em: https://observatorioobstetrico.shinyapps.io/covid_gesta_puerp_br/. Acesso: 12/09/2022

REIS, Guilherme FF. Alterações fisiológicas maternas da gravidez. **Brazilian Journal of Anesthesiology**, v. 43, n. 1, p. 3-9, 2020. Disponível em: <http://www.rba.periodikos.com.br/article/5e5d050c0e88253955b3f710/pdf/rba-43-1-3.pdf>. Acesso: 26/03/2022

VILLAR, José et al. Maternal and neonatal morbidity and mortality among pregnant women with and without COVID-19 infection: the INTERCOVID multinational cohort study. **JAMA pediatrics**, v. 175, n. 8, p. 817-826, 2021. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapediatrics/article-abstract/2779182>. Acesso: 27/12/2021

ZHU, Na et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **New England journal of medicine**, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001017>. Acesso: 09/03/2022

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO CUIDADO DA PESSOA IDOSO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Alice Ferreira, Jade Rohsner Carvalho Passos

INTRODUÇÃO

No Brasil, houve um grande avanço de mudança na densidade demográfica desde as últimas décadas. Os avanços tecnológicos propiciaram melhorias sobre tudo na qualidade de vida, trazendo longevidade aos cidadãos. A população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca de 30,2 milhões em 2017, segundo a pesquisa Nacional por amostra de domicílio continua. Caracterizando moradores e domicílios, divulgados pelo IBGE em 10/10/2018 (IBGE, 2018).

Há muito, o conceito de envelhecer não mais significa estar ou ser doente, mas sim àquele que, devido às mudanças ao passar dos anos, necessita de um cuidado direcionado. O grande desafio, então em elaborar estratégias a serem enfrentadas pelas Políticas de Saúde Pública, mais especificamente as políticas na atenção primeira (MV- BLOG, 2016).

Já em 2016, Santos em sua obra "Saúde do Idoso: reflexões acerca da integralidade do cuidado", salienta que desenvolver estratégias, depende do olhar integral para a promoção da qualidade de vida, e isto pressupõe o fundamental papel da enfermagem no seguir uma linha de cuidado visando a humanização do atendimento na atenção primária (SANTOS, 2016).

A Política Nacional de Humanização (PNH), efetiva os princípios do SUS no cotidiano da atenção à saúde e ao mesmo tempo amparar, dando voz, aos usuários, aos gestores e aos profissionais da saúde (inclusive a enfermagem) com a finalidade de melhoria do processo e bem como a integração de toda equipe envolvida pois o acolhimento é uma ferramenta eficaz de tal política (MACIEL, SILVA E OLIVEIRA, 2019).

Verifica-se que o idoso necessita de incentivo constante para aderir uma qualidade de vida satisfatória que é direito de todos. Muitos demonstram desânimos pois dizem esperar pela morte, não têm nenhuma perspectiva. O atendimento humanizado pela enfermagem, contribui para que isto ocorra e instale-se de maneira profícua, pois a atenção primária deve ser o contato preferencial dos idosos tornando-se a porta de entrada para a atenção em saúde.

Portanto, vemos nas literaturas, a confirmação da importância do cuidado humanizado até como um bálsamo para o emocional e o espiritual. O cuidado empático, realizado pelos profissionais da enfermagem, tem um poder curativo trazendo um revigorar das perspectivas futuras ao idoso. Mas, humanizar, em saúde, é um processo que requer desatar nós que se amarram no tocante

aos protótipos diferenciados na visão dos trabalhadores mediante crenças e valores quando há reflexões sobre as ações de cuidado e a humanização da assistência (OLIVEIRA 2018).

O objetivo deste estudo é ratificar através do reviso bibliógrafos, a importância da equipe de enfermagem bem como do enfermeiro, no cuidado humanizado ao idoso na atenção primária.

Justifica-se este estudo pelo ato de que humanizar em saúde seja um processo complexo, abrangendo protótipos diferenciados na visão dos trabalhadores mediante crenças e sore, ao refletir sobre suas ações de cuidado e a humanização de assistência (OLIVEIRA, 2018). Assim realizando o reviso bibliográfico notifica-se que ação da enfermagem é de suma importância para a eficácia do processo de enfermagem.

DESENVOLVIMENTO

O respeito aos direitos humanos é imprescindível em todos os patamares da sociedade, pois isto garante a autonomia e a liberdade das pessoas. Com os idosos, também não é diferente. Um tratamento articulado e humanizado é o início para uma qualidade de vida que coroe tantos anos dedicados à família e à sociedade (OLIVEIRA, 2018).

Assegura-se que a avaliação de saúde da pessoa idosa deva contemplar todas as dimensões: social, clínica, mental e funcional (SANTOS, *et al* 2016).

A pessoa idosa, por apresentar particularidades e biopsicossocial que a diferencia da população em geral, requer uma assistência prévia e humanizada. Quando este idoso chega para os atendimentos em saúde pública, depara com um sistema que não, muitas vezes têm um olhar diferenciado. Formalmente os atendimentos são previstos, mas na prática não é pertinente à todo embasamento legal. O acolhimento é a ação fundamental da Política Nacional de Humanização, que garante: " todos os que procuram o serviço de saúde deve receber a devida atenção, estabelecendo uma relação de confiança, realizando o contato para que tenha mais segurança com o profissional" (BRASIL, 2010).

Contudo tal acolhimento é feito pela equipe da enfermagem. É ela quem "abre" as portas para que a relação de segurança e, até mesmo afetividade, se estabeleça (PORTELA, 2010).

Devemos lembrar que, além da saúde debilitada, limitações impostas, o idoso muitas vezes vive uma realidade cruel (financeira, familiar e outras). Parece contraditório: lutar tanto para viver mais tempo, e quando chegam à longevidade, não têm prazer em ser tão longo pois não há

condições adequadas para uma vida "vivida " com o mínimo de dignidade e empatia (MACIEL, 2019).

Partindo da premissa que a saúde do Idoso é muito importante, Camarano (2012) salienta que a empatia também se faz necessária. O Regulamento Geral do Ministério da Saúde, número 2258 de 19 de outubro de 2006, estipula a Política de Saúde do Idoso (PSPI), com objetivo principal de proporcionar o envelhecimento saudável, manter autonomia, capacidade funcional, mantendo a qualidade de vida dos idosos.

2.1 A ENFERMAGEM NO TRATAMENTO HUMANIZADO AO IDOSO

O atender de maneira humanizada traz vantagens imensuráveis para quem o recebe: alivia a dor e o estresse causados por ela. Mesmo sem muitas vezes dimensionar, a enfermagem promove um desencadear do sentimento de segurança e esperança para o paciente que já não tem olhar longínquo sobre sua vida. Até mesmo o breve diálogo desenvolvido no primeiro contato traz uma interação com a equipe multidisciplinar.

O olhar da enfermagem será o relato fiel para o médico (GEOVANINI, 2005).

No acompanhamento semanal aos pacientes, é a equipe do SAD (enfermagem principalmente) quem testemunha, identifica e relata todas as realidades do paciente bem como a realidade do meio familiar. Feito isto, o relatório é passado ao médico responsável e o mesmo verifica quais decisões devem ser tomadas. Devido à grande demanda de usuários cadastrados no serviço público, com baixa renda, não é possível o médico fazer o atendimento domiciliar semanalmente. Assim, o faz mensalmente desde que não haja nenhuma intercorrência. Tais ações trazem, também à família, a segurança, bem como orientações que devem ser seguidas por quem cuida dos idosos. Assim, a enfermagem, em muitos casos, torna-se mais uma extensão da família pois nem mesmo os parentes têm a disponibilidade ou querem fazer uma visita mesmo que mensal (PORTELA, 2010).

Para muitos idosos - e atualmente este número é cada vez maior- as únicas relações extra sanguíneas são os enfermeiros ou cuidadores. Este vínculo é capaz de incentivar o autocuidado, autonomia, autoconfiança e ampliação das ações favoráveis à saúde (Revista Saúde Da Pessoa Idosa, 2021)

Com a sistematização dos cuidados muitas intercorrências são prevenidas, visto que a enfermagem são os que atentam para tais.

A consulta de enfermagem é uma das estratégias propostas pelo Ministério da Saúde para abordagem dos idosos na Atenção Primária. Durante a sua execução devem estar previstas as etapas da Resolução COFEN-358/2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE, 2009):

1. Coleta de dados, na qual serão avaliados aspectos do envelhecimento com avaliação multidimensional rápida (funcionalidade global, sistemas fisiológicos e funcionais principais, medicamentos, história pregressa e fatores contextuais);
2. Definição dos Diagnósticos de Enfermagem (julgamento dos problemas encontrados);
3. Planejamento da assistência;
4. Intervenções;
5. Avaliação da assistência.

Contudo, neste protocolo serão enfatizadas as etapas de coleta de dados, diagnóstico e intervenções de enfermagem.

A consulta de enfermagem ao idoso consistirá na avaliação das grandes síndromes geriátricas e também de outros fatores importantes e específicos em cada uma delas: Instabilidade cognitiva (demência, depressão e Delirium), Instabilidade postural e quedas, Imobilidade, Incontinência e Iatrogenia; Incapacidade Comunicativa e Insuficiência familiar. Estes auxiliam na sistematização da avaliação clínica do idoso e são utilizados basicamente na identificação de situações que afetam a dependência e autonomia dos idosos e que podem impactar na sua qualidade de vida. A avaliação da síndrome da fragilidade e das pessoas que cuidam dos idosos (cuidadores) são outras condições especiais na avaliação do idoso. As iatrogênicas não serão abordadas neste protocolo, porém sugerimos a leitura do Protocolo de Segurança do Paciente na Atenção Primária, que inclui alguns aspectos sobre essa temática (COREN ANO p. 349).

Assim "a relação e o contato direto fazem a relação ser desenvolvida de forma tão humanizada que aí posso reconhecer-me e reconhecendo-me torno-me mais humano"

(PORTELA, 2010).

Portanto os pacientes que recebem as interações centradas apresentam metade da probabilidade de hospitalização subsequente para suas doenças. Relatam alto nível de confiança na obtenção das informações necessárias para gerenciar suas doenças. Sentem-se mais confortáveis ao se comunicar com os prestadores de cuidado da saúde e compreendem melhora suas medicações (POTTER, 2009).

2.2 PAPEL DA ENFERMAGEM /AÇÕES DESENVOLVIDAS

Em um cenário onde os clientes recebem cuidados preventivos e básicos, como escalas, consultórios médicos, clínicas de saúde ocupacional e centro de enfermagem, a promoção de saúde é um fator primordial. Esta é a chave para um cuidado da saúde de qualidade. Programas bem desenvolvidos auxiliam os clientes a adquirir modos mais saudáveis de vida. (Potter 2009)

Tipo de Serviço	Finalidade	Programas/Serviços Disponíveis
Saúde escolar	Programas completos que incluem princípios de promoção de saúde em todo o currículo escolar. Enfatiza o gerenciamento de programa, colaboração interdisciplinar e princípios de saúde comunitária.	Habilidades de vida positiva Planejamento nutricional Triagem de saúde Aconselhamento Prevenção de doenças comunicáveis Intervenção de crise Controle de doenças comunicáveis
Saúde ocupacional	Um programa completo projetado para promoção de saúde e prevenção de acidentes ou doenças. O objetivo é aumentar a produtividade do trabalhador, diminuir o	Vigilância ambiental Avaliação física Triagem de saúde

	absenteísmo e reduzir o uso de cuidados médicos dispendiosos	Educação de saúde Controle de doenças comunicáveis Aconselhamento
Consultórios médicos	Fornecer atenção primária (diagnóstico e tratamento). Muitos enfocam práticas de promoção de saúde. Enfermeiras frequentemente assumem parcerias com um médico para gerenciar a população de clientes.	Exame físico de rotina Triagem de saúde Diagnósticos Tratamento de doenças agudas
Centros de enfermagem	Clinicas gerenciadas por enfermeiras que fornecem serviços de enfermagem com um foco na promoção de saúde e educação de saúde, gerenciamento de avaliação de doenças crônicas e suporte para autocuidados e cuidadores	Cuidados diários Avaliação de risco de saúde Aconselhamento para bem-estar Aptidão para emprego Gerenciamento de cuidados agudos e crônicos
Enfermagem de bairro paroquial	Enfermeiras que vivem em uma vizinhança fornecem serviços a clientes idosos ou incapazes de sair de casa. Preenchem as lacunas não disponíveis no sistema de saúde tradicional.	Execução de tarefas Transporte Cuidados de alívio Acompanhantes Saúde espiritual
Centros comunitários	Clinicas ambulatoriais que fornecem cuidado básico para uma população específica de clientes (p.ex, puericultura, saúde mental, diabetes) que vivem em uma comunidade	Avaliação física Triagem de saúde Gerenciamento de doenças

	específica. Frequentemente associadas a um hospital, escola de medicina, igreja ou outra organização comunitária.	Educação de saúde Aconselhamento
--	---	-------------------------------------

Fonte: Potter, 2009

2.3 A CADERNETA DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Ao nascer toda criança tem à disposição família a caderneta para o acompanhamento do seu desenvolvimento. Ali há informações que permitem aos profissionais tomarem ciência dos procedimentos a serem tomados, embasados no histórico daquela criança. Assim muitas intercorrências são previamente antevistas e condutas protocolares fazem que tais não ocorram. O que a maioria da população desconhece que também há a caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2018).

O processo de elaboração da Caderneta foi viabilizado por meio do Termo de Cooperação número 163/2012, com parceria do COSAPI/DAPES/SAS/MG com a FIOCRUZ/ICICI. Ela foi elaborada devido ao Ministério da Saúde "compreender o envelhecimento populacional como uma conquista e um triunfo da humanidade século XX, mas ao mesmo tempo, reconhecendo que existem muitos desafios para que o envelhecimento aconteça com a qualidade de vida " (BRASIL, 2008).

O objetivo da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa integra um conjunto de iniciativas que tem por objetivo qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas no Sistema Único de Saúde (SUS). Com ela em mãos a equipe multidisciplinar (e com ela iniciando pela enfermagem) é auxiliada no bom manejo da saúde da pessoa idosa. Ela permite o acompanhamento pelo período de cinco anos. Ela trará informações sobre dados pessoais, sociais e familiares bem como as condições de saúde e hábitos de vida. Assim é possível identificar suas vulnerabilidades, além de conter as orientações para o autocuidado (BRASIL, ANO).

Antes do falecimento orgânico, a pessoa idosa apresenta alguns sinais de risco e é função do profissional de saúde por meio do registro na caderneta, identificar esses sinais para que as ações possam ser assumidas de maneira precoce, contribuindo não apenas para a melhoria da qualidade de vida individual, mas também para uma saúde pública mais consciente e eficaz (BRASIL,2008; p.6).

Verifica-se, então, a fidelidade no preenchimento de tais informações. Assim a enfermagem "abre" as portas para condutas que garantirão uma eficaz qualidade na vida da pessoa idosa na atenção primária (BRASIL, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A capacidade e disponibilidade de ouvir os usuários e suas necessidades, interagindo com elas, levando em conta seus contextos e seu modo de levar a vida, podem ser um bom começo" (CECÍLIO, 2001).

Na realização e desenvolvimento deste trabalho observou-se a importância que vários autores dão ao processo de relação entre enfermeiros e usuários na abordagem de serviços de saúde. O enfermeiro desempenha o papel de protagonista dentro do sistema.

Portanto, o acesso bem como o acolhimento, são fatores essenciais para um atendimento eficaz tanto na saúde do indivíduo como da coletividade. Assim é possível compreender a importância da atuação do enfermeiro no cuidado humanizado ao idoso na atenção primária, por ser uma população que desenvolvem intercorrências múltiplas em saúde com maior frequência. Tal quadro traz uma vulnerabilidade constante a esta população.

Contudo o estudo permitiu constatar por meio da revisão bibliográfica que o enfermeiro é um profissional indispensável no contexto da atenção primária contribuindo positivamente para a manutenção da saúde da população assistida, mais precisamente com ênfase na saúde da pessoa idosa. Destaca-se aqui o estudo de Dias et al (2015) acrescento que o cuidado humanizado promove o respeito com o acolhimento das necessidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 687/GM, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção de Saúde

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Manual do Envelhecimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2008, 24p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. Brasília DH. 2010.

CAMARANO, A.A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In FREITAS, E.V. et.al.

CECILIO, L.C. de O. As necessidades de Saúde como conceito estruturante na luta pela integridade e equidade na atenção em saúde. 2001.

DIAS, K.C.C.O et al. Estratégias para humanizar o cuidado com o idoso hospitalizado. Estudo com enfermeiros assistenciais. Revista Pesquisa Cuidado é Fundamental. Rio de Janeiro, 2015.

GIOVANINI, T. et al. História da Enfermagem: versões e interpretações. 2ed. Rio de Janeiro: Revinter 2005

MACIEL, M.A.S., SILVA, P.C.S., OLIVEIRA, L.F. Percepção dos usuários de uma estratégia de Saúde da Família sobre o acolhimento. Revista Eletrônica Acervo Saúde. Disponível em: <link>Acesso em: <data>

OLIVEIRA, P.P. et al. A humanização da assistência na ótica de profissionais de enfermagem que cuidam de idosos. 2018 Disponível em: <link>Acesso em: <data>

PORTELA, M.R. Atenção Integral no Cuidado do idoso: Desafios para a enfermagem. RS v. 14. set/out. 2010.

SANTOS, S.C. et al. Saúde do Idoso: reflexões acerca da integridade do cuidado. Revista Brasileira de Promoção e Saúde, Fortaleza, 2016, v. 29 (1) pág. 118-127

Saúde da pessoa idosa.fiocruz.br.-2020.2021

A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO NO ACOMPANHAMENTO DO PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO BÁSICA

Bacelar, Brenda Eliza. Bento, Lais Alves Tavares de. Pinto, Cristiany Reis Costa F.

Introdução

O pré-natal é um acompanhamento realizado para evitar e diminuir a morbimortalidade materna e infantil e conta com diversas estratégias e planos na Atenção Básica que garantem que esse objetivo seja alcançado. Nesse sentido, o profissional enfermeiro que atua na Atenção Básica é

responsável por esses atendimentos, o que torna o seu trabalho e a forma como é realizado, um dos pontos principais e importantes no serviço de saúde. Diante do período de gestação a mulher requer um cuidado e atenção especializada de diversos profissionais da saúde, o profissional enfermeiro tem o seu destaque devido ao maior contato e vínculo com a gesta e a ampla autonomia na atenção básica de saúde. Com foco no acompanhamento ao pré-natal, este estudo tem por objetivo apresentar a importância da assistência do profissional enfermeiro neste cenário.

Metodologia

Através da pesquisa realizada com as literaturas mais recentes e utilizadas como base para o acompanhamento do pré-natal, buscamos evidenciar a qualidade, a autonomia e a importância do profissional enfermeiro no acompanhamento de um pré-natal.

Desenvolvimento

As mudanças que ocorrem no corpo da mulher ao longo da gestação devem ser entendidas e identificadas pelo profissional enfermeiro responsável pelo atendimento nas consultas de pré-natal, regulamentado na Lei 7498/86 Artigo 11, inciso II, letra g, de forma a conseguir orientar e esclarecer cada processo do pré-natal, fortalecendo o vínculo entre profissional-paciente.

As atitudes de sensibilidade e afetividade demonstradas pela enfermeira desde o início do pré-natal, mediante a escuta ativa a paciente, observação das reações e o oferecimento de apoio, favorecerão a interação enfermeiro-gestante. O período de gestação e parto envolve grandes mudanças e requer uma adaptação à chegada do novo membro de uma família. É, assim, o momento de maior vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, propício ao desenvolvimento de ações preventivas e de promoção à saúde a serem realizadas por profissionais de serviços de Atenção Primária à Saúde (APS). Um pré-natal qualificado exige a participação e o comprometimento de uma equipe integrada internamente e com os serviços que prestam cuidados na atenção secundária e terciária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

As consultas de pré-natal deverão então ser mensais até a 28ª semana, quinzenais entre a 28ª e a 36ª semana e semanais até o nascimento da do bebê, eventualmente o esquema de periodicidade das consultas pode ser alterado de acordo com a necessidade da gesta. "O acesso ao cuidado do pré-natal no primeiro trimestre da gestação tem sido incorporado como indicador de

avaliação da qualidade da Atenção Básica, sendo fundamental o envolvimento de toda a equipe para a assistência integral à gestante.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

É na primeira consulta que o profissional enfermeiro e a gestante estabelecem uma relação em prol da qualidade de vida da mesma e do bebê e elaboram em conjunto os planos do pré-natal, acordando da melhor forma possível a procedência dos atendimentos.

Através das informações coletadas na primeira consulta de enfermagem é necessário que o enfermeiro realize a estratificação de risco da gestante, que norteará o acompanhamento e assistência no serviço de saúde. A Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada, que orienta o fluxo de atendimento à mulher gestante, coloca como três tipos de gestação, sendo elas: Risco Habitual, Risco Intermediário e gestação de Alto Risco. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Até a 28ª semana, faz-se o acompanhamento mensal, estimulando a confiança, anotando os relatos, realizando os exames necessários (físicos e laboratoriais), realizando a ausculta do Batimento Cardíaco Fetal (BCF) e fazendo as orientações de enfermagem cabíveis a cada consulta, idade gestacional e estado de saúde apresentado pela gesta.

Entre a 24ª e a 28ª semana, damos enfoque ao teste de tolerância à glicose (jejum e duas horas após a coleta a sobrecarga com 75g de glicose), caso a paciente tenha sido classificada de alto risco para diabetes (idade avançada, obesidade ou histórico de diabetes em seu passado ou familiar) na primeira consulta o enfermeiro já se faz a requisição desse exame. “O aumento na resistência a insulina evolui com o passar da gestação e está bem definido na 24ª semana; se o pâncreas materno não consegue responder às demandas na produção de insulina, instala-se a hiperglicemia materna” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Da 29ª semana em diante se repetem os exames realizados nas consultas anteriores, continua-se as orientações de enfermagem quanto aos sinais e sintomas que as gestantes podem apresentar, como fadiga, aumento da frequência urinária, leucorreia, constipação intestinal entre outros. Há também um enfoque maior na presença de edemas que resultam “[...] do aumento da permeabilidade capilar causada pelos níveis hormonais elevados e da elevação do volume sanguíneo [...]” (RICCI, SUSAN SCOTT, 2016).

No último trimestre, é importante que o profissional enfermeiro dê bastante atenção na inspeção e palpação dos membros inferiores e superiores da gestante, que geralmente estarão edemaciados devido ao peso do ventre, cabendo-lhe fazer orientações de enfermagem para ajudar no alívio das dores e incômodos por eles causados e é o período de maior risco de aparecerem edemas periórbitas, edemas nas mãos e edemas pré-tibiais, que podem indicar sinais de hipertensão arterial gestacional, sendo necessária a realização de exames para afastar a pré-eclâmpsia (MANUAL DE GESTAÇÃO DE ALTO RISCO, 2022).

Conclusão

O enfermeiro tem bastante autonomia e relevância para o sucesso das classificações de pré-natal, executando a anamnese, o exame físico, prescrevendo cuidados de enfermagem, solicitando exames, realizando a estratificação de risco, encaminhando para outros profissionais ou para a atenção secundária e/ou terciária ou na assistência dos fenômenos emocionais da gestante, fazendo escuta ativa, sanando dúvidas que ela pode apresentar durante as consultas e explicando como será o acompanhamento de pré-natal, usando com atenção, os termos técnicos para que ela possa compreender da melhor forma seu quadro clínico, sem criar alarmes desnecessários. Essas são algumas das condutas que o enfermeiro efetua para que o atendimento a gestante traga conforto e confiança, para relação profissional-paciente e obviamente executando um pré-natal de excelência.

Referências

1. BARROS, R. S. D. et al. Consulta de enfermagem no pré-natal narrativas de gestantes e enfermeiras, Texto & Contexto Enfermagem, Brasil, 2019, v.28. Acessado em junho de 2022 <https://www.scielo.br/j/tce/a/3pLDtXNvjLGJWdFFHM3FQbv/?format=pdf&lang=pt>
2. Brasil. Ministério da Saúde. Atenção à saúde da gestante em APS: Gerência de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição. Porto Alegre: Ministério da Saúde; 2011. 240p.
3. Carvalho Geraldo Mota, Enfermagem em Obstetrícia. São Paulo, 2014. Acessado em junho de 2022 http://www.http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/65/07_Enfermagem_baixa.pdf.
4. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, Protocolo de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde Módulo 1: Saúde da Mulher, São Paulo, 2019.
5. Instituto Brasileiro Sou Enfermagem, Consultas no pré-natal, 2018. Acessado em agosto de 2022 <https://www.souenfermagem.com.br/ambulatorio/consultas-no-pre-natal/>
6. Ministério da Saúde, Cadernos de Atenção Básica, Brasília, 2012, p. 33-50.
7. Ministério da Saúde, Cuidados Obstétricos em Diabetes Mellitus Gestacional no Brasil, Brasília, 2022.
8. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libânes de Ensino e Pesquisa, Protocolo da Atenção Básica-Saúde das Mulheres, Brasília, 2016, p. 63-70.
9. Ministério da Saúde, Manual de Gestação de Alto Risco, Versão Preliminar, Brasilia, 2022, p.11-24.
10. Ministério da Saúde, Política Nacional de Atenção Básica, Brasília, 2012, p.46.
11. Ministério da Saúde, Protocolo de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde, Mato Grosso do Sul, 2020, p. 87-116. Acessado em julho de 2022 <file:///C:/Users/L/Documents/TCC/Protocolo%20de%20enfer.%20AB%20no%20MGS.pdf>
12. Revista de Enfermagem Referência, vo. V, núm 1, enêro-marzo, 2020.
13. Susan Scotti Ricci, Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher, 3ª edição, 2016.

ACOLHIMENTO DE ENFERMAGEM EM CASOS DE TENTATIVA DE AUTOEXTERMÍNIO.

VERGESI, Ana Clara, ALMEIDA, Ana Clara, Fernando Coelho, Rodolfo Ribeiro Júnior

Introdução

O profissional de enfermagem dentro de um serviço de emergência destina-se a receber o paciente e fazer o primeiro acolhimento, independente da enfermidade que esteja o acometendo no momento. (SILVA; KOHLRAUSCH, 2016).

Nos casos de pacientes que ingressam na emergência de um hospital após tentativa de suicídio, a avaliação feita pelo profissional da enfermagem é fundamental para a continuidade do bom atendimento e sucesso do tratamento, evitando novas tentativas de autoextermínio. Por isso, o bom preparo do profissional é importante para a assistência integral desse paciente. (CARMONA-NAVARRO; PICHARDO-MARTINEZ, 2012).

Este é um trabalho que disserta a respeito de uma visão mais humanizada e acolhedora da enfermagem dispensada aos pacientes que chegam às unidades de saúde, em grande parte nos setores de emergência dos hospitais, por uma tentativa de autoextermínio. A decisão da temática se deu pela escassez de estudos relacionados a tal aspecto e, principalmente, pelo preconceito infundado que perdura nos dias atuais.

Metodologia

Este estudo apresenta-se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa que buscou, através da revisão sistemática de literatura, verificar o que os artigos científicos publicados a partir de 2004 até 2022 abordam sobre o tema, considerando a importância do profissional da enfermagem no setor de emergência para atendimento aos pacientes que tentaram o suicídio.

Resultados

O suicídio, segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, é “um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que acredita ser fatal”. (STOPPA; WANDERBROOCKE; AZEVÊDO, 2020).

Atualmente a palavra suicídio vem sendo substituída pelos termos técnicos autoextermínio ou lesão autoprovocada intencionalmente, sendo usada para categorizar a CID-10 (X60-X84), de acordo com o sistema Datasus. (BRASIL, 2021).

Mundialmente, mais de 700 mil pessoas morrem por suicídio anualmente, sendo esta a quarta maior causa de mortes de jovens de 15 a 29 anos de idade. (BRASIL, 2021).

Os dados acima fazem um alerta para a necessidade de discussão no tocante à saúde pública e que sejam feitas intervenções por meio de estratégias preventivas de forma a amenizar as tentativas e consumações do suicídio. (STOPPA; WANDERBROOKE; AZEVÊDO, 2020).

Discussão

Existe um despreparo dos profissionais para lidar com esses pacientes, o que se deve à falta de um treinamento específico e formação profissional com embasamento nos aspectos psicoemocionais e sociais, o que justifica o menosprezo e, até mesmo a ironia no atendimento aos casos de tentativa de suicídio. (MELO; ROBERTO; BENTO, 2019).

Buriola et al. (2011) pontua a importância da capacitação do enfermeiro para que possa ir além de suas rotinas assistenciais, estabelecer o cuidado humanizado e acolhimento eficaz aos indivíduos envolvidos nesse momento angustiante.

Knobel (1999) salienta sobre a necessidade de manter e preservar a dignidade do paciente respeitando-o como ser humano, a partir dos princípios morais e éticos, conforme prevê a Resolução COFEN nº 564/2017, que instituiu o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. (COFEN, 2017).

Atualmente, difundiu-se no âmbito das relações humanas a habilidade da Inteligência Emocional, que para Salovey e Mayer (1995), pode ser descrita como a “[...] habilidade para reconhecer o significado das emoções e suas inter-relações, assim como raciocinar e resolver problemas baseados nelas”.

Recomenda-se incluir as competências de inteligência emocional nos currículos de enfermagem.

Conclusão

Depreende-se dos dados obtidos que fatores como capacitação e bem-estar físico e emocional podem comprometer a eficácia do trabalho do enfermeiro junto aos pacientes que tentaram o suicídio.

A gestão emocional de toda a equipe é capaz de minimizar os possíveis obstáculos que surgem no cotidiano dos ambientes de saúde, principalmente no setor de emergência, onde as rotinas são exaustivas e ainda existe um preconceito em relação ao paciente que tentou o autoextermínio

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de comunicação de informação hospitalar e ambulatorial. Datasus. 2021. Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/x60_x84.htm . Acesso em: 02 ago. 2022
- BURIOLA, A.A et al. Assistência de enfermagem às famílias de indivíduos que tentaram suicídio. Esc. Anna Nery. Rio de Janeiro, v. 15, nº 4, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/FHCs374ZZMDbBzmmz44dpzph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- CARMONA-NAVARRO, Mª C.; PICHARDO-MARTINEZ, Mª C. Atitudes do profissional de enfermagem em relação ao comportamento suicida: influência da inteligência emocional. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 20, nº 6, p.1161-1168, Dec. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/TDcjSSRQhd5MCNxHjZpJD6y/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan 2022.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 564/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 02 out. 2022.
- KONDO, E.H. et al. Abordagem da equipe de enfermagem ao usuário na emergência em saúde mental em um pronto atendimento. Rev. esc. Enferm, USP. São Paulo, v. 45, nº 2, p. 501-507, apr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/J86FR6xn6qgffVCrnrBjNsk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- MELO, F. B. da S., ROBERTO, N. T. S., BENTO, T. M. A. (2019). A assistência do enfermeiro ao paciente psiquiátrico em situação de urgência e emergência: uma revisão integrativa. Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - ALAGOAS, 5(3), 25. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/6106>. Acesso em: 21 set. 2022
- SALOVEY, P; MAYER, J.D; GOLDMAN, S; TURVEY C; PALFAI, T. Emotional attention, clarity, and repair: exploring emotional intelligence using the Trait Meta-Mood Scale. In: PENNEBAKER, J.W. Emotion, Disclosure and Health [Internet]. Washington (DC): American Psychological Association; 1995; p. 125-54. Disponível em: http://www.unh.edu/emotional_intelligence/EI%20Assets/CognitionandAffect/CA1995SaloveyMayer.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

SILVA, S. L. da, KOHLRAUSCH, E. R. (2016).Atendimento pré-hospitalar ao indivíduo com comportamento suicida: uma revisão integrativa. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas (Edição Em Português), 12(2), 108-115. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v12i2p108-115>. Acesso em: 21 set. 2022.

STOPPA, R. G. ., WANDERBROOCKE, A. C. N. de S. ., AZEVÊDO, A. V. dos S. (2021). Profissionais de Saúde no Atendimento ao Usuário com Comportamento Suicida no Brasil: Revisão Sistemática. Revista Psicologia E Saúde. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.vi.752>. Acessoem: 21 set. 2022.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Garcia, Assis.

Introdução

Trabalho no qual visa focar no despreparo e incapacitação da enfermagem para lidar com clientes na qual sua individualidade não seja a de ideologia heteronormativa e desconhecimento dos assuntos gêneros e sexualidades.

Materiais e métodos

Com este estudo utilizando a metodologia de uma revisão bibliográfica com abordagem através de artigos científicos com recorte temporal entre 1988 a 2022 publicados em português, por intermédio de bancos de dados eletrônicos tais como Google Acadêmico, artigos indexados da plataforma SciELO e biblioteca eletrônica.

Foram considerados artigos e cartilha do ministério da saúde e até mesmo o livro de diagnósticos de enfermagem da Nanda, aonde percebi que a enfermagem ainda não progrediu o suficiente ou houve o interesse perante o assunto.

Resultados e discussão

A partir da problemática decorro uma longa discussão desde o histórico da comunidade LGBTQIA+, desde o início do movimento até os dias atuais correlacionados com os aspectos da saúde. Apresento todos os tipos de sexualidades, performances e gênero.

Decorro sobre a dificuldade enfrentada durante a busca por assistência de saúde, e em especial pela enfermagem e como profissionais da saúde despreparados tendem a prejudicar buscas futuras, e acelerar o processo saúde doença do mesmo.

Enfoco na atuação de enfermagem, e enfoco na responsabilidade da enfermagem com o assunto, em como o profissional tem que buscar conhecimento não somente de técnicas novas e também sobre individualidades de todos clientes, pois é o profissional de saúde responsável pela educação, então precisa sempre estar em dia com diversos assuntos.

Conclusão / Considerações finais

Evidencio o despreparo da enfermagem em prestar uma assistência igualitária mas que respeite a individualidade, a falta de visão e interesse para tratar com o assunto mostra o despreparo da classe que visa cuidado e humanização, mas não consegue ver o indivíduo que sai da heteronormatividade. Até mesmo o despreparo dos nossos conselhos de classe para com a comunidade, tornando uma falha ainda maior após evidenciar que nosso mais famoso livro de diagnóstico não consegue incluir indivíduos da comunidade LGBTQIA+.

Referências

Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasil: ANTRA; 2019. Acessado em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoastrans-em-2018.pdf>

BARBOSA, R. M; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, supl. 2, p. s291-s300, dez. 2009

BRASIL, Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual – Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: MS; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4158>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas movimento homossexual e produção - Rio de Janeiro. Garamond Ltda, 2005.

FERREIRA, Marcia, *Saúde da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde e a inserção na enfermagem*. 6, Enfermagem – Escola de enfermagem Anna Nery, Scielo. 2019.

HADDAD. M. *Judith Butler: Performatividade, constituição de gênero e teoria feminista*. 8, gêneros – Universidade federal de Rondônia, Scielo, 2014.

HERDMAN, T.H.; KAMITSURU, S. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2018-2020/ [NANDA Internacional]. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JOSUEIDA DE CARVALHO SOUZA. Promoção da saúde da mulher lésbica: cuidados de enfermagem. Rev Gaúcha Enferm. 2014 dez;35(4):108-13.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saúde & Sociedade, v. 17, n.2, p. 11- 21, 2008

LIONÇO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses e desafios. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, pp. 43- 63, 2009

MATOSO, Leonardo. Papel da enfermagem diante a homossexualidade masculina. Natal – RN. UNP, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico de HIV e AIDS. Brasília: 2020.

PARKER, Richard. Na contramão da AIDS: Sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: ABIA, 2000. RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. 2009.

ROCON, P.C. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.8, pp.2517-2526.

PINHEIRO, Ester. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo – 2022- <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 15 Set .2022.

POPADIUK, Gianna. *A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios*. 12, Ciência e Saúde coletiva – Universidade Federal do Paraná, Scielo. 2016.

ROCON, Pablo. *Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao sistema único de saúde*. 10, artigo científico – Universidade federal do espirito santo, Scielo. 2015.

TONELI, MJF. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE RENAL CRÔNICO: UMA ABORDAGEM HUMANIZADA

Maia, Eliete da Conceição Orientadora: Professora Flori, Rita de Cássia Coorientadora: Professora Pinto, Cristiany Reis

INTRODUÇÃO

A Injúria Renal Crônica (IRC), é problema de Saúde Pública que acomete um grande número de pessoas ao redor do mundo. No Brasil, a incidência e a prevalência de insuficiência renal estão aumentando; o prognóstico continua ruim e o custo do tratamento desta doença é muito alto. Os principais efeitos em pacientes com DRC são suas complicações (anemia, acidose metabólica, desnutrição e alterações no metabolismo de cálcio e fósforo), resultando em perda de função insuficiência renal.

O atendimento tardio por profissionais, faz com que as pessoas com IRC enfrentem o aumento de risco de morte, as causas dessas mortes podem ser por polifarmácia, artrite, desnutrição, problemas relacionados ao uso do acesso suprimimento vascular temporário, acesso reduzido ao transplante renal antes da chegada, entre outros...

Estudos recentes mostram que esses efeitos adversos podem ser prevenidos ou retardados se a DRC for detectada precocemente e medidas nefro e cardioprotetoras forem tomadas o mais rápido possível.

O tratamento dialítico, na espera pelo transplante renal, constitui-se numa expectativa de melhoria da qualidade de vida para essas pessoas, entretanto, esse processo pode ser longo para muitos pacientes, assim como traumático, deste modo pensar a atuação do profissional da enfermagem junto a estes indivíduos vão muito além de apenas oferecer a eles cuidados necessários para o seu bem-estar físico e para uma melhor qualidade de vida.

De acordo com Guyton (2011) as doenças renais estão entre as causas mais importantes de morte e de incapacidade, em muitos países no mundo. Mostrando, assim a importância de se atentar aos pacientes de uma forma plena, uma vez que a incapacidade, ainda de acordo com o autor vai além das limitações físicas, atingindo também sua esfera psicológica.

Sendo assim, é de suma importância conhecer a vivência do paciente em tratamento hemodialítico, já que a doença afeta toda a família, gerando momentos difíceis, de medo e incerteza, pois, as mudanças no estilo de vida acarretada pela insuficiência renal crônica e pelo tratamento dialítico

provocam limitações físicas, sexuais, psicológicas, familiares e sociais, que podem afetar a qualidade de vida.

Para Sisdelli (2007), durante o processo de adoecimento, diversos sentimentos vão sendo desencadeados pelo paciente, desde o diagnóstico da doença à aceitação das mudanças no estilo de vida. Esses sentimentos vão agindo como moduladores do novo estilo de ser e de viver. De tal modo, que o paciente se depara com uma nova realidade a ser vivenciada, bem como, com os novos desafios, que emanam forte impacto na forma de enfrentamento da doença.

Contudo, compreendendo esse processo de adaptação, estende-se esse cuidado à família do paciente, tendo em vista que, a rotina familiar também sofre alterações significativas. Ademais, o profissional de saúde, com as práticas bem elaboradas, poderá auxiliar tanto o paciente quanto os familiares no enfrentamento da doença (FUNDAP, 2012). Atualmente, o cuidado humanizado é um componente essencial no campo da saúde, pois, o trabalho profissional da enfermagem busca prestar serviços de qualidade aos pacientes que sofrem e temem o adoecimento ou o processo de morrer.

Percebe-se que enfermeiros e pacientes tem a necessidade de remover as barreiras que limitam o avanço do cuidado humanizado nas instituições hospitalares, pois demandam com urgência que os profissionais de saúde em todos os ambientes, especialmente os críticos, reforcem seu papel humanizador, compartilhando experiências de saúde cordiais e empáticas, e respeitando seus costumes e crenças durante o processo de hospitalização.

O cuidado, como essência da prática profissional de enfermagem, exige que os profissionais saibam agir com compromisso ético, promovam relações de compreensão, empatia e respeito, e priorizem ações para dar respostas oportunas às dificuldades. No entanto, ninguém desconhece que os serviços de saúde são vistos como locais estressantes e superlotados para os pacientes, o que causa desgaste emocional nos profissionais em decorrência da sobrecarga de trabalho e falta de recursos, o que torna a gestão do cuidado um desafio atual para os profissionais de saúde, principalmente para os enfermeiros.

Por outro lado, a dinâmica de atuação dos profissionais de enfermagem é prestar um cuidado integral a partir da prática do conhecimento científico aprendido, e da própria experiência, com o ideal de que o caso alcance o bem-estar físico, psicossocial e espiritual; pois, o cuidado tem bases éticas, origina autonomia, gera confiança e segurança.

Atualmente, as instituições de saúde mostram uma necessidade crítica de fortalecer o direito e garantir a disponibilidade de serviços de saúde, a assistência humanizada é uma forma de elevar a qualidade dos serviços de saúde prestados pelos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, que devem produzir um terreno seguro, com tratamento adequado para o caso, família e comunidade. A satisfação sentida pelos casos e famílias nas instituições de saúde é importante para reforçar a confiança, a qualidade dos serviços num terreno seguro para assegurar um cuidado holístico em cada existente, tendo em conta o compromisso moral, através de valores de respeito pela qualidade de vida, contribuindo para melhorara qualidade de vida dos pacientes.

Objetivos

Partindo de tais premissas, o presente estudo visa analisar a atuação do enfermeiro junto a estes pacientes no que se refere a um tratamento humanizado no qual não seja levado em consideração apenas seu estado físico, mas também seu emocional, assim como a assistência que este profissional pode dar a família a fim de tornar uma situação que permeada de dificuldades em um processo de revalorização da vida, assim como para o desenvolvimento de novas perspectiva, identificando os meios de informação aos quais estes profissionais têm acesso, sobre humanização em pacientes com Doença Renal Crônica, e entender que fatores interferem na prática do atendimento humanizado pelos profissionais a esses pacientes, assim como conhecer as dificuldades dos profissionais para realizarem um atendimento humanizado.

Método

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho é a revisão bibliográfica, na qual através da utilização de especialistas sobre o tema presente em diferentes áreas do conhecimento como a enfermagem e psicologia, busca-se solucionar a problemática em relação ao como proceder com o paciente dialítico sem que este perca a esperança e motivação, oferecendo, assim, a ele a oportunidade de mergulhar em um novo mundo de descoberta de si.

A análise também foi realizada de acordo com os artigos originais publicados na íntegra, gratuitamente nos jornais do site selecionado, em português, e métodos sobre o assunto, adequados ao propósito proposto e definições encontradas em termos de saúde / Definições de Ciências da Saúde (DeCS) e/ou as palavras-chave listadas nos protocolos previamente validados.

Estes descritores são: hemodiálise, qualidade de vida, assistência de enfermagem, intervenções.

Documentos oficiais, relatos de experiência, capítulos de livros, volumes e teses, além de artigos publicados em mais de uma base de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.2 História da hemodiálise

Em 1830, um físico inglês chamado Thomas Graham (1805 – 1869) observou que se separasse dois líquidos com substâncias dissolvidas numa membrana celulósica estabelecia uma troca entre elas, essa experiência foi chamada de diálise esse feito pode ser considerado o começo da diálise.

Em 1913, John J. Abel e Turner "dialisaram" animais anestesiados, retirando seu sangue do corpo através de um tubo de membrana semipermeável feito de colódio, um material à base de celulose. É impossível dizer com certeza absoluta se Abel e seus colegas pretendiam usar esse processo para tratar a insuficiência renal em primeiro lugar.

Mas só foi em 1936 que a diálise foi feita pela primeira vez em um humano, quando o mesmo estava acometido de uremia. Em 1940, o holandês Willem J. Kolff que é considerado por muitos como o pai da hemodiálise fez o primeiro rim artificial que era feito em um tubo de celofane de 40 metros, envolvido em um cilindro que circundava um tanque contendo a solução. O sangue do paciente circulava dentro do tubo e a cada revolução do cilindro entrava no tanque. O Professor Kolff utilizou pela primeira vez este "Rim Artificial" num paciente com Insuficiência Renal Aguda em meados do ano de 1943. Este método de Diálise foi igual ao que fez inicialmente Georg Haas; 0,5 L. de sangue do doente que circulava no dito "Rim Artificial" e em seguida era reinfundido novamente.

Fonte: Academy of Achievement

Figura 1 – Dr. Kolff manuseando uma máquina de hemodiálise.



O "shunt" artério-venoso externo permanente foi um marco histórico descrito por Scribner e Quinton em 1960. A partir de então, foi possível fazer os tratamentos, múltiplas vezes e também foi possível fazer uma avaliação regular aos mecanismos íntimos da hemodiálise, como também tecnológicos em relação aos dialisadores.

Em 1966, outro grande passo foi dado, Cinino e Brescia criaram cirurgicamente uma fístula arteriovenosa interna (FAV), que consiste em uma pequena conexão direta, menor que 0,5 cm, entre uma artéria e uma veia. Desta forma, uma quantidade limitada de sangue arterial é desviada para a circulação venosa nessa área. Houve apenas uma diferença em relação ao Shunt, embora não pudesse ser usado imediatamente, a fístula de Cinino e Brescia precisava "amadurecer" e só deveria ser usada uma semana, ou melhor, três a quatro semanas depois de feita.

O Médico Dr. Tito Ribeiro de Almeida, do Hospital das Clínicas de São Paulo, usou um "rim artificial" pela primeira vez no Brasil para tratar um paciente de 27 anos com problemas renais em meados de 1949. Ele usou sua máquina feita a mão, apenas quatro anos depois que William Kolff fez seus experimentos pioneiros na Holanda.

O rim artificial criado por Kolff, era uma espécie de tambor rotativo; logo depois, Murray do Canadá inventou um rim no qual a membrana era congelada e o fluido de diálise era agitado. De acordo com o Dr. Tito, estes foram "os primeiros livros sobre este assunto que me vieram às mãos e copiei deles e tentei fazer rins artificiais, porque sempre trabalhei com rins, adorava rins.

A descrição do seu aparelho é feita de forma muito simples pelo Dr. Tito: "Meu rim é feito de um pequeno tubo de celofane com cerca de 30 metros de comprimento, enrolado como uma cobra em um espelho cilíndrico de aço inoxidável". Essa tela foi preparada e imersa em fluido dialisador, um fluido o mais psicológico possível na época. Este líquido tinha sua própria temperatura na forma de resistência. Um pequeno motor elétrico acionou uma hélice de retenção de fluido que manteve o fluido em movimento e forneceu condições para manter a uniformidade de distribuição através da membrana do dialisador."

Em 1º de dezembro de 1949, uma mulher de 47 anos tornou-se a primeira paciente a sobreviver à hemodiálise. Tratava-se de um caso de insuficiência renal aguda por intoxicação por bicloreto de mercúrio. Fez três sessões de hemodiálise, saiu do coma após a terceira hora de tratamento ("nesta primeira diálise, a ureia passou de 228 para 252mg/dl!") e recebeu alta. De 1949 a 1954, cerca de cem pacientes foram tratados, quase todos com insuficiência renal aguda (apenas os dois primeiros casos eram de pacientes crônicos).

O tratamento de hemodiálise de longa duração para insuficiência renal crônica foi implantado no país no início da década de 1970 e começou a ser integrado a partir de 1976, quando os serviços prestados passaram a ser ressarcidos pelo governo federal. Nesse período, a diálise cresceu, tornando-se parte do padrão de prestação de serviços para a população assistencial.

Com a criação do Serviço Único de Saúde (SUS), por meio da Constituição Brasileira de 1988, o acesso foi democratizado. Nos anos que se seguiram à autorização dos primeiros centros de diálise, o trabalho mostrou um aumento significativo no Brasil, não apenas no número de pacientes atendidos, a ampliação do acesso a esses tratamentos em todas as regiões do Brasil, atingindo números expressivos, dados da Sociedade Brasileira de Nefrologia apontam que no Brasil existem 312 unidades de hemodiálise com 120.000 pacientes com insuficiência renal crônica, ou seja, 180 pacientes por milhão de habitantes.

Assistência de Enfermagem

A enfermagem tem como foco revisar os termos utilizados na prática profissional, bem como seus significados e aplicações. Entre eles estão “sistematização da assistência de enfermagem” e “processo de enfermagem”. A sistematização eleva uma organização a um sistema, ou seja, uma coleção de coisas inter-relacionadas. Esses fatores podem ser compreendidos, no caso da sistematização da assistência, através de um conjunto de ações, uma sequência de etapas, para atingir determinado objetivo.

Existem várias formas de organizar a assistência de enfermagem em que podemos elencar planos de cuidados, e padronização de procedimentos de enfermagem. Essas são abordagens diferentes para melhorar o atendimento, ou seja, diferentes abordagens podem ser usadas para lidar com uma determinada situação, em um determinado momento, de modo a criar resultados para a saúde das pessoas que cuidamos. Esses métodos não são exclusivos e têm uma natureza diferente.

O processo de enfermagem envolve uma sequência definida de etapas (coleta de mais informações sobre a condição de saúde, identificação de situações que requerem intervenção, planejamento de intervenções necessárias, implementação e avaliação de intervenções de enfermagem), com a finalidade de prestar cuidados profissionais aos pacientes, sejam eles indivíduos, famílias ou comunidades, a olhar para a sua unidade e de forma expansiva.

Assistência de enfermagem ao portador de DRC

Paciente com doença renal crônica, convive todos os dias com uma doença que a obriga a passar por um tratamento doloroso (hemodialise) e de longo prazo, à medida que a doença evolui, acontecem mudanças significativas, tanto em sua vida assim como seus familiares.

Devido a alterações fisiológicas, tornam-se necessárias mudanças de hábitos e práticas, de forma radical. Paciente sofre com as mudanças nos hábitos alimentares, porque se faz necessário adotar uma dieta que reduza a ingestão de proteínas, sódio, potássio e água. Sua autoimagem também é alterada por precisar instalar uma estrada de acesso para diálise, que é a criação de uma fístula arteriovenosa ou inserção de um cateter de duas linhas.

De acordo com Horta HHI e Lopes ML (2017), o paciente com DRC convive diariamente com uma doença incurável e de longa duração, com a evolução da doença, surgem complicações a curto e longo prazo que provocam limitações e alterações que repercutem na vida do doente e de seus familiares. Para melhor adaptação, o diagnóstico precoce da DRC, é fundamental, uma vez que a descoberta tardia se deve à falta de conhecimento da população acerca da prevenção e também da pouca informação oferecida pelos profissionais de saúde na atenção em saúde. Sendo assim, o trabalho do enfermeiro no processo de educação nas unidades de saúde é de extrema importância devido a sua proximidade com os usuários, atuando na prevenção de várias doenças crônicas, como DRC. O enfermeiro nefrologista deve ser tolerante, solícito e sensível, compartilhando sentimentos, mantendo a humildade e a compaixão, para proporcionar aos pacientes com DRC o conforto necessário para aceitar o tratamento, assim ressalta-se a importância da implementação de estratégias que contribuam para que o paciente seja cada vez mais participante e atuante no seu tratamento, possibilitando sua autonomia e estimulando o cuidado de si como uma possibilidade para melhor adesão à hemodiálise e à promoção da qualidade de vida (SANTOS BP, et al., 2017).

Humanização

Para Rodrigues e Botti (2009), Pacientes submetidos a diálise renal, em geral, desenvolvem depressão, comportamento não cooperativo, disfunção sexual, dificuldades relacionadas a ocupação e reabilitação. Neste sentido a doença interfere na qualidade de vida comprometendo o bem-estar físico e social desses clientes.

Elas também dizem, que, o cuidar envolve ações interativa que deve estar calcada na dimensão ética entre cuidador e cliente. Em particular a hemodiálise requer cuidado de enfermagem especializado, mas que não se reduz ao cuidado técnico. Deste modo fica evidente a necessidade dos profissionais de enfermagem estarem capacitados e cientes da sua importância para a manutenção da qualidade de vida do cliente.

Em um país como o Brasil, onde são observadas profundas desigualdades socioeconômicas, vários são os desafios na saúde, especialmente quando se é colocada em evidência à necessidade de ampliação do acesso com qualidade, tanto nos serviços, quanto nos bens de saúde dos usuários brasileiros (COELHO, 2010).

A qualidade nos serviços e nos bens de saúde dos usuários está relacionada aos determinantes políticos, sociais e econômicos. Nesse sentido, portanto, a qualidade de saúde pressupõe um arcabouço legal com garantia na Constituição Federal para sempre haver melhorias nas condições de atendimento aos usuários do SUS em nível nacional. Essa qualidade deve ser de responsabilidade de vários atores sociais, incluindo não apenas o Estado, como também toda a sociedade civil (CAPONI, 2003; RODRIGUES, 2014).

O acolhimento é capaz de reduzir toda essa problemática, atuando como uma tecnologia para reorganização dos serviços, com vistas à garantia do acesso universal, resolutividade e humanização do atendimento (FRANCO 1999). Segundo Miranda e Miranda(1996), O acolhimento humanizado pode ainda atuar como uma ferramenta assistencial que, se vincula às relações humanas habilidades interpessoais dos profissionais que atendem os usuários. Pereira (2002) enfatiza que acolher não significa simplesmente satisfazer a pessoa atendida, mas buscar a resolutividade ou realizar encaminhamentos a fim de promover a reabilitação da saúde da mesma. As unidades prestadoras de serviços devem configurar um sistema capaz de prestar assistência integral, atendendo o indivíduo como um ser humano integral, submetido às mais diferentes situações de vida que o levam a adoecer e morrer (SCAFF, 1998).

No Brasil, os padrões de humanização são estabelecidos pelo Ministério da Saúde por meio de programas governamentais, como o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNAHAH); o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN); e a Política Nacional de Humanização (PNH) (VAITSMAN; ANDRADE, 2005).

A legislação Brasileira, têm uma série de leis que visam resguardar o direito dos pacientes a um atendimento mais humanizado e acolhedor. Segundo o Art. 4º da PORTARIANº 1.820, DE 13 DE

AGOSTO DE 2009, que diz que toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos

Humanização na Assistência de Enfermagem

Com o avanço da tecnologia na área da saúde, nas últimas décadas, a cooperação profissional-paciente diminuiu, a relação tornou-se fria e a autoconfiança diminuiu. Os profissionais limitam-se quase automaticamente a encontrar respostas para a sua situação dos pacientes com resultados de exames apresentados a eles, sejam de imagem ou exames laboratoriais.

Atualmente, nos currículos dos trabalhadores da saúde, há muita ênfase e ajuste técnico, no desenvolvimento de habilidades que solucionem o problema de saúde de um determinado paciente quase de forma mecânica, automática, isso é importante, mas não pode esquecer que os conceitos de bioética devem ser conhecidos como outros, os profissionais devem se preparar como um todo.

A humanização é um valor que promove o respeito à vida humana, em relação às relações sociais, moral, educacional e psicológica. Deve ser compatível com aspectos técnicos e científicos baseados em raciocínio, conhecimento especializado, geral e causas. É uma apreciação do estado emocional que é inseparável do corpo também é biológico, é aceitação comportamental, consciência de limites, integração de informações técnico-científico conhecido e governado por diferenças imprevisíveis e incontroláveis unidade.

Levantar temas sobre humanização no cuidado pode influenciar no designe das políticas de saúde, pois a humanização nada mais é do que prestar uma assistência de qualidade, com os avanços tecnológicos que interagem com a recepção, áreas e condições adequadas de trabalho profissional decente.

É importante salientar que, o contato direto com as pessoas, coloca os profissionais de saúde diante de sua saúde, doença, seus conflitos e suas frustrações.

Caso não se comunique com esses acontecimentos, correrá o risco de desenvolver fortes mecanismos de defesa que podem prejudicá-lo profissional e pessoalmente, pois, esse profissional de saúde, ao se encontrar com pessoas, pode utilizar a distância como meio de proteção.

Segundo Martins (2001), a humanização é um processo amplo, demorado e complexo, ao qual se oferecem resistências, pois envolve mudanças de comportamento, que sempre despertam insegurança. Os padrões conhecidos parecem mais seguros; além disso, os novos não estão

prontos nem em decretos, nem em livros, não tendo características generalizáveis, pois cada profissional, cada equipe, cada instituição terá seu processo singular de humanização.

A valorização humana é contemplada em todas as ações pensando no que há de melhor para todos, garantindo as diretrizes do SUS, para assim, oferecer um melhor atendimento e que este seja de qualidade (BACKES,2006).

A Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (PNH) foi criada em 2003 pelo Ministério da Saúde e pactuada na Comissão Inter gestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde. A PNH é, portanto, uma política do SUS. Também chamada de Humaniza SUS, a PNH, emerge da convergência de três objetivos centrais:

Enfrentar desafios enunciados pela sociedade brasileira quanto à qualidade e à dignidade no cuidado em saúde.

Redesenhar e articular iniciativas de humanização do SUS.

Enfrentar problemas no campo da organização e da gestão do trabalho em saúde que têm produzido reflexos desfavoráveis tanto na produção de saúde como na vida dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Acredito que o melhor reflexo do nosso cuidado é a forma como os pacientes percebem o trabalho da equipe de enfermagem, quando expressam que é feito de forma sensível ao seu sofrimento. Apesar das dificuldades que os enfermeiros enfrentam em prestar uma assistência adequada ao paciente, os profissionais não devem esquecer a sua essência, que cuida, independentemente da falta de recursos e de pessoal, mostrando-se pessoas no seu cuidado para que o dia-a-dia não nos faça perder a alegria, o amor pelas pessoas e pelo trabalho.

Portanto, acredita-se que a atuação do enfermeiro, com sua ajuda, pode encorajar e manter qualidade de vida do paciente renal crônico, pois atua em todos os níveis do processo, desde a manutenção da máquina até a avaliação da sua equipe, tomar medidas para controle e prevenção de infecções, apoio emocional e ações educativas para os pacientes e suas famílias.

À partir das primícias, conclui-se com o presente estudo, que apesar dos avanços já conquistados, em relação a Humanização na Assistência de Enfermagem, há muito ainda a ser feito para se ter de fato algo que possa amenizar os desgastes que o paciente renal, sofre ao longo das sofridas sessões de diálise e todo o sofrimento que traz a patologia, com suas inúmeras limitações, fazendo com que esse paciente sinta-se impotente, na realização de várias tarefas da vida diária

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

ANDOLFATO C, MARIOTTI M.C. Avaliação do paciente em hemodiálise por meio da medida canadense de desempenho ocupacional. Vol 20, n1.p. 1-7, janeiro/abril de 2009.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde. Hemodiálise. 2019. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2988-hemodialise>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009. Art. 4º. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html Acesso em: 22 de setembro de 2022.

BRASIL. M. S. Conselho Nacional, de Saúde. Resolução N. 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2022.

BUSATO, O. Transplante Renal, 2001. Disponível em <http://www.abcdasaude.com.br> Acesso em: 22 de setembro de 2022. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO PRÉ TERMO APÓS MÃE CONFIRMADA PARA COVID-19

Ferreira Fernanda, Guerra Milena, Pereira WillianPassos, Jade

Introdução

Justifica-se esse estudo na necessidade e relevância de se explorar melhor o tema em questão, sobre os cuidados ao RNPT, dada a ocorrência de nascimentos prematuros em gestantes infectadas devido à pandemia da Covid-19, a fim de subsidiar a prática profissional de enfermeiros diante de RNPT após mãe confirmada para Covid-19.

Dessa forma, este estudo tem por finalidade ressaltar a necessidade de a enfermagem manter sua assistência ao recém-nascido prematuro atualizada, discorrendo às mudanças de assistência a estes com mães confirmadas ou suspeitas para Covid-19, evidenciando as melhores e mais atualizadas práticas de assistência de enfermagem obstétrica e neonatal, destacando a especificidade de casos de recém-nascidos prematuros com mães positivadas ou suspeitas de contaminação pelo vírus do SARS-CoV-2.

Materiais e métodos

Os materiais e métodos utilizados para elaborar essa pesquisa foi voltada na base de dados do Scielo e Google Acadêmico, foram selecionados 32 artigos que, posteriormente, foram analisados e categorizados. Propõe-se uma pesquisa qualitativa acerca do tema das práticas assistenciais de enfermagem ao recém-nascido pré termo após mãe confirmada para Covid-19, considerando que se trata de um movimento de assistência integral.

Resultados e discussão

Em relação a neonatos positivos para Covid-19, há disponíveis poucos dados sobre a infecção em si, sintomatologia e evolução, resultante de mínimos e isolados casos presentes até o momento, com índices de contágio até mesmo menores do que havíamos imaginado ao início do projeto, tornando-se a maior limitação do estudo.

Doravante as evidências apresentadas, entende-se que os efeitos da COVID-19 ainda não se encontram bem elucidados, ocasionando sensações de medo e incertezas em toda a população,

principalmente no caso das gestantes e recém-nascidos, conveniente maior suscetibilidade dos RNPT à infecção.

Logo, notamos que se tornou necessário uma atenção maior a este grupo perante a pandemia, e sendo imprescindível a importância da prudência profissional desáude, ressaltando a participação dos enfermeiros neste cuidado defronte a pandemia da Covid-19.

Conclusão / Considerações finais

Pode-se concluir que as reflexões emergidas no modelo de cuidado centrado no cliente distinguem o papel da equipe de enfermagem como agentes de um cuidado sistemático, visando prevenção, detecção precoce, tratamento oportuno dos infectados por SARS-COV-2, controle da doença e gerenciamento do cuidado para avaliação e atendimento das necessidades do RNPT, seguindo todas as orientações e cuidados, nos diferentes ambientes de assistência à saúde, adotando os protocolos preconizados pela OMS, para estabelecer o vínculo mãe-bebê e fortalecer a imunidade dos neonatos, certificando segurança dos intervenientes e, simultaneamente, abrangendo novos procedimentos que propiciem a implementação do cuidado humanizado e centrado no neonato na conjectura de que a família também é sujeito do cuidado, e que a parceria com ela estabelecida resulta em melhores práticas e resultados de saúde.

Enfatizamos que recomendações contidas neste estudo são passíveis de mudanças, visto que pesquisadores de várias instituições nacionais e internacionais tem se empenhado em descobertas sobre o comportamento e repercussões da doença em gestantes e recém-nascidos. No entanto, deve-se atentar para que não se percam os avanços e direitos conquistados até esse momento, para este grupo.

Referências

American Academy of Pediatrics. Hospital discharge of the high-risk neonate. New AAP policy statement. Pediatrics. 2008. Acesso em Agosto de 2022.

American College of Obstetricians and Gynecologists (ACOG). Delayed Umbilical Cord Clamping After Birth. Committee Opinion No. 684. Washington, DC: American College

of Obstetricians and Gynecologists; 2017. Washington, DC: ACOG; 2020 [cited 2020 Jul 18].

Available from: [http://www.acog.org/ Resources-And-Publications/Committee- Opinions/](http://www.acog.org/Resources-And-Publications/Committee-Opinions/)

Committee-onObstetric-Practice/Delayed-Umbilical-Cord-Clamping-After- Birth/. Acesso em Agosto de 2022.

Blauvelt CA, Chiu C, Donovan AL, PrahI M, Shimotake TK, George RB, et al. Acute respiratory distress syndrome in a preterm pregnant patient with coronavirus disease 2019 (COVID-19).ObstetGynecol. 2020;136(1):46-51.). Acesso em agosto de 2022.

Brasil: Ministerio da Saude - Manual de Recomendações para a Assistência à Gestante Puérpera frente à Pandemia de Covid-19 / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020/. Acesso em agosto de 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica nº 14/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS. Atenção a Saúde do Recém-nascido no contexto da Infecção pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), Ago. 2020. Disponível em

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-recem-nascido/atenc%CC%A7a%CC%83o-a-saude-do-recem-nascido-no-contexto-da-infeccao-pelo-novo-coronavirus-sars-cov-2/>. Acesso em agosto de 2022.

Chandrasekharan P, Vento M, Trevisanuto D, Partridge E, Underwood MA, Wiedeman J, et al. Neonatal resuscitation and postresuscitation care of infants born to mothers with suspected or confirmed SARS-CoV-2 infection. Am J Perinatol. 2020;37(8):813–24). Acesso em agosto de 2022.

Covid 19. Google News,2022. Disponível em <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419&mid=%2Fm%2F01gh6z/>. Acesso em agosto de 2022.

Custodio ZA de O, Morsch DS, Marba STM, Gomes MAM, Machado LG, Lamy ZC, MÉTODO CANGURU: COMO GARANTIR E AMPLIAR EM TEMPOS DA COVID-19. KANGAROO CARE: HOW TO GUARANTEE AND EXPAND IN COVID-19 TIMES, 2020/. Acesso em agosto de 2022.

Davanzo R, Moro G, Sandri F, Agosti M, Moretti C, Mosca F, et al. Breastfeeding and coronavirus disease-2019: ad interim indications of the Italian Society of Neonatology endorsed by the Union of European Neonatal & Perinatal Societies.MaternChild Nutr. 2020;16(3):e1301/. Acesso em agosto de 2022.

De Rose DU, Piersigilli F, Ronchetti MP, Santisi A, Bersani I, Dotta A, et al. Novel Coronavirus disease (COVID-19) in newborns and infants: what we know so far. *Ital J Pediatr.* 2020/. Acesso em agosto de 2022.

DOCUMENTO CIENTÍFICO DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE NEONATOLOGIA SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO RECOMENDAÇÕES PARA CUIDADO E ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO COM SUSPEITA OU DIAGNÓSTICO DE COVID-19 Versão 3
25/06/2020 Available from: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/recomendacoes-para-cuidados-e-assistencia-ao-recem-nascido-com-suspeita-ou-diagnostico-de/>. Acesso em agosto de 2022.

Egesa WI, et al. Coronavirus Disease (COVID-19) in Neonates: Current Perspectives. *November 2020.* DOI: 10.33140/JPNB.05.04.04. Acesso em Agosto de 2022.

ESTRELA, F. M. et al. Gestantes no contexto da pandemia da covid-19: reflexões e desafios. *Revista de Saúde Coletiva*, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/zwPkqzqfcHbRqyZNxzfrg3g/?lang=pt>. Acesso em agosto de 2022.

FIOCRUZ. Riscos de separar recém-nascidos de suas mães, 2020. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2282-riscos-de-separar-recem-nascidos-de-suas-maes-na-pandemia>. Acesso em agosto de 2022.

Freitas BMBM, Alves MDSM, Gaíva MAM. Prevention and control measures for neonatal COVID-19 infection: a scoping review. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(Suppl 2):e20200467. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0467>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/reben/a/JWtxP78p5TfR4qHzBS3PmCQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=%C3%89%20indispens%C3%A1vel%20o%20uso%20dos,red%C3%A7%C3%A3o%20da%20transmissibilidade%20do%20v%C3%ADrus/>. Acesso em agosto de 2022.

Furlow B. US NICUs and donor milk banks brace for COVID-19. *Lancet Child Adolesc Health.* 2020;4(5):355. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32246910/>. Acesso em agosto de 2022.

Lambelet V, Vouga M, Pomar L, et al. SARS-CoV-2 in the context of past coronavirus epidemics: Consideration for prenatal care [published online ahead of print, 2020 May 26]. *Prenat Diagn*. 2020. 10.1002/pd.5759.doi:10.1002/pd.5759. Acesso em Agosto de 2022.

Mimouni F, Lakshminrusimha S, Pearlman AS, Raju T, Gallagher PG, Mendlovic J. Perinatal aspects on the COVID-19 pandemic: a practical resource for perinatal-neonatal specialists. *J Perinatol*. 2020;40(5): 820-6/. Acesso em agosto de 2022.

Mullins E, Evans D, Viner RM, O'Brien P, Morris E. Coronavirus in Pregnancy and Delivery: Rapid Review. *Ultrasound Obstet Gynecol*. 2020;55(5):586-92. 6. Hong H, Wang Y, Chung HT, Chen CJ. Clinical characteristics of novel coronavirus disease 2019 (COVID-19) in newborns, infants and children. *Pediatr Neonatol*. 2020;61(2):131-2/. Acesso em agosto de 2022.

Nature. *Journal Of Perinatology*, 2022. Disponível em <https://www.nature.com/jp/>. Acesso em agosto de 2022.

Piersigilli F, Carkeek K, Hocq C, van Grambezen B, Hubinont C, Chatzis O, et al. COVID-19 in a 26-week preterm neonate. *Lancet Child Adolesc Health*. 2020;4(6):476-8. Acesso em agosto de 2022.

Rasmussen SA, Smulian JC, Lednický JA, Wen TS, Jamieson DJ. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) and pregnancy: what obstetricians need to know. *Am J Obstet Gynecol*. 2020;222(5):415-426. doi:10.1016/j.ajog.2020.02.017/. Acesso em agosto de 2022.

Royal College of Obstetricians and Gynaecologists (RCOG). Coronavirus (COVID-19) Infection in Pregnancy Information for healthcare professionals. Version 10.1. London (UK): Royal College of Obstetricians and Gynaecologists; 2020. Acesso em Agosto de 2022.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. Grupo Executivo do Programa Nacional de Reanimação Neonatal. Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na Sala de Parto de Mãe com COVID-19 Suspeita ou Confirmada, 2020. Disponível em <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/recomendacoes-para-assistencia-ao-recem-nascido-na-sala-de-parto-de-mae-com/>. Acesso em agosto de 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Nota de alerta: Recomendações para Assistência ao Recém-Nascido na sala de parto de mãe com COVID-19 suspeita ou confirmada Atualização 2. São Paulo: SBP; 2020/. Acesso em agosto de 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Reanimação do recém-nascido ≥ 34 semanas em sala de parto: Diretrizes 2016 da Sociedade Brasileira de Pediatria. SBP; 2016 [citado 13 Jun 2020].

Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/DiretrizesSBPReanimacaoRNMaiores34semanas26jan2016.pdf. Acesso em agosto de 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Reanimação do recém-nascido ≥ 34 semanas em sala de parto: Diretrizes 2016 da Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/DiretrizesSBPReanimacaoRNMaiores34semanas26jan2016.pdf. Acesso em julho de 2022.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Recomendações para assistência ao recém-nascido na sala de parto de mãe com covid-19 suspeita ou confirmada, 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22499c-NAAssist_RN_SalaParto_de_mae_com_COVID-19.pdf. Acesso em agosto de 2022.

Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP). Recomendações para Cuidados e Assistência ao Recém-Nascido com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 - 2ª versão –atualizada em 06/04/2020. São Paulo: SPSP; 2020 [citado 2020 Set 25]. Disponível em: <https://www.spsp.org.br/PDF/COVID%20Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20DC%20Neo%20SP6abril2020.pdf>. Acesso em agosto de 2022.

Wang L, Shi Y, Xiao T, Fu J, Feng X, Mu D, et al. Chinese expert consensus on the perinatal and neonatal management for the prevention and control of the 2019 novel coronavirus infection (First edition). *Ann Transl Med.* 2020;8(3):47/. Acesso em agosto de 2022.

World Health Organization (WHO). Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. Genève: WHO; 2020 [cited 2020 Jul 15]. Genève: WHO; 2020 [updated 2020 Jul 20; cited 2020]. Available from: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/>. Acesso em agosto de 2022.

Zhu H, Wang L, Fang C, Peng S, Zhang L, Chang G, et al. Clinical analysis of 10 neonates born to mothers with 2019-nCoV pneumonia. *TranslPediatri.* 2020; 9(1):51– 60.). Acesso em agosto de 2022.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM DOMICILIAR ÀS FAMÍLIAS COM PACIENTES PORTADORES DE LESSÃO POR PRESSÃO (LPP)

Almeida Thiago, Rosa Cristiane
Coelho Fernando

INTRODUÇÃO

Sendo assim, o trabalho procura esclarecer os reais problemas encontrados diante das famílias e cuidadores sobre o cuidado específico dos pacientes com lesão por pressão (LPP); O objetivo principal do trabalho se baseia no apoio as famílias e as cuidados a serem prestados aos portadores de LPP (lesões por pressão), sendo assim temos como objetivos específicos: falar o que é lesão por pressão, principais problemas que levam a ela ou atrapalha na sua cicatrização, realização de movimentos que auxiliam para aliviar uma pressão em determinada região fazendo mudanças de posições, orientação sobre dieta específica, higienização quanto na ferida, quanto no ambiente e a assistência de enfermagem na educação em saúde das famílias e cuidadores.

Sendo assim, o trabalho procura esclarecer os reais problemas encontrados diante das famílias e cuidadores sobre o cuidado específico dos pacientes com lesão por pressão (LPP);

Materiais e métodos

O estudo deste trabalho será fundamentado em ideias e pressupostos de teóricos que apresentam grande importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise. Neste contexto será abordado como a enfermagem pode atuar para auxiliar na prevenção, cuidados diários prestados aos pacientes e educação em saúde para os familiares dos mesmos. Para tais objetivos serão estudados em fontes secundárias, tendo a metodologia de pesquisa bibliográfica, qualitativa, com bases em trabalhos acadêmicos e artigos, revistas e livros.

Resultados e Discussão

A enfermagem entre suas funções tem como foco principal a educação destas famílias/cuidadores na promoção da saúde do paciente portador de LPP, entre elas, informações sobre a lesão, precauções diante da troca correta dos curativos, pomadas e higienização, readequação alimentar, utilização de coxins, colchões, materiais que dê um melhor conforto, mudança de decúbito, e hábitos do dia a dia que pode interferir na promoção da saúde do paciente de uma maneira clara e objetiva que todos possam entender corretamente.

A enfermagem dá um suporte com muitas informações para adaptação da família/cuidador a realidade do paciente. O principal objetivo da enfermagem e fazer com que a família/cuidador se adapta as reais necessidades do paciente, assim a equipe de saúde tem como função recolher

dados fundamentais que ajudam a encontrar problemas reais e potenciais que são prejudiciais na recuperação do paciente, diante disso a enfermagem pode atuar direcionada a problemas reais e futuros do paciente.

Diante disso a assistência de enfermagem está ligada a qualidade de vida que essa família precisara ter em condições as reais necessidades diante do paciente, mudanças de hábitos alimentares e de ambiente favorecem a qualidade na prestação do cuidado ao paciente, mostrando ao mesmo que aquele ambiente onde se encontra é ideal para sua recuperação.

Considerações finais

Podemos concluir que diante deste trabalho, o profissional de enfermagem tem um papel fundamental na promoção e recuperação dos pacientes portadores de lesões por pressão, além de voltar um olhar fundamental ao cuidador do mesmo que sofre grande carga de trabalho sobre o cuidado ao paciente. Contudo ainda há uma deficiência quando a capacitação específica destes familiares para o cuidado; vale ressaltar que o ambiente familiar é fundamental na promoção, recuperação do paciente e que precisa de uma colaboração de ambos para sua melhora. Um bom planejamento na assistência de enfermagem e de uma educação em saúde bem detalhada e de fácil compreensão para os familiares/cuidador é o ponto chave para se obter o objetivo esperado.

Referências

Braz. J. Hea. VER., Prevenção de Lesão por Pressão no Domicílio: Revista Integrativa. Curitiba, v. 3, n. 4, p. 8806-8820 jul. /aug 2020 DOI:1034119/ <https://bjhrs33n4-126> (acesso em 11 de agosto 2022).

Braz. J. of Develop, Atribuições do Enfermeiro na Cicatrização de Lesões por Pressão em Pacientes Acompanhados no Serviço de Atenção Domiciliar; Curitiba, v. 6, n. 10, p. 82848-82867, oct. 2020. <https://Brzilianjournals.com> (acesso em 17 de abril 2022).

Botelho LS, Arboit EL & Freitag VL. Research, Society and Development, Atuação do Enfermeiro no Cuidado a Prevenção e Tratamento de Lesões por Pressão. v. 9, n. 7, e775974644, 2020 (CC BY 4.0) ISSN 2525-3409 DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4644>. (acesso 13 de Agosto 2022).

Cilene Fernandes Soares, Ivonete Teresinha Schuller Buss Heidemann. Promoção da Saúde e Prevenção da Lesão por Pressão: Expectativas do Enfermeiro da Atenção Primária. Texto Contexto Enferm, 2018;27(2): e1630016. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-070720180001630016>. (acesso em 21 de fevereiro 2022).

Costa DAC, Cabral KB, Teixeira CC, Rosa RR, Mendes JLL, Cabral FD. Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás – Cândido Santiago, Enfermagem e a educação em Saúde. 2020;6(3):e6000012. <https://www.revista.esap.com.br> (acesso 17 de maio 2022).

Favreto, FJL et al. O Papel do Enfermeiro na Prevenção, Avaliação e Tratamento das Lesões por Pressão. RGS 2017;17(2):37-47. REVISTA GESTÃO E SAÚDE (ISSN 1984-8153). <https://www.herrero.com.br> (acesso em 23 de maio 2022).

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA BUSCA PRECOCE DE SINAIS E SINTOMAS DE AUTISMO EM CRIANÇAS NO AMBIENTE DA ATENÇÃO BÁSICA

Resumo: o enfermeiro atua em diversos níveis de complexidade de atenção, sendo um deles a atenção básica, caracterizada como porta de entrada para a assistência. Em tal nível de atenção, destaca-se a atuação do profissional da enfermagem, que possui diversas atribuições envolvendo a realização do processo de enfermagem e suas etapas de avaliação, diagnóstico, planejamento, implementação e evolução, aplicado na prática através de consultas de enfermagem. Dentre as funções escaladas encontram-se as consultas de crescimento e desenvolvimento (CD) infantil, em que o enfermeiro deve acompanhar mensalmente crianças desde o nascimento até os 5 anos de idade, buscando a promoção de saúde, a prevenção de agravos e identificação de riscos. Como a Síndrome do Transtorno do Espectro Autista tem se tornado um diagnóstico bastante comum na primeira infância, destaca-se a suma relevância da assistência de enfermagem na observação de sinais e sintomas, na prescrição de cuidados e terapêuticas necessárias para proporcionar melhorias na qualidade de vida infantil e familiar, em conjunto com a equipe multiprofissional. Visto isso, não existem evidências de um roteiro padronizado, que inclua uma análise comportamental básica em crianças a fim de detectar sinais prévios de autismo. Portanto, o presente artigo tem a finalidade de destacar a importância do papel do profissional da enfermagem na assistência à criança autista, tendo em vista as atribuições do enfermeiro e sua influência e colaboração no processo do cuidado a esse público, com enfoque na identificação precoce sinais de autismo nas consultas de CD. Por intermédio de revisão literária e bibliográfica concluiu-se que a falta de um roteiro padrão para análise básica de comportamento em consultas de CD subtrai chances de identificar previamente sinais de TEA, se fazendo necessário o estabelecimento do mesmo a fim de colaborar para a oferta de uma assistência mais qualitativa à saúde individual e coletiva.

Palavras-chave: enfermagem, criança, autismo, assistência, atenção básica

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP) EM PACIENTES INTERNADOS EM UTI

Noronha, Ana Flávia; Lopes, Suellen Nogueira, Coelho, Fernando.

Introdução

De acordo com Santos et al., (2017) o aparecimento de lesão por pressão em pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é considerado um grave problema para o setor de saúde, devido a sua elevada incidência e prevalência. A ocorrência de LPP é maior em indivíduos que passam mais tempo internados, principalmente em pessoas de idade avançada e portadores de doenças crônicas degenerativas. Esta pode gerar dor, desconforto, atrasos na recuperação, desenvolvimento de infecções, além de gastos devido ao aumento de tempo de internação do paciente (FELISBERTO; TAKASHI, 2022).

A escolha deste tema justifica-se, pois, a LPP como mencionado é um sério problema enfrentado pela enfermagem intensivista em pacientes internados por muito tempo. Por isso, é preciso saber como preveni-la e tratá-la, garantindo assim, uma assistência de qualidade, visto que as LPPs em paciente no ambiente hospitalar são utilizadas como um indicador de qualidade dos cuidados prestados pela equipe de enfermagem.

Neste contexto, o objetivo principal deste estudo é analisar os cuidados exercidos pelo profissional de enfermagem na prevenção de lesões por pressão em pacientes hospitalizados na UTI. Desta forma, buscou-se identificar os fatores de risco que pré dispõem o surgimento da patologia, verificar como os enfermeiros classificam as LPP com o auxílio da escala de Braden.

Materiais e métodos

Trata-se de uma revisão de literatura, de caráter descritivo e abordagem qualitativa que tem por objetivo analisar os cuidados exercidos pelo profissional de enfermagem na prevenção de lesões por pressão em pacientes hospitalizados na UTI. O levantamento de dados foi realizado nas seguintes bases de dados eletrônicas SciELO, Medline, Lilacs, Science Direct, Pubmed e Google acadêmico. Os descritores utilizados foram: lesão por pressão; cuidados de enfermagem; UTI. Quanto ao critério de seleção, foram utilizados artigos nacionais e internacionais publicados entre os anos de 2000 à 2022 e, que se baseassem em cuidados da enfermagem para prevenir e tratar lesões por pressão em UTI.

Resultados e discussão

Pacientes na UTI geralmente tendem a permanecer um maior período de tempo internados. Assim, Rolim et al., (2013) explicam que os pacientes ficam com acesso a mobilidade e a realização de atividades

limitadas pela sua condição clínica. Há necessidade de controles mais rigorosos, associados às terapias de maior complexidade, somam-se outros fatores de risco, como uso de sedativos, alterações do nível de consciência, uso de drogas vasoativas, instabilidade hemodinâmica e o uso de dispositivos, tornando estes indivíduos mais propensos ao acometimento de lesão por pressão (ROLIM et al., 2013; FELISBERTO & TAKASHI, 2022).

Dentre as principais consequências dessas lesões estão o aumento do tempo e do custo de internamento hospitalar, impacto negativo no serviço prestado e diminuição do bem-estar dos indivíduos (COX, 2011). Segundo Xavier et al., (2022) estas lesões são associadas a diminuição da qualidade de vida e aumento da mortalidade, sendo definida e considerada pela literatura pesquisada como um evento adverso no processo de atenção à saúde.

As diretrizes internacionais e nacionais aconselham a utilização da escala de Braden para contribuir na identificação dos pacientes que apresentam o risco para lesão por pressão desde admissão e durante o período de internação e aplicação das medidas preventivas pelos profissionais (FELISBERTO & TAKASHI, 2022).

De acordo com o estudo de Pancorbo-Hidalgo et al. (2008) há várias vantagens no uso de escalas de avaliação de risco de LPP: garante destinação efetiva de recursos, serve como base para decisões clínicas, permite ajustes de casos, dependendo do risco de desenvolvimento das lesões, facilita a avaliação e sistematização dos dados dos pacientes, e serve como prova em litígios.

A escala de Braden, como outras escalas protocoladas nacionalmente, quando é utilizada em conjunto com medidas adicionais, pode se tornar eficiente na assistência preventiva (ROLIM et al., 2013).

O enfermeiro deve fazer a avaliação habitual do paciente fornecendo medidas de prevenção eficazes para as LPPs. Ele deve ter conhecimento sobre as principais causas e complicações ocasionadas pela LPPs, distinguindo e classificando o grau de dependência, bem como prescrevendo os cuidados de enfermagem essenciais na prevenção do surgimento da LPP (VIEIRA et al., 2014).

Conclusão / Considerações finais

Ficou evidente que a LPP é um problema recorrente no setor de saúde, em especial em pacientes que se encontram internados na UTI, devido ao elevado grau de complexidade de cuidados e limitações de mobilidade. Isto gera problemas para o paciente, familiares, profissionais e instituição, pois pode aumentar o período de internação, os custos e cuidados com o paciente, além de ser uma patologia de difícil tratamento e um indicador sobre a qualidade da assistência prestada pela instituição.

Por isso, a equipe de enfermagem por possuir um contato mais direto com o paciente, torna-se o profissional responsável por manter a qualidade da assistência. Assim, destaca-se a relevância da atuação do enfermeiro para a prevenção da lesão por pressão. O enfermeiro deve conhecer os fatores de risco para seu desenvolvimento, saber avaliar bem a pele do paciente, conhecer os protocolos de prevenção e tratamento, bem como prestar uma assistência personalizada a cada paciente. Além disso, com parte integrante da equipe multidisciplinar deve estar sempre bem informado sobre a condição do paciente, para passar aos demais membros e juntos discutirem sobre as próximas intervenções a serem realizadas.

Referências

COX, J. Predictors of pressure ulcers in adult critical care patients. *American journal of critical care*, v. 20, n. 5, p. 364-375, 2011. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.867.4423&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FELISBERTO M.P; TAKASHI M.H. Atuação do enfermeiro na prevenção e cuidado ao paciente com úlcera por pressão na unidade de terapia intensiva. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 11, n. 1, p. 42-47, 2022. Disponível em: <<http://revistafacessa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/848>>. Acesso em: 22 set. 2022.

PANCORBO-HIDALGO, P.L. *et al.* Valoracion del riesgo de desarrollar ulceras por presion: uso clinico en Espana y metaanálisis de la efectividad de las escalas. *Gerokomos, Barcelona*, v.19, n.2, p.40-54. 2008. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1134928X2008000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 maio 2022.

ROLIM, J.A. *et al.* Prevenção e tratamento de úlceras por pressão no cotidiano de enfermeiros intensivistas. *Rev Rene, Fortaleza*, v. 14, n. 1, p. 148-157, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027985017.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2022.

SANTOS, E.R.R. *et al.* Prevenção de lesão por pressão: revisão integrativa da produção da enfermagem brasileira. *Revista Ciência (In) Cena*, v. 1, n. 5, p. 139-157, 2017. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/cienciaincenabahia/article/view/4347>>. Acesso em: 22 set. 2022.

VIEIRA, C.P.B et al. Caracterização e fatores de risco para úlceras por pressão na pessoa idosa hospitalizada. Rev Rene, v. 15, n. 4, p. 650-658, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324032212012.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

XAVIER, P.B. et al. A atuação do enfermeiro na prevenção de lesões por pressão em unidade de terapia intensiva: revisão crítica da literatura. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, p. e24311730045, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30045>>. Acesso em: 20 set. 2022.

EFICÁCIA DO CUIDADO E DO CURATIVO NA PREVENÇÃO DE INFECÇÃO CATETERISMO VENOSO CENTRAL

Maria Doniles Nunes, Rogéria Souza Diniz

Orientadora: Sílvia Helena Dias, Coorientadora: Cristiany Reis Costa Ferreira Pinto

FACULDADE DE SÃO LOURENÇO

ENFERMAGEM

INTRODUÇÃO

Os Cateteres Venosos Centrais (CVC) são indispensáveis no tratamento de pacientes em estado crítico com doenças agudas ou crônicas, utilizado para a monitorização e a infusão de fluidos e drogas vasoativas, sendo apontado como um fator de risco importante para infecção da corrente sanguínea e faz parte dos cuidados do paciente crítico. Esse dispositivo venoso é entendido como dispositivo parenteral, onde um cateter central pode ser inserido tanto por via periférica quanto pela linha média central, em pacientes que necessitam de terapia parenteral ou até mesmo como método diagnóstico por médio e em longo prazo dependendo do caso. (BELL; et al.; 2017).

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a metodologia denominada Revisão Bibliográfica ou de Literatura. Segundo Gil, 2010 estes tipos de estudos intitulados como revisão de bibliografia ou de literatura tratam-se de estudos produzidos através de materiais e informações já elaborados, como por exemplo: artigos, livros, jornais, revistas e demais instrumentos de comunicação de informação.

Os pesquisadores efetuaram a busca e seleção dos artigos que abordassem a temática: A prevenção de infecção no CVC e eficácia do cuidado e do curativo no cateterismo venoso central. A coleta de dados foi realizada inicialmente entre os meses de maio e junho de 2022. A estratégia de busca utilizou as seguintes palavras-chave: Cateter Venoso Central (CVC), Infecção, Curativo, Cuidados, Enfermagem.

Discussão

O enfermeiro tem um papel, sem dúvida, preponderante, exigindo lhe cuidados de qualidade e de forma criteriosa no manuseio do CVC, sendo um agente facilitador na entrada de infecção quando desatento aos cuidados. Sendo os principais cuidados com Cateter Venoso Central: Realizar a

higiene das mãos antes e após manuseio do cateter e manter curativo sempre limpo e seco (com data e turno da troca). A higienização das mãos é, isoladamente, a ação mais importante para a prevenção e controle das infecções hospitalares (SANTOS, 2014).

O enfermeiro deve apresentar vigilância, a todos os procedimentos que envolvem o acesso vascular prevenindo possíveis complicações relacionadas a esse cateter. A equipe de enfermagem que está diretamente responsável pela assistência e está envolvida desde a implantação até o manuseio do CVC. Pode atuar de forma mais eficaz na profilaxia e controle de infecções relacionadas ao uso desse dispositivo (MENDONÇA, et al.,2011).

CONCLUSÃO

Em conclusão está revisão mostra que ainda há pouca evidencia na literatura sobre o tema. Os enfermeiros visam fornecer cuidados de enfermagem completos aos pacientes no que diz respeito à promoção da saúde e bem-estar, prevenção de várias doenças e cuidados de enfermagem, sendo que a realização de curativo junto ao dispositivo é privativo do Enfermeiro (Lei 7.498/87).

REFERENCIAS

ANDRADE, A.M. et al. A avaliação das coberturas para sítio de inserção do cateter venoso central no TMO: análise de custos. Revista Min Enfermagem. 2011.

ANVISA. Orientações para Prevenção de Infecção Primária de Corrente Sanguínea – Agencia Nacional de Vigilância Sanitária –Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>

BEL T, et al. Prevenção de Infecções da Corrente Sanguínea Associadas à Linha Central. Departamento de Medicina Intensiva. 2018.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de prevenção de infecção relacionada à assistência à saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. 2017, 126p.

EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM PERANTE AS TRÊS PANDEMIAS DA MODERNIDADE: PESTE NEGRA, GRIPE ESPANHOLA E COVID 19

Toledo, Maria Cristina; Brigagão, Karine; Seixas, Lucas.

Reis, Cristiany; Passos, Jade

Introdução

A atuação da enfermagem efetivamente na linha de frente no cuidado integral de pacientes/usuários acometidos com doença COVID19 em tempos recentes se definiu como um trabalho exaustivo e de grande exposição ao vírus. Os profissionais atuaram nas pandemias da peste negra, gripe espanhola e COVID19, mesmo quando ainda não existia um tratamento eficaz contra a doença, com as vacinas ou tratamentos definidos, período de angústia, onde o medo da contaminação e do adoecimento os acompanhava constantemente; porém sem refutar nos atendimentos estes buscaram forças e agiram por todos os meios possíveis para cuidar daqueles que chegavam nas unidades hospitalares, fragilizados.

O exposto define as bases da presente pesquisa, que apresentará o contexto das pandemias na história da saúde enfatizando o trabalho dos profissionais da enfermagem desde os primórdios da profissão até a recente pandemia da COVID19, o mesmo também apresentará uma exposição dos profissionais de enfermagem no enfrentamento das pandemias da Peste Negra, Gripe Espanhola e COVID19, suas lutas, superações e a total dedicação aos pacientes/usuários como profissionais atuantes na linha de frente.

O estudo fará uma alusão da contribuição da tecnologia para área de saúde, para a enfermagem e na prevenção e combate de futuras pandemias. Fatores essenciais que justificam a pesquisa divulgando a importância da enfermagem, o seu crescimento, atuação e evolução frente às pandemias e com o advento da tecnologia; a qual tem possibilitado um trabalho mais eficaz e proveitoso junto ao corpo interdisciplinar e aos pacientes.

Materiais e métodos

O estudo se contextualizou por meio de uma revisão bibliográfica de grande relevância ao conceder destaque para as contribuições da enfermagem em tempos de pandemia, a partir da consistente forma de pensamento e do fazer no cuidado de seus resultados, ao imprimir sua

marca e reconhecer à profissão como um constante movimento de construção social e profissional.

Resultados e discussão

Pandemias na História da Saúde

O termo pandemia é classificado pela ocorrência e a distribuição de casos de uma doença segundo a abrangência geográfica, definição dada pela Epidemiologia, que é um ramo da Medicina; assim o termo pandemia se relaciona a disseminação de uma doença em várias regiões num âmbito continental ou mundial, sendo que o mais importante não é o número de casos, mas o poder de propagação. (OMS, 2020).

A Profissão da Enfermagem

A Enfermagem como profissão desbravou caminhos e diversas barreiras para se tornar uma profissão reconhecida enquanto ciência; segundo Pires (2009) a enfermagem deve ser vista em todas suas dimensões, enquanto disciplina, trabalho e profissão da saúde, então a Enfermagem é uma ciência, a ciência do cuidado. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem – COFEN (2020) a enfermagem possui 2.540.715 profissionais no Brasil. São 438.886 auxiliares, 1.476.584 técnicas e técnicos e 624.910 enfermeiras e enfermeiros.

A Enfermagem no Enfretamento das Pandemias

Durante as principais pandemias: Peste Negra, Gripe Espanhola e COVID19, os principais profissionais de saúde atuantes foram os enfermeiros, os quais assumiram a linha de frente para o tratamento, prevenção, e recuperação dos casos; mesmo antes da profissão estar regulamentada, como nos dias atuais. Ao fomentar a profissão com olhos de contemporaneidade é fácil entender, que todos os serviços de saúde têm o enfermeiro como o elo fundamental, os quais acompanham os doentes ininterruptamente, e também são atuantes nas instituições assistenciais seja na gestão ou na assistência direta, no tocante ao ensino, em pesquisas, e em atividades fundamentais que garantem a saúde da população e o as pandemias.

Conclusão

A pesquisa possibilitou a identificação do contexto no qual a Enfermagem atuou nas pandemias da Peste Negra, Gripe Espanhola e COVID-19 de uma forma peculiar, durante o seu

desenvolvimento foram dispostos segundo constatações a influência que as pandemias trouxeram para a evolução do trabalho da Enfermagem, em todos os sentidos, mesmo nas maiores adversidades a classe manteve as melhores atuações.

Assim, também se estruturou a possibilidade de identificar/associar o potencial tecnológico apresentado no decorrer da pandemia, seja na detecção dos casos, proteção, atendimento ou no diagnóstico precoce, ações que geraram informações úteis e fomentaram a tomada de decisão eficiente. De maneira que para futuros estudos recomenda-se a análise das transformações impetradas na identidade profissional da Enfermagem na pós-pandemia, as transformações tecnológicas que colaboraram para a evolução da profissão, tanto no quesito tempo, como na prevenção e combate de futuras pandemias.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Demandas de décadas da Enfermagem se sobressaem no combate à pandemia. Brasília: COFEN, 2020. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/demandasde-decadas-da-enfermagem-sesobressaem-nocombate-apandemia_78927.html>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório de situação da OMS. 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/janeiro/22/novo-coronavirusresumoetraducao-oms-22jan20nucom.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

EXTRATO DE PSIDIUM GUAJAVA E DE EUGENIA UNIFLORA NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES DO PÉ DIABÉTICO

Carraro, Gustavo dos Santos; França, Rafaela Ferreira
Teles, Therezia Raffoul Domingos

Introdução:

O diabetes mellitus vem se tornando um dos mais importantes problemas de saúde pública do mundo, responsável por aproximadamente 25 mil óbitos anuais, importante causador de morbidade e mortalidade. Segundo a Federação Internacional de Diabetes, o Brasil passou a ocupar o 4º lugar no ranking dos países com o maior número de casos de DM, perdendo apenas para China, Índia e Estados Unidos. A hiperglicemia permanente, resultante de um controle inadequado, aumenta o risco de desenvolver complicações, principalmente o Pé Diabético. De acordo com a pesquisadora Hermelinda Cordeiro Pedrosa, o pé diabético é uma das complicações crônicas que provoca grande impacto nos custos e na qualidade de vida dos pacientes. A deterioração dos nervos e vasos sanguíneos periféricos causadas pela doença dificultam a mobilidade e as atividades de vida diária de pessoas com DM. Sabendo que a reparação tecidual é um processo sistêmico, o uso de terapia tópica auxilia o processo fisiológico, garantindo assim um meio propício à cicatrização. Tendo em vista o uso tópico de uma nova terapêutica, que dispensa a alta tecnologia, destaca-se o extrato de *Psidium guajava* (folhas de goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (folhas de pitangueira) que se apresentam de forma promissora no desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos. Evidências científicas sobre o uso de folhas de goiabeira em conjunto com folhas de pitangueira em feridas de pessoas com diagnóstico de DM apresentaram-se escassas.

O desígnio principal deste estudo consiste em avaliar o efeito do extrato das plantas *Psidium guajava* (folhas de goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (folhas de pitangueira) na cicatrização de feridas de pessoas com Pé Diabético.

Trata-se de uma pesquisa de campo, extensa com abordagem descritiva, quantitativa e com estudo individual de cada caso. A pesquisa se desenvolverá em três fases: Primária, secundária, terciária, ao fim de 4 meses retornaremos à fase primária, correspondendo à uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento. No total, cada participante será acompanhado por um período mínimo de seis meses.

O estudo será desenvolvido no município de São Lourenço- MG. Com base em um levantamento realizado nas unidades de Estratégias de Saúde da Família (ESF) instaladas no Município aderido, que disponibilizará o cadastro das pessoas com DM. Com o cadastro em mãos, será realizado o contato com os respectivos titulares por meio de ligação telefônica e por visita domiciliária, com o objetivo de confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em MMII.

Utilizando um instrumento de caracterização sociodemográfica e clínica, avaliação e descrição das feridas e ainda o acompanhamento da evolução das feridas, a cada 15 dias, por meio de fotografia digital. Os curativos serão realizados no domicílio dos participantes, uma vez ao dia, com a cobertura processada com extrato vegetal de *Psidium guajava* e *Eugenia uniflora*. Após a limpeza adequada da ferida com SF 0,9%, será depositada uma quantidade de cobertura processada com extrato vegetal *Psidium guajava* e *Eugenia uniflora*, suficiente para cobrir toda a área da ferida, e então aplicada com o auxílio de espátulas descartáveis diretamente na ferida, tomando-se o cuidado em não aplicar na pele íntegra, e após ocluída com gaze estéril e fixada com atadura de crepe. A comprovação da efetividade da pomada será demonstrada pela melhora clínica observada nas fotografias e na avaliação dos dados clínicos da ferida.

Objetivos:

Dentre as terapias tópicas que dispensam alta tecnologia avançada, o uso de *Psidium guajava* (goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (pitangueira), destaca-se pelo seu baixo custo e por ser um produto acessível em todos os níveis de assistência, além de auxiliar no processo de cicatrização, ajuda no resgate da autonomia e da qualidade de vida dessas pessoas.

“Segundo a farmacêutica Nilsa Sumie Yamashita Wadt, o uso dessas folhas tem acelerado em 40% a cicatrização de feridas nos pacientes atendidos. As folhagens de goiaba são misturadas as de pitanga no preparo de um chá que tem ação antimicrobiana e cicatrizante.” (WADT,2017)

O estudo fitoquímico das folhas de *Psidium guajava* apresenta grande potencial oxidante também rica em flavonoide, taninos e antraquinona. Literaturas evidenciam inibição bacteriana satisfatória para: *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Enterobacter aerogenes*, *Enterobacter cloacae*.

Um dado preocupante é o número crescente de bactérias multirresistentes aos tratamentos convencionais, diante disso ensaios microbiológicos realizados com extrato obtido a partir de *Eugenia uniflora* evidenciaram efeito sinérgico do extrato juntamente com antibióticos, reduzindo a resistência bacteriana a *Staphylococcus aureus*.

Portanto, este estudo se justifica, pela disponibilidade das folhas de goiabeira e de pitangueira na região em estudo; por ser um produto de baixo custo podendo ser utilizado em todos os níveis de assistência no tratamento de pessoas com DM, acometidas por feridas decorrentes do Pé Diabético; pela sua efetividade no processo cicatricial em úlcera já demonstrada em estudos "In vivo" e "in vitro"; pela escassez de estudos em lesões de pessoas com Pé Diabético, sendo que este estudo avalia um extrato que já é recomendado para o tratamento de feridas não-diabéticas.

Metodologia:

A população deste estudo será constituída a partir de um levantamento realizado nas unidades de Estratégias de Saúde da Família (ESF) instaladas no Município aderido que disponibilizará o cadastro das pessoas com DM. Com o cadastro em mãos, será realizado o contato com os respectivos titulares por meio de contato telefônico e por visita domiciliária, com o objetivo de confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em MMII.

Em atendimento ao delineamento do estudo, a pesquisa se desenvolverá em três fases.

A fase Primária corresponde ao levantamento de dados, acompanhamento e à avaliação das feridas decorrentes do Pé Diabético, observando o tratamento e os cuidados que os participantes do estudo realizavam cotidianamente na ferida, juntamente às avaliações das feridas realizadas pelo pesquisador, com os instrumentos, a cada 15 dias, por um período de dois meses. A fase Secundária, refere-se ao tratamento com a realização de curativos diários com cobertura processada com extrato vegetal de *Psidium guajava* (goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (pitangueira) e às avaliações das feridas realizadas pelo pesquisador com os instrumentos, a cada 15 dias, por um período de dois meses. A fase Terciária, retorna à fase primária, correspondendo à uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento. No total, cada participante será acompanhado por um período de seis meses.

Desenvolvimento:

Em todas as fases será realizado os seguintes procedimentos:

Fase primária: Avaliação e descrição das feridas, de acordo com critérios estabelecidos a partir do Protocolo de Prevenção e Tratamento de Úlceras Crônicas e do Pé Diabético (SP, 2010);

Fase secundária: Acompanhamento da evolução das feridas por meio do instrumento da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SP, 2010) e por fotografia digital.

Quinzenalmente será realizada a mensuração da ferida ao medi-la em seu maior comprimento e largura, com o auxílio de uma régua em polietileno 30 cm, cor cristal, com escala de precisão e registro no impresso de acompanhamento da evolução das lesões. Com o consentimento dos participantes a imagem da ferida será fotografada por câmera digital.

Fase terciária: Após dois meses retornaremos a fase primária.

Cronograma:

Atividades	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Levantamento de dados e Cadastramento das pessoas com DM	X	X				
Visita domiciliária para confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em MMII	X	X				
Fase Primária acompanhamento e à avaliação das Feridas observando o tratamento e os cuidados que os participantes do estudo realizavam cotidianamente na ferida		X	X			
Fase Secundária, tratamento com a realização de curativos diários com extrato vegetal e avaliações das				X	X	

feridas realizadas pelo pesquisador com os instrumentos, a cada 15 dias.						
Fase terciária uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento com extrato vegetal.					X	X
Disseminação dos Resultados						X

Cada participante será acompanhado por um período mínimo de 6 meses.

Disseminação dos Resultados:

Inicialmente são exibidos os resultados da análise da caracterização sócio demográfica e condições clínicas da pessoa com DM e ferida. Em sequência, a análise das características das feridas pré e pós-intervenção.

Referências Bibliográficas:

BARROS, N. F. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: uma ação e inclusão. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro. v.11, n.3, p. 850, mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.813, 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, 2006a.

Portaria nº 971, 03 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006b.

Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Brasília, 2009. 136 p.

Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes *Mellitus*. Ministério da Saúde, 2013. 160 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

Ministério da Saúde. Manual do Pé Diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, 2016. 62p.

BRUNNER; SUDDARTH. Manual de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

RIBEIRO; Carla Rodrigues Gama. Efeito do *stryphnodendron adstringens* na cicatrização de feridas complexas de pessoas com pé diabético. 2018. Disponível em: <https://bdttd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1339>. Acesso em fev. 2019

Guia de Orientações para a Atuação da Equipe de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde. Belo Horizonte, 2017. 220p.

GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL SOBRE PÉ DIABÉTICO. Consenso Internacional sobre Pé Diabético. Tradução de Ana Claudia de Andrade; Hermelinda Cordeiro Pedrosa. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília, 2001.

Saúde usa folhas de goiaba e pitanga para tratar feridas. Prefeitura de Valinhos 2017. Disponível em Saúde usa folhas de goiaba e pitanga para tratar feridas. Prefeitura de Valinhos 2017. Disponível: <http://www.valinhos.sp.gov.br/noticias/saude-usa-folhas-de-goiaba-e-pitanga-para-tratar-feridas>

Fundação Oswaldo Cruz. Taxa de incidência de diabetes. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/taxa-de-incidencia-de-diabetes-cresceu-618-nos-ultimos-10-anos>

International Diabetes Federation: Disponível em: <https://www.idf.org/our-activities/care-prevention/diabetic-foot.html>

IMPORTÂNCIA DA IMUNIZAÇÃO

Chacon, Mariana Rodrigues, Silva, Ana Beatriz Cristina

Introdução

As vacinas foram um dos triunfos de saúde pública mais significativos do século XX, pois eram o método mais seguro e econômico de controlar doenças infecciosas. Embora haja uma porcentagem significativa de crianças que não receberam todas as vacinas recomendadas, isso representa uma ameaça para doenças que foram declaradas contidas ou erradicadas (DING et al., 2019).

De acordo com o Sistema Único de Saúde brasileiro, as vacinas são administradas gratuitamente a todos os cidadãos (SUS). O PNI (Programa Nacional de Imunização) foi implantado originalmente em 1973 e tem sido responsável pela erradicação de quatro doenças (varíola, poliomielite, sarampo e tétano materno e neonatal (DOMINGUES et al., 2020).).

Os regimes de vacinação tornam-se mais complicados como resultado da introdução de novas vacinas. O Brasil fez progressos significativos nas últimas quatro décadas no aumento da cobertura vacinal.

Materiais e métodos

A metodologia que adotada na formulação do trabalho foi baseada em pesquisas bibliográficas, através de consultas a livros, revistas, pesquisa de manuais, tratados, artigos publicados na internet.

Resultados e discussão

Em 1877, Louis Pasteur conseguiu cultivar a bactéria causadora da cólera em galinhas. Mas seu assistente esquece as culturas antes de partir para a viagem e as injeta apenas algumas semanas depois nas galinhas, que não adoecem. A genialidade de Pasteur foi entender que essas bactérias haviam perdido sua virulência e que qualquer patógeno que pudesse ser inativado poderia ser uma boa vacina. Pasteur descobriu assim como atenuar o vírus do antraz e o vírus da raiva (LAROCCA e CARRARI, 2000).

Embora as vacinas tenham sido projetadas empiricamente há muito tempo, os avanços na biologia celular e molecular agora permitem identificar as subunidades de agentes infecciosos suficientes para provocar uma resposta eficaz e específica do sistema imunológico. Graças a esse novo conhecimento, é possível melhorar a eficácia das vacinas e limitar seus efeitos colaterais (ZARDO et al., 2014).

As principais famílias de vacinas, sendo elas: Vacinas vivas atenuadas; Vacinas inativadas, Vacinas de subunidades, Vacinas de RNA mensageiro; Vacinas quiméricas, Vacinas vetorizadas; Vacinas monovalente; Vacinas multi/polivalentes.

O SUS possibilitou avanços reais na saúde básica, principalmente graças aos programas de distribuição gratuita de medicamentos e de universalização da vacinação. Mais de 90% da população se beneficia da cobertura vacinal para as vacinas cobertas por campanhas específicas e a mortalidade infantil caiu drasticamente. As campanhas de vacinação são financiadas publicamente (SANTOS, 2013).

O PNI é responsável por definir a política de vacinação do País, desde a aquisição dos imunobiológicos até a sua disponibilização nas salas de vacinação, estabelecimento de normas e diretrizes sobre as indicações e recomendações da vacinação em todo o Brasil (MINISTERIO DA SAÚDE).

Com quase 50 anos de existência e 47 diferentes imunobiológicos ofertados, o PNI é um dos maiores programas de vacinação do mundo, reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OMS), como referência nacional (UNASUS.2022).

À medida que toda a população vai sendo vacinada, os índices caem até que nenhum caso seja mais registrado, pois toda a população está protegida.

A enfermagem atua de forma importantíssima frente a vacinação, é historicamente a responsável pelos planos de conduzir a imunização no SUS, e não foi diferente nesse momento da pandemia. O qual, a profissão sempre foi linha de frente durante o enfrentamento do coronavírus. Sendo a maior categoria de profissionais na área da saúde, sendo assim, promoveram um fundamental plano de imunização em larga escala, atuando com muita ética, competência e seriedade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, as vacinas salvam a vida de 2 milhões de pessoas todos os anos em todo o mundo. As campanhas de vacinação possibilitam o combate à circulação de um agente infeccioso na população, em escala regional ou global. Campanhas internacionais levaram à erradicação da varíola, uma queda de 99% nos casos de poliomielite desde 1988 e uma queda de 73% nos casos de sarampo entre 2000 e 2018 (GUGEL et al., 2021).

Conclusão / Considerações finais

No Brasil, o SUS possui um programa específico e voltado para campanhas e ações de vacinação em massa para toda a população. Entende-se que, somente a partir da compreensão da importância da vacinação, as pessoas se dirigem aos órgãos de saúde para recebê-las, por isso, atividades de conscientização e que façam com as vacinas cheguem às diversas regiões brasileiras é essencial para resultados positivos.

As ações, por exemplo, para vacinação contra Covid-19, por exemplo, contaram com o PNI, somente assim, se tornou possível diminuir a taxa de e casos graves da doença.

Referências

DING T, SONG T, ZHOU B, GEBER A, MA Y, ZHANG L, VOLK M, KAPADIA SN, JENKINS SG, SALVATORE M, GHEDIN E. Microbial Composition of the Human Nasopharynx Varies According to Influenza Virus Type and Vaccination Status. *mBio*. 2019 Jul 2;10(4):e01296-19. doi: 10.1128/mBio.01296-19. PMID: 31266874; PMCID: PMC6606809.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

LAROCCA, Liliana Muller; CARRARO, Telma Elisa. O mundo das vacinas–caminhos (des) conhecidos. *Cogitare Enfermagem*, v. 5, n. 2, 2000.

ZARDO, Geisa Picksius et al. Vacina como agente de imunização contra o HPV. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3799-3808, 2014.

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS, política pública de Estado: seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 273-280, 2013.

GUGEL, Sandrieli et al. Percepções acerca da importância da vacinação e da recusa vaginal: uma revisão bibliográfica. Brazilian Journal of Development, v. 7, n.3, p. 22710-22722, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.

PNI: entenda como funciona um dos maiores programas de vacinação do mundo. UNASUS.

ZARDO, Geisa Picksius et al. Vacina como agente de imunização contra o HPV. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 3799-3808, 2014.

O EMPONDERAR-SE DA ENFERMAGEM FRENTE ÀS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO BÁSICA

Marina Aparecida Cornélio, Jade Rohsner Carvalho Passos

1 INTRODUÇÃO

A cada momento histórico que vamos enfrentando, mesmo com o avançar das tecnologias, ainda assim são necessárias soluções em todos os aspectos da dinâmica do nosso cotidiano. Não podemos ter apenas um caminho para trilhar em busca de alcançarmos tais resultados. Buscar técnicas alternativas nunca foi e nunca será um retrocesso ou pouco tecnológico, e sim reconhecer que a tecnologia (que também é necessária na medicina integrativa e holística), por mais avançada que seja não consegue imitar ou substituir o toque terapêutico, o acolhimento, o diagnóstico energético, realizado por terapeuta capacitado e especializado.

Assim sendo nessa constante busca por trazer mais o toque e o olhar integralizado ao cliente por meio de diversas técnicas que unidos proporcionam saúde ou recuperação de saúde, deparamos com cada vez mais profissionais de enfermagem permitindo-se especializar na área das PICS, atuando até mesmo sem depender de recursos tecnológicos. Atuam utilizando, basicamente a interação humana para suas atividades laborais, atividades essas cada vez mais presente nas Unidades Básicas de Saúde. Contudo isto vem fortalecer, de forma positiva, as atividades dentro da Saúde Pública e nos processos saúde-doença dos usuários (Tesser,2008).

Entretanto, Segundo Campos (2014), as Práticas integrativas devem ser executadas em eficiência pelos profissionais da enfermagem, principalmente nas unidades Básicas de Saúde, pois é a porta de entrada do atendimento onde a oferta e procura de cuidados é altamente preocupante.

Assim a Estratégia Saúde da Família (ESF), é um programa desenvolvido pelo governo dentro das unidades básicas de saúde contando com uma equipe multidisciplinar (Brasil,2017), inclusive a enfermagem como parte da captação e acolhida de todos que procuram depende do atendimento. As Práticas Integrativas e Complementares da Saúde se enquadram no que a Organização Mundial da Saúde (OMS) se refere à um amplo conjunto de práticas de atenção à saúde baseado em teorias e experiências de diferentes culturas utilizadas para promoção da saúde, prevenção e recuperação, levando em consideração o ser integral em todas as suas dimensões

Ao passar dos tempos, comprova-se um crescimento exponencial do uso de medicina alternativa e complementar. Atualmente tal atitude é determinada pela escolha das mesmas devido ao fato de

ter um baixo custo, em contrapartida a custo dos medicamentos alopáticos e ainda se diferenciam na maneira de se encarar o processo saúde-doença, enquanto a Alopátia observa e trata sintomas as áreas voltadas para a Naturologia e Medicina Integrativa busca tratar e avaliar as causas, é o que se conhece como “princípio dos contrários e dos semelhantes”. Diante dessas especificidades e a real importância desse tipo de prática na ESF, estando mais próxima da população, observa-se a necessidade dos enfermeiros estarem dispostos a compreenderem mais sobre as PICS e ainda se especializarem na área para aprimorarem sua assistência (Azevedo, 2019).

O Objetivo deste estudo se aplicará em compreender a atuação da enfermagem como captadores e viabilizadores da aplicação e integração de tais práticas, juntamente com a medicina preventiva desafiando as Unidades de Saúde Básica.

Como afirma Barbosa, et. al (2011), as terapias complementares fazem parte de uma abordagem ao paciente de forma integral, uma abordagem holística e natural de saúde podendo ser relatada como práticas que pertencem ao patrimônio cultural e ao inconsciente coletivo da humanidade.

Justifica-se esse estudo na elaboração das políticas nacionais voltadas para tal integração, bem como a inserção de tais modalidades da medicina alternativa. O papel da Enfermagem é fundamental para a implementação e aplicabilidade dentro das práticas integrativas e complementares, inserindo principalmente a assistência aos pacientes de forma integral e holística.

Este é um estudo teórico-reflexivo baseado na comprovação de que é necessário discutirmos a formação do profissional de enfermagem nessa nova e fundamental perspectiva bem como sua área de atuação. Assim sendo haverá a garantia da eficácia de tal conduta preventiva.

Contudo os desafios para implementação das Práticas Integrativas nos municípios são:

Falta de conhecimento dos profissionais acerca da PICS.

Imprecisão conceitual que dificulta o registro do município no Cadastro Nacional de estabelecimentos de Saúde

2 DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) institucionalizou todo um conjunto de práticas de saúde com cuidado centrado na pessoa. Esta política trabalha com práticas que requer tecnologias leves empregando recursos terapêuticos de baixo custo, mas com abrangência na eficiência clínica. Conseqüentemente há uma integração

das Medicinas Tradicionais com tais práticas. Isto garante a aplicabilidade da clínica ampliada no processo saúde-prevenção-doença. Se assim for haverá a promoção global do cuidado humano.

Segundo SILVA, Tesse, 2013 a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem reconhecido as chamadas Medicina Alternativas e Complementares (MAC) bem como a implantação de práticas alternativas.

A Organização mundial da saúde (OMS) chama de práticas integrativas e complementares todas as abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos bem como a recuperação da saúde por meio de tecnologias eficientes, de baixo custo e principalmente seguras. Salienta que tais práticas são enfáticas em uma escuta acolhedora, desenvolvendo um vínculo terapêutico e integrando o ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Todas elas quando desenvolvidas de maneira correta, traz uma visão ampla do processo de saúde/doença e promove globalmente o cuidado do ser humano bem como autocuidado.

O Crescimento da população, o aumento da expectativa de vida, a ampliação do número de técnicas, novas especialidades fazendo parte do programa SUS, provocam a modificação do ideal tradicionalista de cuidado em saúde. Há um tempo não se cogitava a inserção de práticas consideradas alternativas. Assim as PICS vêm na contramão de tais tradições agregando informações de saúde consideradas milenares e ao mesmo tempo preventivas.

TESSER E BARROS, 2009 salientam que:

“Sistemas médicos alternativos, intervenções mente-corpo, terapias biológicas, métodos de manipulação corporal baseados no corpo e terapias energéticas, quando são usadas junto com as práticas da biomedicina, são chamadas complementares; quando são usadas no lugar de uma prática biomédica, consideradas alternativas, e quando são usadas conjuntamente baseadas em avaliações científicas de segurança e eficácia de boa qualidade, são chamadas de integrativas”.

Vale ressaltar que nenhuma das praticas integrativas complementares, substituem o tratamento tradicional medicamentoso. Essas práticas são complementares, de forma que tem como prioridade prevenção de doenças e melhora na qualidade de vida do paciente.

2.1 Atuação Da Enfermagem Nas Práticas Integrativas De Saúde

O enfermeiro é de suma importância no cuidado em saúde. Tais praticas devem ser realizadas pelos enfermeiros nas Unidade Básica de Saúde pois ele tem a formação que o

possibilita enxergar o usuário como um todo de forma integral e holística, conseguindo gerar diagnósticos e intervenções pautadas no quadro que o paciente lhe apresenta (Tesser,2012).

Ao passar dos anos testemunhamos o desagrado dos usuários de serviços de saúde com veemência e ênfase. A medicina convencional devido á vários aspectos entre eles o custo e os efeitos colaterais, já não atende aos anseios de grande parte da população. Assim as PICS tornaram-se uma alternativa soluta para muitos. Um dos fatores que arrasta pacientes interessados é que os mesmos estimulam os mecanismos naturais de prevenção e propiciar um vínculo terapêutico da integração do indivíduo com o meio ambiente natural. Além do baixo custo promove um evoluir na promoção global no cuidado com o paciente, bem como o seu autocuidado pois muitas terapias requerem a participação ativa do mesmo (Barboza, 2011).

O Conselho Federal de Enfermagem resolução COFEN 197/97 “estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação de profissional de Enfermagem”

A possibilidade de analisar as condições do paciente contribui para que o profissional execute as práticas em seu cuidado imediato. Para isso a equipe de enfermagem deve aprimorar seus conhecimentos nessa área de formação atentando se às legislações ligadas ao exercício de sua profissão. No Brasil o conselho federal de Enfermagem (COFEN), regulamenta como especialidade e/ou qualificação profissional em terapias alternativas, bem como garante a autonomia do enfermeiro utilizando as PICS. Entretanto ainda há muito espaço a ser ocupado pela enfermagem, mas para que isto aconteça o mesmo deve apoderar-se de conhecimentos elementares (Azevedo, 2019)

As PICS não trazem a cura milagrosa, mas atuam na prevenção de doenças e promoção de saúde, principalmente no autocuidado. Também são importantíssimas na prevenção de agravos de doenças já instaladas complementando inclusive tratamentos medicamentosos (Azevedo,2019).

No Brasil o embasamento legal vem nas portarias MS971/2006, que instituiu a PNPIC, e nas portarias 849/2017 e 702/2018, que aplicam o escopo de práticas.

Em um congresso brasileiro dos conselhos de enfermagem (CBCENF) ocorrido no dia 14/11/2019 a conselheira federal, Maria Luiza de Castro uma referência em PICS da Bahia manifestou que “As evidencias científicas comprovam a eficiência das PICS e demonstram, inclusive, a diminuição da pratica medicamentosa, levando a uma melhor gestão na economia”.

“Se o gestor for visionário e perceber o custo benéfico das PICS, dará um olhar diferenciado a

essas práticas. Reduziríamos a compra de medicamentos e teríamos resultado mais eficaz de práticas preventivas de saúde.” Castro, 2019.

A enfermeira e psicóloga Sá, 2019 membro da comissão de PICS do Cofen diz que a enfermagem sempre teve o olhar Interpol. “A pratica integrativa enxerga como nós da enfermagem, os indivíduos como um ser integral”. Assim ela destaca a importância da formação desses profissionais.

Das 29 praticas integrativas ofertadas pelo Sus, apenas 12 podem ser executadas pelo profissional de Enfermagem, asseguradas pela (Resolução Cofen N 581/2018): Fitoterapia, homeopatia, ortomolecular, terapia floral, reflexologia podal, rei ki, yoga, toque terapêutico, musicoterapia, cromoterapia, hipnose e acupuntura.

Com uma formação acadêmica e atualizada, técnico científica juntamente afinado com questões éticas que norteiam toda a pratica da enfermagem, o profissional estará preparado para assumir essa nova perspectiva de atuação. Tomando tais condutas éticas poderão exercer suas ações de forma autônoma, tanto no ambiente hospitalar, quanto na atenção básica de saúde e até mesmo obter seu próprio consultório.

A visão holística de toda equipe de enfermagem juntamente as práticas complementares exercerá um papel fundamental no sucesso e efeitos na sua aplicabilidade.

Assim, MELO (2013) a atenção do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família, abrange três patamares: assistência, gerenciamento e educação. Ele se responsabiliza pela gestão do trabalho dos agentes e pela educação permanente de todos que participam do ESF (CAMPOS, 2014).

Junior et. al. (2016) salienta que o papel do profissional da Enfermagem reflete em uma pluralidade de atividades. Assim justifica-se a total interação das PICS.

Não obstante compete ao profissional da Enfermagem assumir as condições de exercer e aplicar algumas práticas integrativas e complementares. Tais condutas contribuem não somente para a evolução da saúde do paciente, mas também a própria saúde do profissional vista que pode aplica-las em si mesmo (Barbosa, et, al. 2011).

Contudo faz-se necessário a inclusão de disciplinas voltadas para as terapias alternativas e complementares na graduação, pois isso acometerá em uma atenção integralizada de um cuidado e atendimento diferenciado (Lima, 2012), se assim não for, o próprio profissional absorve para si como um empecilho em aplicar as práticas, pois terá que além da graduação, especializar-se o que demanda sobre tudo em um custo a mais e a demanda de tempo para dedicar-se.

Portanto cabe ao profissional a decisão de aprimorar os seus conhecimentos, buscando qualificações, consciente de que essas práticas não convencionais garantem uma melhor qualidade de vida aos que buscam atendimentos na atenção básica.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se então que ainda existe pouco conhecimento referente às PICS por parte dos usuários bem como dos profissionais de gestão pública.

Não é de conhecimento da população que o sus oferta tais práticas e que os gestores municipais têm competência de implanta-los nos municípios. Assim é essencial que os responsáveis pela gestão em saúde disponibilizem profissionais capacitados, e por que não a enfermagem visto que são a porta de entrada para os atendimentos e responsáveis pelo acolhimento humanizado dentro das Unidades Básicas de Saúde.

Nota-se que mesmo com grande dificuldade, para inserir as práticas no âmbito de saúde pública, essa área nova, vem ganhando destaque nos últimos anos, pela sua capacidade de tratar com eficácia as causas de patologias, refletindo na saúde física, mental e espiritual e promovendo melhoras benéficas aos usuários.

Essas práticas, são ainda muito desconhecidas e pouco valorizadas pela cultura brasileira, e muitas delas geralmente são realizadas em âmbito particular, por enfermeiros e por outros profissionais de saúde, devido a grande dificuldade de inserção na saúde pública.

A formação dos profissionais para a aplicabilidade eficaz e eficiente das PICS no sus necessita receber uma atenção especial pois as mesmas, apesar de não trazer alto risco se não aplicadas adequadamente, devem ser administradas com responsabilidade como todas as condutas tomadas em saúde. Portanto a ética sempre deverá nortear as ações.

Vislumbrando o bem estar de todos os pacientes certificamos através desse estudo, a necessidade de uma proposta de inovação, atualização e especialização para que a enfermagem assuma o empoderamento nas PICS como uma forma de prestar um cuidado diferenciado aos que necessitam.

Além disso é relevante que haja a contribuição dos órgãos em viabilizar tal especialização aos enfermeiros bem como os mesmos partir de um senso de interesse em aprimorar-se, para a aderência de um aprendizado constante que contribuam para vencer os desafios que sempre os confronta em seu dia-a-dia.

Os profissionais de ensino superior que atuam na unidade básica de saúde, podem se qualificar pra desenvolver a aplicabilidade de tais práticas. O Enfermeiro é a figura que se destaca para tal modalidade, já que ele consegue desenvolver e criar um vínculo profundo com seus usuários, trabalhando dentro da linha de longuetunidade do cuidado, principalmente por conhecer as maiores necessidades de determinada área de abrangência , tendo então conhecimentos das patologias e tratamentos terapêutico dos demais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO C,et. OI Praticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico assistencial. Esc. Anna Nery 2019.

BARBOSA AM, Ferreira IDC, Lima MRG Et. al. Praticas alternativas e complementares: ampliando o cuidado em atenção básica, 2011.

BARROS NF, Política Nacional de Praticas integrativas e complementares no SUS: uma ação de inclusão. Ciências de Saúde Coletiva 2006, 11(3):850

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria N° 849, de 27 de março de 2017 inclui a apiterapia, ayueda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexo terapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga, politica nacional de praticas integrativas e complementares. Diário Oficial da União. 28/03/2017.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção á saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Praticas integrativas e complementares no SUS. Brasília, DF. MS, 2006.

COFEN, Enfermeiros debatem Práticas Integrativas e Complementares durante CBCENF. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/enfermeiros-debatem-praticas-integrativas-e-complementares-durante-](http://www.cofen.gov.br/enfermeiros-debatem-praticas-integrativas-e-complementares-durante-cbcenf_75680.html#:~:text=%E2%80%9CSe%20o%20gestor%20for%20vision%C3%A1rio,sa%C3%BAde%E2%80%9D%2C%20destacou%20a%20conselheira)

[cbcef_75680.html#:~:text=%E2%80%9CSe%20o%20gestor%20for%20vision%C3%A1rio,sa%C3%BAde%E2%80%9D%2C%20destacou%20a%20conselheira](http://www.cofen.gov.br/enfermeiros-debatem-praticas-integrativas-e-complementares-durante-cbcenf_75680.html#:~:text=%E2%80%9CSe%20o%20gestor%20for%20vision%C3%A1rio,sa%C3%BAde%E2%80%9D%2C%20destacou%20a%20conselheira). Acessado em: 01. Maio de 2022.

LIMA KSMU, Silva KL, Tesser CD. Práticas Integrativas e complementares e a prevenção da saúde: avanços e desafios de um serviço municipal de saúde. Interface: Comunicação, saúde e educação, 2012.

PNPIC política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sus. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf. Acessado em: 01. Maio, 2022

PICS, Práticas Integrativas e Complementares. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/praticas-integrativas-e-complementares-pics-1>>. Acessado em: 29. Maio, 2022.

RESOLUÇÃO COFEN Nº 581/2018 – ALTERADA PELA RESOLUÇÃO COFEN Nº 625/2020 E DECISÕES COFEN NºS 065/2021 E 120/2021. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-581-2018_64383.html>. Acessado em: 29. Maio, 2022.

SAPADACIO C, Os sentidos das práticas terapêuticas convencionais e não convencionais. Campinas. Departamento de Saúde coletiva, Faculdade de Ciência, Médicos, 2008.

TESSER CD, Barros NF, Medicalização social e medicina alternativa e complementar: Pluralização Terapêutica do Sistema Único de Saúde. Revista Saúde Pública, SÃO PAULO 2008.

O PRÉ NATAL COMO MEDIDA PROFILÁTICA CONTRA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Carvalho Bianca, Fonseca Fernanda, Nicolau Maria Inez

Teles Therezia, Pinto Cristiany

Introdução

O objetivo principal desse trabalho é uma revisão da literatura já existente sobre o tema proposto, com o intuito de começar a mudar o olhar para violência obstétrica, conseguindo, dessa forma identificar e assim poder combater-la. Com ênfase na atuação do enfermeiro, aborda-se como preparar a mulher para o momento do parto e como ajuda-la identificar e denunciar qualquer tipo de violência obstétrica.

Dessa forma, o proposito desse trabalho é fazer com que profissionais de enfermagem consigam e saibam que podem e devem se posicionar diante de casos de violência obstétrica, já que esta é uma classe que visa cuidar como um todo do seu paciente, com o olhar humanizado que a parturiente necessita.

Materiais e métodos

Os materiais e métodos utilizados para elaborar este trabalho foi voltada para uma revisão da literatura existente sobre o tema, onde foram analisados diversos artigos da plataforma digital, dos quais foram escolhidos aqueles que mais se identificassem com o tema abordado.

Resultados e discussão

No decorrer da elaboração do trabalho abordamos alguns temas, como pré natal, violência obstétrica, medidas profiláticas e a atuação do enfermeiro no combate a violência obstétrica.

De acordo com o que foi analisado nota-se que a violência obstétrica é presente até os dias atuais, muitas das vezes pelo fato da mulher não conhecer seus direitos ou então porque é cometida por profissionais de saúde, que deveriam estar empoderando a mulher nesse momento e não praticando violência obstétrica.

Por isso é possível afirmar que profissionais de enfermagem possuem total autonomia e capacidade para estar ao lado da mulher de forma efetiva e combater a violência obstétrica junto com a parturiente.



O que é violência obstétrica?

- Violência vivida na gestação, parto, nascimento e pós-parto
- Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e sexual

Exemplos:

- Assédio, impaciência, ameaças, humilhações;
- Exames de toque invasivos e constantes, lavagem intestinal;
- Cesariana ou ruptura de membranas sem consentimento da gestante

minsau^{de}

Fonte: http://gruponascercuritiba.com.br/violencia_obstetrica/

Conclusão / Considerações finais

Pode-se concluir que apesar de já ser enfoque de muitos profissionais da saúde, o combate a violência obstétrica ainda precisa ser cada dia mais abordado, há muito para avançarmos ainda em relação ao olhar humanizado para parturiente, para o bebê que está para nascer e para todas as mudanças que irão acontecer quando nascer, tanto na vida da mãe como na da sua família. Por isso, nota-se que o enfermeiro é o profissional que tem toda sua formação baseada em um olhar humanizado, ou seja, desde a sua formação até sua atuação o enfermeiro possui capacidade para combater a violência obstétrica.

Referências

Alves CP, et al . Violência obstétrica e consequências da episiotomia no puerpério tardio: repercussões no universo feminino. Glob Acad. Nurs.2021;2 (Spe.1): e 101. Disponível em: <<https://www.globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/140/207>. Acessado em: 12 setembro. 2022 às 15:30.

BRASIL, lei 7.498/87, de 25 de junho de 1986. Disponível em: <<https://www.cofen.gov.br>. Acessado em: 24 agosto. 2022 às 14:30.

Castro e Rocha. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS CUIDADOS DE ENFERMAGEM: REFLEXÕES A PARTIR DA LITERATURA. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798/725>. Acessado em: 16 setembro. 2022 as 22:00.

Ciência & Saúde Coletiva. Maus tratos e violência obstétrica como desafio para a epidemiologia e a saúde pública. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/maus-tratos-e-violencia-obstetrica-como-desafio-para-epidemiologia-e-saude-publica>. Acessado em: 16 setembro. 2022 às 23:19.

KATZ, et al. Quem tem medo da violência Obstétrica? Rev. Bras. Saude Mater. Infantil. Recife 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/RDwVm7ZV3DksbRBsKLBwXjw/?lang=pt>. Acessado em: 25 março. 2022 às 18:50.

Gabriela Elaine Ferreira, et al. A atenção do enfermeiro na assistência ao pré-natal de baixo risco. Disponível em: <<https://www.Brazilian Journals Of Health Review, Curitiba, v.4, n.1, p 2114-2127 jan,/feb. 2021>. Acessado em: 22 dezembro. 2021 às 10:00.

Larice da Conceição de Souza, et al. Pré-natal de risco habitual: assistência de enfermagem realizada na Estratégia de Saúde da Família – ESF. Disponível em: <<https://www.repositorio.pucgolas.edu.br>. Acessado em: 10 fevereiro. 2022 às 20:00.

LOPES LCS, AGUIAR RS. Aplicabilidade das boas práticas de atenção ao parto: revisão integrativa de literatura. REvisa. 2020; 9(1): 133-43. Disponível em: <<http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Boas-Pr%C3%A1ticas-ao-Parto-e-Nascimento-1.pdf>. Acessado em: 14 setembro. 2022 às 16:02.

NASCIMENTO, et al. Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. Rev. EnfermeriaActual, 2019, 37. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/episiotomia/>. Acessado em: 06 março. 2022 às 16:15.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE, et al. A história do nascimento (parte 1): cesariana. Rev. FEMINA, Setembro 2010, vol 38, nº 9. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2010/v38n9/a481-486.pdf>. Acessado em 27 março. 2022 às 14:25

TCHARLYS IOPES DE OLIVEIRA, et al. Desvelando as alterações fisiológicas da gravidez: Estudo integrativo com foco na consulta de enfermagem. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0001-5502-8797>>. Acessado em: 11 setembro. 2022 às 19:00.

VITÓRIA SANTOS GUERRA, et al. Assistência de enfermagem ao pré-natal de risco no combate a complicações gestacionais: Revisão integrativa. Disponível em: <<https://V.Santos.Guerra-2021-repositorio.animaeducacao.com.br>>. Acessado em: 12 abril. 2022 às 20:00.

OS AGENTES ESTRESSORES E A GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS ENFERMEIROS DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DE COVID-19

Bin, Lucimeire Maciel; Nogueira, Ana Paula; Coelho, Fernando

Introdução

Na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), ao enfermeiro é atribuída a responsabilidade de auxiliar no atendimento de pacientes graves. Neste contexto, é grande a busca por estabelecer diretrizes assistenciais de modo a sistematizar e racionalizar o atendimento de enfermagem, tendendo a contribuir para a qualificação dos serviços realizados pelos seus profissionais (SILVA et al., 2021).

Contudo, de acordo com Ferreira et al. (2022), a promoção da qualidade dos serviços de enfermagem no ambiente da UTI torna-se uma questão polêmica, considerando a conjuntura e os fatores estressores dos profissionais, associados a alguns fatores vulneráveis no referido âmbito – o que pode levar este profissional ao grau mais elevado do estresse ocupacional. Ribeiro et al. (2021) destacam o protagonismo desses profissionais no período pandêmico.

A enfermagem está dentre as profissões mais estressantes da atualidade, demandando intervenções que possam promover saúde e qualidade de vida (FERREIRA et al., 2022) – mais emergencial, ainda, considerando o momento pandêmico, o que justificou a promoção deste estudo. Descrever este cenário vai corroborar para pesquisas futuras e para registrar um momento de suma importância na história desta profissão.

O objetivo geral é apresentar as ações e estratégias das organizações hospitalares para a promoção da saúde, com foco na prevenção e redução dos agentes estressores e da estresse ocupacional do enfermeiro que atua em UTI. O específico se ocupa de identificar os agentes estressores da profissão que impactam na qualidade dos serviços prestados pelos seus profissionais, agravados pela pandemia do Covid-19.

Materiais e Métodos

A metodologia de pesquisa se define como descritiva. Considerado a contemporaneidade do tema/assunto, esta se cumpriu mediante pesquisa bibliográfica atrelada a uma revisão de literatura, trazendo estudos semelhantes como subsídio de pesquisa e de

discussão e conhecimento sobre a existência de estudos/trabalhos (ou não) em conformidade (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Resultados e discussão

A identificação de agentes estressores no contexto de trabalho pode ser sinônimo de princípio de mudança, haja vista a possibilidade de se apresentar um conjunto de soluções para evitar ou minimizar os efeitos relatados e, conseqüentemente, tornar a rotina desse profissional mais produtiva e menos exaustiva, com uma prestação de serviço de qualidade (LIMONGI-FRANÇA; RODRIGUES, 2009).

Barbosa et al. (2020) relataram o momento pandêmico como tenso, sendo propenso para adoecimento dos profissionais de enfermagem e agravamento de agentes estressores. Os profissionais lutam pela saúde da população, em meio às jornadas longas e exaustivas, sem condições de alimento e descanso, trabalhando com equipamentos de proteção individual (EPI) pesados.

Para Pereira, Nóbrega e Paiva (2020), a vulnerabilidade dos profissionais é um agente estressor potencial (medo da morte ou da propagação de vírus). Para Oliveira et al. (2020), o medo, a angústia e a depressão da situação acarreta em vulnerabilidade (psicológica/mental) e, esta, automaticamente, vai influenciar na diminuição da imunidade, podendo ser um fator de complicação para manutenção da saúde física.

Diante de todos os agentes estressores identificados na profissão, é fundamental o investimento na prevenção do estresse como controle da saúde dos trabalhadores de enfermagem da UTI. Segundo Robbins e Judge (2020), faz-se necessário que as organizações, por meio de seus gestores, analisem melhor as condições para o desenvolvimento laboral de seus colaboradores de trabalho – compreendendo estas, o bem-estar, a saúde e qualidade de vida.

Desse modo, as propostas de atenção e de promoção de saúde aos trabalhadores visam à oportunidade de melhorias nas condições de vida e na saúde dos mesmos e no ambiente que os cerca. Robbins e Judge (2020) asseguram que, quando os recursos humanos de qualquer organização se sentem bem com as funções e atividades desempenhadas (ou seja, se sentem satisfeitos), buscam alcançar suas metas e são capazes de superar quaisquer desafios.

Roloff et al. (2017) vêm reafirmar que a proposta por métodos ou programas de gestão de pessoas que neutralize o estresse de enfermeiros, quer sejam por propostas e estratégias

preventivas ou curativas, se faz necessária e pode promover a melhoria não só dos acometidos pelo estresse laboral, mas, também para a organização hospitalar. Recomendam que, para o momento, cabe aos gestores de pessoas a colaboração com seus recursos humanos, cujo foco esteja nas relações interpessoais em detrimento ao controle, normas e hierarquia organizacional.

A instalação de programas de escuta e apoio psicossocial para enfermeiros da UTI de Covid-19 vem se impondo à guisa de demanda para a gestão hospitalar, e pode ser considerada uma excelente estratégia para prevenção do estresse laboral, para promoção da saúde e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do trabalho e de vida dos mesmos (ROLLOF et al., 2017).

Com base nesses Ferreira et al. (2022), acredita-se que os enfermeiros podem verbalizar, junto aos enfermeiros do trabalho (gestores de equipe), sentimentos, angústias, inseguranças e insatisfações que venham acometer ou estejam acometendo suas vidas e suas atividades laborais. Esse processo de escuta é o primeiro passo para se compreender os fenômenos e estresses que permeiam esses profissionais e seus ambientes de trabalho e que afetam a todos os envolvidos, em igualdade com a unidade hospitalar.

Santana, Santos e Santos (2020) elencaram uma lista de recomendações e estratégias organizacionais/ambientais para redução do estresse destes profissionais para a conjuntura. Os autores insistem que, mesmo sendo uma tarefa administrativa difícil, para o momento, todos os esforços são válidos para prevenção de problemas mais sérios futuros, juntos à esta classe trabalhadora. Das recomendações para redução do estresse laboral, neste período, os autores citam: redução da carga horária; adequação da escala; valorização profissional; atividade física/lazer; realização de ações educativas sobre os agentes estressores; realização de pesquisas periódicas de satisfação e clima organizacional.

Considerações finais

O ritmo intenso de trabalho, a necessidade de longas ou duplas jornadas, a escala mensal, a agitação do ambiente, as ações emergenciais, os baixos salários, a tecnologia, o gerenciamento da unidade crítica, relacionamento interpessoal, sofrimento e morte do paciente e os procedimentos de risco se resumem nos principais agentes estressores que resultam no estresse laboral e causam afastamento dos enfermeiros que atuam na UTI.

Este quadro agravou-se considerando o enfrentamento da crise pandêmica do Covid-19, vindo acelerar episódios de ansiedade e depressão, demandando da gestão das organizações hospitalares intervenções essenciais no âmbito laboral para redução do estresse, tais como: programas de escuta e apoio psicossocial e propostas estratégicas organizacionais ou ambientais.

Referências

BARBOSA, D. J.; GOMES, M. P.; DE SOUZA, F. B. A.; GOMES, A. M. T. Fatores de estresse nos profissionais de enfermagem no combate à pandemia da COVID-19. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 31, n.1, p. 31-47, 2020.

FERREIRA, L. B. S.; RIBEIRO, R. C. H. M; POMPEO, D. A.; CONTRIN, L. M.; WERNECK, A. L.; RIBEIRO, R. M.; SOUSA, C. N. Nível de estresse e avaliação preliminar da síndrome de Burnout em Enfermeiro da UTI na COVID-19-Estudo de caso. *Research, Society and Development*, v. 11, n.2, p.1-15, 2022.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. *Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da metodologia científica*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEIRELLES, N. F.; ZEITOUNE, R. C. G. Satisfação no trabalho e fatores de estresse da equipe de enfermagem de um centro cirúrgico oncológico. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, v. 1, n. 5, abr. 2003.

OLIVEIRA, W. A. D.; CARDOSO, É. A. O.; SILVA, J. L. D.; SANTOS, M. A. D. Impactos psicológicos e ocupacionais das sucessivas ondas recentes de pandemias em profissionais da saúde: revisão integrativa e lições aprendidas. *Estudos de Psicologia, Campinas*, v. 37, 2020.

PEREIRA, J. P. D. M.; NÓBREGA, W. F. S.; PAIVA, R. E. D. A. Doenças ocupacionais em profissionais da enfermagem: uma revisão integrativa. *Archives of Health Investigation*, v. 8, n. 11, 2020

RIBEIRO, J. F.; ANDRADE, J. M. F.; MELO, K. S. A.; BANDEIRA, F. L.; SILVA, P. S.; PINHO, M. A. B (2021). Profissionais de Enfermagem na UTI e seu protagonismo na pandemia: Legados da Covid-19. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v.10, n.2, p. 347–365, 2021.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. Comportamento Organizacional. 18 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2020.

ROLOFF, D. I. T.; CESAR-VAZ, M. R.; BONOW, C. A.; MELLO, M. C. A. Atividades de enfermeiros do trabalho atuantes em empresas. Revista RENE, v.18, n. 1, p. 76-83, jan./fev. 2017.

SANTANA, A. C. S.; SANTOS, L. E. S.; SANTOS, L. S. Covid-19, estresse contínuo e síndrome de Burnout: como anda a saúde dos profissionais da enfermagem? Ciências Biológicas e de Saúde, v. 6, n. 2, p. 101-112, set. 2020.

SILVA, M. A. O.; COSTA, M. da C. F.; SILVA, T. M. F.; NOGUEIRA, J. E. S.; SOUSA, J. J. P.; RODRIGUES, S. T. B.; NEVES, M. G.; RODRIGUES, J. A. L.; MESQUITA, N. C.; SOUSA, Z. S.; SILVA JÚNIOR, J. N.; SILVA, W. F.; CHAVEZ JÚNIOR, P. M.; RIBEIRO, T. B. B.; SANTOS, M. A. F.; SILVA, J. F.; ROCHA, A. S. Impactos da pandemia da Covid-19 na saúde mental de profissionais da saúde e sua relevância nos níveis de estresse como alteração psicossocial: uma revisão integrativa da literatura. Revista de Casos e Consultoria, v. 12, n. 1, p.1-23, 2021.

SÍNDROME DE BURNOUT: UM DESAFIOS CONSTANTE PARA O PROFISSIONAL DE SAÚDE

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Burnout é um distúrbio psíquico causado pela exaustão extrema do profissional da saúde, relacionada as atividades do ser humano, nas mais diversas áreas que compõem o cotidiano do indivíduo. Essa condição de estresse diário também é chamada de “síndrome do esgotamento profissional” e afeta quase todas as facetas o relacionamento de vida em sociedade do homem. Ela é o resultado direto do acúmulo excessivo de estresse, de tensão emocional e de trabalho rotineiro, bastante comum em profissionais da área da saúde, educação, empresários que atuam de forma intensiva e constante.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem como objetivo apresentar considerações acerca dos principais fatores de risco para o desenvolvimento da Síndrome de Burnout nos profissionais da saúde, dentre outros seguimentos de trabalho que exige muita concentração psicológica e, estar, de várias formas, atingindo o emocional do indivíduo. Também através da fundamentação teórica baseada na literatura, a fim de compreendê-los dentro de um processo de desgaste físico-emocional em decorrência estresse cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que o ser humano é uma dualidade funcionando numa unidade, o corpo produz mudanças na mente e está age sobre o corpo. Atualmente, a vida repleta de estresse, agitação e preocupações é fonte constante de perturbações e doenças psicossomáticas. Para alcançar o equilíbrio entre saúde e bem-estar, o ser humano utiliza recursos protetores. O uso constante de formas de defesas indesejáveis e a persistência do desequilíbrio saúde bem-estar resultam em distúrbios psicossociais. Brasil (2000).

A Síndrome de Burnout é um processo em que a exaustão emocional é a dimensão precursora da síndrome, sendo seguida por despersonalização e, por fim, pelo sentimento de diminuição da realização pessoal no trabalho. Entretanto, pode estar sendo contido pelo sentimento de

realização profissional no trabalho, tendo em vista que essa foi a dimensão de maior pontuação da síndrome.

Na sociedade moderna, a ênfase no individualismo, juntamente com a falta de conexão entre as pessoas, restringiu a definição de si mesmo a se tornar enraizada em suas realizações, que buscam a satisfação egoísta e imediata, enquanto permanecem insatisfeitos com a busca, criou as condições ideais para o esgotamento. O foco da vida deixou de ser espiritual e passou a ser o trabalho, onde de se espera realizações imediatas, sobrecarga de trabalho, individualismo e outras questões que levam a Burnout.

CONCLUSÃO e CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou os indicadores para a classificação da Síndrome de Burnout, que relacionado ao estado de saúde poderá ser um fator responsável por desencadear diversas doenças. Este trabalho visa à necessidade de tratamento, abordagem/percepção e intervenção dessa síndrome nos profissionais da saúde para minimizar o estresse em seu ambiente de trabalho, os quais estão inseridos, propiciando maior grau de satisfação e contentamento na prestação de serviço deste profissional.

REFERÊNCIAS

https://www.google.com/search?q=Foto+da+síndrome+de+Bournot&tbm=isch&ved=2ahUKEwinyqeYzdH6AhUmNrkgHeD4DZwQ2cCegQIABAA&oiq=Foto+da+síndrome+de+Bournot&gs_lcp=CgNpbWcQAzoFCAAQgAQ6BggAEB4

QCDoECAAQHjoLCAAQgAQQsQMqgwE6CAgAELEDEIMBOggIABCABBCxAzoECAAQAzoJCA
AQgAQ

QChAYUMsHWLBpYON0aABwAHgAgAHEAogBx2SAQg4LjlyLjEuMZgBAKABAaoBC2d3cy13aXo
taW1nwAEB&scient=img&ei=IO9BY6e6H6bs5OU

P4PG34Ak&bih=657&biw=1366&rlz=1C1CAFA_enBR787BR787

CARLOTTO, M. S. Burnout e o trabalho docente: considerações sobre a intervenção. Revista Eletrônica InterAçãoPsy, Maringá, v. 1, n. 1, p. 12-18, 2003. Disponível em:

<http://www.saudeetrabalho.com.br/download_2/burnout-professor.pdf>. Acesso em: 25 mar.

2022. FERREIRA, Denise; ENGSTER, Nélia E. W. Fatores intervenientes no desempenho profissional do Pedagogo: síndrome de Burnout. Disponível em: Acesso em: 06 de abril de 2022.

SILVA, L.C. & SALLES, T.L.A. O estresse ocupacional e as formas alternativas de tratamento.

Recape – Revista de Carreira e pessoas. Volume VI – Número 02, 2016.



FISIOTERAPIA

AVALIAÇÃO DA INCAPACIDADE POR DOR LOMBAR EM ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Autores, Mansur, Nathália, Diniz Pedro. Orientadora, Briskiewicz Bruna

Introdução

A dor na coluna é um dos problemas que mais afeta jovens e adultos no mundo inteiro. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as comorbidades musculoesqueléticas são as condições mais incapacitantes. Dentre 209 condições de saúde, a dor lombar é a morbidade que mais contribui para incapacidade global. A dor lombar é definida como dor ou desconforto, localizada abaixo do arco costal e acima das pregas glúteas, sendo caracterizada como inespecífica quando não pode ser atribuída a causas definidas¹. Fatores relacionados as condições de saúde, incluindo a dor lombar inespecífica, podem contribuir para alterar a qualidade de vida do indivíduo.

Entre os adultos, a lombalgia é um sintoma comum, com 7% a 80% da população apresentando pelo menos um episódio na vida, e 80% a 85% dos casos são considerados como lombalgia inespecífica. Em crianças e adolescentes, a prevalência de lombalgia é bastante semelhante à observada em adultos. Assim, a prevalência de lombalgia em crianças e adolescentes permanece alta, variando entre 30-70%, dependendo da definição de dor, idade da população e tipo de desenho de pesquisa do estudo². Devido a fatores relacionados ao processo de crescimento, os adolescentes possuem maiores chances de desenvolver alterações posturais e dores na coluna lombar, interferindo diretamente em seu desempenho acadêmico. Além disso, adolescentes com lombalgia provavelmente desenvolverão dor na idade economicamente ativa, gerando problemas como queda do desempenho, aposentadoria precoce, doenças associadas entre outros³.

Ainda no contexto de dores lombares, a dor lombar crônica é um tipo de dor contínua e que dura um longo período de tempo, ela pode ser causada por doenças inflamatórias, degenerativas, neoplásicas, defeitos congênitos, debilidade muscular, predisposição reumática, sinais de degeneração da coluna ou dos discos intervertebrais e outra. Entretanto, a dor lombar crônica pode não decorrer de doenças específicas e sim de um conjunto de fatores, como por exemplo, sociodemográficos, comportamentais, trabalho físico pesado, posição viciosa, entre outros⁴. Já a dor lombar aguda, é gerada por uma lesão repentina e dura por um curto período de tempo, geralmente é uma dor intensa decorrente de um movimento inadequado ou de um esforço físico.

O objetivo do estudo foi identificar a incidência de dor lombar em estudantes e o nível de incapacidade decorrente dessa dor.

Materiais e métodos

Na pesquisa foi utilizando o questionário Roland Morris para avaliação de lombalgias, foram entrevistados 20 estudantes universitários de cursos noturnos com idade entre 18 e 38 anos. A pesquisa foi realizada pessoalmente e os pesquisadores aplicaram o questionário e anotaram os resultados na presença dos entrevistados. Foram entrevistados estudantes de universidades de Caxambu, São Lourenço e Baependi.

Na pesquisa a seguir não foi levado em consideração fatores relacionados ao sexo e a idade, somente foi avaliado a incidência de dor lombar em estudantes universitários de cursos noturnos.

A tabela a seguir mostra o número de respostas atribuídas às frases do questionário Roland Morris

Questionário Rolando Morris	Número de respostas	Percentual de respostas (%)
1- Fico em casa a maior parte do tempo por causa de minhas costas.	0	0
2- Mudo de posição frequentemente tentando deixar minhas costas confortáveis.	15	75
3- Ando mais devagar que o habitual por causa de minhas costas.	0	0
4- Por causa de minhas costas eu não estou fazendo nenhum dos meus trabalhos que geralmente faço em casa.	0	0
5- Por causa de minhas costas, eu uso o corrimão para subir escadas.	1	5
6- Por causa de minhas costas, eu me deito para descansar mais frequentemente.	7	35
7- Por causa de minhas costas, eu tenho que me apoiar em alguma coisa para me levantar de uma cadeira normal.	1	5
8- Por causa de minhas costas, tento conseguir com que outras pessoas façam as coisas por mim.	1	5
9- Eu me visto mais lentamente que o habitual por causa de minhas costas.	0	0
10- Eu somente fico em pé por períodos curtos de tempo por causa de minhas costas.	6	30
11- Por causa de minhas costas evito me abaixar ou ajoelhar.	1	5
12- Encontro dificuldades em me levantar de uma cadeira por causa de minhas costas.	1	5
13- As minhas costas doem quase que todo o tempo.	3	15
14- Tenho dificuldade em me virar na cama por causa das minhas costas.	1	5
15- Meu apetite não é muito bom por causa das dores em minhas costas.	0	0

16- Tenho problemas para colocar minhas meias (ou meia-calça) por causa das dores em minhas costas.	0	0
17- Caminho apenas curta distância por causa de minhas dores nas costas.	0	0
18- Não durmo tão bem por causa de minhas costas.	3	15
19- Por causa de minhas dores nas costas, eu me visto com ajuda de outras pessoas.	0	0
20- Fico sentado a maior parte do dia por causa de minhas costas.	1	5
21- Evito trabalhos pesados em casa por causa de minhas costas.	8	40
22- Por causa das dores em minhas costas, fico mais irritado e mal humorado com as pessoas do que o habitual.	4	20
23- Por causa de minhas costas, eu subo escadas mais vagorosamente do que o habitual.	3	15
24- Fico na cama a maior parte do tempo por causa de minhas costas.	1	5

30% dos entrevistados se identificaram somente com duas perguntas, 15% se identificaram com cinco, 15% se identificaram com quatro, 10% se identificaram com seis e 30% se identificaram com uma. 100% dos entrevistados se identificaram com pelo menos uma pergunta.

Resultado e discussão

Como foi observado na tabela, 75% dos entrevistados se identificaram com a pergunta 2, que se refere a mudar de posição frequentemente tentando deixar as costas confortáveis. Alguns fatores que podem ter influência sobre essa queixa são, o tempo em que os estudantes permanecem sentados e sem pausa para movimentar o corpo, as horas passadas sentadas em ônibus por aqueles estudantes que não moram na cidade onde estudam e o fato de que muitos estudantes trabalham durante o dia.

Outra pontuação interessante, é em relação a mudar de humor por causa da dor. Segundo pesquisadores, a dor é capaz de mudar completamente o ânimo e o humor das pessoas, e independente de onde se localiza, é capaz de gerar consequências psicológicas, sendo um dos principais fatores de estresse e distúrbios de sono.

Conclusão

No estudo não foi identificado nenhum estudante com lombalgia considerada grave de acordo com o questionário aplicado, no entanto, todos os entrevistados relataram sentir dor na coluna em certas ocasiões. Levando em consideração o estudo noturno, podem ser atribuídos a essas queixas de dores lombares o fato de que grande parte dos estudantes, além de estudar a noite, trabalham durante o dia. Passar várias horas exposto ao local de trabalho e de estudo, sem se atentar em manter uma boa postura e manter hábitos de vida saudáveis, como se alimentar corretamente e praticar exercícios físicos, acaba contribuindo para um futuro quadro de lombalgia e que poderá afetar a qualidade de vida desses indivíduos. Uma História prévia e início precoce de lombalgia estão associados à lombalgia crônica em adultos, implicando que a prevenção na adolescência pode ter impacto positivo na vida adulta⁵. Portanto, pacientes com dor lombar devem procurar ajuda de profissionais da saúde logo após o início dos sintomas, para assim, evitar complicações futuras e conseguir um melhor resultado do tratamento.

Referências bibliográficas

- 1 - <https://doi.org/10.1590/0102-311x00030113>
- 2 - <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002175571500008X?via%3Dihub>
- 3 - <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755719302797?via%3Dihub>
- 4 - <https://www.scielo.br/j/csp/a/RMYwmmGZ5dHRwxk4b76xN8R/?lang=pt>
- 5 - <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-0035400164&origin=inward&txGid=7667c4085384c4ce752ecbb181934415>

AValiação DE FORÇA DE MEMBROS SUPERIORES EM IDOSOS DA MICrorREGIÃO DE SÃO LOURENÇO

Henrique Pereira Amadeu, Pedro, Godinez Negreiros, Diego, Santos Vilela, Vinicius, Prado Teles, Giovana, Juciene Ribeiro, Eynsller, Lucas Briskiewicz, Bruna, Barbosa Ribeiro, Sérgio

Introdução

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as pessoas com mais de sessenta anos de idade representam cerca de 14,7% da população nacional no ano de 2021, totalizando 31 milhões de pessoas. Projeções da Organização Mundial de Saúde (ONU, 2014) apontam que, no ano de 2050, os idosos representarão 30% da população brasileira.

O envelhecimento humano é um processo natural, progressivo e multifatorial que ocorre durante a vida do indivíduo, caracterizado por alterações fisiológicas e morfológicas que podem comprometer a funcionalidade do organismo (MACENA et al., 2018).

Dentre todas as alterações fisiológicas resultantes do processo de envelhecimento, pode-se destacar a redução do comprimento, da elasticidade e da quantidade de fibras musculares (DE VITTA, 2000). Este declínio fisiológico pode aumentar o risco de quedas, hospitalizações e mortes (IZQUIERDO et al., 2021).

Este declínio envolve aspectos intrínsecos e extrínsecos, como fatores genéticos e estilo de vida (AVLUND et al., 2004). Nesse sentido, a prática regular de exercício físico emerge como grande aliada na manutenção da força (IZQUIERDO et al., 2021), diminuindo o risco de quedas e desfechos negativos nesta população (PADOIN et al., 2010).

A avaliação da força é importante para a identificação e elaboração de planos de intervenção para melhorar a qualidade de vida no grupo de idosos. A força de preensão manual, que pode ser avaliada pela dinamometria, é parâmetro indicador de saúde em pessoas idosas (CONFORTIN et al., 2018), sendo confiável na predição de incapacidade física nesta população (SOUZA, 2021).

O presente estudo teve como objetivo avaliar o nível de atividade física e força de membros superiores e testar possíveis associações entre as variáveis na população idosa da microrregião de São Lourenço, no estado de Minas Gerais, em 2022.

Materiais e métodos

O presente estudo foi conduzido como parte do projeto “A UNISEPE cuida da cidade”, em que docentes e discentes da Faculdade de São Lourenço participam de campanhas de avaliações multidisciplinares em saúde na microrregião de São Lourenço. Para este estudo, as ações desenvolvidas nos municípios de Cristina, São Lourenço e Soledade de Minas foram avultadas.

Inicialmente, os indivíduos que concordaram em participar da pesquisa foram classificados como ativos ou sedentários por meio da aplicação da versão curta do Questionário Internacional de Atividade Física (MATSUDO et al., 2001). Em seguida, os participantes foram submetidos a uma avaliação de força muscular, através do teste de preensão manual, realizado com o dinamômetro *Camry model*: EH101.

Para a realização das mensurações de força, os indivíduos foram posicionados sentados com o braço aduzido paralelo ao tronco, cotovelo fletido a 90 graus e antebraço e punho em posição neutra, conforme sugerido pela *American Society of Hand Therapists* (SHECHTMAN, GESTEWITZ, KIMBLE; 2005). Foram realizadas duas medições com intervalo mínimo de um minuto entre elas, sendo anotado o maior valor da mão dominante.

As análises estatísticas foram realizadas através do software SPSS, versão 21.0. Utilizou-se o teste de qui-quadrado para variáveis categóricas e teste T de student para variáveis contínuas. Uma possível correlação entre as variáveis foi verificada através do teste de Pearson. Para todos os casos considerou-se um nível de significância para $p < 0.05$.

Resultados e discussão

Ao todo, 53 indivíduos foram avaliados, sendo 36 do sexo feminino (67,9%) e 17 do sexo masculino (32,1%). Destes indivíduos, 33 (62,2%) foram classificados como irregularmente ativos ou sedentários, enquanto 20 (37,8%) foram classificados como ativos ou muito ativos. A idade média da população avaliada foi de 70 ($\pm 8,5$) anos.

Verificou-se que a força média da população era de 25,2 ($\pm 9,59$) Kgf. Mulheres ativas são, em média, mais fortes que as mulheres sedentárias (23,3 \pm 6,2 vs 20,4 \pm 6,6). A mesma tendência foi observada entre a população masculina, mostrando que homens ativos também são, em média, mais fortes que os homens sedentários (37,0 \pm 7,2 vs 30,1 \pm 11,2). Os resultados

obtidos neste estudo corroboram com resultados encontrados em outros estudos que também realizaram o teste de força de preensão manual em idosos (MATTIOLI et al., 2015; LENARDT et al., 2016).

Apesar das tendências supracitadas, não houve diferença estatística em nenhum dos casos. Os altos valores de desvio padrão e o baixo número de participantes no estudo são possíveis justificativas para a ausência de diferença estatística. Contudo, uma correlação negativa entre idade e força foi encontrada, indicando que indivíduos mais jovens são mais fortes que indivíduos mais velhos (-0,532, $p = 0,025$ em homens e -0,455, $p = 0,005$, em mulheres).

Desta forma, emerge a necessidade de estudos com um maior número de participantes para elucidar a associação entre a força de preensão manual e o nível de atividade física da população idosa na microrregião de São Lourenço, no estado de Minas Gerais.

Considerações finais

O crescimento da população idosa é uma realidade no Brasil e no mundo. O estudo e a compreensão das particularidades e necessidades dessa população são extremamente importantes para promover maior qualidade de vida deste grupo.

O impacto positivo do exercício físico sobre a saúde desta população possui evidências robustas, indicando que idosos fisicamente ativos possuem melhor qualidade de vida quando comparados a idosos sedentários. Neste sentido, a avaliação periódica dos parâmetros indicadores de saúde, entre eles a força de preensão manual, verifica-se como necessária para a concepção e manutenção de programas de exercício físico para esta população.

Referências

- AVLUND, K. et al. Social relations as determinant of onset of disability in aging. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, v. 38, n. 1, p.85-90, 2004.
- DE VITTA, A. Atividade física e bem-estar na velhice. E por falar em boa velhice. Campinas, SP: Papyrus, p.25-38, 2000.
- IZQUIERDO, M. et al. Physical activity guidelines for older people: knowledge gaps and future directions. *The Lancet Healthy Longevity*, v. 2, n. 6, p.380-3, 2021;

LENARDT, M. H. et al. Força de prensão manual e atividade física em idosos fragilizados. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.50, n.1, 2016.

MACENA, W. et al. Alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento. Revista Mosaicum, v.15, n.27, p. 223–238, 2018.

MATTIOLI, R. A. et al. Associação entre força de prensão manual e atividade física em idosos hipertensos. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v.18, n.4, 2015.

MATSUDO S. et al. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): Estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 6, n. 2, p. 5-18, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que 'envelhecer bem deve ser prioridade global'. Disponível em: www.nacoesunidas.org.

PADOIN, P. G. et al. Análise comparativa entre idosos praticantes de exercício físico e sedentários quanto ao risco de quedas. Revista O Mundo da Saúde, v. 43, n. 2, p. 158-64, 2010.

SHECHTMAN O, GESTEWITZ L, KIMBLE C. Reliability and validity of the DynEx dynamometer. J Hand Ther. v. 18, n. 3, p. 339-47, 2005.

FISIOTERAPIA NA SAÚDE DA MULHER: INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM GESTANTES E DISFUNÇÕES DO ASSOALHO PÉLVICO

Abreu, dos Santos Lilian; Oscar, Rodrigues Ketilly; Vale, do Antônio Laissa; Silva, Costa Naiara; Ricardo, de Castro Vitória; Barbosa, Ribeiro Sergio

A incontinência urinária (IU) é considerada um problema de saúde pública e de grande relevância para a sociedade, afetando a qualidade de vida das mulheres e estando associada com a depressão, ansiedade, isolamento social e dificuldade no relacionamento conjugal. É um problema multicausal, que pode estar relacionado a diversos fatores como alterações anatômicas, alterações neurológicas, alterações hormonais, alterações psicológicas e alterações nos esfíncteres musculares (ABREU et al., 2020).

O distúrbio acomete aproximadamente 10 milhões de brasileiros de todas as idades e possui quatro tipos de classificações: IU de urgência, IU mista, IU tardia e IU funcional. A IU de urgência é caracterizada pela perda involuntária de urina associada à sensação imperiosa de micção, não sendo possível o controle da vontade de urinar. A IU mista é caracterizada pela perda involuntária de urina associada à sensação imperiosa de micção, tendo também a perda de urina durante o dia e a noite. A IU tardia é caracterizada pela perda involuntária de urina associada à perda de urina durante a noite. E a IU funcional é caracterizada por um problema com comprometimento mental ou físico não tendo relação com o controle de micção (PIVETTA et al., 2009).

A incontinência urinária é um problema comum também, durante a gestação. Sua prevalência é variável, dependendo dos fatores investigados. Os sintomas de IU são mais prevalentes no terceiro trimestre da gravidez e após o parto normal. Isso pode ser explicado pelo aumento da pressão sobre o assoalho pélvico no final da gravidez, devido ao crescimento do útero. Além disso, o parto normal exige mais esforço da musculatura pélvica, o que também pode contribuir para o aumento da prevalência de IU. (ANDRADE et al., 2021).

O tratamento da incontinência urinária é realizado de acordo com sua causa, contudo, a fisioterapia tem se mostrado eficaz em geral, sendo capaz de melhorar a qualidade de vida das mulheres afetadas por essa condição. A mesma pode ser realizada de forma preventiva ou terapêutica, sendo que a prevenção é a melhor maneira de evitar a incontinência urinária. A fisioterapia preventiva é voltada para mulheres que estão em risco de desenvolver a patologia,

como aquelas que estão na menopausa ou que tiveram partos normais. A fisioterapia terapêutica é voltada para mulheres que já apresentam a IU (PIVETTA et al., 2009).

A fisioterapia também tem como objetivo o tratamento conservador da incontinência urinária. Dentre as técnicas utilizadas, destaca-se a terapia manual do assoalho pélvico como sendo a mais utilizada. A terapia manual do assoalho pélvico é uma técnica fisioterapêutica que tem como objetivo realizar manobras de força e compressão nas estruturas musculares e ligamentosas do assoalho pélvico, melhorando assim a contração muscular, aumentando a tonicidade, a elasticidade, a tolerância à dor e a sensibilidade proprioceptiva. Indicações de terapia manual do assoalho pélvico estão relacionadas à incontinência urinária de urgência, de esforço ou mista, bem como ao prolapso (OLIVETTO et al., 2021).

O objetivo desse artigo trabalho é verificar a prevalência de sintomas de incontinência urinária entre mulheres e o nível de conhecimento da população avaliada sobre a importância da fisioterapia em seu tratamento.

Materiais e Métodos

Foi realizada uma pesquisa transversal de cunho observacional com uma amostra não-probabilista por conveniência, através de um questionário estruturado aplicado a mulheres da região do sul de Minas, destacando-se as cidades de São Lourenço, Caxambu e Seritinga. Para a pesquisa foram consideradas mulheres com mais de 18 anos que aceitassem participar de forma voluntária do trabalho.

O questionário foi respondido presencialmente, onde, através de 11 perguntas verificou-se a quantidade de mulheres com incontinência urinária, as consequências sociais do problema e se já tinham recebido informações que a Fisioterapia pode ajudar no tratamento dessa disfunção. Todas as respostas foram armazenadas no programa *Microsoft Excel* (versão 2019) e posteriormente os dados foram analisados descritivamente.

Resultados e Discussão

Ao todo 20 mulheres foram entrevistadas (idade média de 37,1 anos). Destas, 9 (45%) relataram idas muito frequentes ao banheiro e 12 (60%) informaram incontinência urinária. Das respondentes que apresentaram a disfunção, 83% referiram constrangimento social associado e

75% queixaram-se de prejuízos vinculados em suas atividades físicas regulares (como caminhada e corrida). Das mulheres com IU, 75% relataram ir muito frequente ao banheiro. A incidência de prejuízos nas atividades sexuais foi comparativamente pequena, mas ainda importantes (20%). Não houve relatos de prejuízos nas atividades domésticas. As mulheres com incontinência urinária em geral eram mais velhas (39,8 vs 33 anos) e tinham mais filhos (2,1 vs 0,8 filhos).

A frequência de mulheres com incontinência urinária na pesquisa foi alta em comparação a outros estudos. A citar, um estudo feito em Teresina (PI) encontrou uma prevalência de 30,4% em mesma faixa etária (BENÍCIO et al., 2016) e em contexto nacional verificou-se 32% em amostragem geral (SANTOS; SANTOS, 2010), contra os 60% de casos em nossa pesquisa. Os dados coletados sugerem a necessidade de as mulheres terem mais informação nas consultas ginecológica mostrando a elas meios de tratamento e seus os benefícios (PIVETTA et al., 2009).

Apesar da alta prevalência de IU, contraditoriamente, nenhuma das mulheres supracitadas fazem ou já fizeram tratamento fisioterápico para a melhoria da disfunção, e apenas 25% conhecem os benefícios de exercícios para a região pélvica.

A fisioterapia deve ser compreendida como uma das chaves de tratamento da IU. Como falado anteriormente, estudos mostram que o fortalecendo dos músculos da pelve diminuem as idas ao banheiro e melhoram a qualidade de vida das pacientes para que se tornem mais confiantes e seguras. Além das consultas médicas, informações em âmbito ambulatorial e pelo demais profissionais da saúde também poderiam ser consideradas (KRINKSKI et al., 2013).

Apesar dos resultados importantes o estudo assume algumas limitações. O tipo de seleção da amostra dificulta a extrapolação dos resultados, todavia, alerta a importância de estudos continuados sobre a temática. Além disso, a análise fragmentada dos diferentes tipos de IU também poderia trazer resultados que melhor encaminhassem a prática.

Conclusão

Os achados da pesquisa sugerem que a incontinência urinária afeta de forma significativa a qualidade de vida das mulheres, interferindo nas atividades físicas, nas atividades sexuais e também nas relações sociais. Apesar disso, a maioria das mulheres não faz tratamento fisioterapêutico para o problema, o que pode ser devido à falta de conhecimento sobre o tema.

Portanto, sugere-se a realização de campanhas de informação para a população feminina sobre os benefícios que a fisioterapia pode oferecer para o tratamento da incontinência urinária. A alta prevalência de IU verificada também demanda atenção e elaboração de estratégias por autoridades e profissionais de saúde do sul de Minas Gerais.

Referências Bibliográficas

ABREU, F. Função dos músculos do Assoalho Pélvico em mulheres sem incontinência urinária: Força e Resistência são as únicas funções relevantes? Um estudo transversal. *Fisioterapia Geriátrica*, v. 109, p. 85-93, 2020.

ANDRADE, D. Importância do Fortalecimento do Assoalho Pélvico em Gestantes. Mestrado. Centro Universitário AGES, Papiranga 2021.

BENÍCIO, C. et al. Incontinência Urinária: Prevalência e Fatores de Risco em Mulheres em uma Unidade Básica de Saúde. *Estima*, v. 14, n. 4, p. 161-68, 2016.

KRINSKI, G. Os Benefícios do tratamento fisioterapêutico na incontinência urinária de esforço em idosas - revisão sistemática. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, v. 4, n. 3, p. 37-40, 2013.

OLIVETTO, M; LIMA, B; ALENCAR, I. A Intervenção da fisioterapia no tratamento da incontinência urinária de esforço. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, 2021.

PIVETTA, H. et al. A incontinência urinária no universo feminino: incidência e qualidade de vida. *Fisioterapia Brasil*, v. 11, n. 1, 2010

SANTOS, C. SANTOS, V. Prevalence of Urinary incontinence in a random sample of the urban population of Pouso Alegre, Minas Gerais, Brazil. *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 18, n. 5, 2010.

DIFICULDADES NO TRATAMENTO DE LESÕES EM JOGADORES AMADORES DE FUTEBOL DE CAMPO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO (MG)

PRINCE, Evyllin; RANGEL, Ana Clara; OLIVEIRA, Ariéli; RIBEIRO, Jaine; RODRIGUES, Fernanda; BRISKIEWICZ, Bruna; BARBOSA, Sergio, CORTES, Juliana.

INTRODUÇÃO

Lesões esportivas são consideradas quaisquer problemas médicos que ocorrem da prática do esporte, podendo levar o atleta a perder parte ou todo treinamento/competição, limitar sua habilidade atlética e até mesmo resultar em interrupção precoce da carreira (HOFF; MARTIN apud GANTUS; ASSUPÇÃO, 2002). Essas lesões podem acontecer durante os treinos, campeonatos e sua origem pode ser traumática ou atraumática, precedendo a incapacidade funcional e o afastamento do atleta de suas atividades (AMARAL, 2020).

O futebol é um dos esportes mais populares e praticados do mundo (PASSOS, 2007), modalidade caracterizada por intenso contato físico, movimentos curtos, rápidos e não contínuos, como aceleração/desaceleração, além de saltos e mudanças abruptas de direção (PALACIO et al., 2009). Essas ações associadas a um preparo físico inadequado, práticas esportivas intensas e ausência de boa flexibilidade tendem aumentar o nível e risco de lesões nos atletas, se tornando um dos principais causadores de lesões no esporte (BEZERRA, et al, 2022).

Conforme aponta Barros e Guerra (2004), as principais lesões no futebol são: contusões, entorses, luxações, fraturas, tendinites, distensões, rupturas de ligamentos e estiramentos. Lesões musculares representam cerca de 30% das lesões sofridas pelos atletas (MARCON et al., 2015) sendo que, de acordo com o estudo de Ekstrand et al. (2011), 92% das lesões acometem membros inferiores. Os músculos mais comumente afetados são os isquiossurais, quadríceps femoral e gastrocnêmios, músculos biarticulares que estão mais sujeitos às forças de aceleração e desaceleração (BRUKNER, et al, 2006).

A Fisioterapia Desportiva é um componente da medicina esportiva que vem ganhando espaço entre profissionais e atletas que buscam uma melhor *performance* e qualidade de vida (TAKAHASHI, 2009). Entra no cenário esportivo com o propósito de recuperar, sanar e prevenir lesões, possuindo papel fundamental desde o diagnóstico até o tratamento, através de habilidades, técnicas e recursos capazes de promover a estabilização, remissão e prevenção de lesões (MARTINS, 2010).

Grandes clubes da série A do futebol brasileiro suportam com destaque a importância da Fisioterapia Desportiva. São Paulo Futebol Clube é responsável pelo Núcleo de Reabilitação Esportiva Fisioterápica e Fisiológica (REEFIS) e o Sport Club Corinthians Paulista, pelo Centro de Preparação e Reabilitação Osmar de Oliveira (CEPROO). Exímios nomes do futebol mundial já lograram com êxito por atividades de recuperação nesses centros, como Kaká e Ronaldo Fenômeno (FERREIRA, 2022). Todavia, pela disparidade econômica assistida entre os diferentes níveis de futebol no Brasil, mostra-se como pertinente a condução de investigações científicas sobre o acesso de jogadores em nível amador à Fisioterapia Desportiva.

Assume-se como objetivo primário do estudo verificar se a fisioterapia desportiva se apresenta como opção de tratamento, prevenção e reabilitação de lesões esportivas por jogadores amadores de futebol na cidade de São Lourenço (MG), somando à detecção das principais barreiras para essa opção. De forma secundária, interessa-se em verificar a prevalência e histórico de lesões recentes, seus impactos sobre a saúde e sobre o rendimento esportivo destes atletas.

Materiais e Métodos

O presente estudo caracteriza-se como um estudo transversal. As pesquisas foram desenvolvidas com jogadores de um time de futebol amador adulto de São Lourenço (MG), entre setembro e outubro de 2022. Foram incluídos jogadores com idade entre 18 e 40 anos, com o mínimo de dois anos de prática contínua com o time.

A análise do histórico de lesões foi feita através do Questionário de Prontidão para o esporte com foco nas lesões musculoesqueléticas (MIR-Q), validado por Silveira Júnior et al. (2016). O questionário verifica a presença de dores osteomioarticulares durante jogos e treinos e alterações na performance esportiva nos últimos seis meses.

Para o estudo, foi considerado lesão desportiva aquela em que o atleta permanece horas sem poder atuar em sua prática esportiva, após o acontecimento que trouxe a lesão, segundo a classificação do Sistema de Registro Nacional de Lesão Atlética (NAIRS). Todos os atletas foram convidados a participar de forma voluntária. Os questionamentos foram aplicados presencialmente, com questões de características abertas e fechadas.

Todos os dados foram armazenados em uma planilha de Microsoft Excel (Versão 2019) e uma análise descritiva de frequência foi realizada em sequência.

Resultados e discussão

Vinte e quatro indivíduos foram avaliados entre os meses de setembro e outubro de 2022. Destes, 33% apresentavam queixas de instabilidade articular (falseio na articulação). 41,7% dos indivíduos praticantes referiam dores nos treinos com implicação na performance e 37,5% relataram quedas no rendimento esportivo recente. 20,8% relataram diagnóstico de desvio na coluna.

Com menor frequência, 8,3% apresentavam sinais de lesão, como edema-inchaço, calor local, vermelhidão, mancha escurecida, deformidade, bloqueio ou travamento articular e 4,2% relataram alterações de humor, com relacionamento com pessoas próximas, hábitos alimentares, no sono ou infecções respiratórias nos últimos 6 meses.

O somatório das queixas aponta que 54,2% apresentavam ao menos uma queixa no questionário MIR-Q. Destes, 69,2% referiram procurar tratamento para resolução do problema sendo que os mesmos apontam a fisioterapia como tratamento de escolha. Dos indivíduos que procuraram atendimento com a fisioterapia, as principais queixas foram: Instabilidade articular, queda no rendimento e dor durante os treinos (66,7%, para todos os casos).

Dos indivíduos que apresentavam indicações para procurar o serviço de fisioterapia, mas não procuraram, 25% referiam dificuldades financeiras e 50% consideravam não achar necessário.

Conclusão/ Considerações finais

Com os dados coletados podemos concluir que existe uma considerável prevalência de lesões entre os praticantes da modalidade, sendo a maior prevalência na instabilidade articular, queda no rendimento e dor durante os treinos. Estratégias para a prevenção desses acometimentos devem ser consideradas, assim como melhor conscientização da importância da fisioterapia para atletas de todos os níveis ainda parece necessárias. Gestores de clubes amadores devem considerar como necessárias tratativas de facilitação de aproximação do profissional de fisioterapia com seu grupo de atletas e demais integrantes profissionais da equipe.

REFERÊNCIAS

AMARAL, joabe. O TRABALHO DA FISIOTERAPIA NA PREVENÇÃO DE LESÕES EM ESPORTES DE IMPACTO POR MEIO DO TREINAMENTO MUSCULAR., Amazonas, Revista Fisioterapia, 2020.

MELO, renata. PREVALÊNCIA DAS LESÕES MUSCULARES POR ESTIRAMENTO LOCALIZADAS NO VENTRE MUSCULAR DOS ISQUIOSSURAIIS EM ATLETAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA, Belo Horizonte Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG 2016.

SÁ, anne et. Al. Associação Entre Posição e Diferentes Tipos de Lesões em Membros Inferiores em Atletas de Futebol, Brazilian Journal of Health Review, 2021

OLIVEIRA, karen, Atuação do Fisioterapeuta no futebol, Goiania, 2021

MARTINS, rodrigo. TRATAMENTO FISIOTERÁPICO NO ESTIRAMENTO MUSCULAR: Uma revisão de literatura, Belo Horizonte Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG 2010

MARCON, camila et al. ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NAS PRINCIPAIS LESÕES MUSCULARES QUE ACOMETEM JOGADORES DE FUTEBOL DE CAMPO, Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente 6(1): 81-98, jan-jun, 2015

MAX, afonso et al. Fisioterapia desportiva no programa de prevenção de lesão no futebol profissional, 18/02/2020

FERNANDES, tiago et al. LESÃO MUSCULAR – FISIOPATOLOGIA, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO CLÍNICA

AMARO, joicemar et. Al. Lesões ortopédicas no futebol, Rev Bras Ortop _ Vol. 32, Nº 12 – Dezembro, 1997

NASCIMENTO, Hilma Borges; TAKANASHI, Silvânia Yukiko Lins. Lesões mais incidentes no futebol e a atuação da fisioterapia desportiva. 2012
BBBBBClub: Estudo de Coorte Histórico do Campeonato Brasileiro de 2003 a 2005. Rev Bras Med Esporte 2009; Vol.15 Nº1.

PASSOS, Emanuel Fernandes. Lesões musculares no futebol: tipo, localização, prevenção, reabilitação e avaliação pós lesão. Universidade do Porto. 2007.

BARROS, T; GUERRA, I (orgs.). Ciência do futebol. Barueri: Manole, 2004.

GANTUS, M.C; ASSUMPÇÃO, J.D. Epidemiologia das lesões do sistema locomotor em atletas de basquetebol. Acta Fisiátrica, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 7784, 2002.

INCIDÊNCIAS DE LESÕES NO BASQUETE AMADOR DO SUL DE MINAS

Miguel, Mariana; Souto, Maryane; Gonçalves, Pedro Henrique; Souza, Yasmim Karoline; Cortes, Juliana.

Introdução

A primeira partida de basquetebol da história aconteceu em 21 de dezembro de 1891. O jogo foi formado por dois tempos de 15 minutos e contou com nove jogadores em cada equipe. A maior liga de basquete do mundo, a National Basketball League (NBA), com times dos Estados Unidos e Canadá, foi criada em 1946. Sua primeira partida foi disputada no mesmo ano de sua criação entre as equipes Toronto Huskies e New York Knicks. (AFONSO Lucas, 2022)

O basquete é um dos muitos esportes que exigem movimento do corpo inteiro. Por isso, é bastante recomendado como forma de adquirir um melhor condicionamento físico.

Antes de mais nada, se faz necessário compreender que, apesar dessas possíveis lesões, o basquete é bastante benéfico para a saúde. Um estudo do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG) demonstrou que quando adolescentes praticam basquete nas aulas de Educação Física do Ensino Médio, seus membros superiores têm um aumento significativo em força e agilidade. Além disso, quando praticado com frequência, melhora a capacidade cardiorrespiratória. (FCB, 2022)

Dentre as lesões mais comuns no Basquete se destacam:

*Entorses de Tornozelo.

*Lesões nos ligamentos do joelho.

*Lesões no tendão de Aquiles.

*Concussão.

(Toresdahl Brett, 2016)

Esse trabalho foi realizado no intuito de detectar as principais causas dessas lesões e qual melhor tratamento para cada uma delas.

Métodos e Materiais

Esse estudo foi realizado com 27 atletas de basquetebol brasileiro (por meio de um questionário), com idade variando entre 18 e 44 anos, sendo realizado com jogadores amadores. Para a coleta de dados foi utilizado levantamento eletrônico de artigos nacionais indexados na base de dados SCIELO, Pubmed entre outros sites. Ele foi respondido pelos atletas em diferentes situações de acordo com a situação de cada um. Os dados foram coletados em quadras públicas, onde conseguimos encontrar os atletas.

A seguir segue o link do questionário realizado e feito pelos alunos responsáveis pela iniciação científica, e suas respectivas respostas serão apresentadas a seguir, no tópico RESULTADOS.

- https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSePEtDEc3QEQW99utgxzv7Av82qIQ94nu4h3RvUv3-ne6MQw/viewform?usp=sf_link

Resultados

Como já mencionado a presente iniciação científica por meio de artigos científicos (como o site scielo, Pubmed) e uma coleta de dados (foi utilizado um questionário para essa coleta, compartilhados via whatsapp), concluiu-se que a maiores incidência de lesões no presente esporte (basquete), são lesões acometidas nas articulação como o joelho e tornozelo, a seguir segue os dados coletados com a pesquisa feita por meio do questionário:

A presente pergunta representa (como apresentada por meio dos gráficos) que pouco mais de 75% dos jogadores (20 entre 27 jogadores) em qual se foi baseada a pesquisa, apresentou alguma lesão no esporte feito (basquete).

A próxima pergunta baseou-se em tentar descobrir e de maneira científica, utilizando a lógica matemática, a maioria dos jogadores informou que as lesões mais acometidas entre eles, são as lesões no tornozelo e joelho.

Como visto na imagem anterior 66,7% dos jogadores (18 dentre 27 jogadores) apresentaram a lesão (entorse no joelho) e cerca de 37,0% dos jogadores (10 dentre 27 jogadores) apresentaram a lesão no joelho.

Tendo em vista esta pesquisa e os dados recolhidos através de artigos já publicados, pode-se confirmar como já proposto que são recorrentes as lesões em articulações como o joelho e o tornozelo.

Após os dados recolhidos, chegamos também ao dado que, são recorrentes outras lesões, além de existirem pessoas que nunca se lesionaram. Dessa forma, foi-se comprovado de acordo com a pesquisa (por meio do questionário) e de acordo com o estudo e análise dos artigos já publicados, que como já mencionado as duas lesões mais recorrentes são as lesões no joelho e tornozelo.

Conclusões

Como já dito anteriormente, esse trabalho foi realizado no intuito de detectar as principais causas dessas lesões e qual melhor tratamento para cada uma delas, e como já foi apresentado por meio de gráficos, análises e estudos, as lesões mais recorrentes são nas articulações como joelho e tornozelo.

Referências

DR.BRETT TORESDAHL. Common Injuries in Basketball Players. Disponível em: <https://www.hss.edu/playbook/common-injuries-basketball-players/>.

PETER A. HARMER. Basketball injuries. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16247261/>.

LESÕES MAIS COMUNS NO CROSSTRaining EM ATLETAS AMADORES DO SUL DE MINAS

Sales, Camilla; Rodrigues, Maria Luiza; Cândido, Dhiéssika; Assis, Camille; Emanuel, Hygor; Barbosa, Sergio Ribeiro; Lefosse, Bianca.

Introdução

O *crosstraining* se apresenta como um novo método de treinamento físico que vem ganhando popularidade desde a sua criação em 2000, na cidade de Santa Cruz (Califórnia), nos Estados Unidos da América por Greg Glassman e Lauren Glassman (ROMANO, 2018).

O primeiro *head coach* brasileiro a trazer o recurso metodológico para o Brasil foi o Joel Fridman nascido em São Paulo, que inaugurou seu centro de treinamento na modalidade em 2009. Atualmente existem mais de 13.000 centros de afiliados à denominada prática de esporte citada em todo o mundo e no Brasil estima-se aproximadamente 683 centros de treinamento certificados (SPREY et al. 2016).

O propósito do treinamento é melhorar as capacidades físicas do corpo humano, incluindo a resistência cardiorrespiratória, a força, o vigor, a potência, a velocidade, a coordenação, a flexibilidade, a agilidade, o equilíbrio e a precisão (GERHART, 2013). Para essas adaptações, visualizam-se práticas de alta intensidade, curto intervalo de pausa e volume elevado de exercícios (WAGENER, 2020).

Para além, segundo Fiskey et al. (2017), com foco em movimentos funcionais constantemente variados, o treinamento do esporte em estudo usa elementos da ginástica, como por exemplo, exercícios de parada de mão, exercícios de levantamento de peso como o agachamento com barra, e atividades cardiovasculares como a corrida ou remo.

Constata-se que a modalidade trouxe uma significativa melhora na qualidade de vida dos praticantes, tanto na saúde, quanto no bem-estar. Porém, os profissionais de saúde se atentaram sobre os riscos de possíveis lesões ao sobrecarregar os músculos e as articulações mediante essa alta demanda na prática esportiva sobre o sistema musculoesquelético. Logo, reconhecer as lesões típicas do esporte é o primeiro passo para planejar sua prevenção no campo da fisioterapia esportiva (CLAUDINO, 2018).

O objetivo do trabalho é verificar o histórico de lesões e problemas osteomioarticulares em atletas amadores de *crosstraining* do sul de Minas.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo transversal, a pesquisa foi realizada através de entrevistas presenciais nos centros de treinamento de São Lourenço, conduzida por alunos da Faculdade de São Lourenço do curso de Fisioterapia e aplicada em atletas de *crosstraining*. Juntamente, aplicou-se um formulário digital (Google Docs) visando ampliação do número de participantes e também para atingir outras cidades do sul de Minas Gerais. Para todos os casos foram considerados indivíduos de ambos os sexos, com idade entre 18 e 50 anos.

Todos os atletas concordaram em participar de forma voluntária do trabalho, assinalando o termo de compromisso livre esclarecido.

Especificamente cada atleta ofereceu dados sobre o histórico e a incidência de lesões através do Questionário de Prontidão para o esporte com foco nas lesões musculoesqueléticas (MIR-Q), validado por Silveira Júnior et al. (2016). Os praticantes foram questionados sobre sua idade e gênero, se apresentam dor nos treinos e competições, o local anatômico da dor, se apresentam instabilidade articular, se apresentam sinais visíveis de lesões, se já obtiveram laudo médico sobre desvio de coluna vertebral, se perceberam alterações no humor, nos relacionamentos pessoais, nos hábitos alimentares ou no sono durante os últimos 6 meses, além da percepção de uma possível queda de rendimento esportivo associado ou não às queixas ou sintomas relatados. De maneira conjunta, foram questionados sobre o tempo de prática da modalidade e a participação em eventos competitivos.

Resultados e discussão

No mês de setembro e outubro de 2022, 114 praticantes da modalidade da região do Sul de Minas foram avaliados por meio de questionários. Destes, 55,26% são do sexo feminino e 46,49% já apresentaram queixas de dores durante a performance.

Das lesões recorrentes no *crosstraining*, 35,96% dos praticantes relataram lesões nos joelhos, 33,33% no tornozelo, 14,04% na coluna e no ombro, 12,28%. Com menor índice de lesões, os praticantes relataram as mãos com 0,88% e o quadril com 2,63%.

A prevalência de lesões de CROSSTRAINING neste estudo foi de aproximadamente 47%. Uma pesquisa realizada recentemente em São Paulo relatou uma taxa aproximada de 38% (157 de 414 participantes). A taxa de incidência de lesões relatadas por Costa et al. (2019) foi maior, e a taxa de prevalência foi menor em relação às taxas desta pesquisa. Com relação aos locais das lesões, o joelho e tornozelo também foram os locais mais acometidos. O corroborar entre os estudos indica a necessidade de uma adoção de medidas preventivas para reduzir a incidência de lesões, sendo assim, os praticantes de *crosstraining* necessitam executar corretamente os movimentos, com cargas adequadas e atentar-se para um bom trabalho de mobilidade de membros inferiores, assim evitando lesões nessas áreas de risco.

Notou-se também que os atletas profissionais com mais tempo e experiência tendem a se lesionarem com mais frequência do que os atletas amadores, iniciantes, ou aqueles que praticam de forma recreativa. Essa hipótese foi percebida em nosso estudo e confirmada no estudo de Costa et al. (2019), ao constatarem que a probabilidade de lesões em atletas profissionais foi de aproximadamente 5 vezes maior do que amadores. Uma possível explicação se dá pelo fato de os atletas necessitarem atingir um nível mais alto de proficiência, assim exigindo um período mais longo de prática. Além disso, as competições apresentam mais risco de lesão pela necessidade de superar os limites.

Não houve diferenças expressivas na taxa de lesão entre praticantes do sexo masculino e feminino e também não se observou diferenças na média de idade dos atletas com diferentes tipos de lesões, sugerindo que o *crosstraining* pode ser adequado para diferentes faixas etárias, mas que para todos os cuidados com riscos de lesão devem ser destacados e a presença de profissionais habilitados requerido.

As limitações de nossa pesquisa se devem pela utilização de um questionário pouco detalhado e carência de ferramentas avaliativas específicas para a modalidade. Além disso o diagnóstico não foi dado precisamente porque não foi realizado por um médico. Portanto, a percepção de lesão era apontada pelo próprio praticante o que pode representar apontamentos equivocados. Em continuidade, apesar das prevalências de lesões terem sido próximas do que é apresentado na literatura, considera-se como necessário mais estudos para ampliar o conhecimento sobre as lesões no *crosstraining* e o detalhamento de estratégias para a prevenção dessas lesões.

Conclusão / Considerações finais

A prevalência de lesões entre os praticantes de *crosstraining* foi de aproximadamente 47% e a incidência de lesões foi de 2,15 por 1000 horas de treinamento. Conclui-se que os joelhos e os tornozelos são as regiões mais comumente acometidas. A probabilidade de lesões aumentou à medida que o tempo de prática e o nível de proficiência dos praticantes aumentava.

Conclui-se também que entre os indivíduos do sexo feminino e masculino não houve diferença significativa nas taxas de lesões e não foi evidenciado associação da idade com a presença de lesões, caracterizando o *crosstraining* como um programa de treinamento que pode ser praticado por diferentes grupos e faixas etárias, mas que exige locais seguros e supervisionados por profissionais.

Referências

- CLAUDINO J. et al. CrossFit Overview: Systematic Review and Meta-analysis. *Sports Medicine - Open*, vol. 4, no. 1, 26 Feb. 2018.
- COSTA, T. et al. Crossfit®: Injury Prevalence and Main Risk Factors. *Clinics*, v. 74, 2019.
- FISKER, F. et al. Alterações agudas do tendão no treino intenso de CrossFit: um estudo de coorte observacional. *Scand J Med Sci Sports*. 2016.
- GLASSMAN, G. A theoretical template for CrossFit's programming. *Crossfit Journal Articles.*, vol. 6, p. 1-5, 2013.
- GERHART, D. A comparison of CrossFit training to traditional anaerobic resistance training in terms of selected fitness domains representative of overall athletic performance. 2013. Mestrado — Indiana University of Pennsylvania, Pennsylvania, 2013.
- ROMANO, B. O improvável inventor do CrossFit. 29 Nov. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/a-historia-crossfit-o-imperio-improvavel/>. Acessado em 17 outubro de 2022.
- SPREY, J. et al. Perfil epidemiológico de atletas de CrossFit no Brasil. *Orthop J Sports Med*. v. 30, n. 4, p. 1-8, 2016.
- WAGENER, S. et al. CrossFit® - development, benefits and risks. *Sports Orthopaedics and Traumatology*. v. 36, n. 3, p. 241-49, 2020.

PREVALÊNCIA DE POSSÍVEIS RISCOS DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM CORREDORES AMADORES COMPETITIVOS DE RUA DE SÃO LOURENÇO-MG

Silva, Nicoli Maria Pereira da, Cândido, Thamyres da Silva, Ferreira, Rita de Cássia Giovanini, Assis, Gabriela da Silva, Monteiro, Lais de Moura Santos, Lefosse, Bianca, Briskiewicz, Bruna.

Introdução

A prática da corrida de rua vem crescendo de forma acelerada nos últimos anos. Isso se deve ao fato de ser um esporte de baixo custo e facilidade de acesso. É comum de se ver grupos de pessoas praticando treinos de corrida em pontos específicos, como: Praças de bairros, calçadão e parques da cidade.

Podemos dividir a corrida de rua em três categorias sendo Maratona acima de 42Km, Meia Maratona com distância de 21Km e outras distâncias que incluem kilometragem padrão como 5Km, 10Km, 25Km. (TORRES, 2020, p 1). Nesse trabalho foi estudado e coletado dados para pesquisa com corredores acima de 5Km.

A corrida garante bem estar físico e mental mas, se feita de maneira inadequada, esse esporte pode causar lesões. São efeitos que prejudicam a saúde, colocando em dúvida a segurança do indivíduo, levando-o a parar de correr e afastar de suas atividades diárias. (TORRES, 2020, p 2).

As possíveis lesões relacionadas à corrida advêm de fatores que podem ser intrínsecos e extrínsecos. Os fatores intrínsecos, são inerentes ao organismo e incluem anormalidades biomecânicas e anatômicas. Os extrínsecos são aqueles que direta ou indiretamente estão ligados à preparação ou à prática da corrida. (FERREIRA, 2012, P. 1).

Nesses fatores intrínsecos estão incluso características e singularidades próprias como densidade óssea, histórico de lesões, flexibilidade entre outros. Já os fatores extrínsecos, como o próprio nome diz, são aqueles fatores exteriores que englobam o tipo de superfície e percurso do treino, alimentação, calçado e outros.

O presente trabalho teve como objetivo identificar a prevalência e possíveis riscos de lesões e alterações entre corredores amadores competitivos, com idade entre 18 à 45 anos que correm acima de 5km de distância na cidade de São Lourenço - MG em 2022.

Palavras Chave: Corrida. Dor. Incidência. Lesão.

Materiais e métodos

Foi feito um estudo transversal conduzido por entrevistas através da plataforma de Formulários Google, com o objetivo de coletar informações de corredores amadores competitivos de rua, do

sexo feminino e masculino, com idade entre 18 à 45 anos que correm acima de 5km de distância e que já estejam praticando corrida de rua atualmente, em um período maior que 6 meses. Os participantes acessaram e responderam o questionário de maneira anônima e voluntária, com aceitação do Termo de Consentimento Livre. Os atletas foram selecionados como amadores competitivos e treinam na cidade de São Lourenço em Minas Gerais, participando da pesquisa os grupos Friend Runner e Fibra.

Esse questionário foi validado e a análise foi feita no software Stata 12.

Resultados e discussão

O questionário aplicado apresentou um total de 44 respostas, sendo elas divididas da seguinte forma: 44, 4% de pessoas não apresentam dores nos treinos e jogos, podendo até prejudicar sua performance ou rendimento esportivo, 55,6 % dizem passar por este incômodo. 9,1% desses indivíduos possui queixa de instabilidade articular e 90,9% não há o que se queixar. Sobre os sinais visíveis de lesões, 97,7 % apresentam edemas ou qualquer outro ferimento. 68,2% não obtém desvio na coluna vertebral e nunca percebeu diferenças na altura dos ombros, no alinhamento ou comprimento dos braços e pernas, 31, 8% possui esses problemas. 77,3% desses cidadãos não incluiu alterações no humor ou aparecimento de infecções respiratórias relacionadas ao treinamento, 22,7% já perceberam essas alterações nos últimos seis meses. 68,2% de homens e mulheres não notou nenhuma queda de rendimento esportivo, 31,8% notaram essa queda. Em vista dos resultados pode-se ter um conhecimento de possíveis riscos de lesões que podem ser acometidas por corredores de rua.

Conclusão / Considerações finais

Assim sendo, a fisioterapia faz toda a diferença no dia a dia desses corredores, infelizmente nem todos atletas fazem esse acompanhamento, dessa maneira muito deles, porém, não a grande maioria, possui dores, oscilações de humor, edemas , entre outros. Portanto existem várias maneiras de prevenção contra esses problemas, desde uma educação orientada especificamente aos atletas, até uma intervenção direta de um profissional da área, são essenciais para que se evite possíveis desequilíbrios que irão predispor a lesões durante sua vida.

É de suma importância para a prática esportiva a avaliação com profissionais de saúde para identificação de fatores de riscos para assim preveni-los ou tratá-los .

Programas de alongamentos, fortalecimentos, trabalhos de estabilização central, orientações contra uso de calçados e palmilhas adequadas de acordo com a pisada do atleta, são algumas maneiras que a fisioterapia pode atuar para tentar diminuir o risco de um edema.

De acordo com o que foi dito acima, as principais lesões em corredores de rua acontecem nos membros inferiores. Um trabalho de prevenção visando conscientizar o atleta quanto uma melhor preparação física é importante para que ele evite se lesionar e consiga uma melhor performance e rendimento nas competições assim como evite as comorbidades que uma lesão poderá lhe causar.

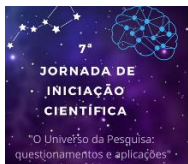
A fisioterapia tem um papel chave nesse contexto pois pode atuar na reeducação dos desequilíbrios musculares e tem o propósito de deixar o atleta corredor de rua nas melhores condições para realizar suas atividade, minimizando o risco de uma lesão.(LIMA,,2007, p 24,25).

Referências

Torres, Fernando Carmelo, Gomes, Antonio Carlos and Silva, Sergio Gregorio da CHARACTERISTICS OF TRAINING AND ASSOCIATION WITH INJURIES IN RECREATIONAL ROAD RUNNERS. Revista Brasileira de Medicina do Esporte [online]. 2020, v. 26, n. 5 [Accessed 21 October 2022] , pp. 410-414. Available from: <https://doi.org/10.1590/1517-8692202026052020_0045>. Epub 05 Oct 2020. ISSN 1806-9940. https://doi.org/10.1590/1517-8692202026052020_0045.

Ferreira, Alberto Cantídio et al. Prevalência e fatores associados a lesões em corredores amadores de rua do município de Belo Horizonte, MG. Revista Brasileira de Medicina do Esporte [online]. 2012, v. 18, n. 4 [Acessado 22 Outubro 2022] , pp. 252-255. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-86922012000400007>>. Epub 22 Out 2012. ISSN 1806-9940. <https://doi.org/10.1590/S1517-86922012000400007>.

LIMA, Renata. Fantasia de atleta no imaginário dos corredores amadores: Análise do papel das marcas esportivas na construção da imagem de participantes de grupo de corrida. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.



NUTRIÇÃO

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NO COMPORTAMENTO E NOS HÁBITOS ALIMENTARES DAS CRIANÇAS

DINIZ, Tharyane Haissa Souza Silva Longo, PINTO, Larissa Perroni Bustamante,

Introdução

Durante a infância, a criança tende a desenvolver hábitos alimentares além da formação psicomotora e neste momento inicia-se a descoberta do que a criança gosta de comer. Ainda nesta fase, existe a necessidade de que a criança seja alimentada com fontes de vitaminas, minerais, calorias, fibras e uma série de outros nutrientes, garantindo-lhe o fornecimento de um cardápio variado, balanceado e que lhe assegure os nutrientes essenciais, necessários ao pleno crescimento e desenvolvimento de forma saudável (CARVALHO e TAMASIA, 2018).

Inúmeros serão os fatores que exercem influência sobre os hábitos alimentares de crianças, a exemplo da própria alimentação da família e a que é ofertada na escola, a existência ou não programas de Educação Alimentar e Nutricional na escola e, principalmente os meios de comunicação, em especial as mídias sociais, que pautadas na tendência tecnológica, apresentam propagandas, apelativas, principalmente em relação aos alimentos industrializados que possuem elevada densidade calórica, já que estes são os que mais despertam a atenção deste público, constituindo-se, então, numa verdadeira estratégia de marketing para prover lucros para a indústria em detrimento da saúde das crianças (CARVALHO e TAMASIA, 2018; SANTOS e MARCHESI, 2018).

Por ser um tema bastante atual e presente na realidade da sociedade, torna-se bastante pertinente a realização desta pesquisa, uma vez que os pais, os professores e aqueles que cuidam das crianças tem pela frente o desafio de educar/orientar para a formação de hábitos alimentares saudáveis, garantindo um crescimento e desenvolvimento saudável para as crianças. O objetivo geral é realizar uma revisão a respeito da influência das mídias sociais em relação ao comportamento alimentar de crianças e adolescentes.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde foram feitas pesquisas de artigos nas base de dados indexadas: Pubmed, SciELO, Google Acadêmico, com os seguintes descritores: Hábitos alimentares, Rede social, nutrição infantil e Tecnologia, foram feitas também buscas em sites de instituições e organizações governamentais e não governamentais.

Resultados e discussão:

Analisando o padrão de consumo no que se refere à alimentação, pode-se afirmar que grupos sociais como crianças, jovens, adultos e idosos possuem um comportamento alimentar semelhante, sendo muito comum que os jovens consumam alimentos de fácil preparo e de baixo valor nutricional, o que já é o exato contrário para grupos de idosos, por exemplo (SILVA e PASSOS, 2018).

Tais achados vem reforçar a ideia de Pedraza e Santos (2021) que destacam que o comportamento de consumo alimentar de crianças e jovens também é extremamente padronizado e isso se deve ao estilo de vida que os mesmos adotam, como estar sempre com pressa, seguindo tendências de consumo que estejam passando por uma popularização e não se interessam por alimentos pela sua qualidade, mas sim pelo seu gosto, facilidade e preço. Essa tendência de consumo se aplica a todos os ambientes frequentados por essas crianças, desde suas casas até a escola

Segundo os achados de Albuquerque et al (2021) as crianças passam muito tempo em frente à TV, o que pode levar a maus hábitos alimentares. Quando estão interagindo com a TV, estão realmente interagindo com um objeto técnico; no entanto, eles o tratam como qualquer outro brinquedo. Conseqüentemente, sua relação com o objeto é considerada natural. Assistir muita TV todos os dias priva as crianças de oportunidades de crescimento e desenvolvimento, tornando-os ouvintes ou espectadores passivos; eles não concordam nem discordam, veem ou ouvem. Eles nem mesmo duvidam, concordam ou discordam do que estão ouvindo ou vendo. Tais achados corroboram com o estudo de DE OLIVEIRA et al (2018) as crianças muitas vezes perdem o foco ao comer em frente à televisão ou com aparelhos eletrônicos. Isso ocorre porque os sinais de saciedade estão faltando devido a esses hábitos. É um fato preocupante porque leva a vidas perdidas. Além disso, a promoção de alimentos não saudáveis por meio da publicidade tem um impacto maior quando comunicado durante as refeições.

Considerações finais

Ao final do presente estudo conclui-se que as mídias sociais, bem como canais e seus respectivos influenciadores exercem um poder de sedução e convencimento expressivo em relação aos hábitos de consumo alimentar das crianças. São fatores determinantes que podem muitas vezes serem prejudiciais à saúde e que requer uma maior atenção por parte dos pais com a geração que vem crescendo na "Era da Informação".

É importante uma educação alimentar saudável desde cedo para que a criança desenvolva o hábito e preferência por alimentos mais saudáveis, o que não significa que vez ou outra não possa consumir alimentos ricos em calorias ou industrializados – o importante é não fazer dessa alimentação um hábito diário.

Referências

CARVALHO, F. M.; TAMASIA, G. A. A influência da mídia na alimentação infantil. Registro: Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, 2016.

DE OLIVEIRA, N. D. et al. A importância da formação de hábitos alimentares saudáveis na primeira infância: uma revisão de literatura. *International Journal of Nutrology*, v. 11, n. S 01, p. Trab16, 2018.

DE ALBUQUERQUE, R. N. et al. Influência da mídia nos transtornos alimentares e de autoimagem em adolescentes. *Revista Destaques Acadêmicos*, v. 13, n. 3, 2021.

PEDRAZA, D. F.; SANTOS, E. E. S. Marcadores de consumo alimentar e contexto social de crianças menores de 5 anos de idade. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 29, p. 163-178, 2021.

SANTOS, K. C.; MARCHESI, J. C. L. S. A influência da mídia sobre a alimentação e o comportamento sedentário de crianças: uma revisão de literatura. *Journal of the Health Sciences Institute*, v. 36, p. 281-284, 2018.

SILVA, R. S. C.; PASSOS, T. U.. Adequação dos cardápios da alimentação escolar de creches segundo a pirâmide alimentar infantil. *Journal of Health & Biological Sciences*, v. 6, n. 3, p. 273-278, 2018.

ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL EM PACIENTES ONCOLÓGICOS COM CAQUEXIA

Freitas, Carvalho. Mariana; Briskiewicz, Lucas. Bruna.

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são umas das principais causas de mortes no mundo. O câncer se tornou um problema de saúde pública mundial, estimativas mostram uma maior chance de incidência de casos de câncer nos próximos anos, principalmente em países que estão em desenvolvimento (DUTRA, A. K. I.; SAGRILLO, R. M., 2013).

O câncer é uma patologia caracterizada pela multiplicação e pelo crescimento descontrolado de células que possuem alteração no material genético. O tumor pode ser classificado como neoplasias benignas quando o crescimento das células é de forma organizada, lenta e possui limites bem definidos, e neoplasias malignas que se manifestam mais rapidamente e são capazes de invadir tecidos vizinhos causando a metástase (BORTOLETTO et al., 2018).

O câncer está associado a alterações metabólicas, prejudicando principalmente a qualidade de vida do paciente. Uma das principais alterações metabólicas presentes nos casos de câncer é o quadro grave de desnutrição (SOUZA et al., 2017).

A desnutrição compromete o tratamento pois o paciente produz respostas metabólicas graves resultando em um hipermetabolismo.

Pacientes portadores de câncer mais avançados possuem maiores chances de apresentarem desnutrição, podendo evoluir para caquexia. A caquexia está relacionada a um emagrecimento com proeminências ósseas aparentes podendo ser desenvolvida em pacientes com ingestão adequada de calorias, porém com uma absorção intestinal debilitada, ou ainda em pacientes com outras doenças graves sepse e pós-operatório de grandes cirurgias (ROCHA et al., 2016)

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica sobre o uso da terapia nutricional durante o acompanhamento do paciente oncológico com caquexia e formas de amenizar os sintomas do paciente.

Metodologia

Foi realizado uma revisão bibliográfica, tendo por finalidade analisar e revisar discussões sobre a terapia nutricional em pacientes oncológicos com caquexia.

Foram selecionados artigos em língua portuguesa e língua inglesa, do ano de 2012 a 2022.

Foram utilizados Descritores em Ciência da Saúde (DECS) terapia nutricional, oncologia, nutrição enteral, nutrição parenteral, caquexia e câncer. Os artigos foram extraídos de base de dados indexadas como, *Google Scholar*, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *PubMed*, *BIREME*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE)*.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos que tratem sobre oncologia, nutrição oncológica e terapia nutricional em pacientes com caquexia. Os critérios de exclusão são: trabalhos que não tiveram metodologia clara, trabalhos que fogem do tema definido, artigos com mais de dez anos de publicação.

Resultados e Discussão

A palavra caquexia vem do grego que "kakos" significa "mau" e "hexis" significa "estado", logo significa estado debilitado da saúde. Cerca de 30% dos pacientes portadores câncer desenvolvem caquexia antes de vir a óbito, ocorrendo em mais de 80% dos pacientes com neoplasias avançadas. Em 20% dos pacientes a caquexia é a principal causa de morte (SILVA et al., 2012).

Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer 2020, estima-se que no Brasil, de até 2022, poderão ocorrer cerca de 625 mil novos casos de câncer, sendo câncer de próstata, câncer de cólon e reto, câncer de pulmão, câncer e estômago e câncer da cavidade oral os mais comuns. Em homens, os tipos de câncer que mais prevalentes serão, próstata (29,2%), colón e reto (9,1%), pulmão (7,9%), estômago (5,9%). Já nas mulheres, os tipos de canceres mais comuns serão de mama (29,7%), cólon e reto (9,2%), colo do útero (7,4%) e tireoide (5,4%) (INCA, 2019).

A frequência da desnutrição são mais prevalentes em pacientes portadores de canceres malignos gastrointestinais e pulmonares (LOTICI et al., 2014). Os medicamentos quimioterápicos, também como o tratamento quimioterápico e radioterápico, quando administrados em doses elevadas, geralmente levam o paciente a apresentar anorexia, vômitos intensos, náuseas, diarreias, má absorção de nutrientes e uma série de outros fatores que interferem no estado nutricional do paciente como mucosite, disfagia, constipação e alterações no paladar. Todos esses sintomas se dão em resposta ao tratamento quimioterápico ou radioterápico ou por um trauma cirúrgico (DUTRA, A. K. I.; SAGRILLO, R. M., 2013).

A avaliação nutricional é realizada no início do acompanhamento nutricional e deve ser acompanhada durante todo o tratamento, sendo considerado para a avaliação: antropometria como peso, altura, índice de massa corporal, dobras cutâneas, circunferências, área muscular do braço. Exames laboratoriais como proteínas viscerais, hemograma e eletrólitos (ROCHA, A. L. et al., 2016).

Durante o tratamento do câncer torna-se necessário o acompanhamento nutricional para que o paciente possa melhorar ou manter o estado nutricional durante o tratamento da doença, pois mesmo os pacientes mantendo um ingestão calórica adequada ainda existem grande probabilidade dos pacientes desenvolverem a caquexia. A terapia nutricional será introduzida com um tratamento adjuvante a longo prazo usando estratégias como novas orientações nutricionais, suplementos orais e nutrição enteral e parenteral (DUTRA, A. K. I.; SAGRILLO, R. M., 2013).

A prescrição dietoterápica nesse tipo de condição deve ser ajustada conforme as novas necessidades nutricionais, não sendo recomendada uma alimentação altamente calórica ou com uso de suplementos hipercalóricos por via oral e quando necessário enteral, fazendo também a suplementação de vitaminas do complexo A, E e C (BAZZAN, T. S. L. et al., 2021).

Segundo Brasil, 2015, para pacientes que se encontram em tratamento clínico, as necessidades energéticas para a manutenção do peso do paciente é de 25 cal/Kg a 30 cal/Kg. Pacientes que necessitam de ganho de peso durante o tratamento, a recomendação é de 30 cal/Kg a 35 cal/Kg. Já as recomendações proteicas para os pacientes que se encontram em tratamento mas sem complicações é de 1,0 a 1,2 g/kg/dia. Para os tratamentos que existe um estresse moderado a recomendação é de 1,2 a 1,5 g/kg/dia. Já para os tratamentos em que se existe um estresse mais grave e com repleção proteica a recomendação é de 1,5 a 2,0 g/kg/dia.

Considerações finais

Pode-se concluir que o acompanhamento nutricional para o paciente em estado de caquexia é de suma importância para garantir ao paciente uma melhor qualidade de vida e uma melhor recuperação do quadro clínico.

Referências

BAZZAN, T. S. L. et al. Atitudes alimentares de pacientes oncológicos hospitalizados. Rio Grande do Sul. Research Society and Development, 2021.

BORTOLETTO, M. M. et al. Perfil sociodemográfico e nutricional de pacientes oncológicos em terapia nutricional enteral. *Revista Brasileira de Cancerologia*, Minas Gerais, v. 64, n. 2, p. 141-147, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Promoção da Saúde do Ministério da saúde. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. Rio de Janeiro, 2015, 186 p.

DUTRA, A. K. I.; SAGRILLO, R. M. *Terapia nutricional para pacientes oncológicos com caquexia*. Brasília: Ciências da Saúde, 2013.

GODOI, L. T., FERNANDES, S. L. *Terapia Nutricional em pacientes com câncer do aparelho digestivo*. *International Journal of Nutrology*, Goiás v.10, n.4, p. 136-144, set/dez, 2017.

LOTICI, T. et al. Prevalência de perda de peso, caquexia e desnutrição, em pacientes oncológicos. *Revista UNIABEU Belford Roxo, Paraná* v.7, n.17 set/ dez, 2014.

ROCHA, A. L. et al. Incidência de caquexia, anemia e sintomas de impacto nutricional em pacientes oncológicos. *O Mundo da Saúde*, São Paulo 40(3) 353-361, 2016.

SILVA, C. A., ALVES, C. E., PINHEIRO, S. L. *As implicações da caquexia no câncer*. Belo Horizonte. Scientia, 2012.

SOUZA, G. R. et al. Avaliação do estado nutricional, consumo alimentar e capacidade funcional em pacientes oncológicos. *Braz J Oncol.*, Minas Gerais v. 13, n.44, p. 1-11, jun, 2017.

ADESÃO DE DIETAS RESTRITIVAS ENTRE TRÊS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA FACULDADE SÃO LOURENÇO, 2022

Ferreira, Jéssica Luma Cruz, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

Atualmente, a população mundial está exposta as influências socioculturais que induzem o desejo de um “corpo magro”, em contrapartida quanto mais o “corpo ideal” é promovido pela mídia maiores são as prevalências de sobrepeso e obesidade (ALVARENGA et al., 2010). O descontentamento com a imagem corporal é visto como um sentimento negativo do indivíduo em relação ao próprio corpo, sendo este um fator de grande relevância para o desencadeamento e identificação de possíveis transtornos alimentares (DE CARVALHO, et al., 2013).

Os transtornos alimentares são distúrbios psiquiátricos que trazem danos biopsicossociais nos indivíduos e que possuem elevada taxa de morbidade e mortalidade a população mundial (REIS, JÚNIOR e PINHO, 2014).

Devido aos descontentamentos e influências da mídia a prática de dietas restritivas vem sendo utilizadas popularmente, com a finalidade de promover perda de peso sem qualquer acompanhamento nutricional (DE OLIVEIRA et al., 2021). Essas dietas de emagrecimento rápido e sem sacrifícios, não recomendam a mudança de hábitos alimentares e a prática de atividade física e a longo prazo estão associadas ao comprometimento da saúde do indivíduo (FARIAS, FORTES e FAZZIO, 2017).

A partir disso, observa-se a generalização da atratividade representada pela magreza para mulheres e corpos musculosos para homens, fazendo com que o sobrepeso e obesidade seja alvo de discriminação (ALVARENGA, et al.; 2010).

O presente estudo teve como objetivo realizar uma pesquisa sobre a adesão de dietas restritivas entre universitários de três cursos da área de saúde da Faculdade São Lourenço – 2022.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo transversal, realizado com universitários do curso de Enfermagem, Biomedicina e Psicologia da Faculdade São Lourenço – Unisepe Educacional. A elaboração da pesquisa foi realizada pela aplicação de um questionário validado contendo seis perguntas. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa-UNISEPE sob o número do parecer: CAAE:

62817022.2.0000.5490. A amostra foi composta pelos estudantes que aceitaram participar da pesquisa voluntariamente e que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O questionário aplicado é validado e adaptado e tem autorização de utilização.

Os dados foram tabulados em uma planilha no *Microsoft Office Excel 2010*® e exportados para *STATA Statistical Software 12*® para análise descritiva e possíveis associações, utilizando o qui-quadrado *de Pearson* com um nível de segurança com o valor de $p < 0,00$.

Resultados e Discussão

Dentre os participantes, 70% (n=70) tinham entre 18 a 25 anos de idade, 18% (n=18) tinham de 25 a 33 anos de idade, 9% (n=9) tinham entre 34 a 40 anos de idade e 3% (n=3) tinham mais de 40 anos. Referente ao sexo 86% (n=86) dos indivíduos eram do sexo feminino e 14%(n=14) eram do sexo masculino.

Em relação a quantidade de indivíduos que já haviam aderido a algum tipo de dieta restritiva 44% (n=44) responderam que sim e 56% (n=56) responderam que não. É válido ressaltar que todos os participantes que responderam “não” a essa pergunta encerraram o questionário e só prosseguiram os participantes que já aderirão a dietas restritivas.

Outra pergunta realizada foi com relação a perda de peso e 36% (n=36) das pessoas disseram ter conseguido e 8% (n=8) disseram que não.

Ao perguntar se estes indivíduos conseguiram manter o peso 12% (n=12) disseram que sim e 32% (n=32) responderam não ter conseguido manter o peso perdido.

E quanto a influência de redes sociais como *Facebook*, *twitter*, *instagram* e *tiktok* para adesão dessas dietas 26% (n=26) responderam que sim e 18% (n=18) responderam que não.

De acordo com os resultados da pesquisa pode-se observar que em sua maioria os indivíduos que em algum momento já aderiram a dietas restritivas conseguiram perder peso, mas a minoria conseguiu manter o peso perdido. Isso deixa evidente que restrições alimentares são eficazes a curto prazo, pois não há constância.

A influência que a mídia causa sobre esses indivíduos está associada ao despertar de ideias para atitudes alimentares preocupantes, essas restrições podem trazer a longo prazo carências nutricionais e podem estar associadas ao surgimento também de possíveis transtornos alimentares.

As inadequações de restrições de macro nutrientes observadas na maioria dessas dietas se mostram prejudicial podendo comprometer o estado nutricional do indivíduo (FARIAS, FORTES e FAZZIO 2014).

Dados fatores de risco, pode-se notar que restrições alimentares e insatisfação corporal acometem em sua maioria o público feminino em relação a indivíduos do sexo masculino. O entendimento dessas variáveis é de extrema importância para elaboração de estratégias eficazes de saúde pública e informação para a população (DE CARVALHO et al., 2013).

Considerações Finais

Considera-se que comportamentos de restrição alimentar estão diretamente ligados a distorção de imagem corporal advindas em sua maioria por influência da mídia que prega um ideal de corpos cada vez mais magros, induzindo esses indivíduos a dietas ilusivas ao emagrecimento rápido, mas que trazem maléficos a saúde e são a principal causa de possíveis transtornos alimentares.

Por tanto é necessário ampliar a atuação do profissional nutricionista, juntamente de uma equipe multidisciplinar, para acompanhar indivíduos suscetíveis a tais transtornos. Assim, os profissionais de saúde devem estar preparados para orientar seus pacientes para uma alimentação saudável. Para isso, são necessárias mudanças na formação dos profissionais de saúde, exigindo uma humanização dos cursos e um trabalho integrado entre os profissionais envolvidos no atendimento aos pacientes com transtornos alimentares (nutricionistas, psicólogos e médicos).

Referências

ALVARENGA, M. S. et al. Insatisfação com a imagem corporal em universitárias brasileiras. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* [online]. v. 59, n. 1, pp. 44-51, 2010.

DE CARVALHO, P. H. B. et al. Checagem corporal, atitude alimentar de animação e universitários com a imagem corporal. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* [online]. v. 62, n. 2, pp. 108-114, 2013.

FARIAS, S. J. S. S.; FORTES, R. C.; FAZZIO, D. M. G.; Análise da composição nutricional de dietas da moda divulgadas por revistas não científicas. *Nutrire Ver. Soc. Sutiãs. Alimento. Nutr* , p.196-202, 2014

REIS, J. A.; JUNIOR C. R. R. S.; PINHO, L.; Fatores associados ao risco de transtornos alimentares entre acadêmicos da área da saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. v. 35, n. 2, pp. 73-78, 2014.

ASSOCIAÇÃO ENTRE COMER EMOCIONAL E ANSIEDADE: USO DE MINDFUL EATING E COMER INTUITIVO PARA TRATÁ-LAS E AUXILIAR NA PERDA DE PESO

Moraes, Maria Eduarda Gonçalves; Pinto, Larissa Perroni Bustamante

Introdução

Muitos indivíduos obesos são afetados pela ansiedade e estresse, e relacionam a fome com a vontade de comer. Isso é chamado de fome emocional, ou seja, o que era para ser uma necessidade fisiológica do ser humano torna-se um conforto no qual a sensação de bem-estar adquirida consumindo alimentos de alta densidade calórica torna-se um empecilho para perda de peso. O estresse se sobressai contribuindo para o comportamento compulsivo, levando ao aumento de cortisol no plasma e do metabolismo energético, estimulando a ingestão de alimentos. A prática da consciência com atenção plena pode contribuir para a regulação do peso corporal ao minimizar reações automáticas à comida e reduzir os gatilhos emocionais que levam à ingestão alimentar aumentada. Dentro de uma abordagem consciente, as escolhas das pessoas, são de comer menos e de saborear mais. Sendo assim, é necessário dar maior atenção aos sinais internos e externos que regulam a ingestão alimentar, comer mais lentamente e com atenção plena, o que contribuirá no melhor controle dos impulsos psicológicos sem a utilização da comida para satisfação das necessidades psicológicas e emocionais.

Material e métodos

Para realização do trabalho, foi utilizado o método de pesquisa de revisão bibliográfica de artigos nacionais e internacionais. Os artigos científicos foram selecionados através das seguintes bases de dados indexadas, Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, PubMed, e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), considerando a data de publicação do período de 2012 a 2022, utilizando os seguintes descritores, estresse, comportamento alimentar, ansiedade e *mindful eating*, tendo como critérios excludentes a data de publicação inferior a 2012 e língua estrangeira, exceto a inglesa.

Resultados e discussão

Os sintomas de estresse, tais como: ansiedade, depressão, nervosismo e o hábito de se alimentar quando problemas emocionais estão presentes, são comuns em pacientes com

obesidade. Isso sugere a relação entre estresse, compulsão por comida palatável, transtorno de compulsão alimentar e obesidade (ABESO, 2016). Segundo Barney et al. (2019), o uso do *mindfulness* em pacientes com compulsão alimentar mostra mudanças benéficas na flexibilidade psicológica, na função cognitiva específica da imagem corporal, na compaixão e autocrítica dos pacientes, além de interferir positivamente no envolvimento do comportamento orientado por valores. De acordo com STICE et al (2019), após o tratamento com *mindfulness*, alguns pacientes com compulsão alimentar, apresentaram uma melhoria clara da qualidade de vida, conseguindo lidar com emoções negativas ou dificuldades emocionais.

Considerações finais

Conclui-se que é necessário ampliar a atuação do profissional nutricionista na área da nutrição comportamental, usando uma nutrição mais humana e menos prescritiva, valorizando o estado emocional do paciente e usando ferramentas para o manejo emocional, como técnicas de *mindful eating* a fim de auxiliar no tratamento do comer emocional e ansiedade.

Referências

ABESO. Diretrizes Brasileira de Obesidade. Tratamento cirúrgico da obesidade, 2016. Disponível em:<<https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Diretrizes-Download-Diretrizes-Brasileiras-de-Obesidade-2016.pdf>>. Acesso em 18 de abr. de 2022.

BARBOSA M. R.; PENAFORTE F. R. O.; SILVA A. F. S. Mindfulness, mindful eating and intuitive eating in the approach to obesity and eating disorders. SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2020;16(3):118-135. Disponível em:< <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.165262>>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

BARNEY, J. L. et al. Mechanisms and moderators in mindfulness and acceptance based treatments for binge eating spectrum disorders: a systematic review. European Eat Disorders Review, [S.l.], v. 27, n. 4, p. 352-380, jul., 2019.

FUSCO, S. F. B. et al. Anxiety, sleep quality, and binge eating in overweight or obese adults. Rev Esc Enferm USP. 2020; 54:e03656. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013903656>>. Acesso em 16 de set. de 2022.

HERNANDO, A. et al. Mindfulness, rumination, and coping skills in young women with Eating Disorders: a comparative study with healthy controls. *Plos One*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 1-9, 15 mar., 2019.

JOSEPH, B. N. Mindful Eating: The Art of Presence While You Eat. *Diabetes Spectr*, 1 August 2017; 30 (3): 171–174. Disponível em:<<https://doi.org/10.2337/ds17-0015>>. Acesso em 10 de out. de 2022.

LITWIN, R. et al. Negative emotions and emotional eating: the mediating role of experiential avoidance. Springer International Publishing Switzerland, jul, 2016.

MANTZIOS, M.; WILSON, J. Mindfulness, eating behaviours, and obesity: a review and reflection on current findings. *Current Obesity Reports*, [S.l.], v. 4, n.1, p. 141-146, mar. 2015.

O'REILLY, G.A. et al. Mindfulness-based interventions for obesity-related eating behaviours: a literature review. *Obes Rev*. 2014 Jun;15(6):453-61.

STICE, E. et al. Randomized trial of a dissonance-based group treatment for eating disorders versus a supportive mindfulness group treatment. *Journal Of Consulting And Clinical Psychology*, Washington, v. 87, n. 1, p. 79-90, jan. 2019.

ASSOCIAÇÃO ENTRE O ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL E RENDA ENTRE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO DE UMA ACADEMIA NO SUL DE MINAS

Alcantara, Endie, Souza, José Lucas, Briskiewicz, Bruna

Introdução

A busca por saúde, qualidade de vida, bem como a estética, estão dentre os objetivos de quem procura a prática não-esportiva da musculação. Porém, pode ocorrer entre os praticantes, o uso abusivo de suplementos alimentares no intuito de atingir bons resultados num menor tempo possível, e sem a orientação de um profissional apto (ALMEIDA *et al.* 2020).

A falta de legislação a respeito do uso desses produtos, a acessibilidade de informações pela *web* e a disseminação pela mídia, são alguns dos fatores que levam a esse desfecho (ARAGÃO; FERNANDES, 2014). Entretanto, os valores destes produtos com qualidade nutricional adequado, bem como o acompanhamento de um profissional, não são acessíveis a todos os praticantes, levando em consideração os diferentes níveis de renda da população brasileira (DA SILVA; SILVA, 2018).

Diante disso, este estudo teve por finalidade analisar o perfil de renda dos consumidores de suplementos alimentares, verificando se, um maior poder aquisitivo está associado à um maior índice de acompanhamento profissional, bem como o uso de suplementos alimentares entre praticantes de musculação no ano de 2022.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo transversal realizado em uma academia na cidade de São Lourenço-MG. A amostra foi composta por 100 praticantes, de ambos os sexos, com idade de 18 até 60 anos ou mais, tendo no mínimo um mês de prática.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa-UNISEPE sob o número do parecer 5.582.358. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado de forma voluntária pelos participantes, permitindo que os dados sejam utilizados nesta pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário adaptado abordando as variáveis sendo, idade, gênero, escolaridade, renda, alimentação, suplementação e conhecimento sobre o uso.

Os dados foram tabulados em uma planilha no *Microsoft Office Excel 2010*® e exportados para *STATA Statistical Software 12*® para análise descritiva e possíveis associações, utilizando o qui-quadrado de *Pearson* com um nível de segurança com o valor de $p < 0,00$.

Resultados e discussão

A amostra foi composta por 100 praticantes de musculação, dos quais, 54% (n=54) eram do sexo masculino e 46% (n=46) do sexo feminino. A idade variou de 18 a 60 anos, a faixa etária predominante foi de 26 a 35 anos (n=39), correspondendo a 39%. Em relação ao grau de escolaridade, 58% (n=58) possuíam ensino superior completo e 60% (n=60) recebiam mais de que três salários mínimos mensalmente. Resultados similares as rendas foram encontradas por Almeida *et al.* (2020), Silva e colaboradores (2017) e Domingues e Marins (2007). Exceto pela faixa etária, que variava de 18 a 25 anos. No entanto nas pesquisas realizadas por Silva e Silva (2018) e Neves *et al.* (2017), foram encontrados maior prevalência de participantes que apresentavam escolaridade até o ensino médio completo e renda de até três salários mínimos.

O uso de suplementos foi relatado por 71% (n=71), seguidos de 29% (n=29) que não utilizam nenhum tipo. O que demonstra na pesquisa de Almeida e colaboradores (2020), em que 77,4% da amostra afirmaram já ter utilizado algum tipo de suplemento.

No quesito acompanhamento profissional 58% (n=58) dos praticantes afirmaram não possuir acompanhamento profissional, corroborando com o estudo de Da Silva e Silva (2018) onde 90,2% dos praticantes de musculação consumiam suplementos alimentares sem orientação profissional. No entanto, pesquisa realizada por Silva e colaboradores, mostrou que 53,9% dos indivíduos relataram ter acompanhamento do nutricionista.

As informações coletadas com essa pesquisa mostraram que apesar de grande parte da amostra (n=60) possuir renda maior que três salários mínimos (60%), apenas 41% (n=41) dos praticantes possuíam acompanhamento nutricional. Apresentaram associação estaticamente significativa entre acompanhamento nutricional e o nível de renda mensal ($p < 0,00$), porém o esperado foi de que, quanto maior a renda, maior a incidência de orientação profissional individual.

Contudo, em razão da carência de pesquisas na literatura associando uma maior renda ao acompanhamento profissional entre praticantes de musculação. Desta forma não foi possível demonstrar dados comparativos acerca de tal comparação.

A mídia bem como, indicações vindas de outros profissionais, são alguns dos fatores responsáveis por esse cenário. No qual se dá prioridade a falsa promessa de resultados rápidos, deixando de

lado uma alimentação adequada e individual, que de fato irá contribuir positivamente na vida do praticante (DA SILVA; SILVA, 2018).

Existem fundamentos claros de que a suplementação é segura para indivíduos saudáveis, quando associada a uma alimentação equilibrada em conjunto de bons hábitos de vida (PEREIRA; LAJOLO; HIRSCHBRUCH, 2003).

Dessa forma é imprescindível a relevância do profissional qualificado quando o assunto é treinamento físico. O nutricionista é o único apto para se avaliar o estado nutricional, adequar a dosagem de consumo e o planejamento alimentar de forma individual. Logo analisando a possibilidade de suplementação ou não (CARDOSO; VARGAS; LOPES, 2017).

Considerações finais

Diante dos dados obtidos com a pesquisa, foi observado que a renda está inversamente associada, quanto maior a renda menor a procura, tal como, o elevado número de praticantes que consomem suplementos alimentares com pouca ou nenhuma orientação.

Logo, é de suma importância que mais pesquisas relacionadas ao tema sejam realizadas, bem como, programas voltados a educação alimentar e nutricional a esse público. De modo a conscientizar cada vez mais os praticantes sobre os riscos de uma ingestão inadequada e dos benefícios da orientação profissional adequada. A fim de se obter ótimos resultados de forma segura e eficaz, preservando uma saúde integral e de qualidade.

Referências

ALMEIDA, Luciene de Fátima Cabral Cabral et al. AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR DE PRATICANTES DE UMA ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO E GINÁSTICA DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS. Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar, v. 5, n. 2, 2021.

ARAGÃO, A. R.; FERNANDES, D. C. Consumo alimentar e de suplementos no pré e pós-treino em homens praticantes de musculação em Goiânia, Goiás. Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, v. 41, p. 15-29, 2014.

DA SILVA, C. C.; SILVA, R. P. P. Consumo de suplementos alimentares por adultos praticantes de musculação em academias no interior de Pernambuco. RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v. 12, n. 73, p. 617-627, 2018.

DAS NEVES, D. C. G. et al. Consumo de suplementos alimentares: alerta à saúde pública. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 28, n. 1, p. 224-238, 2017.

FAYH, A. P. T. et al. Consumo de suplementos nutricionais por frequentadores de academias da cidade de Porto Alegre. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, p. 27-37, 2013.

PEREIRA, R F.; LAJOLO, F M.; HIRSCHBRUCH, M. D. Consumo de suplementos por alunos de academias de ginástica em São Paulo. Revista de Nutrição, v. 16, p. 265-272, 2003.

SILVA, R. P. Q. C; DOS SANTOS VARGAS, V.; LOPES, W. C. Consumo de suplementos alimentares por praticantes de atividade física em academias. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v. 11, n. 65, p. 584-592, 2017.

AValiação DO ESTADO NUTRICIONAL DURANTE UMA AÇÃO EM SAÚDE

Corgatelli, F,Thayná, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

A transição demográfica se faz responsável por mudanças significativas no estilo de vida de uma população. Responsável também pela mudança no perfil epidemiológico e no quadro saúde doença, onde pode-se observar maior longevidade da população brasileira (Rigotti JIR., 2012) (OMRAN, A. R., 1971).

Diante de um cenário mais urbanizado e desenvolvido, tem-se o aumento significativo no consumo de alimentos processados, seguidos de um consumo maior de açúcares e gorduras, trazendo para o cenário atual o aumento de doenças cardíacas, câncer e obesidade, em decorrência da mudança de hábitos alimentares (MORATOYA, E, et al., 2013)

No cenário atual é possível identificar a obesidade como um problema de saúde pública, uma vez que acomete uma parte significativa da população. Muito distante da ideia disseminada de que está ligada a indisciplina e falta de comprometimento, a obesidade é uma questão a ser discutida (Martins, A, P, B., 2018). Diante disto, o objetivo deste trabalho foi avaliar parâmetros antropométricos de indivíduos participantes de uma ação da Faculdade São Lourenço em cidades do sul de Minas Gerais durante o ano de 2022.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo quantitativo de corte transversal que teve por objetivo investigar a prevalência de obesidade na população. Foram realizadas avaliações nutricionais em cinquenta indivíduos do sexo feminino e masculino, com idade superior a dezoito anos, residentes em cidades do sul de Minas Gerais. Os indivíduos foram pesados em balança calibrada, a altura foi aferida com os mesmos posicionados de costas para a balança e a aferição das circunferências foram feitas com fita inelástica. Os dados coletados possibilitaram a classificação do estado nutricional destes, afim de identificar a incidência da obesidade na população estudada.

A pesquisa foi aprovada em todas as instancias e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Resultados e discussão

A amostra do estudo foi constituída de 50 indivíduos, que foram avaliados segundo o índice massa corporal (IMC).

Observou-se que a maioria da amostra apresentou estado nutricional de sobrepeso 50% (n=25), seguido de eutrofia 32% (n=16), 14% (n=7) foram classificados em estado de obesidade e 4% (n=2) apresentaram estado nutricional de magreza leve (tabela 1).

Tabela1- Avaliação do estado nutricional por meio do Índice de Massa Corporal de indivíduos participantes de uma ação da Faculdade São Lourenço, 2022.

Estado nutricional	Prevalência (%)	N
Eutrofia	32%	16
Sobrepeso	50%	25
Obesidade	14%	7
Magreza leve	4%	2

O aumento significativo da obesidade se dá por diferentes fatores, como a ingestão calórica inadequada, a não prática de atividades físicas além da modernização do estilo de vida da população (ABESO, 2016). Segundo Lima, et al. (2015) o excesso de peso tem maior incidência em populações com níveis econômicos menores, onde a informação sobre alimentação e saúde é mais precária e o acesso a alimentação adequada é dificultado. Sendo indiferente entre homens e mulheres. Em estudo realizado em 26 capitais, Malta, et al. (2017) descreveu um aumento do sobrepeso dos anos de 2006 a 2012, onde em 2006 a porcentagem era de 43,2% passando para 51% e 2012. Crescendo cerca de 1,37% a cada ano dentro de todas as faixas etárias, sexos e níveis de escolaridade.

Barroso, et al. (2017) observaram que prevalência da obesidade em uma população que ainda se mantém ativa, podendo ser considerada jovem ainda, mas que apresentam elevada circunferência abdominal, sendo importante fator de risco para outras doenças e mostrando assim o impacto dos hábitos alimentares na população.

Conclusão / Considerações finais

Na amostra apresenta no estudo, pode-se observar uma incidência de 50% de indivíduos com sobrepeso e 14% dentro do quadro de obesidade. Diante disto fica claro a necessidade de políticas públicas e da conscientização da população sobre a importância do combate a obesidade e dos cuidados com a alimentação e estilo de vida a fim de prevenir e combater a doença.

Referências

Rigotti JIR. Transição Demográfica. Educ. Real [Internet]. 2012

OMRAN, A. R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change, Milbank Memorial Fund Quartely, n. 49, p. 509-538, 1971

MORATOYA, E., CARVALHAES, G., WANDER, A., ALMEIDA, L.. Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. Revista de Política Agrícola, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 22, mai. 2013.

Martins, A, P, B., 2018 PERSPECTIVAS • Rev. adm. empres. 58 (3) • May-Jun 2018 <https://doi.org/10.1590/S0034-759020180312>

5.ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Diretrizes Brasileira de Obesidade. Obesidade e sobrepeso: diagnostico. 4.ed. São Paulo - SP, 2016.

LIMA NP, et al. Evolução do excesso de peso e obesidade até a idade adulta, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, 1982-2012. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2015; 31(9): 2017-2015.

MALTA DC, et al. Prevalência e fatores associados com hipertensão arterial autorreferida em adultos brasileiros. Rev Saude Publica, São Paulo, 2017; 51(1): 1-11.

BARROSO TA, et al. Associação Entre a Obesidade Central e a Incidência de Doençase Fatores de Risco Cardiovascular. Int J Cardiovasc Sci. Rio de Janeiro, 2017; 30(5): 416-424.

CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO ADULTA DE SÃO LOURENÇO-MG, 2022

Marques, Tatiane Inacio; Pinto, Larissa Perroni Bustamante

Introdução

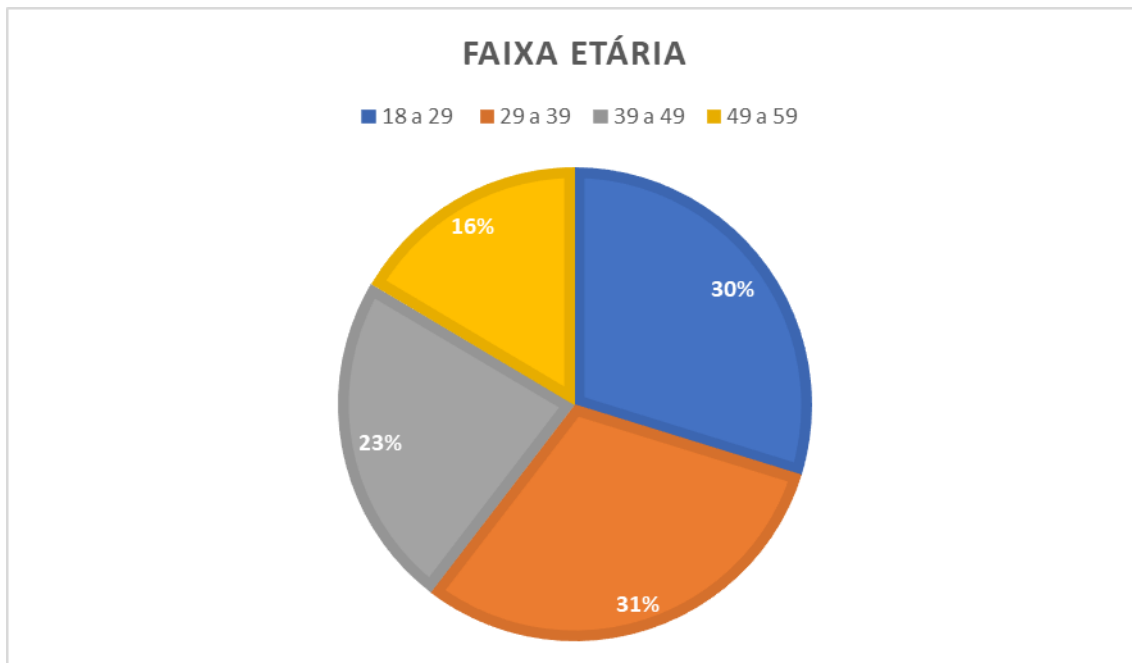
O consumo alimentar pode ser definido pela atitude ou hábito alimentar padrão, de acordo com as necessidades metabólicas de cada indivíduo (SILVA, 2018). Segundo Freire (2018), mudanças ocorridas no padrão alimentar da população brasileira nos últimos anos proporcionaram novos modelos de nutrição e favoreceu consequentemente o aumento da obesidade. Dentre as mudanças ocorridas, destacam-se o aumento da ingestão de alimentos ricos em gorduras, bem como a maior frequência de consumo de alimentos embutidos e de refeições realizadas em ambientes fora de casa; em contraste, tem-se o fato de que a adoção de uma alimentação saudável poderia reduzir o risco de mortes por doenças e agravos não transmissíveis, tendo em vista que estes correspondem a 72% das causas de mortes no Brasil (FREIRE, 2018). Devido a essas mudanças, tornou-se ainda mais perceptível a necessidade de profissionais nutricionistas capacitados que levem em consideração não apenas uma boa prescrição dietética, mas também olhar sensível à percepção do contexto social e cultural que o indivíduo está inserido. Sendo imprescindível a existência de ações em saúde, as quais reforcem a importância da alimentação no controle de doenças, como a educação alimentar e nutricional desde a fase da infância até fases do ciclo da vida, para assim, possibilitar a existência de meios que levem a população à uma melhora na qualidade de vida (ROQUE, 2021). Portanto o objetivo geral do trabalho foi conhecer o consumo alimentar da população adulta de São Lourenço-MG, através de aplicação de questionário de frequência alimentar.

Material e métodos

Para realização do trabalho, foi utilizado um questionário de frequência alimentar validado e modificado que continha doze grupos de alimentos: arroz; feijão; carne ovos; verduras e legumes; frutas; leite e derivados; pães; bolos simples; embutidos; bebidas açucaradas; macarrão instantâneos, sendo classificado de acordo com a frequência de consumo em: todos os dias, 3x por semana, 1x por mês e não consume. O estudo foi realizado no município de São Lourenço – MG de forma online através da plataforma do Google Forms. Participaram indivíduos dos ambos os sexos da faixa etária de 18 a 59 anos. O estudo foi iniciado após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Amparense (UNIFIA), sob nº 62816822.0.0000.5490.

Resultados e discussão

Participaram deste estudo adultos residentes do município de São Lourenço-MG que concordaram em participar do estudo, totalizando 121 adultos. Destes, 81% eram do sexo feminino e 19% masculino.



Os dados relacionados à frequência de consumo de alimentos pelos adultos estão apresentados no Tabela 1. Observou-se que do grupo de cereais e tubérculos os alimentos mais consumidos diariamente pelos adultos foram arroz (86,6%) e pão francês/pão de forma (66,1%). O feijão foi consumido diariamente por 62,0% dos adultos. Carnes ou ovos foi consumido diariamente por 76,9% dos adultos. Em relação ao leite e derivados foi consumindo diariamente por 60,3% dos adultos. Dentre as verduras e legumes foi consumido diariamente por 50,4% dos adultos. As frutas foram consumidas diariamente por 29,8% dos adultos. Bolos simples foi consumido por diariamente por 5% dos adultos. Embutidos foram consumidos diariamente por 9,1% dos adultos. Bebidas Açucaradas por 28,1% dos adultos consumiram diariamente. Macarrão instantâneo 2,5% dos adultos consumiram diariamente e 11,6% dos adultos consumiram diariamente biscoitos recheados diariamente.

Alimentos	Todos os dias	3x sem	Mensal	Nunca Consome
Arroz	86,8%	9,1%	2,5%	1,7%
Pães	66,1%	24%	5%	5%
Leite e Derivados	60,3%	32,2%	4,1%	3,3%
Carne ou Ovos	76,9%	18,2%	2,5%	2,5%
Verduras e Legumes	50,4%	39,7%	5,8%	4,1%
Frutas	29,8%	45,5%	18,2%	6,6%
Bolos Simples	5%	33,9%	44,6%	16,5%
Embutidos	9,1%	42,1%	36,4%	12,4%
Bebidas Açucaradas	28,1%	34,7%	20,7%	16,5%
Macarrão Instantâneo	2,5%	24%	50,4%	23,1%
Biscoito Recheados	11,6%	33,1%	33,9%	11,6%

Tabela 1 Frequência de Consumo alimentar, São Lourenço, MG, 2022.

Ao analisar o consumo alimentar dos adultos, observou-se maior frequência de consumo diário de arroz (86,8%) entre os demais alimentos. Já o atlas de Situação Alimentar e Nutricional no Brasil mostrou que no ano de 2019 o consumo diário de feijão era maior do que os demais alimentos (BRASIL, 2020).

Conclusão

Conclui-se que os adultos estudados apresentam maior frequência de consumo nos alimentos como arroz, carne ou ovos, leite e derivados, feijão, verduras e legumes e menor frequência no consumo de alimentos do grupo ultra processados. Com isso a alimentação desses adultos pode evitar possíveis doenças no futuro.

Referências

BRASIL. Situação alimentar e nutricional no Brasil: excesso de peso e obesidade da população adulta na Atenção Primária à Saúde. Brasília, 2020. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atlas_situacao_alimentar_nutricional_populacao_adulta.pdf

FREIRE. M.B. B. et al. Padrão de consumo alimentar e fatores associados em adultos. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, vol. 6, núm. 4, 2018.

SILVA, R. S. F. Avaliação do consumo alimentar e estado nutricional dos estudantes do curso de licenciatura em educação física do Centro Acadêmico de Vitória - Vitória de Santo Antão, 2018. 45 folhas.

ROQUE, P.A. Perfil nutricional de pacientes atendidos pelo serviço de nutrição no centro de atenção psicossocial (caps i) do município de Cuité – PB, Cuité, 2021.

CONSUMO DE ALIMENTOS IN NATURA E PERFIL SOCIOECONÔMICO ENTRE USUÁRIOS DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM SÃO LOURENÇO-MINAS GERAIS, 2022

Santos, Angélica; Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

Fatores socioeconômicos e culturais influenciam nos hábitos alimentares. A Renda familiar, grau de escolaridade e acesso à informação, são os fatores que podem estar associados significativamente as escolhas alimentares (MEDINA *et al.*, 2019).

A política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, 1999) aponta que os indivíduos devem ser respeitados em relação a natureza e cultura e que os mesmos devem prover de autonomia no momento da realização das escolhas alimentares. Devido á isso, foi implantada como uma diretriz da PNAN, a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS,2012), que visa atender as necessidades dos indivíduos não somente no aspecto biológico, mas também no sociocultural. A fim de que essa política seja executada de maneira eficiente, os profissionais da atenção primária, em especial o nutricionista, devem atuar por meio das práticas e incentivo à alimentação saudável, para todos os grupos populacionais. Diante dessas ações, um dos objetivos é ampliar os saberes para que sejam feitas escolhas conscientes no momento da aquisição dos alimentos (BRASIL, 2012).

No entanto, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostraram que o Brasil é um dos países com maior índice de diferença socioeconômica no mundo, ocupando a posição de décima nação mais desigual quando comparado aos demais 140 países que foram submetidos a sua avaliação (MEDINA *et al.*, 2019). O presente estudo descreveu o perfil socioeconômico e consumo de frutas, verduras e legumes dos usuários de uma Unidade Básica de Saúde no município de São Lourenço, Minas Gerais no ano de 2022.

Materiais e métodos

Trata-se da realização de uma pesquisa de corte transversal, onde os dados foram coletados em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São Lourenço Velho, na cidade de São Lourenço no estado de Minas Gerais no ano de 2022. Esta UBS é responsável por abranger os bairros São Lourenço Velho, Jardim Juliana, Vale dos Pinheiros e parte do Centro da cidade.

O estudo foi baseado nas diferenças socioeconômicas dos usuários da unidade. O levantamento de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário com questões de múltipla escolha. Responderam às perguntas em um total de 42 participantes. Estes indivíduos

eram pertencentes aos bairros São Lourenço Velho, Vale dos Pinheiros e Jardim Juliana. A coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), com o número do parecer 5.658. 365. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes responderam às questões de forma voluntária sala de espera da UBS.

Foi utilizado um questionário validado. Na primeira parte do questionário que continha questionário de frequência alimentar (QFA), que diz respeito a frequência com qual os usuários da unidade consomem verduras, legumes e frutas. A segunda parte do questionário abordava questões relacionadas à renda mensal individual dos componentes da família, grau de escolaridade individual, escolaridade da mãe, localização da residência (zona rural ou zona urbana) e se a residência era própria, alugada ou cedida.

Os dados foram tabulados em uma planilha no *Microsoft Office Excel 2010*® e exportados para *STATA Statistical Software 12*® para análise descritiva e possíveis associações, utilizando o qui-quadrado *de Pearson* com um nível de segurança com o valor de $p < 0,00$.

Resultados e discussões

Foram analisados 42 questionários coletados na Unidade Básica de Saúde, a faixa etária variou entre 18 e 86 anos. Dentre os participantes, um percentual de 64,2% (n=27) indivíduos pertenciam ao bairro São Lourenço Velho, 28,5% (n=12) pertenciam ao bairro Vale dos Pinheiros e 7,1% (n=3) eram moradores do bairro Jardim Juliana. Todos os usuários relataram morar na zona urbana, onde 76,1% (n=32) disseram morar em casa própria, 21,4% (n=9) viviam de aluguel e apenas 2,3% (n=1) indivíduo se encontrava em casa cedida.

Os resultados em relação ao nível de escolaridade estão dispostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Prevalência do grau de escolaridade dos usuários da Unidade Básica de Saúde de São Lourenço Velho na cidade de São Lourenço no ano de 2022.

Grau de escolaridade	Prevalência (%)	N
1° a 4° série do ensino fundamental	4,7%	2
5° a 8° série do ensino fundamental	9,5%	4
Ensino médio	50%	21
Ensino superior	21,4%	9
Especialização	14,2%	6
	100%	42

Fonte: elaborada pelos autores

Na Tabela 2 se contra os dados obtidos para renda individual dos usuários.

Tabela 2 – Prevalência da renda individual dos usuários da Unidade Básica de Saúde de São Lourenço Velho em São Lourenço no ano de 2022.

Renda individual	Prevalência (%)	N
Entre nenhuma renda e meio salário mínimo	11,9%	5
1 salário mínimo	14,29%	6
De 1 a 2 salários mínimos	33,3%	14
De 2 a 3 salários mínimos	23,8%	10
De 3 a 4 salários mínimos	2,3%	1
De 4 a 5 salários mínimos	2,3%	1
Mais de 6 salários mínimos	11,9%	5
	100%	42

Fonte: elaborada pelos autores

Na descrição de análise do consumo alimentar dos usuários, na Tabela 3 estão os resultados em relação ao consumo de verduras.

Tabela 3 – Prevalência do consumo de verduras pelos usuários da Unidade Básica de Saúde de São Lourenço Velho em São Lourenço no ano de 2022.

Consumo de verduras	Prevalência (%)	N
Menos de uma vez na semana	9,5%	4
De 1 a 3 vezes na semana	35,7%	15
De 3 a 6 vezes na semana	14,2%	6
Diariamente	40,4%	17
	100%	42

Fonte: elaborada pelos autores

Em relação ao consumo de legumes, a Tabela 4 traz os resultados.

Tabela 4 – Prevalência no consumo de legumes pelos usuários da Unidade Básica de Saúde de São Lourenço Velho em São Lourenço no ano de 2022.

Consumo de legumes	Prevalência (%)	N
Menos de uma vez na semana	11,9%	5
De 1 a 3 vezes na semana	38,1%	16
De 3 a 6 vezes na semana	21,4%	9
Diariamente	28,5%	12
	100%	42

Fonte: elaborada pelos autores

No quesito frutas, os resultados estão disponíveis na Tabela 5.

Tabela 5 – Prevalência no consumo frutas pelos usuários da Unidade Básica de Saúde de São Lourenço Velho em São Lourenço no ano de 2022.

Consumo de frutas	Prevalência (%)	N
Não consomem	2,3%	1
Menos de uma vez na semana	26,1%	4
De 1 a 3 vezes na semana	42,8%	12
De 3 a 6 vezes na semana	21,4%	8
Diariamente	7,1%	17
	100%	42

Fonte: elaborada pelos autores

Os resultados mostram que na pequena parcela dos usuários avaliados, a maioria possui ensino médio completo. Em contrapartida, uma menor parcela de pessoas mostraram ter estudado da 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Segundo PANIGASSI *et al.*, 2008, chefes de família que possuem um menor nível de ensino, ressaltando o menor nível do ensino fundamental, possuem uma maior chance de se encontrarem em insegurança alimentar quando comparados aos chefes de família que possuem níveis acima de ensino. 33,3% dos indivíduos avaliados na pesquisa possuem renda individual de 1 a 2 salários mínimos. Os resultados mostraram que 6 pessoas recebem até meio salário mínimo no mês, e que outras 6 pessoas recebem mais de 6 salários

mínimos por mês. FERNANDES *et al.*, 2019, nos mostra que o Brasil, em totalidade, há tempos é considerado um país com notórias desigualdades sociais. PANIGASSI *et al.*, 2008 também mostrou que famílias com baixa renda possuem maiores chances de estarem em insegurança alimentar, e que apenas 12% das famílias avaliadas em seu estudo não apresentaram insegurança alimentar recebendo menos de 2 salários mínimos.

A maior prevalência no consumo de verduras entre os usuários da UBS foi diariamente, totalizando 40,4% dos usuários. Já para o consumo de legumes e frutas, a maior prevalência foi de 1 a 3 vezes na semana, totalizando 38,1% e 42,8%, respectivamente. RAMALHO *et al.* mostrou em seu trabalho que jovens acadêmicos consomem em 5 dias da semana, aproximadamente metade do consumo de frutas em relação ao consumo de hortaliças. Ressaltou também sobre a importância do consumo dos determinados alimentos em relação a manutenção da saúde. Segundo o Guia Alimentar da População Brasileira, existem fatores associados ao consumo de frutas, verduras e legumes. Dentre estes fatores, estão o social, político e econômico, que influenciam diretamente na alimentação como um todo, podendo gerar benefícios ou malefícios a prática de uma alimentação saudável.

Considerações finais

Ao final da análise dos dados obtidos, é possível concluir que a maior parte dos usuários da UBS possuem ensino médio completo, o que pode ser considerado um alto grau de escolaridade. Foi possível concluir que os participantes possuem uma alta renda individual. Em relação ao consumo de produtos in natura, os resultados indicam que o consumo de verduras é superior durante a semana quando comparado ao consumo de legumes e frutas. No entanto, ainda assim, há indivíduos que consomem estes alimentos em quantidades inferiores perante as recomendações. Práticas educativas de alimentação e nutrição podem ser usadas para uma possível melhora do consumo alimentar dos usuários da UBS, levando em consideração a individualidade de cada um. Isso inclui a renda individual e nível de escolaridade, o que pode estar associado ao grau de acesso a informação que cada indivíduo consegue por si só, adquirir.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2012, p. 80.

FERNANDES R. C. *et al.* Imposto de renda e distribuição de renda no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. Ed., 1 – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MEDINA. L. P. B. *et al.* Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. V. 22, n. Suppl 02 [Acessado em 27 de março de 2022]

PANIGASSI G. *et al.* Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2008.

RAMALHO A. A. *et al.* Consumo regular de frutas e hortaliças por universitários de Rio Branco, Acre, Brasil: prevalência e fatores associados. Rio de Janeiro: Cad Saúde Pública, 2012.

FITOTERÁPICOS: METÓDOS ALTERNATIVOS PARA TRATAMENTO NA ANSIEDADE

Motta, Kamilla L., Barbosa, Carlos Daniel de S., Leite, Douglas da S, Fernandes, Sabrina de O. França, Rafaela F., Bustamante, Larissa B.P.

Introdução

Ansiedade é uma manifestação para que as pessoas fiquem mais alertas em frente de uma situação de perigo desconhecido ou problemático. Ela controlada tem o papel evitar lesões corporais, punições e frustrações sociais. Quando essa manifestação ansiosa se torna presente e excessiva na vida dos seres humanos, esta passa de um status normal humano para uma patologia psiquiátrica. No Brasil, os transtornos ansiosos encontram-se entre os mais prevalentes diagnósticos psiquiátricos, sendo as mulheres mais afetadas que os homens (BORTOLUZZI et al., 2020).

A ansiedade, é um transtorno que tem acometido pessoas das mais diversas idades, e o uso de plantas medicinais tem sido usado a fim de amenizar os sintomas deste transtorno. À vista disso, Brasil (2018) define a fitoterapia um tratamento auxiliar, nos quais, os fitoterápicos indicados para o tratamento, possuem eficácia e segurança indexadas em bases científicas, devido a matéria-prima ativa, no que torna o fitoterápico de qualidade

As plantas medicinais vêm sendo usadas pelas pessoas durante muito séculos. Mas, no momento, a uma crescente busca pelas plantas medicinais vem despertando interesse por parte do mercado e por estudiosos, ganhando espaço no que antes era dominado pelos medicamentos alopáticos (Carneiro et al., 2014). O Brasil é um país com uma vasta biodiversidade sendo assim, há muitas plantas e recursos fitoterápicos a serem explorados de forma sustentável priorizando a promoção à saúde e dando destaque ao uso de plantas medicinais como é descrito pela Organização Mundial de Saúde (BRASIL, 2016).

Materiais e métodos

O presente trabalho está sendo realizado por meio de uma revisão bibliográfica através de artigos científicos compreendidos entre o período de 2012 a 2022, excluindo os artigos posteriores ao limite máximo de publicações. Os materiais utilizados para a pesquisa compõem-se de artigos científicos, livros, teses e dissertações, selecionados por meio de busca nas seguintes bases de dados PubMed, SciELO, Google Scholar, Google Acadêmico e SCRIBD. Os descritores utilizados

para a busca são: fitoterapia; phitotherapy; fármacos para ansiedade; ansiedade; anxiety, nutricionista; Erythrina verna, Matricaria recutita e Melissa officinalis.

Resultados e discussão

A ansiedade, é um transtorno que tem acometido pessoas das mais diversas idades, e o uso de plantas medicinais tem sido usado a fim de amenizar os sintomas deste transtorno. À vista disso, Brasil (2018) define a fitoterapia um tratamento auxiliar, nos quais, os fitoterápicos indicados para o tratamento, possuem eficácia e segurança indexadas em bases científicas, devido a matéria-prima ativa, no que torna o fitoterápico de qualidade, corroborando com Bystritsky et al. (2012), que validam esses fitoterápicos, como medida alternativa para auxiliar no tratamento, posto que existe relevância do uso de medicina complementar e auxiliar no tratamento de ansiedade.

Assim como a utilização de diversas espécies auxiliam no transtorno da ansiedade por apresentar características farmacológicas como calmante, relaxante muscular, indutor de sono, faz-se de suma importância sua utilização desde que tenha uma prescrição adequada para seu uso. (Botelho et al, 2021)

Sendo assim, a espécie Erythrina mulungu, costumeiro, mulungu tem ação sedativa, ansiolítica e anticonvulsivante, são utilizados nos casos mais leves de ansiedade. Os marcadores químicos do gênero Eritrina são os alcalóides eritrínicos, aos quais se atribui a atividade ansiolítica, no qual agem no sistema nervoso central, ocasionando um bloqueio neuromuscular, relaxando a musculatura lisa, atuando como anticonvulsivante agindo diretamente ao sono (Botelho et al.,2021). Nos quais, Souza et al. (2015) concordam que este fitoterápico possui boa prática terapêutica, com segurança e mínimos efeitos opostos.

A Matricaria recutita, popularmente conhecida como camomila tradicional nas suas formas farmacologias que se encontra nas flores da planta que sofrem extração liberando os flavonoides e óleos voláteis onde é encontrados suas substâncias fitoterápicas sendo a principal a ansiolítica (BRASIL, 2015). Assim sendo, segundo Keefe et al. (2016), afirmaram que em 8 semanas de estudo, o extrato de camomila obteve uma redução significativa em relação aos sintomas de ansiedade, sendo que de 179 indivíduos, 11,7% deles tiveram efeitos adversos, sendo que nenhum foi grave.

E a *Melissa officinalis*, erva-cidreira-verdadeira, em sua composição química é formada por óleo essencial rico em citral, citronelal, citronelol, limoneno, linanol e geraniol (Jesus e Oliveira, 2021) além de ser rica em substâncias que promovem a saúde e o bem-estar como polifenóis, terpenos, taninos, flavonoides, ácido rosmarínico e ácido cafeico, sendo excelente antioxidante que ajuda a combater inflamações, induzir o sono e aliviar dores (Veira, 2020).

Posto isto, Andrade e Almeida (2020), enfatiza que os mecanismos dos fitoterápicos acima têm ação semelhantes e possui uma ótima aceitação para indivíduos que não se adaptam ao tratamento convencional a base de medicamentos.

Conclusão / Considerações finais

Com base em evidências encontradas na literatura, *Erythrina mulungu*, *Matricaria recutita* e *Melissa officinalis*. demonstraram ser boas opções terapêuticas como tratamento alternativo aos transtornos de ansiedade. Além da fitoterapia poder ser uma excelente alternativa terapêutica ao tratamento de transtornos de ansiedade, em pacientes que não toleram os efeitos adversos ocasionados por tratamentos farmacológicos convencionais e após nenhuma resposta a estes. Pois, os fitoterápicos analisados neste estudo possuem mecanismo de ação semelhante aos fármacos sintéticos e com a vantagem de ocasionarem menos efeitos adversos.

Referências

- Andrade, T.; Almeida, B. O uso de fitoterápicos no tratamento de ansiedade. Trabalho apresentado para a disciplina de Produção e Inovação Científica da Faculdade Laboro, 2020.
- Archanjo, A. C. et al. Manejo dos transtornos de ansiedade por meio de abordagens da nutrição comportamental. *Rev. Trab. Acad. Universo/Goiânia*, v.6, n.9, 2021.
- Botelho, R. M.; Oliveira, L. S.; Andrade, L. G. Estudo da utilização popular da espécie medicinal *erythrina mulungu* mart. ex benth no transtorno da ansiedade. *REASE*, v.7, n.10, 2021.
- Bortoluzzi, M. M.; Schmitt, V.; Mazur, C. E. Efeito fitoterápico de plantas medicinais sobre a ansiedade: uma breve revisão. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e02911504, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Consolidado de normas de registros e notificação de fitoterápicos. Brasília-DF, 2018.

Bystritsky, A. et al. Use of complementary and alternative medicine in a large sample of anxiety patients. *Psychosomatics*, 53(3), 266- 272, 2012

Carneiro, F. M. et al. Tendências dos Estudos com Plantas Medicinais no Brasil. *Revista Sapiência: sociedades, saberes e práticas educacionais*, 3 (2), 44-75, 2014.

KEEFE, J.R. et al. Short-term open-label chamomile (*Matricaria chamomilla* L.) therapy of moderate to severe generalized anxiety disorder. *Phytomedicine*, v. 23, n. 14, p. 1699-1705, 2016.

MAINGREDY, X. et al. Fitoterápicos No Tratamento De Transtornos Da Ansiedade. *Revista Eletrônica de Farmácia*, v. 13, n. 1.1, 2016.

Rocha, A. C. B et al. The role of food in the treatment of anxiety and depression disorders. *Res., Soc. Dev.* v.9, n.9, 2020.

Santos, R. S.; Silva, S. S.; Vasconcelos, T. C. L. Application of medicinal plants in the treatment of anxiety: a literature review. *Braz. J. Dev.* v.7, n.5, p.52060-52074, 2021.

FÓRMULAS ENTERAIS FORNECIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) AOS PACIENTES ONCOLÓGICOS EM UMA CIDADE DO SUL DE MINAS

Provenzano, Bruna Martins, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

O câncer é uma enfermidade caracterizada pelo crescimento desordenado e pela rápida multiplicação de células anormais que invadem tecidos e órgãos, além de possuir a capacidade de se expandir para órgãos vizinhos ou distais quando ocorre metástase (GENS *et al.*, 2020). Essa patologia pode ser causada por hábitos alimentares inadequados, ingestão de álcool e/ou de tabaco excessiva, uso de medicamentos, sedentarismo, fatores ambientais, exposição à luz solar, infecções por vírus e/ou agentes químicos, fatores hereditários e senilidade (BORTOLETTO *et al.*, 2018).

A desnutrição acomete, com frequência, pacientes com diagnóstico de câncer, levando em consideração o aumento do metabolismo basal, distúrbios de glicose e metabolismo de proteína e de gordura (COSTA *et al.*, 2021). A perda de peso significativa ou grave pode ser uma das primeiras manifestações da doença, e está relacionada ao aumento de morbimortalidade por outras patologias como a infecção. A desnutrição pode resultar em um estado de caquexia, a qual é manifestada pela degradação dos tecidos corporais, adiposo e muscular, com perda de peso progressiva e involuntária (LOTICI *et al.*, 2014).

A avaliação subjetiva global produzida pelo paciente (ASG-PPP) considera aspectos do indivíduo, como: a perda de peso e alterações na ingestão alimentar, onde classifica o paciente como bem nutrido, suspeita de desnutrição/ moderadamente desnutrido ou gravemente desnutrido, identificando um nível de intervenção nutricional específico (GOTTLIEB e POERSCH, 2022).

Assim, a terapia nutricional executa um papel fundamental no tratamento oncológico, a fim de manter ou corrigir o estado nutricional, aumentar a tolerância ao tratamento antineoplásico, reduzir efeitos colaterais e complicações, fornecer energia, melhorar a cicatrização, recuperar ou preservar a massa magra, e manter ou melhorar a qualidade de vida do paciente (SOUZA *et al.*, 2018).

O objetivo do presente estudo foi descrever a prevalência de pacientes oncológicos em uso de terapia nutricional enteral total ou complementar e os tipos de fórmulas utilizadas e fornecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município de São Lourenço, Minas Gerais, no ano de 2022.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo transversal onde as informações foram coletadas no banco de dados secundário da Secretaria de Saúde do município de São Lourenço, Minas Gerais, no ano de 2022.

Coletaram-se dados sobre uso e tipos de fórmulas enterais industrializadas, exclusiva ou parcial, assim como o estado nutricional do paciente, por meio da avaliação antropométrica, dietética e bioquímica, realizadas pelos nutricionistas da rede de atenção básica à saúde. A pesquisa foi composta por 14 pacientes, de ambos os sexos, com idade de 18 a 85 anos, tendo como diagnóstico primário o câncer.

Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa- UNISEPE sob o número do parecer 02834218.0.0000.5490.

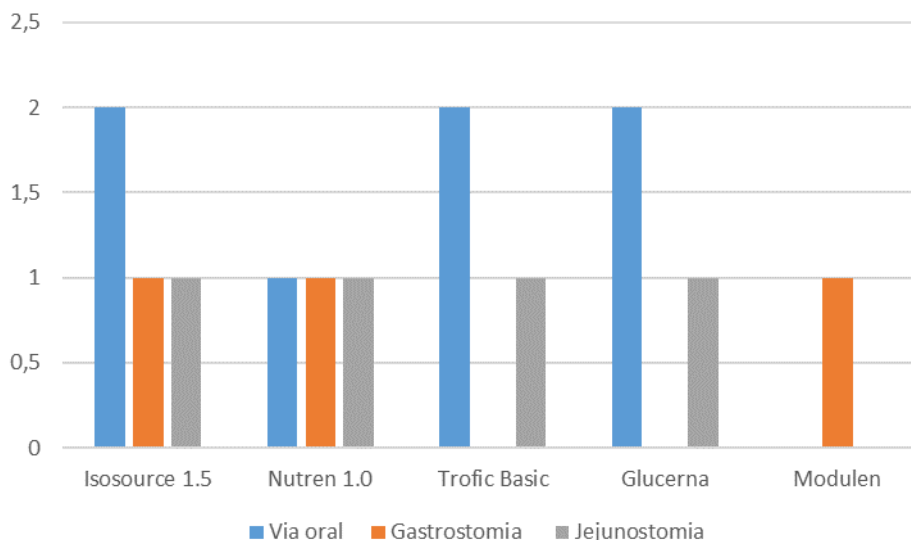
Os dados foram tabulados em uma planilha no *Microsoft Office Excel* 2010 ® e exportados para *STATA Statistical Software* 12 ® para análise descritiva e possíveis associações, utilizando o qui-quadrado de *Pearson* com um nível de segurança com o valor de $p < 0,00$.

Resultados e Discussão

Foram identificados 14 pacientes usuários das Unidades Básicas de Saúde da cidade, dos quais, 71,4% são do sexo feminino e 28,5% são do sexo masculino. Resultados similares ao sexo foram encontrados por Abbade (2020) e Lotici *et al.* (2014), sugerindo que a maior parte dos pacientes oncológicos que fazem uso de terapia nutricional podem ser do sexo feminino. No entanto, pesquisas realizadas por Mazzaro *et al.* (2019) e Souza *et al.* (2022) encontraram que a maioria dos indivíduos com câncer são do sexo masculino.

Dentre os pacientes do presente estudo, 28,57% ($n = 4$) faziam uso de *Isosource* ® 1.5 kcal/ml, 21,42% ($n = 3$) utilizavam *Nutren* ® 1.0 kcal/ml, 21,42% ($n = 3$) utilizavam *Glucerna* ®, 21,42% ($n = 3$) faziam uso de *Trofic basic* ® e 7,14% ($n = 1$) faziam uso de *Modulen* ®. Sendo que estes tipos de fórmulas enterais foram utilizados por terapia nutricional via oral e sonda enteral do tipo gastrostomia ou e jejunostomia (Figura 1).

Figura 1: Tipos e uso de fórmulas enterais utilizadas por pacientes oncológicos na saúde pública no município de São Lourenço- MG, 2022.



Em relação ao uso de terapia nutricional, 50% fazem uso de terapia nutricional via oral, 28,5% fazem uso por meio de jejunostomia, seguidos de 21,4% por meio de gastrostomia. O que demonstra na pesquisa de Schumacher (2018), em que 10% no qual a principal via de administração foi a jejunostomia, seguido de 3% por meio de gastrostomia.

As informações coletadas por meio desta pesquisa ressaltam-se a importância da avaliação do estado nutricional, do diagnóstico e do acompanhamento para a realização da intervenção nutricional e de saúde adequada e completa.

Desse modo, a adequação da oferta energética e proteica ao indivíduo com neoplasia é influenciada regularmente, visto que inúmeros fatores comprometem a oferta da nutrição enteral, como: intolerâncias gástricas, remoção da sonda, jejum para exames e procedimentos (SOUZA *et al.*, 2018).

Por se vincular a maiores complicações e morbimortalidade, o diagnóstico precoce e a intervenção nutricional apropriada são essenciais para melhorar o prognóstico, colaborando para a sobrevivência e diminuição do débito energético (SOUZA *et al.*, 2018).

Conclusão/ Considerações finais

Diante dos dados obtidos com a pesquisa, foi observado que o uso de *Isosource*® 1.5 kcal/ml foi o mais utilizado dentre os tipos de fórmulas enterais. Tendo sido observado que a utilização de TNE em pacientes com câncer teve um maior percentual no sexo feminino.

Além disso, analisou-se que a terapia nutricional enteral auxiliou, de forma positiva, para o retardo da perda de peso desses indivíduos que possuem um grande comprometimento do estado nutricional, por consequência, contribuindo para a resposta ao tratamento antineoplásico e diminuindo, supostamente, o tempo de internação, quando necessário.

Os resultados sugerem a necessidade de uma intervenção nutricional precoce, posto que esses pacientes têm seu estado nutricional comprometido de forma progressiva. Consciente de que a TNE é capaz de reverter esse diagnóstico, uma maior informação da sua utilização e benefícios é de total importância, uma vez que essa terapia pode melhorar o prognóstico do paciente.

Referências

- ABBADE E.B. Adoção de terapias nutricionais enteral e parenteral associada à redução da taxa de óbitos de pacientes neoplásicos. *Medicina (Ribeirão Preto)* 2020;53(2):115-125.
- BORTOLETTO, et al. Perfil Sociodemográfico e Nutricional de Pacientes Oncológicos em Terapia Nutricional Enteral. *Revista Brasileira de Cancerologia* 2018; 64(2): 141-147.
- GENS, et al. Terapia Nutricional em Pacientes oncológicos: Realidade de um hospital de referência em Pernambuco. *Nutr. clín. diet. Hosp.* 2020; 40(1): 33-39.
- LOTICI, et al. Prevalência de Perda de Peso, Caquexia e Desnutrição, em Pacientes Oncológicos. *Revista UNIABEU Belford Roxo*, v.7, n.17, set-dez 2014.
- MAZZARO, Aline Loschi et al. Perfil de pacientes em nutrição parenteral e a influência do estado nutricional no tempo de acompanhamento da equipe multiprofissional de terapia nutricional. *BRASPEN J* 2019; 34 (3): 287-92.
- SCHUMACHER, Stéfani. Pacientes oncológicos portadores de ostomia: considerações acerca do autocuidado (2018).
- SOUZA, et al. Nutrição enteral em pacientes oncológicos: diferenças entre o que é prescrito e administrado. *Nutrición Clínica Dietética e Hospitalaria*, v. 38, p. 31-38, 2018.

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA ASSOCIADA AO ESTADO NUTRICIONAL ENTRE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Dos Santos, Daisy Oliveira, Lima, João Pedro de Souza, De Carvalho, Daniel Fidélis Vieira, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

A prevalência de indivíduos portadores de obesidade vem crescendo anualmente e atualmente é considerado um problema de saúde pública (BARROSO et al., 2017). No Brasil, essa doença crônica aumentou 72% nos últimos treze anos, saindo de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019 (BARROSO et al., 2017).

A obesidade, definida como excesso de gordura corporal, resulta de múltiplos fatores como interação de genes, ambientais, estilos de vida e emocionais, além do desequilíbrio crônico entre ingestão alimentar e gasto energético. Estudos mostram que o desenvolvimento da Obesidade está relacionado ao consumo de alimentos calóricos, ricos em gorduras, açúcares, sódio, o consumo insuficiente de frutas e hortaliças, sedentarismo e redução da atividade física. Já o aumento da adiposidade corporal está associado a alterações vasculares, cardíacas e metabólicas aumentando o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão (BURGO et al., 2014).

A adiposidade corporal excessiva, especialmente a visceral, é um fator de risco importante para a elevação da pressão arterial, que pode ser responsável por 65 a 75% dos casos de hipertensão arterial (BARROSO et al., 2020).

Diante do exposto, a hipertensão trata-se de uma doença crônica não transmissível, cuja característica precípua consiste em níveis pressóricos elevados, produzindo de forma consistente lesão das artérias de grande, médio e pequeno calibre, de forma que os valores que se apresentem iguais ou superiores a 140/90 mmHg são relatados como hipertensão (TOMASI et al., 2020).

Portanto, o objetivo desse trabalho foi verificar a relação da obesidade e a prevalência de hipertensão arterial entre pacientes em acompanhamento nutricional de uma policlínica em Lambari-MG, 2022.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo transversal realizado em 50 pacientes com idade entre 20 e 70 em acompanhamento nutricional do sistema único de saúde localizada em Lambari-MG, com o intuito principal avaliar o estado nutricional consoante a obesidade em relação ao surgimento da Hipertensão Arterial Sistêmica. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa-UNISEPE sob o número do parecer . O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado de forma voluntária pelos participantes, permitindo que os dados sejam utilizados nesta pesquisa.

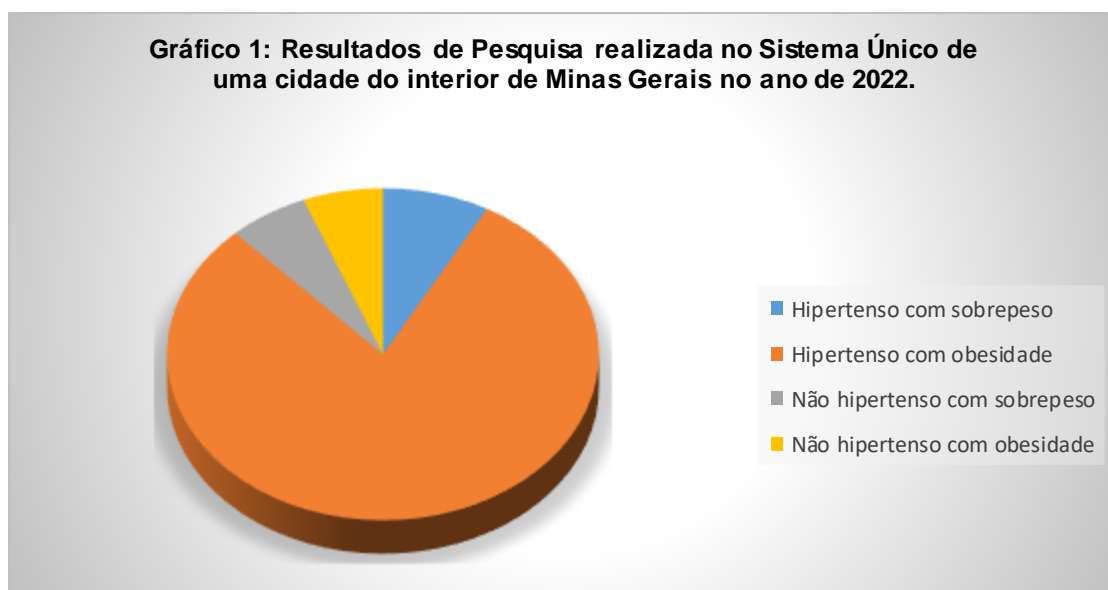
Os dados foram tabulados em uma planilha no *Microsoft Office Excel* 2010 ® e exportados para *STATA Statistical Software* 12® para análise descritiva e possíveis associações, utilizando o qui-quadrado *de Pearson* com um nível de segurança com o valor de $p < 0,00$.

Tabela 1- Resultados de Pesquisa realizada no Sistema Único de uma cidade do interior de Minas Gerais no ano de 2022.

	Hipertenso	Não hipertenso	Total
Sobrepeso	4 (57.14%)	3 (42.86%)	7 (100%)
Obesidade	40 (93.02%)	3 (6.98%)	43 (100%)
Total	44 (88%)	6 (12%)	50 (100%)

Fonte: elaborada pelos autores

Gráfico 1: Resultados de Pesquisa realizada no Sistema Único de uma cidade do interior de Minas Gerais no ano de 2022.



A amostra foi de 50 participantes em acompanhamento nutricional na policlínica de Lambari-MG, obtidos através da consulta e verificado no laudo médico a descrição de sobrepeso, obesidade e hipertensão, diante disso, de 50 participantes, 7 foram apresentados com sobrepeso, e 4 desses pacientes sobrepesos relataram Hipertensão enquanto 3 pacientes não apresentaram Hipertensão. Dos 43 pacientes que apresentaram Obesidade, 40 obesos foram diagnosticados com Hipertensão Arterial, e 3 não apresentaram Hipertensão, resultado este que demonstra o excessivo risco da obesidade para o surgimento da Hipertensão Arterial Sistêmica.

Discussão

No presente estudo, os indicadores de obesidade central apresentaram associação com a hipertensão arterial, observando-se gradiente linear para as respectivas razões de prevalências ajustadas, em ambos os sexos. No estudo realizado por MÁRTIRES et al. (2013), de 250 indivíduos idosos estudados, 43,6% apresentavam sobrepeso e 39,6% obesidade, sendo que 69,6% apresentavam valores de pressão arterial >140/90 mmHg. Outro estudo realizado por DUTRA et al. (2019), mostra que em 629 voluntários a prevalência de hipertensão foi de 31,3%, com obesidade em 26,6%, o foi observado em mais de 50% da amostra em todas as faixas etárias. Estudos feitos por GADENZ e BENVIGNÚ (2013), mostram que A idade avançada, o baixo nível socioeconômico, a baixa escolaridade, são referidos como importantes fatores que influenciam negativamente a HAS em pessoas, sendo um grande agravo para o aumento de

doenças cardiovasculares. O que relaciona a pesquisa feita por, SCHERER e VIEIRA (2010), comprovando que indivíduos com sobrepeso e obesos são mais predisponentes a fatores de risco cardiovascular.

Considerações finais

Os resultados do presente estudo mostram uma alta incidência de hipertensão em indivíduos obesos, demonstrando o expressivo risco de hipertensão na obesidade, reforçando a necessidade de estratégias visando uma maior atenção a esses pacientes, bem como a adoção de atividades de promoção à saúde a esse grupo populacional.

Referências

BARROSO, T. A et al. Associação da obesidade central com a incidência de doenças cardiovasculares e fatores de risco. Revista Internacional de Ciências Cardiovasculares , v. 30, p. 416-424, 2017.

BARROSO, W. K. S et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial–2020. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, p. 516-658, 2021.

BURGOS, P. F. M et al. A obesidade como fator de risco para a hipertensão. Rev Bras Hipertens, v. 21, n. 2, p. 68-74, 2014.

DUTRA, M. T et al. Prevalência De Obesidade E Hipertensão Arterial Em Uma Comunidade Urbana Do Distrito Federal, Brasil. Revista de Atenção à Saúde, v. 17, n. 59, 2019.

GADENZ, S. D; BENVEGNÚ, L. A. Hábitos alimentares na prevenção de doenças cardiovasculares e fatores associados em idosos hipertensos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 3523-3533, 2013.

HAUN, D. R. et al. Razão cintura/estatura comparado a outros indicadores antropométricos de obesidade como preditor de risco coronariano elevado. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 55, p. 705-711, 2009

MÁRTIRES, M. A. R.; COSTA, M. A. M.; SANTOS, C. S. Vilaça. Obesidade em idosos com hipertensão arterial sistêmica. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 22, p. 797-803, 2013.

SAAD, Maria Auxiliadora Nogueira et al. Prevalência de síndrome metabólica em idosos e concordância entre quatro critérios diagnósticos. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 102, p. 263-269, 2014

SCHERER, F; VIEIRA, J. L. da C. Estado nutricional e sua associação com risco cardiovascular e síndrome metabólica em idosos. Revista de nutrição, v. 23, p. 347-355, 2010.

TEIXEIRA, M. E. F et al. Fatores de risco cardiovascular em cardiologistas especialistas pela sociedade brasileira de cardiologia. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 116, p. 774-781, 2021.

TOMASI, E et al. Adequação do cuidado a pessoas com hipertensão arterial no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013 e 2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 31, 2022.

IMPACTOS DA SELETIVIDADE ALIMENTAR EM INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fernandes, Sabrina de Oliveira, Pinto, Larissa Perroni Bustamante, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma irregularidade no desenvolvimento neurológico, que altera o processamento do comportamento social e sensorial dos autistas, em diferentes graus, podendo ser do leve ao severo (PEREIRA e SOLTO, 2019).

Devido ao crescimento exorbitante de indivíduos com TEA é visível que ainda há poucas pesquisas científicas relevantes acerca da alimentação, por ser um espectro com inúmeras classificações. Conseqüentemente, as necessidades de mudanças são visivelmente precisas para entender o porquê da maioria desses indivíduos possuírem seletividade alimentar, mesmo que tais mudanças “possam dar origem a manifestações de angústia ou raiva” (FERRARI, 2012, p.11).

A seletividade alimentar é definida por uma série de comportamentos, na qual “é caracterizada por um consumo alimentar altamente limitado e extrema resistência em experimentar novos alimentos”, tendo em vista que os indivíduos com TEA são atípicos, a seletividade alimentar é reconhecida por expressões de negação, sendo identificadas pela parte sensorial, visual e aromática (PAULA et al., 2020; SAMPAIO et al., 2013).

Posto isso, o nutricionista em relação a seletividade alimentar do autista, deve atentar-se no sentido de fazer um planejamento adequado, com intuito de garantir uma alimentação saudável, com a inclusão de todos os grupos alimentares, afim de diminuir os sintomas gastrointestinais, alergias e recusas (PEREIRA et al., 2021).

O objetivo da atual pesquisa é fornecer um maior entendimento acerca da seletividade alimentar em crianças e adolescentes diagnosticados com TEA.

Material e métodos

Para execução do trabalho, de caráter qualitativo e revisional, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados indexadas Google Scholar, SciElo, livros técnicos, utilizando os seguintes descritores: Transtorno do Espectro Autista, seletividade alimentar, autismo.

Foi estabelecido um limite máximo de 10 anos desde sua publicação, para os artigos selecionados, excluindo-se aqueles de publicação superior a este período.

Resultados e discussão

Normalmente, o transtorno do espectro autista - TEA, origina-se na infância, persistindo em todo decorrer de sua vida. Posto isto, " sua prevalência é maior em meninos, na proporção de 3,5 a 4,0 homens para 1 mulher (VIANA et al., 2020)".

Segundo Kanner, em 1943, o autismo infantil era nomeado como Distúrbio Artístico do Contato Afetivo, por apresentar características precoces específicas em relação as perturbações afetivas, dificuldade de comunicação e linguagem em crianças com o aspecto físico considerado normal, " além disso, os pacientes com TEA podem apresentar uma série de outras comorbidades, dentre as quais: hiperatividade, distúrbios de sono e gastrointestinais, e epilepsia (VIANA et al., 2020)".

Sendo assim, a seletividade alimentar é um comportamento alimentar comum na infância, caracterizado pela tríade recusa, desinteresse e resistência à alimentação. Esses fatores podem impactar negativamente na ingestão de nutrientes da dieta, contribuindo para alterações do estado nutricional infantil (SANTANA e ALVES, 2022).

Vista disso, Rocha et al (2019) em seu estudo constatou que a seletividade alimentar leva ao surgimento de deficiências nutricionais graves, prejudicando o processo de desenvolvimento de crianças com TEA, corroborando com Antoniou et al (2016), que identificou alterações na estatura e no valor do IMC encontrado, pois o estudo aponta que crianças com seletividade são mais predispostas a terem baixo peso.

Apesar disso, a rotina e o manejo familiar durante as refeições é um fator que pode interferir negativamente, considerando que a alta prevalência da seletividade alimentar, é originado devido a textura e o aspecto que o alimento é oferecido para a criança (POSTORINO V et al., 2015; HUBBARD KL et al.,2014). Portanto, o que dificulta esse processo é a escassa orientação para os responsáveis, sobre a efetividade da nutrição no cotidiano dos indivíduos com TEA, posto que "o perfil familiar tem ligação direta com os hábitos alimentares desenvolvidos pela criança, desde o início da vida (ROCHA et al., 2019)".

Posto isto, segundo SEIVERLING et al (2018) a atuação do nutricionista é apresentar os alimentos de diversas formas para criança comer com segurança e ter uma relação agradável com o alimento, afim de que aumente suas escolhas alimentares e não tenha comorbidades por conta da seletividade (PAIVA E GONÇALVES, 2020).

Conclusão / Considerações finais

Conclui-se que a seletividade alimentar é muito recorrente na atualidade e acomete muitos indivíduos com TEA. Embora ainda haja poucos estudos, essa seletividade age diretamente no estado nutricional, no que se torna imprescindível o acompanhamento com nutricionista.

Referências

ANTONIOU, E. E. et al. Picky eating and child weight status development: a longitudinal study. *Journal of Human Nutrition and Dietetics*, 29(3), 298-307, 2016.

FERRARI, P. *Autismo infantil: o que é e como tratar*. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

HUBBARD KL et al. A comparison of food refusal related to characteristics of food in children with autism spectrum disorder and typically developing children. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, 2014.

PAIVA, G. S J.; GONÇALVES, E. C. B. A. Educação nutricional e autismo: qual caminho seguir? / Nutritional education and autism: Which way to go?. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v.8 n.2, p. 98 - 114, 2020.

PAULA, F. M. et al. Transtorno do Espectro do Autismo: impacto no comportamento alimentar. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 5009–5023, 2020.

PEREIRA, A. B. et al. Atuação da equipe multidisciplinar no tratamento do TEA e a importância da intervenção nutricional / The role of the multidisciplinary team in the treatment of TEA and the importance of nutritional intervention. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 9, p. 94448–94462, 2021.

PEREIRA, A. K. M.; SOUTO, V. T. A cor do autismo e sua relevância na representação simbólica de mulheres. *Blucher Design Proceedings. Anais... Em: 9º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO*. Belo Horizonte, Brasil: Editora Blucher, 2019.

POSTORINO V, et al. Clinical differences in children with autism spectrum disorder with and without food selectivity. *Revista Appetite*, 2015.

ROCHA, G. S. S. et al. Análise da seletividade alimentar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 24, p. e538-e538, 2019.

SAMPAIO, A. B. M. et al. Seletividade alimentar: uma abordagem nutricional. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 62, n. 2, p. 164-170, 2013.

SANTANA, P. S.; ALVES, T. C. H. S. Consequências da seletividade alimentar para o estado nutricional na infância: uma revisão narrativa. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e52511125248, 2022.

VIANA, A. C. V. et al. Autismo: uma revisão integrativa. *Revista Saúde Dinâmica*, v. 5, n. 3, p. 1–18, 2020.

INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL

Martins, Amanda Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

As crianças são um grupo populacional altamente vulnerável devido ao rápido crescimento, imaturidade física, neurológica e emocional (LIMA et al., 2011). A vulnerabilidade emocional acarreta um impacto maior diante da persuasão das estratégias de *marketing* na alimentação. A exposição por meio de diferentes meios de comunicação como televisão, redes sociais, eventos de supermercado, dentre outros podem afetar negativamente as preferências alimentares dos mais jovens, uma vez que incentiva o consumo de alimentos não saudáveis, que podem estar associados a efeitos nocivos para a saúde a longo prazo (HARRIS, KALNOVA, 2018; SMITH, KELLY et al., 2019). Estudo mostra que o hábito de assistir televisão leva crianças e adolescentes a adotarem padrões alimentares não saudáveis, pois estão expostos a um grande número de propagandas que podem influenciar as preferências alimentares e o consumo em curto prazo. Além disso, os produtos industrializados contêm altos teores de sódio, açúcar e gordura (LUCCHINI; ENES, 2014).

A literatura sugere que o comportamento alimentar de uma criança é determinado principalmente pela família da qual a criança depende, seguido por outras interações psicossociais e culturais (RAMOS e STEIN, 2000). A publicidade voltada para o público infantil tem o apelo de atrair esses consumidores, persuadindo e ganhando reconhecimento no mundo infantil por meio de brinquedos, personagens e marcas. Por isso, as empresas estão interessadas em produzir formas de aumentar o consumo infantil (CAZZAROLI, 2011).

A nutrição adequada no início da vida é essencial para um crescimento e desenvolvimento saudáveis. O consumo inadequado de nutrientes pode prejudicar o estado nutricional e levar à desnutrição ou sobrepeso/obesidade (PALMEIRA et al., 2011). Dados divulgados pelo Ministério da Saúde, no Brasil, uma em cada três crianças está acima do peso. Entre as várias razões para o aumento da obesidade infantil estão fatores genéticos, sedentarismo, aumento do número de restaurantes e lanchonetes de *fast food*, consumo alimentos com baixo teor nutricional e aumento do tempo que as crianças passam diante de aparelhos eletrônicos (FLORÊNCIO, REIKDAL, 2020). Ao observar pelas aparentes deficiências de determinados nutrientes na introdução alimentar e alimentação das crianças em todo o país, aliadas ao aumento de doenças como a

obesidade infantil, é de extrema importância que estudos nessa área sejam realizados. No intuito de conscientizar e promover mudança nos hábitos alimentares dos brasileiros. Nesse contexto foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a influência da publicidade sobre as escolhas alimentares na infantil, 2022.

Materiais e métodos

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a influência da publicidade na alimentação infantil, de crianças até 14 anos, de ambos os sexos. Os dados foram coletados por meio de buscas eletrônicas na base de dados como: SciELO, PubMed e Google Acadêmico, por meio dos descritores: publicidade infantil, alimentação, criança e produtos industrializados. Para a formulação foram utilizados artigos completos publicados entre 2012 à 2022, disponíveis na base de dados já citada e escritos em português e inglês. Quanto as datas de publicação, não houve discriminação de artigos publicados em diferentes datas e ano, no entanto foram comparadas as informações encontradas em cada material, a fim de certificar a veracidade das informações contidas.

Resultados e discussão

A publicidade direcionada ao público infantil requer algumas considerações, visto que tem sido conivente no momento das escolhas alimentares principalmente voltadas a este público. Um estudo realizado em uma universidade norte-americana constatou que crianças menores de 12 anos assistem em média a 24 horas de televisão semanalmente, além da televisão ser a principal forma de divulgação e comercialização de alimentos para crianças (EMOND et al., 2015).

Dados publicados pela Food and Agriculture Organization (FAO) mostraram que a comercialização de alimentos de alta densidade energética pode ser considerada uma das causas do aumento do sobrepeso e da obesidade infantil (EUROPE, 2020). Existem muitas estratégias de promoção de publicidade de alimentos direcionadas a esses públicos, incluindo nomes, embalagens e seus diversos formatos e funções, logotipos e imagens. Por exemplo, o McDonald's ® uma rede criada na América do Norte. Vista como um "jogo" de *marketing*, a rede associa seus produtos a personagens exclusivos e colecionáveis em forma de brindes para atrair as crianças a comprarem o produto, não pela qualidade nutricional, mas pelo "prêmio, atraindo o

infante de uma forma divertida que estimule a relação emocional da criança com o lanche (VIVARTA, 2013).

O pesquisador Poll (2016) em Santa Cruz do Sul/RS avaliou 69 crianças para analisar o impacto da propaganda nas escolhas alimentares e sobrepeso entre escolares. Constatou-se que 59,42% das crianças avaliadas estavam acima do peso, passavam mais tempo em frente à TV e atribuíam suas escolhas alimentares a personagens animados ou presentes oferecidos junto a um produto alimentício. A situação preocupante é que a exposição das crianças às propagandas de alimentos pode levar a maus hábitos alimentares, por se tratar de um produto mais industrializado disponível no mercado.

Estudo de Prodanov e Cimadon (2017) com crianças localizadas na cidade de Novo Hamburgo/RS mostrou que as crianças aderem aos industrializados devido à influência dos comerciais de TV. Vinte e seis escolares de 7 a 8 anos foram avaliados com os pais e distribuídos questionários de avaliação (estilo de vida, tempo de TV e hábitos alimentares). Dentre diferentes conceitos, a criança é vista como um ser que necessita de cuidados especiais, visando seu melhor desenvolvimento e educação, bem como, sua saúde e segurança, seja esta, moral ou física. Assim, dispõe a Constituição Federal, no artigo 227 sobre o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em um mundo em que a publicidade faz parte do dia-a-dia, a questão de regulamentações e restrições voltadas para o público infantil, se contrapõe à economia de livre mercado, e conseqüentemente, à liberdade de expressão. Porém a questão é muito mais complexa do que parece, pois, as crianças não sabem lidar com a publicidade da mesma forma que um adulto. Com base nisso, o artigo 6º do ECA – Lei 8.069/90, dispõe que: “Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres

individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”

Considerações finais

O presente estudo identificou os efeitos da mídia sobre os hábitos alimentares e estilo de vida das crianças, pois os programas apresentados exibem produtos alimentícios aliados a meios de comunicação atraentes para a faixa etária, como desenhos, músicas e jogos. Na formação de hábitos alimentares saudáveis, é necessário reforçar a importância da educação e conscientização sobre saúde na família e na escola, e oferecer atividades lúdicas para evitar o consumo de alimentos que sejam fonte de gordura e açúcar incentivados pela mídia.

Referências

BRASIL -Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde. 2014.

CAZZAROLI, A. R. Publicidade Infantil: o estímulo ao consumo excessivo de alimentos. *Âmbito Jurídico*, v. 92, p. .-,2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/publicidadeinfantil-o-est%C3%ADmulo-aoconsumo-excessivo-de-alimentos>. Acesso em: 17 out. 2022.

EMOND, J. A; SMITH, M.E; MATHUR, S.J.; SARGENT, J.D.; GILBERT-DIAMOND, D. Children’s Food and Beverage Promotion on Television to Parents. *Pediatrics*. 2015, v.136, n. 6, dezembro 2015.

Europe. Disponível em: <<https://www.fao.org/nutrition/education/food-dietary-guidelines/regions/europe/en/>>. Acesso em: 20 out. 2022

FLORÊNCIO, Letícia, O. REIKDAL, Cleverton. A obesidade como consequência da publicidade de alimentos e a proteção da legislação brasileira ao público infantil. Disponível em: <https://revistaesa.oab-ro.org.br/> Acesso em: 18 out. 2022.

Harris, J., & Kalnova, S. (2018). Food and beverage TV advertising to young children: Measuring exposure and potential impact. *Appetite*, 123, 49-55. doi:10.1016/j.appet.2017.11.110

LUCCHINI, B.G.; ENES, C.C. Influência do Comportamento Sedentário Sobre o Padrão Alimentar de Adolescentes. In: XIX Encontro de Iniciação Científica -Anais do IV Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, 2014, PUC Campinas.

PALMEIRA, P.A. SANTOS, S.M. VIANNA, R.P. Feeding practice among children under 24 months in the semi-arid area of Paraíba, Brazil. *RevNutr*, 24 (2011), pp. 553-563

PASSAMANI, C.; LEONARDI TRISTÃO PACIFICO, G.; PERES LEE, O.; ANDRADE DA ROCHA ORTIZ, J.; DE OLIVEIRA LOPES, F.; COPÊS CESARIO, F. INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE NA ALIMENTAÇÃO INFANTIL. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 10, n. 2, 3 mar. 2020.

PRODANOV, S. S., & CIMADON, H. M. S. A influência da publicidade nos hábitos alimentares de crianças em idade escolar. *Revista Conhecimento Online*, 1, 3-12. 2016.

RAMOS, Maurem, STEIN, Lilian M. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil 2000

Smith, R., Kelly, B., Yeatman, H., & Boyland, E. (2019). Food Marketing Influences Children's Attitudes, Preferences and Consumption: A Systematic Critical Review. *Nutrients*, 11(4), 875. doi:10.3390/nu11040875

VIVARTA, Vett. Saúde em pauta.saúde e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a infância. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/> Acesso em: 18 out. 2022.

OBESIDADE INFANTIL

Gomes, Thais de Souza, Briskiewicz, Bruna Lucas

Introdução

O aumento da prevalência da obesidade infantil tem sido observado na população brasileira, sendo relatado como fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (MIRANDA et al., 2015).

A prevalência elevada de obesidade na infância e na adolescência pode resultar no desenvolvimento precoce de doenças na idade adulta, diminuindo a qualidade de vida e custos elevados em cuidado com a saúde, sendo fator de risco para doenças como diabetes mellitus tipo 2, dislipidemias, síndrome metabólica, hipertensão arterial e eventos clínicos relacionados à aterosclerose, como acidente vascular encefálico e infarto agudo do miocárdio (BANGGIO et al., 2021).

A causa da obesidade é multifatorial e resulta em um equilíbrio entre dispepsia calórica e gasto energético, influenciada por fatores psicológicos e socioeconômicos. A nutrição desempenha um papel fundamental para a qualidade de vida, pois contribui para o bem-estar físico e mental. O momento ideal para aprender bons hábitos é na infância, pois a criança está desenvolvendo sua personalidade e conhecendo o mundo ao seu redor. O melhor momento para começar um estilo de vida saudável é quando a criança é jovem (DOS SANTOS et al., 2014).

Considerando o exposto, o objetivo deste estudo é buscar informações que ajudam a prevenir a obesidade infantil, reduzindo racionalmente a incidência de doenças crônico-degenerativas no futuro.

Materiais e métodos

Para realização do trabalho, foi utilizado o método de pesquisa de revisão bibliográfica de artigos nacionais. Os artigos científicos foram selecionados através das seguintes bases de dados indexadas, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, sendo usado critérios de inclusão artigos publicados em linguagem portuguesa nos últimos 10 anos.

Resultados e discussão

Segundo Melo et al. (2017), a obesidade pode ser definida como uma doença crônica progressiva e recorrente ao acúmulo de gordura no corpo, resultante da ingestão excessiva de calorias, que supera o gasto energético do organismo.

A obesidade pode então resultar de um balanço energético positivo menor que por sua vez resulta num ganho ponderal gradual, mas persistente durante um período considerável (MAGALHÃES e PORTE, 2019).

Uma vez atingindo, os processos fisiológicos tendem a manter este novo peso. Apesar da sua susceptibilidade individual ser evidente, dados epidemiológicos recentes indicam que a causa primária para a obesidade global reside em mudanças ambientais e comportamentais. Portanto, pelo aumento de casos de obesidade em um curto período de tempo, não há ainda a afirmação de que se procede por alterações genéticas (LACERDA et al., 2018).

As crianças de hoje em comparação com as crianças que viviam na década de 1990 estão participando de mais de 6 horas de atividades de mídia social. Isso inclui televisão, videogames e blog/facebook. Uma justificativa econômica adicional para o aumento da obesidade infantil é a tecnologia. Durante a infância, o excesso de gordura se acumula quando o aumento da ingestão calórica excede o gasto total de energia. (MENEZES e VASCONCELOS, 2021).

Segundo SILVA, SILVA e BELARMINO. (2021), nos próximos 10 anos, haverá um excesso de 64 quilos de peso desnecessário. Com a ingestão calórica excessiva e estilos de vida sedentários, a obesidade infantil continuará a aumentar. A adição de atividade física diária, melhores padrões de sono e mudanças na dieta podem ajudar a diminuir o número de calorias em excesso.

Há uma aceitação de que não existe uma causa única para a obesidade infantil e que o desequilíbrio energético é apenas uma parte de vários fatores. Muitas crianças têm uma discrepância entre o que é recebido e o que é gasto, por exemplo, crianças obesas consomem aproximadamente 1.000 calorias a mais do que o necessário para funcionar de forma saudável (NUNES et al., 2019).

Conclusão / Considerações finais

Por meio deste trabalho, foi possível perceber-se que a obesidade infantil é uma doença multicausal, e está fortemente ligada à obesidade na idade adulta, além de ser uma das patologias nutricionais que tem apresentado aumento de prevalência. Outros fatores estão relacionados ao ambiente familiar. Os principais riscos para crianças obesas são: aumento dos níveis de triglicerídeos e colesterol, hipertensão arterial, ortopedia e respiratórias. Fatores psicológicos também se destacam, pois, as crianças obesas são discriminadas e pode sofrer mudanças negativas de personalidade levando a baixa autoestima e depressão. O tratamento da obesidade infantil requer uma equipe multidisciplinar composta por médico, nutricionista, psicólogo e fisioterapeuta. No entanto, a prevenção é o melhor método começa com a amamentação, a introdução de alimentos saudáveis e em quantidades não excessivas após o desmame, bem como o hábito de praticar atividade física desde à infância.

Referências

- BAGGIO, M. A. et al. Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais de saúde e de educação. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 30, 2021.
- DOS SANTOS, F. D. R. et al. Ações de enfermeiros e professores na prevenção e no combate à obesidade infantil. *Rev rene*, v. 15, n. 3, p. 463-470, 2014.
- LACERDA, M. A. G. et al. A influência do marketing de alimentos nas escolhas/hábitos alimentares de crianças. *International Journal of Nutrology*, v. 11, n. 1, 2018.
- MAGALHÃES, H. H. S. R., PORTE, L. H. M. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 25, n. 1, p. 131-144, 2019.
- MELO, V, L. C. et al. Obesidade infantil – impactos psicossociais. *Rev Med Minas Gerais [on line]*, v. 20, n. 3, p. 367-370,2017.
- MENEZES, C. A., VASCONCELOS, R. S. Distanciamento social, risco cardiometabólico e alteração psicossocial em crianças obesas durante a pandemia do COVID-19. *Saúde Coletiva (Barueri)* v. 11, n. 65, p. 5870-5881, 2021.

MIRANDA, J. M. et al., Prevalência de sobrepeso e obesidade infantil em instituições de ensino: públicas vs. Privadas. Rev. Bras. Med. Esporte, p. 2015.

NUNES, C. P. et al. fator emocional na obesidade e transtornos de imagem. Revista de Medicina de Família e Saúde Mental, v. 1, n. 2, 2019.

SILVA, A. J. D.; SILVA, J.P.; BELARMINO, R. N. OBESIDADE INFANTIL. Simpósio, [S.I.], n. 9, fev. 2021.

TERAPIA NUTRICIONAL NO ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Almeida, Joyce Alves, Pinto, Larissa Perroni Bustamante

Introdução

A prevalência de doenças relacionadas ao perfil alimentar tem sido relevante nas últimas décadas, tornando-se um problema de saúde pública reconhecido mundialmente, devido aos padrões com alto consumo de alimentos ricos em açúcares, gorduras saturadas e trans, alta contaminação por agrotóxicos, embutidos, teor elevado de sódio e ultraprocessados. Ao longo dos anos com esse perfil alimentar e a diminuição da ingestão de frutas, verduras e legumes esses pacientes podem vir a manifestar alguns tipos de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) desenvolvidas pelo consumo alimentar inadequado (PIMENTEL et al.; 2016).

Segundo MALTA e SILVA (2013) esse quadro clínico impacta diretamente nos fatores de riscos metabólicos como o excesso de peso/obesidade, pressão arterial elevada, aumento da glicose sanguínea, lipídeos e colesterol, aumentando o risco de diabetes, doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral (AVC), câncer entre outras enfermidades.

Diante do cenário atual relacionado ao aumento da mortalidade proveniente das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs), o Ministério da Saúde implementou o Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil em 2011 e a revisão do Guia Alimentar com objetivo de uma alimentação mais saudável em 2014 (CLARO et al., 2015).

O Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNTs) tem por objetivo promover: o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis baseadas em evidências para a prevenção e o controle das Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNTs) e seus fatores de risco. Este apresenta 12 metas (BRASIL, 2021).

Outra estratégia do Ministério da Saúde foi a criação proposta pela Secretária de Atenção à Saúde (SAS) em 2012, a construção da Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas, correspondente ao terceiro eixo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) que tem como base o cuidado integral, este documento preza os cuidados das pessoas portadoras de doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidados prioritárias para que esse documento sirva como base para

elaboração de projetos e alinhar ações e serviços já disponíveis, pois segundo o próprio documento a falta de sinergia entre o sistema que apresenta muitas fragmentações não tem sido efetivo, uma vez que os dados do aumento da população em estado de risco ou portador de doenças crônicas tem sido gradativo (BRASIL, 2013).

Segundo essas Diretrizes as doenças crônicas se apresentam de maneira indeterminada por múltiplas causas, início gradual e prognóstico incerto podendo gerar incapacidades nos indivíduos. Essas condições clínicas não interferem apenas no estado de saúde do indivíduo e na maior utilização do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também tem grande impacto econômico podendo vir a gerar maior taxa de absenteísmo, aposentadoria por invalidez e óbito do indivíduo economicamente ativo. Assim os objetivos gerais são:

Fomentar a mudança do modelo de atenção à saúde, fortalecendo o cuidado às pessoas com doenças crônicas.

Garantir o cuidado integral as pessoas com doenças crônicas.

Impactar positivamente nos indicadores relacionados as doenças crônicas.

Contribuir para a promoção da saúde da população e prevenir o desenvolvimento das doenças crônicas e suas e suas complicações (BRASIL, 2013).

Diante das evidências qual seria a melhor conduta para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs).

Nas doenças crônicas, o sucesso do tratamento depende fortemente da participação e do envolvimento do usuário enquanto sujeito ativo de seu tratamento. Uma atitude de autocuidado que leve a estilos e práticas de vida mais saudáveis, assim como a adesão ao tratamento, não depende apenas de uma prescrição profissional, mas de uma conscientização do usuário sobre sua condição de saúde e a relação dela com suas práticas (BRASIL, 2013).

Segundo Gonçalves et al; (2019) a mudança no estilo de vida e adequação nutricional permanente e regular buscando preconizar e incentivar o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados é de extrema importância para a condição patológica do paciente.

O incentivo para que o paciente se torne fisicamente ativo, exclusão do uso de álcool e tabagismo também deve ser incluso, outro aspecto é a individualidade e integralidade do paciente prezando a atenção plena a comorbidade desenvolvida (MALTA et al; 2015).

Foi realizado uma revisão bibliográfica com finalidade de analisar e revisar discussões sobre os fatores de riscos associados as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs).

Foram selecionados artigos originais, artigos de revisão e artigos de pesquisas também cartilhas desenvolvidas pelos autores citados, em língua portuguesa, do ano de 2012 a 2022, tendo como base os seguintes descritores: doenças Crônicas não transmissíveis (DCNTs), alimentação saudável, prevenção de doenças, obesidade, alimentos anti-inflamatórios, dieta, consumo alimentar, comorbidades. Os artigos de revisão e originais foram extraídos de base de dados indexadas como, Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, podendo ser acrescentados mais artigos durante a realização do projeto.

Os critérios de exclusão para essa revisão foram: artigos com mais de 12 anos e língua estrangeira.

Com base nos resultados de PIMENTEL et al; 2016, verificou-se que a inadequação em nutrientes e excesso de produtos ultraprocessados podem ser causadores de possíveis Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) também sugere a reflexão sobre o papel dos nutrientes na promoção e prevenção da saúde.

É de comum acordo entre os estudos correlacionados que Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) tem tido um aumento expressivo mundialmente nas últimas décadas refletindo efeitos negativos do processo de globalização (MALTA, 2013).

Consta ainda que a maior parte da população em estado de risco ou desenvolvimento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) possuem desigualdades sociais, diferenças no acesso aos bens e aos serviços, baixa escolaridade e desigualdade no acesso à informação (BRASIL, 2013).

Assim buscando a inclusão efetiva desse população BRASIL, 2020 revisa um documento que busca o enfrentamento das doenças crônicas com o intuito de promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas efetivas, integradas, sustentáveis e baseadas em evidências para a prevenção e o controle das Doenças Crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco (BRASIL, 2020).

Como podemos observar nos resultados de CLARO et al; 2013 o consumo de alguns alimentos citados contrapõe BRASIL, 2013 uma vez que são alimentos com custos mais elevados que a população menos favorecida deveria encontrar mais dificuldades financeiras em adquirir pois são: carne, leite, refrigerante e doce apresentados na tabela 1 Prevalência (%) dos indicadores de alimentação não saudável entre adultos (>18 anos;n=60.202) segundo variáveis sociodemográficas- Pesquisa Nacional de Saúde. Brasil, 2013. Porém o estudo detecta que

indivíduos com menos instrução oferece mais riscos para doenças crônicas citado também por BRASIL, 2013.

Segundo GONÇALVES et al; 2019 o auto-cuidado de pessoas portadoras de Doenças Crônicas não Transmissíveis, proporciona uma melhor autonomia e qualidade de vida para esta população evidência citada por BRASIL, 2013 também sugere a alimentação adequada, saudável e equilibrada preconizando alimentos in natura ou minimamente processados assim como PIMENTEL et al; 2016 o mesmo artigo ressalta a diminuição de ultraprocessados visando educar e orientar os leitores da cartilha com a mesma iniciativa do BRASIL, 2020.

Assim as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs) tornaram-se um problema de saúde pública, impactando a economia e o Sistema Único de Saúde (SUS). Diante desse aspecto para que aja a prevenção e manutenção o Ministério da Saúde desenvolve planos e campanhas para o enfrentamento das mesmas.

Porém evidências apontam que as tentativas de frear o crescimento desordenado das Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNTs) não tem sido efetivo. De maneira que a falta de comprometimento do paciente com o tratamento, falta de conhecimento e a fragmentação do Sistema Único de Saúde (SUS) prejudicam o desempenho da equipe multidisciplinar que deveriam atuar de forma efetiva, integrada e sustentável.

Em contraparte ao Sistema Único de Saúde (SUS) a medicina preventiva tem ganho espaço, pois as evidências apontam a prevenção como um estilo de vida onde o tratamento começa em casa porém não é razoável financeiramente para grande parte da população atingida.

Diante dos fatos faz sentido que o Sistema Único de Saúde (SUS) busque adequar sua conduta pois a maioria da população atingida é a população carente, também fomentar campanhas, palestras, orientações e entrosamento efetivo da equipe multidisciplinar para que se torne um estilo de vida composto por alimentação equilibrada, ativo fisicamente, excluído de vícios e desenvolvido emocionalmente.

Infelizmente a população ainda não possui entendimento sobre a realidade do perfil das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs), a importância da adequação alimentar, ser ativo fisicamente, excluído de vícios e buscar o equilíbrio emocional esses fatores tem extrema importância na promoção e prevenção à saúde uma vez que o corpo desenvolve as patologias de maneira silenciosa e quando o paciente busca ajuda já não é possível reverter os danos causados. Assim a informação, conscientização, autocuidado, individualidade, prevenção e

tratamento humanizado seria a opção mais adequada para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNTs).

Referências

PIMENTAL K. S.C. et al. Características nutricionais e fator inflamatório das dietas usadas por pacientes em terapia renal substitutiva. *Braspen J* 2016: 31 (3): 208-12.

MALTA, DEBORAH CARVALHO; SILVA JR, Jarbas Barbosa da. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.22, n.1, p. 151-164, mar. 2013.

CLARO, RAFAEL MOREIRA. et al. Consumo de alimentos não saudáveis relacionados a doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013: *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.24, n.2, p.257-265, abr.- jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretária de Vigilância Sanitária, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil-2021-2030. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretária de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Diretrizes para o cuidado de pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde nas linhas de cuidado prioritárias, Brasília 2013.

GONÇALVES, CRISTIANA FAGUNDES.et al. Cartilha de cuidados de enfermagem ao adulto com Doenças Crônicas não Transmissíveis: Cartilha de orientações a qualidade de vida ao adulto com doenças crônicas não transmissíveis, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MALTA, DEBORAH CARVALHO. et al. Prevalência de fatores de risco e proteção para doenças crônicas não transmissíveis em adultos residentes em capitais brasileiras, 2013, *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.24, n.3, p. 373-387, jul-set 2015.

USO DE PROBIÓTICOS NO TRATAMENTO DA DOENÇA CELÍACA

Mota, Thainá da Silva; Evangelista, Vanessa Patrícia Ferreira e Pinto, Larissa Perroni Bustamante

Introdução

As doenças autoimunes (DAI) são um grupo de doenças heterogênicas, cuja causas não são totalmente estabelecidas, elas correspondem a um conjunto de manifestações ligadas a alterações do sistema imunitário, em que ocorre uma falha em manter a tolerância as próprias moléculas. Algumas DAI afetam um único órgão, por exemplo, a tireoidite de Hashimoto e outras atravessam diversos órgão envolvendo vários sistemas, como é o caso dos lúpus eritematosos sistêmicos (LES) (BOLON, 2012).

Dentre essas doenças, destaca-se a doença celíaca, de caráter autoimune, considerada uma doença crônica do intestino delgado, com característica inflamatória das mucosas, induzindo à atrofia das vilosidades intestinais e conseqüentemente, à má absorção, além de um grande número de manifestações clínicas, sendo motivada pela exposição ao glúten em indivíduos predispostos geneticamente (CAMPOS et al., 2018).

Recentemente, a associação entre a microbiota intestinal e as respostas imunes sistêmicas, inclusive às autoimunes, atraiu uma atenção em relação à patogênese das doenças autoimunes. Alguns estudiosos destacaram de maneira conclusiva que a microbiota intestinal trata-se de um fator de suma importância e pode influenciar os componentes celulares e humorais do sistema imune intestinal, reduzindo as inflamações crônicas (FARIAS et al., 2021).

A má alimentação pode impactar negativamente na composição da microbiota, causando um desequilíbrio entre colônias de bactérias, podendo levar a uma disbiose intestinal e a um processo de inflamação e conseqüentemente, ao desenvolvimento de doenças autoimunes. Portanto, a dieta é um dos fatores que influenciam diretamente na composição da microbiota intestinal (SINGH et al., 2017). Logo, a alimentação saudável ajuda a reduzir processos inflamatórios, seja prevenindo o surgimento de doenças autoimunes e/ou auxiliando no tratamento.

Neste contexto, sabe-se que a microbiota está relacionada com o sistema imunológico, sendo necessário entender como a relação entre a dieta alimentar e a microbiota intestinal pode

auxiliar no tratamento paliativo ou preventivo da manifestação. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é verificar o uso de probióticos no tratamento na doença celíaca.

Materiais e Métodos

Para a realização deste estudo optou-se por uma pesquisa na modalidade de revisão integrativa de literatura, utilizando como fontes: livros e artigos científicos, cuja pesquisa foi realizada nas bases de dados indexadas, Google Scholar, The Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, tendo como descritores: doenças autoimunes, nutrição, microbiota intestinal, tolerância imunológica, doença celíaca e probióticos. Foram incluídas publicações entre 2012 e 2022 na língua inglesa e portuguesa. Para a seleção dos artigos, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e introdução dos artigos. Foram excluídos artigos que não se adequaram à proposta do trabalho.

Resultados e discussão

Uma das abordagens para se manter ou restaurar o equilíbrio imunológico e prevenir ou tratar doenças é pelo uso de probióticos, e essas evidências científicas vêm surgindo lentamente. Dargahi et al (2019) demonstram em seu trabalho que os probióticos alteram respostas imunes e também aumentam a tolerância em modelos animais e humanos. Tais achados concordam com os estudos Olivares et al (2014), que sugerem alguns efeitos positivos na administração de probióticos para tratamento da doença celíaca, em diversos fatores, sendo uma parte relacionada à alteração da microbiota intestinal e a melhoria da inflamação por meio da redução de citocinas inflamatórias e do efeito modulador.

Um estudo duplo-cego, randomizado e controlado por placebo realizado por Olivares et al (2014) com trinta e três crianças que receberam uma cápsula contendo *Bifidobacterium longum* CECT 7347 10⁹ UFC por 3 meses, em que se observou-se uma neutralização no desequilíbrio da microbiota intestinal em crianças com doença celíaca em dieta livre de glúten.

Esse mesmo estudo também avaliou outros critérios relacionados à patogênese da doença celíaca e à administração do probióticos e foi analisada uma diminuição significativa nos linfócitos T HLA-DR+ e linfócitos T(CD3+) o que pode sugerir que, o uso do probióticos pode colaborar para uma progresso do estado inflamatório correlacionado à fase ativa da doença, que é

caracterizada pelo desenvolvimento da ativação das células T, induzindo a um processo inflamatório com aumento na fabricação das citocinas pró-inflamatórias (OLIVARES et al., 2014).

Corroborando com o estudo de Olivares et al (2014), o pesquisador Quagliariello et al (2016) após a administração de 3 meses do probióticos *Bifidobacterium breve* (B632 e BR03) juntamente a uma dieta livre de glúten, demonstrou uma mudança considerável da microbiota de indivíduos com a doença celíaca, restaurando alguns micro-organismos, ficando semelhante à microbiota de indivíduos saudáveis.

Foram encontrados resultado significativo com o uso de probióticos na melhora na composição da microbiota intestinal e marcadores inflamatórios aos portadores de doença celíaca.

Conclusão / Considerações finais

Esta revisão reuniu evidências sobre a eficácia do uso de probióticos no tratamento de doenças celíaca, onde conclui-se que o sistema imunológico está intimamente ligado com a microbiota intestinal, sendo a dieta e o uso de probióticos, os fatores principais que pode trazer uma harmonização intestinal aos indivíduos. Por fim, se faz necessária a realização de mais estudos, com um tempo maior de tratamento e uma avaliação mais eficaz.

Referências

BOLON, B. Cellular and molecular mechanisms of autoimmune disease. *Toxicological pathology*, v. 40, n. 2, p. 216-229, 2012.

CAMPOS, C, G, P. Doença Celíaca e o conhecimento dos profissionais de saúde da atenção primária. *Revista Escola da Saúde*. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/90/27>. Acesso em 17 out 2022.

DARGAHI, N. et al. Immunomodulatory effects of probiotics: Can they be used to treat allergies and autoimmune diseases? *Maturitas*, v. 119, p. 25–38, 2019.

DE OLIVEIRA FARIAS, A; DE MELO, A. C.; DE VENDAS FERREIRA, J.C. A importância da alimentação saudável para os casos de doença autoimune. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 12, pág. e233101220452-e233101220452, 2021.

OLIVARES, M.; CASTILLEJO, G.; VAREA, V.; SANZ, Y. Double-blind, randomised, placebo-controlled intervention trial to evaluate the effects of Bifidobacterium longum CECT 7347 in children with newly diagnosed coeliac disease. *British journal of nutrition*, v.112, n. 1, p. 30-40, 2014.

QUAGLIARIELLO, A.; ALOISIO, I.; BOZZI, C. N.; LUISELLI, D. et al. Effect of Bifidobacterium breve on the Intestinal Microbiota of Coeliac Children on a Gluten Free Diet: a Pilot Study. *Nutrients*, v.8, n. 10, 2016.

SINGH, Rasnik K. et al. Influence of diet on the gut microbiome and implications for human health. *Journal of translational medicine*, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2017. acesso em 17 out 2022.

VOJDANI, A. A potential link between environmental triggers and autoimmunity. *Autoimmune diseases*, v. 2014.



PSICOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DA PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA PARA A APOSENTADORIA NA MANUTENÇÃO DA SAÚDE MENTAL

RODRIGUES, Lais Mota, SANTOS, Flávia Luciano

Introdução

Concebe-se o trabalho como definidor de características fundamentais da identidade pessoal do sujeito, tais como noções de estima e produtividade (SCORSOLINI-COMIN *et al.* 2019), além do estabelecimento de rotina, metas e aspirações e a construção de vínculos basais à vida social (ALVARENGA *et al.* 2009). Baseando-se nisso, entende-se a aposentadoria como um luto pelas diversas perdas acarretadas pela saída definitiva do ambiente laboral, incluindo partes importantes da identidade pessoal (SCORSOLINI-COMIN *et al.*, 2019) e o enfraquecimento e empobrecimento das relações sociais (ZANELLI, 2012). A internalização dos estigmas de inutilidade e improdutividade (GVOZD *et al.*, 2015) e a dificuldade em elencar outras atividades prazerosas que não o ofício (COSTA & SOARES, 2009) também apresentam-se como empecilhos inerentes ao processo. Por isso, a vivência de um mundo de não trabalho pode ser dolorosa àqueles que não desenvolveram uma boa capacidade de enfrentamento (ZANELLI, 2012) – o que pode afetar a saúde mental em diferentes graus, pois sua manutenção está ligada, principalmente, à utilização das próprias habilidades para manter-se funcional diante das adversidades (OMS, 2022).

Diante do supracitado entende-se a necessidade de preparar o sujeito para a aposentadoria (GVOZD *et al.*, 2015). Para tal, projetos como os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) e as Intervenções Breves (IB), que divergem entre si no tempo de duração, têm como intuito proporcionar uma ressignificação da aposentadoria e dos estigmas a ela associados, além de informar sobre seus requisitos principais e tornar fático o seu planejamento (OLIVEIRA *et al.* 2021), proporcionando uma vivência mais fluida e realista desta. Dito isso, este trabalho propõe uma reflexão teórica acerca da necessária preparação psicológica para a aposentadoria e sua relevância à manutenção da saúde mental daquele que se aposenta, vistas as dificuldades acarretadas pelo processo.

Materiais e métodos

Para a construção do presente trabalho foi realizada uma revisão narrativa acerca do tema, que consiste na utilização de publicações que atendam ao propósito de embasar teoricamente a pesquisa (ROTHER, 2007).

Resultados e discussão

No que diz respeito à relevância da preparação psicológica para a aposentadoria na manutenção da saúde mental, constata-se como principal resultado, em ambas as modalidades de projeto de preparação para a aposentadoria – Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA) e Intervenções Breves (IB) – a resignificação do processo pelos participantes e, como consequência, uma visão mais otimista deste (RODRIGUES *et al.*, 2005).

No entanto, mesmo apesar de sua previsão legal (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003), a implantação dos projetos de preparação para a aposentadoria em ambiente organizacional ainda é pouco expressiva: apenas 23% das organizações incluem os PPA em suas iniciativas para manutenção da saúde mental dos funcionários (PAZZIM & MARIN, 2016). As razões disso são diversas, mas destacam-se, principalmente, o desconhecimento dos trabalhadores acerca de seus direitos, a falta de profissionais nas instituições que estejam capacitados a coordenar as intervenções, o pouco apoio e iniciativa das empresas com relação à implantação destes projetos e, até mesmo, a falta de publicações que os avaliem (SCORSOLINI-COMIN & MARIN, 2021) – segundo OLIVEIRA *et al.* (2021) os estudos sobre a aposentadoria foram desenvolvidos, majoritariamente, a partir dos anos 80, o que mostra uma literatura relativamente recente acerca do tema.

Considerações finais

O trabalho é compreendido como parte fundamental na construção da identidade pessoal (ALVARENGA *et al.*, 2009). Dito isso, entendem-se as dificuldades relacionadas à saída definitiva do ambiente laboral como advindas, principalmente, de estigmas internalizados que refletem as ideologias do capitalismo e influenciam a percepção da realidade do sujeito antes mesmo de iniciado o processo de aposentadoria (GVOZD *et al.*, 2015). A percepção dolorosa de um mundo de não trabalho (PANOZZO & MONTEIRO, 2013), a vivência enlutada da aposentadoria devido às perdas a ela relacionadas (SCORSOLINI-COMIN *et al.*, 2019) e a dificuldade em conceber outras atividades prazerosas ao longo da vida que não relacionadas ao ofício (RODRIGUES *et al.*, 2005) afetam negativamente a saúde mental do indivíduo (FRANÇA & MURTA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2021), visto que influenciam de forma direta a capacidade de enfrentamento do sujeito frente à situação à qual se insere (OMS, 2022). Portanto, a preparação para a aposentadoria mostra-se

fundamental para que os funcionários consigam se desvincular da melhor maneira possível de seus empregos (SCORSOLINI-COMIN *et al.*, 2019).

Apesar de apresentar metodologia eficaz e previsão legal (BRASIL, 1994; BRASIL, 2003), a implantação dos projetos de preparação para a aposentadoria em ambiente organizacional ainda é pouco expressiva (PAZZIM & MARIN, 2016). Para tal, percebe-se a necessidade da conscientização da população geral acerca da existência e obrigatoriedade no oferecimento destes programas por parte das empresas, além de maior iniciativa e apoio institucional para sua inclusão em programas de manutenção da saúde mental a serem oferecidos aos funcionários (SCORSOLINI-COMIN & MARIN, 2021). Além disso, faz-se necessário maior engajamento dos profissionais da psicologia para tais intervenções, visto que a possibilidade de proporcionar a preparação psicológica para a aposentadoria se estende além da área organizacional, podendo ser realizada por profissionais da área clínica e de saúde pública a fim de reduzir os hiatos deixados pelas instituições (FRANÇA & MURTA, 2018).

Referências

ALVARENGA, Líria Núbia *et al* (2009). Repercussão da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 796-802.

BRASIL, Lei nº 10741 de 1º de Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

BRASIL, Lei nº 8842, de 04 de Janeiro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

COSTA, Aline Bogoni; SOARES, Dulce Helena Penna (2009). Orientação Psicológica para a Aposentadoria. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 97-108.

CUNHA, Natalí Andrade da; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; MARIN, Raquel Cornélio (2021). Intervenções psicológicas no processo de aposentadoria: revisão integrativa da literatura brasileira. *Revista Psicologia e Saúde*, 03-18.

GVOZD, Raquel *et al* (2015). IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA EM INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA. *Revista de Enfermagem UFPE On-Line*, 994-1000.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini (2014). Fatores de risco e de proteção na adaptação à aposentadoria. *Psicologia Argumento*, 33-43.

OLIVEIRA, Isabel Cristine *et al* (2021). Preparação para aposentadoria de docentes universitários: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 1-11.

OMS (2022). Mental health: strengthening our response. Disponível em <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-out-response>>. Acesso em: 11 de setembro de 2022.

PANOZZO, Eliana Andrade Lima; MONTEIRO, Janine Kieling (2013). Aposentadoria e saúde mental: uma revisão de literatura. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 199-209.

PAZZIM, Tanise Amália; MARIN, Ângela (2016). Programas de Preparação para Aposentadoria: Revisão sistemática da literatura nacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 91-101.

RODRIGUES, Milena *et al.* (2005). A Preparação para a Aposentadoria: O Papel do Psicólogo frente a essa Questão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 53 - 62.

ROTHER, Edna Terezinha (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio *et al.* (2019). Adoecimento e Aposentadoria: Relato de Uma Experiência Profissional em Aconselhamento Psicológico. *Revista Psicologia e Saúde*, 83-98.

ZANELLI, José Carlos (2012). Processos Psicossociais, Bem-Estar e Estresse na Aposentadoria. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 329-340.

A OBRA DE PROUST À LUZ DA PSICANÁLISE

Figueiredo, Paulo Filipe; Ajala, Fernando; Orientador: Ferreira Penha, Lúcio

Introdução

O presente artigo visa estabelecer uma conexão entre a principal série de romances “Em Busca do Temporo Perdido” do escritor francês Marcel Proust e os conceitos psicanalíticos fundados por Sigmund Freud: O sonho, o inconsciente e o complexo de Édipo.

Materiais e métodos

Revisão bibliográfica. Consistindo na pesquisa do principal material bibliográfico existente sobre o tema.

Palavras-chave: literatura, psicanálise, psicologia.

Resultado e discussão

Os temas da obra Proustiana

Ao ser questionado sobre as declarações acerca do autor-fundador do Novo Romance francês Alain-Robbe Grillet, de que ele rompia com tendências psicológicas, o famoso escritor de “Lolita” Vladimir Nabokov considerou tal afirmação “*ridícula*”, e mais tarde pontuou: “(...) *Todo romancista de qualquer valor é um romancista psicológico*” (Nabokov, *Strong Opinions*, 1990). Decerto, a natureza da ficção é profundamente psicológica, ela tem a capacidade de deslindar potências e estados psíquicos, de analisar as experiências humanas, suas inquietações, medos, anseios, e mesmo retratar o desfiguramento da sanidade.

Nesse sentido, a obra de Marcel Proust é caracterizada por tonalidades psicológicas, firmada num compromisso com a estética e vigor literário, a forma intensamente poética da narrativa Proustiana é translúcida, e mesmo que cronológica, permitia uma abertura para digressões líricas como um poema em prosa extenso, retratando um painel de burgueses da Belle Époque francesa, toda a efervescência cultural do período e sua decadência com o início da primeira guerra. Proust foi um dos primeiros a registrar o ciúme como parte essencial do objeto de amor, e não um sentimento que traria um personagem à sua derrocada. Com efeito, inaugurou também a ideia de transformação do “eu”, a exemplo, o personagem Swann não entende o tormento que padece por ter se apaixonado por Odette, da qual não se identifica, precisamente porque ele deixou de ser o

Swann que a desejava e a idealizava. A subjetividade a qual ele se encontrava se deslocou para outros recônditos. Por essa perspectiva, há o herói do livro que também passa por uma miríade de mudanças antes de se tornar o escritor que decide narrar a própria vida.

O tema que é força motriz em “Em Busca do Tempo Perdido” de Proust é a memória e o vínculo irremovível que o narrador-protagonista possui a respeito dela. Em uma das mais emblemáticas cenas do primeiro volume “No caminho de Swann”, o narrador-protagonista é arrebatado por uma epifania ao simplesmente comer um biscoito chamado madelaine mergulhado no chá servido por sua mãe, Proust escreve sobre uma espécie de memória que não pode ser evocada voluntariamente e que escapa do domínio da inteligência: “a memória involuntária”, tal conceito já foi iniciado dentro da literatura pelo poeta Charles Baudelaire em suas reflexões críticas sobre o tempo, havia invocado entre 1859 - 1860 a ideia de modernidade - *A modernidade é o transitório, o fugidivo, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável*, (Bagolin, O Pintor da vida moderna, 2011) a partir do século XX artistas e filósofos modernos como Proust e Henri Bergson tentavam entender a memória por um outro prisma, subvertendo a concepção linear e homogênea do tempo.

O conceito de memória para Proust é uma criação mais lírica das formulações sobre experiência e tempo de Bergson, hoje um filósofo que declinou num esquecimento, porém em sua época, revolucionou a tradição continental da metafísica contrastando com o positivismo. Bergson articulou sobre a memória em uma perspectiva mais ampla, reforçando que há o tempo mensurável, do relógio, em que atua a ciência, e o tempo psicológico, – a duração, constituído pelas vivências de estados da alma e impressões, uma continuidade indivisível, uma evolução absolutamente criadora, “*certamente há um presente ideal, puramente concebido, limite indivisível que separa o passado do futuro. Mas o presente real, - concreto, vivido aquele a que me refiro quando falo da minha percepção presente, este ocupa necessariamente uma duração*” (Bergson, Matéria e Memória, 2010)

Proust tece meditações sobre a condição da mente sob domínio do tempo e da memória também no segundo volume “À Sombra das Raparigas em Flor”

"(...)porque, admitindo que recuperava por um instante o discernimento do presente, tal não me devolveria o domínio do passado e a previsão do futuro. A minha imaginação não era capaz de ir até ao tempo longínquo em que poderia ter a ideia de me deitar e a necessidade do sono"

"Muitas vezes(já que nossa vida é tão pouco cronológica, com tantos anacronismos a interferirem na sequência dos dias), eu vivia nesses dias, mais antigos que a véspera ou que a antevéspera, em que amava Gilberte (Proust, À Sombra das Raparigas em Flor, 2016)

O tempo para o escritor é um mergulho numa noção não-espacializada, fugindo das convenções mecânicas de sequência linear de eventos, o que importa é sempre o que é rememorado, não o fato em si.

O universo ficcional Proustiano é um panorâma rico de personagens solitários, o autor examina os desejos e as complexidades de estar imerso numa vida interior isolada, em que somente a arte, um segundo elemento-chave para desbravar o romance, poderia oferecer alento. Muitos dos personagens possuem um envolvimento ou outro com a arte, o autor sempre emprega analogias invocando a presença de pinturas, esculturas e escritores populares. A filosofia do autor francês parte do pressuposto de que arte é mais "real" do que a própria vida em que ela se baseia.

A relação entre Proust e Freud

Embora não exista indícios de que Proust tivesse contato com a obra de Freud, é possível traçar paralelos entre os principais conceitos de sua catedral "À la recherche du temps perdu" e a psicanálise. Enquanto o autor francês despia o amor romântico de sua ilusão maior: a "importância do objeto do amor" nas várias páginas que compõe À la recherche, Freud retornava aos mitos de Édipo e Narciso para ilustrar os conceitos psicológicos da motivação, caráter e personalidade.

Há uma frase capital de Freud em sua correspondência com Eduard Silberstein que manifesta uma gratidão para com o cânone da literatura e filosofia que pode acrescentar ainda mais compreensão: *"Os poetas e filósofos descobriram antes de mim o inconsciente; o que eu descobri foi o método científico pelo qual o inconsciente pode ser estudado"* (Holanda, Os Manuscritos Literários: Memória em Processo, 2017) Portanto, é imprescindível explicitar que a literatura e a psicanálise concentram em si uma mesma base e constituição. Proust apresenta o mesmo enraizamento do fundador da psicanálise vienense, o pai de Proust, Adrien Proust, tal como

Freud, assistiu às aulas de Jean Charcot na Escola de Medicina de Paris, eminente clínica neurológica da modernidade; ambos também enfatizam o método de associação livre para que memórias emergam (Tadié, O Lago Desconhecido – Entre Proust e Freud, 2017), o sonho também é um fenômeno substancial pela qual Freud teorizou como material do inconsciente, Proust, por seu turno, trabalhou o sonho como um receptáculo de sensações, onde os personagens entram em comunhão com seu universo interior. Em um episódio da segunda parte de “No caminho de Swann”, Charles Swann sonha que se despede de um jovem em prantos, tal sonho o perturba *“Swann procurava convencê-lo a partir na sua companhia. O trem já se movimentava, a ansiedade despertou-o, e ele se lembrou de que não ia partir, de que veria Odette naquela noite, no dia seguinte e quase diariamente. Então, ainda abalado com o sonho, abençoou as circunstâncias particulares que o tornavam independente.”*(Proust, No Caminho de Swann, 2016) O sonho é um processo da alma pela qual o escritor pretende esquadrihar as urgências e os sentimentos dos personagens, assim como sugerir uma espécie de prenúncio.

Em “À Sombra das Raparigas em Flor”, o narrador tenta interpretar seu sonho *“se não fora um sonho que tive, no qual sucedeu que um amigo meu, para mim desconhecido no entanto, era muito falso no seu procedimento comigo e imaginava que eu fazia o mesmo com ele. Despertou-me de súbito a dor que me causou o sonho e, ao ver que continuava, refleti sobre o que havia sonhado, tentei recordar qual era aquele amigo e cujo nome, espanhol, me era agora indiscernível. Fazendo ao mesmo tempo os papéis do Faraó e de José, pus-me a interpretar meu sonho. Não ignorava eu que em muitos sonhos não se deve fazer caso da aparência das pessoas, que podem estar disfarçadas e haver mudado de rosto, como esses santos mutilados das catedrais, que arqueólogos ignorantes recompuseram, colocando nos ombros de um a cabeça de outro e confundindo atributos e nomes. Os nomes que adotam as pessoas em sonhos podem induzir-nos a erros. Deve reconhecer-se a criatura amada tão só pela intensidade da dor que sentimos. E a minha dor me disse que, embora convertida durante o sonho em rapaz, a pessoa cuja recente falsidade me fazia pensar era Gilberte.”* (Proust, À Sombra das Raparigas em Flor, 2016)

O sonho para Proust e Freud possui um substrato simbólico e está ligado intimamente com o inconsciente, da qual o romancista francês denominou como um poético “lago desconhecido” *onde vivem expressões sem relação com o pensamento e por isso mesmo o revelam. Esse lago desconhecido é uma imagem magnífica do inconsciente que se comunica com todas as águas de*

Em Busca do Tempo Perdido, desde Vivonne até o mar em Balbec. (Tadié, O Lago Desconhecido – Entre Proust e Freud, 2017). Se legitimando como um desenlace de recordações, suspensões e associações que não podem aflorar à superfície, que permaneceriam numa instância subjacente das atividades da própria psiquê. Em um paralelo a Freud, os sonhos desempenhariam inúmeras funções do pré-inconsciente e inconsciente, uma realidade sensorial que nas palavras do vienense “*sonho parece ser uma reação a tudo o que está simultaneamente presente na mente adormecida com material correntemente ativo. Tomando como base a análise que conduzimos até aqui, vemos o material dos sonhos como uma coletânea de resíduos psíquicos e traços mnêmnicos*”(Freud, A Interpretação Dos Sonhos, 2018).

A ficção proustiana hoje referenciada como uma catedral (sendo Proust um admirador confesso de catedrais, pensou os romances como uma arquitetura monumental construída tijolo por tijolo) também enquadró o tema do inconsciente. Há dezenas de episódios onde há interpenetração numa realidade íntima cheia de conflitos do narrador. “*As recorrências de Em busca do tempo perdido são muito mais numerosas do que no corpus romanesco da época. A frequência das palavras ‘inconsciente’, ‘inconscientemente’, e ‘subconsciente’ mostra que para Proust, como para Freud, é o inconsciente que nos conduz. É por isso que em nossa conduta tudo está para ser decifrado, traduzido, interpretado(...)* Além disso as provas da existência do inconsciente dadas por Freud por exemplo em *Metapsicologia*, são os signos que Proust reproduz, descreve, interpreta: atos falhos, lapsos, sonhos, recordações. (Tadié, O Lago Desconhecido – Entre Proust e Freud, 2017). Como os romances podem ser descritos como romances sobre a subjetividade humana, em que a exploração das próprias experiências do narrador mobiliza sua redenção através da arte, todo o aspecto do inconsciente que serve para infligir dúvidas e angústias sobre os personagens se mostra um recurso muito eficiente em termos literários.

O complexo de Édipo, de extrema importância no corpo teórico freudiano, em que dissemina a ideia do desejo infantil de ser o objeto privilegiado da mãe, e se opor a figura do pai. Proust traça contornos de um complexo edipiano ainda no primeiro volume, o narrador em sua tenra infância deseja ardorosamente um beijo da mãe, e confronta um enorme sofrimento com a possibilidade de não gozar desse beijo, um gesto que poderia talhar um significado em um desenvolvimento psicosssexual típico infantil na visão freudiana – *lembramos que Freud nomeará a boca como uma das zonas erógenas do corpo, isto é, zonas nas quais a sexualidade é mais sensível* – “*encontra-*

se à flor da pele”. Portanto, enquanto o vienense Sigmund Freud nos falará a respeito da sexualidade infantil e seus efeitos no inconsciente, o francês Marcel Proust dissertará, em seu romance, acerca da sexualidade infantil e seus atravessamentos. Além, claro, de outras questões que não nos cabe enumerar neste breve artigo. Além do mais, abrimos um “parêntese”, nesse momento da escrita, para sublinhar que como dito nas páginas acima, o enriquecimento entre psicanálise e literatura foi farto e mútuo, logo, Proust não foi o único a ser influenciado e, quiçá, influenciar a psicanálise, é nítida a influência entre outros tantos literatos, filósofos, sociólogos, etc (Melo Junior, Em busca do objeto perdido: ensaio sobre literatura e psicanálise, 2017).

Como Proust, Freud descreve o escritor como um ser esquecido, *cujo reino não é deste mundo* (Freud, "Escritores criativos e devaneios", 1996). ele vê o artista, como o sonhador, dando livre curso ao material infantil esquecido e mobilizando processos inconscientes em vez de suprimi-los com críticas conscientes.

Conclusão

Os comparativos assinalados entre a obra proustiana e as contribuições psicanalíticas de Freud são inumeráveis, o presente artigo buscou legitimar apenas os principais pontos convergentes. Abordando com primazia o livro “Lago Desconhecido – Entre Proust e Freud”.

Referências

- Bagolin, Luiz Armando, O Pintor da vida moderna, 2011, USP; Instituto de Estudos Brasileiros;
Bergson, Henri, Matéria e Memória, 2010, Martins Fontes
Freud, Sigmund, A Interpretação Dos Sonhos, 2018, Biblioteca Áurea
Freud, Sigmund, Escritores criativos e devaneios, 1996, Imago
Holanda, Louriva , Os Manuscritos Literários: Memória em Processo, 2017, Revista USP;
Melo Junior, Geovane, Em busca do objeto perdido: ensaio sobre literatura e psicanálise, 2017;
Revista Espaço Acadêmico;
Nabokov, Vladimir, Strong Opinions, 1990, Vintage;
Proust, Marcel, No Caminho de Swann, 2016, Biblioteca Azul;
Proust, Marcel, À Sombra das Raparigas em Flor, 2016; Biblioteca Azul;
Tadié, Jean-Yves, O Lago Desconhecido – Entre Proust e Freud, 2017; LPM.

ANSIEDADE EM PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UBS

Mauro Costa Lara Fernandes

“Os transtornos de ansiedade incluem transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Medo é a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura. Obviamente, esses dois estados se sobrepõem, mas também se diferenciam, com o medo sendo com mais frequência associado a períodos de excitabilidade autonômica aumentada, necessária para luta ou fuga, pensamentos de perigo imediato e comportamentos de fuga, e a ansiedade sendo mais frequentemente associada a tensão muscular e vigilância em preparação para perigo futuro e comportamentos de cautela ou esquiva. Às vezes, o nível de medo ou ansiedade é reduzido por comportamentos constantes de esquiva. Os ataques de pânico se destacam dentro dos transtornos de ansiedade como um tipo particular de resposta ao medo. Não estão limitados aos transtornos de ansiedade e também podem ser vistos em outros transtornos mentais.

A proposta deste trabalho é trazer um olhar para a questão da ansiedade, seus efeitos e consequências em profissionais de enfermagem que atuam em UBS (Unidades Básicas de Saúde). Este estudo portanto tem sua limitação na questão de o tema já ter sido pesquisado e portanto sua proposta é fomentar a reflexão para novos olhares sobre o tema.

Palavras chave: ansiedade, saúde, enfermagem, UBS.

Abstract:

According to (DSM 5, PAGE 189);

“Anxiety disorders include disorders that share characteristics of excessive fear and anxiety and related behavioral disturbances. Fear is the answer emotional the real or perceived imminent threat, while anxiety is the anticipation of threat future. Obviously, these two states overlap, but they also differ, with fear being most often associated with periods of increased autonomic excitability needed for fight or flight, thoughts of immediate danger, and avoidance behaviors, and anxiety being most often associated with muscle tension and alertness in preparation for future danger and caution or avoidance behaviors. Sometimes the level of fear or anxiety is reduced by constant avoidance behaviors. Panic attacks stand out within of anxiety disorders as a particular

type of fear response. are not limited anxiety disorders and can also be-seen in other mental disorders.

The purpose of this work is to bring a look at the issue of anxiety, its effects and consequences in nursing professionals who work in UBS (Basic Health Units). This study therefore has its limitation in the matter of the theme having already been researched and therefore its proposal is to encourage reflection for new perspectives on the theme.

Keywords: anxiety, health, nursing, UBS.

Fontes: - AÇÕES DE SAÚDE MENTAL DO ENFERMEIRO EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, (Sônia Barros, Hideko Takeuchi Forcella, Marina Borges Teixeira, Evalda Cançado Arantes " -- Ansiedade em técnicos de enfermagem da atenção básica, (Bruna Maria Alves Fernandes, Gabriel Chaves Neto, Poliana Rafaela dos Santos Araújo, Flávia Maiele Pedroza Trajano, João Euclides Fernandes Braga.) - DEPRESSÃO, ANSIEDADE E SUPORTE SOCIAL EMPROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM, (ROSE-MEIRE KUCHINISKI GOMES, VERA BARROS DE OLIVEIRA) - DSM 5, (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION).

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E SAÚDE MENTAL: ABORDANDO SUBTIPOS DA ADICÇÃO DE TECNOLOGIA

Santos, Rafael Pereira Orientador: Correia, Gabriela

Introdução

De forma mais recente na evolução humana, o homem tem se desenvolvido aceleradamente, deve se atribuir num sentido amplo para justificar essa evolução abrupta o aperfeiçoamento da tecnologia¹. O desenvolvimento da internet facilita bastante o ambiente para o ser humano, a interação simultânea da informação entre as pessoas possibilita a resolução de conflitos, promove situações de conforto e bem estar, acessibilidade de forma mais simples e facilitada para satisfazer necessidades básicas do ser humano, entre outras comodidades².

O uso de modo abusivo das tecnologias ou dependência de tecnologia tem sido um fenômeno global caracterizando-se pela inabilidade de controlar o uso da tecnologia (jogos eletrônico, redes sociais, pornografia e smartphones) mesmo que seja de conhecimento do usuário os impactos negativos em suas principais áreas da vida³.

O presente artigo tem como objetivo trazer uma revisão narrativa da literatura a respeito dos subtipos de dependência de tecnologia, os quais, possuem maior relevância na área da psicologia e saúde mental, apresentando definições e características desta problemática. Importante ressaltar que ainda não há muitos estudos e pesquisas sobre este tema na literatura global, sendo predominante os estudos na língua inglesa. Poranto, há limitações para discussão e resultados acerca dos impactos e enfrentamento na sociedade brasileira e no mundo.

Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada através de uma revisão narrativa acerca dos subtipos de dependência tecnológica de maior relevância para a saúde mental (jogos eletrônicos, redes sociais, pornografia online e smartphones). As fontes foram artigos acadêmicos e científicos, pesquisados nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Descritores em Ciências da Saúde (DecCS), Lilacs, Pubmed, Cochrane Library, com as palavras-chave "dependência de tecnologia", "dopamina", "hedonismo", "redes sociais", foi usado também o método de "snowball" para maior contextualização. As fontes evidenciaram de forma satisfatória estudos e pesquisas de iniciação acerca do tema, porém deixou clara a limitação dos estudos e evidências. Apesar de ser

um fenômeno global, até este momento, instrumentos e amostras para avaliação não possuem alta confiabilidade para fins definitivos e tratamento de forma independente.

Resultados e discussão

O intuito da pesquisa foi expandir o conhecimento bibliográfico sobre o recente fenômeno da Dependência de Tecnologia e seus subtipos mais relevante para as áreas da Psicologia e áreas que atuam no campo da Saúde mental, difundindo os critérios que ainda estão sendo estudados e desenvolvidos para cada subtipo de Dependência de Tecnologia.

Os subtipos são os seguintes: Dependência de jogos eletrônicos; Dependência de Redes Sociais, Dependência de pornografia online e Dependência de Smartphone.

Por meio das revisões literárias foi possível delimitar e presumir os fatores que classificam cada subtipo, sofrimento e prejuízos relacionados a adicção desses elementos presentes na internet. Pesquisas feitas no Reino Unido e Canada relacionam o uso de jogos eletrônicos com uma maior facilidade de aprendizado, desenvolvimento de habilidades afetiva (esclarecendo o mito de que os gamers fossem antissociais), cognitivas e motoras e também facilitação da socialização³. Entretanto, foi constatado para alguns indivíduos que passam tempo demais nos games prejuízos grave na saúde física e mental, sendo prejudicial no desempenho acadêmico e nos relacionamentos afetivos. Os jogos são criados e produzidos em sistemas de gratificações bem desenvolvidos e arquitetados de forma minuciosa, para valorizar movimentos e atitudes do jogador, criando um ambiente de baixa frustração ou frustração ideal para levar o jogador a sensação de ambiente seguro e confortável, sendo motivado a se superar sem se expor a risco real nenhum. A dedicação do jogador ao jogo as vezes é mais importante do que atividades do dia a dia, se desenvolver dentro do game é mais importante do que o desenvolvimento pessoal, buscar maior reconhecimento e gratificações se torna mais prazeroso que o mundo real⁴. A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5)⁵ incluiu como "Condições que merecem mais estudos" a categoria "Internet Gaming Disorder", traduzida como "Transtorno do Jogo pela Internet". Devido ao crescente número de casos e evidências acerca do tema o objetivo é de estimular os estudos e pesquisas desse fenômeno. Transtorno do Jogo pela Internet foi definido como uso o uso persistente e recorrente da internet para envolver-se em jogos, frequentemente com outros jogadores, levando a prejuízo clinicamente significativo ou sofrimento.

Em referência da Dependência em Rede Social, o cotidiano das pessoas sofre intervenções diárias com esse fenômeno global, Lemos (2003) traz o conceito de "cibercultura" e como as novas práticas comunicacionais tem reconfigurado o cotidiano⁶. Até os dias atuais da publicação deste artigo ainda não foram formalizados critérios para diagnósticos de dependência desse subtipo de tecnologia, entretanto ensaios clínicos apontam a presença de sofrimento mental em usuários com uso conturbado de redes sociais e alertam para o público adolescente, faixa etária onde o uso das redes aumenta bastante^{3,7}. Ao profissional de saúde mental é importante investigar algumas questões relacionadas a demanda de uso indevido das redes sociais, como: quanto tempo do seu dia é aplicado para verificar e se atualizar nas redes sociais; como se sente quando não tem acesso a ela?; se possui perfis falsos (fakes); como se sente quando recebe curtidas, como se sente quando não recebe curtidas, em que momentos tem necessidade de observar a vida alheia?; se busca apoio emocional através das redes sociais. Tais questionamentos são trazidos pelo Grupo de Estudos sobre Adições Tecnológicas (GEAT) no artigo publicado na Revista Brasileira de Psicoterapia (2015)³. Sabe-se que estudos e pesquisas modificando os instrumentos de avaliação de dependência química e de jogos de azar para aplicação em dependência da tecnologia evidenciaram sintomas característicos de outras adições, como tolerância, abstinência e fissura, maior tendência para desenvolver demais vícios, maior dificuldade no manejo e controle das emoções de impulso^{7,8}.

O marketing e desenvolvimento de designers aproveitam e exploram a necessidade evolutiva do cérebro de conexão interpessoal (Anna Lembke, 2021), são inúmeros os mecanismos por trás das redes sociais, o número de curtidas no Instagram e Facebook, o número de notificação no WhatsApp, o recebimento e acolhimento fornecido por comentários e mensagens de outros perfis são todos mecanismos estruturados para gratificação do indivíduo, condicionando-o a estar sempre conectado e verificando suas redes digitais.

A respeito da dependência de pornografia online foi possível presumir a partir da revisão da literatura a cerca do tema que frequentemente são associadas comorbidades independentes de pornografia online: Transtornos de humor, TOC, Síndrome de Tourette e comorbidades relacionadas a impulsividade, semelhante as evidenciada no jogo patológico e condições patológicas associadas a transtornos alimentares^{3,5,10}. A literatura possui estudos concluídos e em andamento que evidenciam o efeito da exposição à material sexual explícito (MSE)¹⁰. Os

adolescentes e jovens adultos do sexo masculino são o maior grupo de risco, devido a sua fase de entrada e desenvolvimento da atividade sexual, incluindo riscos como a não utilização de preservativos em suas relações sexuais, maior número de parceiros sexuais e início de práticas sexuais de forma precoce e equivocadas, menor satisfação prazerosa através do sexo e problemas de relacionamento no geral.³

O uso excessivo de pornografia on-line está classificado no DSM-5 como um dos subtipos de Transtorno de Hipersexualidade, afetando mais homens do que mulheres. O comportamento envolve ver, baixar, trocar material de conteúdo pornográfico ou se envolverem salas de bate-papo com temas de fantasias sexuais, causando significativo prejuízo interpessoal⁵. Em relação a diferença do consumo entre homens e mulheres para buscar material de excitação sexual na internet, a mulheres procuram mais por interações eróticas em salas de bate-papo (chats) sobre sexo, narrativas eróticas e possui menor índice de buscas desses estímulos pornográficos para fins masturbatórios. Já os homens são os maiores consumidores e procuram representações visuais na internet, como vídeos e imagens para masturbação.

Diante os subtipos de Dependência de tecnologia apresentados nesse artigo os smartphones possuem a capacidade de aglutinar e potencializar todos os outros subtipos citados acima neste artigo (jogos eletrônicos, Redes sociais e pornografia online). Comunicar com o outro de qualquer lugar sem impedimentos dão margem para que os smartphones interfiram de forma negativa no cotidiano das pessoas. Existem evidências indicando os prejuízos e sofrimentos que pessoas, às quais, fazem uso exagerado e compulsivo dos smartphones, possuem padrões de comportamento também relacionados aos vícios em outros sujeitos acometidos por outros tipos de dependências, químicas ou comportamentais^{7,8}. Tal comportamento de adicção ao smartphone é denominado "nomofobia" (no mobile phobia), são percebidos os seguintes sintomas quando o sujeito se encontra longe ou impossibilitado de manusear o aparelho: abstinência, tolerância e saliência. Apesar desse vício não possuir substâncias químicas, o mecanismo de dependência é o mesmo no cérebro, todo elemento ou substância capaz de liberar altas taxas de dopamina no sistema límbico está sujeito a dependência (Anna Lembke, 2021).

O risco para desenvolver uso problemático está associado a níveis de tédio elevados com baixa autoestima, pessoas mais extrovertidas também possuem maior propensão para desenvolver o uso demasiado dos smartphones⁸. Por se tratar de um fenômeno recente ainda não se tem base para

afirmar com certeza a etimologia de sintomas e fatores biológicos, portanto, empecilhos da saúde mental contribuem para a dependência. São considerados fatores de risco, sentimentos de solidão, níveis elevados de ansiedade, depressão e alexitimia (é um termo empregado no diagnóstico clínico de pessoas com acentuada dificuldade ou incapacidade para expressar emoções), busca por aprovação e score alto de neuroticismo. Para avaliação deste transtorno pode-se destacar dois instrumentos: Mobile Phone Problem Use Scale (MPPUS) e o Problematic Cellular Phone Use Questionnaire (PCPU-Q)⁸

Conclusão / Considerações finais

Conclui-se a partir da presente revisão narrativa que o artigo contribuiu para difundir sobre o recente fenômeno global das dependências tecnológicas, que vem se desenvolvendo de forma progressiva. A partir de uma meta análise feita em 31 países estimou-se que 6% da população mundial apresenta algum transtorno atrelado à dependência tecnológica (Cheng C, Li AY, 2014), chamando a atenção e tornando o tema de alta relevância para os profissionais de Saúde Mental. Por enquanto e devido aos ainda recentes estudos a cerca deste fenômeno, os profissionais da área da saúde ainda não possuem instruções em suas grades curriculares para lidar com esses modernos tipos de adicção. O artigo em questão abordou características conhecidas que vão dar suporte para o atendimento mediante esse novo tipo de demanda clínica. Auxiliar para melhor esclarecimento na psicoterapia e avaliação diagnóstica, levantando novas hipóteses da relação do sujeito com a tecnologia, indicando fatores de risco que possam estar relacionados ao desenvolvimento de psicopatologias de bases e sugere a adição de novas investigações nos quadros em que possam ter hipóteses de dependência de tecnologia. Em síntese a literatura deve ir se atualizando de forma acelerada devido aos estudos em andamento, por aumento da demanda de maneira global e principalmente por conta de os estudos e pesquisas já realizadas não contemplarem múltiplas questões a respeito dos atuais fenômenos das tecnologias de comunicação e informação.

Referências

McClellan JE III, Dorn H. Science and technology in world history. JHU Press; 2008.

Postman N. Technopoly: the surrender of culture to technology. 1st ed. New York: Knopf; 1992.

Abreu C, Karam R, Góes D et al. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. Revista Brasileira de Psiquiatria, (2008), 156-167, 30(2)

Picon F, Karam R, Breda V et al. Precisamos falar sobre tecnologia: caracterizando clinicamente os subtipos de dependência de tecnologia. Revista Brasileira de Psicoterapia Volume 17, número 2, Agosto de 2015

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre:Artmed, 2014.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Org.). Olhares sobre a cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003.

Sales H, Da Silva F, Lopes B et al. Adaptação da escala de uso compulsivo de internet para avaliar dependência de smartphone. Avances en Psicología Latinoamericana, (2018), 155-166, 36(1)

Dias P, Gonçalves S, Cadime I et al. ADAPTATION OF THE MOBILE PHONE DEPENDENCE TEST FOR PORTUGUESE ADOLESCENTS AND YOUTH. Psicologia, Saúde & Doença, (2019), 569-580, 20(3). Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde - SPPS - www.sp-ps.pt.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM COMPARATIVO ENTRE A LEGISLAÇÃO E A APLICABILIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

ANANDA PINTO SARAIVA; JHONATA WILLIAN MOREIRA MENDES; LARISSA ALMEIDA GERALDINO; RAFAELA
ALBERTINI PACHECO

ORIENTADORA: GABRIELA CORREIA LUBAMBO FERREIRA

Introdução

Esse trabalho consiste em trazer o foco para a Educação Inclusiva no sistema educacional brasileiro, principalmente ao que se refere às leis vigentes no país. Apesar de ser um assunto bastante debatido nos dias atuais, é visível a defasagem quando comparamos a teoria com a prática nas escolas. Por conta disso, passaremos pelo histórico de leis que abordam esse assunto e buscaremos entender o porquê da atuação ainda ser precária.

A Educação Inclusiva, consiste em encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento e para desenvolver-se enquanto pessoa. Portanto, é de suma importância que tenhamos conhecimento sobre os desafios enfrentados, para que de fato, seja uma educação inclusiva e não excludente.

Materiais e métodos

O presente trabalho constituiu-se de uma revisão bibliográfica realizada entre Setembro e Outubro de 2022.

Tem por objetivo revisar a legislação vigente, dados e conceitos sobre a educação inclusiva e sua aplicação no âmbito escolar brasileiro, a partir de um caráter exploratório, e realizar um comparativo entre o que está previsto em lei, e o que de fato ocorre nas escolas. Buscou-se também analisar questões sociais, humanitárias e econômicas dentro deste contexto.

Utilizou-se como critério de investigação artigos veiculados principalmente à plataforma SCIELO

Resultados e discussão

. Em 1990, começou a se ver um movimento em direção à inclusão no Brasil, que defendia a educação de crianças e adolescentes com deficiência nas salas de aulas do ensino regular. Um marco importante na história da educação inclusiva no país, se deu pela Lei n. 9.346, de 1996,

que consiste que sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes organização, métodos e recursos específicos para atender as necessidades de todos. Em 2015, foi decretada a Lei n.13.146/15, que busca garantir a inclusão das pessoas com deficiência, além de promover condições de igualdade.

No ano de 2020, foi promulgado o Decreto 10.502 que seria um grande retrocesso em todo o histórico da Educação Inclusiva. Esse decreto prevê que crianças e adolescentes sejam matriculados em escolas especializadas, promovendo a segregação. Além da exclusão daqueles alunos que não puderem frequentar essas escolas.

Conclusão / Considerações finais

A inclusão é um processo contínuo de aumento na frequência e participação de crianças e adolescentes nas escolas. Esse modelo de educação é justamente para gerar oportunidades, valorização da diversidade e promover aprendizagem.

As escolas, são para além de um lugar que apenas ensina disciplinas curriculares, é acima de tudo um espaço de socialização e integração que favorece o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de seus alunos.

Os ganhos dessa inclusão acontecem também para os alunos que não possuem deficiência, já que podem conviver, aprender e se desenvolver junto de seus colegas. Para que isso se torne possível e viável, é necessário que os educadores tenham formação adequada para receber esses alunos, apoio dentro das salas de aula, materiais pedagógicos adaptados.

Referências

RIGO, Neusete Machado; OLIVEIRA, Morgana Maciel de. INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS. Cadernos de Pesquisa [online]. 2021, v. 51. [Acessado 17 Outubro 2022] Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147304>. Epub 07 Maio 2021.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista* [online]. 2011, n. 41 [Acessado 13 Outubro 2022] , pp. 61-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Epub 09 Dez 2011.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; BARBOSA, Esther Augusta Nunes. Helena Antipoff e a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais: filantropia e ciência em prol dos anormais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2019, v. 26, suppl 1 [Acessado 17 Outubro 2022] , pp. 163-177. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000500009>. Epub 27 Jan 2020.

SANTOS, Mônica Pereira dos et al. O index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2014, v. 20, n. 4 [Acessado 13 Outubro 2022] , pp. 485-496. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400002>. Epub 23 Jan 2015.

INDICADORES PARA MULHERES: PRINCIPAIS ASPECTOS ENVOLVIDOS NOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.

Piva, Garcia Nicolle, Luciano, Santos Flávia.

Introdução

As definições sociais de gênero e biologia derivam das características físicas e sociais de homens e mulheres e estabelecem desigualdades entre os sexos e as perpetuam socialmente por meio de sua naturalização (SAFFIOTI, 1987). Este autor também aponta que a desvalorização social do espaço doméstico e a naturalização de processos socioculturais discriminatórios proporcionam um caminho mais fácil e curto para a legitimação da “superioridade” masculina. E é nesse contexto que se estabelecem as relações abusivas contra as mulheres devido à relação hierárquica entre os sexos, historicamente sustentada por diferenças nos papéis que a sociedade atribui a mulheres e homens.

A cultura é fundamentada em costumes, normas e comportamentos, que exercem influência na definição de gênero com base na perspectiva dualista baseada na divisão de sexos. Em vista disso, a mulher é vista como lar, sustento e afeto, enquanto o homem é responsável por fazer cumprir as leis e fornecer alimentação (JAGGAR; BORDO, 1997).

À medida que a sociedade confronta o patriarcado, essa definição de papel é dividida em núcleos masculino e feminino, com um voltado para a dominação e poder e o outro para a dominação e subordinação. As pessoas afetadas por esse padrão histórico reproduzem problemas de dominação em seus relacionamentos, resultando em diversas formas de violência (JAGGAR E BORDO, 1997). É incontestável que a violência e abusos ocorrem com ambos os gêneros, portanto ao longo desse artigo é imprescindível que os leitores não se limitem apenas às perspectivas das mulheres, pois embora essas situações sejam mais recorrentes com as mulheres, elas também podem ocorrer com os homens. Entretanto, as mulheres ganham maior relevância quando o assunto é “relacionamentos abusivos”, pois pertencem aos grupos mais predisposto a sofrerem à violência (BARRETO, 2018)

Diante disso esta pesquisa tem o intuito de conseguir reunir as principais informações acerca das relações abusivas, para propiciar um conhecimento acadêmico e científico do tema para que as mulheres consigam com esse artigo compreender, identificar se estão vivenciando um

relacionamento não saudável e saberem quais são os meios para conseguir sair desse tipo de relação. O estudo possui caráter informativo e explanará sobre como a mulher é vista culturalmente na sociedade, a conceituação e tipos de abuso e violência, bem como os sinais, sintomas e consequência das relações amorosas abusivas, como ocorre o ciclo do abuso e como se dá a busca por ajuda.

Metodologia

Para a obtenção de dados e informações para o estudo foram feitas pesquisas e leituras, através de sites, artigos e livros. Que foram utilizados para demonstrar as informações referentes ao tema abordado. Considerando o objetivo do estudo, optou-se pela revisão bibliográfica, onde o sistema para pesquisa utilizado foi o Google Acadêmico, utilizaram-se os descritores: relacionamento abusivo e tipos de violência e abuso.

Resultados e discussão

Costa e Modesto (2020) definiram uma relação amorosa como qualquer forma de se relacionar amorosamente, seja no ficar, o namoro, o casamento e até mesmo os relacionamentos virtuais. As uniões amorosas apresentam grandes transformações no contexto atual, podendo se moldurar em relações saudáveis ou relações abusivas.

Em suma, um relacionamento saudável é aquele em que há igualdade de oportunidades para as pessoas envolvidas. Por outro lado, em um relacionamento doentio, quando há excesso de poder e controle, comportamento e sentimento de posse e objetificação da pessoa, causando danos morais, psicológicos e/ou físicos, principalmente a um dos indivíduos da união, pode se tornar uma relação tóxica (BARRETTO, 2015).

A conceituação de relacionamento abusivo envolve todos os tipos de violência (psicológica, física, sexual, patrimonial e moral), podendo sobressair ciúmes exagerado, controle, manipulação e poder, tendo como principal objetivo a diminuição da autoestima e autonomia da vítima.

No núcleo de um relacionamento abusivo, de maneira indiscutível, existem variadas formas de violência, que ocorrem de forma gradual e escalonada. De acordo com O art. 7º da Lei nº 11.340 (2006), intitulada "Lei Maria da Penha", que versa sobre a violência contra a mulher e sua proteção, estabelece algumas formas gerais de violência, tendo em vista que outras condutas

possam se enquadrar nesses contextos, sendo elas: a) a violência física; b) a violência psicológica; c) a violência sexual. d) a violência patrimonial; e) a violência moral.

A violência física diz respeito a atos ou condutas que ofendam sua integridade ou saúde corporal. Pode ser categorizada em dois grupos, sendo eles a agressão leve aquela que engloba “[...] espancamento à vítima, lesões ou ferimentos que não causam imobilização ou perda significativa em sua saúde física, o que também acarreta danos psicológicos expressivos [...]” (OLIVEIRA; BERGAMINI, 2018, p. 800 apud GOMES e DE ASSUNÇÃO, 2021). E a agressão grave, que, segundo o artigo 129 da Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940, que concebe a incapacidade para as ocupações habituais, risco de morte, debilidade definitiva de algum membro, sentido ou função e, em caso de gestantes, aceleração do parto (BRASIL, [1940]).

A violência psicológica caracteriza-se por qualquer comportamento que cause danos emocional à vítima, rebaixe a autoestima, prejudique seu desenvolvimento global e controle de seus comportamentos e crenças. Ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, extorsão, e exploração também representam danos à saúde mental (Lei 11.340, 2006).

Entende-se por violência sexual o que representa modos de imposição que resultem em intimidação ao violado em presenciar, manter ou participar de relação sexual não consentida, bem como a que impeça de utilizar qualquer método contraceptivo; que force a vítima à gravidez, ao matrimônio, ao aborto ou à prostituição (Lei nº 11.340, 2006).

Segundo Mansur (2016) a violência patrimonial acontece quando o agressor destrói ou rouba objetos, bens, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e valores.

De acordo com Greco e Rassi (2010) a violência moral é conceituada como o ato de imputar falsamente a alguém fato definido como crime, a imputação de fato ofensivo à reputação de outrem e ofensa a dignidade da vítima.

Schraiber e Oliveira (1999, p. 4), consideram os vários tipos de violência, “pequenos assassinatos diários”, e, contra a mulher, no contexto interpessoal, a violência e abuso são uma das mais complexas de ser evitada e prevenida. Dessa forma, para Silva et al (2015), as mulheres têm como sequelas da violência, sua vida social afetada, tornando-as mais reprimidas e psicologicamente abaladas. Além dos problemas de saúde física e mental, os relacionamentos

violentos reduzem a qualidade de vida, produtividade, trabalho, educação e autoestima das mulheres (REDE NACIONAL, 2002).

Os sintomas psicológicos comuns de mulheres abusadas em relacionamentos íntimos são: sentimentos de vergonha, raiva, impotência, culpa e solidão; perda progressiva da autoconfiança; falta de interesse e motivação em atividades, ansiedade, depressão e agressão, diminuição da autoestima; disfunção sexual; dependência etc. (RODRIGUEZ e JARABO *apud* MOLINA e GOMES, 2002)

Dentro do relacionamento abusivo existe um ciclo de abuso, que é uma sucessão de comportamentos e ações que os agressores cometem em três fases. Denominadas; 1- Escala da tensão; 2- Explosão da violência; 3- A lua de mel (ALBERTIM e MARTINS, 2018).

Na primeira fase a construção da tensão no relacionamento acontece por meio da agressão verbal com gritos, ameaças e xingamentos onde o “amor” é dominado por situações estressoras e desentendimentos até explodir para a segunda fase, intitulada como explosão da violência. Já na segunda fase há espancamentos, chutes, murros e forçar a vítima a manter relações sexuais, sendo o período que a agressão alcança níveis mais elevados e a “[...] relação se torna inadmissível e tudo se transforma em descontrole e destruição.” (BRASIL, 2005, p. 24), porém, tem curta duração pois, em sequência, o agressor entra na terceira fase, onde ocorre o arrependimento. Sendo a terceira fase nomeada como lua de mel, onde o agressor se arrepende de todo mal que praticou à vítima, declarando dependência da vítima, fazendo variadas promessas tentando diminuir os acontecidos como “[...] comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou.” (BRASIL, 2005, p. 25), desta forma sente remorso e medo de perdê-la, que por sua vez acaba perdendo, originando assim o ciclo do relacionamento abusivo (ALBERTIM e MARTINS, 2018 e BRASIL, 2005).

Considerações finais

Desde a antiguidade as mulheres são vistas como submissas aos homens, devido ao sistema social denominado como patriarcado que os favorecem, exacerbando a desigualdade de gênero. Sendo assim as vítimas são desvalorizadas e submetidas a relações abusivas por questões socioculturais, resultando em violências silenciadas e tendo como consequência o sofrimento.

Por meio deste, foi possível constatar através das literaturas que as violências e abusos ocorrem das mais variadas formas contra a mulher, em relacionamentos abusivos, ferindo os direitos humanos, afetando diretamente a saúde mental, pessoal e social da vítima.

Portanto, é de suma importância a ampliação dos espaços de atuação e serviços de apoio as mulheres que são vítimas de qualquer tipo de violência e abuso no relacionamento amoroso, para que ocorra a luta e a erradicação. Se faz necessário a garantia de um atendimento integral e humanizado, com profissionais capacitados, pois se o atendimento é realizado por profissionais sem especialização na área a vítima pode ser revitimizada e o profissional pode utilizar de técnicas de coerção que são extremamente desaconselháveis. É imprescindível que o profissional capacitado estabeleça uma orientação para que as mulheres vítimas de relações abusivas saibam identificar sinais, sintomas e como sair do ciclo do abuso.

Considerando que o presente estudo objetivou trazer a realidade do gênero feminino diante da violência e abuso nas relações abusivas, o estudo pode ser utilizado como prévia para uma comparação para pesquisas mais profundas que poderão abordar a realidade do gênero masculino diante das relações tóxicas.

Referências

ALBERTIM, Renata; MARTINS, Marcelo. Ciclo do Relacionamento Abusivo: desmistificando relações tóxicas. In: 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2018, Joinville. Intercom, Recife, p. 1-13, 2018.

ALMEIDA COSTA, Nathália Beatriz; MODESTO, João Gabriel. Representação Social do Relacionamento Amoroso Saudável. Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 100-115, jan. 2020. ISSN 2175-5027.

BARRETO, Raquel Silva. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. Gênero, Niterói, v. 18, n. 2, p. 142-154, 1º sem. 2018.

BARRETTO, Silva, Raquel. O que caracteriza o relacionamento abusivo? Repórter Unesp. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 8 ago. 2006. Seção 1.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Enfrentando a violência contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

GRECO, A. O. P., & Rassi, J. D. (2010). *Crimes contra a dignidade sexual*. São Paulo: Atlas.

JAGGAR, Alison M; BORDO, Susan R. Gênero, corpo, conhecimento. Tradução de Brítta Lemos de Freitas. - Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

MANSUR, Prado Gabriela Maria. Proteja-se contra os diferentes tipos de violência contra a mulher. 2016.

OLIVEIRA, Aline Martins; BERGAMINI, Gésica Borges. Esquemas desadaptativos de mulheres em relacionamentos abusivos: uma discussão teórica. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, Ariquemes, v. 9, n. 2, p. 796-802, jul./dez. 2018.

Rede Nacional Feminista de Saúde, RNFS. (2002). Direitos sexuais e direitos reprodutivos. *Violência doméstica: a face perversa das relações de gênero*. São Paulo: Rede Feminista de Saúde.

RODRIGUEZ, E. E.; JARABO, G. G. Psicología forense y tratamiento jurídico legal de la discap. Apud: MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. Criminologia. 4. Ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 86-87.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. Editora Moderna, 1987.

SCHRAIBER, L. B., & Oliveira, A. F. P. L. (1999). Violência de gênero como uma questão de saúde: A importância da formação de profissionais. *Jornal da Rede Saúde*, 19(3), 4-7.

O ABUSO DE PSICOFÁRMACOS EM PSICOPATOLOGIAS UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA

Rubens Hipólito de Aquino, Aluno; Mariana Carla de Freitas, Prfa. Orientadora

Introdução

O uso de psicofármacos no Brasil vem aumentando cada vez mais nos últimos anos. (Ferrazza, 2010), "Atualmente, qualquer sinal de sofrimento psíquico pode ser rotulado como uma patologia cujo tratamento será a administração de psicofármacos" (Amarante, 2007; Barros, 2008; Birman, 2000; Ignácio & Nardi, 2007; Lamb, 2008). O modelo biomédico vem trazendo cada vez mais sintomas para as psicopatologias, o que se torna mais fácil o diagnóstico dessas e assim os psicofármacos podem ser receitados mais facilmente, não só por psiquiatras, mas também por médicos de outras especialidades. "A segunda grande transformação ocorreu no campo conceitual. A psiquiatria reaproxima-se da medicina e passa a trabalhar com a exclusão da subjetividade, tanto do observador (o médico) como do observado (o paciente). Algo somente possível a partir de duas grandes inovações: a descoberta dos medicamentos psicofármacos e a criação de uma nova classificação: o Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM)." (Barreto, 2019).

Este estudo tem como objetivo trazer o olhar da psicologia sobre a temática do abuso de psicofármacos no modelo biomédico e como isso pode afetar o processo de psicoterapia do paciente. "Inicialmente utilizados como um recurso para possibilitar ao sujeito curar-se de seu sofrimento, os psicofármacos acabaram por alienar o homem na promessa de libertar-se das dores da própria essência humana, tornando-se um meio de camuflar o sofrimento humano." (Kimura, 2005). Um processo que se inicia no modelo biomédico, passando pela psiquiatria e chegando a psicologia. O estudo traz uma visão da psicologia fenomenológica no que consiste em levantar tanto os dados quanto os efeitos, causas e do por que, do abuso de psicofármacos pela população e pelo indivíduo. "A banalização medicamentosa por médicos que não são psiquiatras e a forma como os pacientes medicados por esses passam a acreditar que a questão é somente biológica, se afastando assim de suas psicopatologias, por acreditarem que somente os psicofármacos podem tratar as mesmas, sendo estas pílulas mágicas que mantêm o paciente afastado de suas dores e com a sua vida seguindo sem restrições." (Kimura, 2005, p.57). Objetivando compreender o modelo biomédico e a inserção dos psicofármacos, a partir deste modelo, e a influência disto no tratamento das psicopatologias. "Vivemos atualmente em uma

cultura do mal-estar subjetivo cuja contrapartida foi o surgimento de uma medicina do bem-estar. Esta última atendeu a uma demanda de saúde mental que, há pelo menos 20 anos, se difunde em nossa sociedade” (Rosa, 2011, apud; Ehrenberg, 2004; Ehrenberg & Lovell, 2001).

Tendo como método a revisão bibliográfica, que segundo (Souza, Oliveira, Alves 2021) consiste em, um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, livros publicados, em textos sendo estas informações fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

O estudo se inicia com a história do modelo biomédico, onde se aborda o surgimento dos psicofármacos, seguindo para o abuso dos psicofármacos nas psicopatologias, dando continuidade em como esses abusos afetam os tratamentos psicológicos e se conclui com a percepção de que os psicofármacos, sendo estes bem ministrados, podem levar o paciente a um lugar de entendimento de sua psicopatologia e caso contrario a uma prisão a um psicotrópico que vai esconder e camuflar uma psicopatologia mantendo este distante de sua realidade.

Um breve histórico do modelo biomédico

O modelo biomédico, sendo este mecanicista, existe uma questão de causa e efeito, onde se tem um patogênico atuando na doença e para isso se procura uma cura. Grandes foram às contribuições na antiguidade, de diversos cientistas, nessa procura da cura, no modelo, mecanicista, “... tendo descoberto o agente etiológico da tuberculose e formulado os postulados que tipificam o rigor do raciocínio mecanicista e sua insistência na correlação causa-efeito: o microorganismo está presente e pode ser detectado em todo caso da doença; ele pode ser cultivado em meio de cultura apropriado; a inoculação desta cultura reproduz a doença em animal susceptível e o microorganismo pode ser recuperado, de novo, do animal infectado.” (BARROS, 2002, p. 74). Este modelo também foi aplicado para as questões da psiquiatria, onde toda doença mental passou a ter uma causa física.

No século XVIII surge a psiquiatria com Phillippe Pinel, com o objetivo de classificar os doentes que tem um desvio social de uma enfermidade mental, criando assim o modelo nosológico. Segundo (Roudinesco, 2021, p. 38) O movimento nosológico nasce com Pinel, quando este liberta os insanos de suas celas e correntes para viverem ao ar livre e diz que os insanos

privados de ar e liberdade se tornam cada vez mais insanos. Este movimento deu origem ao alienismo e mais tarde a psiquiatria.

Já em 1950 surge primeiro medicamento psiquiátrico "O primeiro ansiolítico foi o meprobamato (1950); o primeiro antipsicótico foi a clorpromazina (1952); o primeiro estabilizador do humor foi o lítio (1954) e o primeiro antidepressivo foi a imipramina (1957). O impacto causado pelos novos medicamentos foi decisivo."(BARROS, 2019). (Gomes et. al., 2022), traz em sua pesquisa dados sobre o aumento dos psicofármacos para as psicopatologias. Foi visto que houve um aumento de 113%, no ano de 2022 em relação ao ano de 2021, na procura de medicamentos para depressão, ansiedade e insônia. Com o surgimento da classificação dos transtornos psicopatológicos se iniciou o aumento da medicação por parte dos médicos. "A segunda grande transformação ocorreu no campo conceitual. A psiquiatria reaproxima-se da medicina e passa a trabalhar com a exclusão da subjetividade, tanto do observador (o médico) como do observado (o paciente). Algo somente possível a partir de duas grandes inovações: a descoberta dos medicamentos psicofármacos e a criação de uma nova classificação: o Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM)." (Barreto, 2019).

O professor (Barreto, 2019), desenvolveu para o curso de extensão de psicanálise e psicofarmacologia da UFMG uma aula onde ele traz a história da psicanálise; Em 1900, Sigmund Freud, surge com a teoria psicanalítica, trazendo os transtornos mentais para o inconsciente do indivíduo, dando outra opção ao do modelo biomédico dos transtornos mentais. Freud era psiquiatra e iniciou seus estudos médicos em Viena, mas foi em Paris que iniciou os estudos psicanalíticos, com o famoso caso de Ana O. Onde este estudou o tratamento feito por seu companheiro de trabalho Breuer, no qual a escuta passou a ser o método de tratamento que se mostrou eficaz. Assim mudou o olhar biomédico para um olhar biopsicológico, onde se vê o paciente como um todo e não em partes.

Então se existe outra opção para os tratamentos mentais que são de origem da personalidade humana, porque o uso de medicamentos vem aumentando tanto nos últimos anos?

O abuso de psicofármacos nas psicopatologias

O Homem passou a olhar para a saúde, dentro do modelo biomédico ocidental, tendo em seu centro de atenção a cura de todos os males e a possibilidade de uma maior produção para a

sociedade de consumo. “A partir do século XVIII, o corpo humano passou a ser visto como um instrumento de produção, uma máquina em funcionamento, onde o adoecimento torna-se uma inabilidade de produzir, o mau funcionamento da máquina. Com a revolução higienista, a partir do século XIX, a convivência entre vivos e mortos passou a ser sinônimo de perigo, contaminação e doença. A morte, que antes acontecia em casa, é transferida para os hospitais, que proporcionam o devido cuidado. O hospital que antes era um lugar de abrigo passa a ser um local de busca pela cura e luta contra a morte. Assim, a morte passa a representar fracasso e impotência, devendo ser ocultada.” (Kovács, 2002).

Já nos dias de hoje podemos entender que os processos medicamentosos nas psicopatologias são mais uma forma de nos afastarmos de um lugar de dor e sofrimento. “Vivemos atualmente em uma cultura do mal-estar subjetivo cuja contrapartida foi o surgimento de uma medicina do bem-estar. Esta última atendeu a uma demanda de saúde mental que, há pelo menos 20 anos, se difunde em nossa sociedade” (Rosa, 2011, apud; Ehrenberg, 2004; Ehrenberg & Lovell, 2001). Assim como o homem se afastou da morte e essa passou a ser considerada um lugar de fracasso e impotência, hoje as psicopatologias também são vistas dessa forma. “Inicialmente utilizados como um recurso para possibilitar ao sujeito curar-se de seu sofrimento, os psicofármacos acabaram por alienar o homem na promessa de libertar-se das dores da própria essência humana, tornando-se um meio de camuflar o sofrimento humano.” (Kimura, 2005)

Em pesquisa feita por (Silveira et. al., 2016) foram analisados 1240 prontuários e se mostrou os seguintes números. Vale ressaltar que antiepiléticos são comumente utilizados para transtornos de personalidade e transtornos de humor. “A carbamazepina (CBZ) e o ácido valpróico/valproato de sódio (VPA) têm sido utilizados como moduladores do humor tanto para o tratamento dos episódios hipomaniacos, maníacos e depressivos como também na profilaxia do transtorno afetivo bipolar (TAB)” (Araújo Filho, Mazetto, Yacubian. 2011)

Já em outra pesquisa, (Ferrazza et. al., 2010), realizada no interior de São Paulo, foi constatado que 99% dos pacientes que chegaram ao posto de saúde básica saíram medicados, os 1% que não foram medicados foram, uma mulher grávida, um homem que foi renovar um benefício e um terceiro que se recusou a tomar medicamentos. Destes que foram atendidos por psiquiatras, 65% já estavam com prescrição medicas, sendo que 38% destes vinham de psiquiatras e restante vinda de outros médicos que não eram psiquiatras e 35% não tinham prescrições.

Tabela 1. Composição da amostra

<i>Variável</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Tipo de medicação dispensada		
Antiepiléticos	93.327	37,6
Ansiolíticos	83.830	33,8
Antipsicóticos	42.885	17,3
Antidepressivos	27.965	11,3
Sexo		
Masculino	402	32,4
Feminino	838	67,6
Faixa Etária		
Até 10	19	1,9
10 a 19	41	4,2
20 a 29	59	6,0
30 a 39	134	13,7
40 a 49	167	17,0
50 a 59	205	20,8
60 a 69	182	18,5
70 a 79	118	12,0
Acima de 80	60	6,1
Zona de povoamento		
Urbana	766	76,1
Centro	236	30,8
Bairro A	300	39,2
Bairro B	230	30,0
Rural	106	10,5
Distrito	135	13,4

Hoje o número de pesquisas feitas em postos de saúde vem aumentando e o que se mostra é um grande aumento no consumo de psicofármacos nas cidades. Estudos esses que apontam uma grande demanda por parte da população e uma entrega por parte dos médicos. Ferrazza et. al. 2010, Silveira et. al. 2016, Barios 2018 e Gomes et. al. 2022, foram alguns dos artigos encontrados e utilizados nesta pesquisa.

Existem dois conceitos muito comuns adotados por autores. Onde se fala em medicalização social de medicamentação (Rosa, Winograd, 2011), conforme (Rosa e Winograd, 2011) trazem em sua pesquisa, a medicamentação é muito mais voltada para o medicamento a nível social, como o doping ou medicamentos para o alívio ou melhoramento de estilo de vida. Estes são mais utilizados pelo apelo que a indústria farmacêutica faz do que pela presença de doenças. O segundo termo se refere à farmacologização (Camargo Jr., 2013), segundo (Camargo Jr., 2013) a farmacologização leva o indivíduo a buscar na indústria farmacêutica medicamentos para atingir uma “supernormalidade”, esta cria uma identidade em torno do uso de determinados fármacos onde existe a idéia de que “para cada mal existe um comprimido”, criando-se assim um

enfraquecimento da profissão médica e levando a expansão farmacêutica para além das áreas tradicionais.

“Estes dois conceitos aproximam-se, porém, à medida que ressaltam o fenômeno da expansão do uso de medicamentos mesmo na ausência de uma doença diagnosticada, como modalidade de aperfeiçoamento farmacológico do desempenho cognitivo ou esportivo, ou como forma de aproximação do estilo de vida a um padrão concebido como ideal.” (Silveira et. al., 2012).

Como os psicofármacos e a visão da psicologia

A procura pela cura imediata das psicopatologias vem se mostrando ao longo deste trabalho, mas como isso afeta o trabalho do psicólogo. Uma pesquisa realizada pela pesquisadora Kimura, mostra que essa aproximação dos psicofármacos pode ser positiva, “Segundo os participantes da presente pesquisa, os pacientes em análise ainda apresentam resistência quanto ao uso da medicação e o medo da dependência. No entanto, conforme notado nesta pesquisa, quando o uso medicamentoso se faz necessário, a percepção da dependência e a adesão à medicação vinculada ao processo analítico podem ser apontadas como fatores positivos uma vez que, conforme (Leite, Vasconcelos, 2003) afirmam a adesão ao tratamento medicamentoso relaciona-se à aceitação da própria patologia. Em tratamento analítico, o paciente busca o significado para os seus conflitos – diferentemente dos indivíduos que não aderem à terapia – e logo, podem desligar-se do uso medicamentoso, possibilitando-o a significar suas experiências e a responsabilizar-se por seus conflitos.” (KIMURA, 2005). Bem como podem ter um aspecto negativo quando a medicação é feita de maneira errada “Além disso, outra diferença notada em comparação com pesquisas sobre o uso indiscriminado dos psicofármacos é a questão da dependência e infantilização do indivíduo. Em indivíduos que usam a medicação de modo indiscriminado e indeterminado, nota-se a dependência da medicação, a tendência dos usuários a se infantilizar e a não se responsabilizar por seus conflitos (ROSEMBERG, 1994). A dependência do uso medicamentoso ocorre uma vez que esses indivíduos não buscam o significado subjetivo e os fatores sociais envolvidos.” (KIMURA, 2005).

Outras pesquisas apontam para um distanciamento do ser humano de suas virtudes quando são medicados. “Segundo (Carvalho, 2015), para essa vertente crítica hegemônica, a medicalização interfere e interdita a ação independente e racional dos seres humanos sobre sua

própria produção de saúde. Deriva daí a posição de que os indivíduos deveriam afirmar e conquistar sua autonomia, lutando contra o poder médico e de outras categorias de profissionais de saúde. Em contraposição à perversidade daqueles (“médicos” e suas instituições) que buscam ditar os rumos da vida dos pacientes, são sugeridas ações de resistência objetivando a desmedicalização das relações sociais.” (CRUZ et. al.,).

Há artigos que trazem o tema da “pílula mágica”. A fenomenologia trás uma visão de ser no mundo, aonde o homem vem e é parte deste mundo em que ele vive. Sendo que este mundo de hoje exige que este homem esteja sempre de acordo com o que lhe é esperado. “Para Heidegger o homem não “é” primeiramente, ele é homem na exata medida de seu ser-em-relação.” (Galli, 2009).

O homem está no mundo e tem suas limitações, mas o mundo ao seu redor exige que ele seja cada vez mais, sendo este, super exigido, por vários lados, o que faz com que este homem não consiga chegar onde o mundo de outros homens exija que ele chegue. “Em qualquer esforço para compreender uma personalidade é indispensável perceber a natureza e a complexidade do seu desenvolvimento não subestimando os labirintos da natureza do homem atual, que muitas vezes é conduzido à autodespistamentos, ilusões, fabricação artificial de desejos. A sociedade hiper-industrial pode privar os seres humanos de sua individualidade, de sua singularidade.”(Galli, 2009).

Conforme o artigo de (Galli, 2009), esses desejos geram as psicopatologias de hoje como as conhecemos, uma vontade enorme de ser melhor e ter a aprovação de uma sociedade. Assim quando as psicopatologias surgem, existe uma cobrança muito grande de se curar delas o quanto antes, para que este ser possa seguir como ele deve ser em relação ao mundo que ele fantasiou. “Busca-se permanecer no estado de prazer e alegria, ao preço de se eliminar parte da experiência humana. É como se, socialmente, não se reconhecessem mais a dor e a frustração como constitutivos do percurso rumo aos ideais de prazer e alegria. Dor e frustração deixam de serem indicadores dos limites inerentes à experiência daquele sujeito singular. Ou seja, veicula-se a idéia de que essa imagem ideal de pleno prazer está disponível para todos a mínimo esforço e que a não concretização desse modelo decorre de problemas particulares daquele sujeito” (PEREGRINI, apud, MAIA ALBUQUERQUE, 2000, pg.83).

“As “pílulas mágicas” trazem um conceito de equilíbrio e de plenitude do ser afastando o mesmo de suas reais questões. Formular um remédio que propicie um estado de felicidade imune aos psíquismos, imperturbável diante das vicissitudes da vida, não é do humano, mas parece estar sendo o caminho mais fácil para preencher um vazio que causa ansiedade. A busca da pílula mágica substitui a falta de relações interpessoais mais íntimas, elas estão tênues.” (Galli. 2009).

Em uma pesquisa realizada com psicólogos Kimura traz esse efeito de “pílula mágica” na clínica. “Com certeza aumentou porque justamente vai se buscar a pílula mágica, nesse sentido que eu coloquei (...) que é o uso que se faz dos psicotrópicos, dos fármacos que vai se buscar para evitar contato com a dor. Então se resolve, por exemplo, o Viagra resolve o problema da impotência, tem gente que acredita nisto e não tentar buscar qual foi o motivo que levou essa pessoa ficar impotente. Os remédios de emagrecimento que até a gente ouve ‘Ó, tome isto’, mas você não precisa parar de comer. Então são anúncios que propõem coisas mágicas e onipotentes e que pessoas se adaptam pra ir buscar, coisas mágicas e onipotentes, porque justamente não precisam entrar em contato com a privação, com a frustração, com uma dor”.(Kimura, 2005).

Considerações finais

A discussão de como é feito o método medicamentoso por parte da biomedicina e como a psicologia vê estes nas causas dos tratamentos de distúrbios do comportamento humano. “A banalização medicamentosa por médicos que não são psiquiatras e a forma como os pacientes medicados por esses passam a acreditar que a questão é somente biológica, se afastando assim de suas psicopatologias, por acreditarem que somente os psicofármacos podem tratar as mesmas, sendo estas pílulas mágicas que mantêm o paciente afastado de suas dores e com a sua vida seguindo sem restrições.” (Kimura, 2005, p.57)

Um grande problema no tratamento feito por psiquiatras é a falta de retorno de seu paciente para o acompanhamento da medicação e um olhar clínico muito rápido, baseado somente na fala de seu paciente. (Ferrazza et. al 2010), trás em sua pesquisa a análise de pontuários de uma pequena cidade do oeste paulista, os dados mostram que 65% dos usuários já chegam ao serviço sob prescrição de psicofármacos e que 99% dos pacientes que chegam são encaminhados para um psiquiatra. Constatou-se que cada vez mais médicos de outras áreas, que não a psiquiatria,

estão receitando os psicofármacos para seus pacientes e que baseados no DSM eles se respaldam para realizar os diagnósticos.

Este estudo aponta que o tratamento medicamentoso e a psicoterapia podem caminhar juntos no processo de cura do paciente, sendo muitas vezes uma indispensável a outra. "O uso medicamentoso, orientado por um profissional de confiança, pode auxiliar a escuta, percepção e orientação do sujeito, possibilitando a análise, em casos em que os sintomas do paciente apresentam-se exacerbados, impedindo-o da realização do trabalho analítico." (Kimura, 2005 p.69). O que acontece muito nos tratamentos das psicopatologias é que não há uma visão geral do paciente por parte da biomedicina, onde o olhar está voltado somente para o que se vê e não para o contexto biopsicossocial, onde se olha para a realidade deste paciente como um todo para a causa de seus transtornos. Assim somente com os sintomas e baseados no manual de doenças (DSM) os pacientes são medicados, muitas vezes mascarando a sua doença para que se possa seguir com a sua vida de forma produtiva.

Os resultados deste imediatismo nos dias de hoje, contribui para o aumento expressivo no consumo de medicamento vendidos no Brasil, bem como um afastamento dos pacientes em relação aos psicólogos e uma visão deturpada da solução das psicopatologias. "o geral, segundo os psicólogos entrevistados, houve um aumento no uso medicamentoso. Tal aumento ocorreu após o desenvolvimento das drogas da nova geração, com menos efeitos colaterais, assim como apontado por (Moncrieff, 2001). Esse fato pode ter impulsionado médicos à prescrição dos psicofármacos em uma amplitude maior de casos – tendo como consequência a generalização do uso da medicação. Juntamente a isso, a popularização dos diagnósticos psiquiátricos, que converte facilmente características humanas em patologia, e a idéia de "cura mágica" pela medicação podem ter impulsionado a prescrição e uso dos psicofármacos." (Kimura, 2005, p. 71)

Além disso, somente o tratamento medicamentoso não leva o paciente a se entender e a melhorar, este vai sempre estar com algo faltando e sempre refém de um remédio que vai fazer com que ele não tenha uma liberdade e um conhecimento do por que ele está com o sintoma. Olhar para o sintoma como um todo é de suma importância para que as psicopatologias possam ser curadas, levando sempre em consideração o contexto que este paciente está inserido. "Se nos dedicarmos somente ao tratamento dos sintomas, eles podem até desaparecer, mas é certo que serão substituídos por outros. As pessoas querem curar-se, atenuar seus sintomas rapidamente,

mas a aventura do auto-conhecimento pode ser lenta. Sem espaço para agir e sem condições de modificar situações que as incomodam, a reação é a contração física. O caminho mais fácil para preencher esse vazio interior que toma conta das pessoas, o vazio que causa ansiedade, seria, então, a pílula mágica que auxilia a amenizar seus relacionamentos interpessoais.” (Galli, 2009).

Referências

ARAÚJO FILHO, GERARDO MARIA DE; MAZETTO, LENON; YACUBIAN, ELZA MÁRCIA TARGAS; Efeitos Psiquiátricos e Comportamentais das Drogas Antiepilépticas e Sua Ação Como Moduladores de Humor; Unidade de Pesquisa e Tratamento das Epilepsias (UNIPETE), Departamento de Neurologia e Neurocirurgia, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, Brasil; 2011

BARRETO, FRANCISCO PAES, Psicanálise e Psicofarmacologia: Como Engolir ou Cuspir a Pílula? Texto da aula ministrada no Curso de Extensão da UFMG — no dia 08 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.franciscopaesbarreto.com/o-prozac-e-a-historia-da-psiquiatria/#_edn1

BARRIOS, MURILO MERCEDES COLUMBIE; Uso e abuso de psicofármacos pela população da unidade de saúde; Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); São Paulo; Brasil; 2018

C. BARROS, JOSÉ AUGUSTO; PENSANDO O PROCESSO SAÚDE DOENÇA: A QUE RESPONDE O MODELO BIOMÉDICO?; VII Congresso Paulista de Saúde Pública; Brasil; 2002

CAMARGO JR., KENNETH ROCHEL DE; Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário; Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2013

CRUZ, KELLY CRISTINA ASSIS, ET. AL.; A ética do psicólogo frente ao fenômeno da medicalização: um estudo bibliográfico; Faculdade Única de Ipatinga, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/90>

FERRAZZA, D.A. ET. AL., A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis -SP, Brasil 2010, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/rBkKcPdYXZ5nTJMXB4FSBCy/?lang=pt> Acesso em 01 de agosto de 2022.

GALLI, LOECI MARIA PAGANO; Um olhar fenomenológico sobre a questão da saúde e da doença: a cura do ponto de vista da Gestalt-terapia; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS – RS, Brasil; 2009

GOMES, BERNARDO PILATI, ET. AL.; Análise do uso de psicofármacos no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19; Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC-JF), Juiz de Fora – MG; Brasil; 2022.

KIMURA. ADRIANA MARIE; Psicofármacos e Psicoterapia: a visão de psicólogos sobre medicação no tratamento. Trabalho de Conclusão de Curso (Formação em Psicologia). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005.

KOVÁCS, MARIA JULIA; Educação para a morte, Universidade de São Paulo; São Paulo, Brasil; 2005

ROSA, BARBARA GARCIA DUARTE DA; WINOGRAD, MONAH; Palavras e pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; 2011

ROUDINESCO, ELISABETH, Por que a psicanálise?; Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2000

SILVEIRA, SUELY TEODORA DA, ET. ALL.; A Dispensação de Psicofármacos em um Município de Pequeno Porte: Considerações Acerca da Medicalização da Vida; Psicologia em pesquisa, UFJF, janeiro – junho, 2016

SOUSA, ANGÉLICA SILVA DE; OLIVEIRA, GUILHERME SARAMAGO DE, ALVES, LAÍS HILÁRIO; A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos; Universidade Federal de Uberlândia; Minas Gerais; Brasil; 2021.

TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO: SUA IMPORTÂNCIA COMO DIAGNÓSTICO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AMBIENTE FÍSICO/SOCIAL

Mangia, Roner Sebastião. Laureano, Alessandro de Mendonça. Jacob, Fernanda Aparecida Candido. Dos Santos,
Karen Diniz

Orientador: Junior, Rodolfo Ribeiro

Introdução

Desde os tempos primários do desenvolvimento da vida humana no planeta terra sempre houve uma profunda relação entre meio ambiente e o homem. Até onde um influencia o outro ainda é alvo de estudos acadêmicos, não obstante já existir uma gama interminável de teorias e conceitos nas suas diversas disciplinas, quer sejam nas ciências exatas, quer seja nas ciências humanas (NAVES et al, 2001). Segundo a autora, na Grécia antiga, as várias escolas filosóficas tentaram compreender a existência humana através desta relação com a natureza. As diversas culturas espalhadas pelo orbe terrestre também deixaram suas contribuições.

Desta forma, urge esclarecer qual o conceito oficial de meio ambiente. A primeira definição acerca do termo "Meio Ambiente" foi descrita na Conferências das Nações Unidas celebrada em Estocolmo em 1972: "O meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas" (NAVES et al, 2001)

Uma outra definição que merece destaque no cenário nacional, está no artigo 3º, inciso I da Lei Federal 6938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) "meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

Nesta profunda relação homem x meio ambiente, é válido supor que existem diversas influências físicas e psicológicas que interagem neste processo, e que contribuem, de forma considerável, no aparecimento ou na cura de doenças físicas e mentais. Entre os possíveis problemas de ordem psicológica se destaca o Transtorno de Acumulação. o "acumular" objetos/coisas é muito comum entre os seres humanos.

O "acumular" objetos/coisas é muito comum entre os seres humanos. O apego é algo natural na vida humana, Marinho, Marinonio e Rodrigues (2007) menciona a teoria do apego de John Bowlby no processo de estabelecer vínculos afetivos. O primeiro vínculo de apego se dá com a mãe, que passa segurança ao indivíduo para o seu desenvolvimento, e a qualidade desse vínculo inicial

reverbera nos outros vínculos construídos no futuro. No entanto, foi Winnicott que trouxe a sua grande contribuição para entender o desenvolvimento humano e seu processo de amadurecimento (DIAS, 2003). A autora menciona que a fase do objeto transicional é o fenômeno em que, por volta dos oitos a dez meses após o nascimento, o bebê passa seu apego aos objetos externos, há um deslocamento da referência materna para o externo, embora muito cedo da possibilidade de um ego consciente. Esses objetos podem ser ursinhos, fraldas etc. Portanto, reter objetos a seu favor, de forma sentimental ou não, faz parte da natureza humana.

No entanto, quando a posse se torna patológica, caracterizada pela aquisição compulsiva por objetos desnecessários, em que há dificuldades em desfazer deles, tem-se um dos mais recentes e específicos transtornos obsessivos compulsivos incluídos na DSM-05 e CID-11: O Transtorno de Acumulação.

Schmidt, Méa e Wagner (2014) mencionam que o Transtorno de Acumulação (TA) não existia na classificação oficial e era classificado, de forma genérica, como TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo) ou TPOC (Transtorno de Personalidade Obsessiva-compulsivo). Atualmente, com sua especificidade apresentada, o TA merece destaque, haja vista que é uma patologia independente e com alta prevalência de comorbidades.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a difusão da temática, através de uma revisão bibliográfica científica, para identificar e compreender melhor o transtorno específico, haja vista que se trata de um quadro clínico recentemente incluído nas listas oficiais do DSM 05 e CID-11. Além de compreender, também, a intrincada relação do ambiente com a seu portador.

Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica acerca do Transtorno de Acumulação. Foram fontes obras psicológicas, livros oficiais de saúde, artigos acadêmicos e uma entrevista, pesquisados a partir das plataformas Google Acadêmico e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) a partir do termo "Transtorno de Acumulação", selecionados conforme o recorte pretendido no presente artigo. As fontes fundamentaram de forma satisfatória a contextualização histórica e nosológica, a importância do diagnóstico diferencial, as prováveis consequências e a profunda relação com o ambiente físico e social.

Resultados e discussão

A presente pesquisa objetivou difundir a importância do diagnóstico do transtorno de acumulação junto à comunidade, a comunidade científica, além dos profissionais de saúde de

modo geral. O transtorno de acumulação foi, de forma recente, incluído no catálogo de classificações de doenças, tais como a CID-11 e o DSM-05, embora seus primeiros apontamentos se deram no início do século XX pelo grande autor da psicanálise: Sigmund Freud. Desde a corrente descoberta, o transtorno foi trabalhado de forma específica até chegar ao seu diagnóstico diferencial.

Dentre as revisões da literatura científica sobre a temática, foi possível presumir a importância que deve dar ao diagnóstico de forma específica, haja vista que o transtorno tem sua independência e merece ser tratada de forma independente. O Transtorno de acumulação, embora ainda faça parte dos Transtornos Obsessivos compulsivos, possui um aspecto singular. O sofrimento em desfazer dos objetos, em especial os inservíveis, provocam um acúmulo desnecessário e fabricação de lixo diverso, que por sua vez causa, no seu portador, um afastamento do meio social em que vive, devido a desorganização, forte odor desagradável, proliferação de insetos etc.

Além disto, o ambiente totalmente disfuncional e obstruído dificulta a vida cotidiana do seu portador, colocando-o em risco constante na higiene pessoal, na saúde e na própria vida.

É válido supor que o ambiente obstruído, numa completa desorganização dos objetos contribui para o aumento e a efetivação dos sintomas do transtorno, em que o portador fica num ciclo interminável de sofrimento. Em outras palavras, o ambiente físico desorganizado tende a aumentar a ansiedade e o estresse que aumenta as ações inadequadas de acumular mais ainda objetos e assim por diante, embora os estudos acerca da desorganização do ambiente foram realizados com outros objetivos.

Ter o diagnóstico diferencial, faz com que o profissional de saúde encontre possíveis formas de intervir e ajudar o indivíduo, de forma específica. Fazer com que o portador desfaça dos objetos sem sofrer de forma patológica, tornar consciente para o portador do transtorno os danos decorrentes do acumular coisas, as consequências para o ambiente em que vive e o meio social são algumas das técnicas presumidas.

Outro aspecto que chama atenção para a importância do diagnóstico diferencial é que o portador do transtorno é sempre visto como perturbadores da saúde coletiva, e é tratado como tal. Com o diagnóstico constatado, o tratamento passa a ser diferente, um novo "olhar" é dado ao indivíduo.

Na revisão da literatura existente foi percebido dois aspectos que chamaram muita atenção. O primeiro se refere a causa, não obstante ter sido descrito pelo método psicanalítico de Freud no

início do século XX, em que o ato de acumular compulsivamente é considerado um sintoma secundário da “Neurose Obsessiva”, outras obras, entre elas as recomendações da DSM-05, apontam para outras possíveis variáveis envolvidas tais como eventos estressantes, traumas, personalidades etc.

O segundo aspecto se refere ao ambiente físico e social do portador do transtorno. Os autores de artigos e o próprio DSM-05, embora não de forma explícita, corroboram em apontar que o ambiente físico/social é um indicador importantíssimo para o diagnóstico diferencial, haja vista que é facilmente observável e constatado, por isso a independência do transtorno se torna fundamental para seu tratamento.

Conclusão / Considerações finais

Este estudo contribuiu para difundir a temática do transtorno de acumulação, um dos sofrimentos psíquicos que vem crescendo muito ao longo do tempo, em virtude do aumento considerável de bens de consumo, da urbanização e da complexidade em que a sociedade está. Além de sensibilizar a comunidade científica e os profissionais de saúde acerca do transtorno.

Devido a sua recente diferenciação dentro do grupo de Transtorno Obsessivo-compulsivo descrito no DSM-05 e na CID-11, as limitações bibliográficas foram as maiores dificuldades encontradas por esta pesquisa. Embora, historicamente, exista um decurso de tempo aproximadamente de um século, desde os relatos sobre os primeiros sintomas trazidos por Freud.

São poucos estudos, que de forma superficial, relatam os critérios para o diagnóstico ou que apontam a profunda relação entre o ambiente e Transtorno de Acumulação. Em se tratando de saúde coletiva, uma gestão eficaz dos casos de acumulação por equipes multidisciplinares é insuficientemente sistematizada, seja no cenário brasileiro ou internacional (WILKINSON, 2022). Houve a necessidade de buscar teorias e apontamentos em outras áreas do saber científico e extrapolar a literatura brasileira, considerando o número expressivo de publicações em língua inglesa, conforme mencionados nesta pesquisa. O transtorno em questão é um vasto campo ainda a ser explorado.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS – DSM 05. 5 Ed. Porto Alegre/RS. Artmed. 2014.

CAPRA, Fritjof. Transtorno de acumulação: aspectos gerais da doença e reflexões sob a perspectiva da saúde única. CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL UNIDADE

ACADÊMICA DE MEDICINA VETERINÁRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E SAÚDE ANIMAL, p. 70, 2019.

CARDOSO, Tadeu Campioni Morone; DE SANTIS BASTOS, Paula Andrea. Acumuladores de animais: instrumento de história técnica e perfil de casos no município de Guarulhos, SP, Brasil. Revista Brasileira de Ciência Veterinária, v. 26, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/rbcv/article/view/27645/23155>. Acesso em: 09/10/22

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Artmed Editora, 2018.

DAVID, Jonathan; CRONE, Cassandra; NORBERG, Melissa M. A critical review of cognitive behavioural therapy for hoarding disorder: How can we improve outcomes? Clinical Psychology & Psychotherapy, v. 29, n. 2, p. 469-488, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cpp.2660>. Acesso em: 09/10/22

DAVIDSON, Eliza J. et al. Recent advances in research on hoarding. Current psychiatry reports, v. 21, n. 9, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11920-019-1078-0>. Acesso em: 09/10/22

DIAS, Elsa Oliveira. A TEORIA DO AMADURECIMENTO DE D. W. WINNICOTT. Rio de Janeiro/RJ. Imago. 2003

DOUGLAS, Mary. PUREZA E PERIGO. Tradução: Mônica Siqueira Leite de Barros. Zilda Zakira Pinto. São Paulo. Perspectiva. 2014.

FREUD, Sigmund. NEUROSE, PSICOSE PERVERSÃO. Tradução Maria Rita Salzano Moraes, Belo Horizonte/MG. Autêntica.. 2022

GARGIULO, Mariangeli Souza et al. IDENTIFICAÇÃO E CUIDADOS NO TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO. Revista de Enfermagem/UFPE on-line. v.11, n. 12, p. 5028-36, Dez, 2017.

GOVERNO FEDERAL. LEI 6938/1981: POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 06/03/2022.

HENRIQUES, Lucia de Fátima et al. Acumuladores: uma revisão integrativa do potencial risco de disseminação de doenças transmitidas por vetores e outros animais nocivos à saúde. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, v. 20, n. 2, p. 125-138, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1022596/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-125-138.pdf>. Acesso em: 11/10/22

KEHDI, Marilene. A limpeza da casa, ou a falta dela, tem impacto direto na sua saúde mental, dizem estudos. Disponível em: <https://www.portalraizes.com>.2021. Acesso em 12/03/2022.

KYSOW, Kate et al. How can cities tackle hoarding? Examining an intervention program bringing together fire and health authorities in Vancouver. Health & social care in the community, v. 28, n. 4, p. 1160-1169, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/hsc.12948>. Acesso em 09/10/22

LIMA, Raimundo de. Acumuladores Compulsivos: uma nova patologia psíquica. Revista Espaço Acadêmico. N. 126, Ano XI, p. 208-214, Nov, 2011.

MARINHO, Ângela Heluy Ribeiro. MARINONIO, Cássia Cristina Rozzante. RODRIGUES, Luciana Costa Alemar. O PROCESSO DE LUTO NA VIDA ADULTA DECORRENTE DA MORTE DE UM ENTE QUERIDO. Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro/RJ. 2007

NAVES, Flávia Luciana et al. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE GESTÃO E MANEJO AMBIENTAL. Universidade Federal de Lavras – UFLA. Editora UFLA/FAEPE. Lavras/MG. 2001

NEVES, Helena. Mania de acumular lixo em casa pode ser sinal de Síndrome de Diógenes, que afecta principalmente idosos. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais>. Acesso em 12/03/2022

NORBERG, Melissa M. et al. Determinants of object choice and object attachment: Compensatory consumption in compulsive buying–shopping disorder and hoarding disorder. Journal of Behavioral Addictions, v. 9, n. 1, p. 153-162, 2020. Disponível em: <https://akjournals.com/view/journals/2006/9/1/article-p153.xml>. Acesso em: 09/10/22

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Tradução: Prof. Dr. Dorgival Caetano. Porto Alegre/RS. Artmed. 1993

SCHMDIT, Diego Rafael. MÉA, Cristina Pilla Della. WAGNER, Márcia Fontes. Transtorno da Acumulação: características clínicas e epidemiológicas. Revista CES psicologia. v. 7, n. 2, p. 27-43, dez, 2014.

RODRIGUES, Claudio Manuel. Acumuladores de animais na perspectiva da promoção e da vigilância em saúde. ABCS Health Sciences, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/01/1047753/44abcs195.pdf>. Acesso em: 09/10/22

ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro/RJ: Zahar,1998.

STUMPF, Bárbara Perdigão. HARA, Claudia. ROCHA, Fábio Lopes. TRANSTORNO DE ACUMULAÇÃO: UMA REVISÃO. Geriatr Gerontol Aging. v.1, p. 54-64, Dez, 2018.

TINLIN, Rowan M., et al. What Is underneath All That Stuff? A Q-Methodological Exploration of Profiles of Beliefs and Vulnerabilities in Hoarding Disorder. Behavioural and Cognitive Psychotherapy, vol. 50, no. 5, p. 538–555., 2022. doi:10.1017/S1352465822000261. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/behavioural-and-cognitive-psychotherapy/article/what-is-underneath-all-that-stuff-a-qmethodological-exploration-of-profiles-of-beliefs-and-vulnerabilities-in-hoarding-disorder/9C88787199C6F338787144316C8536F8>. Acesso em: 09/10/22

WILKINSON, Justine et al. Animal hoarding cases in England: Implications for public health services. Frontiers in public health vol. 10. 30 Aug. 2022, doi:10.3389/fpubh.2022.899378. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2022.899378/full>. Acesso em: 09/10/22.

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: AS RELAÇÕES ENTRE O BULLYING E O BAIXO RENDIMENTO ESCOLAR

Ferreira Santos, Beatriz, França, Daniele, Carvalho, Ângelo Antônio Guedes de. Ferreira, Gabriela Correia Lubambo.

O bullying é um tipo de comportamento agressivo e violento que ocorre entre pessoas com menor poder, que sofrem por conta de atos de agressões físicas e/ou psicológicas. Esses comportamentos não apresentam motivações justificáveis, os mais fortes utilizam os mais frágeis como objetos de diversão, prazer e poder, com a intenção de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas. (SILVA, 2010).

Segundo Silva, os personagens do bullying se dividem em: Agressores, aqueles que praticam o ato, são chamados de bullies, podem ser de ambos os sexos; Vítimas, os que são o alvo dessa prática e, geralmente, não reagem às provocações e não relatam o ocorrido, por vergonha ou por medo de retaliações, podem ser meninas ou meninos, bem ou mal relacionado – elas apresentam algumas características em comum, como: sentir-se incomodada com as agressões, sentir-se insegura, sempre inibida, triste, chorosa, apática e muitas vezes depressiva. Há também um terceiro personagem que são os expectadores, que, em geral, são aqueles que apoiam o agressor ou o isolam da vítima, sendo que essa atitude, embora aparentemente neutra, acaba afetando negativamente os dois lados, uma vez que, ao se isolar a vítima, o agressor se sente mais à vontade para continuar a agressão, e, ao apoiar o agressor, os expectadores acabam incentivando o comportamento.

De acordo com os estudos, o bullying está presente em todas as partes da sociedade, sem distinção de classe social, cor, etc., mais especificamente no ambiente escolar independente de ser escola pública ou privada. As vítimas sentem-se inferiores aos demais alunos e, se isolam o máximo que podem.

“[...]infelizmente, o fenômeno vem crescendo em todo o mundo. Em 2000, os índices apontavam que 7 a 24% dos alunos estavam envolvidos. Hoje, os índices evidenciam crescente envolvimento, de 5% a 35%. Dados obtidos pelo Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre o Bullying Escolar (Cemeobes), em 2007, revelam que a média de envolvimento dos estudantes brasileiros é de 45% acima dos índices mundiais. O mais preocupante é que crianças na mais tenra idade

escolar já apresentam envolvimento e evidências de prejuízos sofridos. (FANTE, PEDRA,2008, p17).”

Sabe –se que o bullying traz consequências físicas e psicológicas aos vitimados dessa violência.

“O bullying interfere no processo de aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, sensorial e emocional. Favorece um clima escolar de medo e insegurança, tanto para aqueles que são alvos como para os que assistem calados às mais variadas formas de ataques. O baixo nível de aproveitamento, a dificuldade de integração social, o desenvolvimento ou agravamento de síndromes de aprendizagem, os altos índices de reprovação e evasão escolar têm o bullying como uma de suas causas. (FANTE, 2008 apud GOMES; OLIVEIRA, 2012, p.10) ”

Para o agressor, a condição de insucesso escolar é decorrente da falta de socialização e do desenvolvimento de um comportamento anormal, que acaba afastando-o dos colegas, dificultando a entrada no mercado de trabalho e podendo gerar problemas de comportamento para a vida adulta. (Fernandes, 2011; Fante; Prudente, 2015; Olweus, 1993).

“As escolas devem oportunizar aos alunos o acesso a informações e discussões sobre o tema para que eles conheçam o fenômeno bullying e as suas consequências, com o objetivo de evitá-lo. A melhor maneira de prevenir é não deixando acontecer é conhecer de maneira profunda as suas consequências. (FAVARO, 2009, p. 25). ”

Para finalizar, é importante ressaltar que a violência nas escolas é um problema que afeta a todos, porque afeta a aprendizagem, a relação entre os alunos e afeta a vida de todos. A violência nas escolas é um problema que cresce a cada dia, mas, é possível evitar, basta ter consciência, saber identificar e saber que deve ser denunciado, para que o problema seja resolvido. A violência nas escolas deve ser combatida, pois, ela afeta a vida de todos.

Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica, sobre Bullying através de artigos acadêmicos pelas plataformas google acadêmico, scielo

Resultados e discussão

A violência esteve presente na realidade dos seres humanos desde os tempos primórdios da sociedade, de acordo com Freud, a mesma é uma característica análoga a nossa espécie e faz parte do nosso instinto de sobrevivência, podendo até mesmo ser capaz de desestruturar a sociedade (FREUD, [1929/1930] 2006, p.106). A violência pode se dar em diferentes aspectos e significados, existindo de forma provocada, gratuita, real, simbólica, sistemática e não sistemática, objetiva, subjetiva, legitimada, ilegítimada, permanente, provisória e habitando os mais variados contextos e realidades (PAVIANI, 2016). O contexto em questão que será abordado é o ambiente escolar, que mesmo sendo um ambiente precursor de conhecimento e saber, não escapa também de repercutir a violência, sendo o mais popular deste, o bullying. Como aponta Fante (2005), o bullying é o mais preocupante dentre os todos os tipos de violência que ocorrem no contexto escolar, pois sua crescente disseminação entre os estudantes pode obter uma forma quase epidêmica. Segundo Ana Beatriz Barbosa Silva, o bullying constitui um conjunto de condutas de procedência violenta que se dá de forma física e/ou psicológica, podendo ser de natureza intencional e repetitiva praticada por um agressor contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender.

Este tipo de intimidação ocorre em diferentes aspectos, podendo ser diretos e indiretos, os critérios utilizados para distingui-las baseiam -se nas circunstâncias de tempo, modo e local. O bullying direto é definido por ocorrer de forma visivelmente identificável, "cara a cara", neste tipo, a violência pode ocorrer de forma material, onde os bens da vítima são destroçados, furtados, quebrados ou roubados; de forma verbal, quando o agressor ofende, conta, insulta e apelida ofensivamente a vítima. Da mesma forma este tipo de bullying ocorre de forma psicológica, havendo perseguição, humilhação e aterrorização da vítima; em aspecto moral no qual há difamação, discriminação e calúnia por parte do agressor e também sucede sexualmente, em que ocorre insinuações, associação, coação e abuso. Já o bullying indireto não precisa da

manifestação física dos envolvidos para acontecer e está mais associada às condutas de desprezo, isolamento, exclusão e indiferença contra os alvos. No entanto, mesmo se manifestando de forma mais sutil, este tipo de violência não deixa de ser menos dolorosa à vítima (Aramis, 2011, p. 23 e ss).

O bullying está intimamente associado ao ambiente escolar, tendo impactos negativos no desenvolvimento do aluno agredido, contribuindo fortemente no processo de evasão escolar e afetando o processo de ensino-aprendizagem. Em relação a este último, é possível se observar que os estudantes envolvidos podem manifestar baixo desempenho, reprovação ou abano escolar, assim como episódios de indisciplina. A condição do insucesso escolar é relacionada a todos os estudantes envolvidos em situações de bullying, trazendo impactos relacionados ao desempenho para a vítima, o agressor e para os expectadores de forma diferente. A rejeição social sofrida pela vítima, geram dificuldades de ajustamento e problemas de socialização e evasão escolar, que podem trazer impactos significativos ao longo da vida do estudante (Fernandes, 2011; Fante; Prudente, 2015; Olweus, 1993).

A frustração causada pelas perseguições que o bullying traz, também são capazes de prejudicar a capacidade para a aprendizagem, influenciando diretamente o desempenho e a adesão para aprender, o que aumenta as chances de ao longo do tempo ocorrer desvinculação, evasão e manifestação de problemas comportamentais. Além disso, o bullying pode influenciar no desinteresse em relação aos estudos e ao ambiente escolar e também no sentimento de insegurança, pois estando preocupado com as agressões, a vítima acabará focando mais em sua autopreservação do que no estudo em si, grande parte vai preferir se manter afastada dos colegas, podendo evitar participar e engajar como forma de se auto preservar (LOPES NETO & SAAVEDRA, 2004). Já os agressores, são capazes de manipular os colegas, que também podem auxiliar nas agressões, estes estudantes são responsáveis por induzirem um clima de insegurança e medo nas escolas.

Nesse contexto, nota-se a importância de se debater este assunto ainda tão atual e vigente na nossa sociedade, a violência no contexto escolar se faz cada vez mais presente com o passar dos anos e as transformações que a modernidade trás. Correlacionar as variáveis de bullying e baixo rendimento escolar, se faz importante para entendermos os reais impactos deste fenômeno em todos os envolvidos, assim, é possível revisar e buscar formas de combate e evitação. Para isso,

se faz necessário uma integração entre o ambiente escolar e familiar, a família e a escola possuem um papel muito importante no combate a este tipo de violência, pois as consequências e danos causados por tal fenômeno possuem um alcance que excede os limites da escola, influenciando tanto o agressor e o agredido nos aspectos emocionais, cognitivos e socioeducacionais (CARNEIRO, N.C; 2018)

Conclusão / Considerações finais

A violência entre os seres humanos está presente em todos os lugares e épocas, sendo o bullying uma das formas como isso se manifesta. Esse fenômeno está presente em todas as escolas brasileiras e vem crescendo com o passar do tempo, principalmente no Brasil. Ele se manifesta de forma material, verbal, psicológica e moral, além de causar prejuízos nos aspectos emocionais, cognitivos, físicos e sociais das vítimas, além de também causar problemas para os agressores. As vítimas dizem sentir: "sentimentos diversos, mas principalmente de cunho negativo (...) sentir-se mal, chateado, raiva, medo, vergonha." (Autor e ano). Por isso o bullying é uma das principais causas da evasão escolar e influencia bastante no baixo desempenho escolar, seja no caso dos agressores, vítimas ou expectadores. (Fernandes, 2011; Fante; Prudente, 2015; Olweus, 1993).

Tanto as vítimas, quanto os agressores ou os expectadores podem homens ou mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres, héteros ou homossexuais, todos podem praticar ou sofrer esse fenômeno já que ele é causado por um desequilíbrio de poder entre os envolvidos.

Referências

SILVA, A. B. B. *Bullying: Cartilha 2010- Projeto Justiça nas Escolas*. Brasília, 2010.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. *Bullying escolar: perguntas & respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008. ISBN 978-85-363-1366-5

GOMES, M. A.; OLIVEIRA, J. R de. *Bullying: reflexões sobre a violência no contexto escolar*. Revista Educação por Escrito–PUCRS, v.2, n.2, jan. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/7947/7475>.

ABRAMOVEY, Miriam Violências nas escolas/ Miriam Abramovay et alii. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

MODENA, Maura Regina. Conceitos e Formas de Violência. Fundação Universidade de Caxias do Sul, RS. 2016.

BEANE, Allan L. Proteja seu filho do bullying; tradução: Débora Guimarães Isidoro. - Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

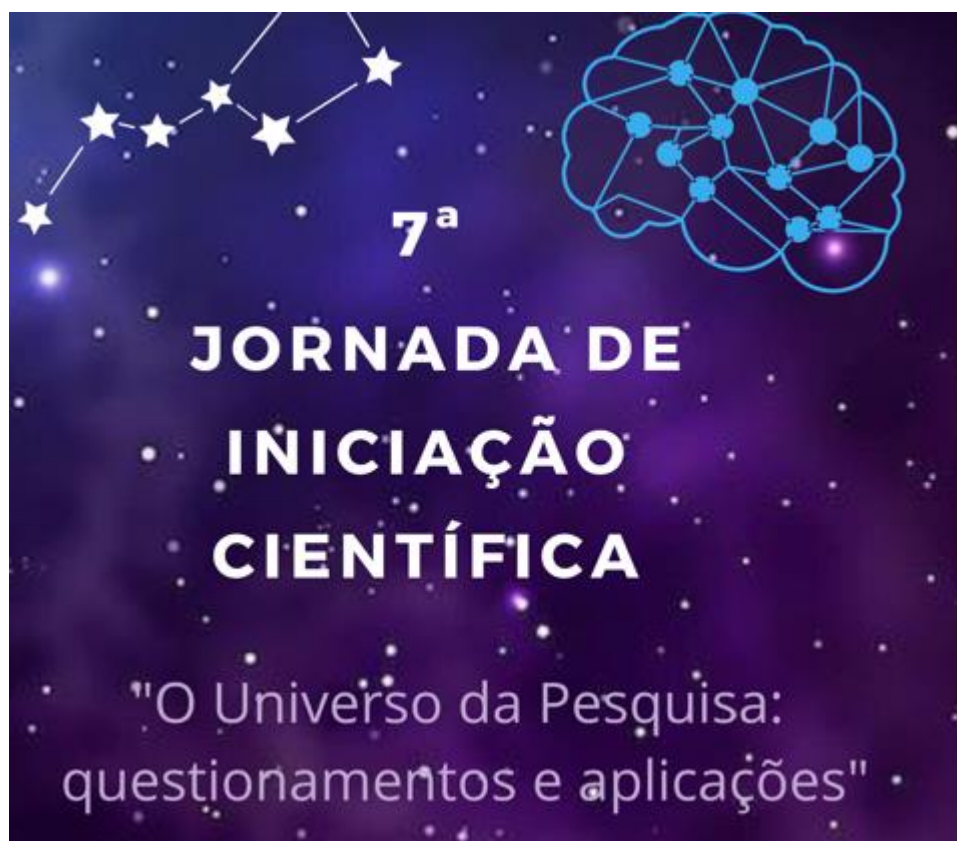
PEREIRA, Sônia Maria de Souza. Bullying e suas implicações no ambiente escolar. São Paulo: Paulus, 2012.

GOMES, Luiz Flávio. Bullying e prevenção da violência nas escolas, quebrando mitos, construindo verdade. São Paulo, Saraiva. 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. BULLYING mentes perigosas nas escolas. Editora Principium. 2015.

CARNEIRO, Núbia Célia. Enfrentamento do Bullying no Ambiente Escolar. Editora Jundiaí, SP, Paco. 2018.

SOUZA SANTOS, Chaves de. A cultura bullying na escola a partir do olhar das vítimas. Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 13, núm. 1, 2013, pp. 27-40 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil.



**UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA - UNISEPE
FACULDADE DE SÃO LOURENÇO**

Rua Madame Schimidt, nº 90 - Federal - Município de São Lourenço / MG

CEP: 37470-000 Fone: (35) 3332-3355

www.faculdadesaolourenco.com.br

Faculdade de São Lourenço

Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica